




CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

 <p>EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS</p> <p>DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA</p> <p>AO: CHEFE DO DACEN/AC</p> <p>CI/CS-120/2000</p> <p>REF: PRT/PR-009/2000</p>	<p>ANEXO: 11</p> <p>Fis. 167</p> <p>ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO</p>
--	---

Assunto: Devolução de bilhetes de passagens aéreas


Brasília (DF), 02 de maio de 2000.

Devolvemos a V.Sa. os bilhetes de passagens aéreas números (*form and serial number*) **1601 385 802 2** fornecido ao empregado **Valter Lenta Morimatsu**, Contador Júnior/Auditor Mat. 8.102.704-4; bilhete n°s **1602 225 465 1** fornecido ao empregado **Paulo Henrique Garcia da Silva**, Administrador Postal Jr., matr. 8.323.225-7; bilhete n° **1601 385 804 4** fornecido ao empregado Francisco Gomes da Silva, Administrador Postal Jr./Inspetor, Mat. 8.576.856-1; bilhete n° **1601 385 803 3** fornecido ao empregado Cristiano Ribeiro de Oliveira, Assessor/GFRAN, Mat. 8.010.463-0 e bilhete n° **1601 385 801 1** fornecido ao empregado **Jorge Silveira Lopes**, Advogado Júnior/Inspetor, Mat. 8.306.171-1; de acordo com os dados abaixo:

TRECHO	DATA	HORÁRIO
Goiânia/Brasília	28/04/2000	19:00h

Aproveitamos para informar que o retorno teve que ser antecipado de 12/05/2000 para 28/04/2000, em razão de proferência de sentença judicial desfavorável à ECT/Comissão de Sindicância em 27/04/2000 pela Justiça Federal-Goiás. Assim sendo, solicitamos providenciar estorno das diárias correspondentes ao período de 29/04/2000 até 12/05/2000.

Atenciosamente,


Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

Anexo: 05 bilhetes de passagens aérea.

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/Iss (CI-devolução de passagem)

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0564




Fis Nº

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS DE: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA AO: CHEFE DO DACEN CI/CS – 127/2000 REF: PRT/PR-009/2000 – PROC.DINSP.0032/2000	  <small>AREA RESERVADA AO PROTOCOLO</small>
--	--

Assunto: Fornecimento de passagem aérea e diária

CÓPIA

Brasília(DF), 04 de maio de 2000.

Solicito a V.S^a, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	BANCO	AGÊNCIA	CONTA
Valter Lenta Morimatsu	Contador Jr./Auditor	8.102.704-4	001	3593-9	1250-5
Jorge Silveira Lopes	Advogado Jr./Inspetor	8.306.171-1	001	3593-9	1178-9
Francisco Gomes da Silva	Adm. Postal Júnior/Inspetor	8.576.856-1	001	3593-9	1168-1
Cristiano Ribeiro de Oliveira	Adm.Postal Pl./Assessor	8.010.463-0	001	3593-3	1305-6
Paulo Henrique Garcia da Silva	Adm.Postal Jr.	8.323.225-7	001	3593-9	367796-6


TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/Goiânia	07/05/2000	20:04/20:30	JJ-3825
Goiânia/Brasília	19/05/2000	19:00/19:33	JJ-3862

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância na DR/GT, conforme documento da referência.

Autorizo:

Atenciosamente,

GABPR/AC


Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTES DOCUMENTOS

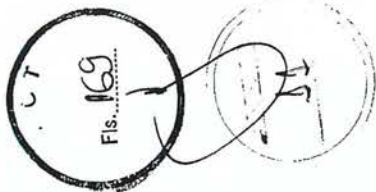
VLM vlm (CI-passagem)

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0565

3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



SILVEIRA

	CI/CS/006/2000 de 02/02/2000 - referente período de 06/02 a 03/03/2000 (creditado em 09/02 - 23,5 diárias e em 01/03 - 2,5 diárias)
	CI/CS/063/2000 de 10/03/2000 - referente período de 12/03 a 31/03/2000 (creditado em 16/03 - 18,5 diárias)
	CI/CS/095/2000 de 27/03/2000 - referente período de 03/04 a 20/04/2000 (creditado em 05/04 - 17,5 diárias)
	CI/CS/110/2000 de 19/04/2000 - referente período de 24/04 a 12/05/2000 (creditado em 25/04 - 7,0 diárias e em 02/05 - 11,5 diárias)
	CI/CS/127/2000 de 04/05/2000 - referente período de 07/05 a 19/05/2000 (creditado em 09/05 - 7,0 diárias, restando, ainda - crédito de 4,5 diárias)
	mela diária (conforme solicitação inicial)
	diária inteira (conforme CI/CS-110/2000), transformada em meia diária devido antecipação de retorno (CI/CS-0117/2000 de 26/04/2000)
	CI/CS/108/2000 de 19/04/2000 - solicitação de devolução de 13,5 diárias referente período de 07/04 a 20/04/2000 (ainda não debitado)
	CI/CS/120/2000 de 02/05/2000 - solicitação de devolução de 13,5 diárias referente período de 29/04 a 12/05/2000 (ainda não debitado)

FEVEREIRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29				

MARÇO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

ABRIL						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

MAIO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Cálculo analítico das diárias

diárias creditadas em 09/02 referente período de 06 a 29/02/200 (CI/CS-006/2000)	23,5
diárias creditadas em 01/03 referente período de 01 a 03/03/201 (CI/CS-006/2000)	2,5
subtotal ate 03-03-2000	26,0
diárias creditadas em 16/03 referente período de 12 a 31/03/201 (CI/CS-063/2000)	18,5
subtotal ate 31/03/2000	44,5
diárias creditadas em 02/04 referente período de 03 a 20/04/2000 (CI/CS/095/2000)	17,5
diárias devolvidas referente período de 07 a 20/04/2000 (CI/CS/108/2000)	13,5
subtotal ate 20-04-2000	48,5
diárias creditadas em 25-04 referente período de 24-04-00 a 30-04-00 (CI-CS-110-2000)	7,0
diárias creditadas em 02/05/00 referente período de 01/05/00 a 12/05/00 (CI/CS-110/2000)	11,5
diárias devolvidas referente período de 29/04 a 12/05/2000 (CI/CS-120/2000)	13,5
subtotal ate 12-05-2000	53,5
diárias creditadas em 09/05 referente período de 08/05 a 19/05/2000 (CI/CS-127/2000)	7,0
diárias a serem creditadas referente período de 08/05 a 19/05/2000 (CI/CS-127/2000)	4,5
subtotal ate 12/05/2000	65,0

Resumo (até 19/05/2000)

Total de diárias realizadas	65,0
Total de diárias não creditadas	4,5
Total de diárias creditadas	87,5
Total de diárias com devolução/estorno requerido e não realizado	27
Resultado: diárias a serem devolvidas	22,5

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis Nº 0566
3515-4
Doc: 3515-4
CONF - CM ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA/PRT/PR-009/2000

AO: CHEFE DA GERAD/DR/BSB

CI/CS-006/2000

REF:



ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Assunto: **FORNECIMENTO DE PASSAGEM AÉREA E DIÁRIA.**

Brasília(DF), de fevereiro de 2000.

Solicito a V.S^a, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME: JORGE SIVEIRA LOPES			
CARGO/FUNÇÃO: INSPETOR			
LOTAÇÃO: DINSP/AC		MATRÍCULA: 8.306.171-1	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 2593-9	CONTA: 1178-9
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/São Paulo	08/02/2000	18:24/19:51	KK-523
São Paulo/Goiânia	09/02/2000	16:46/18:35	KK-548
Goiânia/Brasília	03/03/2000	19:00/19:33	JJ-862

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância instaurada pela PRT/PR-009/2000.

Autorizo:

Atenciosamente,

VALTER LENTA MORIMATSU
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
PRT/PR-009/2000

Recd.
04.02.00

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTES DOCUMENTOS

ESS/ (CI-passagem)

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

0567

Fls. Nº
3515-4

Doc. ORIGINAL

CONF. ORIGINAL



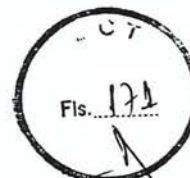
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: CHEFE DA GERAD/DR/BSB

CI/CS-63/2000

REF: PRT/PR-009/2000



ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Assunto: Fornecimento de passagem aérea e diária

Brasília(DF), 10 de março de 2000

Solicito a V.Sª, conforme previsto no MANPES'29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME: JORGE SIVEIRA LOPES			
CARGO/FUNÇÃO: INSPETOR			
LOTAÇÃO: DINSP/AC		MATRÍCULA: 8.306.171-1	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 1178-9
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Goiânia/Brasília	31/03/2000	19:00/19:33	JJ-862

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância instaurada pela PRT/PR-009/2000.

Obs: O empregado estará se deslocando para Goiânia no dia 12/03/00, às 20:04, voo JJ-825, utilizando-se do bilhete de passagem emitido em 04/02/00. Esclarece-se que o retorno para Brasília se deu em 03/03/00 por meio de condução particular com chegada às 18:30 horas.

Autorizo:

GABPR/AC

Atenciosamente,

Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO


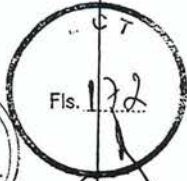


VLM/lss (CI-passagem)

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0568

3515-6

CONFERE COM O ORIGINAL

 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		 
DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA		
AO: CHEFE DA GERAD/DR/BSB		
CI/CS-95/2000		
REF: PRT/PR-009/2000		
Assunto: Fornecimento de passagem aérea e diária		

Brasília(DF), 27 de março de 2000

Solicito a V.S^a, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME: JORGE SIVEIRA LOPES			
CARGO/FUNÇÃO: INSPETOR			
LOTAÇÃO: DINSP/AC		MATRÍCULA: 8.306.171-1	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 1178-9
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/Goiânia	03/04/2000	08:12/08:55	VP-263
Goiânia/Brasília	20/04/2000	19:00/19:33	JJ-862

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância instaurada pela PRT/PR-009/2000.

Autorizo:

GABPR/AC

Atenciosamente,



Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS	
PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTES DOCUMENTOS

VLM Iss (CI-passagem)

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0569
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



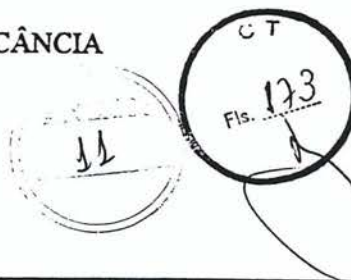
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: CHEFE DO DACEN/AC

CI/CS-110/2000

REF: PRT/PR-009/2000, Proc.DINSP.0032/2000



ÁREA RESERVADA AO PROTOCO

Assunto: Fornecimento de passagem aérea e diárias.

Brasília(DF), 19 de abril de 2000

Solicito a V.Sª, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME: JORGE SILVEIRA LOPES			
CARGO/FUNÇÃO: INSPETOR			
LOTAÇÃO: DINSP/AC		MATRÍCULA: 8.306.171-1	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 3593-8	CONTA: 1178-9
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/Goiânia	24/04/2000	18:58/19:31	JJ-863

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos relativos à PRT/PR-009/2000.

Para o retorno que ocorrerá em 12/05/2000, será utilizado o mesmo bilhete de passagem emitido em 31/03/00, voo JJ-863, em 20/04/2000, às 19:00 horas, para o que fica desde já solicitada a remarcação daquela reserva. As diárias deverão ser pagas abrangendo o período de 24/04/2000 até 12/05/2000.

Autorizo:

GABRIEL L. LOPES
Diretor de Gabinete da Presidência
Matrícula 8.613.127-0

Atenciosamente,

Valtér Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/lss (CI-passagem)

RQS nº 03/2005 - CPMI - CORREIO

CPMI - CORREIO

Fls Nº 0570

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



ANEXO

CRISTIANO

- CI/CS/002/2000 de 02/02/2000 - referente período de 06/02 a 03/03/2000 (creditado em 09/02 - 23,5 diárias e em 01/03 - 2,5 diárias)
- CI/CS/059/2000 de 10/03/2000 - referente período de 12/03 a 31/03/2000 (creditado em 16/03 - 18,5 diárias)
- CI/CS/097/2000 de 27/03/2000 - referente período de 03/04 a 20/04/2000 (creditado em 05/04 - 17,5 diárias)
- CI/CS/111/2000 de 19/04/2000 - referente período de 24/04 a 12/05/2000 (creditado em 25/04 - 7,0 diárias e em 02/05 - 11,5 diárias)
- CI/CS/127/2000 de 04/05/2000 - referente período de 07/05 a 19/05/2000 (creditado em 09/05 - 7,0 diárias, restando, ainda - crédito de 4,5 diárias)
- meia diária (de acordo com o pedido inicial)
- diária inteira (conforme CI/CS-111/2000), transformada em meia diária devido antecipação de retorno (CI/CS-0117/2000 de 26/04/2000)
- CI/CS/108/2000 de 19/04/2000 - solicitação de devolução de 13,5 diárias referente período de 07/04 a 20/04/2000 (ainda não debitado)
- CI/CS/120/2000 de 02/05/2000 - solicitação de devolução de 13,5 diárias referente período de 29/04 a 12/05/2000 (ainda não debitado)

FEVEREIRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29				

MARÇO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

ABRIL						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

MAIO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Cálculo analítico das diárias

diárias creditadas em 09/02 referente período de 06 a 29/02/200 (CI/CS-002/2000)	23,5
diárias creditadas em 01/03 referente período de 01 a 03/03/201 (CI/CS-059/2000)	2,5
subtotal ate 03-03-2000	26,0
diárias creditadas em 16/03 referente período de 12 a 31/03/2000 (CI/CS-059/2000)	18,5
subtotal ate 31/03/2000	44,5
diárias creditadas em 02/04 pelo período de 03 a 20/04/2000 (CI/CS-097/2000)	17,5
diárias com devolução solicitada referente período de 07 a 20/04/2000 (CI/CS-108/2000)	13,5
subtotal ate 20-04-2000	48,5
diárias creditadas em 25/04 referente período de 24/04/00 a 30/04/00 (CI/CS-111/2000)	7,0
diárias creditadas em 02/05/00 referente período de 01/05/00 a 12/05/00 (CI/CS-111/2000)	11,5
diárias com devolução solicitada referente período de 29/04 a 12/05/2000 (CI/CS-120/2000)	13,5
subtotal ate 12-05-2000	63,5
diárias creditadas em 09/05 referente período de 12/05 a 19/05/2000 (CI/CS-127/2000)	7,0
diárias a serem creditadas referente período de 08/05 a 12/05/2000 (CI/CS-127/2000)	4,5
diárias a ser solicitada devolução referente período de 12/05 a 14/05/2000 (CI/CS-117/2000)	2,5
subtotal ate 12/05/2000	62,5

Resumo (até 19/05/2000)

Total de diárias realizadas	62,5
Total de diárias não creditadas	4,5
Total de diárias creditadas	87,5
Total de diárias com devolução/estorno requerido e não realizado	29,5
Resultado: diárias a serem devolvidas	25,0

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
0571
Fis Nº -
3515-4
Doc:

ORIGINAL

 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		  ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO
DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA/PRT/PR-009/2000		
AO: CHEFE DA GERAD/DR/BSB		
CI/CS-002/2000		
REF:		

Assunto: **FORNECIMENTO DE PASSAGEM AÉREA E DIÁRIA.**

Brasília(DF), de fevereiro de 2000.

Solicito a V.S^a, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:


NOME: CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA			
CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR			
LOTAÇÃO: GFRAN/AC		MATRÍCULA: 8.010.463-0	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 1305-6
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/São Paulo	06/02/2000	18:24/19:51	KK-523
São Paulo/Goiânia	09/02/2000	16:46/18:35	KK-548
Goiânia/Brasília	03/03/2000	19:00/19:33	JJ-862

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância instaurada pela PRT/PR-009/2000.

Autorizo:



Atenciosamente,


VALTIER LENTA MORIMATSU
 PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
 PRT/PR-009/2000

*Recali
em 04.02.00*

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:		RQS nº 03/2005 - CN - CPML - CORREIOS 0572
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:		
NÃO HÁ DIÁRIA:		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:		

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
 CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

ESS/ (CI-passagem)

Fls Nº
3515-4
 Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		Fls. 176  12/03/00 10/3/00 [Signature] ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO
DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PRT/PR-009/2000		
AO: GERAD/DR/BSB		
CI/CS/PRT/PR-009/2000-059/2000		
REF: PRT/PR-009/2000		

Assunto: FORNECIMENTO DE PASSAGEM AÉREA E DIÁRIA.

Brasília(DF), 10 de março de 2000.


Solicito a V.S^a, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME: CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA			
CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR			
LOTAÇÃO: GFRAN/AC		MATRÍCULA: 8.010.463-0	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 1305-6
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/ Goiânia (*)	12/03/2000	20:04/20:30	JJ-825
Goiânia/Brasília	31/03/2000	19:00/19:33	JJ-862
(*)Código Reserva- RWGNMH			
MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância instaurada pela PRT/PR-009/2000.			

Autorizo:


 GABPR/AC

Atenciosamente,


 Valter Lenta Morimatsu
 Presidente da Comissão de Sindicância
 PRT/PR-009/2000

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:
NÃO HÁ DIÁRIA:
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:



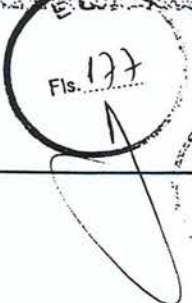
EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
 CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/lss (CI-passagem)

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0573
Fls Nº
3515-7
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		Fls. 127 	
DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PRT/PR-009/2000 AO: GERAD/DR/BSB CI - 97/2000 REF: PRT/PR-009/2000		ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO	

Assunto: Fornecimento de passagem aérea e diária

Brasília(DF), 27 de março de 2000.

Solicito a V.Sª, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:


NOME: CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA			
CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR			
LOTAÇÃO: GFRAN/AC	MATRÍCULA: 8.010.463-0		
BANCO: BANCO DO BRASIL	AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 1305-6	
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/ Goiânia	03/04/2000	08:12/08:55	VP-263
Goiânia/Brasília	20/04/2000	19:00/19:33	JJ-862

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância instaurada pela PRT/PR-009/2000.

Autorizo:

GABPR/AC

Atenciosamente,


 Valter Lenta Morimatsu
 Presidente da Comissão de Sindicância
 PRT/PR-009/2000

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:		RQS nº 03/2005 - CN -
0.5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:		CPMI - CORREIOS
NÃO HÁ DIÁRIA:		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:		

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLMI lss (CI-passagem)

Fls. Nº 0574

Doc. 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

Fls. 178



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: CHEFE DO DACEN/AC

CI/CS - 111/2000



ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

REF: PRT/PR-009/2000, Proc. DINSP/AC-0032/2000

Assunto: **Fornecimento de passagem aérea e diárias.**

Brasília(DF), 19 de abril de 2000.

Solicito a V.S^a, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME: CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA			
CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR			
LOTAÇÃO: GFRAN/AC		MATRÍCULA: 8.010.463-0	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 1305-6
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/ Goiânia	24/04/2000	10:58/11:31	JJ-863

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos relativos à PRT/PR-009/2000.

Para o **retorno** que ocorrerá em 12/05/2000, será utilizado o mesmo bilhete de passagem emitido em 31/03/00, voo JJ-862, em 20/04/2000, às 19:00 horas, para o que fica desde já solicitada a **remarcação** daquela reserva. As diárias deverão ser pagas abrangendo o período de 24/04/2000 até 12/05/2000.

Autorizo:

[Assinatura]
 GABRIEL RIBEIRO LOPES
 Chefe do Gabinete da Presidência
 Matrícula 8.013.127-0

Atenciosamente,

[Assinatura]
 Václav Lenta Morimatsu
 Presidente da Comissão de Sindicância
 PRT/PR-009/2000

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
 CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

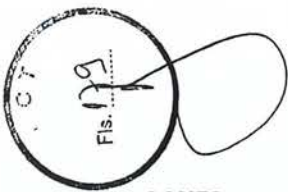
VLM/lss (CI-passagem)

Fls Nº 0575

3515-4

Doc:

CONF. COM O ORIGINAL



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0576
Fls Nº
3515-4
Doc.

CONFERE COM O ORIGINAL

GOMES

- CI/CS/005/2000 de 02/02/2000 - referente período de 06/02 a 03/03/2000 (creditado em 09/02 - 23,5 diárias e em 01/03 - 2,5 diárias)
- CI/CS/066/2000 de 10/03/2000 - referente período de 15/03 a 31/03/2000 (creditado em 16/03 - 18,5 diárias)
- CI/CS/096/2000 de 27/03/2000 - referente período de 03/04 a 20/04/2000 (creditado em 05/04 - 17,5 diárias)
- CI/CS/112/2000 de 19/04/2000 - referente período de 24/04 a 12/05/2000 (creditado em 25/04 - 7,0 diárias e em 02/05 - 11,5 diárias)
- CI/CS/127/2000 de 04/05/2000 - referente período de 07/05 a 19/05/2000 (creditado em 09/05 - 7,0 diárias, restando, ainda - crédito de 4,5 diárias)
- meia diária (conforme pedido inicial)
- diária inteira (conforme CI/CS-110/2000), transformada em meia diária devido antecipação de retorno (CI/CS-0112/2000 de 26/04/2000)
- CI/CS/108/2000 de 19/04/2000 - solicitação de devolução de 13,5 diárias referente período de 07/04 a 20/04/2000 (ainda não debitado)
- CI/CS/120/2000 de 02/05/2000 - solicitação de devolução de 13,5 diárias referente período de 29/04 a 12/05/2000 (ainda não debitado)

FEVEREIRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29				

MARCO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

ABRIL						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

MAIO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Cálculo analítico das diárias

diárias creditadas em 09/02 referente período de 06 a 29/02/200 (CI/CS-005/2000)	23,5
diárias creditadas em 01/03 referente período de 01 a 03/03/201 (CI/CS-005/2000)	2,5
subtotal ate 03-03-2000	26,0
diárias creditadas em 16/03 referente período de 12 a 31/03/201 (CI/CS-066/2000)	16,5
subtotal ate 31/03/2000	42,5
diárias creditadas em 02/04 referente período de 03 a 20/04/2000 (CI/CS-096/2000)	17,5
diárias com devolução solicitada referente período de 07 a 20/04/2000 (CI/CS-108/2000)	13,5
subtotal ate 20-04-2000	46,5
diárias creditadas em 25/04 e 02/05/00 referente período de 24/04/00 a 30-04-2000 (CI/CS-112/2000)	7,0
diárias creditadas em 25/04 e 02/05/00 referente período de 01/05 a 12/05/2000 (CI/CS-112/2000)	11,5
diárias com devolução solicitada referente período de 29/04 a 12/05/2000 (CI/CS-120/2000)	13,5
subtotal ate 12-05-2000	51,5
diárias creditadas em 09-05 referente período de 08/05 a 19/05/2000 (CI/CS-127/2000)	7,0
diárias a serem creditadas referente período de 08/05 a 19/05/2000 (CI/CS-127/2000)	4,5
diárias a serem devolvidas referente período de 12/05 a 14/05/2000 (CI/CS-117/2000)	2,5
subtotal ate 12/05/2000	60,5

Resumo (até 19/05/2000)

Total de diárias realizadas	60,5
Total de diárias não creditadas	4,5
Total de diárias creditadas	85,5
Total de diárias com devolução/estorno requerido e não realizado	29,5
Resultado: diárias a serem devolvidas	25,0

ANEXO



ANEXO



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA/PRT/PR-009/2000

AO: CHEFE DA GERAD/DR/BSB

CI/CS-005/2000

REF:



ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Assunto: **FORNECIMENTO DE PASSAGEM AÉREA E DIÁRIA.**

Brasília(DF), de fevereiro de 2000.

Solicito a V.Sª, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME: FRANCISCO GOMES DA SILVA			
CARGO/FUNÇÃO: INSPETOR			
LOTAÇÃO: DINSP/AC		MATRÍCULA: 8.576.856-1	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 1168-1
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/São Paulo	06/02/2000	18:24/19:51	KK-523
São Paulo/Goiânia	09/02/2000	16:46/18:35	KK-548
Goiânia/Brasília	03/03/2000	19:00/19:33	JJ-862

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância instaurada pela PRT/PR-009/2000.

Autorizo:

Atenciosamente,

VALTER LENTA MORIMATSU
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
PRT/PR-009/2000

Recb
04-17

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

ESS/ (CI-passagem)

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS


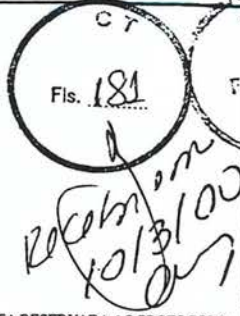
Fls Nº 0577

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		
DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA AO: CHEFE DA GERAD/DR/BSB CI/CS-066/2000 REF: PRT/PR-009/2000		
		<small>ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO</small>

Assunto: **FORNECIMENTO DE PASSAGEM AÉREA E DIÁRIA.**


Brasília(DF), 10 de março de 2000.

Solicito a V.S^a, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME: FRANCISCO GOMES DA SILVA			
CARGO/FUNÇÃO: INSPETOR			
LOTAÇÃO: DINSP/AC		MATRÍCULA: 8.576.856-1	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 1168-1
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/Goiânia	15/03/2000	8:12/8:55	VP-263
Goiânia/Brasília	31/03/2000	19:00/19:33	JJ-862

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância instaurada pela PRT/PR-009/2000.

Autorizo:


GABPR/PR

Atenciosamente,


Valter Lima Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO

Fls Nº 0578

3515-4



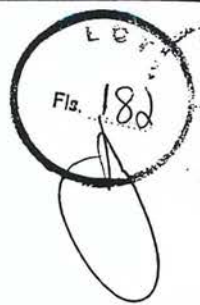
Doc:

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/lss (CI-passagem)

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		 
DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA AO: CHEFE DA GERAD/DR/BSB CI/CS-96/2000 REF: PRT/PR-009/2000		<small>ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO</small>

Assunto: **Fornecimento de passagem aérea e diária**

Brasília(DF), 27 de março de 2000.

Solicito a V.Sª, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:


NOME: FRANCISCO GOMES DA SILVA			
CARGO/FUNÇÃO: INSPETOR			
LOTAÇÃO: DINSP/AC	MATRÍCULA: 8.576.856-1		
BANCO: BANCO DO BRASIL	AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 1168-1	
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/Goiânia	03/04/2000	08:12/08:55	VP-263
Goiânia/Brasília	20/04/2000	19:00/19:33	JJ-862

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância instaurada pela PRT/PR-009/2000.

Autorizo:

Atenciosamente,

GABPR/PR


Václav Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTES DOCUMENTOS

VLM lss (CI-passagem)

Fls Nº **0579**
3515-4
Doc:

CONFIRME COM O ORIGINAL

ANEXO



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

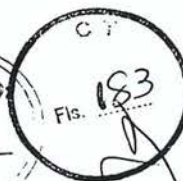
DE: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: CHEFE DO DACEN/AC

CI/CS-112/2000

REF: PRT/PR-009/2000, Proc.DINSP 0032/2000

Assunto: Fornecimento de passagem aérea e diárias.



ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Recebido
20/4/00
[Signature]

Brasília(DF), 19 de abril de 2000.

Solicito a V.Sª, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME: FRANCISCO GOMES DA SILVA			
CARGO/FUNÇÃO: INSPETOR			
LOTAÇÃO: DINSP/AC		MATRÍCULA: 8.576.856-1	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 1168-1
TRECHO:	DATA:	HORARIO:	VÔO:
Brasília/Goiânia	24/04/2000	10:58/11:31	JJ-863

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos relativos à PRT/PR-009/2000.

Para o retorno que ocorrerá em 12/05/2000, será utilizado o mesmo bilhete de passagem emitido em 31/03/00, voo JJ-862, em 20/04/2000, às 19:00 horas, para o que fica desde já solicitada a remarcação daquela reserva. As diárias deverão ser pagas abrangendo o período de 24/04/2000 até 12/05/2000.

Autorizo:

[Signature]
GABPR/PR
Chefe do Gabinete da Presidência
Matrícula 8.813-127-0

Atenciosamente,

[Signature]
Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

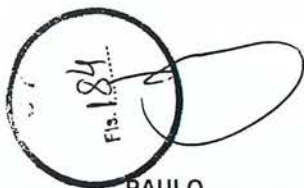
0580
Fls Nº

3515-4
Doc:

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTES DOCUMENTOS

VLM/lss (CI-passagem)

COM O ORIGINAL



PAULO

CI/CS/020/2000 de 17/02/2000 - referente período de 08/02 a 03/03/2000 (creditado em 23/02 - 22,0 diárias e em 01/03 - 2,5 diárias)
CI/CS/061/2000 de 10/03/2000 - referente período de 12/03 a 21/03/2000 (creditado em 16/03 - 9,518,5 diárias)
CI/CS/113/2000 de 19/04/2000 - referente período de 24/04 a 12/05/2000 (creditado em 25/04 - 7,0 diárias e em 02/05 - 11,5 diárias)
CI/CS/127/2000 de 04/05/2000 - referente período de 07/05 a 19/05/2000 (creditado em 09/05 - 7,0 diárias, restando, ainda - crédito de 4,5 diárias)
meia diária (de acordo com o pedido inicial)
diária inteira (conforme CI/CS-113/2000), transformada em meia diária devido antecipação de retorno (CI/CS-0117/2000 de 26/04/2000)
CI/CS/120/2000 de 02/05/2000 - solicitação de devolução de 13,5 diárias referente período de 29/04 a 12/05/2000 (ainda não debitado)

FEVEREIRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29				

MARCO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

ABRIL						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

MAIO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Cálculo analítico das diárias

diárias creditadas em 09/02 referente período de 06 a 29/02/200 (CI/CS-020/2000)	22,0
diárias creditadas em 01/03 referente período de 01 a 03/03/201 (CI/CS-020/2000)	2,5
subtotal ate 03-03-2000	24,5
diárias creditadas em 16/03 referente período de 12 a 22/03/201 (CI/CS-061/2000)	9,5
subtotal ate 31/03/2000	34,0
diárias creditadas em 25/04 referente de 24/04/00 a 30/04/2000 (CI/CS-113/2000)	7,0
diárias creditadas em 02-05-00 referente período de 01/05 a 12-05-2000 (CI/CS-113/2000)	11,5
diárias com devolução solicitada referente período de 29/04 a 12/05/2000 (CI/CS-120/2000)	13,5
subtotal ate 12-05-2000	39,0
diárias creditadas em 09/05 referente período de 12/05 a 19-05-2000 (CI/CS-127/2000)	7,0
diárias serem creditadas referente período de 08/05 a 12/05/2000 (CI/CS-127/2000)	4,5
diárias a serem devolvidas referente período de 12/05 a 14/05/2000 (CI/CS-117/2000)	2,5
subtotal ate 12/05/2000	48,0

Resumo (até 19/05/2000)

Total de diárias realizadas	48,0
Total de diárias não creditadas	4,5
Total de diárias creditadas	59,5
Total de diárias com devolução/estorno requerido e não realizado	16,0
Resultado: diárias a serem devolvidas	11,5

CONFERE COM O ORIGINAL



ANEXO



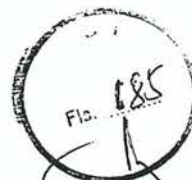
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: CHEFE DO DAREC/AC

CI/CS-020/2000

REF: PRT/PR-009/2000



ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Assunto: **Solicitação de Diárias**

Brasília(DF), 17 de fevereiro de 2000.

Solicito a V.S^a, conforme previsto no MANPES, autorizar o pagamento de diárias ao empregado cujos dados encontram-se relacionados abaixo, tendo em vista a sua chegada na DR/SPM, na data de 08/02/00, para compor a Comissão de Sindicância instaurada pela PRT da referência.

Acrescente-se ainda que o referido empregado encontrava-se na DR/RJ, tendo o seu deslocamento ocorrido via ponte aérea Rio-São Paulo, na data de 08/02/00, com saída do Rio às 09:00 horas e chegada em São Paulo às 09:40 horas.

NOME: PAULO HENRIQUE GARCIA DA SILVA		
CARGO/FUNÇÃO: ADMINISTRADOR POSTAL JÚNIOR		
LOTAÇÃO: DEGEO/AC	MATRÍCULA: 8.323.225-7	
BANCO: BANCO DO BRASIL	AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 367796-6
PERÍODO: 08/02/00 a 03/03/00		

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância instaurada pela PRT/PR-009/2000.

Autorizo:

Atenciosamente,

GABPR/AC

Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

PERÍODO DA VIAGEM:		RQS nº 03/2005 - CN -
0.5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:		CPMI - CORREIOS
NÃO HÁ DIÁRIA:		Fis Nº 0582
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:		3515-4

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLMIss (CI-Diárias)

CONFERE COM O ORIGINAL

CT
Fis. 186

AREA RESERVADA AO PROTOCOLO

CONFERE COM O ORIGINAL



NEXO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

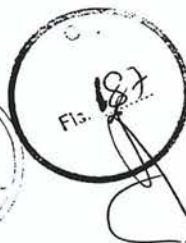
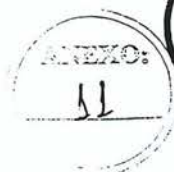
DE: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: CHEFE DO DACEN/AC

CI/CS-113/2000

REF: PRT/PR-009/2000, Proc. DINSP. 0032/2000.

Assunto: **Fornecimento de passagem aérea e diárias.**



REC. 0014/00
ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Brasília/DF, 19 de abril de 2000

Solicito a V.S^a, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME: PAULO HENRIQUE GARCIA DA SILVA			
CARGO/FUNÇÃO: ADMINISTRADOR POSTAL JR.			
LOTAÇÃO: DEGEO/AC		MATRÍCULA: 8.323.225-7	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 3593-9	CONTA: 367796-6
TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/Goiânia	24/04/2000	10:58/11:31	JJ-863
Goiânia/Brasília	12/05/2000	19:00/19:33	JJ-862

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos relativos à PRT/PR-009/2000.

Autorizo:

GABPR
Chefe do Gabinete da Presidência
Matrícula 8.813-127-0

Atenciosamente,

Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS	
PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/lss (CI-passagem)

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0584

3515-4

Dee:

CONFERE COM O ORIGINAL

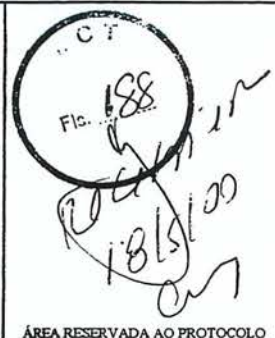
**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

DE: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: CHEFE DO DACEN

CI/CS - 135/2000

REF: PRT/PR-009/2000 - PROC.DINSP.0032/2000



ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Assunto: **Fornecimento de passagem aérea e diária**

Goiânia (GO), 17 de maio de 2000.

Solicito a V.S^a, conforme previsto no MANPES 29/2, a emissão de bilhete de passagem aérea, de acordo com os dados abaixo:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	BANCO	AGÊNCIA	CONTA
Valter Lenta Morimatsu	Contador Jr./Auditor	8.102.704-4	001	3593-9	1250-5
Jorge Silveira Lopes	Advogado Jr./Inspetor	8.306.171-1	001	3593-9	1178-9
Francisco Gomes da Silva	Adm. Postal Jr./Inspetor	8.576.856-1	001	3593-9	1168-1
Cristiano Ribeiro de Oliveira	Adm.Postal Pl./Assessor	8.010.463-0	001	3593-3	1305-6
Paulo Henrique Garcia da Silva	Adm.Postal Jr.	8.323.225-7	001	3593-9	367796-6

TRECHO:	DATA:	HORÁRIO:	VÔO:
Brasília/Goiânia	21/05/2000	20:04/20:30	JJ-3825
Goiânia/Brasília	23/05/2000	16:00/16:29	JJ-3898

MOTIVO DA VIAGEM: Realização de trabalhos de sindicância na DR/GT, conforme documento da referência.

Autorizo:

GABRR/AC
Julio Vicente Lopes
Chefe do Gabinete da Presidência

Atenciosamente,

Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância

CAMPOS RESERVADOS AO SETOR DE PASSAGENS AÉREAS

PERÍODO DA VIAGEM:	
0,5 (MEIA) DIÁRIA PARA O DIA:	
NÃO HÁ DIÁRIA:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:	

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/vlm (CI-passagem)

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº **0585**
3515 - 4
Doc:

Cópia - com o Original



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: DIRETOR REGIONAL GOIÁS/TOCANTINS

CI/CS- 136/2000

REF: PRT/PR-009/2000, PROC.DINSP.0032/2000

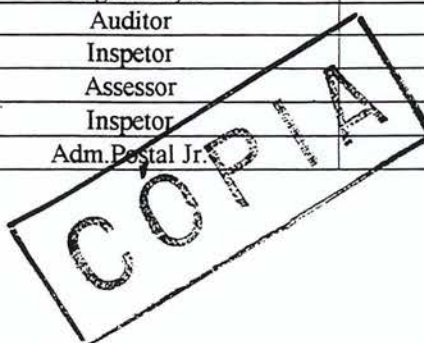
Assunto: **Solicitação de hospedagem e transporte.**

ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Goiânia/GO, 17 de maio de 2000.

Solicitamos a V.S^a, providenciar reserva de hotel, e transporte no trecho aeroporto/hotel/DR, para os empregados que chegarão a essa Regional no dia 21/05/2000 às 20h30min, com previsão de permanência até o dia 23/05/2000, quando estarão retornando para Brasília às 16:00 horas, de acordo com os dados indicados abaixo:

Nome	Cargo/Função	Matrícula
Valter Lenta Morimatsu	Auditor	8.102.704-4
Jorge Silveira Lopes	Inspetor	8.306.171-1
Cristiano Ribeiro de Oliveira	Assessor	8.010.463-0
Francisco Gomes da Silva	Inspetor	8.576.856-1
Paulo Henrique Garcia da Silva	Adm. Postal Jr.	8.323.225-7



Atenciosamente,

Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/lss (hospedagem)



CONTÉM O ORIGINAL

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: CHEFE DO DACEN/AC

CI/CS-137/2000

REF: PRT/PR-009/2000



ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO


*Recebido
24/5/00
art*Assunto: **Devolução de bilhetes de passagens aéreas**

Brasília (DF), 24 de maio de 2000.

Devolvemos a V.Sa. os bilhetes de passagens aéreas números (*form and serial number*) **3932086942 0** e **1602 500 277 0** fornecido ao empregado **VALTER LENTA MORIMATSU**, Contador Júnior/Auditor Mat. 8.102.704-4; bilhetes n°s **3932086943 1** e **1602 500 276 6** fornecidos ao empregado **JORGE SILVEIRA LOPES**, Advogado Júnior/Inspetor, Mat. 8.306.171-1; bilhetes n°s **393208694 5** e **1602 500 279 2** fornecidos ao empregado **FRANCISCO GOMES DA SILVA**, Administrador Postal Jr./Inspetor, Mat. 8.576.856-1; bilhetes n°s **393208694 6** e **1602 500 278 1** fornecidos ao empregado **CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA**, Assessor/GFRAN, Mat. 8.010.463-0 e bilhetes n°s **3932086939 4** e **1602 500 280 3** fornecidos ao empregado **PAULO HENRIQUE GARCIA DA SILVA**, Administrador Postal Jr., matr. 8.323.225-7, de acordo com os dados abaixo:

TRECHO	DATA	HORÁRIO
Brasília/Goiânia	07/05/2000	20:04h
Goiânia/Brasília	19/05/2000	19:00h
Brasília/Goiânia	21/05/2000	20:04h
Goiânia/Brasília	23/05/2000	16:00h

Atenciosamente,


Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

Anexo: 10 bilhetes de passagens aérea.

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTES DOCUMENTOS

VLM/lss (CI-devolução de passagem)

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0587
3515 - 4
Dee:

CONFERE COM O ORIGINAL

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

DE: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: CHEFE DO DACEN

CI/CS-141/2000

REF: CI/CS-127/2000 (04/05/2000)



ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Assunto: **Devolução de diárias pagas.**

Brasília (DF), 05 de junho de 2000.

A Comissão de Sindicância, instaurada por via da PRT/PR-009/2000, teve que retornar da DR/GT antes do prazo inicialmente previsto pela CI da referência, devido a estratégia adotada e recomendada pelo DEJUR, de que a Comissão não deveria receber nenhuma notificação da Justiça Federal de Goiás, o que se julgava estar em iminência de ocorrer.

Os bilhetes de passagens aéreas foram solicitados à DR/GT através da CI/CS-130/2000 de 10/05/2000.

Informamos, ainda, que o Presidente da Comissão de Sindicância - VALTER LENTA MORIMATSU – como parte da estratégia anteriormente mencionada, teve o seu retorno antecipado para 11/05/2000 às 16:00, diferentemente dos demais componentes da Comissão.

Assim, solicitamos as necessárias providências desse Departamento no sentido de proceder ao desconto em folha de pagamento dos empregados abaixo indicados, dos valores relativos às diárias pagas correspondentes ao período de 07/05/2000 até 19/05/2000, conforme segue:

Retorno de todos(*) à Brasília foi antecipado para – 12/05/2000, voo TAM/GYN/BSB – JJ/3862 das 19:00
Retorno de todos para Goiânia – 14/05/2000, voo TAM/BSB/GYN – JJ/3825 das 20:04

Empregado	Matrícula	Lotação	Período a ser descontado
Valter Lenta Morimatsu	8.102.704-4	DAUDI	11/05/00 até 14/05/00
Jorge Silveira Lopes	8.306.171-1	DINSP	12/05/00 até 14/05/00
Cristiano Ribeiro de Oliveira	8.010.463-0	GFRAN	12/05/00 até 14/05/00
Francisco Gomes da Silva	8.576.856-1	DINSP	12/05/00 até 14/05/00
Paulo Henrique Garcia da Silva	8.323.225-7	DEGEO	12/05/00 até 14/05/00

(*) Exceto Valter Lenta Morimatsu (conforme 3º parágrafo desta CI)

Atenciosamente,

Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

PHGS/phgs
Anexos: CI/CS-127/2000
CI/CS-130/2000

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis Nº 0588
Doc 3515-4

CONFERIR COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

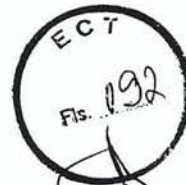
DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: PRESIDENTE DA ECT

CI/CS-138/2000

REF: PRT/PR-009/2000, PROC.DINSP.0032/2000

Assunto: **ACF T-9**



ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

CONFIDENCIAL

Brasília (DF), 25 de maio de 2000.

Em prosseguimento aos trabalhos sindicatários finais que ora estão em andamento no âmbito da Diretoria Regional de Goiás/Tocantins, levamos ao conhecimento de V.S^a as ocorrências envolvendo a Unidade Franqueada jurisdicionada à DR/GT, denominada Agência de Correios Franqueada T-9, de titularidade da Sra. TEREZA CLÁUDIA CAMAPUM CARVALHO DE OLIVEIRA.

A **ACF T-9** estava vinculada à operacionalização do anulado Contrato **ECT/DR/GT-0054/99** firmado com a **TECPRINT Impressões Técnicas Ltda.** Isso está evidenciado por conta da existência de carimbos apostos em Listas de Postagens que eram entregues diretamente no COI/Goiânia por um empregado da **ACF Independência**, Sr. MÁRCIO DE LIMA PEREIRA cujas informações perante a GINSP/DR/GT (Processo/GINSP/GT-0043/2000) resumem **"que somente o declarante é que transportava os objetos da TECPRINT e de outros clientes"**.

Outro documento também, no mesmo sentido, é uma carta datada de 25/10/1999 (anterior à data da assinatura do aludido contrato – 26/10/99) e assinada conjuntamente pelas ACFs ALPES, T-9 e INDEPENDÊNCIA. No citado expediente, as ACFs solicitam – aos cuidados do Sr. IRANDI LISBOA DE MORAES, Coordenador de Negócios/ECT/DR/GT – a vinculação do contrato às mencionadas franquias em atendimento à solicitação formal do Sr. CLÁUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA, Diretor Presidente da Tecprint Impressões Técnicas Ltda, em 22/10/1999, onde segundo disse, a providência era para **"melhorarmos a qualidade operacional dos serviços postais de nossos clientes, ..."**.

Note-se que os objetos e as Listas de Postagens saíam da Tecprint já contendo os carimbos das ACFs, a quem foi deferido pela DR/GT – na gestão dos ex-colaboradores NILO, MÁRCIO e IRANDI - o comissionamento por "serviços prestados". A evidenciação disso tudo encontra-se suportada nas declarações prestadas pelo Sr. MÁRCIO DE LIMA PEREIRA nas folhas 39/40 dos autos do Processo/GINSP/GT-043/2000 e na CT/SCRE/GECOF/DR/GT-0356/, de 15/12/1999.

Diante desses fatos, foi encaminhada a carta-convite **CT/CS-005/2000**, de 09/05/2000, à representante legal da ACF T-9 (TEREZA CLÁUDIA CAMAPUM CARVALHO DE

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/vlm

PROS Nº 02/2000 - 04 -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0589
3515 - 4
Doc:

CONF - 3.1.0 ORIGINAL



FREITAS), para que viesse prestar informações acerca de pontos relacionados ao contrato em apreço e outros, ao que aquela franqueada, em ato formal, na mesma data e por intermédio de uma emissária do Departamento Jurídico da TECPRINT (Sta. MILENA SUZE FERNANDES) apresentou correspondência onde se reservava ***"no direito de comparecer após tomarmos ciência de todos os documentos que fazem parte da presente Sindicância, até para podermos nos orientar, ..."***, solicitando ainda a esta Comissão ***"que nos encaminhe cópia de todos os documentos que fazem parte da referida Sindicância, para então após a devida análise, podermos marcar uma outra data mais apropriada para prestarmos as devidas informações"***. (Grifos nossos).

Diante de tal negativa, reiteramos nosso convite por meio da CT/CS-007/2000, de 11/05/2000, por via do 2º Tabelionato de Protestos e Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos de Goiânia, solicitando o comparecimento daquela franqueada nas 24 horas subseqüentes ao recebimento de nossa correspondência, o que também acabou não acontecendo, sem justificativas para tal desobediência até esta data.

A carta-convite CT-CS-012/2000, de 15/05/2000, enviada ao Sr. CLÁUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA, Sócio-proprietário da Tecprint Impressões Técnicas Ltda, também por via do 2º Tabelionato de Protestos e Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos de Goiânia, além de ter sido normalmente recebida pela funcionária e estagiária de Direito na Tecprint, Sta. MILENA SUZE FERNANDES, também mereceu evasiva e similar resposta nos moldes acima transcrito, pois o destinatário se reservou ***"no direito de comparecer, somente após tomar ciência de todos os documentos que fazem parte da presente Sindicância, até para poder me orientar, buscando oferecer melhores informações ..."***, e por fim solicita que esta Comissão lhe ***"encaminhe cópia de todos os documentos que fazem parte da referida Sindicância, para após a devida análise, avaliar o convite de Vossa Senhoria."***

Ora, diante da participação do Departamento Jurídico da TECPRINT na defesa dos interesses da TECPRINT verifica-se agora também o mesmo patrocínio em favor da ACF T-9 e do Sr. MÁRCIO DE LIMA PEREIRA (ex-empregado da ACF Independência). Assim, mais uma vez se evidencia a vinculação – no mínimo, comercial e técnica – daquela empresa de impressões técnicas com a referida ACF T-9 e, mais que isso, ingerência administrativa nos interesses desta franqueada.

Assim Sr. Presidente, elaboramos um Termo de Ocorrência em 16/05/2000, visando registrar a injustificada denegação ao nosso convite, o que ao nosso ver, fere frontalmente a Cláusula Quarta do denominado Contrato de Franquia Empresarial mantido entre a ECT e a ACF T-9 estando esta passível das penalidades edificadas no instrumento mantenedor das relações comerciais que estão submissas tanto a franqueadora quanto a franqueada.

Outra impropriedade envolvendo esta ACF T-9 está relacionada à celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Coleta e Postagem de Correspondências OS-033/97, assinado em 16/4/97 com o Banco do Estado de Goiás (BEG) – cujos objetos eram impressos pela Tecprint – estando, inclusive, no momento em plena vigência contratual conforme Termo Aditivo assinado em 10/03/2000, com vigência retroativa a 02/05/1999.

Ressalta-se que a área de vendas da ECT/DR/GT não possuía nos seus arquivos cópia do aludido contrato, o que caracteriza descumprimento das Cláusulas 4.17, 7.4, 7.4.1 e 10.1 do Contrato de Franquia Empresarial.

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR
COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/vlm

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls N° 0590	2
3515 - 4	
CONF. ORIGINAL	



Constatou-se também, como resposta à petição ao Oficial Titular do 4º Tabelionato de Notas da Comarca de Goiânia, em 30/03/2000, a existência e validação de um instrumento de mandato outorgado pela empresa individual TEREZA CLÁUDIA CAMAPUM CARVALHO DE FREITAS ME – CGC/MF 37.353.463/00001.47, em favor do cidadão CLÁUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA – CPF 323.227.631-87, para – extensivamente – exercer junto à ECT: ***AMPLOS, GERAIS E ILIMITADOS PODERES, PARA GERIR E ADMINISTRAR A EMPRESA OUTORGANTE, PODENDO, PARA TANTO, FAZER REPRESENTAÇÃO ÀS REPARTIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS, INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA, AUTARQUIAS, EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA, FUNDAÇÕES, PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS EM GERAL, ...**.

Portanto, Sr. Presidente, os fatos – s.m.j - denotam a oportunidade de se instaurar procedimento administrativo interno específico visando apurar a eventual infração ao Contrato de Franquia Empresarial, sugerindo-se desde já que, assim julgado cabível, sejam o Departamento Jurídico da ECT – DEJUR e a Diretoria Regional de Goiás e Tocantins participados das providências que vierem a ser determinadas por essa Presidência.

Atenciosamente,

CÓPIA

Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

Anexos: Cópias/CT-003, 008 e 012/2000

Carta ACF-Alpes (09/05/00)

Recibos entrega 2º Tabelionato de 12/05 e 15/05/2000

Termo Ocorrência (16/05/00)

Termo Declarações de Márcio Lima Pereira (11/02/00)

CT/SCRE/GECOF/DR/GT-0356/99 (15/12/99)

Folhas 39/40 do Proc. GINSP/GT-0043/2000





Procuração da ACF T-9 para o Sr. Claudio Fernandes de Oliveira

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR
COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/vlm

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls. Nº	0591 3
3515-4	
Doc:	

CONFERE COM O ORIGINAL

 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS			
DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA AO: PRESIDENTE DA ECT CI/CS-139/2000 REF: PRT/PR-009/2000, PROC.DINSP.0032/2000 Assunto: ACF ALPES			ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

CONFIDENCIAL

Brasília (DF), 25 de maio de 2000.

Em prosseguimento aos trabalhos sindicatórios finais que ora estão em andamento no âmbito da Diretoria Regional de Goiás/Tocantins, levamos ao conhecimento de V.S^a as ocorrências envolvendo a Unidade Franqueada jurisdicionada à DR/GT, denominada Agência de Correios Franqueada ALPES, de titularidade da Sra. SUZANA FERNANDES DE OLIVEIRA.

Inicialmente, a ACF-ALPES estava vinculada à operacionalização do anulado Contrato ECT/DR/GT-0054/99 firmado com a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda. Isso está evidenciado por conta da existência de carimbos apostos em Listas de Postagens que eram entregues diretamente no COI/Goiânia por um empregado da ACF Independência, Sr. MÁRCIO DE LIMA PEREIRA cujas informações perante a GINSP/DR/GT (Processo/GINSP/GT-0043/2000) resumem *"que somente o declarante é que transportava os objetos da TECPRINT e de outros clientes"*.

Outro documento também, no mesmo sentido, é uma carta datada de 25/10/1999 (anterior à data da assinatura do aludido contrato - 26/10/99) e assinada conjuntamente pelas ACFs ALPES, T-9 e INDEPENDÊNCIA. No citado expediente, as ACFs solicitam - aos cuidados do Sr. IRANDI LISBOA DE MORAES, Coordenador de Negócios/ECT/DR/GT - a vinculação do contrato às mencionadas franquias em atendimento à solicitação formal do Sr. CLÁUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA, Diretor Presidente da Tecprint Impressões Técnicas Ltda, em 22/10/1999, onde, segundo disse, a providência era para *"melhorarmos a qualidade operacional dos serviços postais de nossos clientes, ..."*.

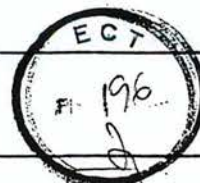
Note-se que os objetos e as Listas de Postagens saíam da Tecprint já contendo os carimbos das ACFs a quem foi deferido pela DR/GT - na gestão dos ex-colaboradores NILO, MÁRCIO e IRANDI - o comissionamento por "serviços prestados". A evidenciação disso tudo encontra-se suportada nas declarações prestadas pelo Sr. MÁRCIO DE

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/vlm

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 Fls. Nº 0592
 3515 - 4
 Doc:

CONFIRMAÇÃO DO ORIGINAL



LIMA PEREIRA nas folhas 39/40 dos autos do Processo/GINSP/GT-043/2000 e na CT/SCRE/GECOF/DR/GT-0356/, de 15/12/1999.

Diante desses fatos, foi encaminhada a carta-convite CT/CS-003/2000, de 09/05/2000 àquela representante legal da ACF ALPES (SUZANA FERNANDES DE OLIVEIRA), para que viesse prestar informações acerca de pontos relacionados ao contrato em apreço e outros, ao que aquela franqueada, em ato formal, na mesma data e por intermédio de uma emissária do Departamento Jurídico da TECPRINT (Sta. MILENA SUZE FERNANDES) apresentou correspondência onde ali se reservava **"no direito de comparecer após tomarmos ciência de todos os documentos que fazem parte da presente Sindicância, até para podermos nos orientar, ..."**, solicitando ainda a esta Comissão **"que nos encaminhe cópia de todos os documentos que fazem parte da referida Sindicância, para então após a devida análise, podermos marcar uma outra data mais apropriada para prestarmos as devidas informações"**. (Grifos nossos).

Diante de tal negativa, reiteramos nosso convite por meio da CT/CS-008/2000, de 11/05/2000, por via do 2º Tabelionato de Protestos e Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos de Goiânia, solicitando o comparecimento daquela franqueada nas 24 horas subseqüentes ao recebimento de nossa correspondência, o que também acabou não acontecendo, sem justificativas para tal desobediência até esta data.

A carta-convite CT/CS-012/2000, de 15/05/2000, enviada ao Sr. CLÁUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA, Sócio-proprietário da Tecprint Impressões Técnicas Ltda, também por via do 2º Tabelionato de Protestos e Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos de Goiânia, além de ter sido normalmente recebida pela funcionária e estagiária de Direito na Tecprint, Sta. MILENA SUZE FERNANDES, também mereceu evasiva resposta nos moldes acima transcrito, pois o destinatário se reservou **"no direito de comparecer, somente após tomar ciência de todos os documentos que fazem parte da presente Sindicância, até para poder me orientar, buscando oferecer melhores informações ..."**, e por fim solicita que esta Comissão lhe **"encaminhe cópia de todos os documentos que fazem parte da referida Sindicância, para após a devida análise, avaliar o convite de Vossa Senhoria."**

Ora, diante da participação do Departamento Jurídico da TECPRINT na defesa do interesse da TECPRINT verificar-se agora também o mesmo patrocínio em favor da ACF ALPES e do Sr. MÁRCIO DE LIMA PEREIRA (ex-empregado da ACF Independência). Assim, mais uma vez se evidencia a vinculação – no mínimo, comercial e técnica – daquela empresa de impressões técnicas com a referida ACF ALPES e, mais que isso, ingerência administrativa nos interesses desta franqueada.

Assim Sr. Presidente, elaboramos um Termo de Ocorrência em 16/05/2000, visando registrar a injustificada denegação ao nosso convite, o que ao nosso ver, fere frontalmente a Cláusula Quarta do denominado Contrato de Franquia Empresarial mantido entre a ECT e a ACF ALPES estando esta passível das penalidades edificadas no instrumento mantenedor das relações comerciais que estão submissas tanto a franqueadora quanto a franqueada.

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR
COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/vlm





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

(Continuação da CI/CS-139/2000)

ANEXO:

55

Fls.

197

ECT

Fls. 9/18

Portanto, Sr. Presidente, os fatos – s.m.j. – denotam a oportunidade de se instaurar procedimento administrativo interno específico visando apurar a eventual infração ao Contrato de Franquia Empresarial, sugerindo-se desde já que, assim julgado cabível, sejam o Departamento Jurídico/DEJUR/AC e a Diretoria Regional de Goiás e Tocantins participados das providências que vierem a ser determinadas por essa Presidência.

Atenciosamente,

Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

CÓPIA

Anexos: Folha 39/40 – Proc. GINSP/GT-043/2000
Cópias/CT-003, 008 e 012/2000
Carta ACF-Alpes (09/05/00)
Recibos entrega 2º Tabelionato de 12/05 e 15/05/2000
Termo Ocorrência (16/05/00)
Termo Declarações de Márcio Lima Pereira (11/02/00)
CT/SCRE/GECOF/DR/GT-0356/99 (15/12/99)

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR
COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTES DOCUMENTOS

VLM/vlm

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0594
3515 - 4 3
Doc

CONFERE COM O ORIGINAL

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

DE: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

AO: PRESIDENTE DA ECT

CI/CS-140/2000

REF: PRT/PR-009/2000, PROC.DINSP.0032/2000

Assunto: **ACF INDEPENDÊNCIA**NEXOS
11

Fls. 138

ECT
Fls. 949

ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

CONFIDENCIAL

Brasília (DF), 25 de maio de 2000.

Em prosseguimento aos trabalhos sindicatórios finais que ora estão em andamento no âmbito da Diretoria Regional de Goiás/Tocantins, levamos ao conhecimento de V.S^a as ocorrências envolvendo a Unidade Franqueada jurisdicionada à DR/GT, denominada Agência de Correios Franqueada INDEPENDÊNCIA, de titularidade da Sra. LUCIENE DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA.

A **ACF INDEPENDÊNCIA** estava vinculada à operacionalização do anulado **Contrato ECT/DR/GT-0054/99** firmado com a **TECPRINT Impressões Técnicas Ltda.** Isso está evidenciado por conta da existência de carimbos apostos em Listas de Postagens que eram entregues diretamente no COI/Goiânia por um ex-empregado da ACF Independência, Sr. **MÁRCIO DE LIMA PEREIRA** cujas informações perante a GINSP/DR/GT (Processo/GINSP/GT-0043/2000) resumem *"que somente o declarante é que transportava os objetos da TECPRINT e de outros clientes"*.

Outro documento também, no mesmo sentido, é uma carta datada de 25/10/1999 (anterior à data da assinatura do aludido contrato - 26/10/99) e assinada conjuntamente pelas ACFs ALPES, T-9 e INDEPENDÊNCIA. No citado expediente, as ACFs solicitam - aos cuidados do Sr. **IRANDI LISBOA DE MORAES**, Coordenador de Negócios/ECT/DR/GT - a vinculação do contrato às mencionadas franquias em atendimento à solicitação formal do Sr. **CLÁUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA**, Diretor Presidente da Tecprint Impressões Técnicas Ltda, em 22/10/1999, onde segundo disse, a providência era para *"melhorarmos a qualidade operacional dos serviços postais de nossos clientes, ..."*.

Note-se que os objetos e as Listas de Postagens saíam da Tecprint já contendo os carimbos das ACFs a quem foi deferido pela DR/GT - na gestão dos ex-colaboradores **NILO**, **MÁRCIO** e **IRANDI** - o comissionamento por "serviços prestados". A evidenciação disso tudo encontra-se suportada nas declarações prestadas pelo Sr. **MÁRCIO DE LIMA PEREIRA** nas folhas 39/40 dos autos do Processo/GINSP/GT-043/2000 e na CT/SCRE/GECOF/DR/GT-0356/, de 15/12/1999.

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/vlm

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0595

Fls Nº

3515 - 4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



Diante desses fatos, foi encaminhada a carta-convite CT/CS-003/2000, de 09/05/2000 àquela representante legal da ACF INDEPENDÊNCIA (LUCIENE DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA), para que viesse prestar informações acerca de pontos relacionados ao contrato em apreço e outros, ao que aquela franqueada, em ato formal, na mesma data e por intermédio de uma emissária do Departamento Jurídico da TECPRINT (Sta. MILENA SUZE FERNANDES) apresentou correspondência onde ali se reservava ***"no direito de comparecer após tomarmos ciência de todos os documentos que fazem parte da presente Sindicância, até para podermos nos orientar, ..."***, solicitando ainda a esta Comissão ***"que nos encaminhe cópia de todos os documentos que fazem parte da referida Sindicância, para então após a devida análise, podermos marcar uma outra data mais apropriada para prestarmos as devidas informações"***. (Grifos nossos). Note-se que os objetos e as Listas de Postagens saíam da Tecprint já contendo os carimbos das ACFs a quem foi deferido pela DR/GT - na gestão dos ex-colaboradores NILO, MÁRCIO e IRANDI - o comissionamento por "serviços prestados". A evidenciação disso tudo encontra-se suportada nas declarações prestadas pelo Sr. MÁRCIO DE LIMA PEREIRA nas folhas 39/40 dos autos do Processo/GINSP/GT-043/2000 e na CT/SCRE/GECOF/DR/GT-0356/, de 15/12/1999.

Diante desses fatos, foi encaminhada a carta-convite CT/CS-003/2000, de 09/05/2000 àquela representante legal da ACF INDEPENDÊNCIA (LUCIENE DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA), para que viesse prestar informações acerca de pontos relacionados ao contrato em apreço e outros, ao que aquela franqueada, em ato formal, na mesma data e por intermédio de uma emissária do Departamento Jurídico da TECPRINT (Sta. MILENA SUZE FERNANDES) apresentou correspondência onde ali se reservava ***"no direito de comparecer após tomarmos ciência de todos os documentos que fazem parte da presente Sindicância, até para podermos nos orientar, ..."***, solicitando ainda a esta Comissão ***"que nos encaminhe cópia de todos os documentos que fazem parte da referida Sindicância, para então após a devida análise, podermos marcar uma outra data mais apropriada para prestarmos as devidas informações"***. (Grifos nossos).

Diante de tal negativa, reiteramos nosso convite por meio da CT/CS-008/2000, de 11/05/2000, por via do 2º Tabelionato de Protestos e Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos de Goiânia, solicitando o comparecimento daquela franqueada nas 24 horas subseqüentes ao recebimento de nossa correspondência, o que também acabou não acontecendo, sem justificativas para tal desobediência até esta data.

A carta-convite CT-CS-012/2000, de 15/05/2000, enviada ao Sr. CLÁUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA, Sócio-proprietário da Tecprint Impressões Técnicas Ltda, também por via do 2º Tabelionato de Protestos e Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos de Goiânia, além de ter sido normalmente recebida pela funcionária e estagiária de Direito na Tecprint, Sta. MILENA SUZE FERNANDES, também mereceu evasiva resposta nos moldes acima transcrito, pois o destinatário se reservou ***"no direito de comparecer, somente após tomar ciência de todos os documentos que fazem parte da presente Sindicância, até para poder me orientar, buscando oferecer melhores informações ..."***, e por fim solicita que esta Comissão lhe ***"encaminhe cópia de todos os documentos que fazem parte da referida Sindicância, para após a devida análise, avaliar o convite de Vossa Senhoria."***

Ora, diante da participação do Departamento Jurídico da TECPRINT na defesa do interesse da TECPRINT verificar-se agora também o mesmo patrocínio em favor da ACF INDEPENDÊNCIA e do Sr. MÁRCIO DE LIMA PEREIRA (ex-empregado da ACF Independência).

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR
COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

VLM/vlm

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMT - CORREIOS
Fis. Nº 05962
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



Assim, mais uma vez se evidencia a vinculação – no mínimo, comercial e técnica – daquela empresa de impressões técnicas com a referida ACF INDEPENDÊNCIA e, mais que isso, ingerência administrativa nos interesses desta franqueada.

Assim Sr. Presidente, elaboramos um Termo de Ocorrência em 16/05/2000, visando registrar a injustificada denegação ao nosso convite, o que ao nosso ver, fere frontalmente a Cláusula Quarta do denominado Contrato de Franquia Empresarial mantido entre a ECT e a ACF INDEPENDÊNCIA estando esta passível das penalidades edificadas no instrumento mantenedor das relações comerciais que estão submissas tanto a franqueadora quanto a franqueada.

Outro fato que merece apreciação relaciona-se ao transporte das cargas originadas na TECPRINT e que eram entregues diretamente no COI/Goiânia pelo ex-empregado da ACF Independência, Sr. MÁRCIO DE LIMA PEREIRA

Segundo informado à GINSP/DR/GT, em Termo de Declarações, na data de 11/02/2000, este menciona que as listas de postagens que lhe eram entregues na TECPRINT, se referiam aos objetos pertencentes às ACFs Independência e T-9, conforme as listas de postagens. No entanto, as várias listas de postagens localizadas no faturamento da TECPRINT demonstram a existência de postagens envolvendo as três unidades franqueadas: ALPES, T-9 e INDEPENDÊNCIA.

Portanto, Sr. Presidente, os fatos – s.m.j. - denotam a oportunidade de se instaurar procedimento administrativo interno específico visando apurar a eventual infração ao Contrato de Franquia Empresarial, sugerindo-se desde já que, assim julgado cabível, sejam o Departamento Jurídico/DEJUR/AC e a Diretoria Regional de Goiás e Tocantins participados das providências que vierem a ser determinadas por essa Presidência.


Atenciosamente,

Valter Lenta Morimatsu
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

Anexos: Cópias/CT-003, 008 e 012/2000
Carta ACF-Alpes (09/05/00)
Recibos entrega 2º Tabelionato de 12/05 e 15/05/2000
Termo Ocorrência (16/05/00)
Termo Declarações de Márcio Lima Pereira (11/02/00)
CT/SCRE/GECOF/DR/GT-0356/99 (15/12/99)
Folha 39/40 – Proc. GINSP/GT-0043/2000

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0597
3515 - 4
Dee:

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR CITAR
COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

 CORREIOS



CÓPIA

PROC.DINSP
0032/00

COMISSÃO
DE
SINDICÂNCIA
DOCUMENTOS
COLETADOS
DE

11.01.2000
ATE

09.04.2000

PASTA

2

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0598

3515-4

Doc: _____



CORREIOS

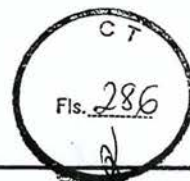
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE MATO-GROSSO

DE: GERENTE DE INSPEÇÃO DR/MT

AO: CHEFE DA DIVISÃO DE INSPEÇÃO - AC

CI: CI/GINSP/DR/MT- 0072 /2000

REF. :CONTRATO ECTxTECPRINT-0054/99



Assunto: REFUGO

Várzea Grande/MT, 19 de janeiro de 2000

Conforme solicitado, estamos encaminhando, em devolução, 56 Impressos sem devolução garantida oriundos da unidade operacional de Alta Floresta/Mt.

Atenciosamente,

JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO NETO
GINSP/DR/MT

CFO/cfo.



CONFERE COM O ORIGINAL

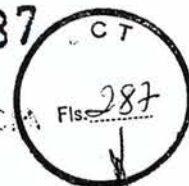


EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

26 JAN 12 13 8 000237

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS



Ofício nº 59 /2000/PR/GO

Goiânia, 20 de janeiro de 2000

Ao Ilmo. Sr.

Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Brasília-DF

Senhor Presidente,

Vimos pelo presente solicitar os préstimos de V.Sª. no sentido de prestar informações a este Órgão, no prazo de 10 dias, com fulcro no art. 8º, inciso II da Lei Complementar nº 75/93 e para fins de instrução do procedimento administrativo nº 08108.002000/99-99, sobre as denúncias consignadas na representação em apenso encaminhada, em especial no que pertine à apuração administrativa das irregularidades noticiadas e aos relatórios existentes, em poder dessa empresa, sobre o alegado atraso significativo na entrega de correspondências no âmbito deste Estado.

Atenciosamente,

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0600
Doc. 3515-4

Fábio George Cruz da Nóbrega
Procurador da República

Respondido em 16/02/2000
Conferir OF/298/PR, de
16/02/2000.

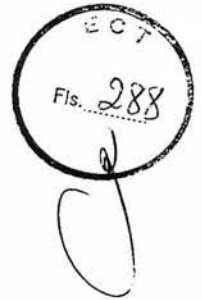
8306171.1

ANEXO

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PROCURADORA-CHEFE
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS.

PR/GO
Fls. 11

DA



SINTECT – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CORREIOS, TELÉGRAFOS E SIMILARES DO ESTADO DE GOIÁS E TOCANTINS, pessoa jurídica de direito privado, legítima representante dos trabalhadores na empresa, vem, ante a ilustre presença de Vossa Excelência oferecer

REPRESENTAÇÃO

na forma prevista pelo artigo 129, inciso III da Constituição Federal em desfavor da Diretoria Regional da Empresa de Correios e Telégrafos de Goiás e Tocantins, pelos motivos seguintes:

1. Em Goiás e no Tocantins, a Empresa de Correios e Telégrafos está sendo, a cada dia mais sucateada, na tentativa de fortalecer o projeto de privatização. A não contratação de funcionários e a permanente política de perseguições e demissões estão determinando o acúmulo de serviços e comprometendo a eficiência da ECT. Recentemente, tudo mais se agravou quando os chefes do COI esconderam milhares de correspondências, para enganar os inspetores vindos de Brasília.

2. Inúmeros motivos vêm contribuindo para isso. Um fato de maior gravidade aconteceu no dia 31 de maio último, com desdobramentos que estão presentes em todo o funcionamento das empresa, provocando preocupações na categoria e, especialmente, na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na ECT de Goiás e do Tocantins (Sintect-GO/TO)

3. Logo de manhã, no dia 31 de maio, um diretor do sindicato recebeu um telefonema, com uma denúncia grave: no dia anterior, à noite, os chefes do COI (Centro de Operações Integradas), Sra. Roseli e Sr. João Batista, esconderam uma grande quantidade de correspondências, com prazos de entrega vencidos, numa casa que funciona como depósito da empresa (o mesmo local para onde são levados materiais sem condições de uso, carrinhos quebrados etc.)

4. É que naquele dia (31 de maio) estariam chegando a Goiânia dois inspetores de Brasília para verificar os motivos dos constantes atrasos em Goiás (os Correios de Belém haviam encaminhado a denúncia à direção da empresa, porque as correspondências daqui sempre chegavam lá muito atrasadas, levando transtornos àquela Regional). Lembre-se que essa

RGPS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls 0601
3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

Doc:

ANEXO



seria a terceira visita dos inspetores. Nas duas anteriores, eles constataram a veracidade das denúncias, identificando uma série de problemas.

5. No dia 31, entretanto, os chefes do COI decidiram agir com eficiência, escondendo o grande volume de correspondências acumuladas, para que os inspetores tivessem a impressão de que tudo estava resolvido. Então, tomando conhecimento desses fatos, a direção do sindicato não poderia ficar omissa, assumindo um comportamento que prejudicasse os trabalhadores da empresa. Assim, dirigiu-se imediatamente ao COI e, lá, verificou que tudo era mais grave do que se poderia imaginar.

6. Os diretores do Sintect foram impedidos de chegar ao depósito. A senhora Roseli ficou brava, gritou, fez um escândalo, até tentando agredir fisicamente a diretora a Sandra Martins. O dirigente sindical Sr. Eziraldo encontrou-se com os inspetores (um deles chama-se Sr. Maurício Madureira) e repassou as informações que possuía. As anotações foram feitas e, além de tudo, a denúncia se confirmou: as correspondências estavam mesmo escondidas no depósito. Para ali, elas foram levadas na noite anterior.

7. Sabe-se, hoje, que empregados da ECT foram convocados para iniciar os trabalhos às 4 horas da madrugada, naquele dia 31 (por isso mesmo, eles até deveriam receber, além de hora extra, o adicional noturno). O próprio Sr. João Batista fez questão de dirigir a empilhadeira, carregada com o material para ser escondido, mesmo sabendo que, para isso, e precisaria estar habilitado, depois de receber treinamento especial.

8. A operação atravessou toda a madrugada, tendo começado por volta da meia-noite. Foram transportados para o esconderijo 20 containers, cada um com 15 caixas, e várias malas. Todo o material guardado no depósito foi fotografado, apesar das dificuldades encontradas no cumprimento dessa tarefa.

9. É importante esclarecer que se acontecem atrasos, se já acúmulo de serviço, é que os Correios só funcionam graças ao sacrifício dos seus empregados. É pequeno o número de funcionários, que trabalham num clima de terror, em jornadas árduas, às vezes até com o comprometimento das horas que deveriam ser dedicadas à alimentação e ao lazer.

ISTO POSTO, REQUER:

- a) – que sejam tomadas as providências necessárias para que seja aberto inquérito civil público, a fim de que apuradas as irregularidades aqui denunciadas, o patrimônio público protegido e a ECT preservada de maus administradores, tornando-se cada vez mais eficiente e qualificada como melhor empresa pública brasileira.

**NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.**

Ass. Sebastião de Jesus
SINTECT

Goiânia, 23 de agosto de 1999.



CONFERE COM O ORIGINAL

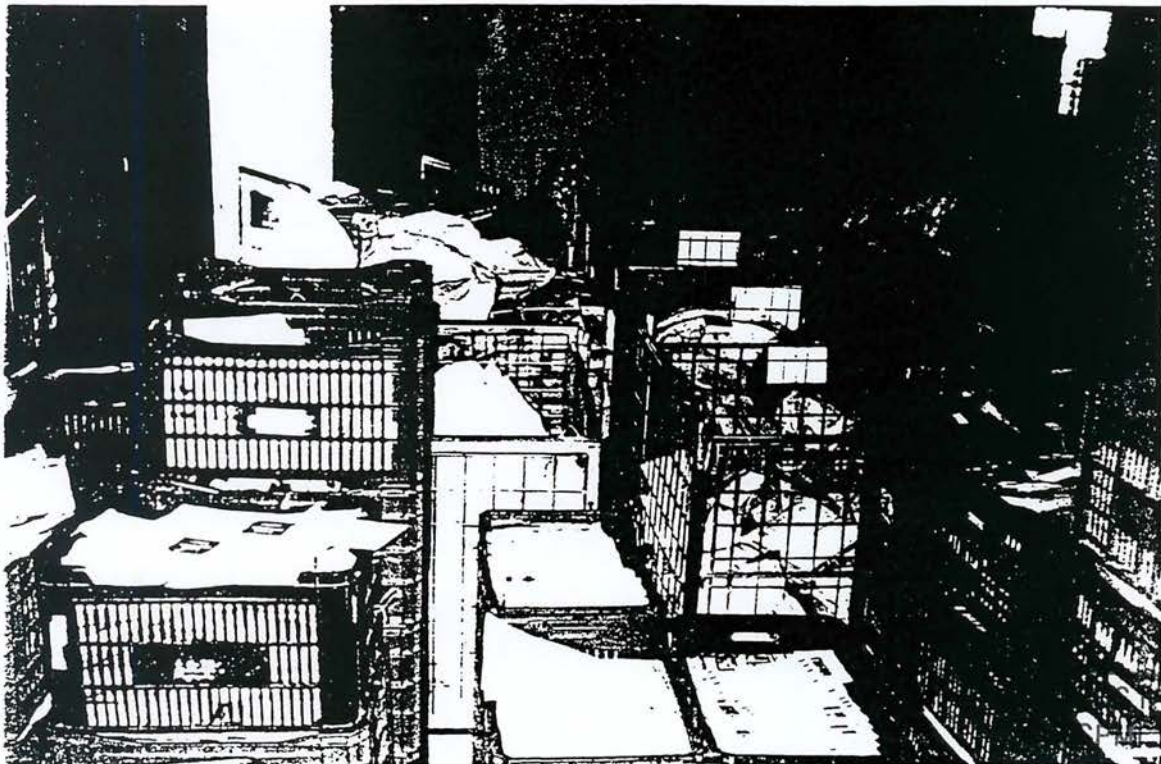
ANEXO

PR/GO
Fis. 111



CT
Fis. 290

CÓPIA



03/2005 - CN -
CORREIOS

Fis. Nº **0603**

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO



PR/GO
Fls. *[handwritten]*



CÓPIA

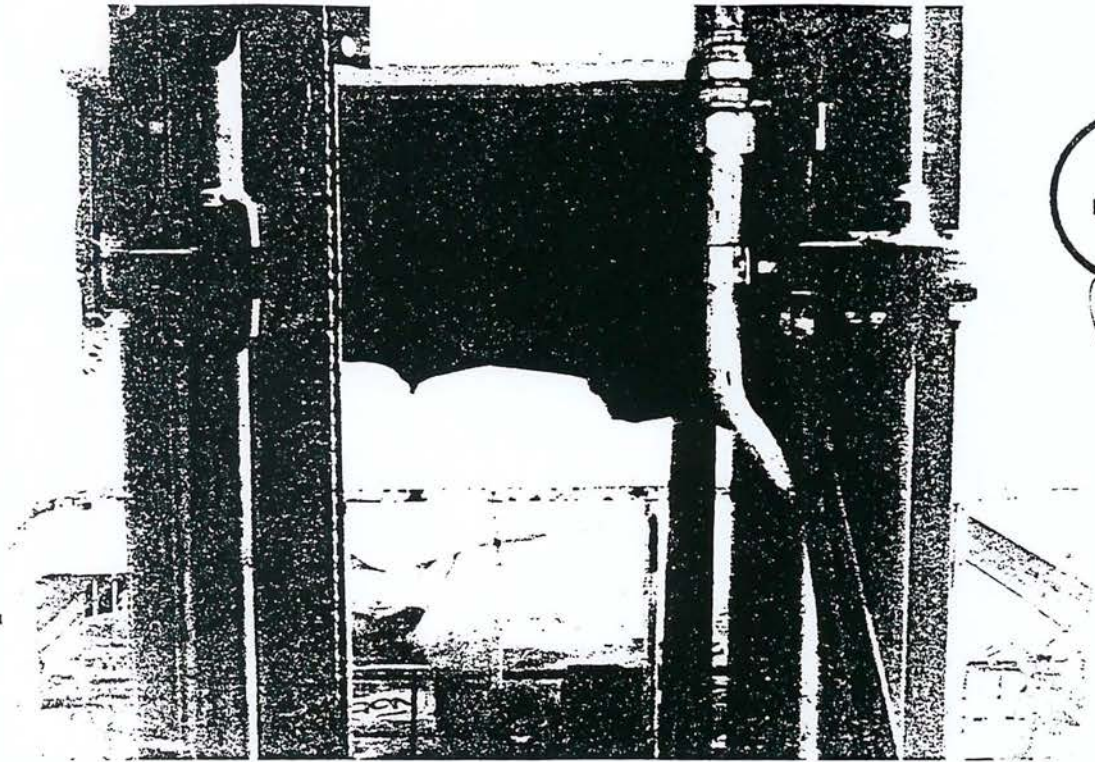


2005 - CN -
CORREIOS

Fls Nº 0604
E 3515-4
Doc:

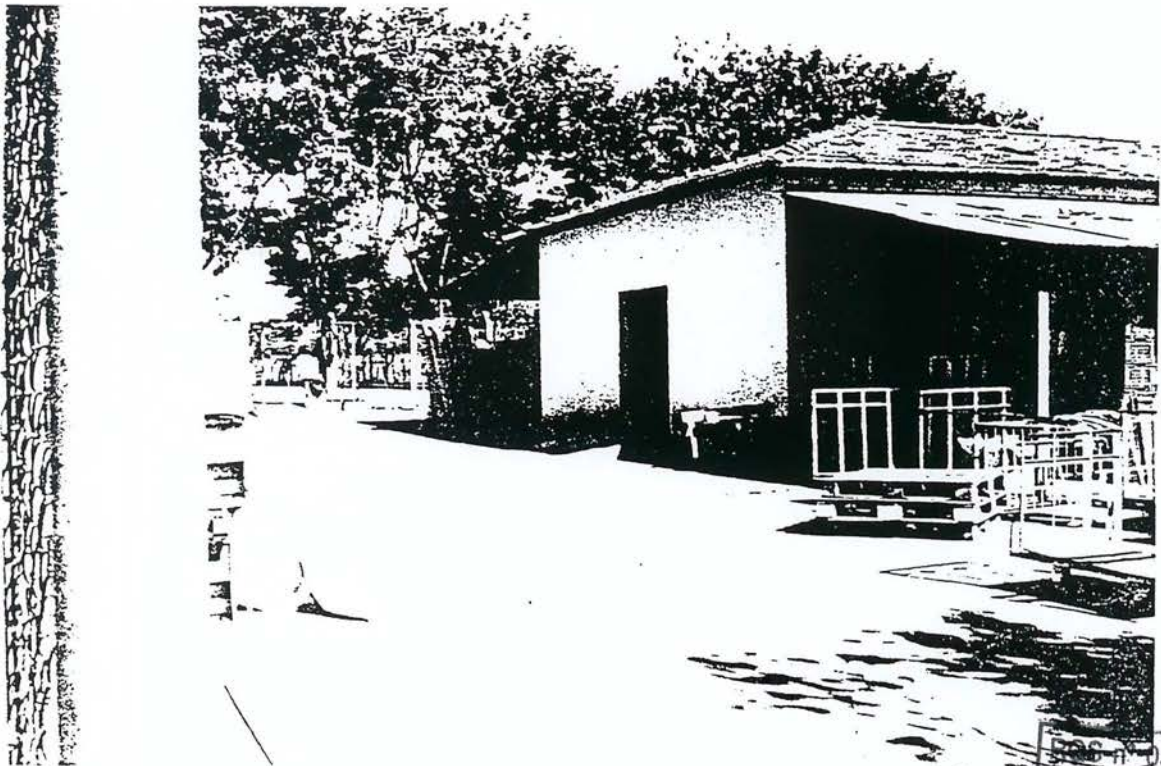
CONFERE COM O ORIGINAL

PR/GO



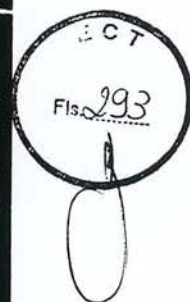
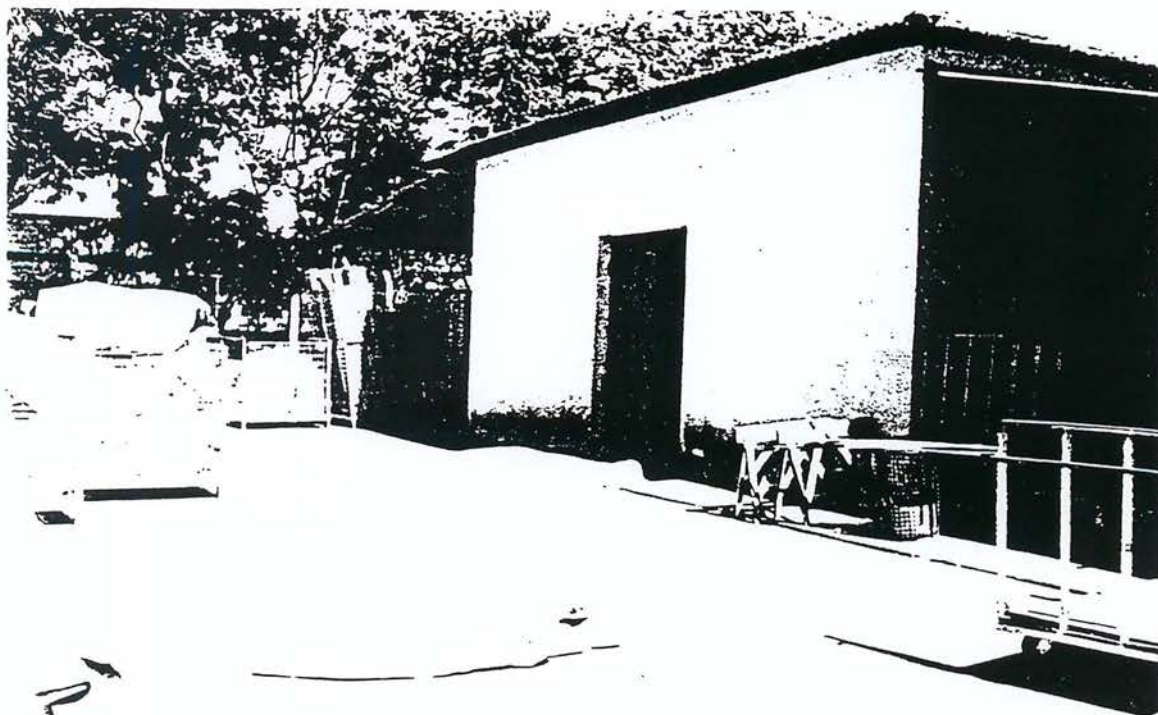
CT
Fls. 292
N

CÓPIA

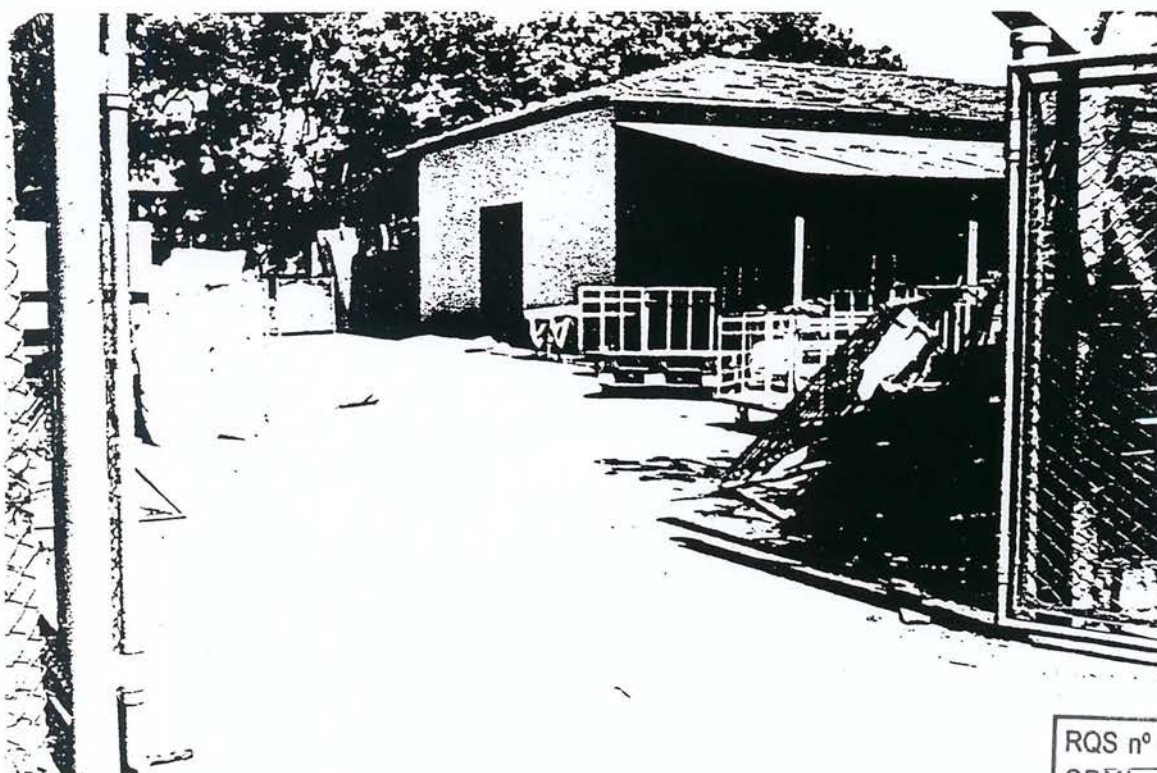


Proc. nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0605
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



CÓPIA



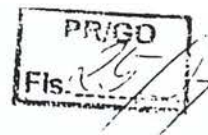
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0606

3515-4

Doc:

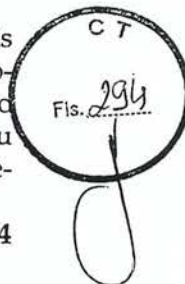
CONFERE COM O ORIGINAL



Chefes escondem correspondências

Em Goiás e no Tocantins, a Empresa de Correios e Telégrafos está sendo a cada dia mais sucateada, na tentativa de fortalecer o projeto de privatização. A não contratação de funcionários e a permanente política de perseguições e demissões estão determinando o acúmulo de serviços e comprometendo a eficiência da ECT. Recentemente, tudo mais se agravou quando os chefes do COI esconderam milhares de correspondências, para enganar os inspetores vindos de Brasília.

Págs. 3/4



Chefes se transformam em Míster M

A tão decantada credibilidade dos Correios, que muito orgulho causa aos seus funcionários e serve de propaganda para a sua direção, está seriamente ameaçada, pelo menos em Goiás.

E se inúmeros motivos vêm contribuindo para isso, um fato da maior gravidade aconteceu no dia 31 de maio último, com desdobramentos que estão presentes em todo o funcionamento da empresa, provocando preocupações na categoria e, especialmente, na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na ECT de Goiás e do Tocantins (Sintect-GO/TO).

Logo de manhã, no dia 31 de maio, um diretor do sindicato recebeu um telefonema, com uma denúncia grave: no dia anterior, à noite, os chefes do COI (Centro de Operações Integradas), Roseli e João Batista, esconderam uma grande quantidade de correspondências, com prazos de entrega vencidos, numa casa que funciona como depósito da empresa (o mesmo local para onde são levados materiais sem condições de uso, carrinhos quebrados etc).

É que naquele dia (31 de maio) estariam chegando a Goiânia dois inspetores de Brasília para verificar os motivos dos constantes atrasos em Goiás (os Correios de Belém haviam encaminhado a denúncia à direção da empresa, porque as correspondências daqui sempre chegam lá muito atrasadas, levando transbordos àquela Regional). Lembre-se que essa

seria a terceira visita dos inspetores. Nas duas anteriores, eles constataram a veracidade das denúncias, identificando uma série de problemas.

No dia 31, entretanto, os chefes do COI decidiram agir com eficiência, escondendo o grande volume de correspondências acumuladas, para que os inspetores tivessem a impressão de que tudo estava resolvido. Então, tomando conhecimento desses fatos, a direção do sindicato não poderia ficar omissa, assumindo um comportamento que prejudicasse os trabalhadores da empresa. Assim, dirigiu-se imediatamente ao COI e, lá, verificou que tudo era mais grave do que se poderia imaginar.

Os diretores do Sintect foram impedidos de chegar ao depósito. A senhora Roseli ficou brava, gritou, fez um escândalo, até tentando agredir fisicamente a diretora Sandra Martins. O dirigente sindical Eziraldo encontrou-se com os inspetores (um deles chama-se Maurício Madureira) e repassou as informações que possuía. As anotações foram feitas e, além de tudo, a denúncia se confirmou: as correspondências estavam mesmo escondidas no depósito. Para ali, elas foram levadas na noite anterior.

Operação começou de madrugada

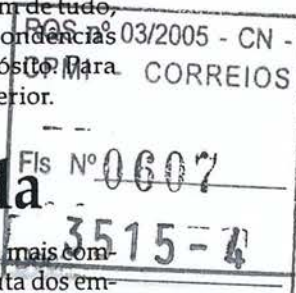
Sabe-se, hoje, que empregados da ECT foram convocados para iniciar os trabalhos às 4 horas da madrugada, naquele dia 31 (por isso mesmo, eles até deveriam receber, além de hora extra, o adicional noturno).

O próprio João Batista fez questão de dirigir a empilhadeira, carregada com o material para ser escondido, mesmo sabendo que, para isso, e precisaria estar habilitado, depois de receber treinamento especial.

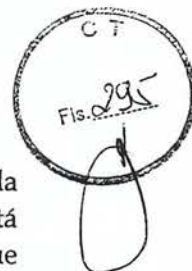
A operação atravessou toda a madrugada, tendo começado por volta da meia-noite. Foram transportados para o esconderijo 20 containers, cada um com 15 caixas, e várias malas. Todo o material guardado no depósito foi fotografado, apesar das dificuldades encontradas no cumprimento dessa tarefa. A população precisa ser in-

formada de fatos dessa natureza, para mais compreender a necessidade de apoiar a luta dos empregados da ECT, que se sacrificam para prestar um serviço de qualidade e são vítimas das malandragens da direção da empresa e do governo federal.

É importante esclarecer que se acontecem atrasos, se há acúmulo de serviço, é que os Correios só funcionam graças ao sacrifício dos seus empregados. É pequeno o número de funcionários, que trabalham num clima de terror, em jornadas árduas, às vezes até com o comprometimento das horas que deveriam ser dedicadas à alimentação e ao lazer. E é bom lembrar que os salários são cada vez mais aviltantes. Isso, sem falar nas ameaças de desemprego e de privatização da empresa.



Não se tomou qualquer providência



Apesar da gravidade dos fatos comprovados aqui em Goiás, nenhuma providência foi tomada pela direção nacional da ECT.

Naturalmente, se houvesse seriedade na administração, o esforço do sindicato teria sido reconhecido como uma significativa contribuição ao funcionamento da empresa. E, além do mais, a Regional de Goiás/Tocantins certamente já teria respondido por esse comportamento que, no mínimo, não poderia ser tolerado em nenhuma empresa séria, muito menos numa empresa pública.

Pergunta-se: o que aconteceria com um carteiro se ele, não dando conta de entregar toda a correspondência, recorresse ao expediente de escondê-la em sua casa, por exemplo? Certamente, ele seria punido, demitido por justa causa, até sem o apoio do sindicato. Por bem menos do que isso, com acusações de "baixa produtividade" (GD - Gerenciamento de Desempenho), carteiros e OTTs estão sendo demitidos. Pode-se perguntar ainda: e o GD dos chefes que esconderam as correspondências? Como fica?

Apesar de tudo, é conveniente lembrar que não apenas os chefes devem ser responsabilizados por esse tipo de iniciativa que traz profundos prejuízos à empresa e a toda a categoria. Se

o diretor afirma não ter tomado conhecimento da decisão de esconder as correspondências, ele está falhando no desempenho da sua função, porque não está conseguindo acompanhar tudo o que acontece dentro da empresa que dirige. E se tomou conhecimento, se autorizou, a situação é pior ainda.

Até o Geop (Gerente de Operações), senhor Múcio Rabelo, diz não ter ficado sabendo de nada. Aí, então, tudo ainda se torna mais grave, porque ele está lá dentro, onde deveria acompanhar todas as atividades dos chefes, com seriedade, eficiência, bom senso, responsabilidade. Portanto, pode-se concluir, também, que a senhora Roseli e o senhor João Batista não podem ser transformados em bois de piranha. O sindicato, com a responsabilidade que lhe é atribuída, exige a apuração dos fatos e a punição de todos os envolvidos.

Ao contrário do que deveria estar sendo feito, o que aconteceu foi o aumento da perseguição aos funcionários e, até, a proibição da entrada de dirigentes do Sintect ao COI. As providências são as mais descabidas: os réus se transformaram em juízes (ou carrascos). Pior: estão tentando descobrir quem fez as denúncias, perseguindo, ameaçando. Assim, quem deveria receber medalha, ser homenageado, passa a ser cassado como bandido. O sindicato não vai se calar. E pede aos seus associados que continuem zelando pelos interesses da empresa, porque ela é um patrimônio dos seus funcionários e do próprio povo.

E o GD dos chefes que esconderam as correspondências, como fica?



372/00-54



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS
 Av. Universitária, 644 - S. Universitário - Fone: 212-4445 - Caixa Postal 941
 CEP 74605-010 - Goiânia - Goiás



ILMO. SR.
DR. EGÍDIO BIANCHY
PRESIDENTE DA EBCT
SBN, QD-01, BL. A, 19º A. - ALA SUL
BRÁSILIA-DF
CEP 70.002-900

CÓPIA

		REGISTRADO	AR
		RECOMMANDÉ	04
VALOR DECLARADO/VALEUR DECLARÉE		PESO/POIDS	
		Kg	
ER	4 2 7 3 4 4 4 0 8	BR	

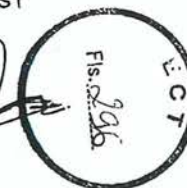


ANEXO

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
FIS Nº 609
Doc. 3515-4

0,054



CÓPIA

DR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA
PROCURADOR DA REPÚBLICA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
FONE: (062) 212 - 4445**

ANEXO

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PROCURADORA-CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS,



MPE - Protocolo PR/GO

Recebemos em 17/09/00

Ivan Moreira Veloso

Ivan Moreira Veloso
Chefe da Seção da Com. Adm.
Port. 01/003 PR/GO

SINTECT - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CORREIOS E TELÉGRAFOS DOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS (doc. 01 - estatuto), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 25.066.911/0001-42 (doc. 02). Com endereço à rua Anhangá, Q 32-A, Lt. 25, Vila Brasília, Aparecida de Goiânia/GO., legitimamente representada por **ALAN SEBASTIAO DE JESUS**, brasileiro, casado, secretário-geral do Sindicato (doc. 03), por seus procuradores judiciais que esta subscrevem (m.j. - doc. 04), advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás, com endereço profissional instalado à rua 10, nº 109, Ed. Gold Center, sala 07, Setor Oeste, Goiânia/GO., com fundamento na Constituição Federal, vem, ante a ilustre presença de Vossa Excelência oferecer

REPRESENTAÇÃO

em desfavor de **NILO CÂNDIDO RAMOS**, brasileiro, casado, ex-diretor Regional da ECT Goiás/Tocantins; **MÁRCIO ALVES RABELO**, brasileiro, casado, ex-coordenador Regional de Suporte da Diretoria Regional de Goiás-Tocantins; e **IRANDI LISBOA DE MORAES**, brasileiro, casado, ex-coordenador Regional de Negócios da DR/Goiás-Tocantins, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

1. Os representados foram afastados de suas respectivas funções acima descritas no dia 28/01/2000, até a conclusão dos trabalhos da PRT/PR-009/2000 (doc. 05).
2. A nova diretoria presidida pelo Sr. José Aparecido de Souza, informou o seguinte, através do Boletim Técnico da DR-GT de 07.02.2.000: "CANCELAMENTO DO CONTRATO ECT E A TECPRINT - Informamos que, após análise criteriosa da Administração Central da Administração Central da Empresa, o Contrato 0054/99 celebrado entre a ECT e a TECPRINT foi considerado nulo e está cancelado, a partir



CONFERE COM O ORIGINAL

dessa data. Desta forma, as postagens do cliente TECPRINT, através do citado Contrato, não poderão mais ser aceitas. (doc. 06)

3. Se foi cancelado é porque alguma maracutaia há. A administração analisou o contrato criteriosamente, concluindo pela sua nulidade e cancelamento definitivo. Essa decisão da novel diretoria é uma prova cabal de que o afastamento da diretoria anterior se deu por causa de irregularidades existentes no contrato entre a ECT e a TECPRINT.
4. As causas geradoras das nulidades do contrato 005/99, celebrado entre a ECT e TECPRINT deverão ser analisados por esse órgão fiscalizador dos direitos difusos e coletivos. Há de se analisar se não houve prejuízo para a ECT? Deve ser investigado se não houve quebra do monopólio estatal, sob responsabilidade e guarda da Empresa de Correios e Telégrafos? Há de ser apreciado a possibilidade de ter sido praticado alguma improbidade administrativa por parte dos ex-membros da direção Regional da ECT ou mesmo enriquecimento ilícito.
5. De acordo com o artigo 129, inciso III da Constituição Federal o Ministério Público tem legitimidade ativa para defender o patrimônio público. Os representados estão enquadrados como agentes públicos, uma vez que trabalhavam em uma empresa de propriedade do Governo Federal. Estava, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal adstritos ao cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.
6. Dispõe o artigo 1º da Lei 8.429/92: "Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Territórios, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou receita anual, serão punidos da forma desta lei"

ISTO POSTO, REQUER:

- a) - o acompanhamento do Ministério Público Federal na apuração dos atos determinados pela PRT/PR-009/2000, para que nenhum ato praticado pelos ex-diretores da Regional Goiás - Tocantins deixe de ser apurado;
- b) - instauração de Inquérito Policial para averiguar crime de improbidade administrativa na celebração do contrato 0054/99 entre a ECT e a TECPRINT, investigando todas as causas que geraram e determinaram a anulação e o cancelamento do referido contrato;
- c) - condenação dos culpados nos rigores da lei da improbidade administrativa.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO

Goiânia, 10 de fevereiro de 2.000.

SINTECT

SINTECT - GOIÁS
SIND. EMPRESA ECT
Mat. 8.328.865 1
Dir. EZIRALDO SANTOS VIEIRA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis. Nº 0611
113515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



Intervenção comprova denúncias do sindicato

O Sindicato dos trabalhadores na ECT de Goiás e do Tocantins (Sintect-GO/TO) a cada momento tem mais um motivo e motivos para reforçar seu posicionamento em defesa dos trabalhadores dos Correios e da própria empresa. As vitórias às vezes custam, mas terminam chegando, mesmo que sejam parciais. Um exemplo disso é a recente intervenção na Regional da ECT. A corrupção e as inúmeras irregularidades, aqui constatadas, levaram a administração central a afastar a direção da DR GO/TO e a nomear interventores.

Isso, naturalmente, tem um grande significado para o sindicato e, também, para toda a população. Com dados concretos, há muito tempo o Sintect vem denunciando diversas irregularidades. Em 1998,



por exemplo, o Boletim nº 34 trouxe à tona um escândalo envolvendo direção da empresa e gerentes de área (Múcio Rabelo e Roseli, que foi a principal envolvida. Apesar disso, ela continuou sendo prestigiada), no favorecimento da Vaspex (espionagem comercial), que trou-

xe graves consequências para a credibilidade da empresa. Márcio Rabelo, como maior responsável pelo esquema, abafou o caso na época, por mais que o sindicato exigisse a apuração.

Outro escândalo, de maiores proporções, surgiu em agosto do ano passado, denunciado com detalhes no jornal *O Ecetista na Luta* nº 65. Foi quando os chefes do COI esconderam, no depósito de sucatas, 300 caixas e várias malas de correspondências, com prazos de entrega vencidas. Assim, tentavam burlar a fiscalização de dois inspetores que chegavam de Brasília para verificar os motivos do atraso na entrega das correspondências. Portanto, o sindicato sempre cumpriu e continuará cumprindo o seu dever.

Sucesso da festa

A festa ecetista em homenagem ao carteiro, no último dia 30, alcançou um sucesso absoluto, sob todos os aspectos, ao contrário do que imaginavam algumas chefias. A família ecetista está de parabéns, por prestigiar esse momento de alegria e de luta do sindicato. Matéria completa, com fotografias, será veiculada na próxima edição do jornal *O Ecetista na Luta*.

CONFERE COM O ORIGINAL

Saldo do FGTS Nº 0612

Os funcionários interessados em entrar com ação na Justiça para corrigir o saldo do FGTS devem procurar o sindicato e obter informações com Gilson e Eziraldo. Precisam providenciar os seguintes documentos: cópia autenticada do extrato analítico do FGTS, período de 1986 a 1990; cópia da CTPS (Carteira de Trabalho); página da foto; página da qualificação; página do Contrato de Trabalho com a ECT; páginas das anotações do FGTS e PIS/Pasep; procuração para os 3 advogados, com o fim específico de ingressar com ação judi-

cial objetivando corrigir o saldo do FGTS (toda essa documentação em xerox autenticada).

Lembre-se que a ação proposta pelo Ministério Público Federal em nome de todos os trabalhadores do Estado de Goiás, cobrando a incorporação dos índices relativos aos planos econômicos passados (Bresser, URP e Collor I e II), foi extinto no Tribunal Regional do Trabalho, sem julgamento do mérito. Há um processo que não foi arquivado (está em andamento). E outro, que foi arquivado em 1997, por falta de assistência da assessoria jurídica da época.

Fls. 299

RQS nº 03/2005 - CN-CPM - CORREIOS

Interventores precisam agir com rigor



Os motivos da intervenção são inúmeros, quase todos ligados à adominável prática da corrupção, que vem se manifestando das mais diversas maneiras. O Sintect poderia enumerar o desvio de dinheiro, favorecimento às Franquias, superfaturamento etc. Há, também, o caso envolvendo ACFs e contratos ilícitos com outras empresas (entre elas, a Teprint). O que se espera, agora, é a real apuração dos fatos e a punição dos culpados. O sindicato continuará atento, exercendo a sua vigilância permanente.

Os trabalhadores da ECT não vão acreditar na falácia de que os senhores Nilo Ramos, Márcio Rabelo e Irandy Lisboa tenham entrado com um pedido de licença. O sindicato sabe que eles foram afastados e que, também, não são os únicos envolvidos. Por isso, espera que toda a rede seja desbaratada e, conseqüentemente, também afastados diversos outros, como a Geope e as chefias do COL, que desde há muito vêm promovendo o sucateamento da empresa. O momento exige rigor, porque a ECT precisa continuar sendo respeitada.

Como o sindicato escreveu em seu jornal nº 65, pode repetir hoje: "O que aconteceria com um carteiro se ele, não dando conta de entregar toda a correspondência, recorresse ao expediente de escondê-la em sua casa, por exemplo? Certamente, ele

seria punido, demitido por justa causa, até sem o apoio do sindicato". A direção do Sintect aguarda, portanto, a apuração transparente que a seriedade do caso requer e a necessária punição de todos os envolvidos, sem proteções e escamoteamentos.

Aliás, o sindicato aguarda um maduro comportamento da nova direção da DR. É que sejam reabertos os canais de diálogo com os representantes dos ecetistas. É justamente a falta de diálogo que tem levado o Sintect a recorrer ao Ministério Público do Trabalho, à Procuradoria Geral da República e, mais recentemente, à Delegacia Regional do Trabalho, para defen-

der os direitos da categoria que se sepulte a intransigência da direção da empresa, em Goiás e no Tocantins, que insistia em manter o terror sobre os trabalhadores.

Os Correios são um dos mais importantes patrimônios do povo brasileiro. A empresa foi construída com o sacrifício e o suor dos seus funcionários. A sua imagem será fortalecida, junto a toda a sociedade, com o rigor na apuração das irregularidades. O sindicato está disposto a contribuir de todas as formas possíveis. Que os interventores também manifestem, na prática, a disposição de preservar a imagem da empresa, não negligenciando na apuração dos fatos.

QUE OS CULPADOS SEJAM PUNIDOS, INCLUSIVE OS INDIRETAMENTE ENVOLVIDOS. É NECESSÁRIA UMA INSPEÇÃO RIGOROSA NA GERÊNCIA FINANCEIRA, QUE, APESAR DOS ESFORÇOS DOS FUNCIONÁRIOS, NÃO VEM RECEBENDO A NECESSÁRIA ATENÇÃO (ISSO GERA O CAOS E A EVASÃO DE RECEITAS)

EXPEDIENTE



BOLETIM DO SINTECT-GO/TO

Órgão de divulgação do Sintect-GO/TO
(Sindicato dos Trabalhadores na ECT de Goiás e do Tocantins)
GESTÃO 1999/2002

Diretoria Executiva: Alan S. de Jesus (AVC Central), Gilson Corrêa Santos (CDD/Goiânia), Sandra Martins (Prédio Central), Dioclides Filho (Dió, de Santa Rosa), José E. L. de Lira (CDD Vila Brasília), Eziraldo Santos (Teca/CT), José P. Bueno (Gesup).

Diretores Adjuntos: Guaracy C. Corrêa (Mineiros), Ailton G. Ramos (CDD/Goiânia), João Ferreira (COL), Edmar de Oliveira (CDD Bandeiras), Christiano Rodrigues (CDD Anápolis), Dariênio Alves (CT), Raimundo Magalhães (Prédio Central), Renato Neiva (CDD Vila Nova), Leocarmo Vieira (CDD Vila Brasília), Ricardo Teles (Garagem), Neudson P. da Silva (CDD Coimbra)

Jornalista: Pinheiro Salles (GO00672JP)

Sede do Sintect-GO/TO: Rua Anhangá, Qd.32-A, Lt. 25 - Vila Brasília
Aparecida de Goiânia-GO - CEP: 74.911-380 - Fone/Fax: (062) 280-4415
Arte gráfica: Neide Ataíde - Fone: 289-6815

Ref.: Contrato ECT/Tecprint n.º 054/99
- Cartas n.º 06 e 07/2000 (Tecprint)

PARECER/ASJUR-009/2000

300

Ementa: Pagamento por serviços prestados – adiamento fundado em possível inexecução contratual alheia ao faturamento – não cabimento.

Senhor Diretor Regional Adjunto,

Em cumprimento a solicitação verbalmente formulada por Vossa Senhoria, nesta data, procedemos a análise do pleito da contratante TECPRINT Impressões Técnicas Ltda., apresentado a esta Diretoria Regional através da Carta 06/2000, datada do dia 13 do corrente mês, e ratificado através da Carta 07/2000, datada do dia 18 também deste mesmo mês, e que se refere aos pagamentos das postagens realizadas mediante o contrato n.º 054/99, nos meses de novembro e dezembro de 1999, na DR/SPM, para que estes, respectivamente, sejam lançados em faturas futuras com vencimento nos meses de fevereiro e março do ano em curso.

A fundamentar o seu pedido, expõe textualmente a TECPRINT, na sua Carta 006/2000 antes referida (fl. 4), que “a decisão unilateral, sem prévio aviso, da DR/SP em suspender o recebimento de nossos objetos, obrigou-nos a utilizar o serviço a vista de ACF’s daquela Regional, com prejuízos ainda não mensurados a nossa empresa” (sic).

Releva destacar que presentes estão dois fatos distintos: o primeiro relativo ao faturamento dos serviços prestados pela ECT e o seu conseqüente pagamento, o segundo concernente à não execução de postagens na forma pactuada.

Ambos os fatos possuem tratamento específico no bojo do contrato de prestação de serviço múltiplo mantido entre a ECT e a TECPRINT.

Assim dispõe o contrato em epígrafe no item 5.1. da sua CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

“A ECT apresentará à CONTRATANTE, para efeito de pagamento, as faturas mensais correspondentes aos serviços prestados, levantadas com base nos documentos de postagem e venda de produtos, cujo vencimento será o dia 14 (quatorze) do mês subsequente à prestação do serviço;” (sublinhamos)

Pág. 1/2

ROS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0613
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

De acordo. Eu não

John

25th, 100

Nilo Ramos
Diretor Regional

2005, at 17:45h

Valente
25/01/20

Evidencia-se do teor desse dispositivo, que todo serviço executado pela ECT em um determinado mês terá de ser faturado para pagamento até o dia 14 do mês imediatamente posterior ao da prestação.

Já o item 7.1. da CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO, do mesmo instrumento de contrato sob exame, assim prevê:

“O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de qualquer das situações previstas no art. 78, da Lei 8.666/93, reeditada em 06 de julho de 1994, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis.” (sublinhamos)


O eventual impedimento da realização das postagens na DR/SPM, nos termos da alegação apresentada pela TECPRINT, nada mais caracteriza se não caso típico de inexecução contratual, posto que em tal circunstância estaria a ECT a não proporcionar a viabilidade essencial para a normal prestação do serviço objeto da avença. E o próprio contrato, na parte final do mesmo item transcrito, oferece o meio para solução dessa possível irregularidade, podendo ainda a contratante, caso não procedida a regularização conforme o previsto e se assim for do seu interesse, valer-se da faculdade que o item 7.1.1. daquele instrumento lhe assegura, obviamente resguardado à ECT o direito ao contraditório e ampla defesa.

Portanto, os pagamentos à ECT, pelos serviços prestados à contratante nos meses de novembro e dezembro de 1999, por um lado, e de outro, o adiamento desses pagamentos para meses futuros - diferentemente do que determina o instrumento contratual celebrado e tendo como embasamento a aludida possível inexecução atribuível à ECT -, são fatos distintos que não guardam relação de causa e efeito. Ambos têm de ser analisados, tratados e resolvidos à luz das soluções e previsões específicas e não conexas que o próprio contrato contempla no seu conteúdo.

Conclusivamente e em face do exposto, opinamos, S.M.J., pelo não deferimento do pleito da TECPRINT, de adiamento para fevereiro e março de 2000, dos pagamentos devidos à ECT em decorrência dos serviços que esta lhe prestou respectivamente nos meses de novembro e dezembro de 1999 por força do contrato n.º 054/99, dada a falta de amparo contratual para tanto.

É o parecer.

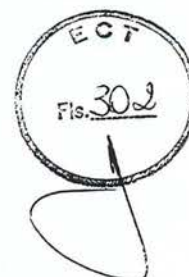
Goiânia/GO, 24 de janeiro de 2000.


JOSÉ CARLOS DOS SANTOS BENIA
Chefe da ASJUR – mat. 8.009.752-9
OAB/GO n.º 15.644



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

De: GERENTE DE CONTABILIDADE E CONTROLE FINANCEIRO/DR/GT
Ao: GABINETE/DR/GT
CI/SCRE/GECOF/GT- 0100/2000
Ref.: CT/05/2000 - 06/2000- 07/2000 - Tecprint



Assunto: Faturas contrato 5499

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Conforme solicitado pelo cliente, foi feita nova conferência de todos os documentos das faturas de novembro e dezembro do contrato 54/99 da Tecprint, inclusive com a digitação por nº de objetos do serviço SEDEX e por quantidade de postagem para o serviço de Correspondência, e não mais agrupados por período de postagem, conforme tinha sido feito anteriormente.

Referente as cartas 05/2000 , 06/2000 e 07/2000 relatamos, após exaustiva conferência:

1. Foi constatado a existência de algumas notas de coleta do SEED de dezembro (2901343-2901737 – valor de R\$ 31.626,76) e de novembro (2694185-2694205-2694201-268-9819-2694202-2694200-2689883-2911027-2694367 – valor de R\$ 24.276,18), oriundas da DR/SP, sem a devida assinatura do cliente, que foram retiradas da fatura e serão enviadas àquela Regional para assinatura do cliente e posterior faturamento, pois de acordo com o as instruções de serviço(apostila da SCRE/GECOF), todo documento a faturar deve conter a assinatura do cliente;
2. Os objetos de São Paulo constantes das notas de coleta 2689603 (3.641) e 2694201 (8.810) foram faturados de acordo com o contrato, isto é, objetos de 50gr ao valor de R\$ 0,51. Na fatura de novembro não foi cobrado nenhum documento postado em São Paulo, pois não chegaram em tempo hábil para faturamento, portanto, não existe a citada diferença, conforme comprova a cópia do anexo da fatura de novembro/99;
3. Realmente não foi cobrado a postagem de 08/11/99 (14.043 objetos) por não ter dado entrada nesta Regional até o presente momento. Estamos providenciando a cobrança do documento à DR/SP para faturamento em janeiro/2000;
4. Foram faturados 26.860 objetos de 20gr postados na ACF-T-9 no dia 04/11/99 conforme 1ª via da lista de postagem simples que deu entrada na SCRE/GECOF, cuja cópia anexamos. Face a apresentação de cópia dessa lista pelo cliente, divergindo da original em 20.000 objetos de 20 gramas, estamos concedendo o crédito desses 20.000 objetos na fatura de dezembro e repassando o problema para apuração da Gerência de Inspeção, quanto a quantidade exata de objetos postados;
Caso seja comprovado que o valor correto é o da 1ª via, que está em nosso poder, será providenciada a cobrança da diferença na próxima fatura do cliente;
5. Encontramos uma diferença de R\$ 597,00, referente a postagem de 2.985 objetos cobrados ao preço de R\$ 0,31, quando o correto seria R\$ 0,51, que será corrigido nesta fatura, além do valor de R\$ 14,52 cobrado a maior no serviço SEDEX da DR/SP;

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0615

Fls. Nº



6. Quanto a fatura do mês 11/99 foi detectada a divergência de documento mencionada no item 4. Também foi encontrado o valor de R\$ 427,20 cobrado a maior, por ter sido digitado postagem com peso de 50gr, quando o correto seria 0,20gr, por isso será concedido um crédito de R\$ 6.627,20 na fatura de dezembro. No entanto, o valor de R\$ 6.200,00 estará sendo repassado à GINSP, conforme já mencionado, para apuração. Abaixo a composição dos valores da fatura de novembro por ACF:

ACF	VALOR COBRADO (R\$)	DIFERENÇA FATURA (R\$)	DIFERENÇA DOCUMENTO (R\$)	VALOR APOS ALTERAÇÃO (R\$)
Independência	82.081,93	419,40	-	81.662,53
Alpes	76.865,21	-	-	76.865,21
T-9	88.523,82	7,80	6.200,00	82.331,62
TOTAL	247.470,96	427,20	6.200,00	240.859,36
DIFERENÇA TOTAL (R\$)		427,20	6.200,00	6.627,20

7. Abaixo quadro demonstrativo dos valores que deverão ser cobrados na fatura de dezembro/99, conforme esclarecimentos prestados nos itens acima:

MÊS	SERVIÇO	DR	VALOR(R\$)
Novembro	SEED	SÃO PAULO	164.490,85
Dezembro	SEED	SÃO PAULO	64.300,06
Dezembro	SEDEX	SÃO PAULO	9.827,82
Novembro	SEED	GOIÂNIA	8.070,52
Dezembro	SEED	GOIANIA	407.400,97
CRÉDITO FAT. NOV/99 - EM APURAÇÃO			- 6.200,00
CREDITO FAT. NOV/99			- 427,20
DOC. RETIRADOS E ENVIADOS A DR/SP- REF. NOV.			- 31.626,76
DOC. RETIRADOS E ENVIADOS A DR/SP - REF. DEZ.			- 24.276,18
VALOR COBRADO A MENOR NA FATURA INICIAL DEZ.			597,00
VALOR COBRADO A MAIOR NA FAT. INICIAL DEZ.			- 14,52
TOTAL			592.142,56

Diante do acima exposto, solicitamos autorizar a emissão da fatura referente a dezembro/99.

Atenciosamente,


CHARLES MARTINS BORGES
Gerente de Contabilidade e Controle Financeiro

VMS/vms

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Els N° **0616**

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**

De: GERENTE DE CONTABILIDADE E CONTROLE FINANCEIRO/DR/GT
Ao: GERENTE DE CONTABILIDADE E CONTROLE FINANCEIRO/DR/SP
CI/SCRE/GECOF/GT- 0119/2000
Ref.:

Assunto: Contrato 54/99 - Tecprint

Goiânia, 24 de janeiro de 2000

Encaminhamos, em anexo, as notas de coleta SEED a faturar de n°s: 2689819-2694202-2694200-2689883-2694205-2694201-2694185-2901343-2901737-2694367-2911027 para serem assinadas pelo cliente. Solicitamos a gentileza de providenciar assinatura com urgência, face ao tempo decorrido desde a prestação do serviço e o valor das notas (55.902,94)

Informamos que o cliente se recusou a efetuar o pagamento das mesmas, por falta de sua assinatura, portanto, solicitamos orientar os atendentes para não aceitarem os documentos de postagem sem a devida assinatura do cliente. Lembrando que caso os documentos não sejam assinados, repassaremos a despesa para que essa Regional providencie a regularização da prestação do serviço.

Solicitamos também, verificar se realmente existem duas notas de coleta do dia 10/11/99 a de n° 2689603 e a de n° 2694200, pois na nota 2689603 foi acrescida exatamente a postagem da nota 2694200 (anotado em caneta azul, quando as duas primeiras quantidade estão anotadas em caneta preta), e o cliente está questionando a existência das duas notas, principalmente pelo fato da 2ª estar sem assinatura.

Diante do acima exposto, solicitamos priorizar o assunto, devolvendo-nos a documentação para faturamento.

Atenciosamente,


p/ **CHARLES MARTINS BORGES**
Gerente de Contabilidade e Controle Financeiro

VMS/vms

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
0617
Fls. Nº
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Nota: 9247

CORREIOS

NOTA DE COLETA SEED A FATURAR

Nº DA NOTA (A)

Nº 2689603

NOME DO CLIENTE

tec print

Nº DO CONTRATO (B)

00054,99

ENDEREÇO

AV. INDEPENDÊNCIA, 4533

DATA POSTAGEM (C)

10/11/99

CIDADE

GOIÂNIA - GO

CEP

74045-010

SOMA (A + B + C)

2796301

PESO EM GRAMA

SERVIÇO CONVENCIONAL

SERVIÇO ESPECIAL

COM COMPROVANTE

SEM COMPROVANTE / TÍTULO

OBJETOS

REG

AR

MP

CAT

0,20

0,50

20

50

180

7849

7482

3641

330

330

24050

21050

1,2

1,2

2,0

2,0

SOMA PESOS

140

SOMA COM COMPROVANTE

SOMA SEM COMPROVANTE

SOMA DE OBJETOS

19057

SOMA

SOMA

SOMA

SOMA CAT

6,4

OBSERVAÇÕES

R\$ 10.146,74

REG / AR / MP

0 = SEM 1 = COM

CARIMBO DA UNIDADE



ASSINATURA

CLIENTE

TECPRINT
Impressões Técnicas Ltda

COLETOR

CONFERENTE

MATRÍCULA

MATRÍCULA

89141598

75250341-3

RJ

A5 = 148 x 210 mm

EM BRANCO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0618
173515-4
Doc

CONFERE COM O ORIGINAL

31 fance mlt

CK
58

MARIA CRISTINA FERREIRA LEMOS

De: VALDETE MENDES DA SILVA
Enviado em: Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2000 08:27
Para: MARIA CRISTINA FERREIRA LEMOS
Assunto: Contrato Tecprint



Cristina, bom dia. Recebeu as primeiras vias das notas de coleta de novembro e dezembro que te mandei dia 25/01 para colher assinatura do cliente? Preciso que você faça isso com urgência e nos devolva ainda esta semana, para que possamos faturar para ainda neste mês. Estaremos fechando o faturamento dia 04/02/00. Outra coisa, ainda não recebemos nenhum documento de postagem do mês de janeiro/2000. Gostaria que você me respondesse informando se existe ou não postagem de janeiro para ser faturado. Se existe, favor nos encaminhar com urgência. Lembrando de colher a assinatura do cliente, pois documento sem assinatura não tem validade.

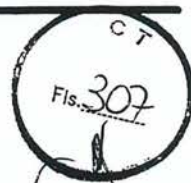
Grata
Valdete

EM BRANCO



MARIA CRISTINA FERREIRA LEMOS

De: VALDETE MENDES DA SILVA
Enviado em: Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2000 08:27
Para: MARIA CRISTINA FERREIRA LEMOS
Assunto: Contrato Tecprint



Cristina, bom dia. Recebeu as primeiras vias das notas de coleta de novembro e dezembro que te mandei dia 25/01 para colher assinatura do cliente? Preciso que você faça isso com urgência e nos devolva ainda esta semana, para que possamos faturar para ainda neste mês. Estaremos fechando o faturamento dia 04/02/00.

Outra coisa, ainda não recebemos nenhum documento de postagem do mês de janeiro/2000. Gostaria que você me respondesse informando se existe ou não postagem de janeiro para ser faturado. Se existe, favor nos encaminhar com urgência. Lembrando de colher a assinatura do cliente, pois documento sem assinatura não tem validade.

Grata
Valdete

EM BRANCO





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS

Fls. 308

DE: COORDENADOR REGIONAL DE NEGÓCIOS

AO: DEVAT

CI: GAB/DR/GT- 0013/2000

Ref.:

PROTOCOLO

Assunto: CONTRATO TECPRINT

Goiânia, 24 de janeiro de 2000.

Face entendimentos mantidos diretamente, via fone, com a sub-chefia desse Departamento em 19/01/00, acerca da interpretação da CI-DEVAT – 226/99, de 22/12/99, e as trocas de expedientes subsequentes sobre o mesmo assunto, providenciamos prontamente os expedientes ora anexados, para nortear a adoção das medidas determinadas por essa Chefia.

Atenciosamente,

IRANDI LISBOA DE MORAES
COORDENADOR REGIONAL DE NEGÓCIOS

C/C: DINSP/DICOM

ILM/cgms

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO

0621

Fls Nº

3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL GOIÁS E TOCANTINS

CT/GABINETE/DR/GT-003/2000

Goiânia, 21 de janeiro de 2000.

NEXO

Ilmo Sr.
Cláudio Fernandes de Oliveira
Diretor Presidente da TECPRINT

Prezado Cliente,

A fim de atendermos a orientações de nossos órgãos deliberativos da Administração Central, nos dias 28/12/99 e 12/01/99 encaminhamos à V.S as correspondências CT/GAB/DR/GT -036/99 e CT/GAB/DR/GT-002/00 respectivamente, onde solicitávamos a cessação imediata de postagens de objetos que não trouxessem consignados como remetente, exclusivamente, a empresa TECPRINT, única signatária do Contrato 054/99, firmado com a ECT.

Nesta oportunidade, além da corroboração do já comunicado anteriormente, informamos que consoante orientações recém recebidas da nossa Administração Central, devemos desvincular o contrato ECT X TECPRINT- 054/99 das ACF's envolvidas, dado não ser permitido pela ECT a vinculação de contrato na modalidade "múltiplo" a ACF's.

Esclarecemos que estaremos, por conseguinte, formalizando o assunto às ACF's e às unidades operacionais envolvidas, para que as postagens possam ser feitas, somente em Goiânia, na AC Esmeralda, contigua ao Complexo Operacional da DR/GT.

Diante de tais circunstâncias, necessitamos URGENTEMENTE de nos reunirmos com V.S^a, para operacionalizarmos as alterações em questão, de forma a não causarmos prejuízos nem a esse cliente, nem tampouco aos clientes que são efetivamente os remetentes dos objetos postados pela TECPRINT.

Por fim, ressaltamos que o tratamento dos assuntos que são objeto de nossas cartas CT/GAB/DR/GT - 033/99 (faturamento), CT/GAB/DR/GT - 34/99 (autorização para impressos) e CT/SCRE/GECOF/DR/GT -008/00 (revisão de fatura) não foi em nada alterado pelo acima exposto.

Quaisquer dúvidas decorrentes do assunto em pauta podem ser dirimidas prontamente pela nossa área de vendas ou Coordenação de Negócios.

Aguardamos, portanto, uma manifestação no menor prazo possível.

Atenciosamente,
Luiz Lisbôa de Moraes
Coordenador de Negócios

NILO RAMOS
DIRETOR REGIONAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0622
Fls - Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL GOIÁS/TOCANTINS

CT/GABINETE/DR/GT-001/2000

ANEXO

Assunto: Contrato ECT/TECPRINT 054/99

Goiânia, 21 de janeiro de 2000.

À
ACF Independência, T-09 e Alpes

Prezado(s) Senhor(es),

Em função da solicitação dessas ACF's, em 22/10/99, à Gerência de Vendas desta Diretoria Regional, no sentido de ser viabilizado CONTRATO MÚLTIPLO com o cliente TECPRINT Impressões Técnicas Ltda, foi providenciada a elaboração do CONTRATO ECT x TECPRINT – 054/99, que se encontra em plena vigência.

Entretanto, a nossa Regional recebeu visita de representantes de Brasília das Áreas Comercial, de Operações e do Departamento de Inspeção Geral, os quais registraram suas verificações sobre os procedimentos que envolvem o contrato em questão, tendo sido submetido o assunto ao nosso Departamento de Administração e Vendas no Atacado.

Decorreu daí que fomos orientados, recentemente, por esse último, a providenciar a correção imediata e efetiva de práticas julgadas indevidas; na forma:

- a vinculação do contrato ECTxTECPRINT-054/99 às respectivas ACF's deve ser suspensa, uma vez que está proibida a vinculação de contrato múltiplo a ACF's;
- as postagens na DR/SPM estão suspensas, apesar de reclamação do cliente TECPRINT, sendo o assunto repassado à instância superior;
- as postagens para esse contrato só poderão ser feitas, em Goiânia, diretamente na ECT, e para objetos que tenham como remetente, exclusivamente, a TECPRINT;

POS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0623
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL GOIÁS/TOCANTINS

ANEXO

Continuação CT/GABINETE/DR/GT-001/2000

- os comissionamentos referentes à primeira fatura (base novembro) ainda estão sendo objeto de verificação para acertos que se façam necessários;
- os comissionamentos atuais irão depender de avaliação de pleito do cliente, sobre o faturamento referente a dezembro.

Face ao exposto, convocamos o cliente TECPRINT (formalmente) para uma reunião em regime de URGÊNCIA para tratamento do assunto, pelo que também solicitamos o comparecimento, preferencialmente em conjunto, de representantes dessas, a fim de operacionalizarmos as orientações ora comunicadas, sem prejuízo aos envolvidos.

Aguardamos contato para agendamento.

Atenciosamente,

Israel Lisboa de Moraes
Coordenador de Negócios

NILO RAMOS
DIRETOR REGIONAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0624

Fls - Nº

3515 - 4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

CT/SCRE/GECOF/DR/GT-024/00

Goiânia, 25 de janeiro de 2000.

TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA
Av. Independência nº 4533 - Centro
N E S T A

Encaminhamos, em anexo, a nova fatura do mês de dezembro/99 de nº 00.12.16.1938, no valor de R\$ 592.142,56, vencimento para 01/02/2000 com as alterações que se fizeram necessárias, face a existência de documentos sem assinatura do cliente e divergências de anotações de quantidade de objetos postados.

Informamos a Vossa senhoria que tão logo sejam regularizadas as pendências os valores serão faturados.

Solicitamos também desconsiderar a fatura nº 00.12.16.1934, devolvendo-a a SCRE/GECOF para cancelamento.

Atenciosamente,


CHARLES MARTINS BORGES
Gerente de Contabilidade e Controle Financeiro

VMS/vms



UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT	NATUREZA	<input type="checkbox"/> CARTA / LETTRE	SERVIÇO	<input type="checkbox"/> REEMBOLSO POSTAL
		<input type="checkbox"/> IMPRESSO / IMPRIMÉ		<input type="checkbox"/> VALE / MANDAT DE POSTE
		<input type="checkbox"/> ENCOMENDA / COLIS POSTAL		<input type="checkbox"/> MÃO PRÓPRIA / MAIN PROPRE
		<input type="checkbox"/> CECOGRAMA / CECOGRAMME		<input type="checkbox"/> SEDEX / EMS
		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
CARIMBO	VALOR DECLARADO / VALEUR DECLARÉE	VALOR DO VALE / MONTANT		

DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

Fatura nº 00.12.16.1938

(OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) CET AVIS DOIT ÊTRE SIGNÉ PAR LE DESTINATAIRE ET, SI CELA N'EST PAS POSSIBLE, PAR UNE AUTRE PERSONNE Y AUTORISÉE EN VERTU DES RÉGLEMENTS DU PAYS DE DESTINATION OU, SI CES RÉGLEMENTS LE PRÉVOIENT, PAR L'AGENT DU BUREAU DE DESTINATION ET RENVOYÉ PAR LE PREMIER COURRIER DIRECTEMENT À L'EXPÉDITEUR.

UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
---	--

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE / L'ENVOI MENTIONNÉ CI-DESSUS A ÉTÉ DUMENT	DATA / DATE
<input checked="" type="checkbox"/> ENTREGUE / REMIS <input type="checkbox"/> PAGO / PAYÉ	<i>25/01/00</i>
ASSINAR NO ANVERSO / SIGNER AU RECTO	

DEVOLVER PELA VIA MAIS RÁPIDA (AEREA OU DE SUPERFÍCIE), A DESCOBERTO E ISENTA DE PORTE / A RENVoyer PAR LA VOIE LA PLUS RAPIDE (AÉRIENNE OU DE SURFACE) À DESCOUVERT ET EN FRANCHISE DE PORT.

CARIMBO

ANEXO

EM BRANCO

RQS nº 03/2005 - CN
CPM - CORREIOS

0626

Fis Nº

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



BRÉSIL

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO
SERVICE DES POSTES

AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR)

- ☐
- DE RECEBIMENTO / DE RÉCEPTION
-
- ☐
- DE PAGAMENTO / DE PAIEMENT

AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Nº DO OBJETO / N°

DATA POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS

ENDEREÇO / ADRESSE

Av. Independência 4533 - Centro

CEP / CODE POSTAL

74045-010

CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS

GOIÂNIA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ECT / SCRE / EECOT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Praça Clínica 11 - Centro

CEP / CODE POSTAL

74020-002

CIDADE / LOCALITÉ

Goiânia

UF

GO

BRASIL

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE

X. Rodrigo do S. Pereira

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT

25-01-00

75170392-3

A6 = 105 x 148 mm

EM BRANCO



(L)
314

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS E TOCANTINS

De: GERENTE DE CONTABILIDADE E CONTROLE FINANCEIRO/DR/GT
Ao: DIRETOR REGIONAL/DR/GT
CI: SCRE/GECOF/GT-0127/2000
Ref.:
Assunto: Documento de Postagem - Tecprint

Goiânia, 25 de janeiro de 2000


Informamos que foi emitida a fatura do mês de novembro/99 do contrato 54/99 da TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA e enviada ao cliente para pagamento, o que ocorreu em 14/12/99 data do vencimento. No entanto, em 18/01/2000 recebemos as Cartas 06/2000 e 07/2000, onde o cliente contesta a postagem do dia 04/11/99 da ACF/T-9, dizendo que a Lista de Postagem - Simples cobrada pela ECT (1ª via) divergia da via em seu poder, na quantidade de 20.000 objetos do 1º porte (até 20gr).

Perante a reclamação do cliente, do fato de que realmente a anotação do documento de postagem apresenta uma pequena diferença na grafia dos números, e até que se apure o valor correto da Lista de Postagem, foi concedido o crédito dos 20.000 objetos na fatura de dezembro/99.

Diante do acima exposto, solicitamos que Vossa Senhoria repasse o caso para apuração à GINSP.

Ao final da apuração, solicitamos retornar o Processo a GECOF para retificação ou ratificação do valor cobrado ao cliente.

Atenciosamente.


CHARLES MARTINS BORGES
Gerente de Contabilidade e Controle Financeiro

Valdete Mendes da Silva
CH/SCRE/GECOF/DR/GT
Mat. 8.326.090-0

ANEXOS: Cópia das Cartas
Cópia das Listas de Postagem

C/C GEVEN



RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls. Nº	0627
Doc.	3515-4
Nilo Ruyos Diretor Regional	

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO
GERÊNCIA DE INSPEÇÃO



De : GINSP/DR/RJ

Ao : DINSP

CI/SSEP/GINSP/DR/RJ - 355 /2000

REF.:

ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

ASSUNTO : REFUGO

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2000

Conforme orientação desse Departamento, encaminhamos em anexo 51 (cinquenta e um) objetos a serem refugados do contrato ECT x TECPRINT n.º 0054/99.

Atenciosamente

LIGIA MARIA REZENDE FERREIRA
GERENTE DE INSPEÇÃO/DR/RJ

SERGIO DA SILVA FERREIRA
SUNSP/DR/RJ
Mat.: 8.009.671-5

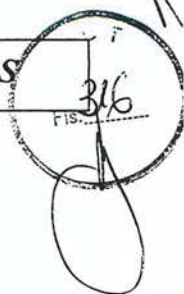
SERGIO DA SILVA FERREIRA
SUNSP/DR/RJ
Mat.: 8.009.671-5

f. B.
IA G. d. c.

Arquivo:: refugo contr. ECT x TECPRINT.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0628
3515 - 4
Doc: - 1 -

CONFERIR COM O ORIGINAL



DE: DIRETOR REGIONAL DE SÃO PAULO - METROPOLITANA

AO: DIRETOR REGIONAL DE GOIÁS-TOCANTINS

CI/SEDP/GECOM/SPM-0053/2000

REF.: CI/GAB/DR/GT-010/00

Assunto: Contrato TECPRINT N.º 0054/99

São Paulo, 26 de janeiro de 2000.

Em atenção à CI referenciada, que versa sobre postagens do contrato em foco nesta DR, esclarecemos que somente recebemos cópia do referido contrato após o início da operacionalização.

Informamos também que enviamos ao DICOM a CI/SEDP/GECOM/DR/SP-0019/2000 (cópia anexa), na qual abordamos aspectos relativos à operação do contrato nesta DR e ponderamos sobre o impacto que terão nas relações comerciais no âmbito desta Regional.

Atenciosamente


EDSON COMIN
Diretor Regional – SPM

C/cópia: DICOM / DEVAT/ DINSP
GEOPE-SPM / GERAT-SPM

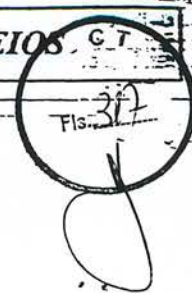
 c/anexo

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
Fls Nº 0629
3515
Doc:



DE: DIRETOR REGIONAL DE SÃO PAULO - METROPOLITANA
AO: DIRETOR COMERCIAL
CI/SEDP/GECOM/DR/SP-0019/2000
REF.: CI/SOPES/GEOPE/SP-4.0651/99 de 29/12/99
Assunto: Contratos firmados por outras Diretorias Regionais

ANEXO



São Paulo/SP, 11 de janeiro de 2.000.

Em complementação à CI em referência, e tendo em vista o crescente número de contratos firmados por outras Diretorias Regionais, com postagem na DR/SPM, em especial com relação ao contrato firmado com a empresa TECPRINT pela DR/GT, levamos ao conhecimento desse Diretor considerações que entendemos ser de especial relevância nessa questão.

A empresa TECPRINT, com atuação no mercado gráfico, está prospectando clientes na Diretoria de São Paulo - Metropolitana, através do Contrato n.º 0054/99 - DR/GT, contrato este que permite a postagem de vários clientes e serviços. Assim é que detectamos no fluxo postal, objetos postados no referido contrato, em São Paulo, e de clientes de São Paulo, como é o caso, por exemplo, do cliente "Esporte Clube Pinheiros". Outro exemplo, este de maior destaque, é o cliente "Data List" que é uma empresa do grupo Abril S/A, cliente corporativo desta DR. Encaminhamos para conhecimento, cópia de objetos dos referidos clientes postados no contrato acima mencionado. Além disso, já tivemos o caso da TVA, no ano passado, com repercussão negativa na imprensa para a ECT.

Preocupa-nos o possível comprometimento que ações dessa natureza poderá trazer às negociações que já estivermos empreendendo junto aos clientes, especialmente por criar precedentes para a prospecção e captação de clientes corporativos de nossa carteira, como já ocorreu no caso dos Bancos Itaú e Real, no qual a DR/MG ofereceu a possibilidade de ter um ICMS menor que o de São Paulo, se o contrato fosse firmado naquela Diretoria.

Acreditamos que haja necessidade de um realinhamento de diretrizes, a fim de nortear as ações que estão sendo empreendidas junto a essas empresas, para que o cliente, que é nosso patrimônio maior, não se sinta prejudicado e venha a fazer uso da concorrência, em decorrência disso.

Esclarecemos que é praxe desta DR/SPM submeter todos os nossos negócios à apreciação, deliberação e aprovação dessa Diretoria Comercial, pois acreditamos que desta forma estaremos contribuindo para o estabelecimento de uma Política Comercial bem direcionada.

Atenciosamente,

EDSON COMIN
DIRETOR REGIONAL/SPM

RQS n.º 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls. N.º 0630
3515-4

**CORREIOS**

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ÁREA RESERVADA AO
PROTOCOLO**DE : DIRETOR REGIONAL/DR/SPM****AO : DIRETOR COMERCIAL****CI: SOPES/GEOPE/SP-4.0651/99****REF.: Contrato ECT/TECPRINT nº 0054/99****ASSUNTO: Postagem de Correspondências.**

São Paulo, 29 de dezembro de 1999.

A empresa TECPRINT mantém com a ECT o contrato de referência para postagens de objetos, sendo a ACF ALPES – DR/GT e o CO BARRA FUNDA – DR/SPM (trata exclusivamente encomendas SEDEX) as únicas Unidades autorizadas para a prestação do referido serviço.

Todavia, constatamos que o CT-01/CENTRO está aceitando que o contratante efetue postagens de correspondências, atendendo a orientação telefônica prestada pela área comercial da DR/GT.

Informamos que nem a GEOPE e nem a GECOM desta Diretoria Regional receberam orientações para inclusão da referida Unidade, bem como ressaltamos que o contrato original não foi enviado a estas áreas.

Em função do exposto, informamos que estamos suspendendo a aceitação das postagens em questão, enquanto aguardamos a definição sobre qual procedimento deverá ser adotado para a situação em tela.

Por oportuno, observamos que este assunto foi tratado anteriormente com o DENOP, que houve por bem encaminhar a CI/DENOP-1378/99, de 24/11/99 (cópia anexa), para o DINSP, responsável pelas diligências para elucidação do caso.

Atenciosamente,**EDSON COMIN
DIRETOR REGIONAL
ECT/DR/SPM****C/C - REOP-01/CENTRO/DR/SPM
DINSP
DEGEO****USN/msoc****RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS****Fls. Nº 0631****3515-4****Doc:***"Cortesia e respeito ao cliente são ingredientes essenciais para atingirmos a qualidade total"***CONFERE COM O ORIGINAL**



DE: DIRETOR REGIONAL/DR/GT

ANEXO

AO: DR/SPM

CI: GAB/DR/GT- 010/00

Ref.: CI/SOPES/GEOPE/SP-4.0651/99

PROTOCOLO

Gecom

2266/00

Assunto: Contrato ECT/TECPRINT nº. 0054/99

Goiânia-GO, 14 de janeiro de 2000.

Tendo em vista que, consoante o documento referenciado, houve a alegação de que nem a GEOPE, nem a GECOM dessa DR não receberam orientações para autorizar postagens da TECPRINT no CT-01/CENTRO, encaminhamos em anexo o original da respectiva ficha técnica.

Remetemos também cópia do contrato em questão, já enviado via Fax à GECOM/SPM em 28/10/99 (aos cuidados de Alexandre), bem como o original da Ficha Técnica para autorização de postagens no CO-Barra Funda/SPM.

Ressaltamos que as indicações dos locais de postagem na DR/SPM, foram fruto de discussão entre os técnicos da área de negócios da DR/GT e da GEOPE e GECOM dessa Regional, via fone.

Por oportuno, encaminhamos cópia de carta do cliente que versa sobre a suspensão das suas postagens nessa DR, a qual foi também encaminhada ao DEVAT (cópias à DICOM e DINSP) via CI/DR/GT-004/00, de 12/01/00, com solicitação de orientação.

Atenciosamente,

NILO RAMOS
DIRETOR REGIONAL

C/C DICOM / DEVAT / DINSP

/cgms

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0632
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

COPIA PARA O CNP

CNDP

PIC. 20.20.

⇒ Geom. p. 17/01/2000

Javier Jalai-me.

P/ Javier

COPIA

Aguiar

P/ Juven / geom / SPM.
19.01.2000

ao

~~Aguiar~~

Intec / Juven / SCDP

conhecer,

P/ Aguiar
Geom / SPM

19/01/00.

Ho

Geom

Para conhecimento.

Aguiar

P/ Juven / geom / SPM
19.01.2000.

Goiânia, 10 de Janeiro de 2000

À

Diretoria Regional de Goiás e Tocantins.

Sr. Nilo Ramos

Informo a V.S^a que a Diretoria Regional de São Paulo não está aceitando a postagem de objetos conforme previsto no contrato ECT/TECPRINT 0054/99.

Tal atitude causou estranheza pois não houve nenhum motivo para tal decisão.

A postura adotada pela mencionada Diretoria, está trazendo sérios transtornos a atuação de nossa empresa, visto que temos compromissos a cumprir com inúmeros clientes, principalmente por se tratar de postagem de objetos com vencimento.

Solicito a interferência de V.S^a com a urgência que se faz necessária no sentido de regularizar a atitude unilateral tomada pela Regional de São Paulo, que não levou em consideração as necessidades do cliente TECPRINT, que está postando seus objetos de conformidade com as cláusulas contratuais, bem como, está com suas obrigações financeiras para com a ECT rigorosamente em dia.

Atenciosamente.

Cláudio Fernandes de Oliveira
Diretor Presidente

Cláudio F. de Oliveira
Diretor Presidente

RQS nº 03/2005 - CN - CPML - CORREIOS
0633
Fls. Nº
3515-4
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional de Goiás e Tocantins

FICHA TÉCNICA
ESPECIAL

UNIDADE DE POSTAGEM:	QUANTIDADE DE OBJETO MENSAL	CONTRATO NÚMERO
CT-01 - SÃO PAULO DR/SP		0054/99

USUÁRIO				
NOME:	ENDEREÇO:		TELEFONE:	
TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA	Av. Independência, 4.533 Centro		062-519-5000	
CEP	CIDADE	UF	VIGÊNCIA:	CGC:
74045-010	GOIÂNIA	GO	26/10/99	00.861.883/0001-24

FREQUÊNCIA	HORÁRIO	ENDEREÇO DE COLETA	QUANTIDADE DE OBJETOS PREVISTOS	
			SEM COMPROVANTE	COM COMPROVANTE
SEGUNDA				
TERÇA		Obs.: O cliente efetuará a postagem de Objetos de		
QUARTA		Correspondência, diretamente do CT-01 SÃO		
QUINTA		PAULO-SP		
SEXTA				

DATA:	ASSINATURA USUÁRIO	ASSINATURA DO EMPREGADO DA ECT
RQS nº 03/2005 - CN - PMI - CORREIOS	Cláudio F. de Oliveira Diretor Presidente	Sergio L. Vial Adm. Postal - 8 327 633 5 Gerente de Venda/DR/GT

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

Fis. 321



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional de Goiás e Tocantins

FICHA TÉCNICA
ESPECIAL

UNIDADE DE POSTAGEM: CO - BARRA FUNDA DR/SP	QUANTIDADE DE OBJETO MENSAL	CONTRATO NÚMERO 0054/99
--	-----------------------------	----------------------------

USUÁRIO				
NOME: TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA		ENDEREÇO: Av. Independência, 4.533 Centro		TELEFONE: 062-519-5000
CEP 74045-010	CIDADE GOIÂNIA	UF GO	VIGÊNCIA: 26/10/99	CGC: 00.861.883/0001-24

FREQUÊNCIA	HORÁRIO	ENDEREÇO DE COLETA	QUANTIDADE DE OBJETOS PREVISTOS	
			SEM COMPROVANTE	COM COMPROVANTE
SEGUNDA				
TERÇA		Obs.: O cliente efetuará a postagem de SEDEX e		
QUARTA		E.M.S., diretamente no CO-BARRA FUNDA DR/SP		
QUINTA				
SEXTA				

DATA:	ASSINATURA USUÁRIO	ASSINATURA DO EMPREGADO DA ECT
-------	--------------------	--------------------------------

Cláudio F. de Oliveira
Diretor Presidente

Sargento Luiz Vial
07/03/00-5

CONFERE COM O ORIGINAL

Doc. 5515-4
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0635

ANEXO

ECT

CORRELOO

DR / GT

DATA

CONTRATO N.

CORNELIO E TELEGRAFOS/ECT.
 D. 1533.797
 S. 1533.797
 S. 1533.797
 Adm: 5905150
 Cont: 1515.380 - ACFALDES - 1690055-9
 1518.702 - CC - Barra Munda - 7260700-9

CÓPIA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0636
Fls Nº _____
3515-4

2.4.2. objetos ser valiosos intrínsecos, acompanhados do formulário C2/CP3, e também papéis acondicionados em caixas, que serão classificados como EMS-mercadoria; 1

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

2.5. Atentar para o limites de peso e as restrições de conteúdo constante do verso da tarifa do serviço fixados pela Administração Postal de destino, para cada encomenda enviada;

2.5.1. não dever ser incluídos objetos ou papéis representativos de valor ao portador, como jóias, cédulas, moedas, cheque e metais preciosos, bem como os constantes na Lista de Objetos proibidos da União Postal Universal - UPU, disponível para consulta nas Agências da ECT.

2.6. Endereçar corretamente os objetos e responsabilizar-se pelas informações prestadas quanto a seu conteúdo;

2.7. Postar os objetos em Unidades previamente acordadas com a ECT;

2.8. Apresentar no momento da postagem na Unidade da ECT ou da coleta no domicílio da **CONTRATANTE**, os objetos da seguinte forma:

2.8.1. CORRESPONDÊNCIAS:

2.8.1.1. constando, no mínimo, o endereço completo do destinatário, incluindo o CEP com oito dígitos, o nome e endereço da **CONTRATANTE**, bem como o respectivo CEP;

2.8.1.2. separados os objetos em lotes de, no máximo, 100 unidades, encabeçados, triados, amarrados e etiquetados, conforme orientação da ECT e segundo os seguintes grupos:

- objetos simples, sem Comprovante, para distribuição na Área Metropolitana;
- objetos simples, com Comprovante, para distribuição na Área Metropolitana;
- objetos simples, para distribuição fora da Área Metropolitana;
- objetos registrados, sem AR;
- objetos registrados, com AR;

2.8.1.3. utilizando, quando compatível com a natureza e condições do conteúdo, envelopes padronizados, de acordo com as normas da ABNT, contendo, no ângulo superior direito do anverso, um retângulo com as dimensões de 3,5 x 2,5 cm, onde constarão impressos os dizeres: "**CONTRATO ECT X TECPRINT Nº 054/99**";

2.8.1.4. fechar os objetos com cola ou adesivos permitidos pela ECT;

2.8.1.5. apresentar as correspondências acompanhadas de "LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES" ou "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS", conforme o caso, devidamente preenchidas, em 03 (três) vias, de acordo com o modelo adotado pela ECT;

2.8.1.5.1. no caso de objetos simples, devem ser preparadas "LISTAS DE POSTAGEM - SIMPLES" distintas para objetos destinados à Área Metropolitana e a outras localidades;

2.8.1.6. a **CONTRATANTE** poderá, ainda, utilizar os demais serviços adicionais oferecidos pela ECT para cartas (MÃO PRÓPRIA, VALOR DECLARADO etc). Nesse caso, deverá ser anotado no campo "OBSERVAÇÕES" da "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS" a utilização dos serviços adicionais que não estão indicados na mesma;

2.8.1.7. para o caso de postagens com Aviso de Recebimento ou Comprovante de Entrega, já com os AR's ou os Comprovaantes devidamente afixados nos objetos;

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº **0637**
Doc: **3515-4**

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

2.8.1.7.1. os objetos acompanhados de Comprovante de Entrega devem ser postados para entrega apenas na localidade de postagem e área metropolitana.

2.8.2 ENCOMENDAS:

2.8.2.1. com endereçamento completo e legível, incluindo os CEPs com oito dígitos do destinatário e da **CONTRATANTE**;

2.8.2.2. acompanhadas dos respectivos Certificados ou Listas de Postagem já preenchidos, utilizando os modelos fornecidos pela ECT ou produzidos por sua própria conta;

2.8.2.2.1. Para o caso de postagens com Aviso de Recebimento, já com os ARs devidamente preenchidos e afixados nas encomendas, observadas as restrições previstas para o SEDEX INTERNACIONAL - EMS quanto à aceitação de serviços adicionais;

2.9. Solicitar, quando for o caso, a coleta das correspondências ou das encomendas, nas condições estabelecidas pela ECT;

2.10. Apresentar, no ato da postagem de encomendas, **CARTÃO DE HABILITAÇÃO DE POSTAGEM**;

2.11. produzir, segundo modelo da ECT, se for o caso, os "INSTRUMENTOS DE HABILITAÇÃO - DESTINATÁRIO ÚNICO", para autorizar a postagem por terceiro, de uma única encomenda SEDEX a ela destinada e, opcionalmente, a aquisição da respectiva embalagem;

2.12. Responsabilizar-se pelos "CARTÕES DE POSTAGEM - DESTINATÁRIO ÚNICO" distribuídos a terceiros, para autorização de postagem de encomendas, bem como pela aquisição das respectivas embalagens utilizadas no acondicionamento;

2.13. Restituir à ECT os "CARTÕES DE HABILITAÇÃO DE POSTAGEM", por ocasião da rescisão do Contrato ou descredenciamento de preposto;

2.13.1. em caso de perda ou extravio do "CARTÃO DE AUTORIZAÇÃO DE POSTAGEM", a **CONTRATANTE** deverá informar o fato à ECT, de imediato, por escrito;

2.14. Manter a ECT informada, através de Carta, do endereço para apresentação das faturas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ECT

A ECT se obriga a:

3.1. Fornecer à **CONTRATANTE**:

- Cartões de Autorização de Postagem;
- Certificados e Listas de Postagem;
- Etiquetas SEDEX e de Etiquetas Registro;
- Avisos de Recebimento;

- modelos para confecção pela **CONTRATANTE** de "LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES", "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS" e "COMPROVANTE DE ENTREGA";

- Formulário de Vale Postal;

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0638
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS



3.1.1. Opcionalmente, o cliente poderá produzir os formulários: Certificados/Lista de Postagem, Aviso de Recebimento - AR, Formulário de Vale Postal, e imprimir o código de barra no rótulo da embalagem da encomenda SEDEX, de acordo com a faixa numérica e o algoritmo de cálculo do dígito verificador fornecidos pela ECT;

3.2. Coletar as encomendas, quando existir viabilidade operacional, em locais e horários previamente acertados com a CONTRATANTE;

3.2.1. a coleta de correspondências será efetuada somente em conformidade com a(s) Ficha(s) Técnica(s) preparada(s) pela ECT, limitando-se cada coleta a quantidade mínima de 500 (quinhentas) unidades. A postagem inferior a esse total deverá ser entregue à ECT por conta da CONTRATANTE;

3.3. Quando for do interesse da CONTRATANTE, fornecer, gratuitamente, envelope-padrão utilizado para acondicionamento de encomenda SEDEX INTERNACIONAL - EMS;

3.4. Transportar os objetos até os locais de destino e entregá-los nos respectivos endereços:

3.4.1. para a entrega de objetos sob registro, serão efetuadas até 03 (três) tentativas, em dias úteis consecutivos;

3.4.2. os objetos serão entregues nos endereços indicados, a qualquer pessoa aduita, que se apresente para recebê-los, ou devidamente identificada, quando procurados nas Agências da ECT;

3.4.2.1. no caso de encomenda SEDEX a Cobrar ou de outros objetos endereçados a locais onde não haja distribuição domiciliar, será efetuada a entrega interna, nas Unidades da ECT;

3.5. Restituir à CONTRATANTE os Avisos de Recebimento e Comprovações de Entrega relativos aos objetos entregues e os objetos cuja entrega não tenha sido possível, indicando sempre a causa determinante da impossibilidade, na forma regulamentar;

3.6. Indenizar à CONTRATANTE, no caso de encomendas e de correspondências registradas, quando ocorrerem avarias no conteúdo, ocasionadas comprovadamente por manuseio indevido, ou extravio, por culpa exclusiva da ECT;

3.6.1. as indenizações serão feitas de acordo com as previsões constantes nas tabelas de tarifas dos respectivos serviços.

3.6.2. não haverá o pagamento de indenização se for constatada a utilização de embalagem inadequada às características do conteúdo da encomenda;

3.6.3. no caso de Valor Declarado por estimativa, a ECT se reserva o direito de comprovar o valor real do conteúdo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E REAJUSTES

4.1. Pela prestação dos serviços contratados, definidos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à ECT, por objeto postado, os preços constantes da Tarifa SEED - Entrega Local, praticados desde 11/10/95, da Tarifa Postal Interna - Entrega Nacional, Sedex, Sedex Internacional - E.M.S. e de Produtos vigentes na data da prestação dos serviços, de acordo com o peso e o destino, na modalidade de serviços utilizada, que serão apresentados de formas distintas conforme abaixo indicadas:

4.1.1. SEED: entrega de objetos, sem e com Comprovante de Entrega e Títulos de Crédito para Aceite, na localidade de postagem e respectiva área metropolitana;

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Fls Nº 0639
E 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

4.1.1.1. os objetos sem o Comprovante de Entrega, para a entrega em âmbito local, poderão ser postados com a utilização dos serviços adicionais de Registro, AR, MP e Valor Declarado.

4.1.2. **CORRESPONDÊNCIAS:** entrega de objetos em âmbito nacional, sem comprovante de entrega.

4.2. Quando da utilização dos serviços adicionais, deverão ser acrescidos aos preços estabelecidos para os objetos mencionados nos subitens 4.1.1.1. e 4.1.2. as respectivas tarifas, constantes das Tarifa Postal Interna na data da postagem.

4.2.1. os objetos sem o Comprovante de Entrega, para a entrega em âmbito nacional, poderão ser postados com a utilização dos serviços adicionais de Registro, AR, MP e Valor Declarado.

4.1.2. **ENCOMENDAS:**

4.1.2.1. encomendas SEDEX e E M S: valores previstos na tarifa SEDEX e SEDEX Internacional - E M S;

4.1.2.2. os preços relativos aos serviços adicionais de Coleta Domiciliária, Aviso de Recebimento (AR) e Mão Própria, são os definidos na Tarifa SEDEX - Remuneração pelo Serviço e Postal Internacional;

4.1.3. **PRODUTOS:** preços indicados na tarifa de Produtos da ECT, vigente na data da aquisição;

4.2. Os preços de serviços e produtos tratados por este Contrato serão reajustados nas mesmas data e segundo os mesmos índices de atualização das respectivas tarifas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A ECT apresentará à **CONTRATANTE**, para efeito de pagamento, as faturas mensais, correspondentes aos serviços prestados, levantadas com base nos documentos de postagem e venda de produtos, cujo vencimento será o dia **14(Quatorze)** do mês subsequente à prestação do serviço;

5.2. O valor da Cota Mínima Mensal de Faturamento está estabelecido no verso da tarifa SEDEX;

5.2.1. na hipótese de o valor correspondente aos serviços prestados ser inferior à cota mínima, a fatura mensal incluirá, além desse valor, um complemento para que o montante a ser pago atinja a importância fixada;

5.2.2. O valor da Cota Mínima de Faturamento será revisto sempre que se mostrar insuficiente para cobrir os custos de manutenção do cadastro e de faturamento, observada a Legislação vigente;

5.3. Qualquer reclamação sobre erros de faturamento deverá ser apresentada pela **CONTRATANTE**, por escrito, e receberá o seguinte tratamento:

5.3.1. reclamação apresentada sem o pagamento, será admitida somente antes da data do vencimento:

a) se for procedente, a ECT emitirá nova fatura com o valor correto;

b) se for improcedente, a **CONTRATANTE** pagará a fatura, mais os acréscimos legais se for o caso.

5.3.2. reclamação apresentada com a fatura paga, se for procedente será efetuada a devida compensação na fatura seguinte, em valores atualizados.

CPMI - CORREIOS	
0640	
Fls Nº -	
3515-4	
Doc:	
CONFERE COM O ORIGINAL	



CT
Fls. 3/38
0

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por períodos iguais e sucessivos de 01 (um) ano, caso não haja manifestação formal em contrário por uma das partes até 30 (trinta) dias antes do término da vigência do período, com prova de recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INADIMPLEMENTO

7.1. O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de qualquer das situações descritas no Art. 78, da Lei 8.666, reeditada em 06 de julho de 1994, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.1.1. a não regularização poderá ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do Contrato sem prejuízo de outras sanções, bem como, no caso de atraso de pagamento de faturas, a suspensão da prestação do serviço pela ECT até a sua normalização;

7.2. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pró-rata tempore" do IGP-M (FGV), ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, acrescido de multa de 2% e juros de 0,033% ao dia sobre o valor atualizado, e demais cominações legais, independentemente de notificação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

8.1.1. por interesse de qualquer uma das partes e mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, com Aviso de Recebimento;

8.1.2. por inadimplemento, conforme consta na Cláusula Sétima;

1.3. Na ocorrência de:

a) decretação de falência da **CONTRATANTE**;

b) dissolução da sociedade da **CONTRATANTE**;

c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATANTE**, que prejudique a execução do Contrato;

d) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

8.2. Fica assegurado à ECT o direito de recebimento do valor correspondente aos serviços prestados à **CONTRATANTE** até a data da rescisão, de acordo com as condições de pagamento estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A ECT não se responsabiliza:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0641
3515-4
CONFERE COM O ORIGINAL



9.1.1. por valor incluído em objeto de correspondência sem declaração de valor;

9.1.2. pela demora na execução de qualquer serviço, resultante de omissão ou erro por parte do remetente;

9.1.3. por prejuízos indiretos e benefícios não realizados;

9.1.4. por objeto confiscado ou destruído por autoridade competente.

9.2. A responsabilidade da ECT cessa:

9.2.1. quando o objeto tiver sido entregue no endereço do destinatário ou restituído ao remetente;

9.2.2. terminado o prazo de 03 (três) meses, para a reclamação, a contar da data prevista para entrega;

9.2.3. em caso fortuito ou de força maior.

9.3. Aos objetos de correspondência simples, postados com Comprovante de Entrega, não se conferem as características de registrados, inclusive para efeito de indenização;

9.4. Em caso de extravio de correspondências registradas, a responsabilidade da ECT está limitada aos preços postais mais o valor da indenização, fixado na Tarifa Postal Interna.

9.5. Em caso de extravio de encomendas, a responsabilidade da ECT está limitada:

9.5.1. no caso de Encomenda SEDEX:

9.5.1.1. aos preços postais mais o fator seguro, equivalente a 500 (quinhentas) vezes o 1º porte de Carta Comercial, para SEDEX sem declaração de valor;

9.5.1.2. aos preços postais mais o valor declarado, se houve a declaração de valor.

9.5.2. no caso de Encomenda SEDEX INTERNACIONAL - EMS:

9.5.2.1. à importância integral do Valor Declarado ou fração desta importância, equivalente aos danos causados, no caso de espoliação e avaria parcial, em US\$ (Dólar Americano), convertida em moeda nacional, na data da autorização do seu pagamento;

9.5.2.2. aos preços postais mais o fator seguro (automático), indicado na tarifa EMS, para encomendas sem valor declarado, vigente na data de autorização do pagamento;

9.6. Não devem ser incluídos nos objetos postados materiais relacionados no Artigo 13 da Lei Nº 6.538, de 22/06/1978 e na Lista de Objetos Proibidos da UPU, disponível para consulta na ECT;

9.7. A ECT se reserva o direito de proceder, eventualmente, à abertura dos objetos, para fins de verificação e controle de seu conteúdo, na presença de representante legal da CONTRATANTE ou do destinatário;

9.8. A CONTRATANTE é a única responsável pelos CARTÕES DE AUTORIZAÇÃO DE POSTAGEM, respondendo pelos danos causados por sua utilização indevida;

9.9. A CONTRATANTE responderá pelo cumprimento das exigências relativas à documentação fiscal, na forma da legislação vigente, bem como por todo e qualquer tributo que possa ou venha a ser exigido, decorrente do conteúdo dos objetos postados;

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

9.10. Este contrato poderá ser revisto total ou parcialmente, a qualquer época, mediante prévio entendimento entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da **JUSTIÇA FEDERAL DA CIDADE DE GOIÂNIA-GO.**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

GOIÂNIA-GO, 26 de 10 de 1999.

Pela CONTRATANTE:

CLÁUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA
Sócio - Proprietário

Pela ECT:

NILO CÂNDIDO RAMOS
Diretor Regional DR/GT

CÓPIA

TESTEMUNHAS:

ZILDENE M. M. C. MACEDO
CPF: 283.310.601-72

Marco Antônio Ribeiro
Diretor Regional Adjunto

CPF: 256.577.356/24

LUIS HUMBERTO DA SILVA
CPF: 087.996.441-34

Iranci Lúcia de Moraes
Coordenador de Negócios

CPF: 15.151.151-34

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0643
3515-4
Doc

TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA

CONFERE COM O ORIGINAL



ASSUNTO: Afastamento do exercício da função de confiança de Diretor Regional de Goiás-Tocantins.

DISTRIBUIÇÃO: Geral.

REFERÊNCIA: PRT/PR-026/96; Ata da 4ª Sessão Ordinária da Diretoria da ECT/2000.

1. Afasto, a pedido, do exercício da função de confiança de Diretor Regional de Goiás-Tocantins, o Administrador Postal Sênior **NILO CÂNDIDO RAMOS**, matrícula 8.008.149-5, até a conclusão dos trabalhos de que trata a PRT/PR-009/2000.

CÓPIA


EGYDIO BIANCHI
Presidente

ABS/abs.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0644
Fls Nº _____
Doc: 3515 - 4



ASSUNTO: Afastamento do exercício da função de Coordenador Regional de Suporte da Diretoria Regional de Goiás-Tocantins.

DISTRIBUIÇÃO: Geral.

REFERÊNCIA: Ata da 4ª Sessão Ordinária da Diretoria da ECT/2000.

1. Afasto, a pedido, do exercício da função de confiança de Coordenador Regional de Suporte da Diretoria Regional de Goiás-Tocantins, o Administrador Postal Sênior **MÁRCIO ALVES RABELO**, matrícula 8.009.760-0, até a conclusão dos trabalhos de que trata a PRT/PR-009/2000.

CÓPIA


EGYDIO BIANCHI
Presidente

ABS/abs.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0645
Doc: 3515-4



ASSUNTO: Afastamento do exercício da função de confiança de Coordenador Regional de Negócio da Diretoria Regional de Goiás-Tocantins.

DISTRIBUIÇÃO: Geral.

REFERÊNCIA: Ata da 4ª Sessão Ordinária da Diretoria da ECT/2000.

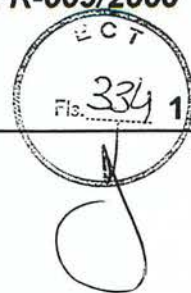
1. Afasto, a pedido, do exercício da função de confiança de Coordenador Regional de Negócios da Diretoria Regional de Goiás-Tocantins, o Administrador Postal Sênior **IRANDI LISBOA DE MORAES**, matrícula 8.009.913-0, até a conclusão dos trabalhos de que trata a PRT/PR-009/2000.

CÓPIA


EGYDIO BIANCHI
Presidente

ABS/abs.





ASSUNTO: Designação de Comissão de Sindicância.

DISTRIBUIÇÃO: DIRETORIA, GABPR, DEJUR, DAUDI, DINSP, DAREC e DR/GT.

REFERÊNCIA: Mód:7 - MANCIN; Ata da 4ª Sessão Ordinária da Diretoria da ECT/2000.

1. Designo os empregados a seguir relacionados para, sob a presidência do integrante indicado na alínea "a" que, nos seus impedimentos será substituído pelo participante mencionado na alínea "b", constituírem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados no Processo/DINSP nº 0032/2000.

a) VALTER LENTA MORIMATSU

Auditor/DAUDI
Matrícula 8.102.704-4

b) JORGE SILVEIRA LOPES

Inspetor/DINSP
Matrícula 8.306.171-1

c) FRANCISCO GOMES DA SILVA

Inspetor/DINSP
Matrícula 8.576.856-1

d) CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA

Assessor/GEFRAN
Matrícula 8.010.463-0

e) PAULO HENRIQUE GARCIA DA SILVA

Administrador Postal Júnior/ DEGEO
Matrícula 8.323.225-7

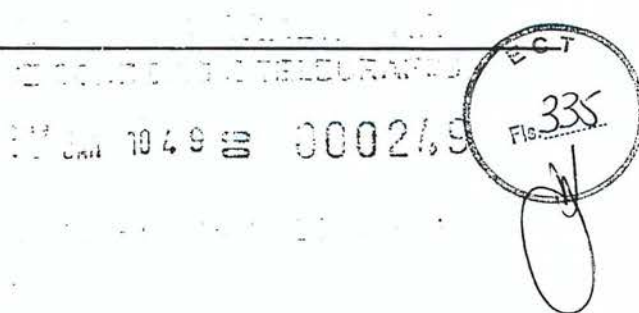
2. A Comissão ora designada deverá concluir os seus trabalhos até 15 de março de 2000.


EGYDIO BIANCHI
Presidente



JCPO/abs

Ao Senhor
EGYDIO BIANCHI
Presidente da ECT



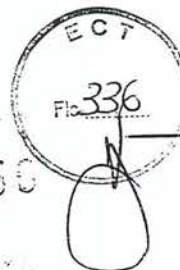
Eu, **NILO CÂNDIDO RAMOS**, matrícula **8.008.149-5**, Administrador Postal Sênior na função de confiança de Diretor Regional de Goiás-Tocantins, venho solicitar o meu afastamento da função de Diretor enquanto durar a Sindicância instaurada por V.Sa. para apurar possíveis irregularidades.

Brasília, 27 de janeiro de 2000.

NILO CÂNDIDO RAMOS
Matrícula **8.008.149-5**

CÓPIA





27 JAN 10 4 9 8 000250

Ilmo Sr.
Egydio Bianchi
Presidente da FCT

Solicito o meu afastamento da função de Coordenador de Negócios da Diretoria Regional de Goiás e Tocantins, a partir desta data, face a instauração de inquérito naquela regional.

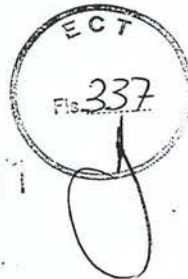
CÓPIA

Brasília, 27 de janeiro de 2000

Irândi Lisboa de Moraes
Mat. 8.009.913-0



CONFERE COM O ORIGINAL



1049 000251



Ao Senhor
EGYDIO BIANCHI
Presidente da ECT

CÓPIA

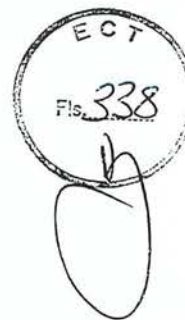
Solicito o meu afastamento da função de confiança de
Coordenador de Suporte da Diretoria Regional de Goiás-Tocantins,
face a instauração de Sindicância naquela Regional.

Brasília, 27 de janeiro de 2000.


MÁRCIO ALVES RABELO
Matrícula 8.009.760-0



CONFERE COM O ORIGINAL



Goiania 28/01/2000

Nilo Rans, matrícula 8.008.149.5, venho
requerer a concessão de folgas que tam-
bém representa a viagem de negócios
nos anos de 1998 e 1999, no total
de 48 (quarenta e oito dias), em finais
de semana e feriados.



CONFERE COM O ORIGINAL

Do: DE RSE

De: Carlos R.

21/03/2007

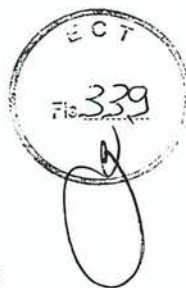
Carlos Roberto Samartini Dias
DRADUCoordenador de Suporte

2212-8
10021
COMANDO
FORÇA DE DEFESA

Comando em Chefia

S. D. D. D.

Loizana/6 28/01/2000



M. L. P. (M. L. P. m. 50099/00), ve-
nha a trabalhar de 20 (vinte) dias de
ferias, respect. 99/00, 30 (trinta) dias de ferias,
respect. 18/99 e 15 (quinze) dias de fol-
ga respect. a viagem e fin. de semana,
portanto o total de 45 (quarenta e cinco).
dias.



DE REC
De Acordo

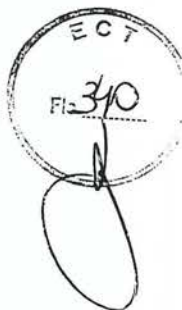
31/01/2007
Carlos Roberto Samartini Dias
DRADJ Coordenador de Suporte

1 2212-4
0023
CNPJ 00.000.000/0001-00
NOME DO CONTRATADO

CONFERIR COM O ORIGINAL

AO: Sr. DIRETOR REGIONAL AR/ET

REQUERIMENTO



FRANCI LISBOA DE MORAES, dem. postal 8 quila,
mat 8.008.913-0, requer a V. SA a concessão de
férias e folgas no período de 28/01 a 26/02/00 (vinte
dias de férias e 10 dias de folgas), free fins uns
gozados entre 15/12 e 03/01, e folgas adquiridos,
que virtude de trabalho em fim de semana e
nógem

Em 28/01/2000

Franco Lisboa de mfr

MAT 8 008 913-0



GEFEI
avada
31/04/2022

Carlos Roberto Samartini Dias
DRADJ/Coordenador de Suporte

PROJETO DE LEI Nº 10.000/2022
CPLM - CPM/2022
0023
12512-4

CONSTITUENTE DO COMISSÃO DE ORÇAMENTO



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS



DE: GERENTE DE RECURSOS HUMANOS DR/GT

AO: DIRETOR REGIONAL/GT

CI/GEREC/DR/GT-0086/2000

Ref.:

PROTOCOLO

DR. GEREC

De acordo

331231220

Carlos Roberto ~~Silva~~ Dias
DRADJ/Coordenador de Suporte

Assunto:

Goiânia-GO, 28 de janeiro de 2000.

CÓPIA

Atendendo solicitação verbal desse Gabinete, informamos que o empregado IRANDI LISBOA DE MORAES, matrícula 8.009.913-0, estaria de férias no período de 15/12/99 a 13/01/00, porém não gozadas, estará usufruindo no período de 28/01 a 26/02/00 (20 dias de férias e 10 folgas), e o empregado MARCIO ALVES RABELO, matrícula 8.009.760-0, com férias de 10/01 a 29/01/00, estará gozando-as a partir de 28/01 a 12/03/00 (20 dias de férias, 10 dias férias do período anterior e 15 folgas), conforme informações dos próprios empregados.

Atenciosamente

BENEDITO CABRAL FILHO
Respondendo p/GEREC

BCF/cla



CONFERE COM O ORIGINAL

CH/GAB/PA/EET
Dr. Júlio
Santus
28/01/2005
Carlos Roberto Samartini Dias
DRAD/Cordenador de Suporte





ÁREA DE DIVULGAÇÃO	ECT	DATA	28/1/2000	Nº	16/2000
--------------------	-----	------	-----------	----	---------

PRESIDÊNCIA**NOTA PR/005****MOVIMENTAÇÃO NO QUADRO GERENCIAL
DA DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS****AFASTAMENTOS, A PEDIDO, ATÉ A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS
DE QUE TRATA A PRT/PR-009/2000:**

- NILO CÂNDIDO RAMOS - PRT/PR-010/2000 - afastado, a pedido, do exercício da função de confiança de Diretor Regional de Goiás-Tocantins.
- MÁRCIO ALVES RABELO - PRT/PR-011/2000 - afastado, a pedido, do exercício da função de confiança de Coordenador Regional de Suporte da Diretoria Regional de Goiás-Tocantins.
- IRANDI LISBOA DE MORAES - PRT/PR-012/2000 - afastado, a pedido, do exercício da função de confiança de Coordenador Regional de Negócios da DR/Goiás-Tocantins.

DESIGNAÇÕES PARA RESPONDER PELAS MENCIONADAS FUNÇÕES:

- JOSÉ APARECIDO DE SOUZA - PRT/PR-013/2000 - designado para, cumulativamente com a função de Gerente Técnico da DR/São Paulo Interior, responder pela função de Diretor Regional de Goiás-Tocantins.
- CARLOS ROBERTO SAMARTINI DIAS - PRT/PR-014/2000 - designado para, cumulativamente com a função de Assessor de Diretoria/PR, responder pelas função de Coordenador Regional de Suporte da DR/Goiás-Tocantins.
- JOAQUIM CARLOS ALBUQUERQUE PONTES - PRT/PR-015/2000 - designado para, cumulativamente com a função de Assessor de Diretoria/DICOM, responder pela função de Coordenador Regional de Negócios da DR/Goiás-Tocantins.





ÁREA DE DIVULGAÇÃO

ECT

DATA

28/1/2000

Nº

16/2000**NOTA PR/006****CONGRATULAÇÕES RECEBIDAS PELO DIA DO CARTEIRO**

Transcrevemos, abaixo, o telegrama enviado, em 25/01/2000, pelo Secretário de Serviços Postais do Ministério das Comunicações, em homenagem aos carteiros pelo seu dia:

“Esta Secretaria e seus funcionários congratulam-se com essa Empresa pelo Dia Nacional do Carteiro.”

MARCELO PERRUPATO
Secretário de Serviços Postais”

CÓPIA

DIRETORIA DE OPERAÇÕES**NOTA DIOPE/001****PLANTÃO OPERACIONAL**

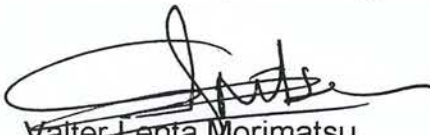
Devido à dinâmica do processo produtivo da ECT, algumas ocorrências nas operações necessitam de respostas imediatas para evitar transtornos no seu andamento. Com o objetivo de garantir a continuidade das operações e oferecer um efetivo acompanhamento da gestão dos processos, estamos criando um plantão operacional aos sábados.


O plantão, montado a partir de janeiro de 2000, está programado da seguinte forma: todos os sábados, até às 12 horas, um ocupante de função de confiança do DEGEO (até o nível de chefe de divisão, isto é, chefe do Departamento, subchefe, assessores e chefes de divisão) ficará de posse do telefone celular do Departamento para qualquer contato que se faça necessário (61 9985-0568).

Solicitamos que as GEOPE/GENCO/GETRA de cada DR procedam à montagem de esquema semelhante para que possamos criar uma malha de contatos mesmo aos sábados.

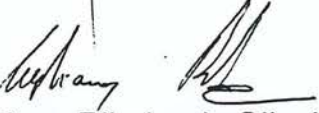
ATA DE SERVIÇO Nº 001

QUE às oito horas do dia vinte e oito de janeiro do ano dois mil, É LAVRADA nas dependências do Departamento de Inspeção Geral – SBN, Quadra 1, Bloco A, 9º andar, Ala Sul do Edifício Sede da ECT, Brasília-DF – PARA DELIBERAR COMO INSTALADOS OS TRABALHOS da Comissão de Sindicância instaurada pelo Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT por ato documentado na **PRT/PR-009/2000**, emitida em 26/01/2000 e com vigência a partir de 28/01/2000, DESIGNANDO os colaboradores abaixo assinados, incumbidos de apurar os fatos relatados no **Processo/DINSP nº 0032/2000**. Portanto, diante da breve análise realizada nos autos desse procedimento de controle é **DECIDIDO** que – para eficácia da sua continuidade – deverá o colegiado apurador se deslocar para a Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana (DR/SPM) para rápidas diligências e, com a mesma finalidade logo em seguida, dirigir-se à Diretoria Regional de Goiás e Tocantins (DR/GT), onde ficará interinamente sediada. Nada mais havendo a registrar é lavrada a presente ATA que vai assinada pelos integrantes da Comissão de Sindicância.-----


Valter Lenta Morimatsu
Contador Jr – 8.102.704-4
Auditor/DAUDI


Jorge Silveira Lopes
Advogado Jr. – 8.306.171-1
Inspetor/DINSP


Francisco Gomes da Silva
Administrador Postal – 8.576.856-1
Inspetor/DINSP


Cristiano Ribeiro de Oliveira
Administrador Postal – 8.010.463-0
Assessor/GFRAN


Paulo Henrique Garcia da Silva
Administrador Postal Jr – 8.323.225-7
DEGEO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0656
3515-4
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS



DE: GEREC/GT
AO: DIRETOR REGIONAL/GT
CI/GEREC/DR/GT-0088/2000
REF:

PROTOCOLO

AO: GEREC

De acordo

31/01/2000

Assunto:

Carlos Roberto Samartini Dias
DRADJ/Coordenador de Suporte

Goiânia-GO, 31 de janeiro de 2000.

Conforme solicitação verbal desse Gabinete, informamos que em viagens realizadas em fins de semanas o Sr. NILO CÂNDIDO RAMOS, matrícula 8.008.149-5, tem direito a 48 folgas.

Atenciosamente,

BENEDITO CABRAL FILHO
RESPONDENDO PELA GEREC

REC 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0657
3515-4
Doc:

/cla

CONFERE COM O ORIGINAL

Dr. CH/SPB/PA/EST

Confame
Júlio
Jedid

31/04/2000

Carlos Roberto Samartini Dias
DRADJ Coordenador de Suporte

Confome protocolo emitido pelo Dr. Carlos Roberto Samartini Dias, em 31/04/2000, para a realização de exames de sangue e urina, com o objetivo de diagnóstico de doenças infecciosas.

Assinatura

RECEBIDO
CPM - COPIAS
2512-4
2512-4

RECEBIDO

ASSUNTO: Designação de Comissão de Sindicância.

DISTRIBUIÇÃO: DIRETORIA, GABPR, DEJUR, DAUDI, DINSP, DAREC e DR/GT.

REFERÊNCIA: Mód:7 - MANCIN; Ata da 4ª Sessão Ordinária da Diretoria da ECT/2000.

1. Designo os empregados a seguir relacionados para, sob a presidência do integrante indicado na alínea "a" que, nos seus impedimentos será substituído pelo participante mencionado na alínea "b", constituírem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados no Processo/DINSP nº 0032/2000.

a) VALTER LENTA MORIMATSU

Auditor/DAUDI

Matrícula 8.102.704-4

b) JORGE SILVEIRA LOPES

Inspetor/DINSP

Matrícula 8.306.171-1

c) FRANCISCO GOMES DA SILVA

Inspetor/DINSP

Matrícula 8.576.856-1

d) CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA

Assessor/GEFRAN

Matrícula 8.010.463-0

e) MARCUS HANDEL RODRIGUES CHAVES

Coordenador Técnico/DEGEO

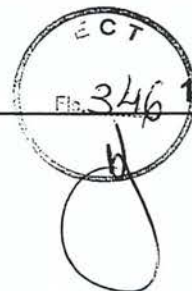
Matrícula 8.010.087-2

2. A Comissão ora designada deverá concluir os seus trabalhos até 15 de março de 2000.


EGYDIO BIANCHI
Presidente

JCPO/abs

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0658
Fls Nº
Doc: 3515 - 4



ASSUNTO: Designação de Comissão de Sindicância.

DISTRIBUIÇÃO: DIRETORIA, GABPR, DEJUR, DAUDI, DINSP, DAREC e DR/GT.

REFERÊNCIA: Mód:7 - MANCIN; Ata da 4ª Sessão Ordinária da Diretoria da ECT/2000.

1. Designo os empregados a seguir relacionados para, sob a presidência do integrante indicado na alínea "a" que, nos seus impedimentos será substituído pelo participante mencionado na alínea "b", constituírem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados no Processo/DINSP nº 0032/2000.

a) VALTER LENTA MORIMATSU

Auditor/DAUDI

Matrícula 8.102.704-4

b) JORGE SILVEIRA LOPES

Inspetor/DINSP

Matrícula 8.306.171-1

c) FRANCISCO GOMES DA SILVA

Inspetor/DINSP

Matrícula 8.576.856-1

d) CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA

Assessor/GEFRAN

Matrícula 8.010.463-0

e) PAULO HENRIQUE GARCIA DA SILVA

Administrador Postal Júnior/DEGEO

Matrícula 8.323.225-7

2. A Comissão ora designada deverá concluir os seus trabalhos até 15 de março de 2000.


EGYDIO BIANCHI
Presidente

JCPO/abs





ASSUNTO: Designação de Comissão de Sindicância.

DISTRIBUIÇÃO: DIRETORIA, GABPR, DEJUR, DAUDI, DINSP, DAREC e DR/GT.

REFERÊNCIA: Mód:7 - MANCIN; Ata da 4ª Sessão Ordinária da Diretoria da ECT/2000.

1. Designo os empregados a seguir relacionados para, sob a presidência do integrante indicado na alínea "a" que, nos seus impedimentos será substituído pelo participante mencionado na alínea "b", constituírem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados no Processo/DINSP nº 0032/2000.

a) VALTER LENTA MORIMATSU

Auditor/DAUDI

Matrícula 8.102.704-4

b) JORGE SILVEIRA LOPES

Inspetor/DINSP

Matrícula 8.306.171-1

c) FRANCISCO GOMES DA SILVA

Inspetor/DINSP

Matrícula 8.576.856-1

d) CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA

Assessor/GEFRAN

Matrícula 8.010.463-0

e) PAULO HENRIQUE GARCIA DA SILVA

Administrador Postal Júnior/DEGEO

Matrícula 8.323.225-7

2. Os trabalhos da Comissão encerrar-se-ão com a conclusão do Processo/DINSP nº 0032/2000, cujo prazo fica prorrogado até 15 de junho de 2000.


EGYDIO BIANCHI
Presidente

JCPO/abs

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0660
Fls Nº
3515-4
Doc

**CORREIOS**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA - DR/SP
SEÇÃO DE OTIMIZAÇÃO OPERACIONAL - TEL.: (011) 838-7618 / 7624

DE: DIRETOR REGIONAL - DR/SPM

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/GT

CI/SOOP/SOTEL/GEOPE/DR/SPM- 2.0031/2000

REF.: CI/GAB/DR/GT-010/00 de 14/01/2000

Área reservada para
protocolo

Assunto: Contrato ECT/TECPRINT-0054/99

São Paulo, 28 de janeiro de 2000.

Relativamente às postagens da Empresa TECPRINT no CT-01/SPM-Centro, temos a esclarecer que não tínhamos recebido até agora qualquer ficha técnica incluindo a referida unidade como local de postagem. As cópias existentes, que foram solicitadas por esta Regional depois do início da operação, mencionavam apenas a ACF Alpes e o CO Barra Funda. A nova ficha só deu entrada agora, como anexo da CI em referência, sem a data da inclusão.

Por oportuno, solicitamos informar os nomes dos técnicos da DR/SPM que realizaram tratativas com os técnicos dessa Regional, pois não consta que tenha sido indicado o CT-01 como local de postagem. Nesse aspecto, discordamos da inclusão em contratos, como locais de postagem, de unidades de outras Diretorias Regionais, sem que o assunto tenha sido previamente negociado, não só no sentido de evitar problemas operacionais, mas também visando ao bom atendimento dos clientes.

Quanto à aceitação das postagens, estamos aguardando deliberação da Diretoria Comercial, conforme CI/SOPES/GEOPE/SP-4.651/99 de 29/12/1999, tendo em vista que estão sendo postadas correspondências de terceiros no contrato em questão e julgamos que o assunto deva ser disciplinado.

Atenciosamente,

EDSON COMIN
DIRETOR REGIONAL
ECT/DR/SPM

C/C: DEVAP, DICOM, DINSP e DEGEO

ARPS/
2.0031RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0661

Fls Nº

3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Fls. 349

De: GERENTE DE INSPEÇÃO DR/BSB

Ao: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO

CI/SINS/GINSP/BSB-0081/2000

Ref.: CI/SUDIT/GEOPE/DR/PR-0056/2000

CONFIDENCIAL

Assunto: Impressos em devolução.

Brasília, 28 de janeiro de 2000.

Em atenção ao documento em referência e mais pelo contido no seu 2º parágrafo, apresentamos a V.Sª. cópia do documento e os objetos nela descritos.

Oportuno enfatizar que o contrato refere-se a ECT/TECPRINT, “aquela firma de Goiânia, objeto de denúncia anônima colhida por nós e apresentada a V.Sª. em meados do ano passado, envolvendo atividades gráficas e ACF da mesma cidade”.

Atenciosamente,

LÚCIO ALFREDO MACHADO
Gerente de Inspeção/DR/BSB

C/Cópia: DR/BSB

LAM/can

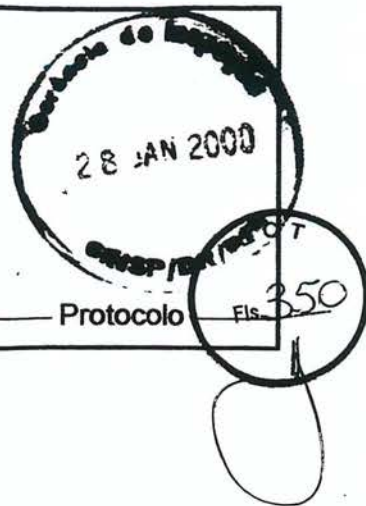
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0662
Fls Nº
3515 - 4

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARANÁ

DE: GERENTE DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA /DR/PR
AO: GERENTE DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA /DR/BSB
CI/SUDIT/GEOPE/DR/PR-0056/2000
REF.: CI/SUDIT/GEOPE/DR/PR-1014/99 e 0018/00



Assunto: Devolução de Impressos

Curitiba, 20 de janeiro de 2000.



Em aditamento à CI/SUDIT/GEOPE-1014/99 de 15/12/99 encaminhamos em anexo 137 objetos postados nessa DR através do contrato ECT/TECPRINT Nº 0054/99, todos em devolução e que deveriam ser refugados por não terem devolução garantida.

Porém detectamos que os mesmos foram irregularmente franqueados na modalidade de IMPRESSO, devido todos conterem um cartão telefônico de 90 créditos cada, em plena validade, caracterizando então como valor.

Portanto solicitamos orientar o cliente e a Unidade de Postagem a fim de evitar evasão de rendas.

Atenciosamente,

CARLOS HENRIQUE RICHTER
Gerente de Operações e Logística

C/Cópia: GINSP-DR/BSB
GINSP-DR/PR

JBPA/jbpa

*D GINSP/BSB
conforme já acordado no CT enviado
e uma vez que, estamos encaminhando
os objetos p/ Refugo*

*Ass. 24/01/2000
Osmar B. de Carvalho
Má. Exatidão
Subgerente de Distribuição*



CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO PARANÁDE: GERENTE DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA /DR/PR
AO: GERENTE DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA /DR/BSB
CI/SUDIT/GEOPE/DR/PR-0056/2000
REF.: CI/SUDIT/GEOPE/DR/PR-1014/99 e 0018/00

Gerência de Inq.

14 JAN 2000

Protocolo

ECT

Fls. 351

Assunto: Devolução de Impressos

Curitiba, 20 de janeiro de 2000.

Em aditamento à CI/SUDIT/GEOPE-1014/99 de 15/12/99 encaminhamos em anexo 137 objetos postados nessa DR através do contrato ECT/TECPRINT Nº 0054/99, todos em devolução e que deveriam ser refugados por não terem devolução garantida.

Porém detectamos que os mesmos foram irregularmente franqueados na modalidade de IMPRESSO, devido todos conterem um cartão telefônico de 90 créditos cada, em plena validade, caracterizando então como valor.

Portanto solicitamos orientar o cliente e a Unidade de Postagem a fim de evitar evasão de rendas.

Atenciosamente,

CARLOS HENRIQUE RICHTER
Gerente de Operações e LogísticaC/Cópia: GINSP-DR/BSB
GINSP-DR/PR

JBPA/jbpa

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0664

3515-4

Doc.

CONFERE COM O ORIGINAL



DIRETORIA COMERCIAL

PRT/DICOM-J0972000

EMI: 01.02.2000

VIG: 01.02.2000

1

ASSUNTO: Perícia em objetos postais**DISTRIBUIÇÃO:** Geral**REFERÊNCIA:** PRT/PR-009/2000**1 – FINALIDADE**

Instituir Grupo de Trabalho para analisar os objetos postados através do Contrato/DR/GT-0054/99 e emitir os correspondentes Laudos Técnicos, conforme CI/001-CS/PRT/PR-009/2000.

2 – CONSTITUIÇÃO DO GRUPO

a) Sandro Soares Sensêve
Chefe de Divisão/Derev
Matrícula 8.010.529-7

b) Kleber Minatogau
Chefe de Divisão/Gfran
Matrícula 8.010.500-0

c) Francisco Assis Facó Gomes
Coordenador/Devat
Matrícula 8.176.521-5

3 - ATRIBUIÇÕES

a) avaliar as peças recebidas e definir se as mesmas se constituem em objetos de correspondência, justificando cada caso;

b) avaliar se as mesmas peças se constituem em objetos postais quando apresentadas para postagem, justificando cada caso;

c) definir e justificar em que categoria postal se classifica cada objeto examinado, quanto à sua natureza, âmbito e tratamento postal, bem se considerado o previsto no correspondente contrato;

d) definir os preços e/ou tarifas correspondentes a cada objeto postal, conforme definido na alínea "b";





DIRETORIA COMERCIAL

EMI: 01.02.2000

VIG: 01.02.2000

PRT/DICOM 009/2000

2

e) indicar as eventuais penalidades econômicas para o remetente e/ou destinatário, inclusive definido o seu valor, no caso de aplicação incorreta de preço/tarifa nas peças; e

f) indicar eventuais penalidades administrativas ou pecuniárias para o agente captador e/ou responsável pela aceitação das peças, no caso de aplicação incorreta de preço/tarifa nas peças.

4 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1. O Grupo será coordenado pelo integrante citado na alínea "a", que será substituído nas eventualidades pelo membro indicado na alínea "b", ambos do item 2 – Constituição do Grupo.

4.2. Até o dia 14/02/2000, os laudos deverão ser emitidos e entregues ao Presidente da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria de referência.


ROBERVAL BORGES CORRÊA
Diretor Comercial

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0666

Déc. 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



DIRETORIA COMERCIAL

PRT/DICOM-10/2000

EMI: 02.02.2000

VIG: 02.02.2000

1

ASSUNTO: Contratos Comerciais**DISTRIBUIÇÃO:** Geral**REFERÊNCIA:****1 – FINALIDADE**

Instituir Grupo de Trabalho para avaliar os modelos de contratos comerciais utilizados na ECT.

2 – CONSTITUIÇÃO DO GRUPO

a) **Kleber Minatogau**
Chefe de Divisão / GFRAN
Matrícula 8.010.500-0.

b) **Francisco Assis Facó Gomes**
Coordenador / DEVAT
Matrícula 8.176.521-5.

3 - ATRIBUIÇÕES

- a) levantar os modelos de contratos comerciais em uso na ECT;
- b) propor documento básico consolidando todos esses modelos;
- c) levantar as autorizações concedidas às Regionais para vinculação do atendimento de contratos comerciais a ACFs;
- d) propor documento básico com os critérios para o atendimento de contratos comerciais por ACFs.

4 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 4.1. O Grupo será coordenado pelo integrante citado na alínea "a".
- 4.2. Os trabalhos do grupo deverão ser realizados até **25/02/2000**, com a apresentação dos resultados ao Diretor Comercial.

ROBERVAL BORGES CORRÊA
Diretor Comercial

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

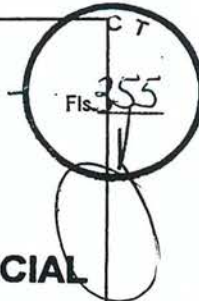
Fls Nº 0667

Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



DE: DEVAT/DEREV

AO: DIRETOR REGIONAL - DINSP

CI/DEVAT/DEREV-023/2000 – CIRCULAR

REF.: CI/DINSP-99.0369.1349/99

CONFIDENCIAL

Protocolo

Assunto: Vinculação de Contratos em ACF.

Brasília, 2 de fevereiro de 2000.

Tendo em vista a constatação de vinculação de contratos de franqueamento especial, do tipo Múltiplo e Correspondência, a ACFs, cumpre-nos lembrar que:

- a) os serviços autorizados pelo Contrato de Franquia Empresarial são somente aqueles constantes da TABELA DE COMISSAO DE ACF;
- b) dentre os serviços postais autorizados na TABELA DE COMISSAO DE ACF não se incluem aqueles que se utilizam de franqueamento especial de objetos de correspondência;
- c) além dos serviços nominados na PARTE I da TABELA DE COMISSAO DE ACF estão autorizados apenas os serviços postais cobrados por selos ou por estampagem de máquina de franquear;

Assim, alertamos que os serviços de Franqueamento Autorizado de Carta – FAC, PORTE PAGO, Franqueamento Especial de Objetos de Correspondência não podem ser prestados pela rede franqueada, pelo que a vinculação de contratos relativos aos serviços acima citados (FAC, PORTE PAGO, MÚLTIPLO, CORRESPONDÊNCIA e Contrato de Prestação de Serviços e Venda de Produtos a Órgão Público) não foi autorizada.

Acrescente-se ainda que as características da operacionalização destes contratos (entrega em unidade de tratamento, condições de apresentação dos objetos, faturamento) descaracterizam por completo o papel de uma unidade de atendimento, e não permitem a adoção de controles eficazes na sua execução. Assim é que o controle de postagem de objetos de correspondência em unidades de atendimento está baseado na cobrança dos preços postais por selos ou estampagem de máquina de franquear.

Lembramos ainda que, mesmo para os serviços autorizados, a vinculação de contratos a faturar propostos pela rede franqueada depende de prévia aprovação da ECT, após comprovada a viabilidade técnica de sua execução, conforme Cláusula Sétima – subitem 7.4 do Contrato de Franquia Empresarial.

Diante do exposto orientamos essa Diretoria Regional no sentido de ratificar aos órgãos regionais de controle e gerenciamento da rede sobre o correto cumprimento destas medidas.

Atenciosamente,

ANTONIO DE PAULA BRAQUEHAIS
RESP p/CHEFE DO DEVAT

CLÁUDIO QUEIROZ
RESP p/CHEFE DO DEREV

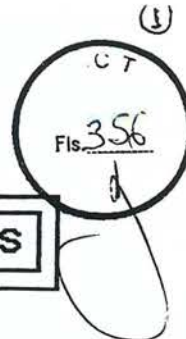
C/C DINSP.
/pp

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis Nº 0668
Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS



De: GERENTE DE CONTABILIDADE E CONTROLE FINANCEIRO/DR/GT
Ao: GERENTE DE CONTABILIDADE E CONTROLE FINANCEIRO/DR/SP
CI/SCRE/GECOF/GT- 0165/2000
Ref.: OIT/00049/0003/2000

Assunto: Contrato 54/99 - Tecprint

Goiânia, 02 de fevereiro de 2000

Encaminhamos, em anexo, a nota de coleta SEED a faturar de nºs: 2901221 para ser assinada pelo cliente. Solicitamos a gentileza de providenciar assinatura com urgência, face ao tempo decorrido desde a prestação do serviço.

Informamos que o cliente se recusou a efetuar o pagamento da mesma, por falta de sua assinatura, portanto, solicitamos orientar os atendentes para não aceitarem os documentos de postagem sem a devida assinatura do cliente. Lembrando que caso o documento não seja assinado, repassaremos a despesa para que essa Regional providencie a regularização da prestação do serviço.

Diante do acima exposto, solicitamos priorizar o assunto, devolvendo-nos o documento para faturamento.

Atenciosamente,

CHARLES MARTINS BORGES
Gerente de Contabilidade e Controle Financeiro


VMS/vms



CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

Fls. 357

		CORREIOS		NOTA DE COLETA SEED A FATURAR		Nº DA NOTA (A) Nº 2901221		
NOME DO CLIENTE Tec print Impressões Técnicas				Nº DO CONTRATO (B) 5499				
ENDEREÇO Av. Independência				DATA POSTAGEM (C) 01/12/99				
CIDADE goiânia - GO		CEP 74045-010		SOMA (A + B + C) 2918019				
PESO EM GRAMA	SERVIÇO CONVENCIONAL			SERVIÇO ESPECIAL				
	COM COMPROVANTE		SEM COMPROVANTE / TÍTULO	OBJETOS	REG	AR	MP	CAT
				1561				20
				10				20
				226				20
				74				20
			12				20	
SOMA PESOS 920		SOMA COM COMPROVANTE		SOMA SEM COMPROVANTE		SOMA DE OBJETOS 1883		SOMA SOMA SOMA SOMA CAT 100
OBSERVAÇÕES SUBSTITUI A NOTA Nº 2689619						REG / AR / MP 0 = SEM 1 = COM		
ASSINATURA						CARIMBO DA UNIDADE		
CLIENTE RS 30061		COLETOR		CONFERENTE		BRASILIANA DE CONTROLE E TELEGRÁFOS DR / SP 01 DEZ 1999 SEED Serviço Especial de Entrega de Documentos		
MATRÍCULA:		MATRÍCULA:						

75250341-3

RJ

A5 = 148 x 210 mm

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0670

Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

c 7

Fls. 358

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS		ANEXO DE FATURA		Nº 001
NATUREZA DO SERVIÇO : SEED				
GUIA DE POSTAGEM - REGISTRADOS C/S AR				
RAZÃO SOCIAL TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS		CONTRATO 5499		MES/ANO Dez/99
NOTA	DATA	VALOR UNITARIO	TOTAL	
2901221	01/12/1999		R\$	800,61
2669621	02/12/1999		R\$	10.149,68
2669623	03/12/1999		R\$	8.953,68
2669624	04/12/1999		R\$	13.513,79
ELABORADO POR: JESUINO		DATA 19/01/2000	VALOR TOTAL ANEXO R\$ 33.417,96	

RQS nº 03/2005 - CN -
GPMI - CORREIOS
0671
Fls Nº
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

CORREIOSMOVIMENTACAO CONTABIL
DE FATURAMENTO E COBRANCA

DATA

19/01/2000

No

0077120001

ANO

2000

NOME DO CLIENTE

ITECPRIIMPRESSOES GRAFICAS

ANEXO

CONTRATO

0000005499

FATURA

000000000000

SERVICO

SEED ESPEC

EVENTO

A/F

DR/COBRANCA

GT

LANCAMENTO CONTABIL

ID -

VALOR

33417,96

NOME DO CLIENTE

CONTRATO

FATURA

SERVICO

EVENTO

DR/COBRANCA

GT

LANCAMENTO CONTABIL

ID -

VALOR

0,00

HISTORICO DOS EVENTOS

1 =

2 =

EVENTOS -->

A - INCORPORAR VALOR

C - TRANSFERIR DEBITO

E - DESCONTO CONCEDIDO

B - TRANSFERIR CREDITO

D - CANCELAMENTO DE FATURA

F - TRANSF.P/COBR. OUTRA DR

ASSINATURA DO EMITENTE

JESUINO

ASSINATURA DO SUPERVISOR

M. CRISTINA F. LEMOS

ASSINATURA DA CHEFIA

DOMINGOS DE FATIMA SILVA

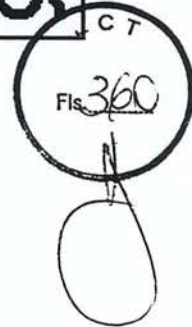
017-00049/0003
26.01.2000
33.417,96

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0672

Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



DO: CHEFE DO DEPTº. DE ADM. E VENDAS NO ATACADO

AO: DIRETOR REGIONAL – DR/GT

CI/DEVAT - 027/2000.

REF: a) CI/GAB/DR/GT – 004/00 – 12/01/00

b) CI/GAB/DR/GT – 006/00 – 12/01/00

c) CI/GAB/DR/GT – 013/00 – 24/01/00

ASSUNTO: Contrato nº. 0054/99 - ECT x TECPRINT

Brasília, 2 de fevereiro de 2000.

Após análise do Contrato ECT x TECPRINT, objeto do PROC. DINSP – 0032/2000, acerca da sua validade jurídica, o DEJUR entendeu que o contrato é um ato administrativo nulo, por faltar-lhe um requisito necessário a sua existência, bem como por ferir seu objeto na sua execução, conforme PARECER DEJUR/DJCOM 065/2000 anexo.

Diante do exposto e de ordem do Diretor Comercial orientamos essa Diretoria Regional a notificar a TECPRINT sobre a nulidade do referido contrato, bem como informar aos clientes cujos objetos foram postados através deste contrato, da sua extinção e conseqüente não operacionalização a partir da data da notificação.

Os direitos e obrigações gerados até a data da declaração de nulidade do contrato, em especial os relativos aos objetos postais que já estejam no fluxo postal, deverão ser observados, assim como a prestação de contas recíproca do efetivo serviço postal prestado, a título de indenização.

Atenciosamente,

Antonio de Paula Braquehais
Resp. p/ Chefe do Deptº de Adm. e Vendas no Atacado.

C/Anexo

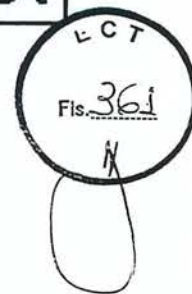
C/C DINSP

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0673
Doc 3515-4

Recebido em 04/02/00

VALTER L. MOURA MATS.

APB/apb



DO: CHEFE DO DEPTº. DE ADM. E VENDAS NO ATACADO

AO: DIRETORIA REGIONAL – DR/SPM

CI/DEVAT - 023/2000.

REF: a) CI/SEDP/GECOM/DR/SPM - 0019/2000
b) CI/SEDP/GECOM/DR/SPM - 0053/2000
c) CI/SOOP/SOTEL/GEOPE/DR/SPM - 2.0031/2000

ASSUNTO: Contrato nº. 0054/99 - ECT x TECPRINT

Brasília, 2 de fevereiro de 2000.

Após análise do Contrato ECT x TECPRINT, objeto do PROC. DINSP – 0032/2000, acerca da sua validade jurídica, o DEJUR entendeu que o contrato é um ato administrativo nulo, por faltar-lhe um requisito necessário a sua existência, bem como por ferir seu objeto na sua execução.

Diante do exposto e de ordem do Diretor Comercial orientamos essa Diretoria Regional a informar aos clientes cujos objetos foram postados através deste contrato, da sua extinção e conseqüente não operacionalização a partir da data da notificação de sua nulidade.

Os direitos e obrigações gerados até a data da declaração de nulidade do contrato, em especial os relativos aos objetos postais que já estejam no fluxo postal, deverão ser observados, assim como a prestação de contas recíproca do efetivo serviço postal prestado, a título de indenização.

Por oportuno, informamos que a Diretoria Regional – DR/GT foi instruída a efetuar a imediata notificação a TECPRINT da nulidade do referido contrato em questão bem como providenciar a prestação de contas recíproca pelos serviços postais prestados.

Atenciosamente,

Antonio de Paula Braquehais
Resp. p/ Chefe do Deptº de Adm. e Vendas no Atacado.

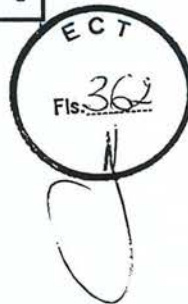
C/C DR/GT
DINSP

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls. Nº	0674
Doc.	3515 - 4

Recebido em 06/02/00

VALTER L. MOURA MATSU

APB/apb



DO: CHEFE DO DEPTº. DE ADM. E VENDAS NO ATACADO

AO: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA – PRT/PR – 009/2000

CI/DEVAT - 029/2000.

REF: a) CI/DINSP – 990369.1349/99

b) CI/DINSP – 990369.1391/99

ASSUNTO: Contrato nº. 0054/99 - ECT x TECPRINT

Brasília, 2 de fevereiro de 2000.

Após análise do Contrato ECT x TECPRINT, objeto do PROC. DINSP – 0032/2000, acerca da sua validade jurídica, o DEJUR entendeu que o contrato é um ato administrativo nulo, por faltar-lhe um requisito necessário a sua existência, bem como por ferir seu objeto na sua execução, conforme PARECER DEJUR/DJCOM 065/2000 anexo.

Diante do exposto e de ordem do Diretor Comercial orientamos a Diretoria Regional – DR/GT a notificar a TECPRINT sobre a nulidade do referido contrato, bem como informar aos clientes cujos objetos foram postados através deste contrato, da sua extinção e conseqüente não operacionalização a partir da data da notificação.

Os direitos e obrigações gerados até a data da declaração de nulidade do contrato, em especial os relativos aos objetos postais que já estejam no fluxo postal, deverão ser observados, assim como a prestação de contas recíproca do efetivo serviço postal prestado, a título de indenização.

Por oportuno, solicitamos que essa Comissão de Sindicância apure as diferenças entre valores inicialmente faturados e aqueles efetivamente devidos decorrentes dos serviços postais prestados, objetos das CI's referenciadas, para sua regularização a título de indenização.

Atenciosamente,

Antonio de Paula Braquehais
Resp. p/ Chefe do Deptº de Adm. e Vendas no Atacado.

C/Anexo

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0675
Doc 3515-4

Recb. em 02/02/00

VALTER L. MORIMATSU

APB/apb



AO: DIRETOR COMERCIAL

ANEXO

REF: PARECER DE JUR/DJCOM 065/2000

ASSUNTO: Contrato nº. 0054/99 - ECT x TECPRINT

Em função do despacho no PROC. DINSP- 0032/2000 que trata do contrato nº. 0054/99, firmado entre a Diretoria Regional de Goiás/Tocantins - DR/GT e a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda, em 26 de outubro de 1999, solicitamos ao DEJUR a análise do referido contrato acerca da sua validade jurídica, considerando:

- que a DR/GT não submeteu o contrato para análise e assinatura do Presidente da ECT e desse Diretor não obstante as orientações contidas na CI/DICOM - 736 /99 - CIRCULAR, de 14/6/99, ratificada pela CI/DICOM - 1309/99 - CIRCULAR, de 11/10/99, as quais determinam que os contratos com previsão de faturamento anual superior a R\$ 1.000.000,00, ou que envolvam participação de unidades operacionais de outras DR's, devem, obrigatoriamente, ser submetidos à análise da Administração Central da ECT, e se for o caso, assinados pelo Presidente da ECT e pelo Diretor Comercial.
- que o contrato em questão estava sendo utilizado para a postagem de objetos de correspondência de outras empresas e foi firmado de forma a viabilizar a atuação da TECPRINT no segmento de pré-postagem, embora tenha como objeto a prestação dos serviços de recebimento e/ou coleta, transporte e entrega domiciliar de correspondência, e outros serviços, da CONTRATANTE, devendo os objetos de correspondência ter, no mínimo, o endereço completo do destinatário e o nome e endereço da CONTRATANTE.

Após análise, o DEJUR entendeu que o contrato é um ato administrativo nulo, por faltar-lhe um requisito necessário a sua existência, caracterizando um vício de competência, pelo exposto na alínea "a".

No que se refere ao exposto na alínea "b", a execução do contrato feria seu próprio objeto, por tratar-se na prática de objetos de correspondência de terceiros.

Diante do exposto o DEJUR conclui que o contrato deva ser considerado nulo e que as obrigações geradas até a declaração de sua nulidade, em relação ao tratamento aos objetos postais de terceiros já existentes no fluxo postal e a prestação de contas do serviço prestado, deverão ser observadas a título de indenização.

Diante do exposto e considerando o parecer do DEJUR em anexo, propomos:

- orientar a DR/GT para notificar a TECPRINT da nulidade do contrato;
- enviar cópia do parecer do DEJUR e da decisão desse Diretor para a Comissão de Sindicância instaurada e para a DR/SP;
- autorizar as DR's envolvidas para que informem aos clientes, cujos objetos foram postados através desse contrato, da sua extinção e conseqüente não operacionalização pela ECT.

Antonio de Paula Braquehais,
Resp. p/ Chefe do Deptº de Adm. e Vendas no Atacado.

Brasília, 1 de fevereiro de 2000.

DIRETORIA COMERCIAL DA ECT - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E VENDAS NO ATACADO

CAB/DEVAT - 1º andar - Anexo 2 - Bloco A - 10º andar - 70.610-910

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ANEXO

Ref.: PROCESSO DINS-0032/2000-
CONTRATO 054/99 ECT x TECPRINT.

**EMENTA: nulidade de ato administrativo –
incompetência absoluta do agente.**

PARECER DE JUR/ DJCOM 065 /2000

Senhor Chefe do Departamento Jurídico,

CÓPIA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0677
Doc: 3515-4

A Diretoria Comercial – DICOM - solicita a esta Unidade Jurídica, pronunciamento acerca do contrato número 0054/99, firmado entre a Diretoria Regional de Goiás/Tocantins –DR/GT e a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda, em 26 de outubro de 1999, objeto do processo DINS-0032/2000.

Como desdobramento do sobredito processo DINS-0032/2000 foram realizadas visitas técnicas nas DRs GT e SPM, por técnicos da DICOM, DISNP e do DEGEO, cujo Relatório apontou, dentre outras, as seguintes impropriedades em relação ao contrato 0054/99:

- a) contratos com previsão de faturamento anual superior a R\$ 1.000.000,00, ou quando envolvam participação de unidades operacionais de outras Diretorias Regionais, devem, obrigatoriamente, ser submetidos à análise da Administração Central da ECT. Tal fato não ocorreu com o contrato em tela, apesar de recomendações expressas feitas anteriormente a todas as Diretorias Regionais conforme CI/DICOM-0736-Circular, de 14/jun/99, ratificada pela CI/DICOM 1309/99-circular, de 11/out/99. Desta forma, o contrato que deveria ter sido assinado

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Fls. 365

pelo Presidente da ECT e pelo Diretor Comercial, por força dos sobreditos documentos, foi assinado pelo Diretor Regional da DR/GT e pelo seu Coordenador de Negócios, bem como não foi registrado e cancelado pela ASJUR/GT;

- b) Apesar dos modelos de contratos de franqueamento previrem que os objetos devem conter o nome, endereço e CEP do contratante, conforme estabelece o subitem 2.8.1.1 do contrato em foco, a TECPRINT estava postando objetos de correspondência pertencentes a outros remetentes.

Diante dessas impropriedades, solicita a DICOM uma análise do contrato, sob a ótica de sua validade jurídica.

Analisando-se as impropriedades, temos que, quanto à primeira, alinhavada na letra "a", supra, trata-se de evidente caso de ato administrativo **nulo**, por faltar ao ato um requisito necessário à sua existência, conforme adiante demonstraremos.

José Cretella Júnior¹, citando J. Guimarães Menegale, preconiza que a nulidade do ato administrativo concebe-se em quatro casos.

1. de competência;
2. de vício de forma;
3. de desvio de poder;
4. de violação da regra de direito.

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls.	0678
Doc.	3515-4

O Estatuto da ECT (Decreto 83.726/79), em seu artigo 20, inciso VIII, preconiza que compete ao Presidente, em conjunto com o outro membro da Diretoria, assinar *"os atos que constituam ou alterem obrigações da Empresa."*

A parte final do sobredito inciso VIII, assevera que *"tais atribuições poderão ser outorgadas a servidores da Empresa, mediante mandato com fim específico ou mediante delegação de competência."*

¹ José Cretella Júnior - DOS ATOS ADMINISTRATIVOS ESPECIAIS - 2ª Edição, Editora Forense, página 383.

Neste diapasão, a Portaria que designa o atual Diretor Regional para a DR Goiás/Tocantins expressamente confere poderes ao mesmo para, no âmbito de sua Diretoria Regional, constituir ou alterar obrigações da Empresa.

Soma-se a isso o preconizado no artigo 29 do Estatuto da ECT, que confere às Diretorias Regionais a execução dos serviços a cargo da Empresa, em âmbito regional.

Percebe-se, portanto, que no caso vertente há vício de competência pois, o Diretor Regional e o seu Coordenador de Negócios não tinham poderes para realizar o ato contratual, face à restrição de competência que lhe é impingida na Portaria que lhe designa para o cargo, complementada pelas determinações contidas nas CI/DICOM-0736-Circular, de 14/jun/99, e CI/DICOM-1309/99-circular.

Perfeita, portanto, a adequação do caso vertente à lição de Hely Lopes Meirelles², "verbis":

"Entende-se por competência administrativa o poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções. A competência resulta da lei e por ela é delimitada. Todo ato emanado de agente incompetente, ou realizado além do limite de que dispõe a autoridade incumbida de sua prática, é inválido, por lhe faltar um elemento básico de sua perfeição, qual seja, o poder jurídico para manifestar a vontade da Administração. Daí a oportuna advertência de Caio Tácito de que "não é competente quem quer, mas quem pode, segundo a norma de Direito." (g.)

Cumpre-nos dizer que a constatação de nulidade traz consequências para a Administração. Neste sentido a lição do Professor Hely Lopes Meirelles³, "verbis":

"Os efeitos da anulação dos atos administrativos retroagem às suas origens, invalidando as consequências

² Hely Lopes Meirelles DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 19ª Edição, página 134.

³ Idem, página 188.

RECOP - CONSEQUÊNCIAS -
 CPMI - CORREIOS
 Fls Nº 0679
 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

passadas, presentes e futuras do ato anulado. E assim é porque o ato nulo (ou o inexistente) não gera direitos ou obrigações para as partes; não cria situações jurídicas definitivas; não admite convalidação.

Reconhecida e declarada a nulidade do ato, pela Administração ou pelo Judiciário, o pronunciamento de invalidade opera ex tunc, desfazendo todos os vínculos entre as partes e obrigando-as à reposição das coisas ao status quo ante, como consequência natural e lógica da decisão anulatória. Essa regra, porém é de ser atenuada e excepcionada para com os terceiros de boa-fé alcançados pelos efeitos incidentes do ato anulado, uma vez que estão amparados pela presunção de legitimidade que acompanha toda atividade da Administração pública. Mas ainda aqui é necessário que se tomem os conceitos de parte e de terceiro no sentido próprio e específico do Direito Administrativo, isto, é de beneficiário direto ou partícipe do ato (parte) e de estranho ao seu objeto e à sua formação, mas sujeito aos seus efeitos reflexos (terceiro)."(grifamos)

Portanto, reconhecida a nulidade do ato por incompetência do agente para a realização da contratação, **deve ser declarada a nulidade do contrato 054/99 ECT x TECPRINT**, considerando-se desfeitas as relações entre as partes, respeitando-se os direitos adquiridos que atinjam os terceiros de boa-fé.

No que se refere aos fatos contidos na letra "b", não obstante o ato nulo não vincular as partes, aquelas situações definitivamente constituídas deverão ter o seu termo final respeitados, pela razoabilidade e economicidade que se impõe em situações como a que ora se apresenta.

Assim, os direitos e obrigações gerados até a declaração de nulidade do contrato, em especial os relativos aos objetos postais que já estejam no fluxo postal, deverão ser observados, assim como a prestação de contas recíproca do efetivo serviço postal prestado, a título de indenização.

À Consideração Superior.

Brasília, 31 de janeiro de 2000.

MAMF/mamf.

MARCO AURÉLIO MOTTA FERREIRA
OAB/DF 11.905
Chefe DCCM/ECT

RGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Sônia Maria Guimarães Campos
Mat. 8.024.669-8 - OAB/DF 3861
Sub Chefe/DEJU ECT

Fls. Nº 0680

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: PRESIDENTE COMISSÃO SINDICÂNCIA

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/ *RS*

CI - 03 - CS/PRT/PR-009/2000 - Circular

REF: Processo/DINSP-0032/2000



AREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Assunto: Informação sobre contrato

Brasília/DF, 02 de fevereiro de 2000.

A fim de subsidiar trabalho da Comissão de Sindicância-PRT/PR-009/2000, solicitamos informar até o dia **15/2/2000** se há contrato celebrado nessa Diretoria Regional com a pessoa jurídica abaixo indicada:

TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA

CGC/MF: 00.861.883/0001-24

Sede: Av. Independência nº 4.533-Centro

74045-010 Goiânia/GO

Sócio Proprietário: Cláudio Fernandes de Oliveira

CPF: 323.227.631-87

Caso positivo, solicitamos enviar cópia do mesmo e dados relativos aos faturamentos efetuados e unidade(s) de postagem autorizada(s).

Pedimos atender a presente CI em envelope fechado endereçado à Comissão já mencionada(DINSP- Ed. Sede ECT9º Andar- Ala Sul).

Atenciosamente


VALTER LEENTA MORIMATSU

PRESIDENTE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA - PRT/PR-009/2000

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0681
Fls Nº
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

A

SEGC

Solicitamos verificar
e informar.

Em 04/02/2000

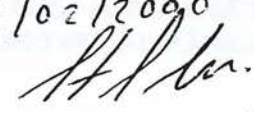

Paulo Roberto Carapeto
Subgerente de Contratação e
Suprimento - ECT/DR/RS
Matr. 8.677.624-9

Ao SCON:

Informamos que não
temos contrato firmado
com a empresa citada
na verso

Em 04/02/2000


Jones José Marche
Ch. Seção Gestão de Contratos/GERAD
DR/RS

Não temos registro
deste contrato.
04/02/2000


Luiz Felipe Costa da Silva
Ch SCON GERAD
Mat. 8680239 9

Comissão de Sindicância
I - Conhecer.
II - Auxiliar ao processo

A

GECON

Foi lido o citados, solicitamos
informar, no menor prazo possível, a
existência de contrato firmado com a
empresa mencionada.

Em 04/02/2000


P/Osmir Roberto Gallo dos Santos
Gerente de Administração
Mat. 8677232-5
ECT-DR/RS

SADC


Ver.

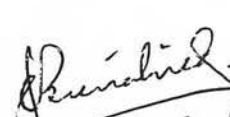
4/02

Ao DINSF

Informamos que não
temos em nossos registros
nenhum contrato com a
razão social mencionada.

Em, 08.02.2000


ELISABETE C. DA CUNHA
CHEFE SADC/GECON
ECT/DR/RS

 - DINSF
08.02.00



DIRETORIA COMERCIAL

EMI: 02.02.2000

VIG: 02.02.2000

ECT
Fls. 369
PRT/DICOM 10/2000

ASSUNTO: Contratos Comerciais

DISTRIBUIÇÃO: Geral

REFERÊNCIA:

1 – FINALIDADE

Instituir Grupo de Trabalho para avaliar os modelos de contratos comerciais utilizados na ECT.

2 – CONSTITUIÇÃO DO GRUPO

a) **Kleber Minatogau**
Chefe de Divisão / GFRAN
Matrícula 8.010.500-0.

b) **Francisco Assis Facó Gomes**
Coordenador / DEVAT
Matrícula 8.176.521-5.

CÓPIA

3 - ATRIBUIÇÕES

- a) levantar os modelos de contratos comerciais em uso na ECT;
- b) propor documento básico consolidando todos esses modelos;
- c) levantar as autorizações concedidas às Regionais para vinculação do atendimento de contratos comerciais a ACFs;
- d) propor documento básico com os critérios para o atendimento de contratos comerciais por ACFs.

4 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1. O Grupo será coordenado pelo integrante citado na alínea "a".

4.2. Os trabalhos do grupo deverão ser realizados até 25/02/2000 com a apresentação dos resultados ao Diretor Comercial.

ROBERVAL BORGES CORRÊA
Diretor Comercial

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0682
Doc 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

ECT
Fls. 370

DE: DIRETOR REGIONAL/DR/GT

AO: CHEFE DO COI

CI/ /GEVEN/DR/GT- 0128/2.000

REF.: CI/DEVAT-027/2000

Assunto: CONTRATO ECT X TECPRINT

Goiânia, 03 de fevereiro de 2.000

Informamos que, após análise criteriosa da Administração Central da Empresa, o Contrato 0054/99 celebrado entre a ECT e a TECPRINT foi considerado nulo e está sendo cancelado, a partir desta data.

Dessa forma, as postagens do cliente TECPRINT, através do citado Contrato, **não** poderão mais ser aceitas.

Atenciosamente
JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
DIRETOR REGIONAL DE GOIÁS E TOCANTINS

C/Cópia p/CDD's/REOP-05/GINSP

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0683
Doc. 3515 - 4

CONFERIR COM O ORIGINAL



DE: DIRETOR REGIONAL/DR/GT

AO: DIRETOR REGIONAL/DR/SPM

CI/ /GEVEN/DR/GT- 0123/2.000

REF.: CI/DEVAT- 027/2000

Assunto: CONTRATO ECT X TECPRINT

Goiânia, 03 de fevereiro de 2.000

CÓPIA

Em aditamento a CI/SUVAT/GEVEN/DR/GT – 0120/2.000, informamos a V.S^a que o Contrato ECT x TECPRINT de nº 0054/99, conforme Parecer DEJUR/DJCOM nº 065/2000, foi considerado nulo.

Acatando decisão da DJCOM, a Empresa TECPRINT está sendo notificada quanto a extinção do citado Contrato e de que o mesmo não será mais operacionalizado.

Atenciosamente

[Assinatura]
JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
DIRETOR REGIONAL DE GOIÁS E TOCANTINS

C/Cópia p/DR's PR/BSB/MG

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0684
Doc. 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



CT/GABDR/GT-005/2000

Assunto: Contrato ECT/TECPRINT n.º 054/99, de 26/10/1999.

Goiânia/GO, 03 de fevereiro de 2000.

A
TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS Ltda.
Av. Independência, n.º 4533, centro
74045-010 - Goiânia/GO

At. Sr. **CLAUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA**
Sócio-Proprietário

Prezados Senhores,

Tem a presente a finalidade de notificar-lhes quanto à nulidade do contrato supramencionado, de prestação de serviço múltiplo pela ECT à TECPRINT.

Reside a nulidade em causa no fato de que o então Diretor Regional da ECT em Goiás e Tocantins, Sr. NILO CÂNDIDO RAMOS, não era detentor de poderes específicos para a prática do ato levado a efeito (celebração do contrato com a TECPRINT), transgredindo dessa forma as disposições do art. 20, inciso VIII, do Estatuto da ECT, aprovado pelo Decreto n.º 83.726/79. Caracterizado está portanto o vício que envolve a celebração do referido instrumento contratual, porquanto carente de competência o Sr. NILO CÂNDIDO RAMOS para tanto.

Diante do exposto, ratificamos, fica declarado nulo o contrato em epígrafe, considerando-se desfeitas as relações entre as partes contratantes (ECT e TECPRINT), respeitando-se porém os direitos adquiridos que atinjam terceiros de boa-fé e reservando-se a ECT, todavia, o direito ao recebimento dos pagamentos devidos pelos serviços efetivamente prestados a essa empresa.

Sendo só para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
Respondendo pela DR/GT-ECT





DE: DIRETOR REGIONAL - GT

AO: DIRETOR REGIONAL - SPM

CI/GEVEN/GT- 0131/2000

REF.: CI/DEVAT - 027/2000

Assunto: Contrato ECT x TECPRINT


Goiânia, 04 de fevereiro de 2000

Dando continuidade às instruções sobre o cancelamento do contrato nº 054/99, ECT x TECPRINT, solicitamos a V.Sa. providenciar o envio de carta aos clientes que utilizavam este contrato para postagem de seus objetos, comunicando sobre sua extinção.

Tal medida visa salvaguardar os interesses comerciais de nossos clientes.

CÓPIA

Atenciosamente,


JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
DIRETOR REGIONAL - DR/GT

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0686
Fls. Nº
Doc 3515 - 4

CONFERE COM O ORIGINAL

374
Fis. 374

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

CT/GEVEN/DR/GT - 050/99

Goiânia, 4 de fevereiro de 2000.


A
ACF Independência

Prezado Senhor,

CÓPIA

Informamos que, após análise criteriosa da Administração Central da Empresa, o Contrato 0054/99 celebrado entre a ECT e a TECPRINT foi considerado nulo e está sendo cancelado, a partir desta data.

Dessa forma, as postagens do cliente TECPRINT, através do citado Contrato, **não poderão mais ser aceitas.**

PREENCHIDO PELO REMETENTE	 ECT BRÉSIL		AVISO DE RECEBIMENTO-AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES		AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RÉCEPTION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
	AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT		Nº DO OBJETO / No.		DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 04/02/2000	
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE ACF Independência					
	ENDEREÇO / ADRESSE Rua 74 nº 440 - Centro					
	CEP / CODE POSTAL 74045-050	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS Goiânia - Goiás				
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR José Aparecido de Souza Diretor Regional - Correios					
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE Rua Cívica nº 11 - 1º andar Centro					
	CEP / CODE POSTAL 74002-900	CIDADE / LOCALITÉ Goiânia - Go				UF BRASIL
	ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE Rodrigo de S. Pereira		ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT 04-02-00			
	7570392-3 10:30 HS A6 - 105 x 148 mm					

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0687
Fis Nº-
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

ECT
Fls. 375

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

CT/GEVEN/DR/GT - 051/99

Goiânia, 4 de fevereiro de 2000.


A
ACF T-9

Prezado Senhor,

Informamos que, após análise criteriosa da Administração Central da Empresa, o Contrato 0054/99 celebrado entre a ECT e a TECPRINT foi considerado nulo e está sendo cancelado, a partir desta data.

Dessa forma, as postagens do cliente TECPRINT, através do citado Contrato, **não poderão mais ser aceitas.**

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0688
Fls. Nº
3515-4

 ECT BRÉSIL		AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES		AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPCION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT		Nº DO OBJETO / No.		DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 04/02/2000	
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE ACF T-9				
	ENDEREÇO / ADRESSE AV. T. 9, 2283 Jardim América				
	CEP / CODE POSTAL 74270-970	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS Goiânia Goiás			
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR José Aparecido de Souza Diretor Regional ECT				
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE Rua Circo nº 11 1º andar Centro - Gabinete				
	CEP / CODE POSTAL 74029-000	CIDADE / LOCALITÉ Goiânia Goiás		UF GO	BRASIL
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE Wiliam G. de Lima		ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT Nº 8327791-5			

75170392-3 C1-31397551/10 10:10 HS A6=105 x 148 mm

CONFERE COM O ORIGINAL

CT
Fls. 376

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CT/GEVEN/DR/GT - 052/99

Goiânia, 4 de fevereiro de 2000.

A
ACF Alpes

Prezado Senhor,

Informamos que, após análise criteriosa da Administração Central da Empresa, o Contrato 0054/99 celebrado entre a ECT e a TECPRINT foi considerado nulo e está sendo cancelado, a partir desta data.

Dessa forma, as postagens do cliente TECPRINT, através do citado Contrato, **não poderão mais ser aceitas.**

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. 0689

3515-4

Doc:

PREENCHIDO PELO REMETENTE			AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES		AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPCION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
	AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT		Nº DO OBJETO / No.		DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	
					04/02/2000	
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE					
	ACF Alpes					
	ENDEREÇO / ADRESSE					
	Av. T-09, 4075 - Vila Alpes					
	CEP / CODE POSTAL		CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS			
	74310-970		Goiânia Goiás			
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR					
José Aparecido de Souza ECT Diretor Regional						
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE						
Rua Cívica nº 11 1º andar Centro de Correios						
CEP / CODE POSTAL		CIDADE / LOCALITÉ		UF		
74002-900		Goiânia-GO		BRASIL		
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE			ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT			
Marcos Fernandes de C. Junior			8327791-4			

75170392-3 CI: 3834019 SSP 160 9:50 HS

A6 = 105 x 148 mm

COM O ORIGINAL



DE: GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DR/MS

AO: PRESIDENTE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

CI/SCCO/GERAD-054/2000

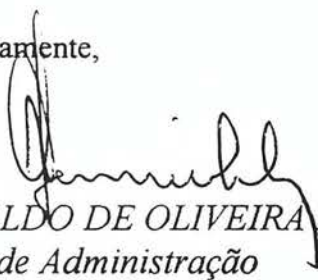
Ref.: CI-03-CS/PRT/PR-009/2000 - Circular

Assunto: Informação sobre contrato.

Campo Grande - MS, 04 de fevereiro de 2000

Em atenção a CI de referência, informamos que não temos contrato com a TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA.

Atenciosamente,


GENIVALDO DE OLIVEIRA LACERDA
Gerente de Administração

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0690
Fls. Nº
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

DE: CHEFE DO CENTRO DE TRIAGEM SP - 01

À: GECOF/DR/SPM

CI/CT/SP/01 - 0116/00

REF.: CONTRATO ECT/DR/GT X TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA - 0054/99

ASSUNTO: NOTAS SEED SEM ASSINATURA DO CLIENTE

São Paulo/SP, 07 de fevereiro de 2000

Apresentamos, em anexo, relação de Notas de Coleta Seed referente às postagens de nov./99 e dez./99 do cliente referenciado, as quais, por não terem assinatura do responsável em São Paulo, foram rejeitadas pela matriz, em Goiânia, quando do faturamento.

Informamos que tais notas sem assinatura referem-se às emissões de substitutas, tendo em vista que aquelas, com assinatura do responsável, apresentaram problemas, seja no preenchimento de campos específicos, pesos dos objetos/quantidade (ver tabela I).

Salientamos que o procedimento de emissão de notas substitutas pelo CT/SP/01/Centro é rotineiro em relação aos seus clientes, pois as divergências e erros de preenchimento são comuns, como pode ser atestado pelo relatório Ginsp 0309/99, de 11/11/1999, item 3, subitem 3.1, onde foi apontado 100% de rejeição, embora essa informação referisse tão somente às notas que se encontravam para correção e não à totalidade das notas recebidas naquela oportunidade.

Por outro lado, em função do serviço Seed a faturar, em São Paulo, ser comandado por Nota de Coleta, as listas de postagem relacionadas na tabela II, embora não apresentem divergências, tiveram Notas de Coleta emitidas, confirmando suas informações.

Diante do exposto, solicitamos verificar a possibilidade de emitir carta explicativa ao cliente visando dar continuidade ao processo de faturamento dos serviços prestados.

Atenciosamente.

MARCO ANTONIO DE CARVALHO
CHEFE DO CT - SP - 01 - CENTRO

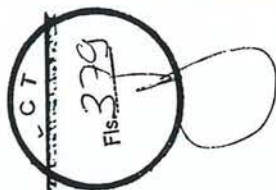


Valdete Mendes da Silva
CH/SCRE/GECOF/DR/GT
Mat. 8.326.090-0

MAC/lcb - Anexos: Relação de notas; Tabelas I e II; cópias dos documentos relativos às tabelas.

- C/C - SOOP/GEOPE/DR/SPM
- REOP/01/CENTRO

CONFERE COM O ORIGINAL



ANEXO

TABELA II – LISTA DE POSTAGEM SUBSTITUÍDAS – TECPRINT

LISTA DE POSTAGEM - DATA	ERRO OBSERVADO	NOTA SUBSTITUTA	PROVIDÊNCIA EM RELAÇÃO À NOTA SUBSTITUIDA
04/11/99	AUSÊNCIA DE NOTA DE COLETA SEED	2694202	EMITIDA NOTA DE COLETA SEED.
06/11/99	AUSÊNCIA DE NOTA DE COLETA SEED	2694201	EMITIDA NOTA DE COLETA SEED.
08/11/99	AUSÊNCIA DE NOTA DE COLETA SEED; ÂMBITO E QUANTIDADE MENOR DE OBJS.; 10281 OBJS. 50g, CAT. 1.2 – 3661 OBJS. 50g, CAT. 2.0	2694205	EMITIDA NOTA DE COLETA SEED. QUANTIDADE ACERTADA, OBJETOS LANÇADOS DE ACORDO COM O ÂMBITO.
10/11/99	AUSÊNCIA DE NOTA DE COLETA SEED	2694200	EMITIDA NOTA DE COLETA SEED.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0692
3515 - 4
Dee:

Handwritten signature and text: "Márcia Mendes de Sá" and "CHISPRENTECH, S.A." with "MEL 11/01/2005" below.

CONFERE COM O ORIGINAL

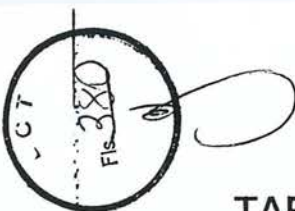
TABELA I – NOTAS DE COLETA SUBSTITUÍDAS - TECPRINT

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
0693
Fis. Nº
3515-4
Doc:

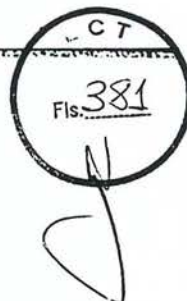
CONFERE COM O ORIGINAL

NOTA ORIGINAL	ERRO OBSERVADO	NOTA SUBSTITUTA	PROVIDÊNCIA EM RELAÇÃO À NOTA SUBSTITUIDA
2689601	OBJETOS LANÇADOS NO CAMPO DESTINADO AO CONTRATO CONVENCIONAL;	2689819	OBJETOS LANÇADOS NO CAMPO CONTRATO ESPECIAL
2689602	OBJETOS LANÇADOS NO CAMPO DESTINADO AO CONTRATO CONVENCIONAL; 346 OBJETOS, CATEGORIA 1.2, LANÇADOS COM PESO NA FAIXA DE 20g, QUANDO O CERTO SERIA 50g.	2689883	OBJETOS LANÇADOS NO CAMPO CONTRATO ESPECIAL, 346 OBJETOS, CATEGORIA 1.2, LANÇADOS NA FAIXA DE PESO DE 50g.
2689609	QUANTIDADE DE OBJETOS: VERIFICOU-SE 1085 OBJS. CAT. 1.2 E 1812 CAT. 2.0	2694185	EMITIDA NOTA COM QUANTIDADE CORRETA DE OBJETOS.
2689611	QUANTIDADE DE OBJETOS: VERIFICOU-SE 19080 OBJS. CAT. 2.0 E 557 CAT. 1.2	2694367	EMITIDA NOTA COM QUANTIDADE CORRETA DE OBJETOS.
2689615	QUANTIDADE DE OBJETOS: VERIFICOU-SE 846 OBJS. 20g, CAT. 2.0; 02 OBJS. 50g, CAT. 1.2; 04 OBJS. 50g, CAT. 2.0; 2298 OBJS. 250g, CAT. 1.2	2911027	EMITIDA NOTA COM QUANTIDADE CORRETA DE OBJETOS.
2689631 2689632	QUANTIDADE E PESO DOS OBJETOS: VERIFICOU-SE 1274 OBJS. 20g, CAT. 1.2; 8629 OBJS. 20g, CAT. 2.0; 4469 OBJS. 50g, CAT. 1.2 E 05 OBJS. 50g, CAT. 2.0	2901737	EMITIDA NOTA COM PESO E QUANTIDADE CORRETA DE OBJETOS.
2689625	QUANTIDADE DE OBJETOS: VERIFICOU-SE 20133 OBJS. CAT. 1.2 E 18496 CAT. 2.0	2901343	EMITIDA NOTA COM QUANTIDADE CORRETA DE OBJETOS.

ANEXO



ANEXO

**NOTAS DE COLETA SEED A FATURAR – CLIENTE TECPRINT –
SUBSTITUTAS SEM ASSINATURA**

NÚMERO	SUBSTITUI	
	NOTA SEED	LISTA POST.
2689819	2689601	--
2694202	--	04/11/1999
2694201	--	06/11/1999
2689883	2689602	--
2694205	CÓPIA	08/11/1999
2694200		10/11/1999
2694185	2689609	--
2694367	2689611	--
2911027	2689615	--
2901343	2689625	--
2901737	2689631/32	--

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0694
Doc. Nº 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

Nº 016



07 DE FEVEREIRO DE 2000

Mensagem do Dia

"AS DIFICULDADES SÃO EXATAMENTE COMO AS MONTANHAS. ELAS SÓ SE APLAINAM QUANDO AVANÇAMOS SOBRE ELAS."

(ÉMILE ZOLA, 1837-1902, ESCRITOR FRANCÊS)

GAB/038

CORREIOS 2010

Correios 2010 é um programa para a disseminação e debate de idéias, conceitos e tendências nos vários campos do conhecimento, com o objetivo de compor um referencial doutrinário e conceitual que dê sustentação ao esforço de desenvolvimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Correios 2010 será desenvolvido por meio de seminários, conferências e painéis, nos quais os participantes poderão conhecer as grandes questões mercadológicas, empresariais e tecnológicas, debater os temas apresentados e obter informações atualizadas para o desempenho de suas atividades profissionais.

Nos últimos tempos, o setor de Correios vem passando por profundas transformações, não só no Brasil mas também em quase todos os países do mundo. Não se trata de modismo mas sim da constatação objetiva de que, diante da transformação social, política, econômica e tecnológica, não é mais possível manter uma atitude de passividade.

O Programa Correios 2010 abordará, dentre outros, os seguintes temas:

- Cenários futuros;
- Estratégias tecnológicas;
- Os impactos da tecnologia na forma e organização do trabalho;
- Transporte Aéreo Postal;
- Modelos e estratégias organizacionais;
- Comunicação social;
- Qualidade total;
- Meio ambiente;
- Mercado, competição, cliente;
- Serviços financeiros postais;
- Empresas virtuais (e-business, e-commerce, e...);
- Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- Logística como Negócio;
- Ouvidoria;
- Sistema de Comunicação a distância e sua utilização na gestão da Comunicação Social e na Educação.

Fonte: Nota transcrita do BI/AM - nº 012 - Data: 26/01/2000

ÍNDICE

CORREIOS 2010	01
GUIA DA LEI POSTAL - MONOPÓLIO	01
CANCELAMENTO DO CONTRATO ECT E A	
TECPRINT	01
ANEXO	02

NOTAS DO GABINETE GAB/037

CANCELAMENTO DO CONTRATO ECT E A TECPRINT

Informamos que, após análise criteriosa da Administração Central da Empresa, o Contrato 0054/99 celebrado entre a ECT e a TECPRINT foi considerado nulo e está sendo cancelado, a partir desta data.

Desta forma, as postagens do cliente TECPRINT, através do citado Contrato, não poderão mais ser aceitas.

GAB/039

GUIA DA LEI POSTAL MONOPÓLIO

Em anexo publicamos alguns tópicos.

Souza
José Aparecido de Souza
Diretor Regional - GT

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS

0695

Fls. Nº

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

BOLEIM TÊNCO



Fls. 383

DIRETORIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL

De: DIRETOR REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**Ao: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA****CI/SINS/GINSP/DR/MS- 16/2000****REFERÊNCIA: CI-030CS/PRT/PR-009/2000-CIRCULAR
PROC/DINSP-0032/2000**

RESERVADO AO PROTOCOLO

ASSUNTO: Informação sobre contrato

Campo Grande, MS, 7 de fevereiro de 1999.

Em atenção à CI da referência, informamos que esta Diretoria Regional não tem contrato com a empresa TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA., ou com qualquer outra de propriedade de Cláudio Fernandes de Oliveira.

Atenciosamente,

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0696

Dde: 3515-4


MILTON TERUYA
Diretor Regional MS

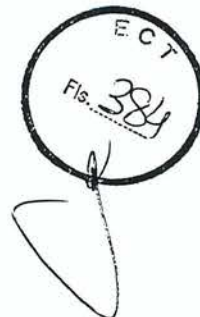
CONFERT COM O ORIGINAL

LRF/lrf.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

De: DIRETOR REGIONAL
Ao: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
CI/GEVEN - 080/2000
Ref.: CI-03 - CS/PRT/PR-009/2000-Circular
Assunto: Informação sobre contrato



São Luís, 07 de fevereiro de 2000

Informamos inexistência de Contrato com a TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA.

Atenciosamente,

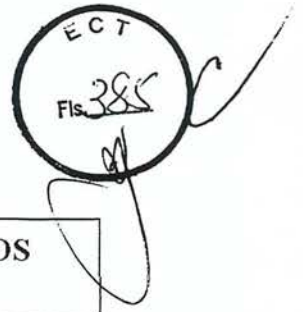
Paulo Roberto Lobo da Rocha
Diretor Regional

Reinardo Silva Costa Filho
Diretor Regional, ECT - PR - MA
MAT. 3.003.12-4

EPB/epb.-

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0697
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE NOROESTE

DE: GERENTE DE VENDAS DR/NO

AO: PRESIDENTE COMISSÃO SINDICÂNCIA

REF: CI - 03- CS/PRT/PR -009/2000 - CIRCULAR

CI/GEVEN/DR/NO- 032/2000

ASSUNTO: INFORMAÇÃO SOBRE CONTRATO

Porto Velho - RO, 07 de Fevereiro /2000

Em atenção a ci referenciada informamos que não há contrato celebrado com a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda nesta Regional.

Atenciosamente



WELLINGTON LOPES MENDES
GERENTE DE VENDAS DR/NO

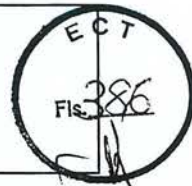
LACR/ssd.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0698
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO



De: GERENTE DE VENDAS DR/ES

Ao: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA - BSE

CI/SADC/GEVEN/ES- 0112/2000

Ref.: CI/03-CS/PRT/PR/009/2000 - Circular

Assunto: Informações sobre Contrato

Vitória/ES, 07 de fevereiro de 2000.

Em atendimento ao solicitado no expediente da referência, informamos que não temos contratos firmados com a firma **TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA**

Atenciosamente,


MARCOS NOGUEIRA TORRES
Gerente de Vendas DR/ES

Arquivo: \Mes18753\Meusdocumentos\Linhares\CI0061.doc

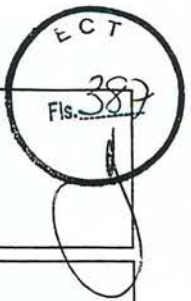


Gerência de Vendas DR/ES - Avenida Jerônimo Monteiro, 310 sala 15 - Centro - Vitória/ES - 29002-900
Tel.: (0XX27) 331-2350 - e-mail: gerenciavendas@correios.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO



DE : DIRETOR REGIONAL - DR/RJ
AO : PRESIDENTE DA COMISSÃO SINDICÂNCIA
CI/GAB/GECOM- 0385 /2000
REF.: CI - 03 - CS/PRT/PR-009/2000 - Circular


PROTOCOLO

ASSUNTO: Informação sobre contrato

Rio de Janeiro/RJ, 07 FEV 2000

Atendendo à solicitação contida na CI de referência, temos a informar que o referido cliente não possui contrato celebrado nesta Diretoria Regional..

Atenciosamente


ROBERTO DIAS FRAGA
DIRETOR REGIONAL



CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



DE: DIRETOR REGIONAL

AO: PRESIDENTE COMISSÃO SINDICÂNCIA

CI/SCGE/GERAD/SE-086/2000

REF.: CI-03-CS/PRT/PR-009/2000

ASSUNTO: INFORMAÇÃO SOBRE CONTRATO

Aracaju(SE), 07 de fevereiro de 2000

Em atenção ao expediente de referência, informamos a essa Comissão não existir nenhum tipo de contrato entre a Diretoria Regional de Sergipe e a empresa TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA.

Atenciosamente,

ADM. MARIA AUXILIADORA COSTA
DIRETORA REGIONAL/SE

SPL/edo

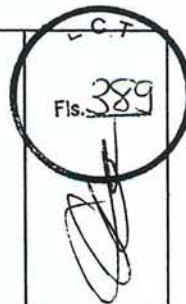
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0701
Doc. 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

De: DIRETOR REGIONAL DO PARANÁ
AO: PRESIDENTE COMISSÃO SINDICÂNCIA
CI: GECOM/SEAD/PR-0035/2000
Ref.: CI-03-CS/PRT/PR-009/2000



Assunto: **Informação sobre contrato**

Curitiba, 08 de fevereiro de 2000.

Atendendo a solicitação referenciada, informamos que não há contrato celebrado nesta Regional com a empresa TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA

Atenciosamente

ILVES RIBAS CALDAS JUNIOR
DIRETOR REGIONAL

LAM/



"SEDEX HOJE: ENTREGA A SUA ENCOMENDA NA DATA DA POSTAGEM."

*Recebido em 11/02/00
Inds*

CONFERE COM O ORIGINAL

DE: DIRETOR REGIONAL - DR/SC

AO: PRESIDENTE COMISSÃO SINDICÂNCIA

CI/SAC/GEVEN/DR/SC-2105/2000


REF.: CI -03 – CS/PRT/PR-009/2000 - CIRCULAR

ASSUNTO: Informação sobre contrato.

Florianópolis, 08/02/2000

Em atenção a CI em referência, informamos que o Cliente TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA, não possui contrato com esta Regional.

Atenciosamente,


ALBERTO DIAS
Diretor Regional
DR/SC

C/C: GINSP/DR/SC.



MLR

CT
Fls. 390

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0703
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

CT
Fls. 391
N

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	 CORREIOS
De: DIRETOR REGIONAL DO PIAUÍ Ao: PRESIDENTE COMISSÃO SINDICÂNCIA CI/GAB/GERAD/DR/PI - 016 /00 Ref.: CI-03-CS/PRT/PR-009/2000 - CIRCULAR	PROTOCOLO

Assunto: Informação sobre contrato.

Teresina-PI, 09 de fevereiro de 2000.

Em atenção à CI de referência, comunicamos a V.S^a que a empresa **TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA** não apresenta contrato nem como fornecedor nem como cliente desta Regional

Atenciosamente,

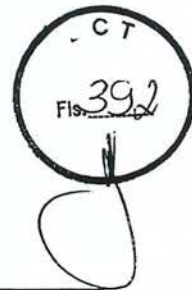

RAIMUNDO JOSÉ REIS DE CASTRO
Diretor Regional

RSC/

Recebido em 21/02/2000
[Signature]

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0704
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

DE: DIRETOR REGIONAL DO CEARÁ

AO: PRESIDENTE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

CI/GEVEN/DR/CE - 018/2000

Ref.: PROCESSO/DINSP-0032/2000

CI - 03 - CS/PRT/PR - 009/2000 - CIRCULAR

área de
protocolo

ASSUNTO: Informação sobre Contrato

Fortaleza, 09 de Fevereiro de 2000.

Informamos que não há contrato de prestação de serviços celebrado com TEC PRINT
IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA - CGC/MF: 00.861.883/0001-24

Atenciosamente,

JOÃO ALBERTO NETO LOBO
DIRETOR REGIONAL
ECT/DR/CE

FRS/ecr

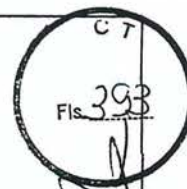
Recebido com liberação


RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0705
Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



DIRETORIA REGIONAL DA PARAÍBA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO



DE : DIRETOR REGIONAL / DR / PB

AO : PRESIDENTE COMISSÃO SINDICÂNCIA

CI/GERAD/PB – 006 / 2000

REF. : CI-03-CS/PRT/PR-009/2000-CIRCULAR

ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Assunto: Informação sobre contrato

João Pessoa/PB, 09 de fevereiro de 2000.

Reportando-nos ao documento da referência, informamos que não há nesta Regional, contrato celebrado com a firma: TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA.

Atenciosamente,

JOSÉ PEREIRA DA COSTA FILHO

DIRETOR REGIONAL

DLM/dlm

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0706
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



DE: DIRETORA REGIONAL DO AMAZONAS

AO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

CI/SCGE/GERAD/DR/AM - 0041/2000

REF.: CI-03-CS/PRT/PR-009/2000 - CIRCULAR

Assunto: Informação sobre contrato

Manaus/AM, 09 de fevereiro de 2000.

Atendendo solicitação da CI da referência, informamos que não existe nenhum contrato celebrado entre a ECT/DR/AM e a TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA.

Atenciosamente,

MARIA RITA MARQUES LASMAR
DIRETORA REGIONAL/AM

MMN/mcdhj..

Seção de Contratação e Gestão - GERAD/DR/AM
Rua Marechal Deodoro, 117 - mezanino - Centro
69002-900 - Manaus/AM - Fone: 621-8455/8456/8457 e Fax: 622-1821

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0707
3515-4
Doc:

Recebido em 09/02/2000

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS



De: GERENTE COMERCIAL – DR/SPM
Ao: PRESIDENTE COMISSÃO SINDICÂNCIA
CI/SEDP/GECOM/DR/SPM –0077/2000
REF. CI-03-CS/PRT/PR-009/2000-Circular

Assunto: Informação sobre contrato

São Paulo/SP, 10 de fevereiro de 2000.

Em atenção a CI em referência, informamos que não existem contratos firmados com a **TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA**, no âmbito da DR/SPM.

Atenciosamente.


ROSANGELO TEIXEIRA ROBLES
GERENTE COMERCIAL -DR/SPM

MNCM.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMT - CORREIOS
0708
Fls. Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



DE: DIRETOR REGIONAL DR/SPI

A(O): PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

CI/GAB/GEVEN /DR/SPI- 101/2000.

REF: CI-03-CS/PRT/PR-009-2000-CIRCULAR, de 02/02/2000

Fis. 396

Assunto: Informação sobre contrato.

Bauru, 10 de Fevereiro de 2000.

Atendendo solicitação dessa Comissão, informamos que, no âmbito desta Diretoria Regional não existe nenhum contrato celebrado com TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA.

Atenciosamente,

Vitor Ap. Caivano Joppert

Diretor Regional SPI

SPR/spr

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 0709
Fis Nº
3515-4
Doc:

Recebido em 14/02/00

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

Fls. 392

DO: DIRETOR REGIONAL DA BAHIA

AO: PRESIDENTE COMISSÃO SINDICÂNCIA

CI/GINSP/DR/BA-0020/2000

REF.: CI-03 - CS/PRT/PR-009/2000 - Circular

ÁREA RESERVADA AO
PROTOCOLO

ASSUNTO: INFORMAÇÃO SOBRE CONTRATO

Salvador, 10 de fevereiro de 2000.

Em atenção ao documento referenciado, informamos que não existe contrato celebrado entre a ECT/DR/BA e a empresa TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA, conforme os dados fornecidos por essa comissão.

Atenciosamente,

João Manuel P. C. Rodrigues
Diretor Regional

Recebido em 14/02/00
Fatez

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0710
Fls Nº
3515-4
Doc:

CAGSS.

“Em seus próximos expedientes sobre este assunto, favor citar como referência o número deste documento”

Gerência de Inspeção – Diretoria Regional da Bahia – Av. Paulo VI – 190 – 14º Andar – Pituba
CEP 41820-900 – Salvador/BA Telefone : (071) 346-8400 FAX : (071) 346-8401 e-mail: baginsp@correios.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

FAX Nº (091) 211-3072



De: DIRETOR REGIONAL/DR/PA

Ao: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA/BSB

CI/SEAD/GEVEN/PA- 0066/2000

Ref.: CI/03-CS/PRT/PR-009/2000

PROTOCOLO

Assunto: Informação sobre contrato.

Belém/Pa, 11 de fevereiro de 2000.

Em atenção a CI referenciada, informamos a V.S^a, que esta Diretoria não possui contrato com a firma **TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA.**

Atenciosamente,

WALDEMIR FREIRE CARDOSO
DIRETOR REGIONAL/PA

meh



CONFERE COM O ORIGINAL



9581906
1108

ECT
Fls 399

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE MATO-GROSSO

DE: GERENTE DE INSPEÇÃO / DR / MT

AO: PRESIDENTE DA COMISSÃO SINDICÂNCIA/
BRASÍLIA

CI/GINSP/DR/MT- 196/2000

Ref.: CI-03-CS/PRT/PR-009/2000-Circular

Processo/DINSP-032/2000


PROTOCOLO

Assunto: Informação sobre Contrato

Várzea Grande-MT, 11 de fevereiro de 2.000.

Em atenção a CI referenciada, informamos com base na CI/GEVEN/DR/MT-155/2000, que esta Regional não possui contrato de prestação de serviços, com a empresa **TECNOPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA.**

Atenciosamente,


JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO NETO
Gerente de Inspeção/MT

CCLR/amw

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0712
Fls Nº
3515-4
Doc:

Gerência de Inspeção

Av. Dom Orlando Chaves n.º 1245, Bairro Cristo Rei – CEP.: 78.115-950 Várzea Grande/MT

Fone.: (065) 688 1106 / 1107 / 1108

e-mail: ginspmt@nutechnet.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE MATO-GROSSO



DE: GINSP/DR/MT

AO: GEVEN/DR/MT

CI/GINSP/DR/MT- 165/2000

Ref.: CI-03-CS/PRT/PR-009/2000

PROTOCOLO

Assunto: Informação sobre contrato

Várzea Grande-MT, 07 de fevereiro de 2.000.

CÓPIA

A fim de atendermos a CI/PRT/PR-009/2000, cópia em anexo, solicitamos informar até **10/02/99**, se esta Regional presta algum tipo de Serviços à empresa **TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA**, através de **contrato**. Caso positivo, solicitamos atentar para o segundo parágrafo da referida CI.

Atenciosamente,

[Assinatura]
José Luiz Menna Barreto Neto
GINSP/MT

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0713
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

CCLR/cclr

Gerência de Inspeção

Av. Dom Orlando Chaves n.º 1245, Bairro Cristo Rei – CEP.: 78.115-950 Várzea Grande/MT

Fone.: (065) 688 1106 / 1107 / 1108

e-mail: ginspmt@nuteqnet.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

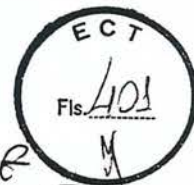
DIRETORIA REGIONAL DE MATO GROSSO

DE: GERENTE DE VENDAS - DR/MT

AO: GINSP/DR/MT

CI/GEVEN/DR/MT-155/2000

REF: CI - 03 - CS/PRT/PR - 009/2000 e CI/GINSP/DR/MT - 165/2000



Cleonice

Cuiabá/MT, 09 de Fevereiro de 2000.

Informamos que não há contrato para prestação de serviços à empresa TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA, nesta Regional.

CÓPIA

Atenciosamente,

CESAR DOS SANTOS SILVA
GERENTE DE VENDAS

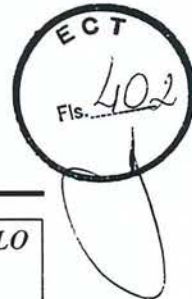
ESN/apb.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0714
Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS



DE: DIRETOR REGIONAL/GT
AO: ASJUR/GT
CI/GEREC/DR/GT-0136/2000
Ref.:PROC./DINSP-032/00 E CI/017-CS/PTR/PR-009/00


PROTOCOLO

ASSUNTO: Convocação de colaborador.

Goiânia, 11 de fevereiro de 2000

CÓPIA
Em cumprimento à PRT/PR-009/2000, de 26/01/2000-vigente a partir de 28/01/2000 – buscando a formal e mais completa instrução da sindicância ali instaurada, solicito comparecer perante a Comissão designada, o colaborador JOSÉ CARLOS DOS SANTOS BÊNIA, MATRÍCULA 8.009.752-9, no dia 15/02/2000, às 08:30h, para – nessa condição, conforme o item 7, Módulo 1, capítulo 3 do Manual de Pessoal da ECT (MANPES) – oferecer informações que viabilizem o prosseguimento dos trabalhos apuratórios.

Atenciosamente,


JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
DIRETOR REGIONAL

BCF/cla

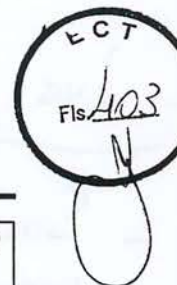


SA. DIRETOR REGIONAL
- CIENTE.
Em 11.02.2000
ASJUR
MAT. 8.009.752-9

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS



DE: DIRETOR REGIONAL/GT

AO: GEVEN/GT

CI/GEREC/DR/GT-0137/2000

Ref.: PROC./DINSP-032/00 E CI/017-CS/PTR/PR-009/00

PROTOCOLO

ASSUNTO: Convocação de colaboradores.

Goiânia, 11 de fevereiro de 2000

Em cumprimento a PRT/PR-009/2000, de 26/01/2000-vigente a partir de 28/01/2000 – buscando a formal e mais completa instrução da sindicância ali instaurada, solicito comparecer perante a Comissão designada, os colaboradores nominados abaixo para – nessa condição, conforme o item 7, Módulo 1, capítulo 3 do Manual de Pessoal da ECT (MANPES) – oferecerem informações que viabilizem o prosseguimento dos trabalhos apuratórios.

NOME	MATRÍCULA	DATA	HORA
Luis Humberto da Silva	8.005.805-1	15/02/2000	10:30
Carlos Alberto de C Ferreira	8.009.027-3	15/02/2000	14:30
Antonio Henrique Braga	8.011.269-2	15/02/2000	16:30

Atenciosamente,

JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
DIRETOR REGIONAL

BCF/cla

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0716
Fls Nº -
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

- SOLICITO DAR CIÊNCIA sobre o teor desta CI;
- AGENDAR e comparecer perante ~~conissa~~ NAS datas e horários estabelecidos.

[Handwritten signature]

11-0.2-00

Sérgio Luiz Vial
Adm. Postal - 8.327.633-5
Gerente de Vendas/DR/GT

Cante

Dr Humberto de Silva
8 005 805-1
60-11/02/00

Pinto

CARLOS ALBERTO DE CASTRO FERREIRA

Sujat / KKK
8.009.027-3

60-11102100
CONF
Antonio Henrique Basso
801 209-2
11/02/2000

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

CT
Fls. 404

DO: DIRETOR REGIONAL DA BAHIA

AO: PRESIDENTE COMISSÃO SINDICÂNCIA

CI/GINSP/DR/BA-0022/2000

REF.: CI-08 - CS/PRT/PR-009/2000

ÁREA RESERVADA AO
PROTOCOLO

ASSUNTO: TARIFICAÇÃO DE OBJETOS SEDEX - CO-BARRA FUNDA

Salvador, 11 de fevereiro de 2000.

Em atenção ao documento referenciado, encaminhamos, em anexo, a relação de objetos postados no CO-BARRA FUNDA, destinados a esta Diretoria, com as respectivas Unidades Distribuidoras.

A indicação " Não Localizado ", refere-se aos objetos pesquisados nas LR's e SRO, não encontrando-se a entrada do objeto e a correspondente entrega.

Atenciosamente,

João Manuel P. C. Ródrigues
Diretor Regional

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 07124
- 351524

Doc:

Recebido em 15/2/00

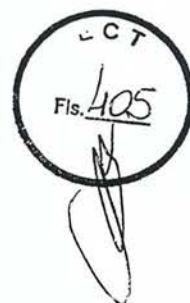
CAGSS.

" Em seus próximos expedientes sobre este assunto, favor citar como referência o número deste documento "

Gerência de Inspeção – Diretoria Regional da Bahia – Av. Paulo VI – 190 – 14º Andar – Pituba
CEP 41820-900 – Salvador/BA Telefone : (071) 346-8400 FAX : (071) 346-8401 e-mail: baginsp@correios.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO



Local de Postagem: CO/Barra Funda - SPM

Código Unid.= 72607009

Tipo de Objeto: SEDEX

Data Postagem: 10/12/99

Dados do CO Barra Funda			Dados da DR de Destino dos Objetos SEDEX	
Destino CEP	Número da Encomenda	Peso Enc.	CEP - Destino Local de Entrega (A)	Tarifa R\$ (B)
1	40001000	743781688	230	44100-000
2	40001000	743781714	230	40315-550
3	40001000	743781728	230	44100-000
4	40001000	743781759	230	41227-210
5	40001000	743781762	230	44100-000
6	40001000	743781793	230	41340-140
7	40001000	743781802	230	44100-000
8	40001000	743781833	230	44100-000
9	40001000	743781847	230	44100-000
10	40001000	743781855	230	45100-000
11	40001000	743781864	230	Não Localizado
12	40001000	743783675	230	Não Localizado
13	40001000	743785680	230	40320-670
14	40001000	743785720	230	40006-000
15	40001000	743785764	230	41630-430
16	40001000	743785795	230	Não Localizado
17	40001000	743785804	230	40006-000
18	40001000	743785835	230	40006-000
19	40001000	743785849	230	41910-060
20	40001000	743785852	230	41180-620
21	40001000	743785866	230	40290-130
22	40001000	743785870	230	40301-120
23	40001000	743785883	230	40080-121
24	40001000	743785897	230	40395-290
25	40001000	743785906	230	40040-010
26	40001000	743785910	230	40301-120
27	40001000	743785923	230	40150-460
28	40001000	743785937	230	40340-420
29	40001000	743785945	230	40040-520
30	40001000	743785954	230	40301-120
31	40001000	743785968	230	40100-170
32	40001000	743785971	230	41750-170
33	40001000	743785985	230	05039-000
34	40001000	743785999	230	40060-010
35	40001000	743786005	230	40100-200
36	40001000	743786019	230	41610-500
37	40001000	743786022	230	40301-120
38	40001000	743786036	230	40070-080
39	40001000	743786040	230	40130-160
40	40001000	743786053	230	40140-241
41	40001000	743786067	230	40220-600
42	40001000	743786075	230	40275-090
43	40005000	743786084	230	40285-000
44	40001000	743786098	230	40140-520
45	40001000	743786107	230	40006-000
46	40001000	743786115	230	40255-370
47	40001000	743786124	230	05039-000

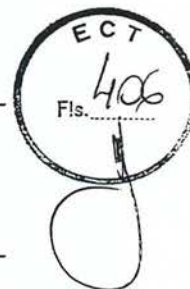
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0718

F 3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



Local de Postagem: CO/Barra Funda - SPM

Código Unid.= 72607009

Tipo de Objeto: SEDEX

Data Postagem: 10/12/99

Dados do CO Barra Funda			Dados da DR de Destino dos Objetos SEDEX	
Destino CEP	Número da Encomenda	Peso Enc.	CEP - Destino Local de Entrega (A)	Tarifa R\$ (B)
48	40001000	743786138	230	40150-020
49	40001000	743786141	230	40243-100
50	40001000	743786155	230	40270-130
51	40001000	743786169	230	40285-560
52	40001000	743786172	230	41295-410
53	40001000	743786186	230	40243-670
54	40001000	743786190	230	40275-400
55	40001000	743786209	230	40290-020
56	40001000	743786212	230	40210-700
57	40001000	743786226	230	40253-090
58	40001000	743786230	230	05039-000
59	40001000	743786243	230	40290-100
60	40001000	743786257	230	40290-130
61	40001000	743786265	230	40315-160
62	40001000	743786274	230	40301-490
63	40001000	743786288	230	40395-250
64	40001000	743786291	230	40290-130
65	40001000	743786305	230	40310-550
66	40001000	743786314	230	40325-390
67	40001000	743786328	230	40365-160
68	40001000	743786331	230	40295-230
69	40001000	743786345	230	40315-270
70	40001000	743786359	230	40335-430
71	40001000	743786362	230	40365-090
72	40001000	743786376	230	40300-730
73	40001000	743786380	230	40310-160
74	40001000	743786393	230	40350-130
75	40001000	743786402	230	40365-620
76	40001000	743786416	230	40310-240
77	40001000	743786420	230	40315-000
78	40001000	743786433	230	40355-360
79	40001000	743786447	230	40375-130
80	40001000	743786455	230	40483-120
81	40001000	743786464	230	40006-000
82	40001000	743786478	230	40395-090
83	40001000	743786481	230	41745-080
84	40001000	743786495	230	40393-240
85	40001000	743786504	230	40006-000
86	40001000	743786518	230	40006-000
87	40001000	743786521	230	41760-160
88	40001000	743786535	230	40395-200
89	40001000	743786549	230	40006-000
90	40001000	743786552	230	40006-000
91	40001000	743786566	230	40006-000
92	40001000	743786570	230	40006-000
93	40001000	743786583	230	40006-000
94	40001000	743786597	230	40006-000

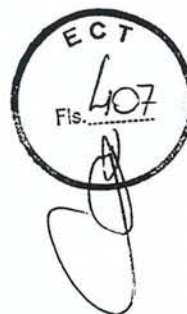
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0719

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



Local de Postagem: CO/Barra Funda - SPM

Código Unid.= 72607009

Tipo de Objeto: SEDEX

Data Postagem: 10/12/99

Dados do CO Barra Funda			Dados da DR de Destino dos Objetos SEDEX	
Destino CEP	Número da Encomenda	Peso Enc.	CEP - Destino Local de Entrega (A)	Tarifa R\$ (B)
95	40001000	743786606	230	41110-220
96	40001000	743786610	230	40006-000
97	40001000	743786623	230	41510-210
98	40001000	743786637	230	40006-000
99	40001000	743786645	230	41110-150
100	40001000	743786654	230	41110-060
101	40001000	743786668	230	41150-000
102	40001000	743786671	230	40330-670
103	40001000	743786685	230	41207-000
104	40001000	743786699	230	41110-410
105	40001000	743786708	230	41150-000
106	40001000	743786711	230	41150-000
107	40001000	743786725	230	41207-350
108	40001000	743786739	230	41120-150
109	40001000	743786742	230	41180-620
110	40001000	743786756	230	41200-130
111	40001000	743786760	230	41150-000
112	40001000	743786773	230	41150-000
113	40001000	743786787	230	41180-660
114	40001000	743786795	230	41205-080
115	40001000	743786800	230	41211-570
116	40001000	743786813	230	41150-000
117	40001000	743786827	230	41180-660
118	40001000	743786835	230	41207-000
119	40001000	743786844	230	41235-470
120	40001000	743786858	230	41253-190
121	40001000	743786861	230	41330-620
122	40001000	743786875	230	41340-160
123	40001000	743786889	230	41610-190
124	40001000	743786892	230	41253-470
125	40001000	743786901	230	41330-010
126	40001000	743786915	230	41510-180
127	40001000	743786929	230	41610-190
128	40001000	743786932	230	41280-580
129	40001000	743786946	230	41330-620
130	40001000	743786950	230	41600-090
131	40001000	743786963	230	41620-120
132	40001000	743786977	230	41230-350
133	40001000	743786985	230	41340-100
134	40001000	743787005	230	41620-120
135	40001000	743787014	230	41290-540
136	40001000	743787028	230	41340-100
137	40001000	743787031	230	05039-000
138	40001000	743787045	230	41710-020
139	40001000	743787059	230	Não Localizado
140	40001000	743787062	230	41760-110
141	40001000	743787076	230	41830-000

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS

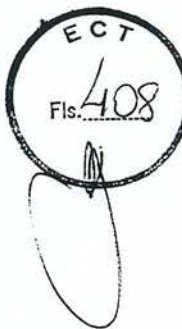
0720

Fls Nº -

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



Local de Postagem: CO/Barra Funda - SPM

Código Unid.= 72607009

Tipo de Objeto: SEDEX

Data Postagem: 10/12/99

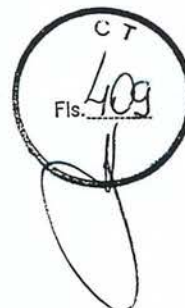
Dados do CO Barra Funda			Dados da DR de Destino dos Objetos SEDEX	
Destino CEP	Número da Encomenda	Peso Enc.	CEP - Destino Local de Entrega (A)	Tarifa R\$ (B)
142	40001000	743787080	230 41815-150	
143	40001000	743787093	230 41710-240	
144	40001000	743787102	230 41810-001	
145	40001000	743787116	230 41830-280	
146	40001000	743787120	230 41925-010	
147	40001000	743787133	230 41710-730	
148	40001000	743787147	230 41810-060	
149	40001000	743787155	230 41830-390	
150	40001000	743787164	230 41920-010	
151	40001000	743787178	230 41810-010	
152	40001000	743787181	230 41810-010	
153	40001000	743787195	230 41830-390	
154	40001000	743787204	230 41927-010	
155	40001000	743787218	230 Não Localizado	
156	40001000	743787221	230 41830-181	
157	40001000	743787235	230 41815-150	
158	40001000	743787249	230 41940-770	
159	40001000	743787252	230 41940-010	
160	40001000	743787266	230 42700-000	
161	40001000	743787270	230 42800-000	
162	40001000	743787283	230 41300-250	
163	40001000	743787297	230 41940-350	
164	40001000	743787306	230 42700-000	
165	40001000	743787310	230 42800-000	
166	40001000	743787323	230 43800-000	
167	40001000	743787337	230 41940-660	
168	40001000	743787345	230 42700-000	
169	40001000	743787354	230 42800-000	
170	40001000	743787368	230 43800-000	
171	40001000	743787371	230 41940-660	
172	40001000	743787385	230 41250-440	
173	40001000	743787399	230 42850-000	
174	40001000	743787408	230 43800-000	
175	40001000	743787411	230 40025-000	
176	40001000	743787425	230 42700-000	
177	40001000	743787439	230 42850-000	
178	40001000	743787442	230 43800-000	
179	40001000	743787456	230 42800-000	
180	40001000	743787460	230 44100-000	
181	40001000	743787473	230 44100-000	
182	40001000	743787487	230 44100-000	
183	40001000	743787495	230 43850-000	
184	40001000	743787500	230 44100-000	
185	40001000	743787513	230 44100-000	
186	40001000	743787527	230 44100-000	
187	40001000	743787535	230 44100-000	
188	40001000	743787544	230 44100-000	

RGS nº 03/2005 - CN -
CPMT - CORREIOS

Fls. Nº 0721

3515-4

Doc:



Local de Postagem: CO/Barra Funda - SPM

Código Unid.= 72607009

Tipo de Objeto: SEDEX

Data Postagem: 10/12/99

Dados do CO Barra Funda			Dados da DR de Destino dos Objetos SEDEX	
Destino CEP	Número da Encomenda	Peso Enc.	CEP - Destino Local de Entrega (A)	Tarifa R\$ (B)
189	40001000	743787558	230 44100-000	
190	40001000	743787561	230 44100-000	
191	40001000	743787575	230 44100-000	
192	40001000	743787589	230 44100-000	
193	40001000	743787592	230 44100-000	
194	40001000	743787601	230 44100-000	
195	40001000	743787615	230 44100-000	
196	40001000	743787629	230 44100-000	
197	40001000	743787632	230 44100-000	
198	40001000	743787646	230 44100-000	
199	40001000	743787650	230 44100-000	
200	40001000	743787663	230 44200-000	
201	40001000	743787677	230 44200-000	
202	40001000	743787685	230 44336-000	
203	40001000	743787694	230 44101-000	
204	40001000	743787703	230 44200-000	
205	40001000	743787717	230 44200-000	
206	40001000	743787725	230 44336-000	
207	40001000	743787734	230 44100-000	
208	40001000	743787748	230 44200-000	
209	40001000	743787751	230 44200-000	
210	40001000	743787765	230 44570-000	
211	40001000	743787779	230 44200-000	
212	40001000	743787782	230 44200-000	
213	40001000	743787796	230 44340-000	
214	40001000	743787805	230 44570-000	
215	40001000	743787819	230 44200-000	
216	40001000	743787822	230 44200-000	
217	40001000	743787836	230 44350-000	
218	40001000	743787840	230 44700-000	
219	40001000	743787853	230 44700-000	
220	40001000	743787867	230 44900-000	
221	40001000	743787875	230 45100-000	
222	40001000	743787884	230 45100-000	
223	40001000	743787898	230 44700-000	
224	40001000	743787907	230 44900-000	
225	40001000	743787915	230 45100-000	
226	40001000	743787924	230 45100-000	
227	40001000	743787938	230 44700-000	
228	40001000	743787941	230 44900-000	
229	40001000	743787955	230 45100-000	
230	40001000	743787969	230 45100-000	
231	40001000	743787972	230 44700-000	
232	40001000	743787986	230 48970-000	
233	40001000	743787990	230 45100-000	
234	40001000	743788006	230 45100-000	
235	40001000	743788010	230 44700-000	

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS

0722

Fls. Nº

3515-4

Doc:



Local de Postagem: CO/Barra Funda - SPM

Código Unid.= 72607009

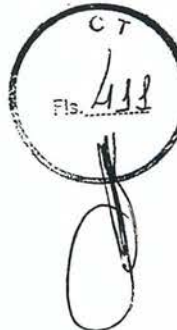
Tipo de Objeto: SEDEX

Data Postagem: 10/12/99

Dados do CO Barra Funda			Dados da DR de Destino dos Objetos SEDEX	
Destino CEP	Número da Encomenda	Peso Enc.	CEP - Destino Local de Entrega (A)	Tarifa R\$ (B)
236	40001000	743788023	230	45100-000
237	40001000	743788037	230	45100-000
238	40001000	743788045	230	45100-000
1	37437887	743790375	00074	
2	40001000	743789355	00240	Não Localizado
3	40001000	743788730	00240	45820-000
4	40001000	743788655	00240	45810-000
5	40001000	743789426	00240	Não Localizado
6	40001000	743788482	00240	45700-000
7	40001000	743789315	00240	Não Localizado
8	40001000	743788584	00240	45600-000
9	40001000	743788876	00240	47800-000
10	40001000	743789077	00240	48970-000
11	40001000	743788479	00240	45600-000
12	40001000	743789505	00240	45600-000
13	40001000	743788142	00240	45100-000
14	40001000	743789219	00240	48730-000
15	40001000	743788902	00240	46880-000
16	40001000	743788125	00240	45100-000
17	40001000	743789647	00240	Não Localizado
18	40001000	743789488	00240	Não Localizado
19	40001000	743788195	00240	45200-000
20	40001000	743788726	00240	46100-000
21	40001000	743789409	00240	Não Localizado
22	40001000	743789620	00240	Não Localizado
23	40001000	743789179	00240	48730-000
24	40001000	743789205	00240	48970-000
25	40001000	743789236	00240	48970-000
26	40001000	743788289	00240	45200-000
27	40001000	743789443	00240	Não Localizado
28	40001000	743788540	00240	45600-000
29	40001000	743788173	00240	45100-000
30	40001000	743788686	00240	46100-000
31	40001000	743789298	00240	Não Localizado
32	40001000	743789324	00240	Não Localizado
33	40001000	743788709	00240	45995-000
34	40001000	743789457	00240	Não Localizado
35	40001000	743789390	00240	Não Localizado
36	40001000	743789531	00240	Não Localizado
37	40001000	743788200	00240	45200-000
38	40001000	743788346	00240	45400-000
39	40001000	743789063	00240	48900-000
40	40001000	743788363	00240	45600-000
41	40001000	743788805	00240	46100-000
42	40001000	743788788	00240	45995-000
43	40001000	743788261	00240	45400-000
44	40001000	743789125	00240	48970-000

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS0723
Fls. Nº3515-4
Doc:

ANEXO



Local de Postagem: CO/Barra Funda SPM

Código Unid.= 72607009

Tipo de Objeto: SEDEX

Data Postagem: 14/12/99

Dados do CO/Barra Funda - SP			Dados da DR de Destino dos Objetos SEDEX	
Destino CEP	Número da Encomenda	Peso gr	CEP - Destino Local de Entrega (A)	Tarifa R\$ (B)
45 40001000	743788522	00240	45700-000	
46 40001000	743789165	00240	48970-000	
47 40001000	743789103	00240	48900-000	
48 40001000	743788329	00240	45600-000	
49 40001000	743789275	00240	Não Localizado	
50 40001000	743789196	00240	48970-000	
51 40001000	743788139	00240	45100-000	
52 40001000	743788054	00240	45100-000	
53 40001000	743788068	00240	45100-000	
54 40001000	743788085	00240	45100-000	
55 40001000	743788111	00240	45100-000	
56 40001000	743788156	00240	45100-000	
57 40001000	743788213	00240	45200-000	
58 40001000	743788235	00240	45200-000	
59 40001000	743788292	00240	45200-000	
60 40001000	743788301	00240	45400-000	
61 40001000	743788350	00240	45400-000	
62 40001000	743788377	00240	45200-000	
63 40001000	743788417	00240	45400-000	
64 40001000	743788425	00240	45400-000	
65 40001000	743788451	00240	45600-000	
66 40001000	743788553	00240	45650-000	
67 40001000	743788598	00240	45650-000	
68 40001000	743788638	00240	45700-000	
69 40001000	743788641	00240	45600-000	
70 40001000	743788669	00240	45820-000	
71 40001000	743788765	00240	46100-000	
72 40001000	743788828	00240	45995-000	
73 40001000	743788831	00240	46100-000	
74 40001000	743788845	00240	46100-000	
75 40001000	743788916	00240	47800-000	
76 40001000	743788933	00240	46430-000	
77 40001000	743788955	00240	48110-000	
78 40001000	743788964	00240	48700-000	
79 40001000	743788978	00240	46430-000	
80 40001000	743789001	00240	47800-000	
81 40001000	743789015	00240	46430-000	
82 40001000	743789046	00240	48700-000	
83 40001000	743789085	00240	Não Localizado	
84 40001000	743789094	00240	48700-000	
85 40001000	743789151	00240	48970-000	
86 40001000	743789222	00240	48970-000	
87 40001000	743789240	00240	48970-000	
88 40001000	743789253	00240	48970-000	
89 40001000	743789267	00240	Não Localizado	
90 40001000	743789307	00240	Não Localizado	
91 40001000	743789338	00240	Não Localizado	
92 40001000	743789341	00240	Não Localizado	

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS

0724

Fls. Nº

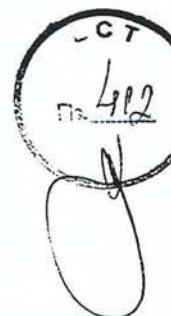
3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

Local de Postagem: CO/Barra Funda SPM
 Código Unid.= 72607009
 Tipo de Objeto: SEDEX
 Data Postagem: 14/12/99

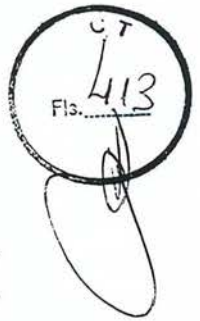


Dados do CO/Barra Funda - SP			Dados da DR de Destino dos Objetos SEDEX	
Destino CEP	Número da Encomenda	Peso gr	CEP - Destino Local de Entrega (A)	Tarifa R\$ (B)
93	40001000	743789372	00240	Não Localizado
94	40001000	743789386	00240	Não Localizado
95	40001000	743789430	00240	Não Localizado
96	40001000	743789545	00240	Não Localizado
97	40001000	743789562	00240	Não Localizado
98	40001000	743789580	00240	Não Localizado
99	40001000	743789602	00240	Não Localizado
100	40001000	743789695	00240	Não Localizado
101	40001000	743788624	00240	45600-000
102	40001000	743788071	00240	45100-000
103	40001000	743788099	00240	45100-000
104	40001000	743788108	00240	45100-000
105	40001000	743788160	00240	45100-000
106	40001000	743788187	00240	45100-000
107	40001000	743788227	00240	45200-000
108	40001000	743788244	00240	45200-000
109	40001000	743788258	00240	45200-000
110	40001000	743788275	00240	Não Localizado
111	40001000	743788315	00240	45400-000
112	40001000	743788332	00240	45200-000
113	40001000	743788385	00240	45400-000
114	40001000	743788394	00240	45400-000
115	40001000	743788403	00240	45600-000
116	40001000	743788434	00240	45200-000
117	40001000	743788448	00240	45600-000
118	40001000	743788465	00240	45600-000
119	40001000	743788496	00240	45600-000
120	40001000	743788505	00240	45600-000
121	40001000	743788519	00240	45650-000
122	40001000	743788536	00240	45600-000
123	40001000	743788567	00240	45700-000
124	40001000	743788575	00240	45600-000
125	40001000	743788607	00240	45700-000
126	40001000	743788615	00240	45600-000
127	40001000	743788672	00240	45995-000
128	40001000	743788690	00240	45810-000
129	40001000	743788712	00240	45995-000
130	40001000	743788743	00240	45995-000
131	40001000	743788757	00240	45995-000
132	40001000	743788791	00240	46100-000
133	40001000	743788814	00240	45820-000
134	40001000	743788859	00240	46100-000
135	40001000	743788862	00240	46430-000
136	40001000	743788880	00240	48280-000
137	40001000	743788893	00240	46100-000
138	40001000	743788920	00240	48280-000
139	40001000	743788947	00240	47800-000
140	40001000	743788981	00240	47800-000

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 0725
 Fls Nº
 3515-4
 Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO



Local de Postagem: CO/Barra Funda SPM

Código Unid.= 72607009

Tipo de Objeto: SEDEX

Data Postagem: 14/12/99

Dados do CO/Barra Funda - SP			Dados da DR de Destino dos Objetos SEDEX	
Destino CEP	Número da Encomenda	Peso gr	CEP - Destino Local de Entrega (A)	Tarifa R\$ (B)
141	40001000	743788995	00240	48120-000
142	40001000	743789029	00240	47800-000
143	40001000	743789032	00240	48280-000
144	40001000	743789050	00240	47800-000
145	40001000	743789117	00240	48970-000
146	40001000	743789134	00240	48730-000
147	40001000	743789148	00240	48900-000
148	40001000	743789284	00240	Não Localizado
149	40001000	743789369	00240	Não Localizado
150	40001000	743789412	00240	Não Localizado
151	40001000	743789465	00240	Não Localizado
152	40001000	743789474	00240	Não Localizado
153	40001000	743789491	00240	Não Localizado
154	40001000	743789514	00240	Não Localizado
155	40001000	743789528	00240	Não Localizado
156	40001000	743789559	00821	Não Localizado
157	40001000	743789593	00240	Não Localizado
158	40001000	743789616	00240	Não Localizado
159	40001000	743789633	00240	Não Localizado
160	40001000	743789655	00240	Não Localizado
161	40001000	743789735	00240	Não Localizado

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
0726
Fls. Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



À
TELEBRASÍLIA CELULAR
Setor Comercial Sul Qd 02 Bloco C, 1º andar, Ed. Anexo
70319-901 - Brasília-DF

Prezados Senhores:

Visando salvaguardar os interesses de V.S.^{as}, informamos que o contrato mantido entre a ECT e a TECPRINT, para distribuição de correspondências e de outros objetos, foi declarado nulo.

Para melhores esclarecimentos, estamos à inteira disposição, através da nossa Gerência de Vendas, Praça Cívica nº 11, 2º andar, Centro, fones 226.2103 ou 226.2251.

Atenciosamente,

sum
JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
DIRETOR REGIONAL DE GOIÁS E TOCANTINS



CONFERE COM O ORIGINAL



DO: PRESIDENTE DO GRUPO DE TRABALHO

AO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

CI/GT-002/2000

REF.: PRT/DICOM-009/2000

ASSUNTO: Perícia técnica em objetos postais

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2000.



Em atenção ao que determinou o documento da referência, encaminhamos para apreciação dessa Comissão o LAUDO PERICIAL em objetos postais.

Outrossim, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos a respeito do citado LAUDO que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

SANDRO SOARES SENSÊVE
Presidente do Grupo de Trabalho/PRT/PR-009/2000

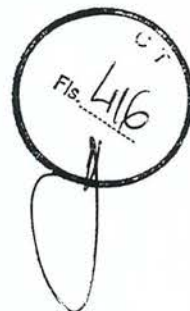
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

2526



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



LAUDO PERICIAL

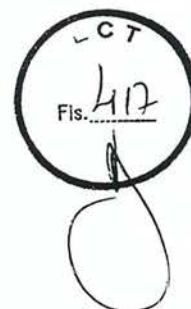
PERÍCIA EM OBJETOS POSTAIS

PRT/DICOM - 009/2000

Fevereiro/2000



CONFERE COM O ORIGINAL



LAUDO PERICIAL

ASSUNTO: Perícia em objetos postais

REFERÊNCIA: PRT/PR-009/2000, PRT/DICOM -009/2000 e CI/001-CS/PRT/PR-009/2000

QUALIFICAÇÃO DOS COMPONENTES DO GRUPO:

SANDRO SOARES SENSEVE	- CHEFE DE DIVISÃO	- 8.010.529-7
KLEBER MINATOGAU	-CHEFE DE DIVISÃO	- 8.010.500-9
FRANCISCO ASSIS FACÓ GOMES	-COORDENADOR/TÉC	- 8.176.521-5

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

Foi instituído o Grupo de Trabalho, através da Portaria/ DICOM nº 009/2000, para analisar e classificar 31 (trinta e um) objetos postais, de acordo com os quesitos indicados na CI da referência.

a) Peças de Exame:

Constituem peças motivo do presente exame 31 objetos numerados em ordem crescente, conforme listagem elaborada pela Comissão de Sindicância PRT/PR- 009/2000.

b) Objetivos do Exame:

Definir os quesitos indicados na CI/001- CS/PRT/PR-009/2000 e emitir Laudos Periciais descrevendo detalhadamente a peça examinada.

c) Documentação Básica:

Manual de Comercialização e Atendimento, Lei 6.538/78 e Convenção Postal 103/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Universal e o seu Regulamento de Execução- Berna/1995.

Posta	103/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS	
0730	
Fls Nº	
3515-4	
CONFERE COM ORIGINAL	2

Handwritten signatures and initials are present below the stamp.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



d) Desenvolvimento dos trabalhos:

O grupo se reuniu no dia 04/02/2000 para se instruir do processo, objeto da Portaria DICOM-009/2000, ocasião em que definiu que abordará cada peça separadamente de modo a esclarecer cada quesito. Os temas referentes as penalidades econômicas e administrativas, bem como considerações ao contrato 045/99 - ECT/TECPRINT foram abordados em tópicos separados.

PEÇA Nº 01

Remetente: Caixa Postal 09914
CEP 70.001-970 - Brasília -DF
Destinatário: Antônio Vanchesqui de Souza
Rua Ricardo Emílio Michel 22- Cidade Ind.
CEP 81.250-610- Curitiba- PR

Análise:

A peça examinada é um objeto de correspondência pois trata-se de impresso obtido pela reprodução sobre material de uso corrente na imprensa em vários exemplares idênticos, conforme estabelece o item 6/4-1., do MANCAT e o § 1º do art 7º da Lei 6.538/78.

Neste caso o objeto de correspondência é um objeto postal por força da própria definição constante do artigo 47 da Lei 6.538/78.

Com relação a sua natureza observamos a inclusão no impresso de um cartão telefônico com 90 créditos, o qual é considerado carta pois não é admitido como impresso, conforme estabelece a alínea "j" do subitem 6/4-3.1. do MANCAT.

O conjunto de LC+AO se considerado para Contratos de Porte Pago e/ou Devolução Garantida poderia se beneficiar da Tarifa Combinada. No entanto, se postado em outra modalidade de franqueamento deverá ser considerado o seu todo como carta comercial. Portanto, o objeto em questão deverá ser tarifado como carta comercial restrito ao âmbito nacional com tratamento de objeto urgente.

Preços:

1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 02

Remetente: Caixa Postal 09914
CEP 70.001-970 - Brasília -DF
Destinatário: Alessandro Jesus de Oliveira
Rua Enseada da 00155 COOPHAVILA II
70097-080 CAMPO GRANDE - MS



CONFERE COM O ORIGINAL

**Análise:**

A peça examinada é um objeto de correspondência pois trata-se de impresso obtido pela reprodução sobre material de uso corrente na imprensa em vários exemplares idênticos, conforme estabelece o item 6/4-1., do MANCAT e o § 1º do art 7º da Lei 6.538/78.

Neste caso o objeto de correspondência é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Com relação a sua natureza observamos a inclusão no impresso de um cartão telefônico com 90 créditos, o qual é considerado carta pois não é admitido como impresso, conforme estabelece a alínea "j" do subitem 6/4-3.1. do MANCAT.

O conjunto de LC+AO se considerado para Contratos de Porte Pago e/ou Devolução Garantida poderia se beneficiar da Tarifa Combinada. No entanto, se postado em outra modalidade de franqueamento deverá ser considerado o seu todo como carta comercial. Portanto, o objeto em questão deverá ser tarifado como carta comercial restrito ao âmbito nacional com tratamento de objeto urgente.

Preços:

1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 03

Remetente: C & A Modas

Alam. Araguaia, 1222 – Alphaville – Barueri – São Paulo

Destinatário: Marlene de Carvalho Pedrosa

Rua José Correia de Melo, 207 Ponta Grossa

57014-190 – MACEIÓ - AL

**Análise:**

A peça examinada é um objeto de correspondência pois trata-se de impresso obtido pela reprodução sobre material de uso corrente na imprensa em vários exemplares idênticos, conforme estabelece o item 6/4-1., do MANCAT e o § 1º do art 7º da Lei 6.538/78.

Neste caso o objeto de correspondência é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

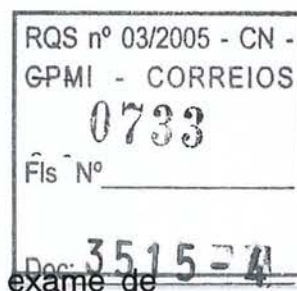


Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 04

Remetente: Local Cred
Rua Evaristo da Veiga, 55 8º andar Cinelândia
20031-040 RIO DE JANEIRO - RJ
Destinatário: Márcia Dias da Silva Antunes
Rua Visconde do Rio Branco, 167/504 Centro
24020-001 NITERÓI - RJ



Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame de seu conteúdo, sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado "...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta." (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



PEÇA Nº 05

Remetente: Paging NetWork do Brasil S/A
Caixa Postal, 13629-CEP 20210-030
RIO DE JANEIRO - RJ
Destinatário: Empresa de Transportes Atlas Ltda.
Rua Guilherme Maxwell, 95 Bonsucesso
21040-210 RIO DE JANEIRO – RJ

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea “d”, subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea “c”, item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 06

Remetente: CONSÓRCIO LUIZA LTDA.
RUA VOLUNTÁRIOS DA FRANCA, 1311 - CENTRO
CEP 14.400-490 - CX. POSTAL, 481
FRANCA - SP
Destinatário: Luzia Rosária Santos
R C 90
37022-690 VARGINHA - MG

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls. 0734	
3515-4	
Doc:	

CONFERE COM O ORIGINAL

6

**Análise:**

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 07

Remetente: BankBoston

Rua Cardeal Arcoverde, 1745/1749 - bloco B - 12 andar Pinheiros
05407-002 - SÃO PAULO - SP

Destinatário: Bernardo Salgado Lacerda

Rua Luiz Stobl, 63

22743-590 - 210 RIO DE JANEIRO – RJ

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0735
Fls Nº
3515-4
Doc:

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten signature] 7

**Preços:**

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 08

Remetente: SIND. ADMINIST. /DF
SCLN 402 BLOCO A SALA 05
70834-510 BRASÍLIA - DF
Destinatário: Osmar Rodrigues Ferreira
SBN CONJ 03 BL A 9 ANDAR
70040-000 BRASÍLIA - DF

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 09

Remetente: COIFE - Centro Odontológico Integrado
Familiar e Empresarial Ltda
Rua Vigário J. J Rodrigues Nº 634
13201-490 JUNDIAÍ - SP
Destinatário: Eduardo Wasser Neto
Alameda das Margaridas, 410 VL. SÃO GERMANO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0736
Fls. Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

12200-000 - PARAIBUNA - SP

**Análise:**

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 10

Remetente: Fundação SISTEL de Seguridade Social
SEPS/EQ 702/902 Conj. B Bloco A
Divisão de Benefícios Previdenciais
70390-025 Brasília/DF
Destinatário: Bitembergue Felix Lima
Rua Cecari, 181 CORDOVIL
21250-350 RIO DE JANEIRO – RJ

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
0737	
Fls Nº	
Doc	3515-4

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame de seu conteúdo, sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado "...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta." (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea “c”, item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 11

Remetente: BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S.A.

GECLI - Gerência de Clientes

Av. Anhanguera, 3.076, Vila Nova

74643-010 - Goiânia - GO

Destinatário: Maria Cristina de Souza Gonçalves e ou (PP)

Rua Miranda Brito, IRAJÁ

21235-130 RIO DE JANEIRO – RJ



Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame de seu conteúdo, sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado “...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta.” (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea “c”, item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.



**Preços:**

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 12

Remetente: NETSAT SERVIÇOS LTDA.

Av. Paulista, 1106 - Bela Vista - 5º andar

01310-100 SÃO PAULO - SP

Destinatário: Roberto Romaguera Barbosa

Trav. Santo Antonio, 60 COND. S. JOSÉ DA ALDEIA - BANANEIRAS

28970-000 - ARARUAMA – RJ

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame de seu conteúdo, sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado "...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta." (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 13

Remetente: ANABB Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil

SAS Quadra 6, Bloco K, Ed. Belvedere, 4º andar

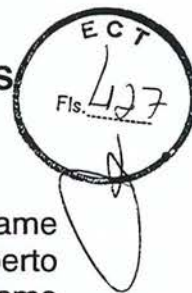
70070-915 - Brasília - DF

Destinatário: ROSELI CHRISTOVAM

Rua Marechal Deodoro, 940 CENTRO

37701 - 014 - POÇOS DE CALDAS - MG



**Análise:**

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame conclusivo de seu conteúdo e sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado "...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta." (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 14

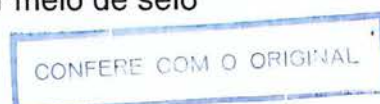
Remetente: BANCO REAL CAIXA POSTAL, 1925
CEP 01061-970
SÃO PAULO - SP
Destinatário: Nilson I de O Nascimento
Rua do Império, 000 S
23555-020 RIO DE JANEIRO – RJ

**Análise:**

A peça examinada é um objeto de correspondência pois trata-se de impresso obtido pela reprodução sobre material de uso corrente na imprensa em vários exemplares idênticos, conforme estabelece o item 6/4-1., do MANCAT e o § 1º do art 7º da Lei 6.538/78.

Neste caso o objeto de correspondência é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal não pertence ao mesmo pois está regularmente franqueado por meio de selo

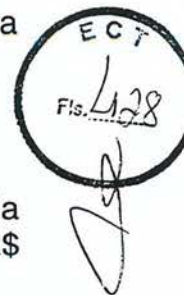


[Handwritten signatures and initials]

estampado através de máquina de franquear com as indicações de "Barra Funda – São Paulo SP" no carimbo.

Preços:

Foi aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte Impresso normal, simples, regime interno - R\$ 0,20 (Tarifa vigente nesta data)



PEÇA Nº 15

Remetente: Consulcred Consultora de Crédito e Cobrança
Rua da Quitanda, 96 - 6º andar Centro
01012-010 - São Paulo - SP
Destinatário: ELENICE VENTURA CRUZ HARTUIKUE
Rua Euzebio de Matos 2715 Q 36 Jardim Imbarie
03089 - 030 DUQUE DE CAXIAS – RJ

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 16

Remetente: BMW Service Card Extended
Rua Tomé de Souza Nº 15 - Centro
09710-240 São Bernardo do Campo- SP
Destinatário: Paulo H Cerchiari
Rod Amaral Peixoto Km 91,5



CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten signature and initials]

CORREIOS**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

28970-000 ARARUAMA - RJ

**Análise:**

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 17

Remetente: Banco Votorantim S. A.

Av. Roque Petroni Jr., 999 - 16º and.

04707-910 - São Paulo - SP

Destinatário: Organização Chave de Ouro Ltda.

Rua Visconde do Uruguai, 446 Centro

24030-075 - NITEROI - RJ

RQS nº 03/2005 - CN -
GPMI - CORREIOS
0742
Fls. Nº
3515-4
Doc:

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado "...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta." (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 18

Remetente: CKL Telecomunicações S. A.
Av. Brig. Luis Antonio, 580 - 3º andar
01318-000 - São Paulo - SP
Destinatário: Paulo Roberto da Silva
R Cristina Dutra, 83 QUA 6 CASA 1 Centro
24030-000 - NITEROI - RJ

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT); de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado; quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial; quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria e quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 19

Remetente: Sé S/A Comércio e Importação
Estrada Campo Limpo, 407 Santo Amaro
05744-000 - São Paulo - SP
Destinatário: PELLAH ALIM. LTDA.
Rua Giocondo Turini N 8-7
14056-450 BAURU - SP

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0743
Fls. Nº -
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Kuhn

**Análise:**

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 20

Remetente: Águas Quentes de Piratininga Hotel Clube
Chácara Boa Esperança S/N - CENTRO
17490-000 PIRATININGA - SP
Destinatário: Celso Ribeiro de Faria
Rua Frei Luiz C de Noronha, 42 Siqueira
49097-270 - ARACAJU - SE

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 0744 CORREIOS
Fls Nº
3515 - 4
Doc.

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento)

CONFERE COM O ORIGINAL

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 21

Remetente: Cachoeira de Emas
Av. Paulo Furlan nº 1001
13630-000 - PIRASSUNUNGA - SP
Destinatário: Antoninho Ament
Rua Tenente Catão Roxo, 131 Ap. 07 Centro
14051-140 RIBEIRÃO PRETO - SP

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT) e ainda contém dizeres "CARNÊ DE COBRANÇA" no anverso do envelope .

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 22

Remetente: PCS Telecomunicações Ltda.
Rua Tabapuã, 145 - 10º andar ITAIM BIBI
04533-010 SÃO PAULO - SP
Destinatário: Silvania Maria da Silva
R Pamplona, 1440 Jardins



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0745
Fls Nº -
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

CORREIOS**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

14050-030 SÃO PAULO - SP

**Análise:**

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 23

Remetente: Nature's Sunshine Produtos Naturais Ltda

Avenida das Nações Unidas, 23.043 - Jurubatuba

Cep: 04795-100 São Paulo - SP

Destinatário: Maria Angélica Hora B Fontes

R Riachão, 1866 Edf Leonel Curvelo Apto 103 SUISSA

49050-670 - ARACAJU - SE

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
0746
Fls Nº
3515-4
Doc:

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT) e ainda contém dizeres "COBRANÇA ESCRITURAL" no anverso do envelope.

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

CONFERE COM O ORIGINAL

CORREIOS**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea “c”, item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território



brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 24

Remetente: GE Capital
Av. do Café, 277 – Torre B – 3º andar – Conj. 2
04311-000 - São Paulo - SP
Destinatário: Isabel C P Queiroz
Cachoeirinha
69065-120 – MANAUS - AM

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame de seu conteúdo, sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado “...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta.” (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea “c”, item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

**CONFERE COM O ORIGINAL**

19

CORREIOS**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

**PEÇA Nº 25**

Remetente: Check Check
SEP/Norte – Qd. 504 – Bloco “A” Nº 100
Ed. Ana Carolina – 3º andar Asa Norte
70738-900 Brasília - DF
Destinatário: Restaurante Carro de Boi
ROD BR 230 KM 141 S/N
ZONA RURAL
58120-000 – CAMPINA GRANDE - PB

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame de seu conteúdo, sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado “...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta.” (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea “c”, item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

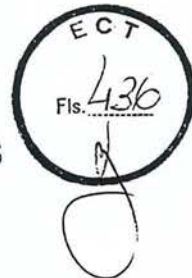
É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 26

Remetente: Reader's Digest Brasil Ltda
Av. Presidente Vargas, 3131/1301
20210-030 – RIO DE JANEIRO
Destinatário: João Lisboa de Carvalho



CONFERE COM O ORIGINAL

**Análise:**

O objeto examinado encontra-se fechado somente nas bordas laterais permitindo verificar parcialmente o seu conteúdo. Neste caso, observamos tratar-se de objeto não admitido como impresso definido como boleto de cobrança, devendo ser aceito como carta, conforme estabelece a alínea "d", subitem 6/4-3.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 27

Remetente: NETSAT SERVIÇOS LTDA.

Rua Itapiru, 1209 4º andar

20251-032 – RIO DE JANEIRO

Destinatário: Albanize Miritiba Bonfim

R Cdor Palmeira, 58 FAROL

57025-150 – MACEIÓ - AL

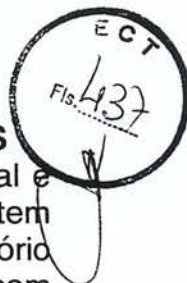
RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0749
3515-4
Doc:

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame de seu conteúdo, sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado "...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta." (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

CONFERE COM O ORIGINAL

CORREIOS**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea “c”, item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 28

Remetente: Norte Brasil Telecom S/A
Av. Dom Pedro I, 149 Planalto – Conj D Pedro I
69055-150 – MANAUS - AM
Destinatário: Aracy Lima dos Santos
Av. Pres Castelo Branco 100 – Caixa P 1441
69065-010 – MANAUS - AM

RQS nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls Nº	0750
3515 - 4	
Doc:	

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame de seu conteúdo, sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado “...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta.” (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea “c”, item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 29**CONFERE COM O ORIGINAL**

22
Kilowatt



Remetente: Claro Digital
Rua 24 de Outubro, 355 Moinhos de Vento
90510-002 – PORTO ALEGRE - RS
Destinatário: Antonio Vicente Pereira Loureiro
R Aristides Camargo, 42 Vila Itu
97700-000 – SANTIAGO - RS

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame de seu conteúdo, sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado "...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta." (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

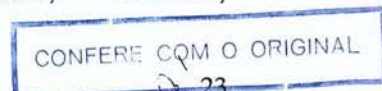
É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data).

PEÇA Nº 30

Remetente: Consórcio Luiza
Não consta endereço do remetente
Destinatário: Elvis Ventura Gomes Alves
R Amelia B Moraes, 657 CENTRO
12260-000 – PARAIBUNA - SP

**Análise:**

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame de seu conteúdo, sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado "...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando,



CORREIOS**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta." (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

PEÇA Nº 31

Remetente: CTBC Telecom

Não consta endereço do remetente

Destinatário: Leonice M Pinheiro Capucci e Cia Ltda

Barao do Rio Branco

Campo Belo - MG

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fis Nº	0752
Doc.	3515-4

Análise:

O objeto examinado encontra-se fechado sem possibilidade de exame de seu conteúdo, sem que haja menção de que pode ser aberto pela ECT. Neste caso será considerado "...como carta, todo objeto, mesmo que não esteja sob a forma de comunicação escrita, postado com envoltório, que impossibilite caracterizar a natureza da remessa, ficando, conseqüentemente, sujeito às condições de postagem exigidas para carta." (subitem 1/5-1.1.1., do MANCAT).

O objeto de correspondência em questão é um objeto postal por força do disposto no artigo 47 da Lei 6.538/78.

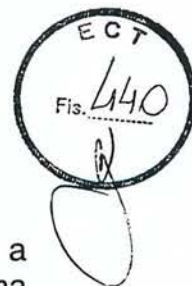
Considerando o previsto no contrato ECT x TECPRINT este objeto postal é quanto à natureza uma correspondência (carta comercial – alínea "c", item 6/2-1.1., do MANCAT), de âmbito nacional, pois postado no território brasileiro e a ele destinado, quanto ao franqueamento é franqueado com uma modalidade de franqueamento especial, quanto à prioridade (tratamento) é objeto de primeira categoria, quanto ao modo de postagem é objeto postal simples.

Preços:

É aplicada a Tarifa Postal Interna – Entrega Nacional vigente na data da prestação do serviço - 1º porte carta comercial simples, regime interno - R\$ 0,31 (Tarifa vigente nesta data)

CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten signature and date 24]



No caso de aplicação incorreta de preço/tarifa nas peças, o grupo, a princípio, nada detectou durante a perícia, pois os objetos apresentam uma modalidade de franqueamento especial de acordo com o previsto no subitem 2.8.1.3. do contrato nº 0054/99 conforme texto a seguir: "utilizando, quando compatível com a natureza e condições do conteúdo, envelopes padronizados, de acordo com as normas da ABNT, contendo, no ângulo superior direito do anverso, um retângulo com as dimensões de 3,5 x 2,5 cm, onde constarão impressos os dizeres: "CONTRATO ECT X TECPRINT Nº 0054/99;". Observamos, porém, que tais dizeres estão em desacordo com o previsto na alínea "b" do subitem 8/2- 2.1.2. do Mancat que prevê a colocação da sigla da DR, a qual foi omitida no retângulo apostado nos objetos citados.

Ressaltamos também a existência de um Impresso devidamente franqueado através de máquina de franquear e que não faz parte do âmbito do contrato ECT x TECPRINT (não indicação do franqueamento especial).

Cumpramos destacar que todos os remetentes das peças analisadas não coincidem com a pessoa jurídica da CONTRATANTE, "TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA., com sede na Av. Independência nº 4533, Centro, CEP 74045-010, GOIÂNIA-GO".

Verificamos, também, que nos objetos analisados não constam o endereçamento completo do CONTRATANTE em **desacordo** com o que determina o subitem 2.8.1.1. do contrato 0054/99 que diz textualmente: "constando, no mínimo, o endereço completo do destinatário, incluindo o CEP com oito dígitos, o nome e **endereço da CONTRATANTE**, bem como o respectivo CEP".

Analisando o Contrato, em questão, observamos a omissão de dispositivo que estabeleça um procedimento para o caso de descumprimento de obrigações inseridas no instrumento contratual (alínea "c" do subitem 8/2- 2.1.7 do Mancat), conforme se observou no subitem 2.8.1.1 do contrato em foco.

Na cópia do contrato 054/99- ECT/TECPRINT, apresentada ao grupo não foi identificada a chancela de aprovação da área jurídica da Regional, nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS, conforme determina o subitem 8/2- 4.7.1. e o 4.7.2. do Mancat.

PENALIDADES

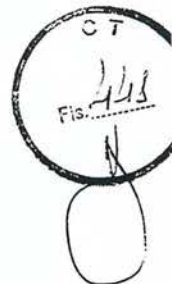
ECONÔMICAS

Se o objeto foi tarifado indevidamente como impresso normal simples, regime interno, deverá ser cobrada, para cada objeto, a diferença entre o valor efetivamente pago e o valor real de tarifa, pela Unidade responsável pela aceitação da postagem.

Ao remetente e/ou destinatário não caberá responsabilização financeira, desde que se comprove terem agido de boa fé.



CONFERE COM O ORIGINAL



ADMINISTRATIVAS

Agência Franqueada:

Caso tenha cometido um erro por negligência deverá ser submetida às penalidades previstas no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Franquia Empresarial subitens 9.3.2. e 9.3.2.1..

Na hipótese de se comprovar má fé na conduta da Franqueada a mesma deverá ter seu contrato rescindido com base no subitem 9.2. do documento anteriormente citado.

As penalidades econômicas e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente.

Agência Própria

O empregado responsável, caso tenha cometido um erro por negligência, deverá ser advertido de acordo com o Regulamento de Pessoal da ECT.

Na hipótese de se comprovar má fé na conduta do empregado o mesmo deverá ter seu contrato de trabalho rescindido por justa causa conforme legislação pertinente.

As penalidades econômicas e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente.

CONCLUSÃO

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis. Nº 0754
3515 - 4
Doc:

Analisando as peças em questão sugerimos que seja feita apuração, pelo grupo de campo, da documentação, utilizada para faturamento do Contrato DR/GT-054/99, para que possa ser definido se a tarifa indicada para cada objeto constante deste Laudo foi corretamente aplicada.

Dada a quantidade de objetos classificados pelo grupo como não urgentes (Impresso) esclarecemos que o presente Contrato não pode ser utilizado para postagem de impressos, visto que o instrumento contratual próprio para essa finalidade é o Contrato para prestação do serviço de Porte Pago.

Neste caso, o Contrato deveria ser adequado para a aceitação dos citados impressos (caso tenha sido faturado como impresso) com as necessárias cláusulas pertinentes aquele serviço e a formalização do termo de compromisso, para que houvesse a possibilidade de a empresa habilitada permitir a postagem de objetos de outras empresas concomitantemente. Vale lembrar que o artigo 47 da Lei 6.538/78 define correspondência como:

CONFERT COM O ORIGINAL

[Handwritten signature] 26



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Toda comunicação de pessoa a pessoa, por meio de carta, através da via postal ou por telegrama”.

Finalmente esclarecemos que independentemente das classificações dos conteúdos dos objetos analisados neste parecer o franqueamento pelo Contrato 0054/99 – ECT/DR/GT/TECPRINT enseja na tarificação obrigatória como Carta Comercial. Dessa forma, recomendamos que os objetos analisados sigam os seguintes procedimentos:

- reintegrados ao tráfego postal em devolução para aqueles que contenham a indicação ao remetente. Se possível reter o invólucro/objeto com autorização do remetente para juntada ao processo;
- reintegrados ao tráfego postal para entrega especial ao destinatário os objetos peças nº 07 e 08. Se possível reter o invólucro/objeto com autorização do remetente para juntada ao processo;
- a peça nº 14 por se tratar de impresso, sem devolução garantida, deverá ser refugada ou, juntado ao processo, caso seja julgado apropriado pela Comissão.

Brasília, 14 de fevereiro de 2000.

Sandro Soares Senseve
Presidente

Kleber Minatogau
Membro

Francisco Assis Facó Gomes
Membro

RQS nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
0755	
Fls Nº	3515 - 4
Doc:	27

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS

CT
Fls. 143

DE: DIRETOR REGIONAL DE GOIÁS E TOCANTINS

AO: GEVEN

CI: GAB/DR/GT-0023 /99

Ref.: REF.: CI/GEREC/DR/GT-0136/2000

Assunto: Convocação de colaborador

PROTOCOLO

Goiânia-GO, 14 de Fevereiro de 2000.

Em aditamento ao expediente da referência, informamos que a comissão onde os empregados abaixo deverão comparecer para prestar informações, está localizada, à Pça Cívica nº 11, 1º andar, na Sala de Reunião nº 3, contígua às dependências da REOP.

Nome: Luís Humberto da Silva – Matrícula 8 005 805-1
Carlos Alberto de C. Ferreira - Matrícula 8 009 027-3
Antonio Henrique Braga - Matrícula 8 011 269-2

Atenciosamente,

José Aparecido de Souza
Diretor Regional

Sr/

Ciente
Luís Humberto da Silva
8.005.805-1
Go: 14/02/00

Ciente
Antonio Henrique Braga
8.011.269-2

Ciente

Carlos Alberto de C. Ferreira
RQS nº 03/2005 - CN
CPMT - CORREIO

SWAT/GEVEN

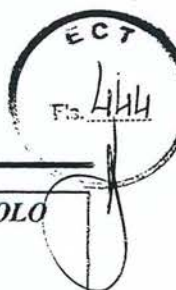
8.009.027-3

Fls Nº 0756
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS



DE: DIRETOR REGIONAL DE GOIÁS E TOCANTINS

AO: ASJUR

CI: GAB/DR/GT-0022 /99

Ref.: REF.: CI/GEREC/DR/GT-0136/2000

PROTOCOLO

Assunto: Convocação de colaborador

Goiânia-GO, 14 de Fevereiro de 2000.

Em aditamento ao expediente da referência, informamos que a comissão onde V. Sa deverá comparecer para prestar informações, está localizada, à Pça Cívica nº 11, 1º andar, na Sala de Reunião nº 3, contígua às dependências da REOP.

Atenciosamente,


José Aparecido de Souza
Diretor Regional

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0757
Fls Nº
3515-4
Doc:

sr. sr
- Ciente.
em 14.02.2000 (12:00 H)
J. L. S. P. E.
ASJUR
471.8.009.742-9

Sro/

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

AO: DIRETOR COMERCIAL.

CI/ 018 – CS/PRT/PR-009/2000

REF: Processo/DINSP-032/2000.



ÁREA RESERVADA AO PROTOCOLO

Assunto: Requisição de documento.

CÓPIA

Goiânia, 14 de Fevereiro de 2000.

Em cumprimento à PRT/PR-009/2000, de 26/01/2000 – com vigência a partir de 28/01/2000 – buscando a formal e mais completa instrução da sindicância instaurada, vimos requisitar uma via do **CONTRATO MÚLTIPLO** padrão em vigor, adotado pela ECT.

Encarecemos que o documento seja encaminhado em envelope lacrado aos cuidados desta Comissão de Sindicância, instalada na Sala de Reuniões nº 3 – 1º andar – no Edifício Sede da DR/GT.

Atenciosamente,


Valter Lenta Morimatsu
Contador Júnior – 8.102.704-4
Auditor/DAUDI
Presidente da Comissão de Sindicância
PRT/PR-009/2000

JSL/jsl.-

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
0758
Fls. Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



De: DIRETOR REGIONAL/DR/BSB

Ao: PRESIDENTE COMISSÃO SINDICÂNCIA

CI/SVAT/GEVEN/DR/BSB- 0400 12000

REF: CI-03-CS/PRT/PR-2000- Circular

Assunto: **Informação sobre contrato – TECPRINT.**

Brasília, 15 de fevereiro de 2000.

Em atenção à CI em referência, informamos que não temos nesta Diretoria Regional contrato firmado com a pessoa jurídica: **TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA.**

Atenciosamente


FERNANDO LEITE DE GODOY
Diretor Regional

VRS-1
CI/GECOF DIV

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls Nº	0759
3515-4	
Doc:	

CONFERE COM O ORIGINAL

De: DIRETOR REGIONAL

Ao: PRESIDENTE DA ECT

CI/GABDR/GT-024/2000

Ref.:

DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS E TOCANTINS
DE CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES
16 FEV 17 36 000491
GABINETE DE SECRETARIACT
447

Assunto: Monopólio postal e franqueamento de objetos por contrato.

Goiânia/GO, 15 de fevereiro de 2000.

Submetemos ao conhecimento de Vossa Senhoria as considerações desta Diretoria Regional relativamente a questões que envolvem o monopólio postal e o franqueamento de objetos de correspondência mediante contrato, considerações essas consubstanciadas no documento anexado à presente CI.

Diante do relato e dos fatos abordados, prezariamos a competente análise técnica da adequação dos nossos entendimentos esposados nesse documento, mormente sob os enfoques jurídico e operacional, com o fim de, corroborando-os, subsidiar a possível, imediata e pertinente atuação desta Regional, naquilo que a nossa esfera de competência comportar.

Atenciosamente,

Souza
JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
Diretor Regional

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0760

3515-

(I) SR DICOM: Roberto

Para ciência e providências adequadas - em regime de pronta intervenção - avaliando as sugestões propostas pelo DR/GT para, se for o caso, colocá-las em prática juntamente com outras medidas cabíveis visando

C/anexo: citado no texto.

Gpd

16/02/00

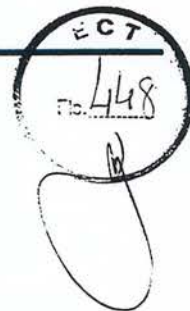
CONFERE COM O ORIGINAL

(II) SR CH DINIP: Ovídio

Para ciência e providências que se mostrarem necessárias, informando a Comissão de Sindicância que examina o uso de TCCPRINT, em regime de urgência.

Gpd

16/02/00



Assunto: Monopólio postal e franqueamento de objetos postais.

A Lei n.º 6.538/78, no que tange ao monopólio postal, assim dispõe em seu art. 9.º:

"Art. 9.º - São explorados pela União, em regime de monopólio, as seguintes atividades postais:

I – recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de carta e cartão postal;

II – recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de correspondência agrupada;

III – (omissis)

§ 1.º (omissis)

§ 2.º Não se incluem no regime de monopólio:

- a) transporte de carta ou cartão-postal, efetuado entre dependências de uma mesma pessoa jurídica, em negócios de sua economia, por meios próprios, sem intermediação comercial;
- b) transporte e entrega de carta e cartão postal, executados eventualmente e sem fins lucrativos, na forma definida em regulamento. (sublinhamos)

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº <u>0761</u>
Doc. <u>3515-4</u>

Analisando, em tese, os citados mandamentos legais, entende esta Diretoria Regional que o transporte de cartas por terceira pessoa jurídica, para outra localidade da mesma ou de outra Unidade da Federação, para que naquela ocorra a devida postagem em unidade operacional da ECT, está a transgredir o monopólio postal da União, em face do seguinte:

- 1) o transporte de cartas, em regra geral, somente é possível de ser executado através da ECT, porquanto ser esta a exclusiva e legítima entidade exploradora do serviço postal sujeito ao monopólio estatal;
- 2) na tese proposta, não há de se cogitar da aplicação da exceção contemplada pelo § 2.º, alínea "a", do art. 9.º da Lei n.º 6.538/78, posto que configurada está a participação de uma pessoa jurídica estranha à pessoa da remetente, com a qual, por premissa, não guarda qualquer vínculo a não ser de caráter eminentemente comercial;
- 3) afastada também fica a aplicação da exceção contida na alínea "b" do mesmo art. e parágrafo citados no item precedente, no tocante à eventualidade, porquanto, igualmente por premissa, o transporte não é eventual (acontece com frequência regular, pelo menos uma vez ao mês);
- 4) a transportadora dos objetos presta, preliminarmente e de forma agregada, à remetente de direito, os serviços de pré-postagem dos objetos (impressão e envelopamento), razão pela qual subentendido está e implicitamente configurado fica o fim lucrativo do transporte em questão, haja vista que a sua execução implica em custo. E pela elementar lógica comercial, os fatores de

For m

custo (como esse de transporte dos objetos) são componentes inerentes à formação do preço final cobrado do beneficiário da prestação, sobre os quais se acrescenta o lucro próprio, legítimo e de objetivo final de qualquer empreendimento empresarial de natureza comercial.

Diante da argumentação sinteticamente expendida, esta Diretoria Regional conclui que a prática percebida nas operações de postagem de objetos de correspondência classificáveis como carta, tendo como remetente a empresa Telegoiás Celular S/A, estão a incorrer em violação ao monopólio postal, eis que, ao que consta, são impressos e envelopados em Goiânia/GO, pela empresa Tecprint Impressões Técnicas Ltda., e seguiu por esta transportados a cidade de Brasília/DF, para somente então serem postados em unidade operacional da ECT.

Ainda com relação aos ditos objetos, percebeu-se outrossim que apesar de trazerem no ângulo superior direito, da face anterior, a impressão das inscrições "CONTRATO N.º 10206/99 - ECT/Tele Centro Oeste Celular Participações S/A", o que obviamente presume o franqueamento por contrato, apresentam franqueamento por impressão de máquina de franquear das ACF Radio Center (Brasília/BSB) e Alpes (Goiânia/GT).

Essa prática, no nosso entendimento, representa sério e potencial risco de evasão de receitas da ECT, de forma que pode induzir a erro os empregados desta, mediante a possibilidade de nem todos os objetos apresentados às ACF virem a ser franqueados. Isso ocorrendo (o não franqueamento da totalidade dos objetos apresentados), poder-se-á, por exemplo, prepará-los em amarrados nos quais somente alguns que os encabeçam contenham a impressão de máquina de franquear, e no recebimento na unidade de tratamento serem dados como regulares se tais amarrados não foram conferidos exaustivamente na totalidade do seu conteúdo. Uma vez aceitos, a irregularidade no franqueamento pode passar despercebida, tanto na triagem mecanizada quanto na manual, de vez que pelo menos a impressão que indica o franqueamento mediante contrato estará presente.

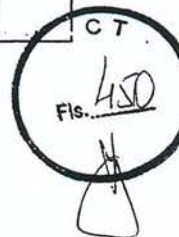
Em consequência, esta Regional é da opinião de que objetos apresentados para postagem em tais envelopes tenham a sua aceitação restrita tão somente às unidades para as quais haja previsão contratual e que jamais possam ser admitidos para postagem através de outra modalidade de franqueamento. Concomitantemente, deverá ser notificada a contratante, no caso sob exame a Tele Centro Oeste Participações S/A, processando-se, se necessária, a devida adequação dos termos contratuais para dar respaldo à vedação proposta.

Goiânia/GO, 15 de fevereiro de 2000.


JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
Diretor Regional

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0762
Doc: 3515 - 4

CONFERE COM O ORIGINAL



DE: DIRETOR REGIONAL DE SÃO PAULO - METROPOLITANA
AO: DIRETOR REGIONAL DE GOIÁS-TOCANTINS
CI/GECOM/SPM-0090/2000
REF.: CI/GEVEN/DR/GT-0120/2000
Assunto: Contrato TECPRINT N.º 0054/99

São Paulo,  de fevereiro de 2000.

Em atenção à CI acima referenciada, gostaríamos de elucidar alguns pontos que não estão claros quanto ao contato telefônico da DR/GT com o Subgerente Técnico Comercial Alexandre.

A Gerência Comercial/SPM recebeu uma ligação da DR/GT, na pessoa do Sr. Alexandre, perguntando simplesmente quais seriam os Centros Operacionais mais próximos da região central de São Paulo e de Alphaville, a fim de viabilizar vinculação de contrato. Não foi mencionado o tipo de contrato, as condições, o nome do cliente e características do mesmo.

Da mesma forma, outra funcionária da GECOM/SPM que cuida dos contratos especiais recebeu solicitação de informação do CO - Barra Funda sobre uma carga que seria postada naquela unidade pela Tecprint. Em vista disso, a funcionária contactou a GEVEN/GT, solicitando maiores esclarecimentos, envio de instruções, cópia do contrato, etc., sendo posteriormente encaminhado por fax apenas o contrato, o qual foi enviado ao CO - Barra Funda, visto ser essa a unidade que constava da ficha técnica anexa ao mesmo.

Posteriormente, tomamos conhecimento dos problemas que estavam sendo gerados em função desse contrato, conforme já detalhadamente mencionado nos expedientes anteriores. Não tivemos conhecimento dos contatos mantidos com a GEOPE/SPM, nem das postagens de correspondência realizadas no CT-01, o que se deu somente com o encaminhamento da CI/SOPES/GEOPE/DR/SP-4.0651/99.

Portanto, como pode ser observado, embora não tenhamos recebido as instruções referentes à operacionalização do contrato, deduzimos que o mesmo havia sido validado pela área comercial da ECT.

Cabe ressaltar que prevíamos que o referido contrato poderia gerar uma série de problemas junto ao mercado e à rede de franquia, inclusive com os clientes corporativos. Já temos como exemplo a informação do próprio cliente corporativo BRADESCO sobre prospecção da Tecprint, que lhe propôs impressão grátis com o subsídio de uma rede de franqueados que o estariam apoiando nessa operação.

Atenciosamente

EDSON COMIN
Diretor Regional - SPM

C/cópia: DICOM / DINSP/ GEOPE-SPM / GINSP-SPM





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

De: DIRETOR REGIONAL DE PERNAMBUCO

Ao: PRESIDENTE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA/DR/PR

DINSP

CI/CAC/GEVEN/DR/PE- 0282 /00

REF.: CI - 03 - CS/PRT/PR-009/2000 - CIRCULAR

ASSUNTO: Informações sobre contrato.

Recife, 16 de fevereiro de 2000.

Reportando-nos ao documento da referência, informamos que o cliente TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA não tem contrato firmado nesta Diretoria Regional.

Atenciosamente,

BENEDITO RODRIGUES FILHO
DIRETOR REGIONAL DE PERNAMBUCO

RQS nº 03/2005 - CN -
CEMI - CORREIOS
0764
Fls. Nº
3515 - 4
Doc:

Recebido em 02/03/00

Pres. Comissão

RMS/jdm

"QUALIDADE COMEÇA COM A SATISFAÇÃO DO CLIENTE INTERNO"

CONFERE COM O ORIGINAL

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS****De: DIRETOR COMERCIAL****Ao: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA - DR / GT****CI/DICOM- 166/2000****REF.: CI/018-CS/PRT/PR-0009/2000****Assunto: contrato múltiplo**

37
Fls. 45
[Handwritten signature]

Brasília, 16 de fevereiro de 2000.

Atendendo ao expediente em referência, encaminhamos os dois modelos de contrato múltiplo, atualmente em uso, para clientes pessoa jurídica e órgão público.

Atenciosamente,

A/

ROBERVAL BORGES CORRÊA
DIRETOR COMERCIAL*Marcos César Alves Silva*

Assessor-Executivo/DICOM

Mat. 8.527.010-9

SJR/.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0765
Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO MÚLTIPLO QUE ENTRE SI
FAZEM [RAZAOSOCIAL] E A EMPRESA
BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS.**

O(A) [RAZAOSOCIAL], inscrito no CGC/MF sob o nº [CGC], com sede na [ENDERECO], [CEP] [CIDADE]/[UF], doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu [CARGOCLI1], [NOMECLI1], CI nº [IDENTCLI1], CPF nº [CPFCLI1], e por seu [CARGOCLI2], [NOMECLI2], CI nº [IDENTCLI2], CPF nº [CPFCLI2], e a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**, Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969, inscrita no CGC/MF sob o nº [CGCDR], doravante designada simplesmente **ECT**, neste ato representada por seu **Diretor Regional** de [DREXTENSO], [NOMEDR], CI nº [IDENTDR], CPF nº [CPFDR] e por seu **Gerente Comercial** [NOMEGECOM], CI nº [IDENTGECOM], CPF nº [CPFGECON], têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, um **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela **ECT** à **CONTRATANTE**, dos serviços de recebimento e/ou coleta, transporte e entrega domiciliária de Correspondências, Encomendas **SEDEX NACIONAL**, **SEDEX INTERNACIONAL** - **EMS** e a venda de produtos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se obriga a:

2.1. observar as condições gerais de aceitação quanto a peso, dimensões, utilização de serviços adicionais e outras estabelecidas pela **ECT**, inclusive a padronização prevista para o endereçamento, com a utilização do Código de Endereçamento Postal - CEP com oito dígitos;

2.2. utilizar embalagens adequadas ao peso, condições e natureza do conteúdo, conforme recomendações da **ECT**;

2.3. utilizar, quando compatível com a natureza e condições do conteúdo, envelopes padronizados, de acordo com as normas da ABNT;

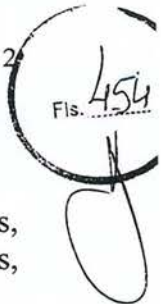
2.4. quando da postagem, no caso de Encomenda **SEDEX INTERNACIONAL - EMS**, observar as seguintes normas quanto ao conteúdo e embalagem:

Múltiplo - empresa privada - mulep.doc

DIRETORIA REGIONAL
GERENCIA COMERCIAL/DE VENDAS.....endereço
Telefone:.... - Fax:.... - e-mail:....

RQS nº 03/2005 - -CN -	
CPMT - CORREIOS	
0766	
Fis. Nº	1
73515 - 4	
Doc:	

CONFERE COM O ORIGINAL



2.4.1. papéis comerciais, comunicações escritas de toda a espécie, documentos legais, documentos de compensação entre instituições financeiras, manuscritos e demais escrituras, que, se acondicionados em envelope, serão classificados como EMS-documento;

2.4.2. objetos sem valor intrínseco, acompanhados do formulário C2/CP3, e também papéis acondicionados em caixas, que serão classificados como EMS-mercadoria;

2.5. atentar para os limites de peso e às restrições de conteúdo constantes do verso da tarifa do serviço, fixados pela Administração Postal de destino, para cada encomenda enviada;

2.5.1. não devem ser incluídos objetos ou papéis representativos de valor ao portador, como jóias, cédulas, moedas, cheques e metais preciosos, bem como os constantes na Lista de Objetos Proibidos da União Postal Universal - UPU, disponível para consulta nas Agências da ECT;

2.6. endereçar corretamente os objetos e responsabilizar-se pelas informações prestadas quanto a seu conteúdo;

2.7. postar os objetos em Unidades previamente acordadas com a ECT;

2.8. apresentar no momento da postagem na Unidade da ECT ou da coleta no domicílio da **CONTRATANTE**, os objetos da seguinte forma:

2.8.1. CORRESPONDÊNCIAS:

2.8.1.1. constando, no mínimo, o endereço completo do destinatário, incluindo o CEP com oito dígitos, o nome e endereço da **CONTRATANTE**, bem como o respectivo CEP;

2.8.1.2. separados os objetos em lotes de, no máximo, 100 unidades, encabeçados, triados, amarrados e etiquetados, conforme orientação da ECT e segundo os seguintes grupos:

- objetos simples, sem Comprovante, para distribuição na Área Metropolitana;
- objetos simples, com Comprovante, para distribuição na Área Metropolitana;
- objetos simples, para distribuição fora da Área Metropolitana;
- objetos registrados, sem AR;
- objetos registrados, com AR;

2.8.1.3. utilizando, quando compatível com a natureza e condições do conteúdo, envelopes padronizados, de acordo com as normas da ABNT, contendo, no ângulo superior





direito do anverso, um retângulo com as dimensões de 3,5 x 2,5 cm, onde constarão impressos os dizeres: "**CONTRATO ECT/DR/XXX/NOME DA CONTRATANTE**";

2.8.1.4. fechar os objetos com cola ou adesivos permitidos pela **ECT**;

2.8.1.5. apresentar as correspondências acompanhadas de "LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES" ou "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS, conforme o caso, devidamente preenchidas, em 03 (três) vias, de acordo com o modelo adotado pela **ECT**;

2.8.1.5.1. no caso de objetos simples, devem ser preparadas "LISTAS DE POSTAGEM - SIMPLES" distintas para objetos destinados à Área Metropolitana e a outras localidades;

2.8.1.6. a **CONTRATANTE** poderá, ainda, utilizar os demais serviços adicionais oferecidos pela **ECT** para cartas (MÃO PRÓPRIA, VALOR DECLARADO etc). Nesse caso, deverá ser anotado no campo "OBSERVAÇÕES" da "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS" a utilização dos serviços adicionais que não estão indicados na mesma;

2.8.1.7. para o caso de postagens com Aviso de Recebimento ou Comprovante de Entrega, já com os ARs ou os Comprovações devidamente afixados nos objetos;

2.8.1.7.1. os objetos acompanhados de Comprovante de Entrega devem ser postados para entrega apenas na localidade de postagem e área metropolitana.

2.8.2. ENCOMENDAS:

2.8.2.1. com endereçamento completo e legível, incluindo os CEPs com oito dígitos do destinatário e da **CONTRATANTE**;

2.8.2.2. acompanhadas dos respectivos Certificados ou Listas de Postagem já preenchidos, utilizando os modelos fornecidos pela **ECT** ou produzidos por sua própria conta;

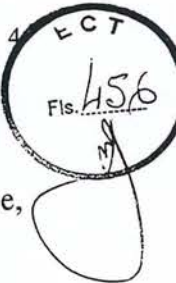
2.8.2.2.1. para o caso de postagens com Aviso de Recebimento, já com os ARs devidamente preenchidos e afixados nas encomendas, observadas as restrições previstas para o SEDEX Internacional - EMS quanto à aceitação de serviços adicionais;

2.9. solicitar, quando for o caso, a coleta das correspondências ou das encomendas, nas condições estabelecidas pela **ECT**;

2.10. apresentar, no ato da postagem de encomendas, CARTÃO DE HABILITAÇÃO DE POSTAGEM;

2.11. produzir, se for o caso, segundo modelos da **ECT** o formulário INSTRUMENTO DE HABILITAÇÃO - DESTINATÁRIO ÚNICO", e a etiqueta "POSTAGEM AUTORIZADA SEDEX" para permitirem a postagem, por terceiros, de uma única





encomenda SEDEX destinada exclusivamente ao endereço da **CONTRATANTE**, e, opcionalmente, autorizar a aquisição de embalagens padronizadas e serviços adicionais.

2.12. responsabilizar-se pelos **CARTÕES DE POSTAGEM – DESTINATÁRIO ÚNICO**, formulários **INSTRUMENTO DE HABILITAÇÃO DE POSTAGEM** distribuídos e pelas etiquetas **POSTAGEM AUTORIZADA SEDEX** de posse de terceiros, até a data de vencimento constante das mesmas autorizado a postagem de encomendas, bem como permitindo a aquisição das respectivas embalagens e serviços adicionais.

2.13. restituir à **ECT** os "**CARTÕES DE HABILITAÇÃO DE POSTAGEM**", por ocasião da rescisão do Contrato ou descredenciamento de preposto;

2.13.1. em caso de perda ou extravio do "**CARTÃO DE AUTORIZAÇÃO DE POSTAGEM**", a **CONTRATANTE** deverá informar o fato à **ECT**, de imediato, por escrito;

2.14. manter a **ECT** informada, através de Carta, do endereço para apresentação das faturas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ECT

A **ECT** se obriga a:

3.1. fornecer à **CONTRATANTE**:

- Cartões de Autorização de Postagem;
- Certificados e Listas de Postagem;
- Etiquetas SEDEX, SEDEX Internacional - EMS, e de Registro;
- Avisos de Recebimento, se for o caso;
- modelos para confecção pela **CONTRATANTE** de "**LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES**", "**LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS**" e "**COMPROVANTE DE ENTREGA**";
- Formulário de Vale Postal;

3.1.1. opcionalmente, o cliente poderá produzir os formulários: Certificados/Lista de Postagem, Aviso de Recebimento - AR, Formulário de Vale Postal, e imprimir o código de barra no rótulo da embalagem da Encomenda SEDEX, de acordo com a faixa numérica e o algoritmo de cálculo do dígito verificador fornecidos pela **ECT**;

3.2. coletar as encomendas, quando existir viabilidade operacional, os objetos em locais e horários previamente acertados com a **CONTRATANTE**;

Múltiplo - empresa privada - mulep.doc

DIRETORIA REGIONAL
GERENCIA COMERCIAL/DE VENDAS.....endereço
Telefone:.... - Fax:.... - e-mail:....





3.2.1. a coleta de correspondências será efetuada somente em conformidade com a(s) Ficha(s) Técnica(s) preparada(s) pela **ECT**, limitando-se cada coleta a quantidade mínima de 500 (quinhentas) unidades. A postagem inferior a esse total deverá ser entregue à **ECT** por conta da **CONTRATANTE**;

3.3. quando for do interesse da **CONTRATANTE**, fornecer, gratuitamente, envelope-padrão utilizado para acondicionamento de encomenda SEDEX Internacional - EMS;

3.4. transportar os objetos até os locais de destino e entregá-los nos respectivos endereços;

3.4.1. para a entrega de objetos sob registro, serão efetuadas até 03 (três) tentativas, em dias úteis consecutivos;

3.4.2. os objetos serão entregues nos endereços indicados, a qualquer pessoa adulta, que se apresente para recebê-los, ou devidamente identificada, quando procurados nas Agências da **ECT**;

3.4.2.1. no caso de encomenda SEDEX a Cobrar ou de outros objetos endereçados a locais onde não haja distribuição domiciliar, será efetuada a entrega interna, nas Unidades da **ECT**;

3.5. restituir à **CONTRATANTE** os Avisos de Recebimento e Comprovantes de Entrega relativos aos objetos entregues e os objetos cuja entrega não tenha sido possível, indicando sempre a causa determinante da impossibilidade, na forma regulamentar;

3.6. indenizar à **CONTRATANTE**, no caso de encomendas e de correspondências registradas, quando ocorrerem avarias no conteúdo, ocasionadas comprovadamente por manuseio indevido, ou extravio, por culpa exclusiva da **ECT**;

3.6.1. as indenizações serão feitas de acordo com as previsões constantes nas tabelas de tarifas dos respectivos serviços;

3.6.2. não haverá o pagamento de indenização se for constatada a utilização de embalagem inadequada às características do conteúdo da encomenda;

3.6.3. no caso de Valor Declarado por estimativa, a **ECT** se reserva o direito de comprovar o valor real do conteúdo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E REAJUSTES

4.1. Pela prestação dos serviços contratados, definidos na Cláusula Primeira, a **CONTRATANTE** pagará à **ECT**, com base nas Tarifas SEED/ CORRESPONDÊNCIAS





fornecida pela ECT, da Tarifa Postal Interna, SEDEX, SEDEX Internacional - EMS e de produtos vigentes na data da prestação dos serviços:

4.1.1. SEED/CORRESPONDÊNCIAS

4.1.1.1. SEED: entrega de objetos, sem e com Comprovante de Entrega e Título de Crédito para Aceite, na localidade de postagem e respectiva área metropolitana;

4.1.1.1.1. Os objetos sem o Comprovante de Entrega, para a entrega em âmbito local, poderão ser postados com a utilização dos serviços adicionais de Registro, AR, MP e Valor Declarado.

4.1.1.2. CORRESPONDÊNCIAS: entrega de objetos em âmbito nacional.

4.1.1.2.1. Quando da utilização dos serviços adicionais, deverão ser acrescidos aos preços estabelecidos para os objetos mencionados nos subitens 4.1.1.1.1. e 4.1.1.2., as respectivas tarifas, constantes das Tarifa Postal Interna na data da postagem.

4.1.2. ENCOMENDAS:

4.1.2.1. encomendas SEDEX e EMS: valores previstos na tarifa SEDEX e SEDEX Internacional - EMS;

4.1.2.2. Os preços relativos aos serviços adicionais de Coleta Domiciliária, Aviso de Recebimento (AR) e Mão Própria, são os definidos na Tarifa SEDEX - Remuneração pelo Serviço e Postal Internacional;

4.1.3. PRODUTOS: preços indicados na tarifa de Produtos da ECT, vigentes na data da aquisição;

4.2. Os preços de serviços e produtos tratados por este Contrato serão reajustados nas mesmas datas e segundo os mesmos índices de atualização das respectivas tarifas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

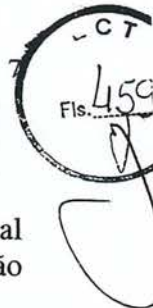
5.1. A ECT apresentará à CONTRATANTE, para efeito de pagamento, as faturas mensais, correspondentes aos serviços prestados, levantadas com base nos documentos de postagem e venda de produtos, cujo vencimento será o dia [DIA*] ([DIA* POR EXTENSO]) do mês subsequente à prestação do serviço;

5.2. A Cota Mínima Mensal de Faturamento será de R\$ 232,50 (duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) conforme estabelecido nas tarifas de serviço da ECT, vigente nesta data;

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS



5.2.2. O valor da Cota Mínima será atualizado na mesma data e no mesmo percentual que for aplicado à Tarifa da Carta Comercial Simples, 1º. Porte, observada a legislação vigente.

5.2.1. Na hipótese de o valor correspondente aos serviços prestados ser inferior à cota mínima, a fatura mensal incluirá, além desse valor, um complemento para que o montante a ser pago atinja a importância citada;

5.3. Qualquer reclamação sobre erros de faturamento deverá ser apresentada pela **CONTRATANTE**, por escrito, e receberá o seguinte tratamento:

5.3.1. reclamação apresentada sem o pagamento, será admitida somente antes da data do vencimento:

- a) se for procedente, a **ECT** emitirá nova fatura com o valor correto;
- b) se for improcedente, a **CONTRATANTE** pagará a fatura, mais os acréscimos legais se for o caso.

5.3.2. reclamação apresentada com a fatura paga, se for procedente será efetuada a devida compensação na fatura seguinte, em valores atualizados.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por períodos iguais e sucessivos de 01 (um) ano, caso não haja manifestação formal em contrário por uma das partes até 30 (trinta) dias antes do término da vigência do período, com prova de recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INADIMPLEMENTO

7.1. O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.1.1. A não regularização poderá ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções, bem como, no caso de atraso de pagamento de faturas, a suspensão da prestação do serviço pela **ECT** até a sua normalização;

(*)Observação: Faturamento Centralizado na AC, vencimento dia 18
Faturamento Regional vencimento dia 14

Múltiplo - empresa privada - mulep.doc

DIRETORIA REGIONAL
GERENCIA COMERCIAL/DE VENDAS.....endereço
Telefone:.... - Fax:.... - e-mail:....

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0772
[3515 - 4
Doc: Mulep7

CONFERE COM O ORIGINAL



7.2. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pró-rata tempore" do IGP-M (FGV), ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, acrescido de multa de 2% e juros de 0,0333% ao dia sobre o valor atualizado, e demais cominações legais, independentemente de notificação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

8.1.1. por interesse de qualquer uma das partes e mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, com Aviso de Recebimento;

8.1.2. por inadimplemento, conforme consta na Cláusula Sétima;

8.1.3. Na ocorrência de:

a) decretação de falência da **CONTRATANTE**;

b) dissolução da sociedade da **CONTRATANTE**;

c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATANTE**, que prejudique a execução do Contrato;

d) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

8.2. Fica assegurado à **ECT** o direito de recebimento do valor correspondente aos serviços prestados à **CONTRATANTE** até a data da rescisão, de acordo com as condições de pagamento estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A **ECT** não se responsabiliza:

9.1.1. por valor incluído em objeto de correspondência sem declaração de valor;

9.1.2. pela demora na execução de qualquer serviço, resultante de omissão ou erro por parte do remetente;

9.1.3. por prejuízos indiretos e benefícios não realizados;

9.1.4. por objeto confiscado ou destruído por autoridade competente.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS



9.2. A responsabilidade da ECT cessa:

9.2.1. quando o objeto tiver sido entregue no endereço do destinatário ou restituído ao remetente;

9.2.2. terminado o prazo de 03 (três) meses, para a reclamação, a contar da data prevista para entrega;

9.2.3. em caso fortuito ou de força maior.

9.3. aos objetos de correspondência simples, postados com Comprovante de Entrega, não se conferem as características de registrados, inclusive para efeito de indenização;

9.4. em caso de extravio de correspondências registradas, a responsabilidade da ECT está limitada aos preços postais mais o valor da indenização, fixado na Tarifa Postal Interna.

9.5. Em caso de extravio de encomendas a responsabilidade da ECT está limitada:

9.5.1. no caso de Encomenda SEDEX:

9.5.1.1. aos preços postais mais o fator seguro, equivalente a 500 (quinhentas) vezes o 1º porte de Carta Comercial, para SEDEX sem declaração de valor;

9.5.1.2. aos preços postais mais o valor declarado, se houve a declaração de valor.

9.5.2. no caso de Encomenda SEDEX Internacional - EMS:

9.5.2.1. à importância integral do Valor Declarado ou fração desta importância, equivalente aos danos causados, no caso de espoliação e avaria parcial, em US\$ (Dólar Americano), convertida em moeda nacional, na data da autorização do seu pagamento;

9.5.2.2. aos preços postais mais o fator seguro (automático), indicado na tarifa EMS, para encomendas sem valor declarado, convertido em moeda corrente nacional, na data de autorização do pagamento;

9.6. Não devem ser incluídos nos objetos postados materiais relacionados no Artigo 13 da Lei Nº 6.538, de 22/06/1978;

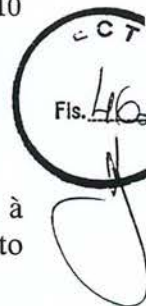
9.7. A ECT se reserva o direito de proceder, eventualmente, à abertura dos objetos, para fins de verificação e controle de seu conteúdo, na presença de representante legal da CONTRATANTE ou do destinatário;

9.8. A CONTRATANTE é a única responsável pelos CARTÕES DE AUTORIZAÇÃO DE POSTAGEM, respondendo pelos danos causados por sua utilização indevida;

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS



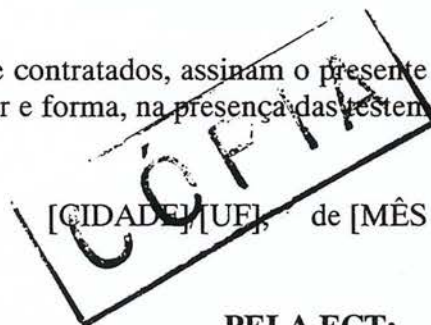
9.9. A **CONTRATANTE** responderá pelo cumprimento das exigências relativas à documentação fiscal, na forma da legislação vigente, bem como por todo e qualquer tributo que possa ou venha a ser exigido, decorrente do conteúdo dos objetos postados;

9.10. Este contrato poderá ser revisto total ou parcialmente, a qualquer época, mediante prévio entendimento entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da cidade de [CAPITAL]/[UF], com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em [VIA] (VIA POR EXTENSO)) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:



[CIDADE]/[UF], de [MÊS DO CTR] de [ANO DO CTR].

PELA CONTRATANTE:

PELA ECT:

[NOME DO CLI1]
[CARGO DO CLI1]

[NOME DO DR]
DIRETOR REGIONAL

[NOME DO CLI2]
[CARGO DO CLI2]

[NOME DO GECOM]
GERENTE COMERCIAL

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

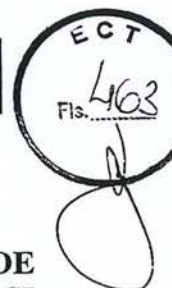
NOME:
CPF:



Múltiplo - empresa privada - mulep.doc

DIRETORIA REGIONAL
GERENCIA COMERCIAL/DE VENDAS.....endereço
Telefone:... - Fax:... - e-mail:...

CONFERE COM O ORIGINAL



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO MÚLTIPLO QUE ENTRE SI
FAZEM [RAZAOSOCIAL] E A
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS
E TELÉGRAFOS.**

O(A) [RAZAOSOCIAL], inscrito no CGC/MF sob o n.º [CGC], com sede na [ENDERECO], [CEP] [CIDADE]/[UF], doravante designado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu [CARGOCLI1], [NOMECLI1], CI n.º [IDENTCLI1], CPF n.º [CPFCLI1], e por seu [CARGOCLI2], [NOMECLI2], CI n.º [IDENTCLI2], CPF n.º [CPFCLI2], conforme delegação de competência através da e a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**, Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-lei n.º 509, de 20 de março de 1969, inscrita no CGC/MF sob o n.º [CGCDR], doravante designada simplesmente **ECT**, neste ato representada por seu **Diretor Regional** de [DREXTENSO], [NOMEDR], CI n.º [IDENTDR], CPF n.º [CPFDR] e por seu **Gerente Comercial** [NOMEGECOM], CI n.º [IDENTGECOM], CPF n.º [CPFECOM], têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado de acordo com a Lei 8.666 reeditada em 06 de julho de 1994, conforme Processo n.º, um **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela **ECT** à **CONTRATANTE**, dos serviços de recebimento e/ou coleta, transporte e entrega domiciliária de Correspondências, Encomendas SEDEX NACIONAL, SEDEX INTERNACIONAL - EMS e produtos de venda de

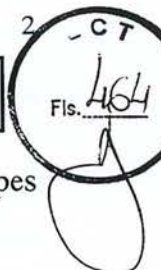
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se obriga a:

2.1. observar as condições gerais de aceitação quanto a peso, dimensões, utilização de serviços adicionais e outras estabelecidas pela **ECT**, inclusive a padronização prevista para o endereçamento, com a utilização do Código de Endereçamento Postal - CEP com oito dígitos;

2.2. utilizar embalagens adequadas ao peso, condições e natureza do conteúdo, conforme recomendações da **ECT**;

Processo nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0776
Doc: 3515-4



2.3. utilizar, quando compatível com a natureza e condições do conteúdo, envelopes padronizados, de acordo com as normas da ABNT;

2.4. quando da postagem, no caso de Encomenda SEDEX INTERNACIONAL - EMS, observar as seguintes normas quanto ao conteúdo e embalagem:

2.4.1. papéis comerciais, comunicações escritas de toda a espécie, documentos legais, documentos de compensação entre instituições financeiras, manuscritos e demais escrituras, que, se acondicionados em envelope, serão classificados como EMS-documento;

2.4.2. objetos sem valor intrínseco, acompanhados do formulário CN 23 (antigo C2/CP3), e também papéis acondicionados em caixas, que serão classificados como EMS-mercadoria;

2.5. obedecer aos limites de peso e às restrições de conteúdo constantes do verso da tarifa do serviço, fixados pela Administração Postal de destino, para cada encomenda enviada;

2.5.1. não devem ser incluídos objetos ou papéis representativos de valor ao portador, como jóias, cédulas, moedas, cheques e metais preciosos, bem como os constantes na Lista de Objetos Proibidos da União Postal Universal - UPU, disponível para consulta nas Agências da ECT;

2.6. endereçar corretamente os objetos e responsabilizar-se pelas informações prestadas quanto a seu conteúdo;

2.7. postar os objetos em Unidades previamente acordadas com a ECT;

2.8. apresentar no momento da postagem na Unidade da ECT ou da coleta no domicílio da CONTRATANTE, os objetos da seguinte forma:

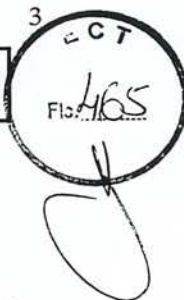
2.8.1. CORRESPONDÊNCIAS:

2.8.1.1. constando, no mínimo, o endereço completo do destinatário, incluindo o CEP com oito dígitos, o nome e endereço da CONTRATANTE, bem como o respectivo CEP;

2.8.1.2. separados os objetos em lotes de, no máximo, 100 unidades, encabeçados, triados, amarrados e etiquetados, conforme orientação da ECT e segundo os seguintes grupos:

- objetos simples, sem Comprovante, para distribuição na Área Metropolitana;
- objetos simples, com Comprovante, para distribuição na Área Metropolitana;
- objetos simples, para distribuição fora da Área Metropolitana;

RGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0777
Mulop2
3515-4
Doc:



- objetos registrados, sem AR;
- objetos registrados, com AR;

2.8.1.3. utilizando, quando compatível com a natureza e condições do conteúdo, envelopes padronizados, de acordo com as normas da ABNT, contendo, no ângulo superior direito do anverso, um retângulo com as dimensões de 3,5 x 2,5 cm, onde constarão impressos os dizeres: "**CONTRATO ECT/DR/XXX/NOME DA CONTRATANTE**";

2.8.1.4. fechar os objetos com cola ou adesivos permitidos pela **ECT**;

2.8.1.5. apresentar as correspondências acompanhadas de "LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES" ou "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS, conforme o caso, devidamente preenchidas, em 03 (três) vias, de acordo com o modelo adotado pela **ECT**;

2.8.1.5.1. no caso de objetos simples, devem ser preparadas "LISTAS DE POSTAGEM - SIMPLES" distintas para objetos destinados à Área Metropolitana e a outras localidades;

2.8.1.6. a **CONTRATANTE** poderá ainda, utilizar os demais serviços adicionais oferecidos pela **ECT** para cartas (MÃO PRÓPRIA, VALOR DECLARADO etc). Nesse caso, deverá ser anotado no campo "OBSERVAÇÕES" da "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS" a utilização dos serviços adicionais que não estão indicados na mesma;

2.8.1.7. para o caso de postagens com Aviso de Recebimento ou Comprovante de Entrega, já com os ARs ou os Comprovaes devidamente afixados nos objetos;

2.8.1.7.1. os objetos acompanhados de Comprovante de Entrega devem ser postados para entrega apenas na localidade de postagem e área metropolitana.

2.8.2. ENCOMENDAS:

2.8.2.1. com endereçamento completo e legível, incluindo os CEPs com oito dígitos do destinatário e da **CONTRATANTE**;

2.8.2.2. acompanhadas dos respectivos Certificados ou Listas de Postagem já preenchidos, utilizando os modelos fornecidos pela **ECT** ou produzidos por sua própria conta;

2.8.2.2.1. para o caso de postagens com Aviso de Recebimento, já com os ARs devidamente preenchidos e afixados nas encomendas, observadas as restrições previstas para o SEDEX Internacional - EMS quanto à aceitação de serviços adicionais;

2.9. solicitar, quando for o caso, a coleta das correspondências ou das encomendas nas condições estabelecidas pela **ECT**;



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS



2.10. apresentar, no ato da postagem de encomendas, CARTÃO DE HABILITAÇÃO DE POSTAGEM;

2.11. produzir, se for o caso, segundo modelos da ECT o formulário "INSTRUMENTO DE HABILITAÇÃO - DESTINATÁRIO ÚNICO", e a etiqueta "POSTAGEM AUTORIZADA SEDEX" para permitirem a postagem, por terceiros, de uma única encomenda SEDEX destinada exclusivamente ao endereço da CONTRATANTE, e opcionalmente, autorizar a aquisição de embalagens padronizadas e serviços adicionais.

2.12. responsabilizar-se pelos CARTÕES DE POSTAGEM - DESTINATÁRIO ÚNICO, formulários INSTRUMENTO DE HABILITAÇÃO DE POSTAGEM distribuídos e pelas etiquetas POSTAGEM AUTORIZADA SEDEX de posse de terceiros, até a data de vencimento constante das mesmas autorizando a postagem de encomendas, bem como permitindo a aquisição das respectivas embalagens e serviços adicionais.

2.13. restituir à ECT os "CARTÕES DE HABILITAÇÃO DE POSTAGEM", por ocasião da rescisão do Contrato ou descredenciamento do preposto;

2.13.1. em caso de perda ou extravio do "CARTÃO DE AUTORIZAÇÃO DE POSTAGEM", a CONTRATANTE deverá informar o fato à ECT, de imediato, por escrito;

2.14. manter a ECT informada, através de Carta, do endereço para apresentação das faturas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ECT

A ECT se obriga a:

3.1. fornecer à CONTRATANTE:

- Cartões de Autorização de Postagem;
- Certificados e Listas de Postagem;
- Etiquetas SEDEX, SEDEX Internacional - EMS, e de Registro;
- Avisos de Recebimento, se for o caso;
- Modelos para confecção pela CONTRATANTE de "LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES", "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS" e "COMPROVANTE DE ENTREGA";

- Formulário de Vale Postal;

3.1.1. opcionalmente, o cliente poderá produzir os formulários: Certificados/Lista de Postagem, Aviso de Recebimento - AR, Formulário de Vale Postal, e imprimir o código de barra no rótulo da embalagem da Encomenda SEDEX, de acordo com a faixa numérica e o algoritmo de cálculo do dígito verificador fornecidos pela ECT;

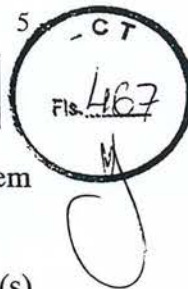
RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0779
3515-4
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS



3.2. coletar as encomendas, quando existir viabilidade operacional, os objetos em locais e horários previamente acertados com a **CONTRATANTE**;

3.2.1. a coleta de correspondências será efetuada somente em conformidade com a(s) Ficha(s) Técnica(s) preparada(s) pela **ECT**, limitando-se cada coleta a quantidade mínima de 500 (quinhentas) unidades. A postagem inferior a esse total deverá ser entregue à **ECT** por conta da **CONTRATANTE**;

3.3. quando for do interesse da **CONTRATANTE**, fornecer, gratuitamente, envelope-padrão utilizado para acondicionamento de encomenda SEDEX Internacional - EMS;

3.4. transportar os objetos até os locais de destino e entregá-los nos respectivos endereços;

3.4.1. para a entrega de objetos sob registro, serão efetuadas até 03 (três) tentativas, em dias úteis consecutivos;

3.4.2. os objetos serão entregues nos endereços indicados, a qualquer pessoa adulta, que se apresente para recebê-los, ou devidamente identificada, quando procurados nas Agências da **ECT**;

3.4.2.1. no caso de encomenda SEDEX a Cobrar ou de outros objetos endereçados a locais onde não haja distribuição domiciliária, será efetuada a entrega interna, nas Unidades da **ECT**;

3.5. restituir à **CONTRATANTE** os Avisos de Recebimento e Comprovantes de Entrega relativos aos objetos entregues e os objetos cuja entrega não tenha sido possível, indicando sempre a causa determinante da impossibilidade, na forma regulamentar;

3.6. indenizar à **CONTRATANTE**, no caso de encomendas e de correspondências registradas, quando ocorrerem avarias no conteúdo, ocasionadas comprovadamente por manuseio indevido, ou extravio, por culpa exclusiva da **ECT**;

3.6.1. as indenizações serão feitas de acordo com as previsões constantes nas tabelas de tarifas dos respectivos serviços;

3.6.2. não haverá o pagamento de indenização se for constatada a utilização de embalagem inadequada às características do conteúdo da encomenda;

3.6.3. no caso de Valor Declarado por estimativa, a **ECT** se reserva o direito de comprovar o valor real do conteúdo.

Múltiplo – Órgão Público - mulop

DIRETORIA REGIONAL
GERENCIA COMERCIAL/DE VENDAS ... endereço
Telefone: ... - Fax: ... - e-mail::

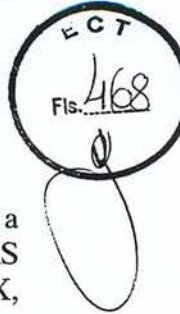
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0780
3515-4
Doc. Mulop5

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E REAJUSTES**

4.1. Pela prestação dos serviços contratados, definidos na Cláusula Primeira, a **CONTRATANTE** pagará à **ECT**, com base nas Tarifas SEED/ CORRESPONDÊNCIAS fornecida pela **ECT**, cujos preços são praticados desde 11/10/95, Postal Interna, SEDEX, SEDEX Internacional - EMS e de produtos vigentes na data da prestação dos serviços:

4.1.1. SEED/CORRESPONDÊNCIAS

4.1.1.1. SEED: entrega de objetos, sem e com Comprovante de Entrega e Título de Crédito para Aceite, na localidade de postagem e respectiva área metropolitana;

4.1.1.1.1. Os objetos sem o Comprovante de Entrega para a entrega em âmbito local, poderão ser postados com a utilização dos serviços adicionais de Registro, AR, MP e Valor Declarado.

4.1.1.2. CORRESPONDÊNCIAS: entrega de objetos em âmbito nacional.

4.1.1.2.1. Quando da utilização dos serviços adicionais, deverão ser acrescidos aos preços estabelecidos para os objetos mencionados nos subitens 4.1.1.1.1. e 4.1.1.2.; as respectivas tarifas, constantes das Tarifa Postal Interna na data da postagem.

4.1.2. ENCOMENDAS:

4.1.2.1. encomendas SEDEX e EMS: valores previstos na tarifa SEDEX e SEDEX Internacional - EMS;

4.1.2.2. Os preços relativos aos serviços adicionais de Coleta Domiciliária, Aviso de Recebimento (AR) e Mão Própria, são os definidos na Tarifa SEDEX - Remuneração pelo Serviço e Postal Internacional;

4.1.3. PRODUTOS: preços indicados na tarifa de Produtos da **ECT**, vigentes na data da aquisição;

4.2. Os preços de serviços e produtos tratados por este Contrato serão reajustados nas mesmas datas e segundo os mesmos índices de atualização das respectivas tarifas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

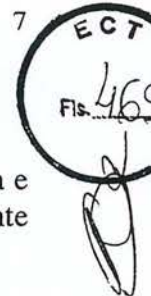
5.1. A **ECT** apresentará à **CONTRATANTE**, para efeito de pagamento, as faturas mensais, correspondentes aos serviços prestados, levantadas com base nos documentos de postagem e venda de produtos, cujo vencimento será o dia [DIA*] ([DIA* POR EXTENSO]) do mês subsequente à prestação do serviço;



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS



5.2. A Cota Mínima Mensal de Faturamento será de R\$ 232,50 (duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) conforme estabelecido nas tarifas de serviço da ECT, vigente nesta data;

5.2.2. O valor da Cota Mínima de Faturamento será atualizado na mesma data e no mesmo percentual que for aplicado à Tarifa da Carta Comercial Simples, 1º. Porte, observada a Legislação vigente;

5.2.1. Na hipótese de o valor correspondente aos serviços prestados ser inferior à cota mínima, a fatura mensal incluirá, além desse valor, um complemento para que o montante a ser pago atinja a importância citada;

5.3. Qualquer reclamação sobre erros de faturamento deverá ser apresentada pela **CONTRATANTE**, por escrito, e receberá o seguinte tratamento:

5.3.1. reclamação apresentada sem o pagamento, será admitida somente antes da data do vencimento:

- a) se for procedente, a **ECT** emitirá nova fatura com o valor correto;
- b) se for improcedente, a **CONTRATANTE** pagará a fatura, mais os acréscimos legais se for o caso.

5.3.2. reclamação apresentada com a fatura paga, se for procedente será efetuada a devida compensação na fatura seguinte, em valores atualizados.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por períodos iguais e sucessivos de 01 (um) ano, caso não haja manifestação formal em contrário por uma das partes até 30 (trinta) dias antes do término.

da vigência do período, com prova de recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INADIMPLEMENTO

7.1. O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.1.1. A não regularização poderá ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções, bem como, no caso de atraso de pagamento de faturas, a suspensão da prestação do serviço pela ECT até a sua normalização;

Múltiplo - Órgão Público - mulop

Mulop7

DIRETORIA REGIONAL
GERENCIA COMERCIAL/DE VENDAS ... endereço
Telefone: ... - Fax: ... - e-mail::

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

8
- CT
Fls. 476
[Handwritten signature]

(*)Observação: Faturamento Centralizado na AC vencimento dia 18
Faturamento Regional vencimento dia 14

7.2. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pró-rata tempore" do IGP-M (FGV), ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, acrescido de juros de 0,0333% ao dia sobre o valor atualizado, e demais cominações legais, independentemente de notificação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

8.1.1. por interesse de qualquer uma das partes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30(trinta) dias, com prova de recebimento;

8.1.2. por inadimplemento, conforme consta na Cláusula Sétima;

8.1.3. na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;

8.2. Fica assegurado à ECT o direito de recebimento do valor correspondente aos serviços prestados à CONTRATANTE até a data da rescisão, de acordo com as condições de pagamento estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ [VALOR DO RECIBO] ([VALOR RECIBO POR EXTENSO]).

9.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa:

Projeto/Atividade:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0783
3515 - 4
Doc:

Múltiplo - Órgão Público - mulop

Mulop8

DIRETORIA REGIONAL
GERENCIA COMERCIAL/DE VENDAS ... endereço
Telefone: ... - Fax: ... - e-mail:

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS



N.º do Empenho: [Nº. DO EMPENHO] Data: [DATA POR EMPENHO]

Valor: [VALOR DO EMPENHO] ([VALOR DO EMPENHO POR EXTENSO])

9.3. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando a **CONTRATANTE** obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA APROVAÇÃO E DISPENSA DE LICITAÇÃO

10.1. O presente Contrato terá validade depois de aprovado pelos órgãos competentes da **CONTRATANTE** e da **ECT**;

10.2. A realização de licitação e a prestação de garantia foram dispensadas com base no Artigo 24, Inciso VIII, da Lei 8.666/93, reeditada em 06 de julho de 1994.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à **CONTRATANTE** providenciar, por sua conta, a publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A **ECT** não se responsabiliza:

12.1.1. por valor incluído em objeto de correspondência sem declaração de valor;

12.1.2. pela demora na execução de qualquer serviço, resultante de omissão ou erro por parte do remetente;

12.1.3. por prejuízos indiretos e benefícios não realizados;

12.1.4. por objeto confiscado ou destruído por autoridade competente.

12.2. A responsabilidade da **ECT** cessa:

12.2.1. quando o objeto tiver sido entregue no endereço do destinatário ou restituído ao remetente;

12.2.2. terminado o prazo de 03 (três) meses, para a reclamação, a contar da data prevista para entrega;

Múltiplo – Órgão Público - mulop

Mulop9

DIRETORIA REGIONAL
GERENCIA COMERCIAL/DE VENDAS ... endereço
Telefone: ... - Fax: ... - e-mail:

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS



12.2.3. em caso fortuito ou de força maior.

12.3. aos objetos de correspondência simples, postados com Comprovante de Entrega, não se conferem as características de registrados, inclusive para efeito de indenização;

12.4. em caso de extravio de correspondências registradas, a responsabilidade da ECT está limitada aos preços postais mais o valor da indenização, fixado na Tarifa Postal Interna.

12.5. Em caso de extravio de encomendas, a responsabilidade da ECT está limitada:

12.5.1. no caso de Encomenda SEDEX:

12.5.1.1. aos preços postais mais o fator seguro, equivalente a 500 (quinhentas) vezes o 1º porte de Carta Comercial, para SEDEX sem declaração de valor;

12.5.1.2. aos preços postais mais o valor declarado, se houve a declaração de valor.

12.5.2. no caso de Encomenda SEDEX Internacional - EMS:

12.5.2.1. à importância integral do Valor Declarado ou fração desta importância, equivalente aos danos causados, no caso de espoliação e avaria parcial, em US\$ (Dólar Americano), convertida em moeda nacional, na data da autorização do seu pagamento;

12.5.2.2. aos preços postais mais o fator seguro (automático), indicado na tarifa EMS, para encomendas sem valor declarado, vigente na data de autorização do pagamento;

12.6. Não devem ser incluídos nos objetos postados materiais relacionados no Artigo 13 da Lei N.º 6.538, de 22/06/1978 e na Lista de Objetos Proibidos da UPU, disponível para consulta na ECT;

12.7. A ECT se reserva o direito de proceder, eventualmente, à abertura dos objetos, para fins de verificação e controle de seu conteúdo, na presença de representante legal da CONTRATANTE ou do destinatário;

12.8. A CONTRATANTE é a única responsável pelos CARTÕES DE AUTORIZAÇÃO DE POSTAGEM, respondendo pelos danos causados por sua utilização indevida;

12.9. A CONTRATANTE responderá pelo cumprimento das exigências relativas à documentação fiscal, na forma da legislação vigente, bem como por todo e qualquer tributo que possa ou venha a ser exigido, decorrente do conteúdo dos objetos postados;

12.10. Este contrato poderá ser revisto total ou parcialmente, a qualquer época, mediante prévio entendimento entre as partes.

Múltiplo – Órgão Público - mulop

DIRETORIA REGIONAL
GERENCIA COMERCIAL/DE VENDAS ... endereço
Telefone: ... - Fax: ... - e-mail:

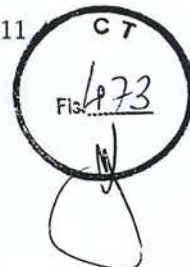
RQS nº 03/2005 - CN -
Muloplo
CPMI - CORREIOS
0785
Fls. Nº
3515-4
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

11

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da cidade de [CAPITAL]/[UF], com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em [VIA] (VIA POR EXTENSO)) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

[CIDADE]/[UF], de [Mês DO CTR] de [ANO DO CTR].

PELA CONTRATANTE:

[NOME CLI1]
[CARGO CLI1]

[NOME CLI2]
[CARGO CLI2]

PELA ECT:

[NOME DO DR]
DIRETOR REGIONAL

[NOME DO GECOM]
GERENTE COMERCIAL

**TESTEMUNHAS:**

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



Senhor Procurador,

Acusando o recebimento do Ofício nº 59/2000/PR/GO, tenho a honra de prestar a V. Exa. as seguintes informações pertinentes ao assunto levantado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios, Telégrafos e Similares do Estado de Goiás e Tocantins – SINTECT:

1) a ECT tomou conhecimento, na época, do teor de matéria publicada no jornal "ECETISTA NA LUTA", nº 65, de agosto/1999, editado pelo SINTECT;

2) nessa matéria, o Sindicato denunciava chefias superiores do Centro de Operações Integradas de Goiânia (COI/GYN) pela suposta ocultação de grande quantidade de correspondências, já com atraso no tratamento operacional e no encaminhamento para os destinatários, em depósito localizado nas dependências do próprio COI/GYN;

3) segundo o Sindicato, essa ocultação de correspondências se destinava a ludibriar o trabalho de uma equipe de inspeção operacional que estaria chegando a Goiânia, proveniente de Brasília;

4) as apurações levadas a efeito não lograram caracterizar a materialidade desse fato, pela insuficiência de provas concretas;

5) a Presidência da ECT, todavia, orientou a Inspetoria Geral dos Correios para intensificar os trabalhos de inspeção e de fiscalização sobre as atividades da Diretoria Regional de Goiás e Tocantins, aumentando a frequência e a abrangência das visitas, preferencialmente com caráter inopinado, visando acompanhar o desenvolvimento operacional e os atos administrativos dos gestores daquela regional;

A Sua Excelência o Senhor

FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA

Procurador da República

Procuradoria da República no Estado de Goiás

Av. Universitária, 644 – S. Universitário

Caixa Postal 941

74605-010 Goiânia – GO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0787
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

475
2

6) as ações desencadeadas pela Inspeção Geral dos Correios, ao longo do segundo semestre de 1999, ensejaram o surgimento de indícios preocupantes e de denúncias informais sobre possíveis desmandos administrativos, financeiros e operacionais dos principais gestores da regional;

7) em consequência desse quadro conjuntural, a Diretoria da ECT, reunida na 4ª Sessão Ordinária deste exercício, realizada em 26 de janeiro de 2000, resolveu designar Comissão de Sindicância (Portaria/PR-009/2000) para apurar todos os fatos que foram levantados pela Inspeção, com prazo de conclusão dos trabalhos até 15 de março de 2000;

8) nessa mesma Sessão Ordinária, a Diretoria da ECT também resolveu afastar do exercício das suas respectivas funções, até a conclusão dos trabalhos de sindicância, os seguintes gestores da Diretoria Regional de Goiás e Tocantins: NILO CÂNDIDO RAMOS, da função de confiança de Diretor Regional; MÁRCIO ALVES RABELO, da função de confiança de Coordenador Regional de Suporte; e IRANDI LISBOA DE MORAES, da função de confiança de Coordenador Regional de Negócios;

9) os novos gestores, designados em caráter temporário, foram escolhidos entre profissionais da ECT lotados em outras instâncias administrativas, visando assegurar não só a normalidade dos serviços prestados à população mas também garantir um ambiente de isenção e tranquilidade durante os trabalhos da sindicância;

10) a sindicância será ampla e abrangente, ouvindo todos os segmentos interessados ou que possam apresentar subsídios para o esclarecimento completos dos fatos, inclusive os dirigentes sindicais.

Ressalto, por oportuno, que V.Exa. será prontamente informado dos resultados da sindicância, em todos os seus detalhes, bem como da adoção das providências administrativas decorrentes.

Respeitosamente,



EGYDIO BIANCHI

Presidente

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0788

[3515 - 4

Doc:

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/FO 17.418

OAB/GO 11.217



**ILMO. SR. DIRETOR REGIONAL DA ECT
GOIÁS/TOCANTINS – JOSÉ APARECIDO DE
SOUZA.**

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro, casado, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 90, Qd. F-44, Setor Sul, portador da CI nº 170116, 2ª via, SSP/GO, CPF nº 461.445.877-72; **MÁRCIO ALVES RABELO**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 1.126, nº 243, Setor Marista, portador da CI nº 4319977, SSP/GO, CPF nº 256.577.396-04; e **IRANDI LISBÔA DE MORAES**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua T-36, nº 609, apto. 100, Setor Bueno, nesta Capital, portador da CI nº 644122, 2ª via, SSP/GO, por seus procuradores judiciais legalmente constituídos, mandato junto, vêm, com o devido respeito e acatamento, à digna presença de V. Sa., com fundamento no art. 5º, incs. XXXIII, XXXIV, letra “b”, LIV e LV da Constituição Federal, e art. 2º, caput, e parágrafo único, incs. I, IV, VI, VIII e X, e tendo em vista, ainda, o disposto no art. 9º, inc. II, todos da Lei nº 9.784/99, **EXPOR** e **REQUERER** o que se segue.

1. no dia 15/02/00, ontem, os advogados dos **REQUERENTES** que este subscrevem, foram recebidos, no gabinete de V. Sa, pelos senhores “**VALTER**” e “**MIRANDA**”, segundo as inscrições dos crachás que portavam, que foram apresentados, por esse ilustre Diretor Regional, como Presidente e Membro, respectivamente, da Comissão de Sindicância instaurada e em funcionamento na sede dessa diretoria regional da ECT;

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

POS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0789
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Recebido pde comissão
16/02/00
PRES. COMISSÃO

ao Pres/Comissão Simuladores
A/C - Valtex Leuter
Solicitação Camerun e Adatar
as finalidades Calvins
13/02/2003

EXTOR - REQUERER - que se veja
I. no dia 10/02/03, extor os seguintes dos REQUERENTES que
este subscritores foram rejeitados, no gabinete de V. 24 por
sempre "WALTER" e "MIRANDA", segundo as inscrições dos
cartões que possuem, que foram apresentados, por esse último
Distrito Regional, como Presidente e Membro, respectivamente, do
Comitê de Sindicatos Instituído e em funcionamento no
Distrito Regional de SCT;
No dia 09/02/03, extor os seguintes dos REQUERENTES que
este subscritores foram rejeitados, no gabinete de V. 24 por
sempre "WALTER" e "MIRANDA", segundo as inscrições dos
cartões que possuem, que foram apresentados, por esse último
Distrito Regional, como Presidente e Membro, respectivamente, do
Comitê de Sindicatos Instituído e em funcionamento no
Distrito Regional de SCT;



2. no momento em que os patronos dos REQUERENTES, no uso das prerrogativas profissionais que lhe são constitucional e legalmente asseguradas e com base nos direitos de seus clientes que possuem a mesma sustentação jurídica, solicitaram aos mencionados integrantes do referida Comissão de Sindicância o fornecimento de cópia do ato constitutivo do procedimento, bem como das demais peças que o integravam, até aquele momento, foi lhes respondido pelo Sr. Walter, que se identificou como "Auditor" e "Presidente" da Comissão de Sindicância, que nada havia para ser entregue, uma vez que se tratava de procedimento interno da ECT, de rotina, e que no devido momento os "interessados" seriam informados a apresentar defesa ou exercitarem, de outra forma, esse direito "de acordo com a lei 9.784";

3. alegaram, ainda, os integrantes da referida Comissão que estavam "trabalhando", que havia uma pessoa "que iria prestar esclarecimento ou depoimento" à Comissão, e que não poderiam fornecer as cópias mencionadas nem que os advogados formulassem, de próprio punho, naquele instante, o requerimento exigido para a entrega, tão somente, do ato constitutivo do procedimento;

4. a maneira ríspida, autoritária, com que os citados empregados dos Correios receberam os representantes dos REQUERENTES, de pé, no Gabinete de V. Sa., afirmando que não poderiam recebê-los na sala destinada à Comissão em vista dos "esclarecimentos" que seriam prestados, naquele momento, por um "colega" que estava "colaborando" com a Comissão, dificultando aos mesmos e aos seus patrocinados o exercício de direitos constitucionais e legais, certamente não atende aos objetivos maiores de direito e justiça que determinaram a instauração do procedimento sindicante, constituindo, isso sim, cerceamento de defesa, excesso de poder e arbitrariedade;

5. Os REQUERENTES registram esses fatos na intenção de resguardar o seus direitos quanto ao andamento das "apurações" desenvolvidas pelos citados integrantes da Comissão, esclarecendo que no caso de novas arbitrariedades representarão à Diretoria Central dos Correios bem como ao Ministério Público, recorrendo, se necessário, à prestação jurisdicional para

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

2

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0790

Fls. Nº -

CONFERE COM O ORIGINAL

Doc:

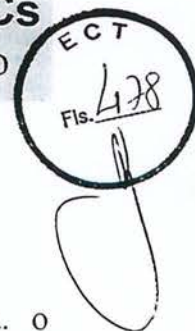
Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/GO 17.418

OAB/GO 11.217



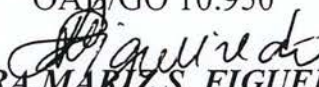
assegurar os direitos de ampla defesa e do contraditório no referido procedimento, ao qual são interessados, já que, ao que tudo indica, apura fatos ocorridos durante a gestão dos mesmos.

Isto posto, REQUEREM a V. Sa. o encaminhamento do presente petitório à digna Comissão Sindicante, a fim de que lhes seja fornecido, por intermédio de seus patronos, identificados nas Procurações em anexo - **cuja juntada ao processo da sindicância fica desde já requerido** - e com escritório profissional no rodapé deste, onde receberão as comunicações de estilo, cópia do ato constitutivo da mencionada Comissão, bem como de todos os demais documentos que constarem do referido processo, inclusive denúncia, se houver, pertinente a atos e/ou negócios praticados na gestão dos requerentes, caso exista, bem como de cópias de todos os "**esclarecimentos**" que estão sendo prestados por empregados do Correio ou não, à referida Comissão.

Registram, ainda, com fundamento nos dispositivos legais citados, que nenhuma providência destinada à apuração de fatos reputados irregulares, que digam respeito aos **REQUERENTES**, direta ou indiretamente, poderá ser concretizada, em procedimento formal SINDICANTE ou INVESTIGATÓRIO sem prévia comunicação aos referidos patronos, sob pena de irremissível condenação do procedimento à ilegalidade, pelos motivos já expostos.

Goiânia, 16 de fevereiro de 2000.


NELSON FIGUEIREDO
OAB/GO 10.950


PAMÔRA MARIZ S. FIGUEIREDO
OAB/GO 18.237



Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 3
214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020
E-mail: nelfig@internacional.com.br



PROCURAÇÃO

ANEXO

OUTORGANTE (S):

MÁRCIO ALVES RABELO, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta capital à Rua 1.126, n.º 243, Setor Marista, portador da C.I. n.º 4319977 SSP/GO, CPF n.º 256.577.396-04.

OUTORGADO (S):

DR. NELSON FIGUEIREDO, brasileiro, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 10.950; DR.ª LILIANE S. C. FIGUEIREDO, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 11.217; DR.ª AMPARO MARIZ S. DE FIGUEIREDO COUTO, brasileira, advogada, regularmente inscrita na OAB/GO sob o n.º 17.418; DR.ª PAMÔRA MARIZ S. DE FIGUEIREDO, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 18.237, todos com escritório profissional situado à Rua 10, n.º 93, 2º andar, Salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Goiânia-GO, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537/214-2260.

OBJETO:

Nomeia (m) e Constitui (em) o (s) Outorgado (s) bastante procurador (es), com poderes de cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", conforme exegese dos arts. 38 do Código de Processo Civil, art. 5º e seus parágrafos da Lei n.º 8.906, de 04.04.94, podendo, inclusive, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromissos, enfim, realizar e praticar os atos necessários para o bom, fiel e cabal desempenho deste mandato, especialmente para adotar as providências administrativas cabíveis em defesa dos interesses do Outorgante, em sindicância instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Goiânia - GO, 10 de fevereiro de 2000.

MÁRCIO ALVES RABELO

CPF n.º 256.577.396-04

RQS nº 03/2000
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0792
Doc: 3515-4

Rua 10, n.º 93, 2º andar, salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Fone/fax: (062) 214-1
2246/214-2537, Goiânia - GO, CEP 74120-020
E-mail: nelfig@internetal.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL

Certifico por ser verdade os fatos que a
fotocópia contém e como documento
apresentado (Decreto/Lei nº 2.148)
Escriturante Autorizado
14 FEV. 2000
1º Tab. João Teixeira Alvares
Tabelião
Goiânia - GO Damaris A. C. Teixeira
Tabelião

NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo Liliane Figueiredo Amparo Figueiredo Pamôra Figueiredo
OAB/GO 10.950 OAB/GO 11.217 OAB/GO 17.418 OAB/GO 18.237

PROCURAÇÃO

ANEXO

OUTORGANTE (S):

IRANDI LISBOA DE MORAES, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta capital à Rua T-36, n.º 609, apt.º 100, Setor Bueno, portador da C.I. n.º 644122 2ª via SSP/GO.

OUTORGADO (S):

DR. NELSON FIGUEIREDO, brasileiro, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 10.950; DR.ª LILIANE S. C. FIGUEIREDO, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 11.217; DR.ª AMPARO MARIZ S. DE FIGUEIREDO COUTO, brasileira, advogada, regularmente inscrita na OAB/GO sob o n.º 17.418; DR.ª PAMÔRA MARIZ S. DE FIGUEIREDO, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 18.237, todos com escritório profissional situado à Rua 10, n.º 93, 2º andar, Salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Goiânia-GO, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537/214-2260.

OBJETO:

Nomeia (m) e Constitui (em) o (s) Outorgado (s) bastante procurador (es), com poderes de cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", conforme exegese dos arts. 38 do Código de Processo Civil, art. 5º e seus parágrafos da Lei n.º 8.906, de 04.04.94, podendo, inclusive, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromissos, enfim, realizar e praticar os atos necessários para o bom, fiel e cabal desempenho deste mandato, especialmente para adotar as providências administrativas cabíveis em defesa dos interesses do Outorgante, em sindicância instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Goiânia - GO, 10 de fevereiro de 2000.

IRANDI LISBOA DE MORAES

CI n.º 644122 2ª via SSP/GO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0793

Rua 10, n.º 93, 2º andar, salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537, Goiânia - GO, CEP 74120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

Certifico que os devidos efeitos que a
fotocópia confere com o documento
apresentado (Decreto/Lei nº 2.148)

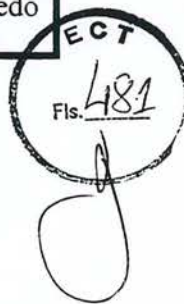
Escrevente Autorizado

CONFERE 14 FEV. 2000 ORIGINAL

1º Tab. João Teixeira Alvares
Tabelião
Damaris A. C. Teixeira
Tabelião
Goiânia - GO

PROCURAÇÃO

ANEXO



OUTORGANTE (S):

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta capital à Rua 90, Qd. F-44, Lt. 44, Setor Sul, portador da C.I. n.º 170116 2ª via SSP/GO, CPF n.º 461.445.877-72.

OUTORGADO (S):

DR. NELSON FIGUEIREDO, brasileiro, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 10.950; DRª LILIANE S. C. FIGUEIREDO, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 11.217; DRª AMPARO MARIZ S. DE FIGUEIREDO COUTO, brasileira, advogada, regularmente inscrita na OAB/GO sob o n.º 17.418; DRª PAMÔRA MARIZ S. DE FIGUEIREDO, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 18.237, todos com escritório profissional situado à Rua 10, n.º 93, 2º andar, Salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Goiânia-GO, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537/214-2260.

OBJETO:

Nomeia (m) e Constitui (em) o (s) Outorgado (s) bastante procurador (es), com poderes de cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", conforme exegese dos arts. 38 do Código de Processo Civil, art. 5º e seus parágrafos da Lei n.º 8.906, de 04.04.94, podendo, inclusive, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromissos, enfim, realizar e praticar os atos necessários para o bom, fiel e cabal desempenho deste mandato, especialmente para adotar as providências administrativas cabíveis em defesa dos interesses do Outorgante, em sindicância instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Goiânia - GO, 10 de fevereiro de 2000.

NILO CÂNDIDO RAMOS

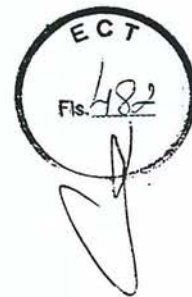
CPF n.º 461.445.877-72

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0794
Fls Nº
Doc 355-4

Rua 10, n.º 93, 2º andar, salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537, Goiânia - GO, CEP 74120-020.
E-mail: nelfig@internacional.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL


Certifico que os dados eletrônicos aqui
fotocopiados conferem com o documento
apresentado (Decreto/Lei nº 2.148)
Escritório Autorizado
14 FEV. 2000
1º Tab. J. M. Teixeira Alvarães
Goiânia - GO Damaris A. C. Teixeira
Tabelião



DEVOLUÇÃO DE AR P/DR/MT em 17/02/00

Departamento de Inspeção Geral
Edifício Sede Ccet. 9º Andar MHA Sul

CÓPIA

4


AUDITOR/DAVID - Pres. Comissão

EM BRANCO

MAI 8102304-4

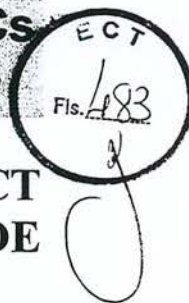


DIRETORIA REGIONAL DE INSPETÇÃO
GERÊNCIA DE INSPETÇÃO
Av Dom Orlando Chaves, 1245 - H. Cristo Rei
CEP 78115-970 - Várzea Grande - MT
Fone: (065) 688 - 1106 / 1107 / 1108

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº **0795**
331744
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



**ILMO. SR. DIRETOR REGIONAL DA ECT
GOIÁS/TOCANTINS – JOSÉ APARECIDO DE
SOUZA.**

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro, casado, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 90, Qd. F-44, Setor Sul, portador da CI nº 170116, 2ª via, SSP/GO, CPF nº 461.445.877-72; **MÁRCIO ALVES RABELO**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 1.126, nº 243, Setor Marista, portador da CI nº 4319977, SSP/GO, CPF nº 256.577.396-04; e **IRANDI LISBÔA DE MORAES**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua T-36, nº 609, apto. 100, Setor Bueno, nesta Capital, portador da CI nº 644122, 2ª via, SSP/GO, por seus procuradores judiciais legalmente constituídos, mandato junto, vêm, com o devido respeito e acatamento, à digna presença de V. Sa., com fundamento no art. 5º, incs. XXXIII, XXXIV, letra “b”, LIV e LV da Constituição Federal, e art. 2º, caput, e parágrafo único, incs. I, IV, VI, VIII e X, e tendo em vista, ainda, o disposto no art. 9º, inc. II, todos da Lei nº 9.784/99, **reiterar** os termos do requerimento em anexo, protocolizado em 16/02/2000, **REQUERENDO**, mais uma vez, a entrega dos documentos solicitados, alertando novamente à Comissão de Sindicância que está em plena atividades nessa Regional que a negativa ou retardamento na disponibilização das informações pleiteadas, em flagrante e atentatório cerceamento do direito ao contraditório e ampla defesa dos **REQUERENTES**, implicará na nulidade do procedimento.

Goiânia, 21 de fevereiro de 2000.

NESTES TERMOS, PEDE E ESPERA
DEFERIMENTO.


NELSON FIGUEIREDO

OAB/GO 10.950


PAMÔRA MARIZ S. FIGUEIREDO


OAB/GO 18.237

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls Nº- 0796
Doc: 3515-4

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 1
214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL


Recebido pda comissão em
21/02/00
— PRES COMISSÃO

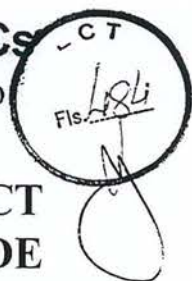
Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/FO 17.418

OAB/GO 11.217



ILMO. SR. DIRETOR REGIONAL DA ECT
GOIÁS/TOCANTINS – JOSÉ APARECIDO DE
SOUZA.

CÓPIA

CÓPIA

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro, casado, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 90, Qd. F-44, Setor Sul, portador da CI nº 170116, 2ª via, SSP/GO, CPF nº 461.445.877-72; **MÁRCIO ALVES RABELO**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 1.126, nº 243, Setor Marista, portador da CI nº 4319977, SSP/GO, CPF nº 256.577.396-04; e **IRANDI LISBÔA DE MORAES**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua T-36, nº 609, apto. 100, Setor Bueno, nesta Capital, portador da CI nº 644122, 2ª via, SSP/GO, por seus procuradores judiciais legalmente constituídos. mandato junto, vêm, com o devido respeito e acatamento, à digna presença de V. Sa., com fundamento no art. 5º, incs. XXXIII, XXXIV, letra "b", LIV e LV da Constituição Federal, e art. 2º, caput, e parágrafo único, incs. I, IV, VI, VIII e X, e tendo em vista, ainda, o disposto no art. 9º, inc. II, todos da Lei nº 9.784/99, **EXPOR** e **REQUERER** o que se segue.

1. no dia 15/02/00, ontem, os advogados dos **REQUERENTES** que este subscrevem, foram recebidos, no gabinete de V. Sa, pelos senhores "VALTER" e "MIRANDA", segundo as inscrições dos crachás que portavam, que foram apresentados, por esse ilustre Diretor Regional, como Presidente e Membro, respectivamente, da Comissão de Sindicância instaurada e em funcionamento na sede dessa diretoria regional da ECT;

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
Telefax: (062)
CPMI - CORREIOS
0797
Fls Nº -
3515-1
CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/FO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217



2. no momento em que os patronos dos REQUERENTES, no uso das prerrogativas profissionais que lhe são constitucional e legalmente asseguradas e com base nos direitos de seus clientes que possuem a mesma sustentação jurídica, solicitaram aos mencionados integrantes do referida Comissão de Sindicância o fornecimento de cópia do ato constitutivo do procedimento, bem como das demais peças que o integravam, até aquele momento, foi lhes respondido pelo Sr. Walter, que se identificou como "Auditor" e "Presidente" da Comissão de Sindicância, que nada havia para ser entregue, uma vez que se tratava de procedimento interno da ECT, de rotina, e que no devido momento os "interessados" seriam informados a apresentar defesa ou exercitarem, de outra forma, esse direito "de acordo com a lei 9.784";

3. alegaram, ainda, os integrantes da referida Comissão que estavam "trabalhando", que havia uma pessoa "que iria prestar esclarecimento ou depoimento" à Comissão, e que não poderiam fornecer as cópias mencionadas nem que os advogados formulassem, de próprio punho, naquele instante, o requerimento exigido para a entrega, tão somente, do ato constitutivo do procedimento;

4. a maneira ríspida, autoritária, com que os citados empregados dos Correios receberam os representantes dos REQUERENTES, de pé, no Gabinete de V. Sa., afirmando que não poderiam recebê-los na sala destinada à Comissão em vista dos "esclarecimentos" que seriam prestados, naquele momento, por um "colega" que estava "colaborando" com a Comissão, dificultando aos mesmos e aos seus patrocinados o exercício de direitos constitucionais e legais, certamente não atende aos objetivos maiores de direito e justiça que determinaram a instauração do procedimento sindicante, constituindo, isso sim, cerceamento de defesa, excesso de poder e arbitrariedade;

5. Os REQUERENTES registram esses fatos na intenção de resguardar o seus direitos quanto ao andamento das "apurações" desenvolvidas pelos citados integrantes da Comissão, esclarecendo que no caso de novas arbitrariedades representarão à Diretoria Central dos Correios bem como ao Ministério Público, recorrendo, se necessário, à prestação jurisdicional para

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062)

214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br



CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/FO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217


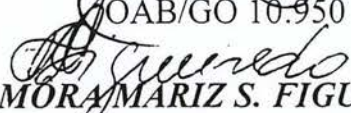


assegurar os direitos de ampla defesa e do contraditório no referido procedimento, ao qual são interessados, já que, ao que tudo indica, apura fatos ocorridos durante a gestão dos mesmos.

Isto posto, REQUEREM a V. Sa. o encaminhamento do presente petitório à digna Comissão Sindicante, a fim de que lhes seja fornecido, por intermédio de seus patronos, identificados nas Procurações em anexo - cuja juntada ao processo da sindicância fica desde já requerido - e com escritório profissional no rodapé deste, onde receberão as comunicações de estilo, cópia do ato constitutivo da mencionada Comissão, bem como de todos os demais documentos que constarem do referido processo, inclusive denúncia, se houver, pertinente a atos e/ou negócios praticados na gestão dos requerentes, caso exista, bem como de cópias de todos os "esclarecimentos" que estão sendo prestados por empregados do Correio ou não, à referida Comissão.

Registram, ainda, com fundamento nos dispositivos legais citados, que nenhuma providência destinada à apuração de fatos reputados irregulares, que digam respeito aos **REQUERENTES**, direta ou indiretamente, poderá ser concretizada, em procedimento formal SINDICANTE ou INVESTIGATÓRIO sem prévia comunicação aos referidos patronos, sob pena de irremissível condenação do procedimento à ilegalidade, pelos motivos já expostos.

Goiânia, 16 de fevereiro de 2000.


NELSON FIGUEIREDO
OAB/GO 10.950

PAMORA MARIZ S. FIGUEIREDO
OAB/GO 18.237

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0709
16/02/2000
- as 9:28 h
Liliane Figueiredo

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 3
214-2246/214-2537 - Goiânia -GO- CEP. 74.120-020
E-mail: nelfig@internacional.com.br

2262002(3)

CONFERE COM O ORIGINAL

**DE: DIRETOR REGIONAL – DR/GT****AO: DIRETOR REGIONAL – DR/SPM****CI/GEVEN/GT- 0246/2000****REF.: A) CI/GECOM/SPM-0090/2000****B) CI/SPOO/SOTEL/GEOPE/SPM – 2.0031/2000****Assunto: Contrato ECT x TECPRINT**

Goiânia, 23 de fevereiro de 2000

Em atenção a CI referenciada "A", esclarecemos que as informações solicitadas na referência "B" foram prestadas através da CI/GEVEN/DR/GT – 0120/2000, cujo teor transcrevemos abaixo.

CÓPIA

“Considerando o teor da CI referenciada, que trata das postagens nessa Regional dos objetos pertencentes ao Contrato 0054/99, celebrado entre a ECT (DR/GT) x TECPRINT, cumpre-nos esclarecer que este está sendo alvo de apuração específica por parte de Comissão de Sindicância designada pelo Sr. Presidente para essa finalidade.

Contudo, observados os questionamentos elencados por essa Regional, ressaltamos que, inicialmente, o pleito do cliente consistia na vinculação desse Contrato a ACF Alpes de Goiânia e a uma Unidade Operacional localizada na Barra Funda, São Paulo, Unidades mais próximas dos locais onde estão instaladas matriz e sucursal da TECPRINT.

Informações constantes do dossiê constituído sobre o assunto mencionam negociações não formalizadas mantidas com o Sr. Alexandre, que, à época, respondia pela GECOM/DR/SP, para identificação do CO Barra Funda como Unidade de postagem. Contudo, a própria DR/SP teria questionado, a seguir, a impropriedade dessa vinculação, uma vez que o CO Barra Funda opera apenas o tratamento de encomendas Sedex.

Por essa razão, foram mantidos novos contatos, dessa vez com o Sr. Manoel (Sub GEOPE), Sr. Haroldo Alves (CT-01 Centro) e Sr^a. Maria José da SOPE/GEOPE, para oficializar a definição do CT Barra Funda, viabilizando, dessa forma, as postagens de objetos de correspondências e SEED, motivo maior da celebração do Contrato em questão.

003/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0800
3517-2
Doc

CONFERE COM O ORIGINAL

Enfatizamos que a TECPRINT foi notificada acerca da irregularidade da prática de postagens de diversos clientes nesse Contrato e foi-lhe exigida a expedição dos objetos a ela confiados com sua indicação como remetente. Diante da inobservância a essas determinações, tais objetos passaram a só ser aceitos com franqueamento mecânico ou através de selos em algumas ACF's de Goiânia, com acerto quinzenal à vista."

Considerando que o contrato ECT x TECPRINT foi considerado nulo e que uma Comissão designada pelo Sr. Presidente da ECT está apurando todos os detalhes e circunstâncias que envolveram a celebração e operacionalização do contrato, inclusive cópia de todos os expedientes acima citados já foram repassados a ela, sugerimos aguardar a conclusão dos trabalhos da citada Comissão.

Atenciosamente,

JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
DIRETOR REGIONAL

CÓPIA

C/C: DICOM, DEVAT, DEGEO, DINSP, COMISSÃO PRT/PR-009/2000

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0801
3511-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINSCT
489
PROTÓCOLO

DE: APLAQ DR/GT

AO: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

CI/ APLAQ/DR/GT – 0035/2000

Ref.:

Assunto: Ata de Reunião de Coordenação.

Goiânia - GO, 25 de fevereiro de 2000.

Informo não ter localizado, nos arquivos desta Assessoria, ata ou documento pertinente à Reunião de Coordenação realizada em fevereiro de 1999.

Atenciosamente,

**TELMO CASTRILLON DE MACEDO**
Assessor de Planejamento e Qualidade DR/GT

TCM/tcm

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0802

Doc.

CONFERE COM O ORIGINAL

**DO: CHEFE DO DEVAT/DEREV****AO: DIRETOR REGIONAL - DR/ To 805****CONFIDENCIAL****CI/DEVAT/DEREV- 0038/2000-CIRCULAR****REF: CI/DEVAT/DEREV-0023/2000-CIRCULAR de 02/02/2000****ASSUNTO: VINCULAÇÃO DE CONTRATOS EM ACF**

Brasília, 28 de fevereiro de 2000.

Em aditamento ao documento referenciado e visando elucidar dúvidas levantadas por algumas Regionais, estamos ratificando todas as orientações emanadas naquele documento, esclarecendo que nenhum contrato múltiplo, independentemente dos serviços cobertos pelo mesmo, ainda que se refiram a serviços inclusos na parte I da TABELA DE COMISSÃO DE ACF, pode ser vinculado a uma Agência de Correio Franqueada, devendo nesse caso a GECOM/GEVEN elaborar um contrato específico para cada serviço, se o cliente desejar manter o vínculo mencionado.

Outra questão levantada se refere aos contratos SEED, que por constarem na tabela de comissionamento, permanecem autorizados a ser vinculados às ACFs.

Atenciosamente


JOSÉ LUIS BORGES SILVEIRA
Chefe do DEVAT


CLÁUDIO ROBERTO MATHIAS CABRAL
Chefe do DEREV

C/C: DINSP e GFRAN

JLBS/pp/mam



CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: Presidente da Comissão de Sindicância – PRT/PR-009/2000

AO: DIRETOR REGIONAL DE GOIÁS E TOCANTINS

CI/ 046- CS/PRT/PR-009/2000

REF:

AREA RESERVADA AO
PROTOCOLO


Assunto: Requerimento de colaboradores.

Goiânia, 2 de Março de 2000.

Em atenção ao requerimento formulado perante essa Diretoria Regional por Advogados mandatários dos colaboradores NILO CÂNDIDO RAMOS, MÁRCIO ALVES RABELO e IRANDI LISBÔA DE MORAES, estamos encaminhando em anexo um envelope lacrado contendo o despacho de consideração e pronunciamento, além de uma Certidão expedida por esta Comissão de Sindicância, para atender o cabível – por ora – conforme o pedido, no procedimento especial de controle administrativo que presidimos, ainda inconcluso.

Dessa forma, solicitamos as necessárias providências dessa Diretoria Regional para que, mediante entrega especial preferencialmente, seja entregue o objeto postal registrado com AR - em mão própria - a um dos advogados nominados, com escritório na Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, salas 203/204, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP 74120-020, encaminhando-se-nos, após, a comprovação do recebimento.

Atenciosamente,


Václav Lenta Morimatusu
Contador Jr – Mat. 8.102.704-4
Auditor/DAUDI
Presidente

Diaby 16 viã
02/03/2000

c/c: DINSP
DEJUR

JSL/

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTES DOCUMENTOS

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0804
Doc: 0311-4

CONFERE COM O ORIGINAL

DESPACHO

Aos dezesseis dias de fevereiro do ano de dois mil se dirigem os Doutores Advogados Nelson Figueiredo, OAB/GO-10950 e Pamôra Mariz S. Figueiredo, OAB/GO-18237, ao Senhor Diretor Regional da ECT em Goiás e Tocantins por via de petição fundamentada tanto no **art. 5º, incisos XXXIII; XXXIV, alínea "b"; LIV e LV da Magna Legis** quanto nos **artigos 2º caput; parágrafo único (incisos I, IV, VI, VIII, X) e 9º (inciso II) da Lei 9.784/99**, esta que regula o processo administrativo ordinário no âmbito da Administração Pública Federal, e apresentam:

1. as suas impressões e o seu inconformismo com os esclarecimentos e orientações que lhes foram devidamente prestadas, numa entrevista com os responsáveis pelos trabalhos desta Comissão de Sindicância;
2. os seus reclamos em face desta Comissão, contra a qual **"registram"** a sua intenção de eventualmente representar **"à Diretoria Central dos Correios bem como ao Ministério Público, recorrendo se necessário, à prestação jurisdicional para assegurar os direitos de ampla defesa e do contraditório no referido procedimento"**;
3. o seu entendimento de que **"nenhuma providência destinada à apuração de fatos reputados irregulares, que digam respeito aos REQUERENTES, direta ou indiretamente, poderá ser concretizada... sem prévia comunicação aos referidos patronos"**;
4. um REQUERIMENTO pretendendo:
 - a) que venha encaminhado o expediente a esta Comissão;
 - b) que se receba nesta Comissão, admita e junte aos papéis de trabalho **por cópia autenticada no 1º Tabelionato de Goiânia/GO – uma via de cada uma das três procurações outorgadas pelos cidadãos NILO CÂNDIDO RAMOS, CI nº 170116, 2ª via, SSP/GO; MÁRCIO ALVES RABELO, CI nº 4319977, SSP/GO; e IRANDI LISBÔA DE MORAES, CI nº 644122, 2ª via, SSP/GO, todos na qualidade de empregado da ECT conferindo específicos poderes aos causídicos, em face do empregador;**
 - c) que defira esta Comissão e providencie remeter – ao domicílio profissional dos advogados (Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, salas 203/204, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP 74120 020) - a **"cópia do ato constitutivo da mencionada Comissão, bem como de todos os demais documentos que constarem no referido processo, inclusive denúncia, se houver, pertinente a atos e/ou negócios praticados na gestão dos requerentes, caso exista, bem como de cópias de todos os "esclarecimentos" que estão sendo prestados por empregados do Correio ou não, à referida Comissão."** (grifos nossos)

Esse o contexto do ato sob exame, passa-se às considerações e fundamentação incumbidas a este colegiado administrativo e preparador, nos limites da delegação de competência que lhe está conferida.



DESPACHO

- I. No tocante à obtenção das reclamadas cópias das peças integrantes do procedimento administrativo preparatório, afigura-se-nos tão prematura quão descabida a pretensão dos requerentes. Pois, é que a instauração do apuratório de controle foi determinada pela Alta Direção da ECT - na pessoa do seu Presidente - exercendo o legítimo poder-dever incumbido ao Administrador na preservação do interesse público e legitimamente pautado nos princípios legais insculpidos no art. 37 da Magna Carta.

A autoridade administrativa, como se vê, age cautelosa por consideração dos preceitos e garantias legais que resguardam os colaboradores sob o seu comando e, portanto, decide adequado ampliar-se a verificação dos fatos abordados - *ab initio*, em prévia diagnose - num rotineiro processo com objeto de controle patrocinado pelo Departamento de Inspeção Geral no exercício do seu mister;

- II. Os requerentes não logram abordar e/ou convencer - na petição - o motivo pelo qual desejam obter cópia **"de todos os demais documentos que constarem do referido processo"** e **"de todos os "esclarecimentos" que estão sendo prestados"** no procedimento de controle ainda inconcluso, conforme o seu objeto.

Dessa forma, por ora, é de escoreita certeza dizer-se que ainda **não existem outros interessados** na matéria, além da própria Administração - é claro e principalmente - no desempenho da ação legal de controle que se lhe impõem os mais severos princípios administrativos. E admitir-se um raciocínio contrário levaria ao fato de que, nesta fase, todos os colaboradores da ECT na DR/GT estariam em condição de policiar os trabalhos, engessando os atos necessários à esta Comissão, o que decerto é improdutivo no interesse público.

Causa espécie deveras, neste momento da apuração de controle e preparatória - em busca da verdade material - a veemência dos requerentes. Pois, ao que demonstram na expressão da sua própria retórica, também têm o espírito dominado por incertezas, como se verifica por exemplo no que escreveram: **"...denúncia, se houver,..."**, **"...atos e/ou negócios praticados na gestão dos requerentes, caso exista,..."**, **"...esclarecimentos" que estão sendo prestados por empregados do Correio ou não..."** (sic).

- III. De resto, no que respeita à intenção de obter prévia comunicação **"aos referidos patronos"** para acompanhar o levantamento e/ou apuração de dados cognitivos e imprescindíveis ao pleno domínio da matéria pela Autoridade Instauradora, também nos parece agora inoportuno frente à inexistência formal de qualquer imputação em face dos requerentes que, se for o caso, serão chamados no devido tempo a exercer as faculdades legais constitucionalmente garantidas, em Processo Administrativo Disciplinar, segundo as práticas e rotinas permanentes adotadas pela ECT, então conforme a Lei 9784/99.

DELIBERAR.

Isso tudo posto e considerado, passa esta Comissão A

Página 2

RQS nº 06/2005 - CN -
CPMI - CONFERE COM O ORIGINAL
CORREIOS
0806
Fls. Nº
3517-4
Doc:




DESPACHO

Frente aos termos da documentação sob exame e não obstante ali indemonstrada a existência de interesses pessoais dos requerentes - sobrepondo-se àqueles públicos no procedimento de controle em curso - mas, observados os princípios orientadores da política de recursos humanos da ECT e conferindo aos colaboradores requerentes - em razão da função exercida - o *status* que lhes compete, DECIDE esta Comissão de Sindicância, por unanimidade:


- a) JUNTAR a petição dos requerentes e seus anexos, aos papéis de trabalho integrantes do Processo/DINSP-0032/2000;
- b) DEFERIR aos colaboradores o fornecimento de Certidão onde se transcrevam os fundamentos e termos constitutivos desta Comissão de Sindicância, que lhes deverá ser entregue por expediente da Administração Regional em exercício, no prazo legal;
- c) INDEFERIR o fornecimento - por ora - de outros quaisquer documentos pelos motivos elencados na fundamentação deste despacho;
- d) DETERMINAR - considerado o registro desse *animus* pelos requerentes - QUE seja, ato contínuo, remetida uma cópia de todos os atos aqui relativos, ao Gabinete da Presidência da ECT, para conhecimento do fato incidente como Autoridade Instauradora.


Cumpra-se.


Goiânia, 21 de fevereiro 2000


Valtter Lenta Morimatusu
Contador Jr - Mat. 8.102.704-4
Auditor/DAUDI
Presidente


Cristiano Ribeiro de Oliveira
Administrador Postal Pl.
Assessor **GEFRAN**
Vogal


Jorge Silva Lopes
Advogado Jr - 8.306.171-1
Inspetor/DINSP
Vice-Presidente


Francisco Gomes da Silva
Administrador Postal Jr - Mat. 8.576.856-1
Inspetor/DINSP
Vogal


Paulo Henrique Garcia da Silva
Administrador Postal Jr.
Vogal



CERTIDÃO

Em cumprimento ao deliberado no DESPACHO deste colegiado em 21/02/2000 - pelos fundamentos e para os fins ali consignados - **CERTIFICO** que hoje, Quarta-feira, 1 de Março de 2000, revisando os papéis de trabalho que integram o Processo/DINSP-0032/2000, é identificado como **ato constitutivo desta Comissão de Sindicância a Portaria cujo teor se segue transcrito: PRESIDÊNCIA (PRT/PR)-009/2000 – EMI:26.01.2000 – VIG: 08.02.2000. ASSUNTO: Designação de Comissão de Sindicância; DISTRIBUIÇÃO: DIRETORIA, GABPR, DEJUR, DAUDI, DINSP, DAREC e DR/GT; REFERÊNCIA: Mód: 7 – MANCIN; Ata da 4ª Seção Ordinária da Diretoria da ECT/2000; 1. Designo os empregados a seguir relacionados para, sob a presidência do integrante indicado na alínea “a” que, nos seus impedimentos será substituído pelo participante mencionado na alínea “b”, constituírem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados no Processo/DINSP nº 0032/2000. a) **VALTER LENTA MORIMATSU**, Auditor/DAUDI, Matrícula 8.102.704-4; b) **JORGE SILVEIRA LOPES**, Inspetor/DINSP, Matrícula 8.306.171-1; c) **FRANCISCO GOMES DA SILVA**, Inspetor/DINSP, Matrícula 8.576.856-1; **CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA**, Assessor/GEFRAN, Matrícula 8.010.463-0; e) **PAULO HENRIQUE GARCIA DA SILVA**, Administrador Postal Júnior/DEGEO, Matrícula 8.323.225-7. 2. A Comissão ora designada deverá concluir os seus trabalhos até o dia 15 de março de 2000. **EGYDIO BIANCHI**, Presidente. É parte integrante do ato o **RELATÓRIO SINTÉTICO – Contrato DR/GT x TECPRINT – 0054/99. 1-INTRODUÇÃO:** Este Relatório sintetiza os principais aspectos apontados no Relatório de Visitas Técnicas às Diretorias Regionais de Goiás/Tocantins e São Paulo Metropolitana, relativo ao Processo DINSP-0032/2000, que trata de impropriedades envolvendo Agências de Correios Franqueadas, bem como a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda., situadas em Goiás, em função do CONTRATO 0054/99-ECTxTECPRINT – firmado na DR/GT em 26/10/99, entre a Regional e a TECPRINT. - **2-IMPROPRIEDADES:** a) **Evasão de receita por aceitação e tarifação de objetos não cobertos pelo contrato.** O contrato-padrão do tipo múltiplo não prevê a postagem de objetos na categoria impresso. Ocorreram diversas postagens de impressos sob esse contrato; b) **evasão de receita por redução não autorizada de preço.** No contrato 0054/99 a cláusula-padrão de preço foi alterada, reduzindo a tarifa para objetos destinados a outras localidades fora da área metropolitana de postagem, de R\$ 0,46 para R\$ 0,31; c) **evasão de receita por remuneração indevida a Agências de Correios Franqueadas.** A comissão sobre os objetos postados vem sendo paga às ACFs Alpes, T-9 e Independência, apesar de o contrato somente prever postagem na ACF Alpes; d) **evasão de receita por inexistência de controles operacional e financeiro no Centro de Operações Integradas de Goiânia.** A inexistência de controle operacional e financeiro foi constatada em verificação realizada em 15/12/99 pela equipe do DINSP e do DEGEO, quando foi detectada divergência de 30.916 objetos, ou seja, 24% superior ao informado pela TECPRINT nas listas de postagem, bem como pelo extravio de uma lista de postagem de carga postada naquele mesmo dia, visto que no Centro de operações foram coletadas cinco listas de postagem pela equipe de trabalho, uma das quais não foi localizada no órgão de faturamento; e) **formalização do contrato sem a autorização das autoridades****

CERTIDÃO

competentes. O Contrato 0054/99 possui características especiais, quais sejam: expectativa de faturamento anual superior a R\$ 1.000.000,00 e autorização para postagem em mais de uma Diretoria Regional, estando sujeito, obrigatoriamente, à prévia autorização e formalização na Administração Central, conforme norma vigente; f) **desvirtuamento do objeto do contrato.** O contrato 0054/99 estipula em sua cláusula primeira, subitem 2.8.1.1, que a ECT tratará os objetos do contratante. Entretanto, os objetos postados não pertenciam ao contratante (TECPRINT) e sim terceiros; g) **contratos múltiplos não permitem postagem de objetos em ACFs**, em contraponto ao firmado no contrato 0054/99, que atribui a vinculação de postagem à ACF Alpes; h) **vulnerabilização dos controles operacional e financeiro por falta de comunicação a outra Diretoria Regional.** Apesar de vincular o Centro Operacional Barra Funda (São Paulo) ao contrato 0054/99, em nenhum momento houve comunicação prévia à DR/SPM, para avaliação de impacto operacional, de custos e de controle decorrentes da operacionalização do contrato naquela Regional; i) **não-avaliação do contrato pelos órgãos jurídicos da ECT.** Apesar das alterações realizadas no contrato múltiplo padrão, não houve análise e a necessária chancela da nova redação do contrato 0054/99 pelos órgãos jurídicos responsáveis. **3-CONCLUSÃO:** As constatações expostas neste Relatório de Visitas técnicas (Processo DINSP-0032/2000), apontam para uma evidente fragilização das relações comerciais com parceiros e clientes e dos controles da ECT sobre o faturamento da carga postal tratada, evidenciada por: (a) descumprimento deliberado, postergação ou demora no atendimento de orientações emanadas da Administração Central, com reflexos negativos na operacionalização do contrato 0054/99. Esse contrato demonstra-se nocivo aos interesses da ECT, uma vez que permite a evasão de receitas, a remuneração indevida de ACFs e a perda dos controles operacional e financeiro pela ECT; (b) ausência de coordenação das áreas comercial, operacional e financeira da DR/GT, demonstrada pela inexistência de ações comuns que precedessem a assinatura do contrato 0054/99 e que visassem à adequada operacionalização de um contrato a faturar, gerando sérias implicações negativas no controle do recebimento da carga e no seu posterior faturamento. Do mero descumprimento a orientações já sedimentadas que disciplinam as relações comerciais e buscam organizar o controle financeiro, ao conformismo para com as dificuldades existentes para o controle de grandes postagens, a DR/GT, ao tentar disciplinar a relação ECT/TECPRINT mediante o contrato 0054/99 — ao executá-lo — acabou retratando uma disfunção na descentralização administrativa que lhe confere autonomia para a condução dos interesses da ECT naquela jurisdição. **4-RECOMENDAÇÕES:** Diante da gravidade da situação que foi constatada, recomenda-se a adoção das providências propostas no Relatório de Visitas Técnicas (Processo DINSP-0032/2000), quais sejam: 1) Rescisão do contrato 0054/99 — ECTxTECPRINT; 2) adoção de providências, por parte da área comercial, com vistas a atender às necessidades dos clientes captados pela TECPRINT; 3) abertura de sindicância, objetivando: • levantamento dos prejuízos decorrentes da celebração do contrato 0054/99, em função das eventuais diferenças apuradas na postagem, na classificação e na tarifação dos objetos; • apuração de todas as circunstâncias que envolveram a celebração do contrato 0054/99 e identificação de responsabilidades; • esclarecimento das razões da vinculação das ACFs Alpes, Independência e T-9 ao contrato em questão; 4) ativação imediata pela DR/GT, de mecanismos eficazes de controle no COI/GYN e na Seção de Faturamento da Gerência de Controle Financeiro (GECOF/DR/GT) no tocante às expedições e aos contratos oriundos das ACFs. -



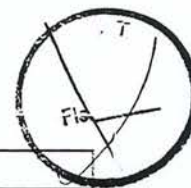
CERTIDÃO

Brasília, 11 de janeiro de 2000 – Equipe Técnica: Fernando Huggler Antunes, Chefe da Divisão de Inspeção – DINSP; Marcos Rogério da Silva Fontoura, Inspetor – DINSP; Francisco Gomes da Silva, Inspetor – DINSP; Régis Luis Boscato, Inspetor – DINSP; Cristiano Ribeiro de Oliveira, Assessor da Gerência de Franchising; Paulo Henrique Garcia da Silva, Administrador Postal – DEGEO. De Acordo: José Carlos Pereira Oviedo, Chefe do Departamento de Inspeção Geral; José Luis Borges Silveira, Departamento de Adm e Vendas no Atacado. Nada mais havendo a constar é lavrada a presente CERTIDÃO, que vai por mim a seguir firmada. Valter Lenta Morimatsu – Auditor lotado no Departamento de Auditoria da ECT – Matrícula 8.102.704-4 – Presidente da Comissão de Sindicância PRT/PR-009/2000.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Valter Lenta Morimatsu', written over a horizontal line.

CÓPIA

RQS nº 03/2005 - C
CPMI - CORREI
0810
Fls Nº
3515 -
Rec



DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM. OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
NELSON FIGUEIREDO			
ENDEREÇO / ADRESSE			
RUA 10 N: 93 ED. JURIS CENTER 2ª ANDAR			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITE	UF	PAIS / PAYS
74.120-020	GOIÂNIA	GO	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION			
CERTIDÃO			
O OBJETO FOI DEVIDAMENTE ENVIADO A ESTE DOCUMENT		CARIMBO UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION	
<input type="checkbox"/> ENTREGUE / REMIS		<input type="checkbox"/> PAGO / PAYÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE			
Liliane S. C. Figueiredo			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR		FABRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
1669770559/60			
VERA DO OUTRO LADO. O ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DESTE AR.			
60 02.03.2000			



75240145-9

FC0463-16

114 x 162mm

RQS nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls Nº	0811
Doc:	5154

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

De: GERENTE DE CONTABILIDADE E CONTROLE FINANCEIRO/DR/GT
Ao: GERENTE DE CONTABILIDADE E CONTROLE FINANCEIRO/DR/SP
CI/SCRE/GECOF/GT- 0294/2000
Ref.: OIT/SP-00242/0007/2000

D 12

Assunto: Contrato 54/99 - Tecprint

Goiânia, 02 de março de 2000

Foram devolvidos a essa GECOF, em 24/01/2000 através da CI/SCRE/GECOF/GT-119/2000-03-02 as notas de coletas SEED a faturar de n°s: 2689819-2694202-2694200-2689883-2694205-2694201-2694185-2901343-2901737-2694367-2911027, referentes ao Contrato 54/99 da Tecprint Impressões Técnicas Ltda, por estarem sem a assinatura do cliente e solicitamos que fosse providenciada suas assinaturas. No entanto, em 24/02/2000 recebemos a OIT referenciada, transferindo o débito de R\$ 72.668,96, relativo as citadas notas ainda sem a assinatura do cliente, e também sem nenhuma justificativa para não terem sido assinadas.

Diante do acima exposto, solicitamos a gentileza de nos informar o motivo das notas não terem sido assinadas, bem como encaminhar as listas contendo a assinatura do cliente e que foram substituídas pelas notas que nos foram enviadas para faturamento, cujas cópias anexamos.

Atenciosamente,

CHARLES MARTINS BORGES
Gerente de Contabilidade e Controle Financeiro

VMS/vms

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0812
Fls Nº
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

De: DIRETOR REGIONAL /DR/GT
Ao: DIRETOR REGIONAL/DR/SPM
CI/SCRE/GECOF/GT- 0340/2000
Ref.: CI/SCRE/GECOF/GT-0294/2000 (02/03/00)

Assunto: Contrato 54/99 - Tecprint

Goiânia, 10 de março de 2000

Face ao tempo decorrido e a gravidade do assunto, reiteramos a solicitação contida na CI em epígrafe, cujo teor transcrevemos:


"Foram devolvidos a essa GECOF, em 24/01/2000 através da CI/SCRE/GECOF/GT-119/2000-03-02 as notas de coletas SEED a faturar de n°s: 2689819-2694202-2694200-2689883-2694205-2694201-2694185-2901343-2901737-2694367-2911027, referentes ao Contrato 54/99 da Tecprint Impressões Técnicas Ltda, por estarem sem a assinatura do cliente e solicitamos que fosse providenciada suas assinaturas. No entanto, em 24/02/2000 recebemos a OIT referenciada, transferindo o débito de R\$ 72.668,96, relativo as citadas notas ainda sem a assinatura do cliente, e também sem nenhuma justificativa para não terem sido assinadas.

Diante do acima exposto, solicitamos a gentileza de nos informar o motivo das notas não terem sido assinadas, bem como encaminhar as listas contendo a assinatura do cliente e que foram substituídas pelas notas que nos foram enviadas para faturamento, cujas cópias anexamos."

Atenciosamente,

JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
Diretor Regional


VMS/vms


Valdemir Mendes da Silva
DIRETOR REGIONAL
GECOF/GT-0340/2000

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0813
Fls Nº
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

ST
Fls. 503



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS

DE: GECOF/DR/GT
AO: CH/ASJUR/DR/GT
CI/SCRE/GECOF/DR/GT-0344/2000
Assunto: Transferência de Faturas

Goiânia - GO, 10 de março de 2000.

Estamos transferindo a essa Assessoria Jurídica as faturas abaixo relacionadas por falta de pagamento, referente aos meses de Dezembro/99 e Janeiro/2000, para cobrança Judicial.

Seguem, anexos, avisos de cobrança referentes às faturas, devolvidos por recusa do cliente. Esclarecemos que a documentação comprobatória da prestação dos serviços está em poder da Comissão de Sindicância para apuração da operacionalização do contrato firmado com o cliente.

NOME DO CLINETE:	Nº FATURA	VENCIMENTO	VALOR
TECPRINT IMPRESSÕES TECNICAS LTDA	0012161938	01/02/2000	592.142,56
TECPRINT IMPRESSÕES TECNICAS LTDA	0001161946	14/02/2000	548.253,15

Atenciosamente,

CHARLES MARTINS BORGES
GECOF/DR/GT

C/COPIA P/SCON

VMS/nla

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0814
Fls. Nº
3515-4

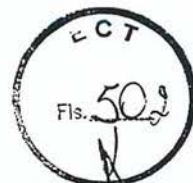
GECOF

- SEM AS DOCUMENTAÇÕES COMPROBATÓRIAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUE SEJAM ANEXAS AS FATURAS NÃO SE COMPROVAM INCLUSIVE A AÇÃO DE COBRANÇA.

- SOLICITO JUNTA-LAS, TAMBÉM DE ACORDO COM AS FATURAS COMPROBATÓRIAS, E REENCAMINHAR A ASSIN COM O VÍDEO. 10.03.2000 (p.e.)

Valdete Mendes da Silva
CH/SCRE/GECOF/DR/GT
Mat. 8.326.098-0

CONFERE COM O ORIGINAL

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**

De: CH/SCRE/GECOF/DR/GT
Ao: CH/SCON/GECOF/GT
CI/SCRE/GECOF-0347/2000
Ref.: OIT -00242/0007 - 17/02/00

Assunto: Contrato nº 5499 - Tecprint

Goiânia-Go, 10 de março de 2000

Tendo em vista as divergências de valores tarifados pela DR/SP quando do recebimento das postagens dos objetos de correspondência do contrato 5499 da TECPRINT, e não justificando devolvê-las para refazer a OIT, pois são do mês de novembro e início de dezembro, e somente deram entrada nesta Gerencia em fevereiro, após devolução àquela Regional para colher assinatura do cliente, (ainda voltaram sem assinatura, porém foram faturadas) informamos que deverá ser transferido o débito da diferença do valor tarifado pela Regional SPM e o que foi contratado pelo cliente, ou seja:

TIPO OBJETO	PESO (GR)	VALOR COBRADO DR/SPM(R\$)	VALOR CONTRATADO(R\$)
SEED LOCAL S/COMPROVANTE	20	0,28	0,28
SEED LOCAL C/COMPROVANTE	20	0,39	0,39
CORRESP. NACIONAL SIMPLES	20	0,46	0,31

Ressaltamos que a diferença, que é resultante apenas de interpretação do contrato, apurada nas postagens de novembro e dezembro conforme OIT referenciada(notas de coleta 2694202-2689819-2694201-2689883-2694200-2694205-2694185-2694367-2911027-2901343-2901737) foi de **R\$ 16.765,82**

Diante do acima exposto, solicitamos transferir o DÉBITO de R\$ 16.765,82 a DR/SPM – e CREDITAR a conta – 112.01.02 (outras DR'S)

Atenciosamente,

VALDETE MENDES DA SILVA
CH/SCRE/GECOF/GT

VMS/vms

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº **0815**
3515-14

CONFERE COM O ORIGINAL



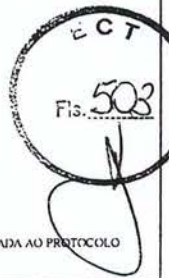
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DINSP

AO: CHEFE DO DAREC

CI/ DINSP-990005.0196/2000

REF: PRT/PR-009/2000.



Assunto: **Suspensão de Férias.**

Brasília(DF), 10 de março de 2000.

Solicitamos a V.Sª, **suspender** a partir do dia **15/03/2000**, as férias do colaborador **FRANCISCO GOMES DA SILVA**, Administrador Postal Júnior/Inspetor, lotado neste DINSP.

Esclarecemos que a presente **suspensão** das férias do colaborador deve-se a prorrogação - por necessidade de serviço - dos trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada através do documento de referência.

Assim, informamos:

NOME: **FRANCISCO GOMES DA SILVA**

MATRÍCULA: **8.576.856-1**

PERÍODO AQUISITIVO: **18/01/99 A 17/01/2000**

PERÍODO INICIAL PROGRAMADO: **23/02/2000**

ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO: **SIM**

ABONO PECUNIÁRIO: **ANTES**

NÚMERO DE PARCELAS DEVOLUÇÃO DAS FÉRIAS: **01 (UMA)**

Informamos, ainda, que a Comissão não têm previsão do término dos trabalhos e que o período de **15 a 23/03/2000 (09 dias)**, restantes das férias do colaborador, serão gozados quando do encerramento dos trabalhos da Comissão de Sindicância.

Para conhecimento e orientação desse DAREC, estamos também encaminhando cópia da CI/DINSP-990005.1212/99, contendo despacho proferido pelo Sr. Presidente da Empresa (vide, em especial, o item 5.), que prevê, em casos isolados, ajustar em alguns dias o início da fruição das férias de técnicos deste departamento, situação que se mostra necessária no presente momento.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS PEREIRA OVIEDO
Chefe do DINSP

Anexo: Aviso Prévio de Férias;
CTPS.

Assinatura: José Valença de Melo
Subchefe do Subsetor Administrativo da Inspeção Geral
Adm. Postal Fixo - Mat. 3.010.252-2

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº **0816**
3515-4
Doc: _____

CONFERE COM O ORIGINAL

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

ESS (CI-cancelamento férias)

*Recebi o original
em 10/03/2000
às 16:00 em
Assinatura: J. C. P. Oviedo*



Aparecida de Goiânia – GO, 14 de Março de 2.000

Of/ nº 69/00

Att. Sr

VALTER LENTA MORIMATSU (matrícula: 8.102.704-4)
Presidente da Comissão de Sindicância (PRT/PR-009/2.000)
Goiânia – GO

O SINTECT – GO/TO - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ECT – GT, por meio de seus representantes legais e no uso de suas atribuições estatutárias enviar a esta comissão cópias (frente) de objetos postados pela Revista ÉPOCA (?) para distribuição pela E.C.T (DR/GT), ao mesmo tempo as seguintes observações:

- 01) Ao que consta na postagem datada de 08/03/2.000 edição nº93 e a postada via contrato com a E.C.T/DR/SP edição nº92, o remetente (cliente) é originário de São Paulo –SP e que a primeira foi feita como carta devido ao valor pago R\$2,26, talvez para compensar o atraso da referida edição nº 93 de 28/02/2.000.
- 02) As postagens regulares passaram a ser realizadas em Goiânia – GO como atestam as postagens datadas de 28/02/00 edição nº93 e 03/03/00 edição nº94 e que pelos valores pagos R\$0,90 e R\$0,50 foram feitas como impressos;
- 03) Há de se considerar que objetos postados como impressos em Goiânia – GO atenuam o tempo para a entrega domiciliária, ao invés de se postar os mesmos em São Paulo – SP, mas esta operação de transporte de São Paulo a Goiânia, quem realiza? Se as postagens são periódicas por que não realizá-las via contrato com a E.C.T/DR/GT, como era realizado anteriormente como atesta a edição nº 92 datada de 21/02/00 com a DR/SP ? e o porque das postagens alternadas em ACFs (Independência e Alpes) sob suspeição por esta comissão, juntamente com a TECPRINT de propriedades do Sr. Cláudio ?

CONFERE COM O ORIGINAL

Recibido em 15/03/00

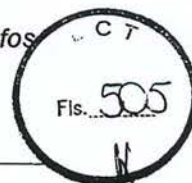
Comissão Sindicância

RQS nº 03/2005 - CN -
CORREIOS

Fls Nº 0817

3515-14


Dda:



- 04) Há de se ressaltar também que no dia 03/03/00 O Sr. Luiz Sampaio em reunião com os trabalhadores do COI (Centro de Operação Integrado) fez afirmações em defesa da direção afastada da DR/GT e afirmou ainda que todos quanto alegaram o contrário serão devidamente processados, a começar pelos Dirigentes do SINTECT/GO/TO, num ato de total atropelo ao trabalho desta comissão e de clara evidência de intimidação (sutil) aos trabalhadores de um setor também sob Suspeição Gerencial na antiga Gestão, onde o Sr. Luiz Sampaio acumulava importantes funções em detrimento do seu cargo na Empresa.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição e ficamos no aguardo das providências que cada uma das observações requer.

Atenciosamente;


DIRETORIA COLEGIADA
SINTECT/GO/TO

C/Cópia Diretor Regional/DR/GO/TO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0818
Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

Portugal / Cont. ESC 690300 - USA US\$ 5.00

ÉPOCA

Ano II Nº 92 21 de fevereiro de 2000

■ ASSINANTE: ADQUIRA
"As Receitas
da Terra Nôstra"
(Pag: 143)

R\$ 3,50

<http://www.epoca>

A BAIXADA BRASILIENSE

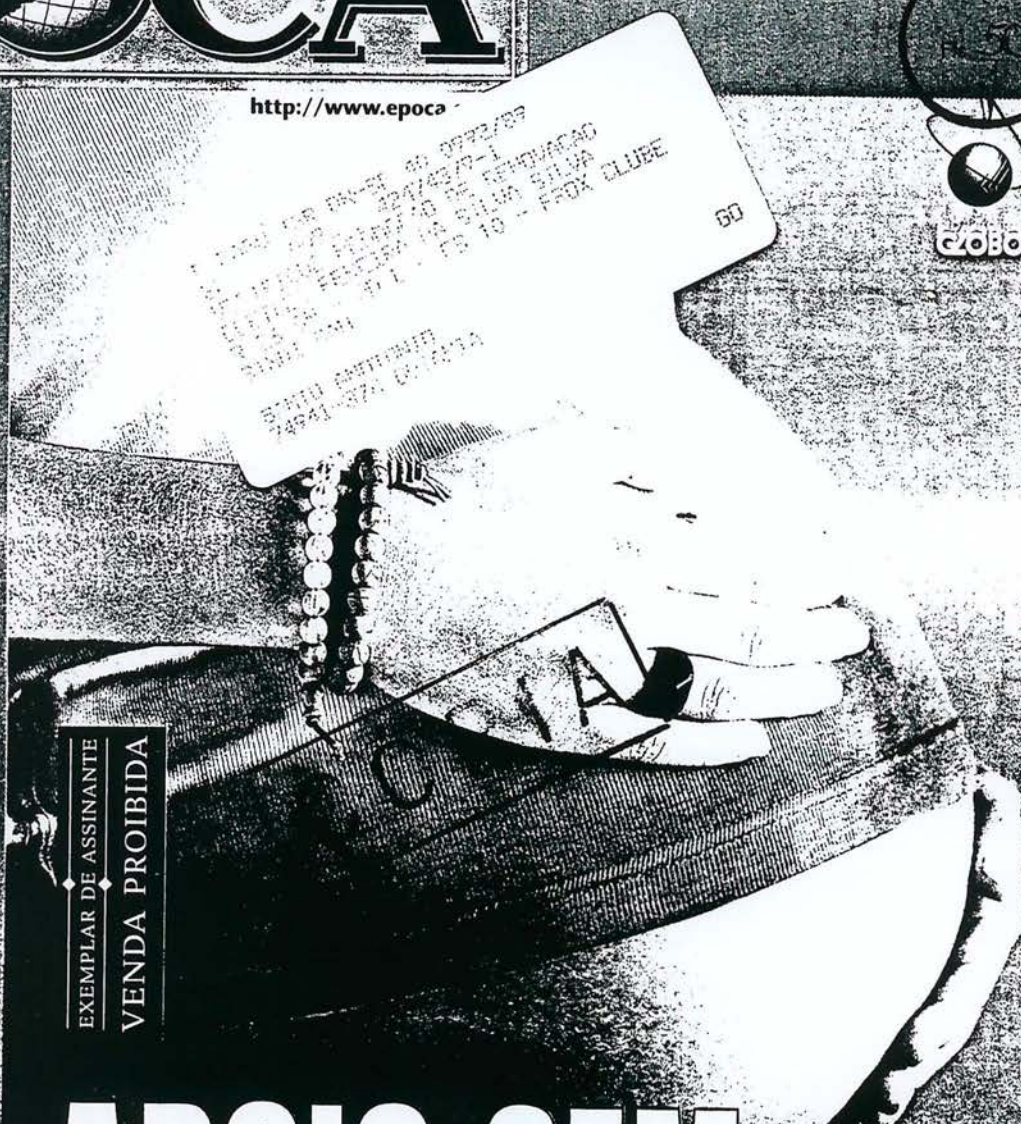
Crime e miséria
cercam a capital

UM BRASILEIRO DE 305 MILHÕES

Filho de Olacyr
brilha na Internet

CONTRADIÇÃO NA UNIVERSIDADE

Alunos nota 10,
escolas reprovadas



APOIO SEM PRECONCEITO

Famílias e professores aprendem a
conviver com adolescentes grávidas

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0819

Doc: 3515-14

CONFERE COM O ORIGINAL

AUTENTICAÇÃO
CARTÓRIO DA VILA BRÁSILIA - 280-2100
CONFERE COM O ORIGINAL
Vila Brasília 13 MAR. 2000
Sidemar Elias de Deus
Sub-Oficial - Escrevente

Ano II N° 93 28 de fevereiro de 2000

SALARIO MINIMO

**A VIDA NO
ANDAR DE BAIXO**

RECEITA FEDERAL

**ASO DOS
S ROUBADOS**

GOBO

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA



CÓPIA

RONALDINHO GAÚCHO

**O MENINO
DE US\$ 100
MILHÕES**

001 EP 0093 60322739-2
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

MARIA DE LOURDES B DE SOUZA
R MOPYATA SN - QD 109 LT 3

Fis Nº 0820

JD HELVECIA

74933-600 APARECIDA DE GOIANIA

3515-4

CARTÓRIOS TAV
Av. Tocantins, nº 295 - Centro - Goiânia - GO
Bel. Francisco J. Távora - Oficial

1-0-03-2000

A presente cópia CONFERE com
o original apresentado.

CONFERE COM O ORIGINAL

EP
Ano II N° 93

EP 0093 44486679-9
VERIFIQUE PROMOÇÃO DE RENOVACAO
JOVIMAR FERREIRA DE SOUZA
R X 047 SN - QD 49 LT 13

JD VL OLIMPICA
74922-180 APARECIDA DE GOIANIA

GO

SALARIO MINIMO
A VIDA NO
ANDAR DE BAIXO
RECEITA FEDERAL

O CASO DOS
ARQUIVOS ROUBADOS

R\$ 3,50

<http://www.epoca.com.br>

EDITORIA
GOBO

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

CÓPIA

INDEPENDENCIA
28.2.00
GOIANIA - GO
BRASIL 1990

RONALDINHO GAÚCHO

O MENINO
DE US\$ 80
MILHÕES

CARTÓRIO F. TAVEIRA
4º Circ. Civil
Av. Tocantins, nº 295 Centro - Goiânia - GO
Bols. Trans. e Rec. - Oborá

10-03-2000

A presente cópia CONFERE com
o original apresentado.

Els. Nº 0821

CONFERE 3515 ORIGINAL

EP

EP 0094 44486679-9
VERIFIQUE PROMOÇÃO DE RENOVACAO
JOVINAR FERREIRA DE SOUZA
R X 047 SM - QD 49 LT 13

JD VL OLIMPICA
74922-180 APARECIDA DE GOIANIA

60

ENTREVISTA
FH declara
inimizade eterna
a Itamar,
Ciro e Brizola

DEUSAS NA AVENIDA

Fabia Borges, da
Unidos da Tijuca,
brilha no
Olimpo das
madrinhas de
bateria

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

CARTÓRIO F. TAVEIRA
4º Circ. Civil
Av. Tocantins, nº 295 Centro - Goiânia - GO
Bel. Francisco J. Taveira - Oficial

10-03-2000

A presente cópia CONFERE com
o original apresentado.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fis 0822

3515-4

Doc:

ECT
Fis. 509

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

De: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

Ao: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE VENDAS NO ATACADO

CI/ DINSP-00032. 0203/2000

Ref.:



ÁREA RESERVADA AO
PROTOCOLO

Assunto: **Devolução de Objetos ao Remetente.**

Brasília (DF), 15 de março de 2000

Conforme entendimentos, encaminhamos em anexo, para devolução ao cliente 812 objetos postados por empresas do grupo Tele Centro-oeste, recolhidos em diversas unidades operacionais no fluxo de objetos não-entregues ao destinatário e encaminhados a refugo, cujas características são:

- foram postados com base no contrato ECT x TECPRINT – 0054/99;
- apresentam impressa a indicação **"IMPRESSO FECHADO – PODE SER ABERTO PELA ECT"**;
- contêm em seu interior cartão telefônico de 50 créditos (92 objetos) ou 90 créditos (72 objetos).

Atenciosamente,

P/ JOSÉ CARLOS PEREIRA OVIEDO

Chefe do DINSP

Amaury José Valença de Melo
Subchefe do DINSP

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI 60823
Fls Nº
3515-4
Doc:

Em seus próximos expedientes sobre este assunto, favor citar como referência o número deste documento.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS

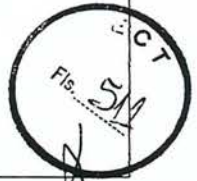
DE: DIRETOR REGIONAL ADJUNTO DE GOIÁS E TOCANTINS

AO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

CI: GAB/DR/GT- 0056 /2000

Ref.: PRT/PR-009/2000 – 26/01/2000

PROTOCOLO



Assunto:

Goiânia-GO, 16 de março de 2000.

Em anexo, remeto-lhe cópia do Contrato, bem como Termo Aditivo do Contrato celebrado entre o BEG e ACF T-9.

Atenciosamente,

CARLOS ROBERTO SAMARTINI DIAS
Diretor Regional Adjunto

Sro/

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0824
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E POSTAGEM DE CORRESPONDÊNCIAS (OS-033/97), QUE FAZEM ENTRE SI O BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S/A E AGÊNCIA DE CORREIOS FRANQUEADA T-9, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE:

BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S/A.

CGC/MF Nº 01.540.541/0001-75

Praça do Bandeirante nº 546 - Centro - Goiânia-Go.

Representantes: Diretores ao final assinados.



CÓPIA


CONTRATADA:

AGÊNCIA DE CORREIOS FRANQUEADA T-9.

CGC/MF nº 37.353.463/0001-47

Av. T-9 nº 2.283 - Jardim Amércia - GOIÂNIA/GO.


Neste ato representada pela Srtª Tereza Cláudia C. C. de Freitas, brasileira, solteira, empresária, portadora da CI nº 1.658.998 - 2ª Via - SSP-GO, e CPF/MF nº 413.705.701-04, residente à Av. Venerando de Freitas Borges, Qd. 05, Lt. 02, Setor Jaó - Goiânia - GO. :

 Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes acima qualificadas resolvem, de comum acordo, firmar o presente contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO

Este contrato é realizado com dispensa de licitação, com base no Artigo 24, inciso VIII da Lei 8.666, de 21.06.93.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta e postagem de correspondências emitidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO/PRORROGAÇÃO/DENÚNCIA

Este contrato terá duração de **24(vinte e quatro) meses**, contados do início da efetiva prestação dos serviços, que deverá ocorrer em data expressamente estipulada pelo CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento, podendo esse prazo ser estendido na conformidade do Art. 57, item II, da Lei nº 8666/93, a critério exclusivo do CONTRATANTE.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis. Nº 0825
3515-4
Doc: _____

CONFERE COM O ORIGINAL

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser denunciado, a qualquer época e por qualquer das partes, mediante comunicação escrita de no mínimo 30(trinta) dias.

C Ó P I A



CLÁUSULA QUARTA - PREÇO/REAJUSTE

Pela prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, com base na Tarifa Postal Interna vigente na data da postagem, o valor mensal aproximado de R\$1.840,00 (hum mil oitocentos e quarenta reais) e global por um período de 12(doze) meses o valor aproximado de R\$22.080,00 (vinte e dois mil e oitenta reais).

PARÁGRAFO ÚNICO: O reajustamento do contrato se dará em caso de mudança na Tarifa Postal Interna da ECT, de acordo com autorização do Ministério das Telecomunicações. ?

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1. A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE, para efeito de pagamento, as faturas quinzenais, correspondentes aos serviços prestados, levantadas com base nos documentos de postagem, entendendo-se de primeiro a quinze e de desesseis a trinta/trinta e um;
- 5.2. Qualquer reclamação sobre erros de faturamento deverá ser apresentada pelo CONTRATANTE, por escrito, e receberá o seguinte tratamento:
- 5.2.1. reclamação apresentada sem o pagamento, será admitida somente antes da data do vencimento:
- a) se for procedente, a CONTRATADA emitirá nova fatura com o valor correto;
 - b) se for improcedente, o CONTRATANTE pagará a fatura, mais os acréscimos legais se for o caso;
- 5.2.2. Reclamação apresentada com a fatura paga, se for procedente será efetuada a devida compensação na fatura seguinte, em valores atualizados.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se compromete a:

- 6.1. Obedecer aos limites de peso e dimensões, fixados pela CONTRATADA para cartas;



CONFERE COM O ORIGINAL



- 6.2. Entregar ao preposto da CONTRATADA, no ato da coleta, os objetos preparados, atendendo, no mínimo, às seguintes condições:
- 6.2.1. Constar os CEPs, com 08(oito) dígitos, de origem e de destino;
- 6.2.2. Previamente separados por localidade de destino, faceados e encabeçados por ordem crescente de CEP;
- 6.2.3. Separados os objetos simples com comprovante de entrega e sem comprovante, registrados com AR e sem AR;
- 6.3. Endereçar os objetos, indicando, no anverso, o nome do destinatário, o endereço e o CEP, com 08(oito) dígitos, e, no verso, o nome do remetente, endereço e o CEP;
- 6.4. Fechar os objetos com cola ou adesivos permitidos pela CONTRATADA;
- 6.5. Confeccionar, se for de seu interesse, os Avisos de Recebimento - AR, conforme modelo adotado pela CONTRATADA;
- 6.6. Confeccionar, às suas custas, os Comprovaentes de Entrega, conforme modelo adotado pela CONTRATADA;
- 6.7. Fixar em cada objeto, já devidamente preenchido, o respectivo Comprovante de Entrega ou Aviso de Recebimento, conforme o caso;
- 6.7.1 Os objetos acompanhados de Comprovante de Entrega devem ser postados para entrega apenas na localidade de postagem;
- 6.8. Entregar os objetos para postagem relacionados em listas separadas, conforme descrito a seguir:
- 6.8.1. Os objetos postados como correspondência simples deverão ser acompanhados de "LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES", distintas, conforme o âmbito da entrega - se na própria localidade de postagem ou fora da mesma - devidamente preenchidas em 02(duas) vias, conforme modelo adotado pela CONTRATADA;
- 6.8.2. Os objetos postados sob Registro deverão ser acompanhados de "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS", devidamente preenchida em 03(três) vias, conforme modelo adotado pela CONTRATADA;
- 6.9. O CONTRATANTE poderá, ainda, utilizar os demais serviços adicionais oferecidos pela CONTRATADA para cartas (MÃO PRÓPRIA, VALOR DECLARADO etc). Nesse caso, deverá ser anotado no campo "OBSERVAÇÕES" da "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS" a utilização dos serviços adicionais que não estão indicados na mesma;
- 6.10. Manter a CONTRATADA informada, através de carta, do endereço para apresentação de faturas:

COPIA

FE

RQS nº 03/2009 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0827
3515-4
Doc:

CONFIRMAR COM O ORIGINAL

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se compromete a:

- 7.1. Receber remessas extras de objetos entregues pelo CONTRATANTE;
- 7.2. Coletar os objetos em local e horário previamente acertados com o CONTRATANTE;
- 7.3. Passar recibo dos objetos nas 02(duas) vias da "LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES" e "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS", após conferência dos dados, e distribuí-las conforme indicado nas mesmas;
- 7.4. Expedir os objetos ao Centro de Triagem para que sejam distribuídos;
- 7.5. Entregar os objetos postados com Comprovante ou sob Registro e AR a qualquer pessoa adulta, nos endereços indicados, que se apresente para recebê-los, delas colhendo as necessárias assinaturas;
- 7.6. Restituir ao CONTRATANTE os Comprovaantes de Entrega e ARs, relativos aos objetos entregues, e os objetos cuja entrega não tenha sido possível, indicando sempre a causa determinante da impossibilidade, na forma regulamentar;

CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A CONTRATADA assume integral responsabilidade pela coleta e postagem, compreendendo essa responsabilidade os casos de perda, furto e apropriação indébita dos documentos acondicionados nas correspondências, em razão de negligência ou má-fé, respondendo perante o CONTRATANTE pelo pagamento de uma multa pecuniária de até duas vezes o seu faturamento no mês em que ocorreu o dano, sem prejuízo das cominações legais aplicáveis à espécie.

§ 1º - As correspondências entregues para transporte deverão estar, obrigatoriamente, lacrados com fechaduras de segurança ou similares, sem quaisquer sinais ou vestígios de violação.

§ 2º - Além das condições acima estabelecidas, as correspondências deverão conter também sinais de identificação, necessários ao seu imediato reconhecimento, tais como: número de ordem, nome do remetente e do destinatário.

§ 3º - Ficarão assegurados à CONTRATADA o direito de recusar as correspondências que acaso não apresentem as condições acima exigidas, notadamente os que ostentarem sinais ou vestígios de violação.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0828
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

CLÁUSULA NONA - CASO FORTUITO/FORÇA MAIOR

O CONTRATANTE não poderá ser responsabilizado pelo atraso ou interrupção dos serviços em virtude de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado ou que seja do conhecimento público, a saber: greve, revolução, inundação, proibição de tráfego, ato de autoridade e outros.

Fls. 516

CLÁUSULA DÉCIMA - INCLUSÕES OU EXCLUSÕES DE SERVIÇOS

Ao CONTRATANTE se reserva o direito de poder, a qualquer tempo, incluir novos serviços ou excluir parte dos já existentes, sem prejuízo deste contrato, implicando, o eventual aumento ou diminuição do objeto contratual, na alteração proporcional do preço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DESPESAS DA CONTRATADA

As despesas de transporte, seja de que natureza for, quer com veículos, combustíveis, motoristas e outras necessárias, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO ÚNICO: A par da responsabilidade acima prevista, a CONTRATADA também será o único responsável perante terceiros pelas despesas decorrentes de acidentes com o veículo utilizado no transporte, seja qual for a sua gravidade

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE PELOS ENCARGOS

Os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, incidentes sobre o preço deste contrato, bem como os de veículo, combustível, motorista, seguros e quaisquer outros decorrentes da execução do presente contrato, correrão às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

Sem prejuízo de cobrança por perdas e danos, pelo não cumprimento dos compromissos assumidos, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas na legislação pertinente, assim como a exclusão temporária ou definitiva do Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE, ou até mesmo a declaração de inidoneidade para licitar para o poder público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A CONTRATADA não se responsabiliza

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - - CORREIOS
0829
Fls. Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

CÓPIA



- 14.1.1. por valor incluído em objeto de correspondência simples ou registrado, sem declaração de valor;
- 14.1.2. pela demora na execução de qualquer serviço, resultante de omissão ou erro por parte do remetente;
- 14.1.3. por prejuízos indiretos e benefícios não realizados;
- 14.1.4. por objeto confiscado ou destruído por autoridade competente;
- 14.2. em caso de extravio, perda ou espoliação de objetos postados sob registro, a responsabilidade da CONTRATADA está limitada aos preços postais mais o valor de indenização constante da Tarifa Postal Interna;
- 14.3. aos objetos de correspondência simples, postados com Comprovante de Entrega, não se conferem as características de registrados, inclusive para efeito de indenização;
- 14.4. não devem ser incluídos nos objetos postados materiais relacionados no artigo 13 da Lei nº 6.538 de 22/06/1978;
- 14.5. A CONTRATADA se reserva o direito de proceder, eventualmente, à abertura dos objetos recebidos, para fins de verificação e controle de seu conteúdo, na presença de representante legal do CONTRATANTE ou do destinatário;
- 14.6. O CONTRATANTE responderá pelo cumprimento das exigências relativas à documentação fiscal, na forma da legislação vigente, bem como por todo e qualquer tributo que possa ou venha a ser exigido, decorrente do conteúdo dos objetos postados.

CÓPIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INADIMPLÊNCIA

No caso de inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do presente contrato, o inadimplente sujeitar-se-á à pena convencional de 10%(dez por cento), que incidirá sobre o valor da obrigação descumprida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INTRANSFERIBILIDADE

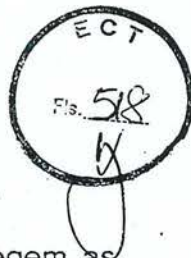
A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, salvo se autorizado pelo CONTRATANTE, os direitos e obrigações assumidos no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO

Constituem motivos de rescisão deste contrato os que se encontram elencados no artigo 78 da Lei 8.666, de 21.06.93.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0820
Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

Para dirimir as questões porventura oriundas do presente contrato, elegem as partes o foro desta **Comarca de GOIÂNIA/GO**, com exclusão de qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

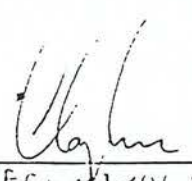
Goiânia, 16 ABR 1997 de _____ de 1997

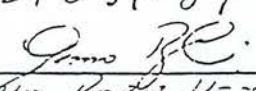

BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S/A
CONTRATANTE


AGÊNCIA DE CORREIOS FRANQUEADA T-9
CONTRATADA

CÓPIA

Testemunhas:

1 - 
Nome: CLAUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA
CPF: 325 227 631-87

2 - 
Nome: GERMANO ROLDÃO NETO
CPF: 122 067 841 44

correios/crs

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0831
Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



**1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
COLETA E POSTAGEM DE CORRESPONDÊNCIAS, QUE FAZEM
ENTRE SI O BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S/A E AGÊNCIA DE
CORREIOS FRANQUEADA T-9, NA FORMA ABAIXO:**

CONTRATANTE:

BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S/A.

CGC/MF n.º 01.540.541/0001-75.

Praça do Bandeirante nº 546 - Centro - Goiânia - GO.

Representantes: Diretores ao final assinados.

CONTRATADA:

AGÊNCIA DE CORREIOS FRANQUEADA T-9.

CGC/MF n.º 37.353.463/0001-47

Av. T-9 n.º 2.283, Jardim América, Goiânia/GO.

Neste ato representada por **Tereza Cláudia Camapum Carvalho de Freitas**, brasileira, solteira, empresária, portadora da CIRG n.º 1.658.998-2º via-SSP/GO e CPF/MF n.º 413.705.701-04, residente e domiciliada à Av. Venerando de Freitas Borges, Qd. 05, Lt. 02, Setor Jaó, em Goiânia/GO.



As partes acima nomeadas e qualificadas resolvem, de comum acordo, aditar o contrato de prestação de serviços, firmado em **16-04-1997**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - MODIFICAÇÕES

As Cláusulas Terceira e Quarta do contrato primitivo passam a vigorar com as seguintes redações:

"CLÁUSULA TERCEIRA – O prazo do contrato primitivo, fica prorrogado por mais um período de **24(vinte e quatro) meses**, retroagindo seus efeitos a **02-05-1999** e terminando, portanto, em **01-05-2001**, podendo ser prorrogado na conformidade do artigo 57, item II, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94 e Lei nº 9.648/98, a critério exclusivo do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser denunciado, a qualquer época e por qualquer das partes, mediante comunicação escrita de no mínimo 30(trinta) dias."

Ad. Correios/thvl.

CONFERE COM O ORIGINAL

"CLÁUSULA QUARTA - Pelos serviços ora contratados o CONTRATANTE continuará a pagar à CONTRATADA, com base na Tarifa Postal Interna vigente na data da postagem o valor mensal aproximado de **R\$ 1.840,00(um mil, oitocentos e quarenta reais)** e global por um período de 12(doze) meses o valor aproximado de **R\$ 22.080,00(vinte e dois mil e oitenta reais)**.

PARÁGRAFO ÚNICO: O reajustamento do contrato se dará em caso de mudança na Tarifa Postal Interna da ECT, de acordo com autorização do Ministério das Telecomunicações."

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições previstas no contrato ora aditado, para que continuem a surtir os seus jurídicos e esperados efeitos.

Assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos, na presença das testemunhas abaixo.

CÓPIA

Goiânia, 10 de MAR 2000 de 2.000.

W. Hiller
WILNEY CARLOS DA SILVA
Diretor Administrativo e Tecnologia
BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S/A
CONTRATANTE

Mário Fernando Maca Queiroz
MÁRIO FERNANDO MACA QUEIROZ
Diretor Comercial de Crédito e de Gestão de Risco
CONTRATADA

AGÊNCIA DE CORREIOS FRANQUEADA T-9.
CONTRATADA

Testemunhas:

1. *Feitos*
Nome: _____
CPF/MF: _____
2. *[Assinatura]*
Nome: _____
CPF/MF: _____

Ad. Correios/Invl.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls- Nº 0833
3515-4
Doc: _____

CONFERE COM O ORIGINAL



DE: DIRETOR REGIONAL - DR/GT

AO: DIRETOR COMERCIAL

CI/GAB/DR/GT- 0056/2000

REF.: CI/GEVEN/DR/GT-0361/2000

Assunto: Postagem de objetos da TELEMAT

Goiânia, 17 de março de 2000


Levamos ao conhecimento desse Diretor os acontecimentos descritos na CI referenciada, cuja cópia segue anexa, relativos à postagem de objetos impressos na TECPRINT e destinados à DR/MT.

Esclarecemos que, apesar de contrários, acatamos as orientações repassadas pelo DEVAT, com o objetivo de não causarmos prejuízos ao cliente.

Entretanto, tais procedimentos repercutiram negativamente junto aos colaboradores lotados no COI, uma vez que foram de encontro a toda a filosofia de controle e observância às normas que temos pregado e implantado naquela unidade.

Solicitamos que novas situações como esta sejam evitadas.

Atenciosamente,


JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
DIRETOR REGIONAL

C/C: CHEFE DO GAB/PR
PRESIDENTE DA COMISSÃO PRT/PR-009/2000

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0834

3515-1

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



DE: SUBGERENTE DE VENDAS NO ATACADO/GEVEN/DR/GT

AO: GERENTE DE VENDAS/DR/GT

ANEXO

CI/ /GEVEN/DR/GT- 0361/2.000

REF.:

Assunto: POSTAGEM DE OBJETOS DA TELECENTROESTE

Goiânia, 16 de março de 2.000

Levamos ao conhecimento dessa Gerência, de forma detalhada, as operações que envolveram a postagem de 51.907 objetos da Telecentroeste, destinados à DR/MT, no Centro de Operações Integradas desta Regional, em 15/3/2000.

Esses objetos foram produzidos pela Tecprint, em Goiânia, na condição de impressos, cujo franqueamento, inicialmente, se faria através da modalidade Porte Pago, coberto pela Autorização para uso do serviço emitida pela DR/BSB, de nº PRT/BSB/06/114/97.

Ao que parece, além de ter havido considerável atraso na confecção desses objetos, que incluíam em seu texto uma oferta promocional com a data de vencimento de 20/3/2000, a indicação do franqueamento se encontrava aposta no verso de cada objeto impresso pela Tecprint.

Resumindo, foi-nos solicitado que a DR/GT assumisse a postagem de objetos franqueados com a menção de uma Autorização de Porte Pago da DR/BSB, em seu verso, destinados à distribuição pela DR/MT.

Em termos da ECT, não houve consenso entre as três Diretorias Regionais sobre a assunção da responsabilidade pela postagem e correspondente definição da remuneração pela efetiva prestação do serviço.

Ciente de todas as irregularidades cometidas pela Tecprint e da indefinição da DR captadora da postagem dos objetos em questão, o Sr. Max Caldeira, Gerente de Fidelização de Clientes da TCO, decidiu junto à DR/GT para que pudesse ser viabilizada a postagem desses objetos, em caráter emergencial. Paralelamente, entendimentos da mesma natureza, também, foram mantidos com a GEVEN/DR/BSB (Sras. Isabel Cristina e Tereza Cristina) com o próprio Departamento de Vendas no Atacado (Srs. Antônio de Paula Braquehais e Aristóteles Chagas Filho).

As 19:00 h, a Diretoria da Tecprint decidiu, para pôr fim ao impasse, efetuar a entrega, em caminhão próprio, dessa carga diretamente na GEVEN/DR/BSB, por volta das 08:00 h de 16/3/2000. Ocorre, que simultaneamente, o Sr. Ari determinou que a postagem fosse viabilizada através da DR/GT, com a remessa à DR/MT desses objetos como cartas simples comerciais, portanto com a caracterização de encaminhamento urgente.

Foi-nos orientado, ainda, o seguinte:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0835

Fls. Nº -

3515 - 4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



ANEXO

- 1) na manhã desta data nos seria enviado o fax de uma correspondência da TCO, autorizando o débito da despesa diretamente à Telecentroeste Celular Participações SA;
- 2) a remuneração da postagem seria de R\$ 0,31 por objeto encaminhado;
- 3) o faturamento observaria o Contrato celebrado entre a ECT e ao TCO, de nº 10.206/99;
- 4) a emissão do documento comprobatório da aceitação da postagem, ou seja do Comprovante respectivo, ocorreria, apenas na manhã desta data, tendo em vista o adiantado do horário da chegada desses objetos ao COI/DR/GT e o consequente fechamento da Agência Esmeralda, a qual está vinculado o supra citado contrato.

Diante dessas orientações, recebemos, por volta das 20:00 h de 15/3/2000, um caminhão da Tecprint contendo 57 caixas, de diversos pesos. Por amostragem, mais da metade teve seu conteúdo verificado, para que fosse confirmada a não inclusão de quaisquer outros objetos.

Todas foram rigorosamente pesadas, totalizando 363.067 g. Desse quantitativo, foram subtraídos os pesos das caixas' (num total de 15.290 g), e o líquido dividido pelo peso unitário do objeto (6,70 g), finalizando um montante de 51.907 unidades postadas.

A carga seguiu até Brasília, através da LTN-50, por volta das 22:00 h e deu entrada em Cuiabá, na aeronave da RPN às 09:00 h de hoje. Como o GEVEN/DR/MT foi notificado acerca dessa remessa e de todos os cuidados que envolveram toda a negociação e a própria operação, os objetos foram colocados no fluxo postal com a determinação ao GEOPE/DR/MT do tratamento de urgência.

Cabe-nos salientar, que o Sr. DR/GT, o cliente, o DEVAT e a DR/BSB, através da sua Gerência de Vendas, já tomaram conhecimento de os detalhes ora descritos neste expediente.

Finalizando, registramos o envio à SCRE/GECON/DR/GT dos comprovantes, de nºs 9816400 e 9816856, emitidos em favor da TCO, conforme carta anexa, nos valores de R\$ 15.810,00 e R\$ 281,17, respectivamente. A partir de seu recebimento, a Área Financeira deverá elaborar uma fatura cobrando a quitação da remuneração correspondente à prestação pelo serviço de captação da postagem dos referidos objetos pela DR/GT, que será enviada ao DEVAT para identificação do cliente e consecução de sua concordância formal.

Atenciosamente

CARLOS ALBERTO DE CASTRO FERREIRA
SUBGERENTE DE VENDAS NO ATACADO/GEVEN/DR/GT

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
0836	
Fls Nº	
3515 - 4	
Doc:	

CONFERE COM O ORIGINAL

524

COMPROVANTE		INSCRIÇÃO ESTADUAL		9816856	
UNIDADE / ORGÃO		CONTRATO / HABILITAÇÃO		DATA	
De Esmeralda		10206/99		16/03/2000	
RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO				CGC	
Teleinveste Pelular					
ENDEREÇO / CIDADE					
SCS 226 B2 - C QD 2 1º andar Brasília - DF					
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	PALAVRAS/TEMPO PÁGINAS / PESO	VALOR UNITÁRIO	VALOR
Post. Assoc. simp.		807	0,020	0,31	281,17
TOTAL POR EXTENSO					TOTAL
Mil e oitenta e um reais e dezesseis centavos					281,17
ICMS	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR	ASSINATURA E MATRÍCULA - ECT	
				uf 8877	
HISTÓRICO / OBSERVAÇÕES				ASSINATURA - USUÁRIO	
				AUTENTICAÇÃO	

75150275-1

A5 = 148 x 210 mm

RQS nº 03/2005 - CN -	Fis Nº 0837	3515-4
CPMI - CORREIOS		
Dee:		

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

ECT		CGC DA UNIDADE / ORGÃO 34028316 /		SERVIÇO		CONTROLE	
COMPROVANTE		INSCRIÇÃO ESTADUAL		CORRESPONDÊNCIA		9816400	
UNIDADE / ORGÃO		CONTRATO / HABILITAÇÃO 10206 / 99		DATA 16/03/2000		HORA	
RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO TELECENTRO ESTE CELULAR		CGC		<input type="checkbox"/> A VIS.		<input checked="" type="checkbox"/> FAT.	
ENDEREÇO / CIDADE SE S 226 BL C QD 2 1º ANDAR BRASÍLIA							
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	PALAVRAS/TEMPO PÁGINAS / PESO	VALOR UNITÁRIO	VALOR		
	POST. CORRESP. SIMPLES	51.000	0.020	0.31	15.810.00		
TOTAL POR EXTENSO QUINZE MIL OITOCENTOS E DEZ REAIS					TOTAL 15.810,00		
ICMS	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR	ASSINATURA E MATRÍCULA - ECT 8328708.6			
HISTÓRICO / OBSERVAÇÕES AUT. CARTA CT CO 2040/003/2000 16 MAR 2000				ASSINATURA - USUÁRIO			
				AUTENTICAÇÃO			

75150273-1

A5-148x210

RQS nº 03/2000 - CN
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0838

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



DE: DIRETOR REGIONAL - GT

AO: CHEFE DO DEVAT

CI/GEVEN/GT- 0391/2000

REF.: CI/GEVEN/DR/GT-0361/2000

Assunto: Postagem TELEMAT (TCO)

Goiânia, 22 de março de 2000

Conforme orientado pelo Sr. Ari, GCE nesse DEVAT, estamos encaminhando em anexo, a fatura nº 00.03.16.2587, no valor de R\$ 16.091,17, destinada a Tele Centro Oeste Celular, bem como os Comprovantes nº 9816856 e nº 9816400 que deram origem à fatura.

Esclarecemos que tal procedimento é continuidade da operação de postagem, pela TECPRINT, de objetos destinados à TELEMAT, conforme tratado na CI referenciada.

Solicitamos colher recibo do cliente no campo "Aviso de Vencimento" da fatura e também a assinatura nos campos apropriados dos Comprovantes, restituindo-os à GECOF/GT, via sedex de serviço.

Atenciosamente,

Jose
JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
DIRETOR REGIONAL

C/C: DICOM, GECOF/GT

SLV/slv

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0839
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S.A
Departamento de Operações

527

CT.Nº 011/2000.

Brasília-DF, 22 de março de 2000

Ao Senhor
ARISTOTELES CHAGAS FRANCISCO
Gerente de Contas Especiais da
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
SBN – Conj. 3 – Bloco A – 10º Andar
BRASÍLIA-DF

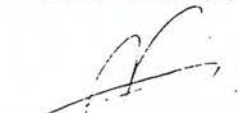
Senhor Gerente,

Visando dar continuidade ao processo de Postagem das Faturas Telefônicas da Tele Centro Sul, informamos que as empresas abaixo relacionadas estão autorizadas a assinar pela TCS o comprovante de postagem no ato da coleta dos documentos.

Xerox do Brasil : Av. Ceci, 1900 – Tamboré – CEP.: 06460-120
Barueri-SP

Téc Print Ltda : Av. Independência, 4533 - CEP.: 74.045-010
Goiânia-GO

Atenciosamente,


AMAURY ARAÚJO
Departamento de Operações de T.I

Departamento de Operações
SCN – Qd. 02 – Bloco F – Sobreloja
70710-500 – Brasília – DF

Tel. 61 327-5700
Fax 61 328-2949

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0840
3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



DO : CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADM. E VENDAS NO ATACADO

AO : GERENTE COMERCIAL DR/GT

CI/GCE/TCS-DCCO/DEVAT-0219/2000

REF.: INICIAL

ASSUNTO : Impressão de Contas da TCS

528

Brasília/DF, 24 de março de 2000.

Tendo em vista que a impressão das contas telefônicas das Operadoras da Tele Centro Sul vem sendo impressas nas cidades de São Paulo pela Xerox e em Goiânia pela TecPrint, informamos que essas empresas não possuem autonomia para assinar os comprovantes de postagem (Lista de Postagem) da ECT no ato da coleta dos documentos.

Diante disso, visando dar sequência no processo, encaminhamos em anexo carta do cliente Tele Centro Sul autorizando seus prepostos assinarem os devidos comprovantes.

Atenciosamente,

JOSÉ LUÍS BORGES SILVEIRA

Chefe do Departamento de Administração e Vendas no Atacado

C/C: GEOPE DR/SPM

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0841
3515-4

DIRETORIA COMERCIAL DA ECT - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E VENDAS NO ATACADO

Divisão de Clientes Corporativos - SBN Conjunto 3 - Bloco A - 10.º andar - Ala Norte

Telefone: (061) 317 2874 - Fax: (061) 317 2502 - e-mail: Devat@correios.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL



CT/GEVEN/DR/GT -0430/2000

Goiânia, 29 de março de 2000

AO
SINTECT - GO/TO
NESTA


Em atenção ao OF nº 69/00 enviado por essa entidade em 14/03/2000 abordando aspectos relativos à postagem da revista Época, esclarecemos que em contato com a DR/SPM obtivemos a informação que tal alteração foi uma decisão da diretoria da Editora Globo, por razões de cunho financeiro.

Acrescentamos que tal procedimento está ocorrendo a nível nacional e a utilização de Agências Franqueadas foi uma opção do cliente.

Informamos, ainda, que o transporte das revistas até às unidades de postagens (ACF's) não está sendo feito pela ECT e sim através de acordo entre a Editora Globo e as ACF's.

Sem mais para o momento, informamos que estamos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
DIRETOR REGIONAL

C/C: COMISSÃO PRT/PR-009/2000, GEREC, GEOPE

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMT - CORREIOS
0842
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



DO: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADM. E VENDAS NO ATACADO

AO: DIRETOR REGIONAL – DR/GT

CI/GCE/TCO/DEVAT-0238/2000

REF.: CI/GAB/DR/GT-0056/2000 e CI/GEVEN/GT-0391/2000

ASSUNTO: POSTAGEM DE OBJETOS DA TCO

Brasília, 30 de março de 2000.

Em atenção a CI/GAB/DR/GT-0056/2000, esclarecemos, que diante da situação apresentada pelo cliente, e visando atender suas necessidades, este Departamento tomou a iniciativa de viabilizar as postagens das correspondências da Tele Centro Oeste destinadas à TELEMAT, pelos seguintes motivos:

- Atraso na confecção desses objetos pela TECPRINT, na condição de impresso, com o franqueamento inicial na modalidade de Porte Pago, haja vista, que era um material promocional com data de vencimento de 20/03/00. Diante disso existia a necessidade de ser encaminhado no mesmo dia como objeto urgente, razão pela qual, após autorização por escrito do cliente, conforme carta anexa, essa Regional foi orientada a faturar contra a TCO esses objetos, através do contrato 10206/99 assinado com a mesma, encaminhando-os via aérea para a DR/MT.
- Caso os Correios não aceitassem esses objetos, o cliente informou que a TECPRINT iria efetuar a entrega, em caminhão próprio, dessa carga diretamente na DR/BSB, para serem postados em uma agência franqueada e passados em máquina de franquia, indo contra os procedimentos para aceitação de objetos postais, o que poderia ainda servir como artifício à TECPRINT para justificar um agravamento ao atraso na entrega desses objetos, cuja responsabilidade, até então, era somente dela.

Com referência à CI/GEVEN/GT-0391/2000, informamos que colhemos o recibo na fatura e nos comprovantes emitidos, que também enviamos em anexo, e para encerrarmos este processo, solicitamos que seja encaminhado uma Ordem de Transferência Interna – OIT contra a DR/BSB no valor constante da fatura acima referenciada.

Atenciosamente

JOSÉ LUIS BORGES SILVEIRA

Chefe de Departamento de Administração e Vendas no Atacado

De Acordo:

ROBERVAL BORGES CORRÊA
DiretorC/C: CHEFE DO GAB/PR
PRESIDENTE DA COMISSÃO PRT/PR-009/2000

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0843
Fls Nº
3515-4
Doc:

ANEXO



Carta nº CT-CO2040/002/2000

Brasília, 15 de Março de 2000.

ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos

Att.: Sr. Sergio Vial

Ass.: Autorização

Prezados Senhores:

Autorizamos o faturamento para a TCO, conforme Contrato nº 10.206 ao preço de R\$ 0,31 (trinta e um centavos) a unidade, o lote de aproximadamente 51.000 (cinquenta e um mil) objetos para o Estado de Mato Grosso, debitando as despesas conforme abaixo:

TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

CGC nº 02.558.132/0001-69

Inscrição Estadual nº 07.386.227/001-00

Endereço: SCS 226, bloco "C", quadra 2, 1º andar - Edifício Telebrasil Celular

CEP: 70.319-901 Brasília, DF

Estamos cientes que o franqueamento foi impresso no verso da correspondência dos objetos postados e solicitamos que a ECT elabore um sistema especial de controle para que essa falha não inviabilize o objetivo das postagens.

Atenciosamente.



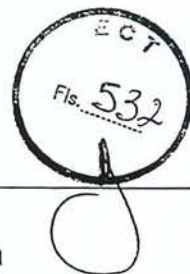
Alex Caldeira

Gerente de Fidelização de Clientes

TCO - Tele Centro Oeste Celular Participações S/A

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0844
Fls Nº
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



Ilmo. Sr. Oficial Titular do 4º. Tabelionato de Notas da Comarca de Goiânia

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, Empresa Pública Federal constituída pelo Decreto-Lei 509/69, estabelecida no SBN – Conjunto 3 – Bloco A – Asa Norte – Brasília – Distrito Federal, vem por seu legal mandatário subscrito (procuração anexa), com fulcro no art. 5º. incisos XXXIII e XXXIV da Constituição Federal, **REQUERER** que lhe seja informada por Certidão, no prazo de lei, a vigência até esta data OU a data da revogação ou da renúncia do mandato outorgado pela empresa individual **TEREZA CLÁUDIA CAMAPUM CARVALHO DE FREITAS ME** – CGC/MF 37.353.463/0001.47, em favor do cidadão **CLÁUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA** - CPF 323.227.631.87, para – extensivamente – fazer **“...A REPRESENTAÇÃO DA OUTORGANTE JUNTO À EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS”**, conforme o instrumento público registrado sob **PROTOCOLO 33955**, às **FOLHAS 58/59** do **LIVRO 0698** nessa serventia, em 04/11/1992.

Esclarece afinal que o documento – cuja edição ora está peticionada nessa serventia – tem por objetivo instruir um procedimento administrativo em trâmite por determinação da alta direção da ECT, esclarecendo-se fato que é do específico e direto interesse desta Empresa Pública.

Termos em que,

Pede deferimento.

Goiânia, Quinta-feira, 30 de Março de 2000.


Valter Lenta Morimatsu
Auditor – 8.102.704-4


Assir Barbosa da Silva
Advogado – OAB/GO-10682

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0845
3515-4
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

PROCURAÇÃO



OUTORGANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, Entidade Pública Federal instituída pelo Decreto - Lei nº 509, de 20 de março de 1969, através de sua Diretoria Regional de Goiás e Tocantins, sediada à Praça Cívica n.º 11, centro - Goiânia - GO, representada por seu Diretor Regional **JOSÉ APARECIDO DE SOUZA**, brasileiro, casado, administrador, **CIN.º 6.754.641 - SSP/SP.**

OUTORGADOS: JOSÉ CARLOS DOS SANTOS BÊNIA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Goiás, sob o n.º 15.644; **JOSELY FELIPE SCHRODER**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Goiás, sob n.º 8.682 e **ASSIR BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Goiás, sob n.º 10.682, com endereço profissional à Praça cívica n.º 11, Segundo Andar, telefones (062) 226 2045 e 226 2016, fax n.º (062) 226 2017, Goiânia - GO, onde recebem as comunicações forenses de estilo.

Pelo presente instrumento de procuração, a Outorgante confere aos Outorgados amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "AD JUDICIA", em qualquer Juízo ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-as, conferindo-lhes, ainda poderes especiais para confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, transigir, receber e dar quitação, podendo também substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo, ainda atuar em conjunto ou separadamente, com advogado(s) porventura constituído(s).

Goiânia/GO, 09 de março de 2000.

RQS nº 03/2005
JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
CPML - CORREIOS
Diretor Regional
0846
Fls. nº 5515-4
Doc:

Unato Cândido de Oliveira
TABELIONATO DE NOTAS
Goiânia - Goiás
Reconheço, por semelhança
a(s) assinatura(s) de
que antecede a(s) presente(s)
e, por isso, arquivado, no que dou fé.
Goiânia, 13 MAR 2000
Adm. Pereira Mendes
CONFERE COM O ORIGINAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE GOIÂNIA

ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE GOIÂNIA

0698 058
03 33955 00

ECT
Fls. 534

**PROCURACAO BASTANTE QUE FAZ
TEREZA CLAUDIA CAMAPUM CARVALHO DE FREITAS ME
A Favor de
CLAUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA**

S/A/I/B/A/M QUANTOS ESTE PUBLICO INSTRUMENTO DE PROCURACAO BASTANTE VI-
REM, QUE AOS QUATRO DIAS DO MES DE NOVEMBRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E
NOVENTA E DOIS (04/11/1992), NESTA CIDADE E COMARCA DE GOIÂNIA, CA-
PITAL DO ESTADO DE GOIÁS, EM CARTORIO, PERANTE MIM, ESCRVENTE, E DO TA-
BELIAO QUE ESTA SUBSCREVE, COMPARECEU COMO OUTORGANTE, **TEREZA CLAUDIA
CAMAPUM CARVALHO DE FREITAS ME**, EMPRESA INDIVIDUAL COM SEDE A AV. T-9
NR. 2252 NO JARDIM AMERICA DESTA CAPITAL, CGC/MF 37.353.463/0001.47,
AQUI REPRESENTADA POR SUA PROPRIETARIA TEREZA CLAUDIA CAMAPUM CARVALHO
DE FREITAS, BRASILEIRA, SOLTEIRA, MAIOR, BANCARIA, CI 1658998-684864 SSP
GO., CPF 413.705.701.04, RESIDENTE NESTA CAPITAL, PESSOA RECONHECIDA
COMO A PROPRIA POR MIM, ESCRVENTE, A VISTA DE SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS,
DO QUE DOU FE. ENTAO, PELO OUTORGANTE REFERIDO ME FOI DITO QUE POR ESTE
INSTRUMENTO E NA MELHOR FORMA DE DIREITO, NOMEIA E CONSTITUI SEU BAS-
TANTE PROCURADOR, **CLAUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA**, BRASILEIRO, SOLTEIRO,
MAIOR, EMPRESARIO, CI 1.411.642 2A. VIA SSP GO., CPF 323.227.631.87,
RESIDENTE NESTA CAPITAL, A QUEM CONFERE OS SEGUINTE PODERES: AMPLOS,
GERAIS E ILIMITADOS PODERES, PARA GERIR E ADMINISTRAR A EMPRESA
OUTORGANTE; PODENDO, PARA TANTO, FAZER REPRESENTACAO JUNTO AS REPARTI-
COES PUBLICAS FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS, INSTITUTOS DE PREVI-
DENCIA, AUTARQUIAS, EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA, FUNDACOES, PESSOAS FI-
SICAS E JURIDICAS, ESTABELECIMENTOS BANCARIOS EM GERAL, INCLUSIVE BANCO
DO BRASIL S.A., CAIXA ECONOMICA FEDERAL E BANCOS ESTADUAIS, ASSINAR
PROPOSTAS E CONTRATOS DE QUALQUER NATUREZA, ABRIR E MOVIMENTAR CONTAS
BANCARIAS, EMITIR E ENDOSSAR CHEQUES, FAZER RETIRADAS, MEDIANTE RECIBOS,
AUTORIZAR DEBITOS, TRANSFERENCIAS, PAGAMENTOS POR QUALQUER FORMA, SOLI-
CITAR SALDOS, EXTRATOS E TALOES DE CHEQUES, RECEBER QUALQUER IMPORTANCIA
E DAR QUITACAO, FIRMAR RECIBOS, ACEITAR E AVALIZAR DUPLICATAS, LETRAS
DE CAMBIO, DESCONTAR, CAUCIONAR, ASSINAR "BORDERAUX" BANCARIOS, CORRES-
PONDENCIAS, ADMITIR E DEMITIR EMPREGADOS, FIXANDO-LHES SALARIOS E ATRI-
BUICOES, ASSINAR CONTRATOS DE TRABALHO, COMPRAR E VENDER MERCADORIAS DE
SEU COMERCIO, VENDER OU PRESTAR SERVICOS EM NOME DO OUTORGANTE, REPRE-
SENTAR AINDA PERANTE A JUSTICA, USANDO DOS PODERES DO FORO EM GERAL,
CONSTITUIR ADVOGADO PARA PROPOR E DEFENDER DIREITOS E INTERESSES DO
OUTORGANTE EM ACOES EM QUE FIGURE COMO AUTOR, REU OU LITISCONSORTE, EM
QUALQUER FORO, INSTANCIA OU TRIBUNAL, RECEBER CITACAO INICIAL, TRANSI-
GIR, DESISTIR, RECEBER, DAR QUITACAO, CONFESSAR, RECORRER PARA INSTAN-
CIAS SUPERIORES, FAZER ACORDOS, USAR DOS PODERES DA RESSALVA DO ARTIGO 3
8 DO CODIGO DO PROCESSO CIVIL, E, ENFIM, PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS
NECESSARIOS AO BOM E FIEL CUMPRIMENTO DO PRESENTE MANDATO, PODENDO
SUBSTABELECER. **DISSE MAIS** QUE OS PODERES AQUI EXPRESSOS SE EXTENDEM A
REPRESENTACAO DA OUTORGANTE JUNTO A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELEGRAFOS. E DE COMO ASSIM O DISSE, DO QUE DOU FE, ME PEDIU E EU LHE
LAVREI ESTE INSTRUMENTO, O QUAL, APOS SADO E EM TUDO ACHADO CONFORME,
ACEITA, OUTORGA E ASSINA. EU, -----, ESCRVENTE, A
ESCREVI E ASSINO. GT

Tereza Claudia C. C. de Freitas

**TEREZA CLAUDIA CAMAPUM CARVALHO DE FREITAS ME
TEREZA CLAUDIA CAMAPUM CARVALHO DE FREITAS
PROPRIETARIA**

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº - 0847
3515-4

CARTÓRIO

4º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA

Titular: INDIO DO BRASIL ARTIAGA LIMA

Substitutos: ERY TAVARES ARTIAGA LIMA

ADRIANO DE ARTIAGA

VIDE VERSO

CONFERE COM O ORIGINAL

ESCREVENTES: Denise Pereira - Bárbara - Felix Martins Batalha
Ligia Carla Rosa R. Misukami - Leandro de Moraes Artiaga - Vivianne Romanholo
B. C. Rosado - Nilva de Castro Rodrigues - Valéria Vieira de Paiva Melo
E-MAIL: quartotab@ucg.br
TELEFONE: (62) 212-6511 - FAX: 225-1603
RUA 4, Nº 515, Lojas 02, 17 E 18 - PARTHENON CENTER

CERTIDÃO - Certifico e dou fé que esta fotocópia foi extraída do livro nº. 698 fls. 058 deste Tabelionato, tendo força de Certidão, conforme Provimento nº. 01/82 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Goiás e que este mandato não foi substabelecido e nem é objeto de revogação judicial ou extra judicial.
Goiânia, 30 de 03 de 2000

CARTÓRIO

TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÁS

COPIA COM O ORIGINAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE GOIÂNIA

CT
Fls. 535

ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE GOIÂNIA
0698 059
03 33955 002

EU, INDIO DO BRASIL ARTIAGA LIMA, TABELIAO, CPF/MF NR. 002.856.171-68, A
SUBSCREVO, DOU FE.

Ery Artiaga
INDIO DO BRASIL ARTIAGA LIMA
QUARTO TABELIAO

=====

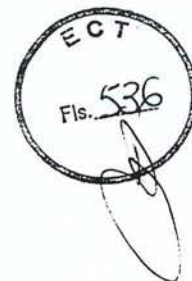
ESCREVENTES: Denise Pereira Santa Bárbara - Felix Martins Batalha
Ligia Carla Rosa R. Misukami - Leandro de Moraes Artiaga - Vivianne Romanholo
B. C. Rosado - Nilva de Castro Rodrigues - Valéria Vieira de Paiva Melo
E-MAIL: quartotab@uol.com.br
TELEFONE: (62) 212-6511 - FAX: 225-1603
RUA 4, Nº 515, Lojas 02, 17 E 18 - PARTHENON CENTER



CARTÓRIO
4º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA
Titular: INDIO DO BRASIL ARTIAGA LIMA
Substitutos: ERY TAVARES ARTIAGA LIMA
ADRIANO DE ARTIAGA

CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIDÃO - Certifico e dou fé que esta fotocópia foi extraída do livro nº 698 fls. 059 deste Tabelionato, tendo força de Certidão, conforme Provimento nº. 01.82 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Goiás, e que este ~~mandato~~ não foi substabelecido, e nem é objeto de revogação judicial ou extra judicial.
Goiânia, 30 de 03 de 2000



Goiânia (GO), 31 de março de 2000.

Ilmo Srº

Valter Lenta Morimatsu

Presidente da Comissão de Sindicância.

Recebido em 03/04/2000
João Silveira lot: 00105-10337
16:45 horas

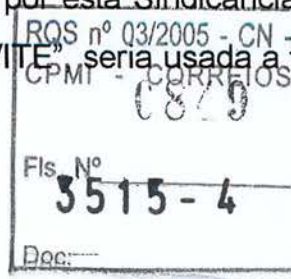
Em resposta a correspondência nº CT/CS-001/2000-PRT/PR/009/2000, informo a V.Sª o seguinte:

Fui demitido do meu trabalho por responsabilidade do Correio face do encerramento de contrato.

Quanto ao 1º e 2º parágrafos da carta em referência, informo que já prestei esclarecimentos à GINSP recentemente, não tendo mais nenhum fato novo que possa ajudar a esta Comissão de Sindicância.

Ainda nesta linha, informo que estamos (eu e minha família) nos sentindo ameaçados e constrangidos com as constantes ligações à minha residência feita por esta Comissão de Sindicância pelo Sr. Valter, Presidente da Comissão de Sindicância.

Informo, ainda, que desconheço qualquer acusação quanto a minha pessoa, portanto, julgo desnecessário a ameaças feita por esta Sindicância a meu irmão, no sentido de que caso não atendesse ao "CONVITE" seria usada a força para prestar declarações à Polícia Federal.



CONFERE COM O ORIGINAL



Solicito portanto que qualquer forma de contato seja mantida com o advogado por mim constituído, cessando de imediato as ligações telefônicas para a residência de meus pais.

O emprego no Correio é pagina virada na minha vida.

Atenciosamente,

Márcio de Lima Pereira

Márcio de Lima Pereira

Abílio Louro Júnior - Advogado
028/60. 11.550

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0850
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



DO: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADM. E VENDAS NO ATACADO

538

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/GT

CI/DEVAT-055/2000-CIRCULAR

CONFIDENCIAL

REF: CI/CSG/DAGP/DEPRO-1359/98-CIRCULAR

ASSUNTO: Vinculação de Contrato SEDEX em ACF's

Brasília, 04 de abril de 2000.

Em decorrência de a precificação adotada para os contratos SEDEX customizados - Compact CD/Brindes, Video, Livro, Cartão/Talão, etc - não oferecer margem que viabilize a operação em unidades de varejo, novos contratos deste tipo não mais deverão ser vinculados a ACF's, a partir do recebimento desta CI.

Quanto aos contratos atualmente existentes, permanecem em vigor nas condições autorizadas, inclusive quanto aos limites de remuneração das ACF's.

Permanece autorizado o vínculo a agências franqueadas dos contratos SEDEX Convencional e SEDEX Especial (SEDEX VIP, SEDEX Hoje, SEDEX Mesmo Dia e SEDEX 3D), sendo a comissão de acordo com o Parte I da Tabela de Comissão de ACF.

Atenciosamente

JOSÉ LUÍS BORGES SILVEIRA

Chefe do Departamento de Adm. e Vendas no Atacado

C/C: DINSP, DEPRO, DEREV, GFRAN

/pu

DIRETORIA COMERCIAL DA ECT - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E VENDAS NO ATACADO
DEVAT - SBN Conjunto 3 - Bloco A - 10.º andar - Ala Sul - 70002-900 - Brasília-DF
Telefone: (061) 426-2871 - Fax: (061) 426-2502 - e-mail: devat@correios.com.br

RECEBADO 2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls N° 0851
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
2ª VARA



Autos n. 2000.35.00.006081-0 (classe2100)

Ofício nº 217

Goiânia, 06 de abril de 2000.

536
54815320

Senhor Auditor,

Por ordem do MM. Juiz Federal Substituto Dr. CARLOS ROBERTO ALVES DOS SANTOS (em exercício eventual na 2ª Vara), nos autos do mandado de segurança impetrado por **NILO CÂNDIDO RAMOS** e **OUTRO** contra ato do Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Outro, encaminho a Vossa Senhoria, para cumprimento, cópia da decisão liminar proferida nos autos em referência. Solicito-lhe, outrossim, que no prazo legal, preste as informações que entender necessárias, para o que faço juntar cópia da petição inicial e documentos que a instruem.

Atenciosamente,


Sílvia de Jesus Coelho

DIRETORA DE SECRETARIA

Ilustríssimo Senhor

VALTER LENTA MORIMATSU

Presidente da Comissão de Sindicância da
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Praça Cívica, Centro - NESTA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº. 0852
3515-4

Doc: CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
2ª VARA

Processo	n.º 2000.6081-0
Ação/classe	MANDADO DE SEGURANÇA 2.100
Impetrantes	NILO CÂNDIDO RAMOS e MÁRCIO ALVES RABELO
Impetrados	PRESIDENTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

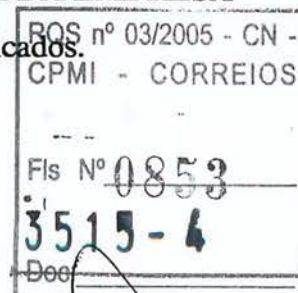
CÓPIA

I- Relatório

NILO CÂNDIDO RAMOS e MÁRCIO ALVES RABELO, devidamente qualificados nos autos, aforaram neste juízo mandado de segurança contra ato do **PRESIDENTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**, igualmente identificados.

Alegaram, em resumo, o seguinte:

a) regularmente instaurada, a mencionada sindicância visa



CONFERE COM O ORIGINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL(Continuação da **DECISÃO LIMINAR** proferida nos autos do Processo n.º 2000-6081-0)

apurar fatos relacionados no RELATÓRIO SINTÉTICO relativo ao “**Processo DINSP 0032/2000, que trata de impropriedades envolvendo Agências dos Correios Franqueadas, bem como a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda, situadas em Goiás, em função do CONTRATO 054/99-ECT x TCPRINT, firmado na DR/GT, em 26.10.99, entre a Regional e a TECPRINT**”;

b) entretanto, a Comissão de Sindicância designada, realizou verdadeira devassa na administração dos impetrantes, vetando, terminantemente, qualquer participação nas apurações, tanto dos impetrantes, como de seus patronos;

c) apontaram diversas irregularidades e ilegalidades no procedimento realizado pela Comissão de Sindicância, dentre eles, a negativa de fornecimento dos documentos por ela produzidos, impedimento à formação do contraditório e da ampla defesa e remoção/transferência do impetrante **MÁRCIO ALVES RABELO**.

Ao final, após ressaltar a presença dos requisitos autorizadores, requereram a concessão da medida liminar para que seja determinada: a) suspensão dos efeitos da Portaria PRT/PR-009/2000, EMI: 26/01/2000, VIG: 08/02/2000, que determinou a instauração de sindicância para apuração de fatos ocorridos na administração dos impetrantes; b) autorização para obter vista do processo de sindicância, bem como o fornecimento de cópias de todas as peças que forem requeridas; c) suspensão dos efeitos dos atos de remoção/transferência dos impetrantes para outra localidade, e que nenhuma medida punitiva seja adotada contra os impetrantes, até o final da referida sindicância ou de procedimento equivalente que venha substituí-la.

II- Fundamentação

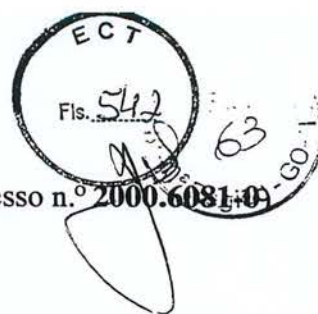
A verba legis do art. 5º, LV, da Constituição Federal, ao dispor sobre a ampla defesa, estatui:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

(Continuação da **DECISÃO LIMINAR** proferida nos autos do Processo n.º 2000.6081-09)

EX0



Art. 5º.....omissis.....

LV - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Deve ser ressaltado que a concessão de liminar em mandado de segurança passa pela análise prévia e necessária da presença conjunta dos pressupostos autorizadores da medida liminar, quais sejam, a plausibilidade jurídica da tese esposada pelo autor e o perigo de ineficácia da medida, caso venha a ser deferida ao final.

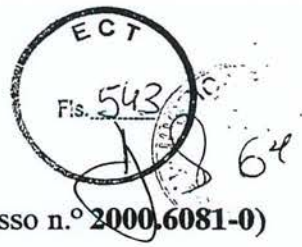
Analisando a petição inicial, vejo que os impetrantes indicam como fundamento da ilegalidade do ato administrativo (sindicância) o fato de não ter sido oportunizada a ampla defesa, porque não lhes foi permitido acesso aos atos investigatórios da sindicância, bem como houve negativa no fornecimento de cópias das provas produzidas, e como causa de pedir a garantia constitucional que assegura “o contraditório e ampla defesa em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral”. (CF/88, art. 5º, inciso LV).

No caso destes autos, o desenvolvimento da sindicância sem a garantia da ampla defesa e do pleno conhecimento das provas produzidas, satisfaz a relevância do direito alegado, dada a infringência do dispositivo constitucional acima transcrito, bem como o disciplinamento da matéria no âmbito da própria ECT, demonstrando a ilegalidade dos atos dos impetrados, situação que, nesta análise preliminar, é suficiente para demonstrar a **relevância** do direito alegado.

De fato, o princípio do devido procedimento legal garantido constitucionalmente garante a todos os investigados, em procedimento administrativo ou processo judicial, pelo menos: a) ciência dos fatos investigados em petição apta; b) prazo razoável para resposta; c) possibilidade de participar da produção de prova e

RG nº 10340095-741
CPMI - CORREIOS
1855
Fls Nº
P 3515-4
Dee:

CONFERE COM O ORIGINAL



contra-prova dos fatos investigados; d) julgamento imparcial e com fundamento nas provas constantes dos autos.

Outrossim, a participação do sindicato no procedimento administrativo pode ser efetuada diretamente ou por meio de profissional habilitado legalmente para este mister.

Por outro lado, a não concessão da liminar pleiteada implicará na continuidade e conclusão da sindicância sem a ampla defesa, o que poderá causar prejuízos aos impetrantes. Acrescente-se, ainda, que já houve determinação para afastamento de um dos sindicatos de suas funções, o que permite aferir que a manutenção da sindicância tem o condão de gerar danos de difícil reparação.

Portanto, comprovado o preenchimento dos requisitos para concessão da ordem perseguida.

III - Decisão

Ante o exposto, com fundamento no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, **concedo** a liminar pleiteada para suspender a eficácia de toda a prova produzida sem a participação dos sindicatos e dos advogados destes, determinando às autoridades impetradas que concedam livre acesso aos sindicatos, bem como a seus respectivos advogados de todo procedimento.

Advirto, no entanto, que esta medida liminar não impede **nova investigação dos fatos**, desde que observadas as franquias constitucionais deferidas a todos os investigados pelo poder público.

Notifiquem-se as autoridades impetradas para nos termos do artigo 7, I e II, da LMS, prestarem suas informações.

Notifiquem-se as autoridades impetradas para nos termos do artigo 7, I e II, da LMS, prestarem suas informações.

RQS nº 03/2005 - CN -
CORREIOS

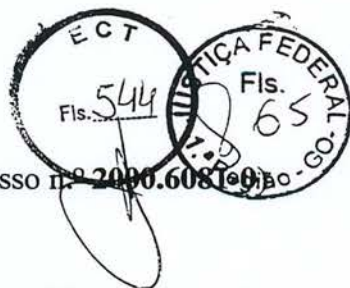
4 Fls Nº 0856
3515 - 4

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

(Continuação da **DECISÃO LIMINAR** proferida nos autos do Processo nº 2000.60819)



Prestadas as informações, ou transcorrido o prazo, sejam os autos conclusos para **reexame** desta medida liminar.

Diligencie-se com a urgência que o caso requer.

Intimem-se.

Goiânia, 06 de abril de 2.000

CARLOS ROBERTO ALVES DOS SANTOS

Juiz Federal Substituto

(Em exercício eventual na 2ª Vara.)

\\2GABS2-GO\USUARIOS\DECISAO\SINDCORR.WPD

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0857
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/GO 17.418

OAB/GO 11.217



**EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA VARA DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÂNIA – GO.**

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro, casado, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 90, Qd. F-44, Setor Sul, portador da CI nº 170116, 2ª via, SSP/GO, CPF nº 461.445.877-72 e **MÁRCIO ALVES RABELO**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 1.126, nº 243, Setor Marista, portador da CI nº 4319977, SSP/GO, CPF nº 256.577.396-04, por seus procuradores judiciais legalmente constituídos, mandato junto – (DOCs. 01/02), vêm, com o devido respeito e acatamento, à digna presença de V. Exa., impetrar o presente

MANDADO DE SEGURANÇA
COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR

contra ato do Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, EGYDIO BIANCHI, encontrável na sede da direção central da empresa, no Setor Bancário Norte, Conj. 3, Bl. A, 19º andar, Brasília-DF, CEP 70.002.900. e do Presidente da Comissão de Sindicância constituída pela Portaria PRT/PR-009/2000, de 26/01/2000, vig. 08/02/2000, Auditor VALTER LENTA MORIMATSU, encontrável na sede da Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, à Praça Cívica, nesta Capital, nos termos do art. 5º, inc. LXIX, da Constituição Federal e da Lei nº 1.533/51, especialmente o seu art. 7º, inc. II, e demais

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis Nº 0858
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

CONTRA-TE

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/GO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217



disposições legais aplicáveis à espécie, com fundamento nas razões de fato e de direito que passa a declinar.

I – DOS FATOS

1. A primeira autoridade coatora instaurou a Comissão de Sindicância constituída pela Portaria da Presidência (PT/PR)-0009/2000 – EMI: 26.01.2000 – VIG: 08.02.2000, cujo teor consta da Certidão em anexo – (DOC. 03).

2. Mencionada Sindicância, regularmente instaurada, tem como finalidade apurar os fatos relacionados no RELATÓRIO SINTÉTICO relativo ao *“Processo DINSP 0032/2000, que trata de impropriedades envolvendo Agências dos Correios Franqueadas, bem como a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda, situadas em Goiás, em função do CONTRATO 054/99-ECT x TECPRINT, firmado na DR/GT, em 26/10/99, entre a Regional e a TECPRINT”* conforme o mesmo documento.

3. A Comissão de Sindicância designada, entretanto, em clima de mistério e terror, tomou de assalto a Direção Regional dos Correios, realizando verdadeira devassa na administração dos IMPETRANTES, vetando, terminantemente, qualquer participação dos mesmos nas apurações.

4. Chegando a Goiânia o colegiado investigatório deu imediato início ao procedimento sindicante, colhendo depoimentos, promovendo a juntada de provas e documentos, de forma autoritária e unilateral, sem dar o direito de manifestação dos IMPETRANTES e negando-lhes qualquer contribuição dos mesmos, como já foi dito, em investigações que dizem respeito aos seus atos.

5. Considerando que os atos negociais investigados referem-se à gestão dos IMPETRANTES e que o CONTRATO 054/99, firmado entre a ECT a empresa TECPRINT, objeto da sindicância, foi assinado pelos mesmos, estes constituíram os advogados que subscrevem a inicial, a fim de acompanhar o procedimento investigatório, visando colaborar no correto esclarecimento dos fatos e em defesa dos princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme atestam os mandatos juntados.

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) - 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020
E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -	
CORREIOS	
0859	
Fis Nº	3515 - 4
Doc:	

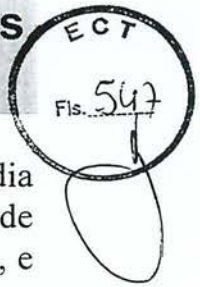
Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/FO 17.418

OAB/GO 11.217



6. Ao procurarem a Comissão, no dia 15/01/2000, os advogados que subscrevem a presente foram recebidos de pé, na sala do Diretor Regional substituto, Dr. José Aparecido de Souza, e na presença deste, pela referida Comissão, que se negou a fornecer-lhes qualquer documento pertinente à Sindicância ou mesmo permitir-lhes o ingresso na sala onde se realizam “os trabalhos reservados que estavam tendo andamento”, naquele instante, com a oitiva de testemunha.

7. Recebidos ríspida e autoritariamente pela Comissão de Sindicância, os advogados dos IMPETRANTES foram impedidos de adentrar à sala onde se realiza a Sindicância pelos membros da Comissão, como relatado no requerimento em anexo, encaminhado no dia seguinte do Diretor Regional Substituto, sob a alegação de que “estavam trabalhando” e que “havia uma pessoa que iria prestar depoimento” naquele momento, não podendo, portanto, receber os advogados – (DOC. 04).

8. Os advogados dos IMPETRANTES, pelo mesmo requerimento, diante do absurdo que haviam presenciado, pelos seus patronos, requereram o direito de participar das oitivas de testemunhas, bem como o fornecimento das cópias dos documentos já levantados pelos sindicantes, inclusive os depoimentos, o que foi negado.

9. Os advogados dos IMPETRANTES, insistindo na vista dos autos e na participação no procedimento administrativo da sindicância, no exercício de direitos constitucionais, legais e normativos básicos, passaram a amargar horas de espera na ante-sala do Diretor Regional Substituto, para, ao final, receber a negativa da Comissão.

10. Durante os dias que se seguiram a Comissão, presidida pela segunda autoridade coatora, fez várias outras negativas que aos advogados dos IMPETRANTES, sem lhes permitir, terminantemente, a indispensável vista aos autos da sindicância, sob a alegação de que se tratava de um “*procedimento reservado*”, de uma “*investigação confidencial interna*”, que ainda não havia apontado “*acusados*”, pois se tratava de um simples “*levantamento de rotina*” e outros depautérios.

11. No dia 21/02/2000 os IMPETRANTES formularam novo REQUERIMENTO à Comissão de Sindicância presidida

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 3

214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0860
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

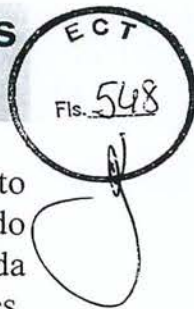
Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/FO 17.418

OAB/GO 11.217



pela segunda autoridade coatora, reiterando os termos do requerimento anterior e pleiteando, novamente, cópia dos documentos constantes do processo, a fim de orientar eventual defesa dos mesmos e na salvaguarda do princípio do contraditório, uma vez que prosseguiram as inquirições, requisições de documentos e de provas, de forma unilateral e, praticamente, “secreta” em clima de terror e de ilegalidade – **(DOC. 05)**.

12. Somente no início de março é que a Comissão de Sindicância, pela Certidão anexa, fez chegar aos IMPETRANTES a cópia do ato constitutivo do procedimento, sem, contudo, deferir os pedidos atinentes ao fornecimento dos documentos produzidos e de permitir a formação do contraditório e da ampla defesa.

13. Num verdadeiro desfile de depautérios e de absurdos, o DESPACHO da Comissão, entregue mais de 15 (quinze) dias depois do primeiro requerimento dos IMPETRANTES, procurando fundamentar a ilegal negativa do exercício de direitos fundamentais alega, entre outras impropriedades:

A) Item I, segundo parágrafo: “A autoridade administrativa ... decide ampliar-se a verificação dos fatos abordados – ab initio, em prévia diagnose – num rotineiro processo com objeto de controle patrocinado pelo Departamento de Inspeção Geral no exercício de seu mister.”

B) Item II, segundo parágrafo: Dessa forma, é de escorreita certeza dizer-se que ainda não existem outros interessados na matéria, além da própria Administração ... E admitir-se um raciocínio contrário levaria ao fato de que, nesta fase, todos os colaboradores da ECT na DR/GT estariam em condição de policiar os trabalhos, engessando os atos necessários à esta Comissão, o que decerto é improdutivo ao interesse público.”

C) item III, primeiro parágrafo – De resto, no que respeita à intenção de obter prévia comunicação “aos referidos patronos” para acompanhar o levantamento e/ou apuração de dados cognitivos e imprescindíveis ao pleno domínio da matéria pela Autoridade Instauradora, também nos parece inoportuno frente à inexistência de qualquer imputação em face dos

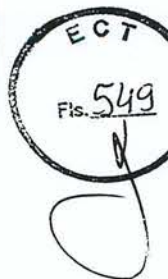
Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax (062) - CORREIOS

214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
062 - CORREIOS
0861
Fls. Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



requerentes, que se for o caso, serão chamados no devido tempo...

Item III, segundo parágrafo – Frente aos termos da documentação sob exame e não obstante ali demonstrada a existência de interesses pessoais dos requerentes – sobrepondo-se àqueles públicos no procedimento de controle em curso...decide esta Comissão de Sindicância, por unanimidade:

[...]

c) INDEFERIR o fornecimento – por ora – de outros quaisquer documentos pelos motivos elencados na fundamentação deste despacho...

(Destacou-se).

14. Ao tempo em que constata a existência de interesses pessoais dos IMPETRANTES, a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, regularmente designada por ato específico da primeira autoridade coatora alega estar realizando apenas “processo de controle” que seria “engessado” com participação dos mencionados interessados.

15. Decide ainda, a Comissão, por mais incrível que pareça, em total desrespeito à ordem jurídica preconizada a partir da Carta Magna, que o “procedimento de controle em curso” não permite o deferimento da entrega dos documentos solicitados.

16. De outra parte, manteve-se silente, maliciosamente, sobre o requerimento de participação dos IMPETRANTES - evidentemente, naquilo que lhes disser respeito ou que for referente a atos negociais praticados pelos mesmos - nas provas que estão sendo produzidas na sindicância de forma unilateral e ilegalmente, repita-se, na nítida intenção de chafurdar-se no lamaçal de arbitrariedades que vem protagonizando.

17. Os IMPETRANTES ocupam respectivamente os seguintes cargos na direção regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Goiás: NILO CÂNDIDO RAMOS,

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFAX (062) 332605 - CN - 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020
E-mail: nelfig@internacional.com.br

006203/2605 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls. Nº	0862
	3515 - 4
Doc:	

CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

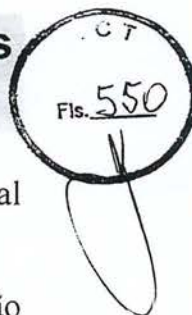
OAB/GO 10.950

Âmparo Figueiredo

OAB/FO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217



Diretor-Regional; MÁRCIO ALVES RABELO, Diretor Regional Adjunto/Coordenador de Suporte.

18. Tomando conhecimento da instauração de Sindicância para apurar fatos referentes à sua gestão, o primeiro **IMPETRANTE** afastou-se espontaneamente da Diretoria Regional, até a final apuração dos fatos e os demais foram instados a se afastarem dos respectivos cargos pela direção central.

19. O prazo inicialmente previsto para a conclusão dos trabalhos da Sindicância, 15/03/2000, de acordo com a Portaria designatória da Comissão, subscrita pela primeira autoridade coatora, o Presidente da ECT, esgotou-se, tendo sido prorrogado, ao que consta, o referido prazo, sem qualquer comunicação aos IMPETRANTES ou aos seus advogados.

20. No dia 22/03/2000, o segundo **IMPETRANTE** foi afastado de suas funções, sem qualquer esclarecimento e colocado à disposição da Presidência da ECT, o que o afasta do local onde estão sendo processadas as investigações, em prejuízo de seu direito de defesa - **(DOC. 06)**.

21. Esse ato de remoção/transferência do segundo IMPETRANTE, de caráter nitidamente punitivo, é ato praticado com **desvio de finalidade ou de poder**, sendo nulo juridicamente por várias razões, inclusive pelo fato de que dificulta ou torna impossível ao mesmo o acompanhamento da Sindicância e o eficiente exercício regular do direito à sua ampla defesa.

22. Em face de tão gritantes ilegalidades e diante da irredutível negativa da Comissão de Sindicância em permitir o acompanhamento dos trabalhos investigatórios pelos IMPETRANTES, já que os atos investigados referem-se à administração dos mesmos, restou-lhes apenas a via do presente remédio heróico, a fim de fazer com que os seus direitos e garantias insculpidos na Constituição Federal e na legislação específica sejam respeitados.

II – O DIREITO

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0863
Fls Nº
3515 - 4

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/CsNelson Figueiredo
OAB/GO 10.950Amparo Figueiredo
OAB/GO 17.413Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

Fls. 551

23. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é empresa pública federal, inserindo-se, *ipso facto*, no contexto do que se conhece por Administração Indireta do Estado.

24. Submete-se, por essa ordem, aos princípios legais e constitucionais impositivos à Administração Pública, ao teor do que dispõe, entre outros dispositivos, o art. 37, caput, da Carta Magna.

25. A Portaria (PRT/PR)-0009/2000, EMI: 26/01/2000, transcrita na Certidão anexada, refere-se textualmente à designação de **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**, indicando os membros integrantes e os fatos a serem apurados, decorrentes de processo administrativo de verificação e controle, de nº DINSF-0032/2000.

26. Sindicância, como ensinam os mais renomados doutrinadores do direito administrativo, é processo administrativo de apuração sumária de irregularidades no serviço público, sendo indispensável, após a Constituição de 88, que assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

27. A respeito da definição de sindicância como processo administrativo, é ilustrativa a lição de José dos Santos Carvalho Filho¹, *verbis*:

“Outro aspecto que, desde já, merece observação, principalmente em razão da funda confusão que costuma ser feita, é a de que a sindicância também é um processo administrativo, como tantos outros que tramitam na Administração Pública. Desse modo, pode haver dois processos administrativos interligados – a sindicância e o processo administrativo disciplinar.” (Destacou-se).

28. Ora, é claro e taxativo o texto da Superlei, quando determina, nos incs. LIV e LV do art. 5º, *letteris*:

“LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens, sem o devido processo legal.

¹ - Manual de Direito Administrativo, 5ª edição, 1999, p. 696.

RGs nº 08/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0864
5515 - 4
Doc: _____
CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/GO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217



“LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

29. Tanto é assim, que a Lei nº 8.112/90, que institui o regime jurídico único dos servidores da Administração Pública federal – analogicamente aplicável aos empregados da ECT, que integram a administração federal, embora sejam celetistas – dispõe no seu art. 143:

“Art. 143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa.”

30. O direito à ampla defesa, portanto, é apanágio constitucional, inerente ao Estado Democrático de Direito preconizado no art. 1º da Carta Política, e independe do regime jurídico pelo qual o servidor se vincula ao serviço público.

31. Tanto é assim, que a Lei nº 9.748/99, que regula o processo administrativo na **administração federal direta e indireta**, perfeitamente aplicável à ECT e seus processos administrativos, determina, no art. 2º, caput, e parágrafo único, incs. I, IV e X, a observância de regras e princípios que estão sendo teimosa e afrontosamente negligenciadas pelas autoridades coatoras na Sindicância em apreço, dispondo:

“Art. 2º A Administração Pública obedecerá dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.”

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I – atuação conforme a lei e o Direito;

[...]

II – atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0805
Fls. Nº
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

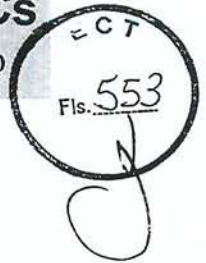
Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/FO 17.418

OAB/GO 11.217



[...]

X – garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígios.

32. Indiscutível, na espécie, que a negativa da Comissão de Sindicância de receber os advogados, fornecer documentos e permitir o acompanhamento das diligências e produção de provas no procedimento sindicante, transgride violentamente todos esses princípios e regras, malferindo de morte, ainda, os preceitos constitucionais transcritos.

33. O MANUAL DE CONTROLE INTERNO da ECT, MÓDULO 7, CAPÍTULOS 1 e 2, que trata da “APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES”, em anexo, define no capítulo 1, itens 4.11 e 4.13, confirmando o que foi antes declinado, e em consonância com a melhor doutrina, define o procedimento que está sendo arbitrária e ilegalmente perpetrado na Diretoria Regional local dos Correios, ao conceituar- **(DOC.07:**

“4.11 – Processo de Apuração

É o conjunto de procedimentos que deve ser executado, para a apuração de uma determinada irregularidade.

[...]

4.13 – Sindicância por Comissão

Forma de apuração feita por Comissão designada por meio de Portaria...”

34. Logo adiante, no Capítulo II, fls. 5 e 6, a citada norma define o que é sindicância, dispondo sobre os direitos dos sindicatos, em perfeita sintonia com a doutrina invocada, a Lei 9.784/99 e os mandamentos constitucionais transcritos:

“O acusado ou seu representante terá acesso (dará vista) ao processo que contém o Relatório. Observe-se que a AMPLA DEFESA não implica apenas no direito de se defender por escrito, mas no direito de assistir, com seu advogado ou acompanhante a todas as oitivas de testemunhas, no

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, Tele. (62) 2008 - CN - 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020
E-mail: nelfig@internacional.com.br

Proc. (062) 2008 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0866
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/CsNelson Figueiredo
OAB/GO 10.950Amparo Figueiredo
OAB/FO 17.418Liliane Figueiredo
OAB/GO 11.217

direito de solicitar a produção de novas provas (Após ter elaborado sua Defesa, se houver produção de novas provas, deverá ser aberto novo prazo para o acusado emendar ou não sua Defesa), solicitar a realização de perícia, oitiva de testemunhas, oportunidade em que poderá também fazer perguntas etc. Após a vista deverá (ão) o (s) interessado (s) consignar (em) na 1ª via do instrumento juntado ao processo. Evidentemente todos estes direitos deverão ser exercidos quando solicitados por escrito (no início dos trabalhos estes direitos serão dados a conhecer ao empregado, pelo Presidente da Comissão de Sindicância) seu exercício e de forma a não prejudicar os trabalhos apuratórios. Tal direito é assegurado aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral, por dispositivo constitucional (Vide art. 5º, inc. LV da Constituição Federal/88) cabendo à Administração cumpri-lo integralmente e da melhor forma possível." (Destacou-se)

35. Como está claro, MM. Juiz, até mesmo os regulamentos da ECT desautorizam a ilegalidade que esta sendo cometida pela digna "Comissão de Sindicância", atentatariamente, em total desrespeito à ordem jurídica vigente.

36. É inacreditável, Excelência, que em pleno Estado de Direito ainda existam aqueles que pensam estar defendendo "interesses da Administração Pública" quando agem à margem da lei e contra os mais comezinhos princípios jurídicos e democráticos.

37. À evidência, as provas obtidas por tal meio são provas ilícitas, imprestáveis, como de resto é imprestável todo o procedimento, desde o primeiro ato que se seguiu à instauração da Comissão, considerando-se que os IMPETRANTES, na condição de interessados, procuraram a Comissão por seus patronos, requereram o direito de se inteirar dos procedimentos, sendo drasticamente repelidos pelos sindicantes.

PROVA OBTIDA POR MEIOS ILÍCITOS

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, Telefax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020
E-mail: nelfig@internacional.com.br

BOS 08/23/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0807
Fls. Nº 3515-4
CONFERE O ORIGINAL

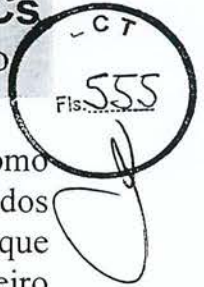
Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/FO 17.418

OAB/GO 11.217



38. Os termos de depoimentos, bem como os documentos juntados sem a participação ou o conhecimento dos IMPETRANTES/interessados, já que o contrato e os demais atos que motivaram a sindicância foram assinados na gestão, pelo primeiro IMPETRANTE e/ou por autorização do segundo IMPETRANTE, não podem ter, é de concluir-se, qualquer validade no procedimento que está sendo realizado.

39. Ora, tais documentos foram obtidos por meios ilícitos pelo denunciante, sem qualquer comunicação prévia ou posterior aos IMPETRANTES – que sobre os mesmos não se pronunciaram – e inseridos no procedimento de sindicância arbitrariamente, à revelia dos interessados.

40. Além do mais, a origem ilícita dos citados termos de audiência, acrescidos aos autos sem qualquer cientificação prévia ou posterior a respeito dos mesmos aos IMPETRANTE, para que a respeito deles se pronunciasse, retira-lhes toda a validade probatória, fulminando, da mesma forma, qualquer indiciamento ou comunicação para apresentação de defesa que resultasse de procedimento ilegal, unilateral e arbitrário.

41. A propósito de prova obtida por meio ilícito, confira-se o que prescreve a Constituição Federal, no seu art. 5º, inc. LVI, verbis:

“[...] são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meio ilícito [...]”

42. Preciosa, na espécie, a lição de Nelson Nery Júnior², abaixo transcrita:

“A prova pode ser ilícita em sentido material e em sentido formal. A ilicitude material ocorre quando a prova deriva; ‘a’ de um ato contrário ao direito e pelo qual se consegue um dado probatório (invasão domiciliar, violação do sigilo epistolar, quebra de segredo profissional, subtração de documentos, escuta clandestina, constrangimento físico ou moral na obtenção e confissões ou depoimentos testemunhais etc.). Há ilicitude formal quando a prova “decorre de forma ilegítima pela qual ela se produz, muito embora seja lícita a sua origem. A ilicitude material diz respeito ao

² - Princípios de Processo Civil na Constituição Federal, 2ª edição, São Paulo, Ed. RT, 1992, p. 108 n.º 03/2005 - CN - Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br



Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/FO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217



momento formativo da prova; a ilicitude formal, ao momento introdutório da mesma. Em suma, razões de legalidade e de moralidade atuam como causas restritivas da livre atividade probatória do Poder Público". (Destacou-se).

43. A jurisprudência consagra o mesmo entendimento, como prova lapidar julgado do STJ, *verbis*:

"EMENTA. RHC. Constitucional. Processual Penal. Prova. Meio ilícito de obtenção. Nulidade. A produção de provas precisa obedecer ao procedimento legal. Daí porque a Constituição da República expressa a inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos (Art. 5º, LVI) (STJ, RHC 1232/BA, rel. Min. Luiz Vicente Chernicchiaro, 6ª Turma, decisão de 31/08/92, DJ de 21/09/92)

44. Considerando tudo isso, é indiscutível a nulidade da Sindicância em andamento, especialmente para o efeito de apurar qualquer suposta irregularidade que pudesse ser atribuída aos IMPETRANTES, sendo, portanto, nulos dos os seus atos.

DIREITO LÍQUIDO E CERTO

45. Direito líquido e certo, em mais uma insuperável expressão de Hely Lopes Meirelles³ é aquele de se apresenta de plano, incontroverso, delimitado, e capaz de ser exercitado pela impetração, como se lê:

"Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração."

46. Os IMPETRANTES na condição Diretor Regional e Diretor Regional Adjunto/Coordenador de Suporte, estão assistindo atos negociais e comerciais que praticaram, como o **CONTRATO 054/99-ECT x TECPRINT, firmado na DR/GT, em 26/10/99, entre a Regional e a citada empresa**, sendo objeto de apuração e investigação em procedimento regularmente instaurado, sem que lhes seja facultado o direitos básicos à ampla defesa e ao contraditório, como demonstrado.

³ - Mandado de Segurança e outras Ações constitucionais, RT, 11ª, edição 1987, p. 112.
Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020
E-mail: nelfig@internetal.com.br



Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/FO 17.415

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217

Fls. 557

47. Ademais, os ora **IMPETRANTES** estão sendo informados por vários empregados da empresa que prestaram depoimento à Comissão de Sindicância, que estão sendo feitas perguntas referentes às suas atividades funcionais e até mesmo indagações sobre a vida pessoal dos mesmos, que os mesmos autorizem ou que lhes seja dado conhecimento.

48. Obvio que a salvaguarda e a proteção dos direitos que estão sendo conspurcados, atropelados e vilipendiados de maneira tão escandalosa pelos referidos sindicantes, constitui direito líquido, certo e inalienável dos ora **IMPETRANTES**, claramente manifesto e apto a ser exercitado pela via do presente remédio heróico.

PERICULUM IN MORA

49. A medida liminar requerida é medida urgente e necessária, tendo em vista que o prazo para a **CONCLUSÃO** da **SINDICÂNCIA** já foi prorrogado, à revelia dos **IMPETRANTES**, já tendo resultado da mesma a medida de afastamento do segundo **IMPETRANTE** do cargo que exercia, medida indiscutivelmente punitiva.

50. Das conclusões apuradas no citado procedimento irregular e unilateral, poderão resultar medidas punitivas em desfavor dos direitos dos **IMPETRANTES**, cuja vida foi dedicada à ECT, sem que os mesmos tenham sido ouvidos ou consultados, até agora, o que consubstancia, irrecusavelmente, o fundado receio de prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

51. O provimento cautelar requerido, portanto, se apresenta como única forma de evitar a consumação de gravosa injustiça contra os **IMPETRANTES**, com base em procedimento arbitrário e irregular, nulo de pleno direito na sua totalidade.

52. Com o afastamento do segundo **IMPETRANTE** da função de confiança que ocupava e a sua colocação à disposição da Presidência, caem por terra todas as alegações improcedentes e ilegais da Comissão Sindicante, a respeito da natureza do procedimento, que poderia, mais adiante, ser convertido em procedimento disciplinar.

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 13

214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0870
Fls Nº
3515 - 4
Dec:

CONFERE COM O ORIGINAL

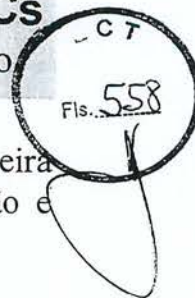
Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/FO 17.418

OAB/GO 11.217



53. Essa seria, sem dúvida, a primeira Sindicância que pune antes de instaurar o procedimento de instrução e julgamento.

54. Urgente e premente o periculum in mora, diante da primeira consumação das ameaças feitas e da iminente conclusão do procedimento sindicante à revelia dos IMPETRANTES, constituindo-se em verdadeiro atentado aos seus direitos constitucionais e legais e ao seu passado de inteira dedicação à ECT.

O PEDIDO

Ao teor do exposto, REQUER a V. Exa.

o seguinte:

1. seja concedida medida liminar *inaudita altera pars* determinando a suspensão dos efeitos da Portaria PRT/PR-009/2000, EMI: 26/01/2000, VIG: 08/02/2000, subscrita pela primeira autoridade coatora, Presidente da ECT, que instaurou a Sindicância presidida pela segunda autoridade coatora, bem como de todos os atos praticados por esta em decorrência da mesma, na mencionada sindicância, por se tratarem de atos administrativos nulos de pleno direito, praticados com abuso de poder e cerceamento ao direito de ampla defesa, como se provou;
2. seja autorizada a vista do processo de sindicância aos IMPETRANTES e o fornecimento das cópias de todas as peças que forem requeridas, por ser direito inerente à ampla defesa, para o resguardo de futuros procedimentos;
3. sejam suspensos os efeitos dos atos de remoção/transferência dos IMPETRANTES para qualquer local diferente da Regional da ECT Goiás, emitidos depois de instaurada a Sindicância, até o final das apurações que estão sendo feitas na mesma, por se tratar de ato com conotação punitiva, maculado por desvio de poder, de modo a possibilitar aos mesmos o acompanhamento e o exercício do direito da ampla defesa;
4. seja determinado à Diretoria da ECT, via de consequência, que se abstenha de adotar qualquer medida punitiva contra os IMPETRANTES, até o final da referida Sindicância ou do procedimento equivalente que venha substituí-la, de forma regular,

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 14
214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020
E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPI	CORREIOS
0871	
Fls. Nº	3515-4
CONFERE COM O ORIGINAL	
Des: _____	

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/GO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217



uma vez corrigidas as ilegalidades denunciadas no presente *mandamus*;

5. notificação às autoridades coatoras, identificadas na exordial, para prestarem as informações que tiverem, no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

6. intimação ao douto Ministério Público para se manifestar nos autos;

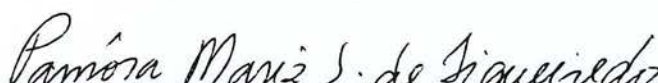
7. concessão, ao final, da segurança definitiva, para ANULAR a referida Portaria PRT/PR-009/2000, de 26/01/2000, VIG: 08/02/2000, e a Sindicância dela decorrente, em todo o seu conteúdo, por se tratar de procedimento administrativo ilegal, produzido com cerceamento do direito à ampla defesa e do contraditório, sendo juridicamente imprestável para qualquer efeito jurídico, assim como os atos de remoção/transferência dos IMPETRANTES, expedidos após o início da Sindicância anulada.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

NESTES TERMOS, PEDE E ESPERA
DEFERIMENTO.

Goiânia, 30 de março de 2000.


NELSON FIGUEIREDO
OAB/GO 10.950


PAMÔRA MARIZ S. FIGUEIREDO
OAB/GO 18.237

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020
E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
(062) 0872
Fls. Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo Liliane Figueiredo Amparo Figueiredo Pamôra Figueiredo
 OAB/GO 10.950 OAB/GO 11.217 OAB/GO 17.418 OAB/GO 18.237

PROCURAÇÃO

Fis. 560

OUTORGANTE (S):

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta capital à Rua 90, Qd. F-44, Lt. 44, Setor Sul, portador da C.I. n.º 170116 2ª via SSP/GO, CPF n.º 461.445.877-72.

OUTORGADO (S):

DR. NELSON FIGUEIREDO, brasileiro, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 10.950; DR.ª LILIANE S. C. FIGUEIREDO, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 11.217; DR.ª AMPARO MARIZ S. DE FIGUEIREDO COUTO, brasileira, advogada, regularmente inscrita na OAB/GO sob o n.º 17.418; DR.ª PAMÔRA MARIZ S. DE FIGUEIREDO, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 18.237, todos com escritório profissional situado à Rua 10, n.º 93, 2º andar, Salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Goiânia-GO, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537/214-2260.

OBJETO:

Nomeia (m) e Constitui (em) o (s) Outorgado (s) bastante procurador (es), com poderes de cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", conforme exegese dos arts. 38 do Código de Processo Civil, art. 5º e seus parágrafos da Lei n.º 8.906, de 04.04.94, podendo, inclusive, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromissos, enfim, realizar e praticar os atos necessários para o bom, fiel e cabal desempenho deste mandato, especialmente para impetrar MANDADO DE SEGURANÇA, em defesa dos direitos do outorgante, em relação à Sindicância instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Goiânia - GO, 30 de março de 2000.

NILO CÂNDIDO RAMOS

CPF n.º 461.445.877-72.

RQS n.º 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis. Nº 0873

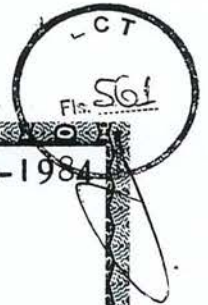
3515-4

Rua 10, n.º 93, 2º andar, salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537, Goiânia - GO, CEP 74120-020
 E-mail: nelfig@internacional.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

L-A



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 170.116 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 25-set-1984

NOME NILO CÂNDIDO RAMOS
Aldo Moreira Ramos

FILIAÇÃO Violeta Cândida Ramos

NATURALIDADE Buriti Alegre-GO DATA DE NASCIMENTO 14-jan-1954

DOC ORIGEM C.Cas.nº 1.450 L.008 fls.050 de Goiânia-GO 03-dez-1977.

CPF 461.445.877-72

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CÓPIA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0874

Doc. 3515-4

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

IDENTIDADE

CONFERE COM O ORIGINAL

NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo Liliane Figueiredo Amparo Figueiredo Pamôra Figueiredo
OAB/GO 10.950 OAB/GO 11.217 OAB/GO 17.418 OAB/GO 18.237

PROCURAÇÃO

Fls. 562

OUTORGANTE (S):

MÁRCIO ALVES RABELO, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta capital à Rua 1.126, n.º 243, Setor Marista, portador da C.I. n.º 4319977 SSP/GO, CPF n.º 256.577.396-04.

OUTORGADO (S):

DR. NELSON FIGUEIREDO, brasileiro, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 10.950; **DR.ª LILIANE S. C. FIGUEIREDO**, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 11.217; **DR.ª AMPARO MARIZ S. DE FIGUEIREDO COUTO**, brasileira, advogada, regularmente inscrita na OAB/GO sob o n.º 17.418; **DR.ª PAMÔRA MARIZ S. DE FIGUEIREDO**, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 18.237, todos com escritório profissional situado à Rua 10, n.º 93, 2º andar, Salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Goiânia-GO, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537/214-2260.

OBJETO:

Nomeia (m) e Constitui (em) o (s) Outorgado (s) bastante procurador (es), com poderes de cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", conforme exegese dos arts. 38 do Código de Processo Civil, art. 5º e seus parágrafos da Lei n.º 8.906, de 04.04.94, podendo, inclusive, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromissos, enfim, realizar e praticar os atos necessários para o bom, fiel e cabal desempenho deste mandato, especialmente para impetrar **MANDADO DE SEGURANÇA**, em defesa dos direitos do outorgante, em relação à Sindicância instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

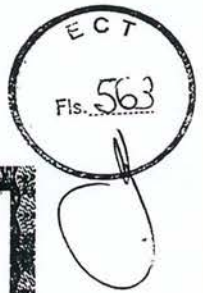
Goiânia - GO, 30 de março de 2000.

MÁRCIO ALVES RABELO
CPF n.º 256.577.396-04

RQS n.º 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls. 0875
3515-4
Déc.

Rua 10, n.º 93, 2º andar, salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Fone/fax: (062) 214-1
2246/214-2537, Goiânia - GO, CEP 74120-020
E-mail: nelfig@internacional.com.br



CONFERE COM O-ORIGINAL



VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 4319977	DATA DE EXPEDIÇÃO 29/MAR/1999
NOME MARCIO ALVES RABELO	
FILIAÇÃO DIOLANDO RABELO DE SOUZA ALFA ALVES DE SOUZA	
PATROCÍNIO-MG	24/DEZ/1957
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
NAO DOADOR DE ORGAOS E TECIDOS	
DOC ORIGEM C.CAS. 1854 FLS. 226-V L. B-04 CRC PATOS DE MINAS-MG EM 03/03/1979	
CPF 256577396-04	22398449
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7 116 DE 29/08/83	

CÓPIA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0876
Fls Nº
3545-4

NAO DOADOR DE ORGAOS E TECIDOS	
	
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	
PULGAR DIREITO	
	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	CARTÃO DE IDENTIDADE

CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIDÃO

Em cumprimento ao deliberado no DESPACHO deste colegiado em 21/02/2000 - pelos fundamentos e para os fins ali consignados - **CERTIFICO** que hoje, Quarta-feira, 1 de Março de 2000, revisando os papéis de trabalho que integram o Processo/DINSP-0032/2000, é identificado como **ato constitutivo desta Comissão de Sindicância a Portaria cujo teor se segue transcrito: PRESIDÊNCIA (PRT/PR)-009/2000 – EMI:26.01.2000 – VIG: 08.02.2000. ASSUNTO: Designação de Comissão de Sindicância; DISTRIBUIÇÃO: DIRETORIA, GABPR, DEJUR, DAUDI, DINSP, DAREC e DR/GT; REFERÊNCIA: Mód: 7 – MANCIN; Ata da 4ª Seção Ordinária da Diretoria da ECT/2000; 1. Designo os empregados a seguir relacionados para, sob a presidência do integrante indicado na alínea “a” que, nos seus impedimentos será substituído pelo participante mencionado na alínea “b”, constituírem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados no Processo/DINSP nº 0032/2000. a) **VALTER LENTA MORIMATSU**, Auditor/DAUDI, Matrícula 8.102.704-4; b) **JORGE SILVEIRA LOPES**, Inspetor/DINSP, Matrícula 8.306.171-1; c) **FRANCISCO GOMES DA SILVA**, Inspetor/DINSP, Matrícula 8.576.856-1; **CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA**, Assessor/GEFRAN, Matrícula 8.010.463-0; e) **PAULO HENRIQUE GARCIA DA SILVA**, Administrador Postal Júnior/DEGEO, Matrícula 8.323.225-7. 2. A Comissão ora designada deverá concluir os seus trabalhos até o dia 15 de março de 2000. **EGYDIO BIANCHI**, Presidente. É parte integrante do ato o **RELATÓRIO SINTÉTICO – Contrato DR/GT x TECPRINT – 0054/99: 1-INTRODUÇÃO: Este Relatório sintetiza os principais aspectos apontados no Relatório de Visitas Técnicas às Diretorias Regionais de Goiás/Tocantins e São Paulo Metropolitana, relativo ao Processo DINSP-0032/2000, que trata de impropriedades envolvendo Agências de Correios Franqueadas, bem como a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda., situadas em Goiás, em função do CONTRATO 0054/99-ECTxTECPRINT – firmado na DR/GT em 26/10/99, entre a Regional e a TECPRINT. - 2-IMPROPRIEDADES: a) **Evasão de receita por aceitação e tarifação de objetos não cobertos pelo contrato. O contrato-padrão do tipo múltiplo não prevê a postagem de objetos na categoria impresso. Ocorreram diversas postagens de impressos sob esse contrato; b) evasão de receita por redução não autorizada de preço. No contrato 0054/99 a cláusula-padrão de preço foi alterada, reduzindo a tarifa para objetos destinados a outras localidades fora da área metropolitana de postagem, de R\$ 0,46 para R\$ 0,31; c) evasão de receita por remuneração indevida a Agências de Correios Franqueadas. A comissão sobre os objetos postados vem sendo paga às ACFs Alpes, T-9 e Independência, apesar de o contrato somente prever postagem na ACF Alpes; d) evasão de receita por inexistência de controles operacional e financeiro no Centro de Operações Integradas de Goiânia. A inexistência de controle operacional e financeiro foi constatada em verificação realizada em 15/12/99 pela equipe do DINSP e do DEGEO, quando foi detectada divergência de 30.916 objetos, ou seja, 24% superior ao informado pela TECPRINT nas listas de postagem, bem como pelo extravio de uma lista de postagem de carga postada naquele mesmo dia, visto que no Centro de operações foram coletadas cinco listas de postagem pela equipe de trabalho, uma das quais não foi localizada no órgão de faturamento; e) **formalização do contrato sem a autorização das autoridades********

RQS nº 03/2005 - CN -

Página 1 CORREIOS

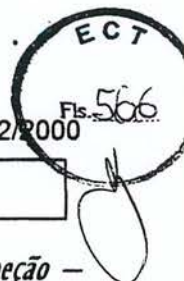
Fls. Nº 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIDÃO

competentes. O Contrato 0054/99 possui características especiais, quais sejam: expectativa de faturamento anual superior a R\$ 1.000.000,00 e autorização para postagem em mais de uma Diretoria Regional, estando sujeito, obrigatoriamente, à prévia autorização e formalização na Administração Central, conforme norma vigente; f) **desvirtuamento do objeto do contrato.** O contrato 0054/99 estipula em sua cláusula primeira, subitem 2.8.1.1, que a ECT tratará os objetos do contratante. Entretanto, os objetos postados não pertenciam ao contratante (TECPRINT) e sim terceiros; g) **contratos múltiplos não permitem postagem de objetos em ACFs**, em contraponto ao firmado no contrato 0054/99, que atribui a vinculação de postagem à ACF Alpes; h) **vulnerabilização dos controles operacional e financeiro por falta de comunicação a outra Diretoria Regional.** Apesar de vincular o Centro Operacional Barra Funda (São Paulo) ao contrato 0054/99, em nenhum momento houve comunicação prévia à DR/SPM, para avaliação de impacto operacional, de custos e de controle decorrentes da operacionalização do contrato naquela Regional; i) **não-avaliação do contrato pelos órgãos jurídicos da ECT.** Apesar das alterações realizadas no contrato múltiplo padrão, não houve análise e a necessária chancela da nova redação do contrato 0054/99 pelos órgãos jurídicos responsáveis. **3-CONCLUSÃO:** As constatações expostas no Relatório de Visitas técnicas (Processo DINSP-0032/2000), apontam para uma evidente fragilização das relações comerciais com parceiros e clientes e dos controles da ECT sobre o faturamento da carga postal tratada, evidenciada por: (a) descumprimento deliberado, postergação ou demora no atendimento de orientações emanadas da Administração Central, com reflexos negativos na operacionalização do contrato 0054/99. Esse contrato demonstra-se nocivo aos interesses da ECT, uma vez que permite a evasão de receitas, a remuneração indevida de ACFs e a perda dos controles operacional e financeiro pela ECT; (b) ausência de coordenação das áreas comercial, operacional e financeira da DR/GT, demonstrada pela inexistência de ações comuns que precedessem a assinatura do contrato 0054/99 e que visassem à adequada operacionalização de um contrato a faturar, gerando sérias implicações negativas no controle do recebimento da carga e no seu posterior faturamento. Do mero descumprimento a orientações já sedimentadas que disciplinam as relações comerciais e buscam organizar o controle financeiro, ao conformismo para com as dificuldades existentes para o controle de grandes postagens, a DR/GT, ao tentar disciplinar a relação ECT/TECPRINT mediante o contrato 0054/99 – e ao executá-lo – acabou retratando uma disfunção na descentralização administrativa que lhe confere autonomia para a condução dos interesses da ECT naquela jurisdição. **4-RECOMENDAÇÕES:** Diante da gravidade da situação que foi constatada, recomenda-se a adoção das providências propostas no Relatório de Visitas Técnicas (Processo DINSP-0032/2000), quais sejam: 1) Rescisão do contrato 0054/99 – ECTxTECPRINT; 2) adoção de providências, por parte da área comercial, com vistas a atender às necessidades dos clientes captados pela TECPRINT; 3) abertura de sindicância, objetivando:

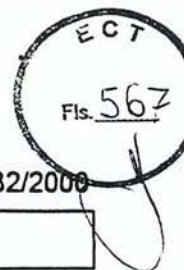
- levantamento dos prejuízos decorrentes da celebração do contrato 0054/99, em função das eventuais diferenças apuradas na postagem, na classificação e na tarifação dos objetos;
- apuração de todas as circunstâncias que envolveram a celebração do contrato 0054/99 e identificação de responsabilidades;
- esclarecimento das razões da vinculação das ACFs Alpes, Independência e T-9 ao contrato em questão;
- 4) ativação imediata pela DR/GT, de mecanismos eficazes de controle no COI/GYN e na Seção de Faturamento da Gerência de Controle Financeiro (GECOF/DR/GT) no tocante às expedições e aos contratos oriundos das ACFs.

**CERTIDÃO**

Brasília, 11 de janeiro de 2000 — Equipe Técnica: Fernando Huggler Antunes, Chefe da Divisão de Inspeção — DINSP; Marcos Rogério da Silva Fontoura, Inspetor — DINSP; Francisco Gomes da Silva, Inspetor — DINSP; Régis Luís Boscato, Inspetor — DINSP; Cristiano Ribeiro de Oliveira, Assessor da Gerência de Franchising; Paulo Henrique Garcia da Silva, Administrador Postal — DEGEO. De Acordo: José Carlos Pereira Oviedo, Chefe do Departamento de Inspeção Geral; José Luis Borges Silveira, Departamento de Adm e Vendas no Atacado. Nada mais havendo a constar é lavrada a presente CERTIDÃO, que vai por mim a seguir firmada. Valter Lenta Morimatsu — Auditor lotado no Departamento de Auditoria da ECT — Matrícula 8.102.704-4 — Presidente da Comissão de Sindicância PRT/PR-009/2000.

COPIA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
0879
Fls. Nº
3515-4
Doc:



DESPACHO

Aos dezesseis dias de fevereiro do ano de dois mil se dirigem os Doutores Advogados Nelson Figueiredo, OAB/GO-10950 e Pamôra Mariz S. Figueiredo, OAB/GO-18237, ao Senhor Diretor Regional da ECT em Goiás e Tocantins por via de petição fundamentada tanto no **art. 5º, incisos XXXIII; XXXIV, alínea "b"; LIV e LV da Magna Legis** quanto nos **artigos 2º caput; parágrafo único (incisos I, IV, VI, VIII, X) e 9º (inciso II) da Lei 9.784/99**, esta que regula o processo administrativo ordinário no âmbito da Administração Pública Federal, e apresentam:

1. as suas impressões e o seu inconformismo com os esclarecimentos e orientações que lhes foram devidamente prestadas, numa entrevista com os responsáveis pelos trabalhos desta Comissão de Sindicância;
2. os seus reclamos em face desta Comissão, contra a qual **"registram"** a sua intenção de eventualmente representar **"à Diretoria Central dos Correios bem como ao Ministério Público, recorrendo se necessário, à prestação jurisdicional para assegurar os direitos de ampla defesa e do contraditório no referido procedimento"**;
3. o seu entendimento de que **"nenhuma providência destinada à apuração de fatos reputados irregulares, que digam respeito aos REQUERENTES, direta ou indiretamente, poderá ser concretizada... sem prévia comunicação aos referidos patronos"**;
4. um REQUERIMENTO pretendendo:
 - a) que venha encaminhado o expediente a esta Comissão;
 - b) que se receba nesta Comissão, admita e junte aos papéis de trabalho - por cópia autenticada no 1º Tabelionato de Goiânia/GO - uma via da cada uma das três procurações outorgadas pelos cidadãos NILO CÂNDIDO RAMOS, CI nº 170116, 2ª via, SSP/GO; MÁRCIO ALVES RABELO, CI nº 4319977, SSP/GO; e IRANDI LISBÔA DE MORAES, CI nº 644122, 2ª via, SSP/GO, todos na qualidade de empregado da ECT conferindo específicos poderes aos causídicos, em face do empregador;
 - c) que defira esta Comissão e providencie remeter - ao domicílio profissional dos advogados (Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, salas 203/204, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP 74120 020) - a **"cópia do ato constitutivo da mencionada Comissão, bem como de todos os demais documentos que constarem no referido processo, inclusive denúncia, se houver, pertinente a atos e/ou negócios praticados na gestão dos requerentes, caso exista, bem como de cópias de todos os "esclarecimentos" que estão sendo prestados por empregados do Correio ou não, à referida Comissão."** (grifos nossos)



Esse o contexto do ato sob exame, passa-se às considerações e fundamentação incumbidas a este colegiado administrativo e preparador, nos limites da delegação de competência que lhe está conferida.

DESPACHO

- I. No tocante à obtenção das reclamadas cópias das peças integrantes do procedimento administrativo preparatório, afigura-se-nos tão prematura quão descabida a pretensão dos requerentes. Pois, é que a instauração do apuratório de controle foi determinada pela Alta Direção da ECT - na pessoa do seu Presidente - exercendo o legítimo poder-dever incumbido ao Administrador na preservação do interesse público e legitimamente pautado nos princípios legais insculpidos no art. 37 da Magna Carta.

A autoridade administrativa, como se vê, age cautelosa por consideração dos preceitos e garantias legais que resguardam os colaboradores sob o seu comando e, portanto, decide adequado ampliar-se a verificação dos fatos abordados - *ab initio*, em prévia diagnose - num rotineiro processo com objeto de controle patrocinado pelo Departamento de Inspeção Geral no exercício do seu mister;

- II. Os requerentes não logram abordar e/ou convencer - na petição - o motivo pelo qual desejam obter cópia **"de todos os demais documentos que constarem do referido processo"** e **"de todos os "esclarecimentos" que estão sendo prestados"** no procedimento de controle ainda inconcluso, conforme o seu objeto.

Dessa forma, por ora, é de escorreita certeza dizer-se que ainda **não existem outros interessados** na matéria, além da própria Administração - é claro e principalmente - no desempenho da ação legal de controle que se lhe impõem os mais severos princípios administrativos. E admitir-se um raciocínio contrário levaria ao fato de que, nesta fase, todos os colaboradores da ECT na DR/GT estariam em condição de policiar os trabalhos, engessando os atos necessários à esta Comissão, o que decerto é improdutivo no interesse público.

Causa espécie deveras, neste momento da apuração de controle e preparatória - em busca da verdade material - a veemência dos requerentes. Pois, ao que demonstram na expressão da sua própria retórica, também têm o espírito dominado por incertezas, como se verifica por exemplo no que escreveram: **"...denúncia, se houver,..."**, **"...atos e/ou negócios praticados na gestão dos requerentes, caso-exi-..."**, **"...esclarecimentos" que estão sendo prestados por empregados do Correio ou não..."** (sic).

- III. De resto, no que respeita à intenção de obter prévia comunicação **"aos referidos patronos"** para acompanhar o levantamento e/ou apuração de dados cognitivos e imprescindíveis ao pleno domínio da matéria pela Autoridade Instauradora, também nos parece agora inoportuno frente à inexistência formal de qualquer imputação em face dos requerentes que, se for o caso, serão chamados no devido tempo a exercer as faculdades legais constitucionalmente garantidas, em Processo Administrativo Disciplinar, segundo as práticas e rotinas permanentes adotadas pela ECT, então conforme a Lei 9784/99.

DELIBERAR.

Isso tudo posto e considerado, passa esta Comissão A

RQS nº 03/2005

CPMI - CORREIOS

CN - CONFERE COM O ORIGINAL

0881

Fls. Nº

3515-4

Doc:

**DESPACHO**

Frente aos termos da documentação sob exame e não obstante ali indemonstrada a existência de interesses pessoais dos requerentes - sobrepondo-se àqueles públicos no procedimento de controle em curso - mas, observados os princípios orientadores da política de recursos humanos da ECT e conferindo aos colaboradores requerentes - em razão da função exercida - o *status* que lhes compete, DECIDE esta Comissão de Sindicância, por unanimidade:

- a) JUNTAR a petição dos requerentes e seus anexos, aos papéis de trabalho integrantes do Processo/DINSP-0032/2000;
- b) DEFERIR aos colaboradores o fornecimento de Certidão onde se transcrevam os fundamentos e termos constitutivos desta Comissão de Sindicância, que lhes deverá ser entregue por expediente da Administração Regional em exercício, no prazo legal;
- c) INDEFERIR o fornecimento - por ora - de outros quaisquer documentos pelos motivos elencados na fundamentação deste despacho;
- d) DETERMINAR - considerado o registro desse *animus* pelos requerentes - QUE seja, ato contínuo, remetida uma cópia de todos os atos aqui relativos, ao Gabinete da Presidência da ECT, para conhecimento do fato incidente como Autoridade Instauradora.

Cumpra-se.

Goiânia, 21 de fevereiro 2000

Volter Lenta Morimatusu
Contador Jr - Mat. 8.102.704-4
Auditor/DAUDI
Presidente

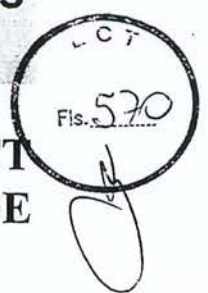
Cristiano Ribeiro de Oliveira
Administrador Postal Pl.
Assessor/GERAN
Vogal

Jorge Silva Lopes
Advogado Jr - 8.306.171-1
Inspetor/DINSP
Vice-Presidente

Francisco Gomes da Silva
Administrador Postal Jr - Mat. 8.576.856-1
Inspetor/DINSP
Vogal

Paulo Henrique Garcia da Silva
Administrador Postal Jr.
Vogal

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0882
3515-4
Doc:



**ILMO. SR. DIRETOR REGIONAL DA ECT
GOIÁS/TOCANTINS – JOSÉ APARECIDO DE
SOUZA.**

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro, casado, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 90, Qd. F-44, Setor Sul, portador da CI nº 70116, 2ª via, SSP/GO, CPF nº 461.445.877-72; **MÁRCIO ALVES RABELO**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 1.126, nº 243, Setor Marista, portador da CI nº 4319977, SSP/GO, CPF nº 256.577.396-04; e **IRANDI LISBÔA DE MORAES**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua T-36, nº 609, apto. 100, Setor Bueno, nesta Capital, portador da CI nº 644122, 2ª via, SSP/GO, por seus procuradores judiciais legalmente constituídos, mandato junto, vêm, com o devido respeito e acatamento, à digna presença de V. Sa., com fundamento no art. 5º, incs. XXXIII, XXXIV, letra "b", LIV e LV da Constituição Federal, e art. 2º, caput, e parágrafo único, incs. I, IV, VI, VIII e X, e tendo em vista, ainda, o disposto no art. 9º, inc. II, todos da Lei nº 9.784/99, **EXPOR** e **REQUERER** o que se segue.

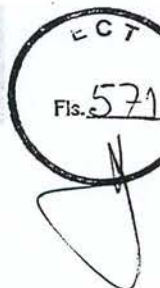
1. no dia 15/02/00, ontem, os advogados dos **REQUERENTES** que este subscrevem, foram recebidos, no gabinete de V. Sa, pelos senhores "VALTER" e "MIRANDA", segundo as inscrições dos crachás que portavam, que foram apresentados, por esse ilustre Diretor Regional, como Presidente e Membro, respectivamente, da Comissão de Sindicância instaurada e em funcionamento na sede dessa diretoria regional da ECT;

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº- 0883
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



2. no momento em que os patronos dos REQUERENTES, no uso das prerrogativas profissionais que lhe são constitucional e legalmente asseguradas e com base nos direitos de seus clientes que possuem a mesma sustentação jurídica, solicitaram aos mencionados integrantes do referida Comissão de Sindicância o fornecimento de cópia do ato constitutivo do procedimento, bem como das demais peças que o integravam, até aquele momento, foi lhes respondido pelo Sr. Walter, que se identificou como "Auditor" e "Presidente" da Comissão de Sindicância, que nada havia para ser entregue, uma vez que se tratava de procedimento interno da ECT, de rotina, e que no devido momento os "interessados" seriam informados a apresentar defesa ou exercitarem, de outra forma, esse direito "de acordo com a lei 9.784";

3. alegaram, ainda, os integrantes da referida Comissão que estavam "trabalhando", que havia uma pessoa "que iria prestar esclarecimento ou depoimento" à Comissão, e que não poderiam fornecer as cópias mencionadas nem que os advogados formulassem, de próprio punho, naquele instante, o requerimento exigido para a entrega, não somente, do ato constitutivo do procedimento;

4. a maneira ríspida, autoritária, com que os citados empregados dos Correios receberam os representantes dos REQUERENTES, de pé, no Gabinete de V. Sa., afirmando que não poderiam recebê-los na sala destinada à Comissão em vista dos "esclarecimentos" que seriam prestados, naquele momento, por um "colega" que estava "colaborando" com a Comissão, dificultando aos mesmos e aos seus patrocinados o exercício de direitos constitucionais e legais, certamente não atende aos objetivos maiores de direito e justiça que determinaram a instauração do procedimento sindicante, constituindo, isso sim, cerceamento de defesa, excesso de poder e arbitrariedade;

5. Os REQUERENTES registram esses fatos na intenção de resguardar o seus direitos quanto ao andamento das "apurações" desenvolvidas pelos citados integrantes da Comissão, esclarecendo que no caso de novas arbitrariedades representarão à Diretoria Central dos Correios bem como ao Ministério Público, recorrendo, se necessário, à prestação jurisdicional para

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFAX (062) 203/2005 - CN -
214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020
E-mail: nelfig@internacional.com.br

062	03/2005 - CN -
CPMF - CORREIOS	
0884	
Fls N°	3515-4

Doc: CONFERE COM O ORIGINAL

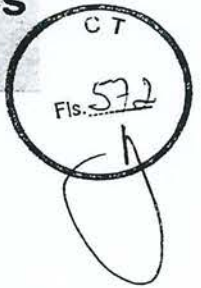
Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/GO 17.418

OAB/GO 11.217


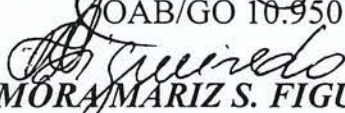


assegurar os direitos de ampla defesa e do contraditório no referido procedimento, ao qual são interessados, já que, ao que tudo indica, apura fatos ocorridos durante a gestão dos mesmos.

Isto posto, REQUEREM a V. Sa. o encaminhamento do presente petição à digna Comissão Sindicante, a fim de que lhes seja fornecido, por intermédio de seus patronos, identificados nas Procurações em anexo - cuja juntada ao processo da sindicância fica desde já requerido - e com escritório profissional no rodapé deste, onde receberão as comunicações de estilo, cópia do ato constitutivo da mencionada Comissão, bem como de todos os demais documentos que constarem do referido processo, inclusive denúncia, se houver, pertinente a atos e/ou negócios praticados na gestão dos requerentes, caso exista, bem como de cópias de todos os "esclarecimentos" que estão sendo prestados por empregados do Correio ou não, à referida Comissão.

Registram, ainda, com fundamento nos dispositivos legais citados, que nenhuma providência destinada à apuração de fatos reputados irregulares, que digam respeito aos **REQUERENTES**, direta ou indiretamente, poderá ser concretizada, em procedimento formal SINDICANTE ou INVESTIGATORIO sem prévia comunicação aos referidos patronos, sob pena de irremissível condenação do procedimento à ilegalidade, pelos motivos já expostos.

Goiânia, 16 de fevereiro de 2000.


NELSON FIGUEIREDO
 OAB/GO 10.950

PAMORA MARIZ S. FIGUEIREDO
 OAB/GO 18.237

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0885
Fls Nº
3515-4
Doc: 16/02/2000

Recebi em 16/02/2000
 - as 9:28 h
 Selma Resende

CONFERE COM O ORIGINAL

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 3

214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

2262002(3)

Recebi cópia do mesmo
 ao requerimento
 em 21/02/2000
 as 15:15 h
 Selma Resende

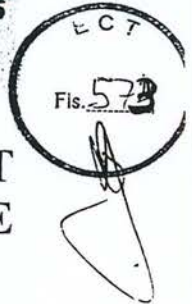
Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/GO 17.418

OAB/GO 11.217



**ILMO. SR. DIRETOR REGIONAL DA ECT
GOIÁS/TOCANTINS – JOSÉ APARECIDO DE
SOUZA.**

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro, casado, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 90, Qd. F-44, Setor Sul, portador da CI nº 170116, 2ª via, SSP/GO, CPF nº 461.445.877-72; **MÁRCIO ALVES RABELO**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 1.126, nº 243; Setor Marista, portador da CI nº 4319977, SSP/GO, CPF nº 256.577.396-04; e **IRANDI LISBÔA DE MORAES**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua T-36, nº 609, apto. 100, Setor Bueno, nesta Capital, portador da CI nº 644122, 2ª via, SSP/GO, por seus procuradores judiciais legalmente constituídos, mandato junto, vêm, com o devido respeito e acatamento, à digna presença de V. Sa., com fundamento no art. 5º, incs. XXXIII, XXXIV, letra "b", LIV e LV da Constituição Federal, e art. 2º, caput, e parágrafo único, incs. I, IV, VI, VIII e X, e tendo em vista, ainda, o disposto no art. 9º, inc. II, todos da Lei nº 9.784/99, **reiterar** os termos do requerimento em anexo, protocolizado em 16/02/2000, **REQUERENDO**, mais uma vez, a entrega dos documentos solicitados, alertando novamente à Comissão de Sindicância que está em plena atividades nessa Regional que a negativa ou retardamento na disponibilização das informações pleiteadas, em flagrante e atentatório cerceamento do direito ao contraditório e ampla defesa dos **REQUERENTES**, implicará na nulidade do procedimento.

Goiânia, 21 de fevereiro de 2000.

NESTES TERMOS, PEDE E ESPERA
DEFERIMENTO.

NELSON FIGUEIREDO

OAB/GO 10.950

Pamora Mariz S. de Figueiredo
PAMORA MARIZ S. FIGUEIREDO

OAB/GO 18.237

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 1

214-2246/214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0886
3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

Recebido em 21/02/2000

às 15:35h

Solange R. de A.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS

DE: DIRETOR REGIONAL ADJUNTO DE GOIÁS E TOCANTINS

AO: CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA/ECT

CI: GAB/DR/GT-00 54 /2000

Ref.:

Assunto: Apresentação de empregado

PROTOCOLO

ECT
Fls. 574

Goiânia, 22 de março de 2000.

Apresentamos a essa Chefia, o empregado Márcio Alves Rabelo, Administrador Postal Senior, matrícula 8 009 760-0, que ocupava a função de Diretor Regional Adjunto/Coordenador de Suporte nesta Diretoria.

CÓPIA

Atenciosamente,

Carlos Roberto Samartini Dias
Diretor Regional Adjunto

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMT - CORREIOS
0887
Fls Nº
3515-4
Doc:

CRSD/sro

CONFERE COM O ORIGINAL

MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓDULO 7 CAPÍTULOS 1 e 2

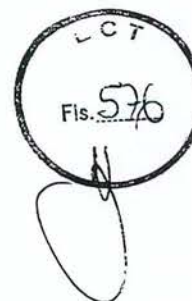
APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

(Comentários atualizados com base na Lei 9.784/99)

Idealização e execução - DINSP

RQS nº 03/2005 - CN -
GPMI - CORREIOS
0888
Fis. Nº
3515-4

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

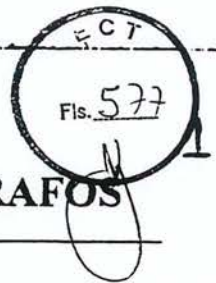


ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
MÓDULO 7 – APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES	
CAPÍTULO 1 : APRESENTAÇÃO.....	2
Finalidade.....	2
Elaboração dos capítulos.....	2
Generalidades.....	2
Conceitos e definições.....	3
Acareação.....	3
Apuração.....	4
Apuração Direta.....	4
Apurador/Sindicante.....	5
Diligências.....	5
Furto.....	5
Inquérito Policial.....	5
Irregularidades.....	6
Laudo Pericial.....	6
Processo de Apuração.....	6
Registro de ocorrência policial.....	6
Sindicância por Comissão.....	6
Sindicância Sumária.....	6
Sinistro.....	6
Roubo.....	6
Termo de Acareação.....	7
Termo de Declaração.....	7
Termo de Notificação.....	8
Testemunha.....	8
CAPÍTULO 2 : PROCEDIMENTOS GERAIS PARA APURAÇÃO	9
Providências Preliminares.....	9
Modalidades de Apuração.....	10
Apuração Direta.....	10
Sindicância Sumária.....	12
Sindicância por Comissão.....	16
Das atribuições dos sindicantes/apuradores.....	17
Das provas.....	18
Da organização do processo.....	21
Do Relatório Final.....	
Disposições Gerais.....	

RC nº 03/2005 - CN -
C24 - CORREIOS
0889
Fls N°
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

INTRODUÇÃO

Em encontro de Advogados da ECT, realizado na cidade de Petrópolis no período de 30/06 a 02/07/97, discutiu-se amplamente o tema **Sindicância**, em virtude de problemas encontrados nos processos de apuração de irregularidades, com reflexos negativos para a Empresa perante as esferas Judicial e Administrativa.

Posteriormente, um Grupo de Trabalho, formado em âmbito nacional, disciplinou a matéria, atualizando a norma existente - Módulo 7, capítulos 1, 2 e 3 do MANCIN, cuja aprovação se deu na 48ª ROD, entrando em vigor no dia 02 de dezembro de 1997.

O Grupo de Trabalho observou, com propriedade, que "muito mais importante do que formular uma norma, para que esta venha a ter a eficácia desejada quando de sua aplicação, há necessidade de treinamento intensivo e de sua multiplicação entre as chefias de todos os níveis, no âmbito da ECT."

Assim, a Assessoria/DINSP desenvolveu o presente trabalho destinando-o, por suas características, ao empregado leigo em direito, mas que, necessariamente, em sua vida profissional na ECT (ou fora dela), sempre estará às voltas com a lei e seus meandros. Não é completo e não supre a consulta a profissionais experientes e a órgãos técnicos competentes, no âmbito da Empresa ou fora dele. Ressalte-se, também, que as leis e a sua interpretação podem mudar depois de algum tempo, o que coloca a necessidade de constante atualização do profissional que a utiliza.

Pretendeu-se, aqui, formular esclarecimentos em linguagem mais acessível, levando-se em conta necessidades teóricas e práticas dos empregados que, por força de suas funções na ECT, terão de aplicar, na prática, as disposições contidas no Módulo 7 do MANCIN.

Diretores Regionais, Gerentes, Chefes de Reops, Inspetores e todos os Chefes de Unidades da ECT, na medida em que tiverem acesso ao mundo das normas poderão evitar problemas ou sair deles com mais rapidez, segurança e facilidade, melhorando seu desempenho profissional e se relacionando com mais sucesso com autoridades e com a casta dos especialistas, pois, assinala-se, **O DIREITO É MUITO IMPORTANTE NA VIDA DOS CIDADÃOS E DAS INSTITUIÇÕES PARA QUE CONTINUE SENDO MONOPÓLIO DE PRETENSOS MAGOS DE PLANTÃO.**

Passemos, então, a apresentar os principais pontos sobre a apuração de irregularidades na ECT, mantendo a mesma forma e estrutura da norma aprovada. Nossa interferência, quando ocorrer, aparecerá entre colchetes e em **negrito**, constituindo um esclarecimento e não um complemento às regras instituídas.

ROS nº 02/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0890
Fls. Nº 3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 1

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

1

* MÓDULO 7 : APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

CAPÍTULO 1 : APRESENTAÇÃO

1. FINALIDADE

Regulamentar e esclarecer aos empregados dos diversos órgãos os procedimentos que deverão seguir, quando da necessidade de apuração de irregularidade.

2. ELABORAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Compete ao Departamento de Inspeção Geral - DINSP, ao Departamento de Contabilidade - DCONT e ao Departamento Jurídico - DEJUR a elaboração e atualização dos capítulos componentes deste módulo.

[O DCONT participa da elaboração apenas do Capítulo 3.]

3. GENERALIDADES

3.1. A matéria referente a apuração de irregularidade é muito vasta, não sendo possível esgotá-la em um só documento. A variação e as mutações de casos que ocorrem constantemente na prática recomendam precaução quanto à pretensão de abordagem dos procedimentos aplicáveis. Assim, procuramos reunir alguns conceitos, prescrever normas, descrever procedimentos e orientações que deverão servir de norteadores no trato da questão proposta neste módulo.

[O DINSP pretende, caso este documento se mostre, na prática, de difícil aplicação, elaborar um "Guia de Apuração de Irregularidades", exatamente devido à abrangência do assunto e à necessidade de seu detalhamento regular. Hoje, o entendimento é de que o Guia se faz necessário, por exemplo, para informar que permanece o direito de ampla defesa previsto na Constituição Federal, embora não mencionado aqui de maneira explícita, já que o Grupo de Trabalho considerou não caber num documento de procedimentos de apuração de irregularidades tal menção, ou seja, o documento deveria conter apenas procedimentos de apuração e não doutrinas, teorias, princípios etc.]

3.2. A tarefa da autoridade julgadora, seja na esfera administrativa ou judicial, é uma das mais difíceis. Necessário é preservar os interesses da administração, sem descuidar do imprescindível dever de proferir uma justa decisão. Para alcançar tal objetivo, os sindicantes/apuradores devem estar voltados para a busca efetiva da verdade dos fatos e para a real responsabilidade dos autores, reunindo, coordenando todos os elementos que possam elucidar os fatos apresentados e formar, assim, o convencimento de quem julga.

[É importante ressaltar que aos sindicantes/apuradores não cabe sugerir penalidades ou realizar enquadramentos legais, tarefa esta, exclusiva da área jurídica, que detém os profissionais competentes (autorizados por lei) para tal. Se, no entanto, houver violação de norma interna, esta deve ser explicitada pelo sindicante. Exemplo: se, após as apurações, ficar constatado que o

CONFERE COM O ORIGINAL



CORREIOS

MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 1

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

2

empregado subtraiu dinheiro dos cofres da ECT, apenas este fato será relatado, sem enquadramento em qualquer artigo do Código Penal ou outra lei externa à Empresa. O Sindicante/apurador fará constar em seu relatório: "O empregado fulano de tal, matrícula tal, etc., subtraiu tantos reais dos cofres da ECT, conforme comprovam os documentos e provas materiais (se as houver) contidos às folhas tais, tais e tais dos autos do presente processo." O enquadramento legal, ou seja, a explicitação de quais artigos de lei externa à ECT o empregado infringiu ao subtrair os valores indicados, é tarefa para a área jurídica, quando emitir o seu PARECER sobre o processo. Ainda, o fato de o sindicante sugerir penalidades, pode ser interpretado como pré-julgamento e ser causa de controvérsias desfavoráveis à ECT, na esfera judicial.]

FASE 1

3.3. Os conceitos, definições e instruções agrupadas neste módulo, são de suma importância, não abrangem toda a matéria, não obstante possam representar os principais passos em vários casos. Outros fatos, porém, por sua natureza ou conjunto de circunstâncias com que se apresentam poderão exigir providências e procedimentos diversos.

4. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

4.1. Acareação

Sempre que houver divergência ou contradição nos depoimentos de duas ou mais pessoas, o procedimento da acareação deverá ser utilizado como meio de se chegar à verdade dos fatos.

[VALOR PSICOLÓGICO DA ACAREAÇÃO - "A confrontação, face a face, de pessoas que divergem é de grande alcance. Se estão de boa fé, poderão corrigir-se, instruir-se, uma com outra, esclarecer-se e retratar-se. Se alguma delas mentiu, dificilmente manterá a mesma serenidade diante da que desmente. A atitude firme ou vacilante, a disposição calma ou intranquilha, a postura natural ou estudada, a expressão fisionômica, a reação, a maneira de falar, tudo são elementos preciosos para um observador arguto e imparcial..."

A condição indispensável para acareação é uma anterior divergência, em depoimentos já tomados, divergência essa em pontos de relevância que possam refletir no julgamento. Por isso, no Termo de Acareação, não se faz a qualificação dos acareados, porquanto a qualificação de cada um já consta dos autos.

Exige-se, aqui, muita perspicácia, habilidade e cautela dos incumbidos da acareação. Nem sempre a aparência nervosa, trêmula de um acareado e a aparência firme, tranqüila de outro pode significar que o primeiro esteja mentindo e o segundo sendo sincero. Há pessoas que fazem inveja a grandes atores, em palavras e gestos calculados. São hábeis enganadores que iludem, pela aparência, quem esteja de boa fé.

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7

CAP: 1

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

3

O desnível funcional entre os acareados pode inibir, ruborizar e fazer tremer o de nível inferior, face a face ao de nível superior, o que não implica imperativamente, que esteja mentindo.]

4.2. Apropriação Ilícita (Alcance ou Peculato)

É caracterizada por apropriação, desvio ou uso indevido de dinheiro, valor ou qualquer bem móvel pertencente à Empresa ou sob sua responsabilidade, praticado por empregado ou assemelhado em proveito próprio ou alheio, quando este detém a posse em razão do cargo ou função.

4.3. Apuração

Sempre que houver indícios de irregularidades, deverão ser tomadas todas as providências para obtenção dos elementos identificadores do fato e de seus responsáveis. São modalidades de apuração a apuração direta, a sindicância sumária e a sindicância por comissão. Tais modalidades são autônomas e independentes entre si.

[O Processo Administrativo, no campo doutrinário e mesmo prático, possui duas grandes fases: a investigatória, na qual não há observância do contraditório ou da ampla defesa, por ser inquisitorial, como é o Inquérito Policial no campo penal, e a processual propriamente dita, na qual tais princípios devem ser observados, equivalente ao Processo Crime, no campo penal. O marco divisor entre as duas fases é a acusação, representada pela SIE, na Apuração Direta, e pela Notificação para Defesa, na Sindicância Sumária e na Sindicância por Comissão.

Modalidade de apuração é a forma procedimental de apuração de irregularidades que tem como ponto de partida comum as PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES a serem adotadas pelas chefias dos órgãos/unidades onde ocorreram as irregularidades. Pertencem, as PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES, à fase inquisitorial, com o único propósito de evitar que os vestígios da irregularidade se percam por inércia da Administração.

Por isso, não se pode afirmar que as PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES são uma quarta modalidade de apuração, mesmo que disfarçada. As modalidades são independentes entre si e têm começo, meio e fim, o que não ocorre com as PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES, que são o começo de toda e qualquer modalidade.

O inspetor, quando em campo, principalmente inspecionando as atividades das GINSPs, deverá estar atento, quando da análise de processos já concluídos e rotinas de trabalho, para fazer cumprir, pelas chefias imediatas, os subitens 1.2., 1.3., 1.4., 2.1. e seguintes do Capítulo 2.]

4.4. Apuração Direta

Forma mais simplificada de apuração, que deverá ser iniciada nos casos em que a irregularidade e a autoria estiverem devidamente identificadas.





MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MOD: 7
CAP: 1

CORREIOS

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

4

* 4.5. Apurador/Sindicante

Empregado designado para apurar irregularidades.

4.6. Diligências

Execuções de atos necessários e indispensáveis à evidência da verdade.

4.7. Furto

Consiste na subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel (bens ou valores), sem violência, praticada por empregado ou por terceiros que não detenham a responsabilidade pela guarda das mesmas.

[O termo **FURTO** é empregado na técnica jurídica para designar especialmente o ato de subtração, feito às escondidas, sorrateiramente, clandestinamente.

É, pois, a subtração sem violência, simplesmente pela astúcia. E, neste particular, difere do roubo, que se mostra a subtração pela violência física ou moral.

Nesta razão, o furto se apresenta como a apropriação de coisa alheia, contra a vontade do dono, com a intenção de privá-lo dela.

E não importa que o furtador clandestinamente se apodere de coisa alheia para proveito próprio ou de outrem. E assim, também, comete furto quem se apodera do alheio, mesmo para dá-lo a outrem.

O Direito Penal moderno considera as subtrações sob dois aspectos, distinguindo-os em **FURTO** (quando a subtração é clandestina, astuciosa, sem violência) e **ROUBO** (quando se evidencia uso da violência ou da força, a fim de que se efetive a subtração ou a apropriação da coisa alheia.).

Mas, a violência que caracteriza o roubo entende-se a que se faz à pessoa, pois que o rompimento ou destruição de obstáculos à subtração de coisa móvel (destruição de cofre para se levar dinheiro, por exemplo) não se equipara à violência feita à pessoa, embora (a destruição do cofre) agrave a pena que poderá ser aplicada ao furtador.]

Vide também subitem 4.16.

4.8. Inquérito Policial

Procedimento preliminar ou preparatório da ação penal, o qual servirá de subsídio para o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MOD: 7
CAP: 1

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

5

* 4.9. Irregularidade

Ato(s) contrário(s) às normas legais e aos regulamentos da Empresa, praticado(s) por empregado(s) ou por terceiro(s) a seu serviço.

4.10. Laudo Pericial

É o documento técnico elaborado por perito, contendo suas conclusões a respeito de exame ou perícia realizada.

4.11. Processo de Apuração

É o conjunto de procedimentos que deve ser executado, para apuração de uma determinada irregularidade.

4.12. Registro de Ocorrência Policial

É a comunicação à autoridade policial de toda e qualquer irregularidade que possa constituir infração penal.

As irregularidades mais comuns que necessitam de registro de ocorrência policial são:

- furto;
- roubo;
- sinistro.

4.13. Sindicância por Comissão

Forma de apuração feita por Comissão designada por meio de Portaria.

4.14. Sindicância Sumária

Forma de apuração utilizada para os casos em que não se aplicam a apuração direta e a sindicância por comissão.

[Vale ressaltar que cada modalidade de apuração se exaure em si mesma, isto é, não se "transforma" em outra modalidade.]

4.15. Sinistro

Acontecimento imprevisto que põe em perigo ou provoca danos à integridade física das coisas ou das pessoas, tais como: incêndio, enchente, desabamento, naufrágio, acidentes com veículos ou aeronaves, etc.

[Observe-se (Capítulo 3) que em casos de sinistros a Segurança Empresarial deve ser acionada.]

4.16. Roubo

É o furto praticado com violência (força, coação ou ameaça). O tipo mais comum é o assalto, que pressupõe o ataque súbito, inesperado, à mão armada.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº

0895

3515 - 4

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 1

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIG: 02.12.97

6

[Exprime, na linguagem jurídica, a subtração de coisa alheia ou a tirada de coisa alheia, contra a vontade do dono, para si ou para outrem, com violência à pessoa que a tem, ou contra a coisa.

Desse modo, a violência à pessoa ou à coisa é necessária à configuração do ato criminoso. E, neste particular, se distingue do FURTO.

A violência pode ser material ou moral. Esta se revela na ameaça grave, mediante a qual, pelo terror que venha a infundir, impossibilite a vítima de resistir ou pedir socorro.

Antigamente se exigia, como requisito elementar, o emprego da força ou violência efetiva, em relação à coisa.

Fundado, porém, o roubo, na retirada da coisa alheia, contra vontade do dono, e de coisa móvel, a violência resulta da própria retirada ou subtração.

Violência também é violação, atentado. E a subtração da coisa, a retirada dela, ilicitamente, pressupõe violação, transgressão, consequentemente, violência, que, na espécie, bem se distingue da violência à pessoa, mais propriamente um constrangimento pela força bruta ou pelo terror.

A violência ou violação da coisa subtraída, que se apresenta como pressuposto do próprio ato criminoso, bem se distingue do emprego da força para destruir ou romper o obstáculo à subtração da coisa, que constitui hoje a feição elementar do FURTO QUALIFICADO.

Genericamente, o roubo entra na categoria dos crimes contra o patrimônio, sendo uma de suas espécies.

O roubo diz-se, particularmente, latrocínio quando o agente (ladrão) mata a vítima para roubar ou para assegurar a impunidade de seu crime.]

Vide também subitem 4.7.

4.17. Termo de Acareação

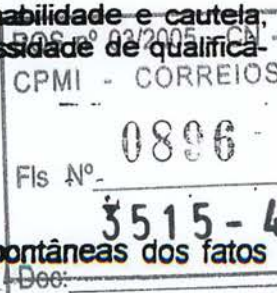
As declarações serão tomadas a termo. Os acareadores deverão ter habilidade e cautela, pois devem observar e anotar as reações dos acareados. Não há necessidade de qualificação, pois seus dados já se encontram no processo.

[Ver anexo 6, no Capítulo 2]

4.18. Termo de Declaração

É a tomada por escrito, pelo apurador/sindicante, das declarações espontâneas dos fatos que estão sendo apurados.

[Ver anexo 5, no Capítulo 2]



CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 1

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIC: 02.12.97

7

* 4.19. Termo de Notificação

É o ato pelo qual a autoridade dá ciência a alguém de fato do seu interesse, para que possa adotar as medidas necessárias para assegurar o seu direito.

[Ver anexo 2, no Capítulo 2.]

4.20. Testemunha

Pessoa que presta esclarecimento de fatos de que tenha conhecimento.

CÓPIA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0897

3515 - 4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MOD: 7
CAP: 2

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

1

MÓDULO 7 : APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

CAPÍTULO 2 : PROCEDIMENTOS GERAIS PARA A APURAÇÃO

ANEXOS : 1 - Modelo de Solicitação de Informação ao Empregado - SIE

2 - Modelo de Termo de Notificação para Defesa

3 - Modelo de Termo de Juntada

4 - Modelo de Termo de Ocorrência

5 - Modelo de Termo de Declaração

6 - Modelo de Termo de Acareação

7 - Modelo de Termo de Notificação para Pagamento

1. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

1.1. Qualquer empregado que tiver ciência de indícios de irregularidade está obrigado a comunicar, de imediato, o fato à Chefia do Órgão/Unidade, sob pena de responsabilidade.

[Atente-se para a necessidade legal do envolvimento de todos os empregados na preservação e no desenvolvimento dos interesses da Empresa. O descumprimento de qualquer norma de caráter geral, por indisciplina, pelo empregado, pode ensejar punição por justa causa, conforme art. 482 da CLT, cópia anexa.]

1.2. A autoridade que tiver ciência do fato, está obrigada a promover imediata apuração, não podendo seu início ultrapassar 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do seu conhecimento, sob pena de responsabilidade e a fim de se evitar que a demora na aplicação de possível punição se caracterize como perdão tácito.

1.3. A Chefia que tomar conhecimento do fato, deverá iniciar as apurações, no âmbito de sua competência, recolhendo todas as provas e tomando as providências necessárias, tais como:

- a) identificar os fatos tidos como irregulares;
- b) arrolar testemunhas presentes ao fato, qualificando-as e anotando os seus endereços;
- c) colher depoimentos;
- d) colher as provas documentais, circunstanciais;
- e) providenciar o registro de ocorrência policial, se for o caso;
- f) solicitar perícia técnica, se for o caso;
- g) anexar o laudo pericial ao processo.

["Apurar no âmbito de sua competência", significa: apurar a irregularidade detectada no âmbito de sua unidade. Obviamente, qualquer necessidade de ultrapassar este limite deve ser comunicada, com

RQS nº 03/2005 - CN -
0898
Fls Nº 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 1
CAP: 2

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

2

antecedência, à Chefia Superior - Chefe de Unidade ao REOP, REOP ao GINSP etc., que decidirá sobre o assunto.]

- 1.4. As irregularidades ocorridas nos órgãos da Empresa, só deverão ser submetidas ou encaminhadas ao Departamento de Inspeção Geral - DINSP ou às Gerências de Inspeção - GINSPs se não puderem ser objeto de apuração direta.

[Sendo a Apuração Direta a forma mais simplificada de apuração - vide subitem 2.1.1. - pode-se observar que este subitem 1.4. está em plena sintonia com o inciso IX do Parágrafo Único, art. 2º, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

"Parágrafo Único - Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados."]

1.4.1. Recebidos e analisados os processos, as GINSPs ou o DINSP deverão sugerir à autoridade competente a modalidade de apuração a ser utilizada.

[Sobre os itens precedentes, ver observação ao subitem 4.3, do Capítulo

1. Ressalte-se que a GINSP ou o DINSP, com base no contido nas PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES, poderá também sugerir a não-realização de outra apuração.]

2. MODALIDADES DE APURAÇÃO

2.1. Apuração Direta

2.1.1. É a forma mais simplificada de apuração, que deverá ser iniciada nos casos em que a irregularidade e autoria estiverem devidamente identificadas.

[Esta forma de apuração será aplicada, quase sempre, para os casos de indisciplina, faltas ao trabalho, agressões no local de trabalho, diferenças no subcaixa etc.]

2.1.2. Todos os esclarecimentos prestados deverão ser feitos por escrito.

[É a prova documental ou início de prova, útil na fase judicial.]

2.1.3. A irregularidade será formalizada para o empregado que tomará ciência e apresentará sua defesa escrita no prazo de 2 (dois) dias úteis.

[Apesar de não estar explícito neste documento, o empregado tem direito à ampla defesa e contraditório, instituídos pelo Artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal. Esclarece-se que não há divergência de prazos para defesa entre este subitem (dois dias úteis), o subitem 2.2.5. e 2.2.6. (cinco dias úteis). Os prazos foram estabelecidos para serem conformes à modalidade de apuração adotada, seu caráter de celeridade e as disposições legais. Espera-se que a Apuração Direta seja mais rápida, menos burocrática, mais prática, porém, observando-se os princípios legais imprescindíveis à sua validade.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0899

754 em que a
Doc:



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIG: 02.12.97

3

Alerta-se, também, que, se houver solicitação fundamentada e por escrito para ampliação do prazo de defesa, a ponto de ser considerada pela Comissão (ou pela Chefia Imediata, no caso de Apuração Direta) passível de ser deferida, nada obsta que o prazo seja ampliado até o dobro. Não poderá nunca, porém, ser menor do que o estabelecido no subitem em apreço.]

[Ver também observação do subitem 4.3, do Capítulo 1.]

2.1.4. Caso o empregado se recuse a receber o instrumento de formalização (Solicitação de Informação ao Empregado - SIE), a autoridade deverá consignar o fato no item "RELATO DO EMPREGADO", na presença de duas testemunhas.

[Esclarece-se que a SIE é instrumento para ser utilizado apenas no âmbito da unidade, ou seja, não se pode, por exemplo, encaminhar uma SIE, via postal, para outra unidade, mesmo que subordinada ao Gerente ou ao REOP. Ela não se confunde com a Comunicação de Irregularidade na Expedição - CIE. É instrumento para ser entregue pessoalmente, pelo Chefe Imediato, a empregado a ele imediatamente subordinado, no âmbito de sua unidade. Outro exemplo: Suponha-se uma REOP com uma agência unipessoal; o empregado lá lotado está imediatamente subordinado ao REOP, mas não pode receber, via postal, uma SIE. A SIE deve ser entregue pessoalmente pelo REOP. Inspetor não realiza Apuração Direta, mas Sindicância Sumária ou Sindicância por Comissão. Apenas o Chefe Imediato realiza Apuração Direta.]

[Ver também nota ao subitem 1.3.]

2.1.4.1. As testemunhas assinarão o instrumento, no espaço do mesmo item. Nº - 0900

2.1.5. Com a defesa ou não, a autoridade deverá se manifestar tão somente sobre os fatos e as alegações do empregado, se houver, concluindo pela procedência ou não de responsabilidade.

[O processo de apuração de irregularidades busca, inicialmente, demonstrar fato e autoria, isto é, um ato humano, mais especificamente, um "comportamento". Para que alguém venha a ser responsabilizado pela prática de determinado ato, este ato tem que ser contrário a alguma norma, externa ou interna à Empresa, e o seu autor tem que ter agido como dolo (vontade de produzir o ato praticado) ou com culpa, manifestada esta por uma omissão (negligência) ou ação (imprudência ou imperícia), sem os cuidados necessários.

O apurador é o "fotógrafo" do fato irregular e do comportamento de seu ator, procurando retratar fato, autoria e culpabilidade (dolo ou culpa) por meio das PROVAS carregadas aos autos do processo.

É por tal motivo que o relatório deve ser conclusivo quanto à responsabilidade (se houver culpa demonstrada) ou não do autor da irregularidade.

Os desdobramentos - responsabilidade administrativa = punição (advertência, suspensão ou rescisão); responsabilidade penal = "notícia



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

criminas"; responsabilidade civil = Tomada de Contas Especial - TCE - ficam por conta da autoridade julgadora e da área jurídica.]

2.1.6. O término da apuração deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da entrega ao empregado da - SIE (Anexo 1).

[Obviamente, os casos que dependam da anuência do Diretor Regional - julgamento - serão a ele encaminhados respeitando-se os canais hierárquicos. O Módulo 46 do Manual de Pessoal - MANPES deverá regular o assunto de forma clara, detalhada e completa.

Alerta-se que a Lei 9.784/99, dispõe em seu art. 13:

"Artigo 13 - Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade."

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 1001

3515-4

O julgamento dos processos é de competência exclusiva do Presidente da ECT ou do Diretor Regional, em sua respectiva circunscrição. Tal competência é indelegável.]

2.2. Sindicância Sumária

2.2.1. É a forma de apuração utilizada para os casos em que não se aplicam a apuração direta e a sindicância por comissão.

[O que determina se a modalidade de apuração a ser utilizada será a Apuração Direta ou a Sindicância (Sumária ou por Comissão) é o conhecimento ou não do autor do fato (critério objetivo). No caso da sindicância, porém, o que determinará uma ou outra modalidade de apuração será a complexidade ou a repercussão da irregularidade a ser apurada, cuja proposta será da GINSP e a decisão do Diretor Regional.]

2.2.2. O(s) Sindicante(s) deve(m) ser designado(s) por CI, GTX ou despacho, pelo Presidente e Diretores Regionais.

2.2.2.1. Estas designações, estão implícitas nas autorizações/aprovações/indicações para a realização de inventários, balanços, auditorias, inspeções, fiscalizações e verificações.

2.2.3. O(s) Sindicante(s), durante os trabalhos de apuração, poderá(ão) estar dispensado(s) de suas atribuições diárias normais, de acordo com a real necessidade de serviço, evitando-se a ociosidade.

2.2.4. Os esclarecimentos prestados deverão ser feitos por escrito e, preferencialmente, reduzidos a Termo, a critério do Sindicante, independentemente da coleta de quaisquer outras provas.



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIG: 02.12.97

5

[Ao final do Termo todos os presentes deverão assiná-lo, apondo suas rubricas nas páginas intermediárias.]

2.2.5. Concluídas as apurações, será elaborado Relatório Preliminar, indicando, de forma circunstanciada, o(s) fato(s) apurado(s) e o(s) envolvido(s).

[Um Relatório Preliminar mais detalhado, possibilitará que o direito constitucional do(s) eventual(ais) acusado(s), de elaborar(em) defesa escrita (prazo de cinco dias, após recebimento da Notificação para Defesa) seja exercido plenamente, pois ele conterá, de forma bastante detalhada, todo o resultado da apuração na FASE DA INSTRUÇÃO, tenha ela sido conduzida com características inquisitoriais (sem ampla defesa e contraditório) ou processuais (com ampla defesa e contraditório). Explica-se: há casos, como os de denúncia não anônima fundamentada e com os documentos da denúncia registrados em Cartório, em que o empregado pode (atenção: pode e não, deve) ser COMUNICADO desde o início das apurações que serão realizadas para a obtenção da veracidade ou não dos fatos denunciados e a ele atribuídos pelo denunciante. ATENÇÃO: este comunicado não se confunde com a Notificação para Defesa.

A COMUNICAÇÃO ao empregado, nesses casos, para que o mesmo possa acompanhar as apurações (basicamente, ainda, somente participando com seu defensor das oitivas das testemunhas) já exercendo o seu direito constitucional de ampla defesa. Dá MAIS CREDIBILIDADE AO PROCESSO e pode ser causa de economia processual e de tempo, pois vários procedimentos e diligências não necessitarão mais ser repetidos, posto que contaram com a presença do empregado e até de seu defensor legal (a prova dessa presença estará na assinatura dos mesmos nos termos de declaração). Apurados os fatos na forma acima descrita, se restar responsabilidade do empregado, então o mesmo receberá a Notificação para Defesa, passando a ser acusado (conforme matéria acusatória contida no Relatório Preliminar), abrir-se-á prazo e franquear-se-á vista dos autos do processo ao acusado, possibilitando o exercício completo e formal do contraditório e da ampla defesa.

O acusado ou seu representante terá acesso (dará vista) ao processo que contém o Relatório. Observe-se que a AMPLA DEFESA não implica apenas no direito de se defender por escrito, mas no direito de ter acesso aos autos do processo para elaborá-la, no direito de assistir, com seu advogado ou acompanhante a todas as oitivas das testemunhas, no direito de solicitar a produção de novas provas (Após ter elaborado sua Defesa. Se houver produção de novas provas, deverá ser aberto novo prazo para o acusado emendar ou não sua Defesa), solicitar a realização de perícia, oitiva de testemunhas, oportunidade em que poderá também fazer perguntas etc. Após a vista deverá (ão) o(s) interessado(s) consignar(em) na 1ª via do instrumento que foi utilizado para formalizar o pedido de vista, a data, hora e local em que o mesmo foi atendido, sendo este instrumento juntado ao processo. Evidentemente todos estes direitos deverão ser exercidos quando solicitados

CPMI - CORREIOS

Fls. Nº

5515-4-

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MOD. 7
CAP. 2

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

6

por escrito (no início dos trabalhos estes diretos serão dados a conhecer ao empregado, pelo Presidente da Comissão de Sindicância) seu exercício e de forma a não prejudicar os trabalhos apuratórios. Tal direito é assegurado aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral, por dispositivo constitucional (Vide art. 5º, inciso LV da Constituição Federal/88), cabendo à Administração cumpri-lo integralmente e da melhor forma possível.]

2.2.6. O(s) envolvido(s) será(ão) notificado(s), individualmente, da(s) irregularidade(s) a ele(s) imputada(s), para apresentação de defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias úteis (Anexo 02).

[Aqui chamamos a atenção para o contido no PARECER/DEJUR/DEJOPE-152/99, que recomenda a adequação do MANCIN - Mód. 7 - Capítulo 2 (Apuração de Irregularidades) à Lei 9.784/99.

A adequação, para que se realize no caso deste subitem específico, requer seja observado o disposto no art. 44 da Lei 9.784/99:

"Art. 44 - Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado."

Deve-se esclarecer que o prazo de 5 dias úteis fixado pelo MANCIN não é ilegal, mas também não decorre diretamente de lei específica, tratando-se antes de norma interna da ECT. Assim, a expressão contida no final do artigo 44 "... salvo se outro prazo for legalmente fixado.", deve ser entendida como referente a outra lei (externa à ECT) que vier a ser criada e não à norma interna da Empresa. Portanto, deve-se observar o prazo de 10 dias para manifestação do empregado notificado, na forma do disposto nos artigos do Capítulo XVI da Lei 9.784/99:

"Art. 66 - Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento."

§ 1º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º - Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

[Significa que, para Sindicância Sumária e Sindicância por Comissão, não se fala mais em dias úteis, mas dias corridos. Para a Apuração Direta, modalidade mais simples de apuração de irregularidades, permanece o prazo de dois dias úteis, prorrogável até o dobro (quatro dias úteis.)

§ 3º - Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

"Art. 67 - Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem."

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0903
3515-4

Pág:

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIG: 02.12.97

O notificado dará recibo na 2ª via da notificação (já anexa ao processo) e havendo recusa, deverão ser arroladas duas testemunhas, que após lerem o instrumento, nele aporão suas assinaturas.]

[Vide nota ao subitem 2.1.3.]

2.2.7. Apresentada a defesa com requerimento de produção de provas, devidamente motivado, ficará a critério do(s) Sindicante(s) o seu deferimento.

[O acusado pode não ficar satisfeito com a quantidade e qualidade das provas apresentadas no processo e poderá solicitar à Comissão, na peça que contém sua defesa escrita ou em requerimento à parte, que sejam produzidas outras provas, sejam realizadas perícias etc.

Neste caso, deverão ser observados os conteúdos dos artigos 40 a 43, da Lei 9.784/99, a seguir transcritos:

"Art. 40 - Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.

Art. 41 - Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local da realização.

Art. 42 - Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

§1º - Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

§2º - Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá Ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

Art. 43 - Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes."

O pedido de produção de alguma prova negado imotivadamente, pode caracterizar o cerceamento de defesa. Prevalece na Sindicância o princípio da "Verdade Real", podendo o apurador produzir ou fazer a juntada de provas de outros processos quaisquer, dando oportunidade ao acusado, se a prova for juntada após a notificação para defesa, para manifestação.]

[Ver nota ao subitem 2.2.5.]

CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0904
3515-4

Dee:



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD. 7
CAP: 2

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

8

2.2.8. Após a defesa e apreciados todos os seus argumentos, será elaborado Relatório Final concluindo pela procedência ou não de responsabilidade.

[Observe-se que a palavra todos aparece em destaque na norma. Isto porque, se algum argumento da defesa, por mais simplório que seja, não for considerado pela comissão de sindicância, tal fato poderá ser entendido como cerceamento de defesa e conseqüente não-observância do Artigo 5º já referido, podendo ser causa de anulação do processo na esfera judicial. No caso da Apuração Direta, o próprio formulário SIE, já contém esta advertência. Esclarece-se que a palavra apreciados, que também aparece na norma, deve ser entendida na acepção de analisar, examinar, considerar. Faz-se este esclarecimento para que o termo não seja entendido na acepção de conceituar, julgar ou emitir opinião, pois se assim fosse, estaria em flagrante erro o sindicante, por incorrer em pré-julgamento(s). É óbvio que a conclusão pela procedência ou não de responsabilidade deverá se basear em provas, documentos, depoimentos etc. e não em juízos de valor dos sindicantes. Assim, a análise do apurador quando da elaboração do Relatório Final deve observar os termos da acusação, as alegações da defesa e, o que é mais importante e imprescindível, O CONJUNTO PROBATÓRIO constante nos autos.]

2.2.9. O(s) Sindicante(s) remeterá(ão) o processo à autoridade instauradora para julgamento.

[Ressalte-se que o sindicante deve se abster de firmar juízos de valor em seu Relatório, não dando opiniões, não indicando penalidades, mas apenas se atendo aos fatos apurados de forma clara e objetiva, para não incorrer em pré julgamento, causa, também, de controvérsia prejudicial à ECT perante a esfera judicial. Quem julga é a autoridade instauradora da comissão, à luz dos fatos apurados, do ordenamento jurídico brasileiro e de seu discernimento.]

2.2.10. O prazo para término da sindicância não deverá exceder 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento, pelo(s) Sindicante(s), do documento de sua designação.

[A prorrogação do prazo sempre poderá ser solicitada, caso as circunstâncias justifiquem tal solicitação, não havendo necessidade de se constar na norma tal concessão. Observe-se que não foi utilizada a expressão "NÃO PODERÁ", mas sim a expressão "NÃO DEVERÁ". Redigiu-se deste modo para evitar eventuais acomodações dos sindicantes. Atente-se, também, para o fato de que o pedido de prorrogação do prazo deverá ser sempre muito bem fundamentado e dirigido à autoridade instauradora em tempo hábil, a fim de que a mesma possa dispor do tempo necessário para avaliar a pertinência ou não do que foi solicitado.]

2.3. Sindicância por Comissão

2.3.1. É a forma de apuração feita por Comissão, designada por meio de Portaria.

[A Sindicância designada por meio de Portaria quase sempre ocorre quando o assunto a ser apurado é muito complexo ou os envolvidos,

Fls. Nº

3515-4



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

CORREIOS

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIG: 02.12.97

9

pertencem a escalões superiores, havendo a necessidade de se revestirem os trabalhos de maiores formalidades e dar aos sindicantes maiores poderes.]

2.3.2. São competentes para instaurar a Comissão, o Presidente e os Diretores Regionais.

2.3.3. A Comissão deverá ser composta por, no mínimo, 03 (três) membros, dos quais um será o presidente e terá o encargo de gerir os trabalhos.

2.3.4. Os membros da Comissão, durante os trabalhos ficarão dispensados de suas atribuições diárias normais, evitando-se a ociosidade.

2.3.5. Todas as declarações prestadas à Comissão serão reduzidas a Termo.

[Quando dos depoimentos, o procurador do acusado (qualquer pessoa) e o da testemunha (se a mesma quiser se fazer acompanhar de advogado, por exemplo) poderão estar presentes (com procurações - públicas ou particulares - que serão juntadas aos autos), assim como, poderá estar presente um representante sindical. Os procuradores (advogados ou não) e o representante sindical participarão como ouvintes, não podendo interferir enquanto o depoimento da testemunha estiver sendo tomado. Observe-se que a testemunha pode ser acompanhada, por exemplo, de seu advogado, mas não pode se fazer representar pelo mesmo no ato do depoimento, pois trata-se de ato personalíssimo, isto é, só pode ser realizado pela própria testemunha.]

2.3.6. Ao final de cada depoimento, todos os presentes assinarão o Termo de Declaração.

[Ao final do Termo todos os presentes deverão assiná-lo, apondo suas rubricas nas páginas intermediárias.]

2.3.7. Durante as apurações deverão ser observados pelos membros da Comissão os mesmos procedimentos previstos nos subitens 2.2.5. a 2.2.9.

2.3.8. O prazo para término da sindicância não deverá exceder 60 (sessenta) dias, contados da data de vigência da Portaria.

3. DAS ATRIBUIÇÕES DOS SINDICANTES/APURADORES

3.1. Solicitar diárias, adiantamentos, passagens ou qualquer outro meio de locomoção, quando houver necessidade de deslocamento em função dos trabalhos de apuração.

3.1.1. As solicitações de diárias deverão ser feitas de acordo com o disposto no Módulo 29 do Manual de Pessoal - MANPES.

3.2. Manter a autoridade instauradora informada do curso das apurações.

[A maneira de se manter a autoridade informada (formal - ou informalmente) vai depender das solicitações da própria autoridade instauradora.]

3.3. Manter o sigilo do processo e das informações de que tem conhecimento.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0906

3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

Deo:



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIG: 02.12.97

10

[Quebra de sigilo profissional pode resultar em penalidades para quem procedeu com indiscrição. Vide art. 482 da CLT.]

3.4. Convocar, se necessário, empregado de sua confiança para os trabalhos de datilografia/digitação, sendo que o convocado deverá manter sigilo de todas as informações, sob pena de responsabilidade.

3.5. Escolher o local apropriado para os trabalhos de apuração, de preferência onde ocorreram os fatos e que seja:

- a) reservado (evitar exagero que possa tornar o local constrangedor);
- b) silencioso;
- c) amplo;
- d) arejado;
- e) bem iluminado;
- f) equipado, e
- g) seguro.

3.6. Colher as provas de forma criteriosa e detalhada, de modo a caracterizar a existência ou não de irregularidade e, se for o caso, apontar o(s) seu(s) envolvido(s).

3.7. No decorrer da apuração, o(s) Sindicantes deverá(ão) estar atento(s) à natureza e às circunstâncias que envolvem a irregularidade, de modo a fornecer elementos seguros para embasar a decisão.

4. DAS PROVAS

[Este é o item mais importante de toda a sindicância, pois seu êxito depende das provas produzidas.]

Com já dito anteriormente (2.1.5., 2.2.5. e 2.2.8.), é com base no CONJUNTO PROBATÓRIO que o apurador elaborará o Relatório Final e a autoridade julgadora aplicará a pena e demais medidas.

A regra geral em direito é: "incumbe à parte a prova de suas alegações". Não basta alegar, mas tem que provar, sob pena de a alegação não ter valor ou ser mera informação.

Cabe ao apurador PROVAR os fatos alegados na acusação, ou seja, o apurador deve reunir provas que demonstrem a autoria e a culpabilidade do acusado e não a este mostrar que é inocente (princípio da inocência - inversão do ônus probatório).

Não se trata de uma única prova, mas de um CONJUNTO PROBATÓRIO, o qual, analisado, conduza a uma conclusão: o fato foi ou não praticado pelo autor e, se positivo, se há ou não culpa (sentido amplo) sua.

É este o maior problema encontrado nos processos de sindicância, qual seja, falta de provas ou provas insuficientes, não conclusivas.]

4.1. Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, são hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda a acusação ou a defesa.





MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

11

4.2. As provas serão constituídas por documentos, levantamentos, reclamações e denúncias por escrito, termos de declaração e de acareação, confissões, descrição de ambientes e circunstâncias, relatórios de inspeção e de auditoria, balancetes, cruzamentos de caixa, perícias, exames, antecedentes funcionais ou outros documentos que os Apuradores entenderem necessários.

4.3. Para prestar declarações os empregados serão convocados, antecipadamente, por meio de CI dirigida à sua Chefia imediata, com indicação de data, hora e local.

[Caso se queira urgência, a CI pode ser encaminhada por fax, por exemplo. Se for "urgência urgentíssima", convoca-se por telefone e formaliza-se a convocação em tempo de constar nos autos. Estes detalhes, de como conduzir, na prática, uma sindicância, podem ficar no "Guia de Apuração de Irregularidades". Atente-se para o fato de que a apuração feita às pressas, pode comprometer o resultado final do trabalho. Quer-se celeridade, mas aliada à qualidade e legalidade.

Alerta-se para o constante no Capítulo IX - DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS, da Lei 9.784/99, do qual destacamos os artigos 26 e 28, sobretudo levando-se em consideração o disposto no subitem 4.3.2. deste capítulo 2, do MANCIN:

"Art. 26 - O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência da decisão ou a efetivação de diligências."

§1º - A intimação deverá conter:

- I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;
- II - finalidade da intimação;
- III - data, hora e local em que deve comparecer;
- IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;
- V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;
- VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§2º - A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento. [Grifo nosso. Intimação aqui deve ser tomada por notificação, conforme MANCIN.]

§3º - A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§4º - No caso de interessados, indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§5º - As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 28 - Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades de outra natureza, de seu interesse."



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

12

4.3.1. A CI de convocação será emitida em três vias, com a seguinte destinação:

- a) 1ª via, encaminhada ao órgão de lotação do empregado convocado;
- b) 2ª via, empregado convocado;
- c) 3ª via, arquivada no processo.

[Caso o empregado convocado se recuse a "dar ciente" na CI de convocação, a mesma deverá ser lida pelo Chefe Imediato, na presença de duas testemunhas e do empregado convocado. As duas testemunhas assinam as duas vias (1ª e 2ª) informando data, local e hora das assinaturas. A 2ª via, já assinada pelas testemunhas, deverá ser incluída no processo. Empregado em afastamento legal (férias, acidente do trabalho, licença médica etc.) só deve ser convidado; após o término do afastamento poderá ser convocado. Se o empregado estiver de férias e se recusar a comparecer por este motivo, o fato da recusa deverá ser mencionado na CARTA elaborada para convidá-lo, juntando-se a ela os documentos que comprovam o gozo de férias.]

4.3.1.1. A primeira via, após o ciente (data e assinatura) do empregado convocado, será devolvida e juntada ao processo (Anexo 03).

4.3.2. O não comparecimento injustificado do empregado ensejará a aplicação de pena disciplinar.

4.4. Havendo necessidade de se convidar terceiros, o Sindicante enviará ofício ou carta, mediante registro e com AR, podendo também incluir o serviço de Mão Própria.

4.4.1. Estes documentos serão elaborados em 2 (duas) vias, uma encaminhada ao convidado e outra juntada ao processo.

4.4.2. Após retorno, o AR será juntado ao processo (Anexo 03).

4.4.3. No caso de o convidado ser analfabeto ou estar impossibilitado de assinar o termo de declaração, a assinatura será tomada a rogo (impressão digital), na presença de duas testemunhas.

[O Termo de Declaração deverá ser lido em voz alta, e ao lado da impressão digital deverá ser identificado o dedo do qual ela foi tirada. Exemplo: se foi tirada do polegar direito deverá ser apostado PD; se foi do polegar esquerdo, PE.]

4.5. As declarações, sejam de empregados ou de terceiros, poderão ser colhidas manuscritas, datilografadas ou digitadas.

4.6. Havendo divergências entre as declarações prestadas, o(s) Sindicante(s) poderá(ão) promover a acareação entre os declarantes, reduzindo-a a termo (Anexo 06).

4.7. Havendo solicitação do declarante, poderá ser fornecida cópia dos termos de declaração ou de acareação, ficando a critério do(s) Sindicante(s) o fornecimento imediato ou somente após o final das apurações.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0909

Fls. Nº

3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

Doc:



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

13

4.8. Os documentos apresentados devem ser, preferencialmente, em originais ou, na impossibilidade, por cópias xerográficas devidamente autenticadas em tabelionato. (cartório)

4.9. A prova dos objetos postais indevidamente retidos, cuja entrega posterior tenha sido viabilizada, será feita por meio do envelope correspondente.

[A sobrecarta deverá ser solicitada ao destinatário, pedindo ao mesmo uma declaração no próprio invólucro que teve o conteúdo retirado e, caso haja indício de violação, instruir para que o invólucro seja aberto pelo lado oposto ao lado do indício. O Usuário deverá datar e assinar o invólucro.]

4.9.1. Não sendo possível a constituição de tal prova, será feita por cópia xerográfica simples, desde que sua autenticidade venha a ser reconhecida pelo empregado responsável pela entrega, mediante declaração.

5. DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

5.1. Todos os expedientes que resultarem em sindicância sumária ou por comissão formarão um processo, recebendo capa, número e sigla do órgão processante e discriminação do respectivo assunto.

[Sugeriu-se que neste subitem constassem as peças que obrigatoriamente deveriam compor um processo de sindicância (índice, ato de designação da comissão de sindicância ou sindicante, ata de abertura, termos de declarações, documentos comprobatórios, defesa apresentada pelo sindicato ou pelo empregado envolvido ou declaração dos sindicantes referente ao direito de defesa do envolvido etc. Considerou-se este, também, um caso para o "Guia de Apuração de Irregularidades", por ser genérico, necessitar de detalhamentos que não caberiam no Capítulo 2, sob pena de torná-lo muito extenso ou rabilongo, isto é, não conter apenas normas "puras" de apuração de irregularidades. Um dos objetivos do Grupo de Trabalho era "enxugar", sem prejuízo técnico (leia-se: sem risco de nulidade do processo na esfera judicial), o quanto possível a redação das normas orientadoras das apurações de irregularidades.]

5.2. Toda documentação e declarações serão juntadas ao processo em ordem cronológica de processamento.

5.3. As folhas do processo serão numeradas sequencialmente e rubricadas pelo(s) Sindicante(s) à medida em que forem sendo juntadas ao processo.

5.4. Não deverá ser inserido despacho no verso das folhas e sim, quando sem utilização, a expressão "em branco".

5.5. A anexação de todo e qualquer documento ao processo, após a instauração da respectiva Sindicância, será efetuada por meio de termo de juntada, ~~aposto em folha~~ separada e imediatamente anterior, exceto os gerados pelo(s) próprio(s) Sindicante(s), como termo(s) de declaração, emissão de CIs etc. (Anexo 03).

CPMI - CORREIOS

Fls - Nº

0910

3515-4



CORREIOS

MANUAL DE CONTROLE INTERNO

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

MÓD: 7

CAP: 2

14

5.6. Não é permitida a retirada de documentos ou folhas do processo, salvo se requisitados por autoridade policial ou judicial. Em caso de retirada, será substituída a folha ou o documento por cópia xerográfica autenticada, contendo o recibo (nome e matrícula) de quem o retirou, bem como fazendo a juntada do documento requisitório (Anexo 03).

5.7. Qualquer ocorrência importante, observada no andamento da sindicância, será relatada de forma circunstanciada (Anexo 04).

5.8. O Sindicante deverá solicitar à área de recursos humanos os antecedentes funcionais do empregado, bem como a indicação de possível estabilidade provisória.

5.9. O processo será arquivado nos seguintes prazos:

a) (um) ano, a partir da data de encerramento, quando não se confirmar a existência de irregularidade;

b) (dez) anos, quando se confirmar a existência de irregularidades, contados a partir da aplicação da penalidade.

[Se não há irregularidade, archive-se por 1 ano; se há irregularidade, archive-se por 10 anos. Se o empregado foi responsabilizado pecuniariamente houve irregularidade (ainda que não dolosa) e o processo deverá ser arquivado por 10 anos, até para que se tenha, do empregado, um histórico de suas ações, sejam elas consideradas dolosas ou culposas. Em tempo: dolosa é a ação praticada intencionalmente; culposa é a ação praticada sem intenção.]

5.10. Os processos relativos a irregularidades funcionais serão encaminhados ao DAREC/GAREC/GEREC para as providências determinadas no despacho decisório, permanecendo na própria área.

[Nunca é demais repetir que este subitem não consta do Módulo revogado e foi introduzido aqui de comum acordo com o DAREC, como forma de "desafogar" as GINSPs. Isto demonstra que a preocupação de dotar a ECT e em última instância as GINSPs, de um documento norteador das apurações de irregularidades, ao mesmo tempo compatível com a exigência dos novos tempos (Estado de Direito Democrático, avanços tecnológicos, celeridade etc.) e que fosse operacional, sempre perpassou as mentes dos integrantes do Grupo de Trabalho.

Isto posto, esclarece-se, ainda, que o processo só será encaminhado para o DAREC/GAREC/GEREC, após ter sido encerrado na esfera do DINSP/GINSP. Atente-se que o subitem se refere a um processo que já foi encaminhado ao Presidente ou Diretor Regional para julgamento e como se trata de irregularidade funcional, deverá permanecer arquivado por dez anos. O DINSP/GINSP se desincumbe de arquivar este processo por todo esse tempo. Acreditamos que esta é uma contribuição substancial do DAREC.]

5.10.1. Quando determinado o encaminhamento ao Ministério Público ou a Polícia Federal, o processo será encaminhado para a DINSP/GINSP, onde permanecerá sob sua responsabilidade.



[Sobre os processos de Apuração Direta, os mesmos deverão ficar arquivados na própria área de origem, a menos que digam respeito ao subitem 5.10.

Após o parecer da ASJUR, entendemos que encaminhar o processo, tirar cópias etc., são operações. E estas operações podem ser melhor executadas por quem compôs o processo, pois, necessariamente, exigem sua manipulação.

O DINSP/GINSP não encaminha o processo finalizado ao DEJUR/ASJUR, mas à autoridade instauradora, que pode determinar (ou não) o seu encaminhamento à área jurídica. Assim, a determinação de encaminhar parte da autoridade instauradora e não da manifestação volitiva do DINSP/GINSP, sendo esta questão relevante para o caso em pauta, por se assemelhar à composição da comissão de sindicância, que é sempre uma prerrogativa da autoridade instauradora e não uma imposição do DINSP/GINSP, apenas por serem órgãos apuradores por excelência.

As circunstâncias e a natureza do que deverá ser apurado, serão relatados pelo DINSP/GINSP à autoridade competente e nortearão sua escolha dos membros da comissão: se de natureza contábil, contadores, manda a lógica e a prudência. Mas a autoridade poderá determinar apenas Inspetores (sem formação contábil), arcando, como é óbvio, com as consequências. Da mesma forma, a autoridade instauradora poderá não encaminhar o processo à área jurídica e decidir, ela mesma, sem apoio jurídico.

Assim, a relação do DINSP/GINSP não se dá diretamente com a área jurídica, mas com a autoridade instauradora. E, nesta relação, o DINSP e a GINSP são mesmo coadjuvantes. O DINSP ou a GINSP deverá executar o que for determinado no "DESPACHO" da autoridade instauradora. Se a autoridade tem poderes para determinar a composição da comissão, se pode encaminhar ou não o processo para o parecer da área jurídica (atribuições maiores, digamos assim), pode, também, determinar quem deverá tirar cópias e encaminhar o processo (atribuições menores, digamos assim), seja a que órgão for.

Isto posto, ratificamos a posição de que o DINSP e a GINSP, se forem considerados pela autoridade instauradora, os órgãos mais habilitados a manterem contato com o Ministério Público e a Polícia Federal, no caso de encaminhamento de processos, assim deverão agir, obviamente. O processo - se encaminhado pela autoridade instauradora ao DINSP/GINSP, pois, a rigor, ela pode encaminhá-lo a quem bem entender - terá seu original encaminhado e sua cópia arquivada. Este procedimento não implica que o DINSP ou a GINSP ficará responsável pelo acompanhamento do processo na esfera judicial e nem tampouco que terá de receber os processos hoje sob a guarda da ASJUR. A tarefa do DINSP/GINSP será, nesse caso, meramente operacional: 1) copiar o processo; 2) encaminhar o original, conforme solicitado no parecer da ASJUR; 3) manter cópia sob sua guarda para o caso de eventuais consultas posteriores.



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD. 7
CAP. 2

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

16

ou atendimento de novas solicitações de caráter apuratório, operacional. Obviamente, o parecer da área jurídica deverá estar referendado por "DESPACHO" da autoridade instauradora.]

5.11. Encerrado o processo de apuração de irregularidades e aplicadas as penalidades cabíveis, ficará a cargo do DINSP/GINSP, remeter cópia do processo à Polícia Federal, objetivando a instauração do competente Inquérito Policial, se for o caso.

6. DO RELATÓRIO FINAL

6.1. Encerrados os trabalhos de apuração e apreciadas as razões da defesa, será elaborado Relatório Final conclusivo, contendo todos os elementos necessários para a decisão, tais como:

- a) síntese da conclusão do Relatório Preliminar;
- b) apreciação dos argumentos da defesa e das provas produzidas;
- c) conclusão pela procedência ou não da responsabilidade, não sugerindo a penalidade a ser aplicada.

[O Sindicante/apurador deve tomar cuidado para não realizar enquadramentos legais, isto é, mencionar nos Relatórios Preliminar e Final quais artigos ou leis foram desrespeitados. Esta função é exclusiva da área jurídica, que é quem possui os profissionais habilitados (técnica e legalmente) para realizá-la.]

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Os prazos estabelecidos neste capítulo serão contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento ou ciência da notificação.

7.2. A defesa escrita poderá ser elaborada e assinada pelo acusado ou por procurador (qualquer pessoa), desde que devidamente acompanhada da respectiva procuração.

7.3. O(s) Sindicante(s), encerradas as apurações, encaminhará(ão) o processo à autoridade competente para julgamento, podendo, por meio de CI propor medidas preventivas.

7.3.1. Esta CI não será juntada ao processo.

7.4. Após o julgamento do processo e havendo débito, o empregado será notificado, para recolher a importância apurada, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas (Anexo 07).

[Notificar o empregado antes que o mesmo seja considerado responsável, NA FORMA DA LEI (ampla defesa, contraditório etc. etc. etc.) é flagrante erro técnico e pode ser causa de anulação do processo na esfera judicial. Enquanto se aguarda a conclusão e julgamento do processo, medidas preventivas podem ser tomadas, sempre sob o império da Lei, como, por exemplo, o afastamento do empregado (ainda suspeito porque não foi julgado nem considerado responsável) das funções que vinha exercendo quando, supostamente praticou um ilícito. (Só não será "suposto" após o TRANSITO



CORREIOS

MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

Fls. 601

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

17

EM JULGADO - Vide nota de rodapé n.º 4, dos "Princípios Doutrinários" -, pois estamos num Estado de Direito (Democrático), entendido aqui em oposição ao estado de fato. Estado de Direito é toda situação criada por ato jurídico ou em virtude de regra legal.]

7.4.1. O termo de notificação será emitido pela área de recursos humanos.

7.4.2. Não havendo o recolhimento no prazo estipulado, a área de recursos humanos emitirá Portaria de Responsabilidade ou documento equivalente.

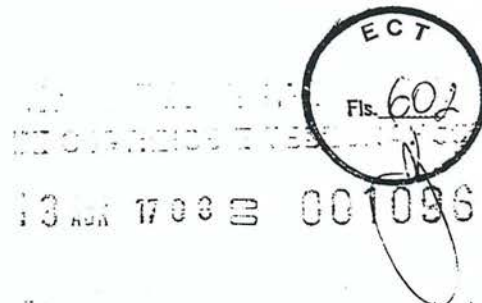
7.4.3. Uma cópia do processo será encaminhada à área competente, para instauração de Tomada de Contas Especial.

CÓPIA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
0914
Fls. Nº
• 3515 - 4
Doc:

75250505-0

CONFERE COM O ORIGINAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
2ª VARA

Autos n. 2000.35.00.006081-0 (classe2100)

Ofício nº 218

Goiânia, 07 de abril de 2000.

Senhor Presidente,

Por ordem do MM. Juiz Federal Substituto Dr. CARLOS ROBERTO ALVES DOS SANTOS (em exercício eventual na 2ª Vara), nos autos do mandado de segurança impetrado por NILO CÂNDIDO RAMOS e OUTRO contra ato do Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Outro, encaminho a Vossa Senhoria, para cumprimento, cópia da decisão liminar proferida nos autos em referência. Solicito-lhe, outrossim, que no prazo legal, preste as informações que entender necessárias, para o que faço juntar cópia da petição inicial e documentos que a instruem.

Atenciosamente,

Sílvia de Jesus Coelho

DIRETORA DE SECRETARIA

Ilustríssimo Senhor

EGYDIO BIANCHI

Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Setor Bancário Norte, Conj. 3, Bl. A, 19º andar,

BRASÍLIA - DF

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 0015
3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
2ª VARA

Processo	n.º 2000.6081-0	
Ação/classe	MANDADO DE SEGURANÇA	2.100
Impetrantes	NILO CÂNDIDO RAMOS e MÁRCIO ALVES RABELO	
Impetrados	PRESIDENTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	

I- Relatório

NILO CÂNDIDO RAMOS e MÁRCIO ALVES RABELO, devidamente qualificados nos autos, aforaram neste juízo mandado de segurança contra ato do **PRESIDENTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**, igualmente identificados.

Alegaram, em resumo, o seguinte:

a) regularmente instaurada, a mencionada sindicância visa

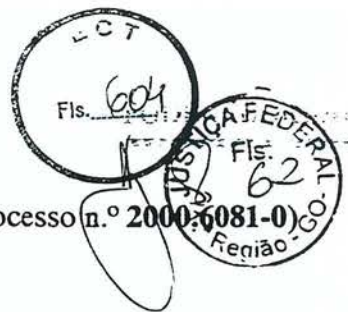
RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
0916
Fis Nº
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

(Continuação da **DECISÃO LIMINAR** proferida nos autos do Processo n.º 2000-6081-0)

ANEXO



apurar fatos relacionados no RELATÓRIO SINTÉTICO relativo ao *“Processo DINSP 0032/2000, que trata de impropriedades envolvendo Agências dos Correios Franqueadas, bem como a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda, situadas em Goiás, em função do CONTRATO 054/99-ECT x TCPRINT, firmado na DR/GT, em 26.10.99, entre a Regional e a TECPRINT”*;

b) entretanto, a Comissão de Sindicância designada, realizou verdadeira devassa na administração dos impetrantes, vetando, terminantemente, qualquer participação nas apurações, tanto dos impetrantes, como de seus patronos;

c) apontaram diversas irregularidades e ilegalidades no procedimento realizado pela Comissão de Sindicância, dentre eles, a negativa de fornecimento dos documentos por ela produzidos, impedimento à formação do contraditório e da ampla defesa e remoção/transferência do impetrante **MÁRCIO ALVES RABELO**.

Ao final, após ressaltar a presença dos requisitos autorizadores, requereram a concessão da medida liminar para que seja determinada: a) suspensão dos efeitos da Portaria PRT/PR-009/2000, EMI: 26/01/2000, VIG: 08/02/2000, que determinou a instauração de sindicância para apuração de fatos ocorridos na administração dos impetrantes; b) autorização para obter vista do processo de sindicância, bem como o fornecimento de cópias de todas as peças que forem requeridas; c) suspensão dos efeitos dos atos de remoção/transferência dos impetrantes para outra localidade, e que nenhuma medida punitiva seja adotada contra os impetrantes, até o final da referida sindicância ou de procedimento equivalente que venha substituí-la.

II- Fundamentação

A verba legis do art. 5º, LV, da Constituição Federal, ao dispor sobre a ampla defesa, estatui:

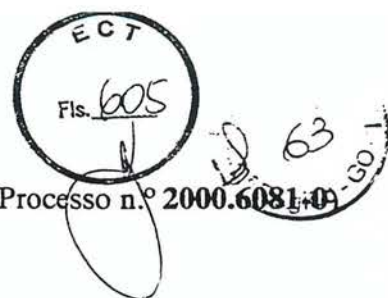
RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIC
0917
Fls Nº
5515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

(Continuação da **DECISÃO LIMINAR** proferida nos autos do Processo nº 2000.6081-09)

ANEXO



Art. 5º.....omissis.....

LV - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Deve ser ressaltado que a concessão de liminar em mandado de segurança passa pela análise prévia e necessária da presença conjunta dos pressupostos autorizadores da medida liminar, quais sejam, a plausibilidade jurídica da tese esposada pelo autor e o perigo de ineficácia da medida, caso venha a ser deferida ao final.

Analisando a petição inicial, vejo que os impetrantes indicam como fundamento da ilegalidade do ato administrativo (sindicância) o fato de não ter sido oportunizada a ampla defesa, porque não lhes foi permitido acesso aos atos investigatórios da sindicância, bem como houve negativa no fornecimento de cópias das provas produzidas, e como causa de pedir a garantia constitucional que assegura "o contraditório e ampla defesa em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral". (CF/88, art. 5º, inciso LV).

No caso destes autos, o desenvolvimento da sindicância sem a garantia da ampla defesa e do pleno conhecimento das provas produzidas, satisfaz a relevância do direito alegado, dada a infringência do dispositivo constitucional acima transcrito, bem como o disciplinamento da matéria no âmbito da própria ECT, demonstrando a ilegalidade dos atos dos impetrados, situação que, nesta análise preliminar, é suficiente para demonstrar a **relevância** do direito alegado.

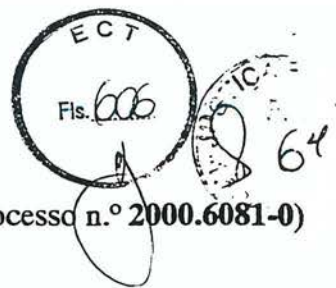
De fato, o princípio do devido procedimento legal garantido constitucionalmente garante a todos os investigados, em procedimento administrativo ou processo judicial, pelo menos: a) ciência dos fatos investigados em petição apta; b) prazo razoável para resposta; c) possibilidade de participar da produção de prova e

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0918
Fls Nº -
5515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

(Continuação da **DECISÃO LIMINAR** proferida nos autos do Processo n.º 2000.6081-0)



contra-prova dos fatos investigados; d) julgamento imparcial e com fundamento nas provas constantes dos autos.

Outrossim, a participação do sindicato no procedimento administrativo pode ser efetuada diretamente ou por meio de profissional habilitado legalmente para este mister.

Por outro lado, a não concessão da liminar pleiteada implicará na continuidade e conclusão da sindicância sem a ampla defesa, o que poderá causar prejuízos aos impetrantes. Acrescente-se, ainda, que já houve determinação para afastamento de um dos sindicatos de suas funções, o que permite aferir que a manutenção da sindicância tem o condão de gerar danos de difícil reparação.

CÓPIA

Portanto, comprovado o preenchimento dos requisitos para concessão da ordem perseguida.

III - Decisão

Ante o exposto, com fundamento no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, **concedo** a liminar pleiteada para suspender a eficácia de toda a prova produzida sem a participação dos sindicatos e dos advogados destes, determinando às autoridades impetradas que concedam livre acesso aos sindicatos, bem como a seus respectivos advogados de todo procedimento.

Advirto, no entanto, que esta medida liminar não impede nova investigação dos fatos, desde que observadas as franquias constitucionais deferidas a todos os investigados pelo poder público.

Notifiquem-se as autoridades impetradas para nos termos do artigo 7, I e II, da LMS, prestarem suas informações.

Notifiquem-se as autoridades impetradas para nos termos do artigo 7, I e II, da LMS, prestarem suas informações.

RQS nº 03/2005 - CN -

Fls. Nº 0949

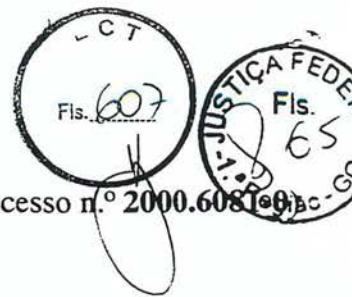
3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

(Continuação da **DECISÃO LIMINAR** proferida nos autos do Processo n.º 2000.6081-9)



Prestadas as informações, ou transcorrido o prazo, sejam os autos conclusos para **reexame** desta medida liminar.

Diligencie-se com a urgência que o caso requer.

Intimem-se.

Goiânia, 06 de abril de 2.000

CARLOS ROBERTO ALVES DOS SANTOS

Juiz Federal Substituto

(Em exercício eventual na 2ª Vara.)

\\2GABS2-GO\USUARIOS\DECISAO\SINDCORR.WPD

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0920
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/GO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217

Fis. 608

**EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA VARA DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÂNIA – GO.**

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro, casado, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 90, Qd. F-44, Setor Sul, portador da CI nº 170116, 2ª via, SSP/GO, CPF nº 461.445.877-72 e **MÁRCIO ALVES RABELO**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 1.126, nº 243, Setor Marista, portador da CI nº 4319977 SSP/GO, CPF nº 256.577.396-04, por seus procuradores judiciais legalmente constituídos, mandato junto – (DOCs. 01/02), vêm, com o devido respeito e acatamento, à digna presença de V. Exa., impetrar o presente

MANDADO DE SEGURANÇA
COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR

contra ato do Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, EGYDIO BIANCHI, encontrável na sede da direção central da empresa, no Setor Bancário Norte, Conj. 3, Bl. A, 19º andar, Brasília-DF, CEP 70.002.900, e do Presidente da Comissão de Sindicância constituída pela Portaria PRT/PR-009/2000, de 26/01/2000, vig. 08/02/2000, Auditor VALTER LENTA MORIMATSU, encontrável na sede da Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, à Praça Cívica, nesta Capital, nos termos do art. 5º, inc. LXIX, da Constituição Federal e da Lei nº 1.533/51, especialmente o seu art. 7º, inc. II, e demais

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

1

Fls. Nº

0921
3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/FO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217

Fls. 609

disposições legais aplicáveis à espécie, com fundamento nas razões de fato e de direito que passa a declinar.

I – DOS FATOS

1. A primeira autoridade coatora instaurou a Comissão de Sindicância constituída pela Portaria da Presidência (PT/PR)-0009/2000 – EMI: 26.01.2000 – VIG: 08.02.2000, cujo teor consta da Certidão em anexo – (DOC. 03).

2. Mencionada Sindicância, regularmente instaurada, tem como finalidade apurar os fatos relacionados no RELATÓRIO SINTÉTICO relativo ao *“Processo DINSP 0032/2000, que trata de impropriedades envolvendo Agências dos Correios Franqueadas, bem como a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda, situadas em Goiás, em função do CONTRATO 054/99-ECT x TECPRINT, firmado na DR/GT, em 26/10/99, entre a Regional e a TECPRINT”* conforme o mesmo documento.

3. A Comissão de Sindicância designada, entretanto, em clima de mistério e terror, tomou de assalto a Direção Regional dos Correios, realizando verdadeira devassa na administração dos IMPETRANTES, vetando, terminantemente, qualquer participação dos mesmos nas apurações.

4. Chegando a Goiânia o colegiado investigatório deu imediato início ao procedimento sindicante, colhendo depoimentos, promovendo a juntada de provas e documentos, de forma autoritária e unilateral, sem dar o direito de manifestação dos IMPETRANTES e negando-lhes qualquer contribuição dos mesmos, como já foi dito, em investigações que dizem respeito aos seus atos.

5. Considerando que os atos negociais investigados referem-se à gestão dos IMPETRANTES e que o CONTRATO 054/99, firmado entre a ECT a empresa TECPRINT, objeto da sindicância, foi assinado pelos mesmos, estes constituíram os advogados que subscrevem a inicial, a fim de acompanhar o procedimento investigatório, visando colaborar no correto esclarecimento dos fatos e em defesa dos princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme atestam os mandatos juntados.

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062)

214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0922
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/FO 17.418

OAB/GO 11.217

Fls. 610

6. Ao procurarem a Comissão, no dia 15/01/2000, os advogados que subscrevem a presente foram recebidos de pé, na sala do Diretor Regional substituto, Dr. José Aparecido de Souza, e na presença deste, pela referida Comissão, que se negou a fornecer-lhes qualquer documento pertinente à Sindicância ou mesmo permitir-lhes o ingresso na sala onde se realizam "os trabalhos reservados que estavam tendo andamento", naquele instante, com a oitiva de testemunha.

7. Recebidos ríspida e autoritariamente pela Comissão de Sindicância, os advogados dos IMPETRANTES foram impedidos de adentrar à sala onde se realiza a Sindicância pelos membros da Comissão, como relatado no requerimento em anexo, encaminhado no dia seguinte do Diretor Regional Substituto, sob a alegação de que "estavam trabalhando" e que "havia uma pessoa que iria prestar depoimento" naquele momento, não podendo, portanto, receber os advogados – (DOC. 04).

8. No mesmo requerimento, diante do absurdo que haviam presenciado, os IMPETRANTES, pelos seus patronos, requereram o direito de participar das oitivas de testemunhas, bem como o fornecimento das cópias dos documentos já levantados pelos sindicantes, inclusive os depoimentos, o que foi negado.

9. Os advogados dos IMPETRANTES, insistindo na vista dos autos e na participação no procedimento administrativo da sindicância, no exercício de direitos constitucionais, legais e normativos básicos, passaram a amargar horas de espera na ante-sala do Diretor Regional Substituto, para, ao final, receber a negativa da Comissão.

10. Durante os dias que se seguiram a Comissão, presidida pela segunda autoridade coatora, fez várias outras negativas que aos advogados dos IMPETRANTES, sem lhes permitir, terminantemente, a indispensável vista aos autos da sindicância, sob a alegação de que se tratava de um "**procedimento reservado**", de uma "**investigação confidencial interna**", que ainda não havia apontado "**acusados**", pois se tratava de um simples "**levantamento de rotina**" e outros de pautérios.

11. No dia 21/02/2000 os IMPETRANTES formularam novo REQUERIMENTO à Comissão de Sindicância presidida

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062)

214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

ROS nº 08/2005 - CN -
CPM - CORREIOS

Fls. Nº

3515 - 4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

Amparo Figueiredo

Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/PO 17.418

OAB/GO 11.217

Fls. 611

pela segunda autoridade coatora, reiterando os termos do requerimento anterior e pleiteando, novamente, cópia dos documentos constantes do processo, a fim de orientar eventual defesa dos mesmos e na salvaguarda do princípio do contraditório, uma vez que prosseguiram as inquirições, requisições de documentos e de provas, de forma unilateral e, praticamente, "secreta" em clima de terror e de ilegalidade – **(DOC. 05)**.

12. Somente no início de março é que a Comissão de Sindicância, pela Certidão anexa, fez chegar aos IMPETRANTES a cópia do ato constitutivo do procedimento, sem, contudo, deferir os pedidos atinentes ao fornecimento dos documentos produzidos e de permitir a formação do contraditório e da ampla defesa.

13. Num verdadeiro desfile de depautérios e de absurdos, o DESPACHO da Comissão, entregue mais de 15 (quinze) dias depois do primeiro requerimento dos IMPETRANTES, procurando fundamentar a ilegal negativa do exercício de direitos fundamentais alega, entre outras impropriedades:

A) Item I, segundo parágrafo: **"A autoridade administrativa ... decide ampliar-se a verificação dos fatos abordados – ab initio, em prévia diagnose – num rotineiro processo com objeto de controle patrocinado pelo Departamento de Inspetoria Geral no exercício de seu mister."**

B) Item II, segundo parágrafo: Dessa forma, é de escorreita certeza dizer-se que ainda não existem outros interessados na matéria, além da própria Administração ... E admitir-se um raciocínio contrário levaria ao fato de que, nesta fase, todos os colaboradores da ECT na DR/GT **estariam em condição de policiar os trabalhos, engessando os atos necessários à esta Comissão**, o que decerto é improdutivo ao interesse público."

C) item III, primeiro parágrafo – De resto, no que respeita à intenção de obter prévia comunicação "aos referidos patronos" para acompanhar o levantamento e/ou apuração de dados cognitivos e imprescindíveis ao pleno domínio da matéria pela Autoridade Instauradora, **também nos parece inoportuno frente à inexistência de qualquer imputação em face dos**

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062)

214-2246/214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0924

Fls. Nº
3515 - 4

Dec:

CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/FO 17.418

OAB/GO 11.217

C.T.
Fis. 662

requerentes, que se for o caso, serão chamados no devido tempo...

Item III, segundo parágrafo – Frente aos termos da documentação sob exame e não obstante ali demonstrada a existência de interesses pessoais dos requerentes – sobrepondo-se àqueles públicos no procedimento de controle em curso...decide esta Comissão de Sindicância, por unanimidade:

[...]

c) INDEFERIR o fornecimento – por ora – de outros quaisquer documentos pelos motivos elencados na fundamentação deste despacho...

(Destacou-se).

14. Ao tempo em que constata a existência de interesses pessoais dos IMPETRANTES, a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, regularmente designada por ato específico da primeira autoridade coatora alega estar realizando apenas “processo de controle” que seria “engessado” com participação dos mencionados interessados.

15. Decide ainda, a Comissão, por mais incrível que pareça, em total desrespeito à ordem jurídica preconizada a partir da Carta Magna, que o “procedimento de controle em curso” não permite o deferimento da entrega dos documentos solicitados.

16. De outra parte, manteve-se silente, maliciosamente, sobre o requerimento de participação dos IMPETRANTES - evidentemente, naquilo que lhes disser respeito ou que for referente a atos negociais praticados pelos mesmos - nas provas que estão sendo produzidas na sindicância de forma unilateral e ilegalmente, repita-se, na nítida intenção de chafurdar-se no lamaçal de arbitrariedades que vem protagonizando.

17. Os IMPETRANTES ocupam respectivamente os seguintes cargos na direção regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Goiás: NILO CÂNDIDO RAMOS,

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 5

214-2246/214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

Fis. Nº

3515 - 4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Diretor-Regional; MÁRCIO ALVES RABELO, Diretor Regional Adjunto/Coordenador de Suporte.

18. Tomando conhecimento da instauração de Sindicância para apurar fatos referentes à sua gestão, o primeiro **IMPETRANTE** afastou-se espontaneamente da Diretoria Regional, até a final apuração dos fatos e os demais foram instados a se afastarem dos respectivos cargos pela direção central.

19. O prazo inicialmente previsto para a conclusão dos trabalhos da Sindicância, 15/03/2000, de acordo com a Portaria designatória da Comissão, subscrita pela primeira autoridade coatora, o Presidente da ECT, esgotou-se, tendo sido prorrogado, ao que consta, o referido prazo, sem qualquer comunicação aos IMPETRANTES ou aos seus advogados.

20. No dia 22/03/2000, o segundo **IMPETRANTE** foi afastado de suas funções, sem qualquer esclarecimento e colocado à disposição da Presidência da ECT, o que o afasta do local onde estão sendo processadas as investigações, em prejuízo de seu direito de defesa - (DOC. 06).

21. Esse ato de remoção/transferência do segundo IMPETRANTE, de caráter nitidamente punitivo, é ato praticado com **desvio de finalidade ou de poder**, sendo nulo juridicamente por várias razões, inclusive pelo fato de que dificulta ou torna impossível ao mesmo o acompanhamento da Sindicância e o eficiente exercício regular do direito à sua ampla defesa.

22. Em face de tão gritantes ilegalidades e diante da irredutível negativa da Comissão de Sindicância em permitir o acompanhamento dos trabalhos investigatórios pelos IMPETRANTES, já que os atos investigados referem-se à administração dos mesmos, restou-lhes apenas a via do presente remédio heróico, a fim de fazer com que os seus direitos e garantias insculpidos na Constituição Federal e na legislação específica sejam respeitados.

II – O DIREITO

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br



Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/GO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217

Fls. 64

23. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é empresa pública federal, inserindo-se, *ipso facto*, no contexto do que se conhece por Administração Indireta do Estado.

24. Submete-se, por essa ordem, aos princípios legais e constitucionais impositivos à Administração Pública, ao teor do que dispõe, entre outros dispositivos, o art. 37, caput, da Carta Magna.

25. A Portaria (PRT/PR)-0009/2000, EMI: 26/01/2000, transcrita na Certidão anexada, refere-se textualmente à designação de **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**, indicando os membros integrantes e os fatos a serem apurados, decorrentes de processo administrativo de verificação e controle, de nº DINSF-0032/2000.

26. Sindicância, como ensinam os mais renomados doutrinadores do direito administrativo, é processo administrativo de apuração sumária de irregularidades no serviço público, sendo indispensável, após a Constituição de 88, que assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

27. A respeito da definição de sindicância como processo administrativo, é ilustrativa a lição de José dos Santos Carvalho Filho¹, *verbis*:

"Outro aspecto que, desde já, merece observação, principalmente em razão da funda confusão que costuma ser feita, é a de que a sindicância também é um processo administrativo, como tantos outros que tramitam na Administração Pública. Desse modo, pode haver dois processos administrativos interligados – a sindicância e o processo administrativo disciplinar." (Destacou-se).

28. Ora, é claro e taxativo o texto da Superlei, quando determina, nos incs. LIV e LV do art. 5º, *letteris*:

"LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens, *sem o devido processo legal*.

¹ - Manual de Direito Administrativo, 5ª edição, 1999, p. 696.

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/FO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217

Fls. 68

"LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes."

29. Tanto é assim, que a Lei nº 8.112/90, que institui o regime jurídico único dos servidores da Administração Pública federal – analogicamente aplicável aos empregados da ECT, que integram a administração federal, embora sejam celetistas – dispõe no seu art. 143:

"Art. 143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa."

30. O direito à ampla defesa, portanto, é apanágio constitucional, inerente ao Estado Democrático de Direito preconizado no art. 1º da Carta Política, e independe do regime jurídico pelo qual o servidor se vincula ao serviço público.

31. Tanto é assim, que a Lei nº 9.748/99, que regula o processo administrativo na **administração federal direta e indireta**, perfeitamente aplicável à ECT e seus processos administrativos, determina, no art. 2º, caput, e parágrafo único, incs. I, IV e X, a observância de regras e princípios que estão sendo teimosa e afrontosamente negligenciadas pelas autoridades coatoras na Sindicância em apreço, dispondo:

"Art. 2º A Administração Pública obedecerá dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência."

Parágrafo único. Nos processos administrativos observados, entre outros, os critérios de:

I – atuação conforme a lei e o Direito;

[...]

II – atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

serão
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0928
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/FO 17.418

OAB/GO 11.217

Fls. 66

[...]

X – garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígios.

32. Indiscutível, na espécie, que a negativa da Comissão de Sindicância de receber os advogados, fornecer documentos e permitir o acompanhamento das diligências e produção de provas no procedimento sindicante, transgride violentamente todos esses princípios e regras, malferindo de morte, ainda, os preceitos constitucionais transcritos.

33. O MANUAL DE CONTROLE INTERNO da ECT, MÓDULO 7, CAPÍTULOS 1 e 2, que trata da “APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES”, em anexo, define no capítulo 1, itens 4.11 e 4.13, confirmando o que foi antes declinado, e em consonância com a melhor doutrina, define o procedimento que está sendo arbitrária e ilegalmente perpetrado na Pretoria Regional local dos Correios, ao conceituar- **(DOC.07: CÓPIA)**

“4.11 – Processo de Apuração

É o conjunto de procedimentos que deve ser executado, para a apuração de uma determinada irregularidade.

[...]

4.13 – Sindicância por Comissão

Forma de apuração feita por Comissão designada por meio de Portaria...”

34. Logo adiante, no Capítulo II, fls. 5 e 6, a citada norma define o que é sindicância, dispondo sobre os direitos dos sindicatos, em perfeita sintonia com a doutrina invocada, a Lei 9.784/99 e os mandamentos constitucionais transcritos:

“O acusado ou seu representante terá acesso (dará vista) ao processo que contém o Relatório. Observe-se que a AMPLA DEFESA não implica apenas no direito de se defender por escrito, mas no direito de assistir, com seu advogado ou acompanhante a todas as oitivas de testemunhas, no

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFAX (062) 3515-4

214-2246/214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

Fls. Nº

3515 - 4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/FO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217

Fls. 612

direito de solicitar a produção de novas provas (Após ter elaborado sua Defesa, se houver produção de novas provas, deverá ser aberto novo prazo para o acusado emendar ou não sua Defesa), solicitar a realização de perícia, oitiva de testemunhas, oportunidade em que poderá também fazer perguntas etc. Após a vista deverá (ão) o (s) interessado (s) consignar (em) na 1ª via do instrumento juntado ao processo. Evidentemente todos estes direitos deverão ser exercidos quando solicitados por escrito (no início dos trabalhos estes direitos serão dados a conhecer ao empregado, pelo Presidente da Comissão de Sindicância) seu exercício e de forma a não prejudicar os trabalhos apuratórios. Tal direito é assegurado aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral, por dispositivo constitucional (Vide art. 5º, inc. LV da Constituição Federal/88) cabendo à Administração cumpri-lo integralmente e da melhor forma possível." (Destacou-se)

35. Como está claro, MM. Juiz, até mesmo os regulamentos da ECT desautorizam a ilegalidade que esta sendo cometida pela digna "Comissão de Sindicância", atentatoriamente, em total desrespeito à ordem jurídica vigente.

36. É inacreditável, Excelência, que em pleno Estado de Direito ainda existam aqueles que pensam estar defendendo "interesses da Administração Pública" quando agem à margem da lei e contra os mais comezinhos princípios jurídicos e democráticos.

37. À evidência, as provas obtidas por tal meio são provas ilícitas, imprestáveis, como de resto é imprestável todo o procedimento, desde o primeiro ato que se seguiu à instauração da Comissão, considerando-se que os IMPETRANTES, na condição de interessados, procuraram a Comissão por seus patronos, requereram o direito de se inteirar dos procedimentos, sendo drasticamente repelidos pelos sindicantes.

PROVA OBTIDA POR MEIOS ILÍCITOS

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº. 10 0930
5515 - 4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

38. Os termos de depoimentos, bem como os documentos juntados sem a participação ou o conhecimento dos IMPETRANTES/interessados, já que o contrato e os demais atos que motivaram a sindicância foram assinados na gestão, pelo primeiro IMPETRANTE e/ou por autorização do segundo IMPETRANTE, não podem ter, é de concluir-se, qualquer validade no procedimento que está sendo realizado.

39. Ora, tais documentos foram obtidos por meios ilícitos pelo denunciante, sem qualquer comunicação prévia ou posterior aos IMPETRANTES – que sobre os mesmos não se pronunciaram – e inseridos no procedimento de sindicância arbitrariamente, à revelia dos interessados.

40. Além do mais, a origem ilícita dos citados termos de audiência, acrescidos aos autos sem qualquer cientificação prévia ou posterior a respeito dos mesmos aos IMPETRANTE, para que a respeito deles se pronunciasse, retira-lhes toda a validade probatória, fulminando, da mesma forma, qualquer indiciamento ou comunicação para apresentação de defesa que resultasse de procedimento ilegal, unilateral e arbitrário.

41. A propósito de prova obtida por meio ilícito, confira-se o que prescreve a Constituição Federal, no seu art. 5º, inc. LVI, verbis:

“[...] são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meio ilícito [...]”

42. Preciosa, na espécie, a lição de Nelson Nery Júnior², abaixo transcrita:

“A prova pode ser ilícita em sentido material e em sentido formal. A ilicitude material ocorre quando a prova deriva; ‘a’ de um ato contrário ao direito e pelo qual se consegue um dado probatório (invasão domiciliar, violação do sigilo epistolar, quebra de segredo profissional, subtração de documentos, escuta clandestina, constrangimento físico ou moral na obtenção e confissões ou depoimentos testemunhais etc.). Há ilicitude formal quando a prova “decorre de forma ilegítima pela qual ela se produz, muito embora seja lícita a sua origem. A ilicitude material diz respeito ao

² - Princípios de Processo Civil na Constituição Federal, 2ª edição. São Paulo, Ed. RT, 1992, p. 1461.
Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062)

214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN - 1461
CPM COFREIOS
Fis Nº 0921
3515-4
Doc. _____
CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

Amparo Figueiredo

Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/FO 17.418

OAB/GO 11.217

Fls. 619

momento formativo da prova: a ilicitude formal, ao momento introdutório da mesma. Em suma, razões de legalidade e de moralidade atuam como causas restritivas da livre atividade probatória do Poder Público". (Destacou-se).

43. A jurisprudência consagra o mesmo entendimento, como prova lapidar julgado do STJ, *verbis*:

"EMENTA. RHC. Constitucional. Processual Penal. Prova. Meio ilícito de obtenção. Nulidade. A produção de provas precisa obedecer ao procedimento legal. Daí porque a Constituição da República expressa a inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos (Art. 5º, LVI) (STJ, RHC 1232/BA, rel. Min. Luiz Vicente Chemicchiaro, 6ª Turma, decisão de 31/08/92, DJ de 21/09/92)

44. Considerando tudo isso, é indiscutível a nulidade da Sindicância em andamento, especialmente para o efeito de apurar qualquer suposta irregularidade que pudesse ser atribuída aos IMPETRANTES, sendo, portanto, nulos os seus atos.

DIREITO LÍQUIDO E CERTO

45. Direito líquido e certo, em mais uma insuperável expressão de Hely Lopes Meirelles³ é aquele de se apresenta de plano, incontroverso, delimitado, e capaz de ser exercitado pela impetração, como se lê:

"Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração."

46. Os IMPETRANTES na condição Diretor Regional e Diretor Regional Adjunto/Coordenador de Suporte, estão assistindo atos negociais e comerciais que praticaram, como o **CONTRATO 054/99-ECT x TECPRINT, firmado na DR/GT, em 26/10/99, entre a Regional e a citada empresa**, sendo objeto de apuração e investigação em procedimento regularmente instaurado, sem que lhes seja facultado o direitos básicos à ampla defesa e ao contraditório, como demonstrado.

³ - Mandado de Segurança e outras Ações constitucionais, RT, 11ª, edição 1987, p. 107.
Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 12
214-2246/214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
Fls. 0922
5515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

OAB/GO 10.950

Amparo Figueiredo

OAB/FO 17.418

Liliane Figueiredo

OAB/GO 11.217

Fls. 620

47. Ademais, os ora IMPETRANTES estão sendo informados por vários empregados da empresa que prestaram depoimento à Comissão de Sindicância, que estão sendo feitas perguntas referentes às suas atividades funcionais e até mesmo indagações sobre a vida pessoal dos mesmos, que os mesmos autorizem ou que lhes seja dado conhecimento.

48. Obvio que a salvaguarda e a proteção dos direitos que estão sendo conspurcados, atropelados e vilipendiados de maneira tão escandalosa pelos referidos sindicantes, constitui direito líquido, certo e inalienável dos ora IMPETRANTES, claramente manifesto e apto a ser exercitado pela via do presente remédio heróico.

PERICULUM IN MORA

49. A medida liminar requerida é medida urgente e necessária, tendo em vista que o prazo para a CONCLUSÃO da SINDICÂNCIA já foi prorrogado, à revelia dos IMPETRANTES, já tendo resultado da mesma a medida de afastamento do segundo IMPETRANTE do cargo que exercia, medida indiscutivelmente punitiva.

50. Das conclusões apuradas no citado procedimento irregular e unilateral, poderão resultar medidas punitivas em desfavor dos direitos dos IMPETRANTES, cuja vida foi dedicada à ECT, sem que os mesmos tenham sido ouvidos ou consultados, até agora, o que consubstancia, irrecusavelmente, o fundado receio de prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

51. O provimento cautelar requerido, portanto, se apresenta como única forma de evitar a consumação de gravosa injustiça contra os IMPETRANTES, com base em procedimento arbitrário e irregular, nulo de pleno direito na sua totalidade.

52. Com o afastamento do segundo IMPETRANTE da função de confiança que ocupava e a sua colocação à disposição da Presidência, caem por terra todas as alegações improcedentes e ilegais da Comissão Sindicante, a respeito da natureza do procedimento, que poderia, mais adiante, ser convertido em procedimento disciplinar.

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, Goiânia - GO - CEP. 74.120-020

214-2246/214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. nº 0023 13

Doc: 5515 - 4

CONFERE COM O ORIGINAL

53. Essa seria, sem dúvida, a primeira Sindicância que pune antes de instaurar o procedimento de instrução e julgamento.

54. Urgente e premente o periculum in mora, diante da primeira consumação das ameaças feitas e da iminente conclusão do procedimento sindicante à revelia dos IMPETRANTES, constituindo-se em verdadeiro atentado aos seus direitos constitucionais e legais e ao seu passado de inteira dedicação à ECT.

O PEDIDO

Ao teor do exposto, REQUER a V. Exa. o seguinte:

1. seja concedida medida liminar *inaudita altera pars* determinando a suspensão dos efeitos da Portaria PRT/PR-009/2000, EMI: 26/01/2000, VIG: 08/02/2000, subscrita pela primeira autoridade coatora, Presidente da ECT, que instaurou a Sindicância presidida pela segunda autoridade coatora, bem como de todos os atos praticados por esta em decorrência da mesma, na mencionada sindicância, por se tratarem de atos administrativos nulos de pleno direito, praticados com abuso de poder e cerceamento ao direito de ampla defesa, como se provou;

2. seja autorizada a vista do processo de sindicância aos IMPETRANTES e o fornecimento das cópias de todas as peças que forem requeridas, por ser direito inerente à ampla defesa, para o resguardo de futuros procedimentos;

3. sejam suspensos os efeitos dos atos de remoção/transferência dos IMPETRANTES para qualquer local diferente da Regional da ECT Goiás, emitidos depois de instaurada a Sindicância, até o final das apurações que estão sendo feitas na mesma, por se tratar de ato com conotação punitiva, maculado por desvio de poder, de modo a possibilitar aos mesmos o acompanhamento e o exercício do direito da ampla defesa;

4. seja determinado à Diretoria da ECT, via de consequência, que se abstenha de adotar qualquer medida punitiva contra os IMPETRANTES, até o final da referida Sindicância ou do procedimento equivalente que venha substituí-la, de forma regular,

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

Amparo Figueiredo

Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/GO 17.418

OAB/GO 11.217

Fls. 622

uma vez corrigidas as ilegalidades denunciadas no presente *mandamus*;

5. notificação às autoridades coatoras, identificadas na exordial, para prestarem as informações que tiverem, no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

6. intimação ao douto Ministério Público para se manifestar nos autos;

7. concessão, ao final, da segurança definitiva, para ANULAR a referida Portaria PRT/PR-009/2000, de 26/01/2000, VIG: 08/02/2000, e a Sindicância dela decorrente, em todo o seu conteúdo, por se tratar de procedimento administrativo ilegal, produzido com cerceamento do direito à ampla defesa e do contraditório, sendo juridicamente imprestável para qualquer efeito jurídico, assim como os atos de remoção/transferência dos IMPETRANTES, expedidos após o início da Sindicância anulada.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 500.00 (quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

NESTES TERMOS, PEDE E ESPERA
DESEMPENHAMENTO.

Goiânia, 30 de março de 2000.


NELSON FIGUEIREDO
OAB/GO 10.950


PAMORA MARIZ S. FIGUEIREDO
OAB/GO 18.237

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0925
3515 - 4
Doc.:

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 15
214-2246/214-2537 - Goiânia -GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL

NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo Liliane Figueiredo Amparo Figueiredo Pamôra Figueiredo
 OAB/GO 10.950 OAB/GO 11.217 OAB/GO 17.418 OAB/GO 18.237

PROCURAÇÃO

Fls. 623

OUTORGANTE (S):

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta capital à Rua 90, Qd. F-44, Lt. 44, Setor Sul, portador da C.I. n.º 170116-2ª via SSP/GO, CPF n.º 461.445.877-72.

OUTORGADO (S):

DR. NELSON FIGUEIREDO, brasileiro, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 10.950; **DR.ª LILIANE S. C. FIGUEIREDO**, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 11.217; **DR.ª AMPARO MARIZ S. DE FIGUEIREDO COUTO**, brasileira, advogada, regularmente inscrita na OAB/GO sob o n.º 17.418; **DR.ª PAMORA MARIZ S. DE FIGUEIREDO**, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 18.237, todos com escritório profissional situado à Rua 10, n.º 93, 2º andar, Salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Goiânia-GO, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537/214-2260.

OBJETO:

Nomeia (m) e Constitui (em) o (s) Outorgado (s) bastante procurador (es), com poderes de cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", conforme exegese dos arts. 38 do Código de Processo Civil, art. 5º e seus parágrafos da Lei n.º 8.906, de 04.04.94, podendo, inclusive, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromissos, enfim, realizar e praticar os atos necessários para o bom, fiel e cabal desempenho deste mandato, especialmente para impetrar MANDADO DE SEGURANÇA, em defesa dos direitos do outorgante, em relação à Sindicância instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Goiânia - GO, 30 de março de 2000.

NILO CÂNDIDO RAMOS

CPF n.º 461.445.877-72.

RQS n.º 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. N.º 0936

3515 - 4

Rua 10, n.º 93, 2º andar, salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Fone/fax: (062) 214-1
 2246/214-2537, Goiânia - GO, CEP 74120-020
 E-mail: nelfig@internacional.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL

ANEXO

A. A

CT
Fls. 624

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
REGISTRO GERAL	170.116 2ª Via	DATA DE EXPEDIÇÃO	25-set-1984
NOME	NILO CÂNDIDO RAMOS		
	Aldo Moreira Ramos		
FILIAÇÃO	Violeta Cândida Ramos		
NATURALIDADE	Buriti Alegre-GO	DATA DE NASCIMENTO	14-jan-1954
DOC ORIGEM	C.Cas.nº1.450 L.008 fls.050 de Goiânia-GO 03-dez-1977.		
CPF	461.445.877-72		
ASSINATURA DO DIRETOR			
LEI Nº7.116 DE 29/08/83			

CÓPIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO		ASSINATURA DO TITULAR <i>Nilo</i>
	POLEGAR DIREITO 	

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0937
3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

NELSON FIGUEIREDO Advocacia e Consultoria S/C

Nelson Figueiredo Liliane Figueiredo Amparo Figueiredo Pamôra Figueiredo
 OAB/GO 10.950 OAB/GO 11.217 OAB/GO 17.418 OAB/GO 18.237

PROCURAÇÃO

Fls. 625

OUTORGANTE (S):

MÁRCIO ALVES RABELO, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta capital à Rua 1.126, n.º 243, Setor Marista, portador da C.I. n.º 4319977 SSP/GO, CPF n.º 256.577.396-04.

OUTORGADO (S):

DR. NELSON FIGUEIREDO, brasileiro, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 10.950; **DR. LILIANE S. C. FIGUEIREDO**, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 11.217; **DR.º AMPARO MARIZ S. DE FIGUEIREDO COUTO**, brasileira, advogada, regularmente inscrita na OAB/GO sob o n.º 17.418; **DR.º PAMÔRA MARIZ S. DE FIGUEIREDO**, brasileira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB/GO), sob o n.º 18.237, todos com escritório profissional situado à Rua 10, n.º 93, 2º andar, Salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Goiânia-GO, Fone/fax: (062) 214-2246/214-2537/214-2260.

OBJETO:

Nomeia (m) e Constitui (em) o (s) Outorgado (s) bastante procurador (es), com poderes de cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", conforme exegese dos arts. 38 do Código de Processo Civil, art. 5º e seus parágrafos da Lei n.º 8.906, de 04.04.94, podendo, inclusive, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromissos, enfim, realizar e praticar os atos necessários para o bom, fiel e cabal desempenho deste mandato, especialmente para impetrar MANDADO DE SEGURANÇA, em defesa dos direitos do outorgante, em relação à Sindicância instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Goiânia - GO, 30 de março de 2000.

MÁRCIO ALVES RABELO

CPF n.º 256.577.396-04

RQS n.º 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls N.º 0928

3515-4

Doc:

Rua 10, n.º 93, 2º andar, salas 203/204, Ed. Juris Center, Setor Oeste, Fone/fax: (062) 214-1
 2246/214-2537, Goiânia - GO, CEP 74120-020
 E-mail: nelfig@internacional.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 4319977	DATA DE EXPEDIÇÃO 29/MAR/1999
NOME MARCIO ALVES RABELO	
FILIAÇÃO DIOLANDO RABELO DE SOUZA ALFA ALVES DE SOUZA	
PATROCÍNIO-MG	24/DEZ/1957
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
NAO DOADOR DE ORGAOS E TECIDOS	
DOC ORIGEM C.CAS. 1854 FLS. 226-V L. 8-04 CRC PATOS DE MINAS-MG EM 03/03/1979	
CPF 256577396-04	22398449
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7 116 DE 29/08/83	

CÓPIA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº

350195-94

NAO DOADOR DE ORGAOS E TECIDOS	
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	 
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	CARTÃO DE IDENTIDADE

CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIDÃO

Em cumprimento ao deliberado no DESPACHO deste colegiado em 21/02/2000 - pelos fundamentos e para os fins ali consignados - **CERTIFICO** que hoje, Quarta-feira, 1 de Março de 2000, revisando os papéis de trabalho que integram o Processo/DINSP-0032/2000, é identificado como ato constitutivo desta Comissão de Sindicância a Portaria cujo teor se segue transcrito: **PRESIDÊNCIA (PRT/PR)-009/2000 – EMI:26.01.2000 – VIG: 08.02.2000: ASSUNTO: Designação de Comissão de Sindicância; DISTRIBUIÇÃO: DIRETORIA, GABPR, DEJUR, DAUDI, DINSP, DAREC e DR/GT; REFERÊNCIA: Mód: 7 – MANCIN; Ata da 4ª Seção Ordinária da Diretoria da ECT/2000; 1. Designo os empregados a seguir relacionados para, sob a presidência do integrante indicado na alínea “a” que, nos seus impedimentos será substituído pelo participante mencionado na alínea “b”, constituírem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados no Processo/DINSP nº 0032/2000. a) VALTER LENTA MORIMATSU, Auditor/DAUDI, Matrícula 8.102.704-4; b) JORGE SILVEIRA LOPES, Inspetor/DINSP, Matrícula 8.306.171-1; c) FRANCISCO GOMES DA SILVA, Inspetor/DINSP, Matrícula 8.576.856-1; CRISTIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA, Assessor/GEFRAN, Matrícula 8.010.463-0; e) PAULO HENRIQUE GARCIA DA SILVA, Administrador Postal Júnior/DEGEO, Matrícula 8.312.225-7. 2. A Comissão ora designada deverá concluir os seus trabalhos até o dia 15 de março de 2000. EGYDIO BIANCHI, Presidente. É parte integrante do ato o RELATÓRIO SINTÉTICO – Contrato DR/GT x TECPRINT – 0054/99: 1-INTRODUÇÃO: Este Relatório sintetiza os principais aspectos apontados no Relatório de Visitas Técnicas às Diretorias Regionais de Goiás/Tocantins e São Paulo Metropolitana, relativo ao Processo DINSP-0032/2000, que trata de impropriedades envolvendo Agências de Correios Franqueadas, bem como a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda., situadas em Goiás, em função do CONTRATO 0054/99-ECTxTECPRINT – firmado na DR/GT em 26/10/99, entre a Regional e a TECPRINT. - 2-IMPROPRIEDADES: a) Evasão de receita por aceitação e tarifação de objetos não cobertos pelo contrato. O contrato-padrão do tipo múltiplo não prevê a postagem de objetos na categoria impresso. Ocorreram diversas postagens de impressos sob esse contrato; b) evasão de receita por redução não autorizada de preço. No contrato 0054/99 a cláusula-padrão de preço foi alterada, reduzindo a tarifa para objetos destinados a outras localidades fora da área metropolitana de postagem, de R\$ 0,46 para R\$ 0,31; c) evasão de receita por remuneração indevida a Agências de Correios Franqueadas. A comissão sobre os objetos postados vem sendo paga às ACFs Alpes, T-9 e Independência, apesar de o contrato somente prever postagem na ACF Alpes; d) evasão de receita por inexistência de controles operacional e financeiro no Centro de Operações Integradas de Goiânia. A inexistência de controle operacional e financeiro foi constatada em verificação realizada em 15/12/99 pela equipe do DINSP e do DEGEO, quando foi detectada divergência de 30.916 objetos, ou seja, 24% superior ao informado pela TECPRINT nas listas de postagem, bem como pelo extravio de uma lista de postagem de carga postada naquele mesmo dia, visto que no Centro de operações foram coletadas cinco listas de postagem pela equipe de trabalho, uma das quais não foi localizada no órgão de faturamento; e) formalização do contrato sem a autorização das autoridades**

CERTIDÃO

competentes. O Contrato 0054/99 possui características especiais, quais sejam: expectativa de faturamento anual superior a R\$ 1.000.000,00 e autorização para postagem em mais de uma Diretoria Regional, estando sujeito, obrigatoriamente, à prévia autorização e formalização na Administração Central, conforme norma vigente; f) **desvirtuamento do objeto do contrato.** O contrato 0054/99 estipula em sua cláusula primeira, subitem 2.8.1.1, que a ECT tratará os objetos do contratante. Entretanto, os objetos postados não pertenciam ao contratante (TECPRINT) e sim terceiros; g) **contratos múltiplos não permitem postagem de objetos em ACFs**, em contraponto ao firmado no contrato 0054/99, que atribui a vinculação de postagem à ACF Alpes; h) **vulnerabilização dos controles operacional e financeiro por falta de comunicação a outra Diretoria Regional.** Apesar de vincular o Centro Operacional Barra Funda (São Paulo) ao contrato 0054/99, em nenhum momento houve comunicação prévia à DR/SPM, para avaliação de impacto operacional, de custos e de controle decorrentes da operacionalização do contrato naquela Regional; i) **não-avaliação do contrato pelos órgãos jurídicos da ECT.** Apesar das alterações realizadas no contrato múltiplo padrão, não houve análise e a necessária chancela da nova redação do contrato 0054/99 pelos órgãos jurídicos responsáveis. **3-CONCLUSÃO:** As constatações expostas neste Relatório de Visitas técnicas (Processo DINSP-0032/2000), apontam para uma evidente fragilização das relações comerciais com parceiros e clientes e dos controles da ECT sobre o faturamento da carga postal tratada, evidenciada por: (a) descumprimento deliberado, postergação ou demora no atendimento de orientações emanadas da Administração Central, com reflexos negativos na operacionalização do contrato 0054/99. Esse contrato demonstra-se nocivo aos interesses da ECT, uma vez que permite a evasão de receitas, a remuneração indevida de ACFs e a perda dos controles operacional e financeiro pela ECT; (b) ausência de coordenação das áreas comercial, operacional e financeira da DR/GT, demonstrada pela inexistência de ações comuns que precedessem a assinatura do contrato 0054/99 e que visassem à adequada operacionalização de um contrato a faturar, gerando sérias implicações negativas no controle do recebimento da carga e no seu posterior faturamento. Do mero descumprimento a orientações já sedimentadas que disciplinam as relações comerciais e buscam organizar o controle financeiro, ao conformismo para com as dificuldades existentes para o controle de grandes postagens, a DR/GT, ao tentar disciplinar a relação ECT/TECPRINT mediante o contrato 0054/99 – e ao executá-lo – acabou retratando uma disfunção na descentralização administrativa que lhe confere autonomia para a condução dos interesses da ECT naquela jurisdição. **4-RECOMENDAÇÕES:** Diante da gravidade da situação que foi constatada, recomenda-se a adoção das providências propostas no Relatório de Visitas Técnicas (Processo DINSP-0032/2000), quais sejam: 1) Rescisão do contrato 0054/99 – ECTxTECPRINT; 2) adoção de providências, por parte da área comercial, com vistas a atender às necessidades dos clientes captados pela TECPRINT; 3) abertura de sindicância, objetivando: • levantamento dos prejuízos decorrentes da celebração do contrato 0054/99, em função das eventuais diferenças apuradas na postagem, na classificação e na tarifação dos objetos; • apuração de todas as circunstâncias que envolveram a celebração do contrato 0054/99 e identificação de responsabilidades; • esclarecimento das razões da vinculação das ACFs Alpes, Independência e T-9 ao contrato em questão; 4) ativação imediata pela DR/GT, de mecanismos eficazes de controle na COI/GYN e na Seção de Faturamento da Gerência de Controle Financeiro (GECOF/DR/GT) no tocante às expedições e aos contratos oriundos das ACFs.

CERTIDÃO

Brasília, 11 de janeiro de 2000 – Equipe Técnica: Fernando Huggler Antunes, Chefe da Divisão de Inspeção – DINSP; Marcos Rogério da Silva Fontoura, Inspetor – DINSP; Francisco Gomes da Silva, Inspetor – DINSP; Régis Luís Boscato, Inspetor – DINSP; Cristiano Ribeiro de Oliveira, Assessor da Gerência de Franchising; Paulo Henrique Garcia da Silva, Administrador Postal – DEGEO. De Acordo: José Carlos Pereira Oviedo, Chefe do Departamento de Inspeção Geral; José Luis Borges Silveira, Departamento de Adm e Vendas no Atacado. Nada mais havendo a constar é lavrada a presente CERTIDÃO, que vai por mim a seguir firmada. Valter Lenta Morimatsu – Auditor lotado no Departamento de Auditoria da ECT – Matrícula 8.102.704-4 – Presidente da Comissão de Sindicância PRT/PR-009/2000.

CÓPIA

RQS nº 03/2005 - CT
CPMI - CORREIOFis. Nº 0942
3515-4

Doc.

DESPACHO

Aos dezesseis dias de fevereiro do ano de dois mil se dirigem os Doutores Advogados Nelson Figueiredo, OAB/GO-10950 e Pamôra Mariz S. Figueiredo, OAB/GO-18237, ao Senhor Diretor Regional da ECT em Goiás e Tocantins por via de petição fundamentada tanto no art. 5º, incisos XXXIII; XXXIV, alínea "b"; LIV e LV da *Magna Legis* quanto nos artigos 2º *caput*; parágrafo único (incisos I, IV, VI, VIII, X) e 9º (inciso II) da Lei 9.784/99, esta que regula o processo administrativo ordinário no âmbito da Administração Pública Federal, e apresentam:

1. as suas impressões e o seu inconformismo com os esclarecimentos e orientações que lhes foram devidamente prestadas, numa entrevista com os responsáveis pelos trabalhos desta Comissão de Sindicância;
2. os seus reclamos em face desta Comissão, contra a qual **"registram"** a sua intenção de eventualmente representar **"à Diretoria Central dos Correios bem como ao Ministério Público, recorrendo se necessário, à prestação jurisdicional para assegurar os direitos de ampla defesa e do contraditório no referido procedimento"**;
3. o seu entendimento de que **"nenhuma providência destinada à apuração de fatos reputados irregulares, que digam respeito aos REQUERENTES, direta ou indiretamente, poderá ser concretizada... sem prévia comunicação aos referidos patronos"**;
4. um REQUERIMENTO pretendendo:
 - a) que venha encaminhado o expediente a esta Comissão;
 - b) que se receba nesta Comissão, admita e junte aos papéis de trabalho por cópia autenticada no 1º Tabelionato de Goiânia/GO – uma via da cada uma das três procurações outorgadas pelos cidadãos NILO CÂNDIDO RAMOS, CI nº 170116, 2ª via, SSP/GO; MÁRCIO ALVES RABELO, CI nº 4319977, SSP/GO; e IRANDI LISBÔA DE MORAES, CI nº 644122, 2ª via, SSP/GO, todos na qualidade de empregado da ECT conferindo específicos poderes aos causídicos, em face do empregador;
 - c) que defira esta Comissão e providencie remeter – ao domicílio profissional dos advogados (Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, salas 203/204, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP 74120 020) - a **"cópia do ato constitutivo da mencionada Comissão, bem como de todos os demais documentos que constarem no referido processo, inclusive denúncia, se houver, pertinente a atos e/ou negócios praticados na gestão dos requerentes, caso exista, bem como de cópias de todos os "esclarecimentos" que estão sendo prestados por empregados do Correio ou não, à referida Comissão."** (grifos nossos)

Esse o contexto do ato sob exame, passa-se às considerações e fundamentação incumbidas a este colegiado administrativo e preparador, nos limites da delegação de competência que lhe está conferida.

Fls. 634

DESPACHO

- I. No tocante à obtenção das reclamadas cópias das peças integrantes do procedimento administrativo preparatório, afigura-se-nos tão prematura quão descabida a pretensão dos requerentes. Pois, é que a instauração do apuratório de controle foi determinada pela Alta Direção da ECT - na pessoa do seu Presidente - exercendo o legítimo poder-dever incumbido ao Administrador na preservação do interesse público e legitimamente pautado nos princípios legais insculpidos no art. 37 da Magna Carta.

A autoridade administrativa, como se vê, age cautelosa por consideração dos preceitos e garantias legais que resguardam os colaboradores sob o seu comando e, portanto, decide adequado ampliar-se a verificação dos fatos abordados - *ab initio*, em prévia diagnose - num rotineiro processo com objeto de controle patrocinado pelo Departamento de Inspeção Geral no exercício do seu mister;

- II. Os requerentes não logram abordar e/ou convencer - na petição - o motivo pelo qual desejam obter cópia **"de todos os demais documentos que constarem do referido processo"** e **"de todos os "esclarecimentos" que estão sendo prestados"** no procedimento de controle ainda inconcluso, conforme o seu objeto.

Dessa forma, por ora, é de escorreita certeza dizer-se que ainda **não existem outros interessados** na matéria, além da própria Administração - é claro e principalmente - no desempenho da ação legal de controle que se lhe impõem os mais severos princípios administrativos. E admitir-se um raciocínio contrário levaria ao fato de que, nesta fase, todos os colaboradores da ECT na DR/GT estariam em condição de policiar os trabalhos, engessando os atos necessários à esta Comissão, o que decerto é improdutivo no interesse público.

Causa espécie deveras, neste momento da apuração de controle e preparatória - em busca da verdade material - a veemência dos requerentes. Pois, ao que demonstram na expressão da sua própria retórica, também têm o espírito dominado por incertezas, como se verifica por exemplo no que escreveram: **"...denúncia, se houver,..."**, **"...atos e/ou negócios praticados na gestão dos requerentes, caso-ex-..."**, **"...esclarecimentos" que estão sendo prestados por empregados do Correio ou não..."** (sic).

- III. De resto, no que respeita à intenção de obter prévia comunicação **"aos referidos patronos"** para acompanhar o levantamento e/ou apuração de dados cognitivos e imprescindíveis ao pleno domínio da matéria pela Autoridade Instauradora, também nos parece agora inoportuno frente à inexistência formal de qualquer imputação em face dos requerentes que, se for o caso, serão chamados no devido tempo a exercer as faculdades legais constitucionalmente garantidas, em Processo Administrativo Disciplinar, segundo as práticas e rotinas permanentes adotadas pela ECT, então conforme a Lei 9784/99.

Isso tudo posto e considerado, passa esta Comissão A

DELIBERAR.

Página 2	Fls. Nº	3515-4
	Doc.	

CPMI -- CORREIOS

0944

CONFERE COM ORIGINAL

3-37



DESPACHO

Frente aos termos da documentação sob exame e não obstante ali indemonstrada a existência de interesses pessoais dos requerentes - sobrepondo-se àqueles públicos no procedimento de controle em curso - mas, observados os princípios orientadores da política de recursos humanos da ECT e conferindo aos colaboradores requerentes - em razão da função exercida - o status que lhes compete, DECIDE esta Comissão de Sindicância, por unanimidade:

- a) JUNTAR a petição dos requerentes e seus anexos, aos papéis de trabalho integrantes do Processo/DINSP-0032/2000;
- b) DEFERIR aos colaboradores o fornecimento de Certidão onde se transcrevam os fundamentos e termos constitutivos desta Comissão de Sindicância, que lhes deverá ser entregue por expediente da Administração Regional em exercício, no prazo legal;
- c) INDEFERIR o fornecimento - por ora - de outros quaisquer documentos pelos motivos elencados na fundamentação deste despacho;
- d) DETERMINAR - considerado o registro desse *animus* pelos requerentes - QUE seja, ato contínuo, remetida uma cópia de todos os atos aqui relativos, ao Gabinete da Presidência da ECT, para conhecimento do fato incidente como Autoridade Instauradora.

Cumpra-se.

Goiânia, 21 de fevereiro 2000

Vitor Lenta Morimatusu
Contador Jr - Mat. 8.102.704-4
Auditor/DAUDI
Presidente

Cristiano Ribeiro de Oliveira
Administrador Postal Pl.
Assessor/GEFRAN
Vogal

Jorge Silva Lopes
Advogado Jr - 8.306.171-1
Inspetor/DINSP
Vice-Presidente

Francisco Gomes da Silva
Administrador Postal Jr - Mat. 8.576.856-1
Inspetor/DINSP
Vogal

Paulo Henrique Garcia da Silva
Administrador Postal Jr.
Vogal

RQS nº 03/2005 -
CPMI - CORR

Fls. Nº 0945

3515 -

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

**ILMO. SR. DIRETOR REGIONAL DA ECT
GOIÁS/TOCANTINS – JOSÉ APARECIDO DE
SOUZA.**

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO

Fls Nº -

359940

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro,

casado, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 90, Qd. F-44, Setor Sul, portador da CI nº 170116, 2ª via, SSP/GO, CPF nº 461.445.877-72; **MÁRCIO ALVES RABELO**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 1.126, nº 243, Setor Marista, portador da CI nº 4319977, SSP/GO, CPF nº 256.577.396-04; e **IRANDI LISBÔA DE MORAES**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua T-36, nº 609, apto. 100, Setor Bueno, nesta Capital, portador da CI nº 644122, 2ª via, SSP/GO, por seus procuradores judiciais legalmente constituídos, mandato junto, vêm, com o devido respeito e acatamento, à digna presença de V. Sa., com fundamento no art. 5º, incs. XXXIII, XXXIV, letra "b", LIV e LV da Constituição Federal, e art. 2º, caput, e parágrafo único, incs. I, IV, VI, VIII e X, e tendo em vista, ainda, o disposto no art. 9º, inc. II, todos da Lei nº 9.784/99, **EXPOR** e **REQUERER** o que se segue.

1. no dia 15/02/00, ontem, os advogados dos **REQUERENTES** que este subscrevem, foram recebidos, no gabinete de V. Sa, pelos senhores "VALTER" e "MIRANDA", segundo as inscrições dos crachás que portavam, que foram apresentados, por esse ilustre Diretor Regional, como Presidente e Membro, respectivamente, da Comissão de Sindicância instaurada e em funcionamento na sede dessa diretoria regional da ECT;

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia -GO- CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo

Amparo Figueiredo

Liliane Figueiredo

OAB/GO.10.950

OAB/GO.17.418

OAB/GO.11.217

Fis. 6

2. no momento em que os patronos dos REQUERENTES, no uso das prerrogativas profissionais que lhes são constitucional e legalmente asseguradas e com base nos direitos de seus clientes que possuem a mesma sustentação jurídica, solicitaram aos mencionados integrantes do referida Comissão de Sindicância o fornecimento de cópia do ato constitutivo do procedimento, bem como das demais peças que o integravam, até aquele momento, foi lhes respondido pelo Sr. Walter, que se identificou como "Auditor" e "Presidente" da Comissão de Sindicância, que nada havia para ser entregue, uma vez que se tratava de procedimento interno da ECT, de rotina, e que no devido momento os "interessados" seriam informados a apresentar defesa ou exercitarem, de outra forma, esse direito "de acordo com a lei 9.784";

3. alegaram, ainda, os integrantes da referida Comissão que estavam "trabalhando", que havia uma pessoa "que iria prestar esclarecimento ou depoimento" à Comissão, e que não poderiam fornecer as cópias mencionadas nem que os advogados formulassem, de próprio punho, naquele instante, o requerimento exigido para a entrega, tão somente, do ato constitutivo do procedimento;

4. a maneira ríspida, autoritária, com que os citados empregados dos Correios receberam os representantes dos REQUERENTES, de pé, no Gabinete de V. Sa., afirmando que não poderiam recebê-los na sala destinada à Comissão em vista dos "esclarecimentos" que seriam prestados, naquele momento, por um "colega" que estava "colaborando" com a Comissão, dificultando aos mesmos e aos seus patrocinados o exercício de direitos constitucionais e legais, certamente não atende aos objetivos maiores de direito e justiça que determinaram a instauração do procedimento sindicante, constituindo, isso sim, cerceamento de defesa, excesso de poder e arbitrariedade;

5. Os REQUERENTES registram esses fatos na intenção de resguardar o seus direitos quanto ao andamento das "apurações" desenvolvidas pelos citados integrantes da Comissão, esclarecendo que no caso de novas arbitrariedades representarão à Diretoria Central dos Correios bem como ao Ministério Público, recorrendo, se necessário, à prestação jurisdicional para

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TelePax: (062)

214-2246/214-2537 - Goiânia, GO - CEP 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

CFM - CORREIOS

Fis Nº 0947
3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliâne Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/GO 17.412

OAB/GO 11.217

C 7


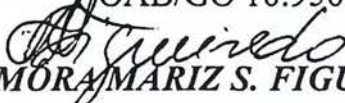
Fls. 635

assegurar os direitos de ampla defesa e do contraditório no referido procedimento, ao qual são interessados, já que, ao que tudo indica, apura fatos ocorridos durante a gestão dos mesmos.

Isto posto, REQUEREM a V. Sa. o encaminhamento do presente petição à digna Comissão Sindicante, a fim de que lhes seja fornecido, por intermédio de seus patronos, identificados nas Procurações em anexo - cuja juntada ao processo da sindicância fica desde já requerido - e com escritório profissional no rodapé deste, onde receberão as comunicações de estilo, cópia do ato constitutivo da mencionada Comissão, bem como de todos os demais documentos que constarem do referido processo, inclusive denúncia, se houver, pertinente a atos e/ou negócios praticados na gestão dos requerentes, caso exista, bem como de cópias de todos os "esclarecimentos" que estão sendo prestados por empregados do Correio ou não, à referida Comissão.

Registram, ainda, com fundamento nos dispositivos legais citados, que nenhuma providência destinada à apuração de fatos reputados irregulares, que digam respeito aos **REQUERENTES**, direta ou indiretamente, poderá ser concretizada, em procedimento formal SINDICANTE ou INVESTIGATÓRIO sem prévia comunicação aos referidos patronos, sob pena de irreversível condenação do procedimento à ilegalidade, pelos motivos já expostos.

Goiânia, 16 de fevereiro de 2000.


NELSON FIGUEIREDO
OAB/GO 10.950

PAMORA MARIZ S. FIGUEIREDO
OAB/GO 18.237

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO

Fls. Nº 0948

3515-4

Dec: 16/02/2000

Recebi em 16/02/2000
- às 9:28 h

Elvira Resende

Rua 10, n.º 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 3

214-2246/214-2537 - Goiânia - GO - CEP. 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL

226 2002 (3)

Recebi cópia do
ao requerimento
Em 21/02/2000
às 15:15 h
Elvira Resende

Nelson Figueiredo Advocacia & Consultoria S/Cs

Nelson Figueiredo Amparo Figueiredo Liliane Figueiredo

OAB/GO 10.950

OAB/GO 17.418

OAB/GO 11.217

Fls. 636

**ILMO. SR. DIRETOR REGIONAL DA ECT
GOLÁS/TOCANTINS – JOSÉ APARECIDO DE
SOUZA.**

NILO CÂNDIDO RAMOS, brasileiro, casado, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 90, Qd. F-44, Setor Sul, portador da CI nº 170116, 2ª via, SSP/GO, CPF nº 461.445.877-72; **MÁRCIO ALVES RABELO**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua 1.126, nº 243, Setor Marista, portador da CI nº 4319977, SSP/GO, CPF nº 256.577.396-04; e **IRANDI LISBÔA DE MORAES**, brasileiro, empregado da ECT, residente e domiciliado nesta Capital à rua T-36, nº 609, apto. 100, Setor Bueno, nesta Capital, portador da CI nº 644122, 2ª via, SSP/GO, por seus procuradores judiciais legalmente constituídos, mandato junto, vêm, com o devido respeito e acatamento, à digna presença de V. Sa., com fundamento no art. 5º, incs. XXXIII, XXXIV, letra "b", LIV e LV da Constituição Federal, e art. 2º, caput, e parágrafo único, incs. I, IV, VI, VIII e X, e tendo em vista, ainda, o disposto no art. 9º, inc. II, todos da Lei nº 9.784/99, **reiterar** os termos do requerimento em anexo, protocolizado em 16/02/2000, **REQUERENDO**, mais uma vez, a entrega dos documentos solicitados, alertando novamente à Comissão de Sindicância que está em plena atividades nessa Regional que a negativa ou retardamento na disponibilização das informações pleiteadas, em flagrante e atentatório cerceamento do direito ao contraditório e ampla defesa dos **REQUERENTES**, implicará na nulidade do procedimento.

Goiânia, 21 de fevereiro de 2000.

NESTES TERMOS, PEDE E ESPERA
DEFERIMENTO.

NELSON FIGUEIREDO

OAB/GO 10.950

Pamora Mariz S. de Figueiredo
PAMORA MARIZ S. FIGUEIREDO

OAB/GO 18.237

Rua 10, nº 93, Ed. Juris Center, 2º andar, sls. 203/204, Setor Oeste, TeleFax: (062) 214-2246/214-2537 - Goiânia - GO - CEP: 74.120-020

E-mail: nelfig@internacional.com.br

E-mail: nelfig@internacional.com.br

RQS nº 03/2005 - CI
CPMI - CORREIO

Fls. Nº 0949

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Recebido em 21/02/2000

- ao 15:35 h

Car. - R. ... do



ANEXO
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS

100.06

Fls. 637

DE: DIRETOR REGIONAL ADJUNTO DE GOIÁS E TOCANTINS

AO: CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA/ECT

CI: GAB/DR/GT-00 54 /2000

Ref.:

PROTOCOLO

Assunto: Apresentação de empregado

Goiânia, 22 de março de 2000.

Apresentamos a essa Chefia, o empregado Márcio Alves Rabelo, Administrador Postal Senior, matrícula 8 009 760-0, que ocupava a função de Diretor Regional Adjunto/Coordenador de Suporte nesta Diretoria.

CÓPIA

Atenciosamente,

Carlos Roberto Samartini Dias
Diretor Regional Adjunto

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0950
3515-4

Doc:

CRSD/sro

CONFERE COM O ORIGINAL

MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓDULO 7 CAPÍTULOS 1 e 2

APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

(Comentários atualizados com base na Lei 9.784/99)

Idealização e execução - DINSP

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFO

EGS - 02/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0951

3515 - 4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
MÓDULO 7 – APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES	
CAPÍTULO 1 : APRESENTAÇÃO.....	2
Finalidade.....	2
Elaboração dos capítulos.....	2
Generalidades.....	2
Conceitos e definições.....	3
Acareação.....	3
Apuração.....	4
Apuração Direta.....	4
Apurador/Sindicante.....	5
Diligências.....	5
Furto.....	5
Inquérito Policial.....	5
Irregularidades.....	6
Laudo Pericial.....	6
Processo de Apuração.....	6
Registro de ocorrência policial.....	6
Sindicância por Comissão.....	6
Sindicância Sumária.....	6
Sinistro.....	6
Roubo.....	6
Termo de Acareação.....	7
Termo de Declaração.....	7
Termo de Notificação.....	8
Testemunha.....	8
CAPÍTULO 2 : PROCEDIMENTOS GERAIS PARA APURAÇÃO	9
Providências Preliminares.....	9
Modalidades de Apuração.....	10
Apuração Direta.....	10
Sindicância Sumária.....	12
Sindicância por Comissão.....	16
Das atribuições dos sindicantes/apuradores.....	17
Das provas.....	18
Da organização do processo.....	21
Do Relatório Final.....	24
Disposições Gerais.....	24

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0952

3515-4

Doc: _____

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

INTRODUÇÃO

Em encontro de Advogados da ECT, realizado na cidade de Petrópolis no período de 30/06 a 02/07/97, discutiu-se amplamente o tema Sindicância, em virtude de problemas encontrados nos processos de apuração de irregularidades, com reflexos negativos para a Empresa perante as esferas Judicial e Administrativa.

Posteriormente, um Grupo de Trabalho, formado em âmbito nacional, disciplinou a matéria, atualizando a norma existente - Módulo 7, capítulos 1, 2 e 3 do MANCIN, cuja aprovação se deu na 48ª ROD, entrando em vigor no dia 02 de dezembro de 1997.

O Grupo de Trabalho observou, com propriedade, que "muito mais importante do que formular uma norma, para que esta venha a ter a eficácia desejada quando de sua aplicação, há necessidade de treinamento intensivo e de sua multiplicação entre as chefias de todos os níveis, no âmbito da ECT."

Assim, a Assessoria/DINSP envolveu o presente trabalho destinando-o, por suas características, ao empregado leigo em direito, mas que, necessariamente, em sua vida profissional na ECT (ou fora dela), sempre estará às voltas com a lei e seus meandros. Não é completo e não supre a consulta a profissionais experientes e a órgãos técnicos competentes, no âmbito da Empresa ou fora dele. Ressalte-se, também, que as leis e a sua interpretação podem mudar depois de algum tempo, o que coloca a necessidade de constante atualização do profissional que a utiliza.

Pretendeu-se, aqui, formular esclarecimentos em linguagem mais acessível, levando-se em conta necessidades teóricas e práticas dos empregados que, por força de suas funções na ECT, terão de aplicar, na prática, as disposições contidas no Módulo 7 do MANCIN.

Diretores Regionais, Gerentes, Chefes de Reops, Inspetores e todos os Chefes de Unidades da ECT, na medida em que tiverem acesso ao mundo das normas poderão evitar problemas ou sair deles com mais rapidez, segurança e facilidade, melhorando seu desempenho profissional e se relacionando com mais sucesso com autoridades e com a casta dos especialistas, pois, assinala-se, O DIREITO É MUITO IMPORTANTE NA VIDA DOS CIDADÃOS E DAS INSTITUIÇÕES PARA QUE CONTINUE SENDO MONOPÓLIO DE PRETENSOS MAGOS DE PLANTÃO.

Passemos, então, a apresentar os principais pontos sobre a apuração de irregularidades na ECT, mantendo a mesma forma e estrutura da norma aprovada. Nossa interferência, quando ocorrer, aparecerá entre colchetes e em negrito, constituindo um esclarecimento e não um complemento às regras instituídas.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0953

Fls. Nº

5515 - 4

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MOD: 7
CAP: 1

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIG: 02.12.97

* MÓDULO 7 : APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

CAPÍTULO 1 : APRESENTAÇÃO

1. FINALIDADE

Regulamentar e esclarecer aos empregados dos diversos órgãos os procedimentos que deverão seguir, quando da necessidade de apuração de irregularidade.

2. ELABORAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Compete ao Departamento de Inspeção Geral - DINSP, ao Departamento de Contabilidade - DCONT e ao Departamento Jurídico - DEJUR a elaboração e atualização dos capítulos componentes deste módulo.

[O DCONT participa da elaboração apenas do Capítulo 3.]

3. GENERALIDADES

3.1. A matéria referente a apuração de irregularidade é muito vasta, não sendo possível esgotá-la em um só documento. A variação e as mutações de casos que ocorrem constantemente na prática recomendam precaução quanto à pretensão de abordagem dos procedimentos aplicáveis. Assim, procuramos reunir alguns conceitos, prescrever normas, descrever procedimentos e orientações que deverão servir de norteadores no trato da questão proposta neste módulo.

[O DINSP pretende, caso este documento se mostre, na prática, de difícil aplicação, elaborar um "Guia de Apuração de Irregularidades", exatamente devido à abrangência do assunto e à necessidade de seu detalhamento regular. Hoje, o entendimento é de que o Guia se faz necessário, por exemplo, para informar que permanece o direito de ampla defesa previsto na Constituição Federal, embora não mencionado aqui de maneira explícita, já que o Grupo de Trabalho considerou não caber num documento de procedimentos de apuração de irregularidades tal menção, ou seja, o documento deveria conter apenas procedimentos de apuração e não doutrinas, teorias, princípios etc.]

3.2. A tarefa da autoridade julgadora, seja na esfera administrativa ou judicial, é uma das mais difíceis. Necessário é preservar os interesses da administração, sem descuidar do imprescindível dever de proferir uma justa decisão. Para alcançar tal objetivo, os sindicantes/apuradores devem estar voltados para a busca efetiva da verdade dos fatos e para a real responsabilidade dos autores, reunindo, coordenando todos os elementos que possam elucidar os fatos apresentados e formar, assim, o convencimento de quem julga.

[É importante ressaltar que aos sindicantes/apuradores não cabe sugerir penalidades ou realizar enquadramentos legais, tarefa esta, exclusiva da área jurídica, que detém os profissionais competentes (autorizados por lei) para tal. Se, no entanto, houver violação de norma interna, esta deve ser explicitada pelo sindicante. Exemplo: se, após as apurações, ficar constatado que o

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MOD: 7
CAP: 1

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIG: 02.12.97

2

empregado subtraiu dinheiro dos cofres da ECT, apenas este fato será relatado, sem enquadramento em qualquer artigo do Código Penal ou outra lei externa à Empresa. O Sindicante/apurador fará constar em seu relatório: "O empregado fulano de tal, matrícula tal, etc., subtraiu tantos reais dos cofres da ECT, conforme comprovam os documentos e provas materiais (se as houver) contidos às folhas tais, tais e tais dos autos do presente processo." O enquadramento legal, ou seja, a explicitação de quais artigos de lei externa à ECT o empregado infringiu ao subtrair os valores indicados, é tarefa para a área jurídica, quando emitir o seu PARECER sobre o processo. Ainda, o fato de o sindicante sugerir penalidades, pode ser interpretado como pré-julgamento e ser causa de controvérsias desfavoráveis à ECT, na esfera judicial.]

FASE 1

3.3. Os conceitos, definições e instruções agrupadas neste módulo, são de suma importância, não abrangem toda a matéria, não obstante possam representar os principais passos em vários casos. Outros fatos, porém, por sua natureza ou conjunto de circunstâncias com que se apresentam poderão exigir providências e procedimentos diversos.

4. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

4.1. Acareação

Sempre que houver divergência ou contradição nos depoimentos de duas ou mais pessoas, o procedimento da acareação deverá ser utilizado como meio de se chegar à verdade dos fatos.

[VALOR PSICOLÓGICO DA ACAREAÇÃO - "A confrontação, face a face, de pessoas que divergem é de grande alcance. Se estão de boa fé, poderão corrigir-se, instruir-se, uma com outra, esclarecer-se e retratar-se. Se alguma delas mentiu, dificilmente manterá a mesma serenidade diante da que desmente. A atitude firme ou vacilante, a disposição calma ou intranquilha, a postura natural ou estudada, a expressão fisionômica, a reação, a maneira de falar, tudo são elementos preciosos para um observador arguto e imparcial..."

A condição indispensável para acareação é uma anterior divergência, em depoimentos já tomados, divergência essa em pontos de relevância que possam refletir no julgamento. Por isso, no Termo de Acareação, não se faz a qualificação dos acareados, porquanto a qualificação de cada um já consta dos autos.

Exige-se, aqui, muita perspicácia, habilidade e cautela dos incumbidos da acareação. Nem sempre a aparência nervosa, trêmula de um acareado e a aparência firme, tranqüila de outro pode significar que o primeiro esteja mentindo e o segundo sendo sincero. Há pessoas que fazem inveja a grandes atores, em palavras e gestos calculados. São hábeis enganadores que iludem, pela aparência, quem esteja de boa fé.

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 1

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

3

O desnível funcional entre os acareados pode inibir, ruborizar e fazer tremer o de nível inferior, face a face ao de nível superior, o que não implica imperativamente, que esteja mentindo.]

4.2. Apropriação Ilícita (Alcance ou Peculato)

É caracterizada por apropriação, desvio ou uso indevido de dinheiro, valor ou qualquer bem móvel pertencente à Empresa ou sob sua responsabilidade, praticado por empregado ou assemelhado em proveito próprio ou alheio, quando este detém a posse em razão do cargo ou função.

4.3. Apuração

Sempre que houver indícios de irregularidades, deverão ser tomadas todas as providências para obtenção dos elementos identificadores do fato e de seus responsáveis. São modalidades de apuração a apuração direta, a sindicância sumária e a sindicância por comissão. Tais modalidades são autônomas e independentes entre si.

[O Processo Administrativo, no campo doutrinário e mesmo prático, possui duas grandes fases: a investigatória, na qual não há observância do contraditório ou da ampla defesa, por ser inquisitorial, como é o Inquérito Policial no campo penal, e a processual propriamente dita, na qual tais princípios devem ser observados, equivalente ao Processo Crime, no campo penal. O marco divisor entre as duas fases é a acusação, representada pela SIE, na Apuração Direta, e pela Notificação para Defesa, na Sindicância Sumária e na Sindicância por Comissão.

Modalidade de apuração é a forma procedimental de apuração de irregularidades que tem como ponto de partida comum as PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES a serem adotadas pelas chefias dos órgãos/unidades onde ocorreram as irregularidades. Pertencem, as PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES, à fase inquisitorial, com o único propósito de evitar que os vestígios da irregularidade se percam por inércia da Administração.

Por isso, não se pode afirmar que as PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES são uma quarta modalidade de apuração, mesmo que disfarçada. As modalidades são independentes entre si e têm começo, meio e fim, o que não ocorre com as PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES, que são o começo de toda e qualquer modalidade.

O inspetor, quando em campo, principalmente inspecionando as atividades das GINSPs, deverá estar atento, quando da análise de processos já concluídos e rotinas de trabalho, para fazer cumprir, pelas chefias imediatas, os subitens 1.2., 1.3., 1.4., 2.1. e seguintes do Capítulo 2.]

4.4. Apuração Direta

Forma mais simplificada de apuração, que deverá ser iniciada nos casos em que a irregularidade e a autoria estiverem devidamente identificadas.

Fls. Nº

0956

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MOD: 7
CAP: 1

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

4.5. Apurador/Sindicante

Empregado designado para apurar irregularidades.

4.6. Diligências

Execuções de atos necessários e indispensáveis à evidência da verdade.

4.7. Furto

Consiste na subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel (bens ou valores), sem violência, praticada por empregado ou por terceiros que não detenham a responsabilidade pela guarda das mesmas.

[O termo **FURTO** é empregado na técnica jurídica para designar especialmente o ato de subtração, feito às escondidas, sorrateiramente, clandestinamente.

É, pois, a subtração sem violência, simplesmente pela astúcia. E, neste particular, difere do roubo, que se mostra a subtração pela violência física ou moral.

Nesta razão, o furto se apresenta como a apropriação de coisa alheia, contra a vontade do dono, com a intenção de privá-lo dela.

E não importa que o furtador clandestinamente se apodere de coisa alheia para proveito próprio ou de outrem. E assim, também, comete furto quem se apodera do alheio, mesmo para dá-lo a outrem.

O Direito Penal moderno considera as subtrações sob dois aspectos, distinguindo-os em **FURTO** (quando a subtração é clandestina, astuciosa, sem violência) e **ROUBO** (quando se evidencia uso da violência ou da força, a fim de que se efetive a subtração ou a apropriação da coisa alheia.).

Mas, a violência que caracteriza o roubo entende-se a que se faz à pessoa, pois que o rompimento ou destruição de obstáculos à subtração de coisa móvel (destruição de cofre para se levar dinheiro, por exemplo) não se equipara à violência feita à pessoa, embora (a destruição do cofre) agrave a pena que poderá ser aplicada ao furtador.]

Vide também subitem 4.16.

4.8. Inquérito Policial

Procedimento preliminar ou preparatório da ação penal, o qual servirá de subsídio para oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7

CAP: 1

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

5

4.9. Irregularidade

Ato(s) contrário(s) às normas legais e aos regulamentos da Empresa, praticado(s) por empregado(s) ou por terceiro(s) a seu serviço.

4.10. Laudo Pericial

É o documento técnico elaborado por perito, contendo suas conclusões a respeito de exame ou perícia realizada.

4.11. Processo de Apuração

É o conjunto de procedimentos que deve ser executado, para apuração de uma determinada irregularidade.

4.12. Registro de Ocorrência Policial

É a comunicação à autoridade policial de toda e qualquer irregularidade que possa constituir infração penal.

As irregularidades mais comuns que necessitam de registro de ocorrência policial são:

- furto;
- roubo;
- sinistro.

4.13. Sindicância por Comissão

Forma de apuração feita por Comissão designada por meio de Portaria.

4.14. Sindicância Sumária

Forma de apuração utilizada para os casos em que não se aplicam a apuração direta e a sindicância por comissão.

[Vale ressaltar que cada modalidade de apuração se exaure em si mesma, isto é, não se "transforma" em outra modalidade.]

4.15. Sinistro

Acontecimento imprevisto que põe em perigo ou provoca danos à integridade física das coisas ou das pessoas, tais como: incêndio, enchente, desabamento, naufrágio, acidentes com veículos ou aeronaves, etc.

[Observe-se (Capítulo 3) que em casos de sinistros a Segurança Empresarial deve ser acionada.]

4.16. Roubo

É o furto praticado com violência (força, coação ou ameaça). O tipo mais comum é o assalto, que pressupõe o ataque súbito, inesperado, à mão armada.

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 1

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

6

[Exprime, na linguagem jurídica, a subtração de coisa alheia ou a tirada de coisa alheia, contra a vontade do dono, para si ou para outrem, com violência à pessoa que a tem, ou contra a coisa.

Desse modo, a violência à pessoa ou à coisa é necessária à configuração do ato criminoso. E, neste particular, se distingue do FURTO.

A violência pode ser material ou moral. Esta se revela na ameaça grave, mediante a qual, pelo terror que venha a infundir, impossibilite a vítima de resistir ou pedir socorro.

Antigamente se exigia, como requisito elementar, o emprego da força ou violência efetiva, em relação à coisa.

Fundado, porém, o roubo, na retirada da coisa alheia, contra vontade do dono, e de coisa móvel, a violência resulta da própria retirada ou subtração.

Violência também é violação, atentado. E a subtração da coisa, a retirada dela, ilicitamente, pressupõe violação, transgressão, conseqüentemente, violência, que, na espécie, bem se distingue da violência à pessoa, mais propriamente um constrangimento pela força bruta ou pelo terror.

A violência ou violação da coisa subtraída, que se apresenta como pressuposto do próprio ato criminoso, bem se distingue do emprego da força para destruir ou romper o obstáculo à subtração da coisa, que constitui hoje a feição elementar do FURTO QUALIFICADO.

Genericamente, o roubo entra na categoria dos crimes contra o patrimônio, sendo uma de suas espécies.

O roubo diz-se, particularmente, latrocínio quando o agente (ladrão) mata a vítima para roubar ou para assegurar a impunidade de seu crime.]

Vide também subitem 4.7.

4.17. Termo de Acareação

As declarações serão tomadas a termo. Os acareadores deverão ter habilidade e cautela, pois devem observar e anotar as reações dos acareados. Não há necessidade de qualificá-los, pois seus dados já se encontram no processo.

[Ver anexo 6, no Capítulo 2]

4.18. Termo de Declaração

É a tomada por escrito, pelo apurador/sindicante, das declarações espontâneas dos fatos que estão sendo apurados.

[Ver anexo 5, no Capítulo 2]



CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MOD. 7
CAP: 1

CORREIOS

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIC: 02.12.97

7

* 4.19. Termo de Notificação

É o ato pelo qual a autoridade dá ciência a alguém de fato do seu interesse, para que possa adotar as medidas necessárias para assegurar o seu direito.

[Ver anexo 2, no Capítulo 2.]

4.20. Testemunha

Pessoa que presta esclarecimento de fatos de que tenha conhecimento.

CÓPIA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis Nº 0960
Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

**MÓDULO 7 : APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES****CAPÍTULO 2 : PROCEDIMENTOS GERAIS PARA A APURAÇÃO**

- ANEXOS :**
- 1 - Modelo de Solicitação de Informação ao Empregado - SIE
 - 2 - Modelo de Termo de Notificação para Defesa
 - 3 - Modelo de Termo de Juntada
 - 4 - Modelo de Termo de Ocorrência
 - 5 - Modelo de Termo de Declaração
 - 6 - Modelo de Termo de Acareação
 - 7 - Modelo de Termo de Notificação para Pagamento

1. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

1.1. Qualquer empregado que tiver ciência de indícios de irregularidade está obrigado a comunicar, de imediato, o fato à Chefia do Órgão/Unidade, sob pena de responsabilidade.

[Atente-se para a necessidade legal do envolvimento de todos os empregados na preservação e no desenvolvimento dos interesses da Empresa. O descumprimento de qualquer norma de caráter geral, por indisciplina, pelo empregado, pode ensejar punição por justa causa, conforme art. 482 da CLT, cópia anexa.]

1.2. A autoridade que tiver ciência do fato, está obrigada a promover imediata apuração, não podendo seu início ultrapassar 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do seu conhecimento, sob pena de responsabilidade e a fim de se evitar que a demora na aplicação de possível punição se caracterize como perdão tácito.

1.3. A Chefia que tomar conhecimento do fato, deverá iniciar as apurações, no âmbito de sua competência, recolhendo todas as provas e tomando as providências necessárias, tais como:

- a) identificar os fatos tidos como irregulares;
- b) arrolar testemunhas presentes ao fato, qualificando-as e anotando os seus endereços;
- c) colher depoimentos;
- d) colher as provas documentais, circunstanciais;
- e) providenciar o registro de ocorrência policial, se for o caso;
- f) solicitar perícia técnica, se for o caso;
- g) anexar o laudo pericial ao processo.

["Apurar no âmbito de sua competência", significa: apurar a irregularidade detectada no âmbito de sua unidade. Obviamente, qualquer necessidade de ultrapassar este limite deve ser comunicada, com





MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

Fls. 2

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

antecedência, à Chefia Superior - Chefe de Unidade ao REOP, REOP ao GINSP etc., que decidirá sobre o assunto.]

- 1.4. As irregularidades ocorridas nos órgãos da Empresa, só deverão ser submetidas e encaminhadas ao Departamento de Inspeção Geral - DINSP ou às Gerências de Inspeção GINSPs se não puderem ser objeto de apuração direta.

[Sendo a Apuração Direta a forma mais simplificada de apuração - vide subitem 2.1.1. - pode-se observar que este subitem 1.4. está em plena sintonia com o inciso IX do Parágrafo Único, art. 2º, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

"Parágrafo Único - Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados."]

1.4.1. Recebidos e analisados os processos, as GINSPs ou o DINSP deverão sugerir à autoridade competente a modalidade de apuração a ser utilizada.

[Sobre os itens precedentes, ver observação ao subitem 4.3, do Capítulo 1.

1. Ressalte-se que a GINSP ou o DINSP, com base no contido nas PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES, poderá também sugerir a não-realização de outra apuração.]

2. MODALIDADES DE APURAÇÃO

2.1. Apuração Direta

2.1.1. É a forma mais simplificada de apuração, que deverá ser iniciada nos casos em que a irregularidade e autoria estiverem devidamente identificadas.

[Esta forma de apuração será aplicada, quase sempre, para os casos de indisciplina, faltas ao trabalho, agressões no local de trabalho, diferenças no subcaixa etc.]

2.1.2. Todos os esclarecimentos prestados deverão ser feitos por escrito.

[É a prova documental ou início de prova, útil na fase judicial.]

2.1.3. A irregularidade será formalizada para o empregado que tomará ciência e apresentará sua defesa escrita no prazo de 2 (dois) dias úteis.

[Apesar de não estar explícito neste documento, o empregado tem direito à ampla defesa e contraditório, instituídos pelo Artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal. Esclarece-se que não há divergência de prazos para defesa entre este subitem (dois dias úteis), o subitem 2.2.5. e 2.2.6. (cinco dias úteis). Os prazos foram estabelecidos para serem conformes à modalidade de apuração adotada, seu caráter de celeridade e as disposições legais. Espera-se que a Apuração Direta seja mais rápida, menos burocrática, mais prática, porém, observando-se os princípios legais imprescindíveis à sua validade.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0962

Fls. Nº

3515-4

Doc:



Alerta-se, também, que, se houver solicitação fundamentada e por escrito para ampliação do prazo de defesa, a ponto de ser considerada pela Comissão (ou pela Chefia Imediata, no caso de Apuração Direta) passível de ser deferida, nada obsta que o prazo seja ampliado até o dobro. Não poder, nunca, porém, ser menor do que o estabelecido no subitem em apreço.]

[Ver também observação do subitem 4.3, do Capítulo 1.]

2.1.4. Caso o empregado se recuse a receber o instrumento de formalização (Solicitação de Informação ao Empregado - SIE), a autoridade deverá consignar o fato no item "RELATO DO EMPREGADO", na presença de duas testemunhas.

[Esclarece-se que a SIE é instrumento para ser utilizado apenas no âmbito da unidade, ou seja, não se pode, por exemplo, encaminhar uma SIE, via postal, para outra unidade, mesmo que subordinada ao Gerente ou ao REOP. Ela não se confunde com a Comunicação de Irregularidade na Expedição - CIE. É instrumento para ser entregue pessoalmente, pelo Chefe Imediato, a empregado a ele imediatamente subordinado, no âmbito de sua unidade. Outro exemplo: Suponha-se uma REOP com uma agência unipessoal; o empregado lá lotado está imediatamente subordinado ao REOP, mas não pode receber, via postal, uma SIE. A SIE deve ser entregue pessoalmente pelo REOP. Inspetor não realiza Apuração Direta, mas Sindicância Sumária ou Sindicância por Comissão. Apenas o Chefe Imediato realiza Apuração Direta.]

[Ver também nota ao subitem 1.3.]

2.1.4.1. As testemunhas assinarão o instrumento, no espaço do mesmo item.

2.1.5. Com a defesa ou não, a autoridade deverá se manifestar tão somente sobre os fatos e as alegações do empregado, se houver, concluindo pela procedência ou não de responsabilidade.

[O processo de apuração de irregularidades busca, inicialmente, demonstrar fato e autoria, isto é, um ato humano, mais especificamente, um "comportamento". Para que alguém venha a ser responsabilizado pela prática de determinado ato, este ato tem que ser contrário a alguma norma, externa ou interna à Empresa, e o seu autor tem que ter agido como dolo (vontade de produzir o ato praticado) ou com culpa, manifestada esta por uma omissão (negligência) ou ação (imprudência ou imperícia), sem os cuidados necessários.

O apurador é o "fotógrafo" do fato irregular e do comportamento de seu ator, procurando retratar fato, autoria e culpabilidade (dolo ou culpa) por meio das PROVAS carreadas aos autos do processo.

É por tal motivo que o relatório deve ser conclusivo quanto à responsabilidade (se houver culpa demonstrada) ou não do autor da irregularidade.

Os desdobramentos - responsabilidade administrativa = punição (advertência, suspensão ou rescisão), responsabilidade penal = "notitia





CORREIOS

MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

Fls. 651

EMI: 02.12.97

43ª ROD

VIG: 02.12.97

crimínis"; responsabilidade civil = Tomada de Contas Especial - TCE - ficar por conta da autoridade julgadora e da área jurídica.]

2.1.6. O término da apuração deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da entrega ao empregado da - SIE (Anexo 1).

[Obviamente, os casos que dependam da anuência do Diretor Regional - julgamento - serão a ele encaminhados respeitando-se os canais hierárquicos. O Módulo 46 do Manual de Pessoal - MANPES deverá regular o assunto de forma clara, detalhada e completa.

Alerta-se que a Lei 9.784/99, dispõe em seu art. 13:

"Artigo 13 - Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade."

O julgamento dos processos de competência exclusiva do Presidente da ECT ou do Diretor Regional, em sua respectiva circunscrição. Tal competência é indelegável.]

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0964

3515-4

2.2. Sindicância Sumária

2.2.1. É a forma de apuração utilizada para os casos em que não se aplicam a apuração direta e a sindicância por comissão.

[O que determina se a modalidade de apuração a ser utilizada será a Apuração Direta ou a Sindicância (Sumária ou por Comissão) é o conhecimento ou não do autor do fato (critério objetivo). No caso da sindicância, porém, o que determinará uma ou outra modalidade de apuração será a complexidade ou a repercussão da irregularidade a ser apurada, cuja proposta será da GINSP e a decisão do Diretor Regional.]

2.2.2. O(s) Sindicante(s) deve(m) ser designado(s) por CI, GTX ou despacho, pelo Presidente e Diretores Regionais.

2.2.2.1. Estas designações, estão implícitas nas autorizações/aprovações/indicações para a realização de inventários, balanços, auditorias, inspeções, fiscalizações e verificações.

2.2.3. O(s) Sindicante(s), durante os trabalhos de apuração, poderá(ão) estar dispensado(s) de suas atribuições diárias normais, de acordo com a real necessidade de serviço, evitando-se a ociosidade.

2.2.4. Os esclarecimentos prestados deverão ser feitos por escrito e, preferencialmente, reduzidos a Termo, a critério do Sindicante, independentemente da coleta de quaisquer outras provas.



CORREIOS

MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7

CAP: 2 pág. 65

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIG: 02.12.97

[Ao final do Termo todos os presentes deverão assiná-lo, apondo suas rubricas nas páginas intermediárias.]

2.2.5. Concluídas as apurações, será elaborado Relatório Preliminar, indicando, de forma circunstanciada, o(s) fato(s) apurado(s) e o(s) envolvido(s).

[Um Relatório Preliminar mais detalhado, possibilitará que o direito constitucional do(s) eventual(ais) acusado(s), de elaborar(em) defesa escrita (prazo de cinco dias, após recebimento da Notificação para Defesa) se exercido plenamente, pois ele conterá, de forma bastante detalhada, todo resultado da apuração na FASE DA INSTRUÇÃO, tenha ela sido conduzida com características inquisitoriais (sem ampla defesa e contraditório) ou processuais (com ampla defesa e contraditório). Explica-se: há casos, como o de denúncia não anônima fundamentada e com os documentos da denúncia registrados em Cartório, em que o empregado pode (atenção: pode e não deve!) ser COMUNICADO desde o início das apurações que serão realizadas para a obtenção da veracidade ou não dos fatos denunciados e a ele atribuído pelo denunciante. ATENÇÃO: este comunicado não se confunde com Notificação para Defesa.

A COMUNICAÇÃO ao empregado, nesses casos, para que o mesmo possa acompanhar as apurações (basicamente, ainda, somente participando com seu defensor das oitivas das testemunhas) já exercendo o seu direito constitucional de ampla defesa. Dá MAIS CREDIBILIDADE AO PROCESSO, pode ser causa de economia processual e de tempo, pois vários procedimentos e diligências não necessitarão mais ser repetidos, posto que contaram com a presença do empregado e até de seu defensor legal (a providência dessa presença estará na assinatura dos mesmos nos termos de declaração). Apurados os fatos na forma acima descrita, se restar responsabilidade do empregado, então o mesmo receberá a Notificação para Defesa, passando a ser acusado (conforme matéria acusatória contida no Relatório Preliminar) abrir-se-á prazo e franquear-se-á vista dos autos do processo ao acusado possibilitando o exercício completo e formal do contraditório e da ampla defesa.

O acusado ou seu representante terá acesso (dará vista) ao processo que contém o Relatório. Observe-se que a AMPLA DEFESA não implica apenas no direito de se defender por escrito, mas no direito de ter acesso aos autos do processo para elaborá-la, no direito de assistir, com seu advogado ou acompanhante a todas as oitivas das testemunhas, no direito de solicitar a produção de novas provas (Após ter elaborado sua Defesa. Se houver produção de novas provas, deverá ser aberto novo prazo para o acusado emendar ou não sua Defesa), solicitar a realização de perícia, oitiva de testemunhas, oportunidade em que poderá também fazer perguntas etc. Após a vista deverá (ão) o(s) interessado(s) consignar(em) na 1ª via do instrumento que foi utilizado para formalizar o pedido de vista, a data, hora e local em que o mesmo foi atendido, sendo este instrumento juntado ao processo. Evidentemente todos estes direitos deverão ser exercidos quando solicitados

RQS II - 03/2005 - CN -

CPMI - CORREIOS

Fls Nº

3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



CORREIOS

MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7

CAP: 2

653

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

por escrito (no início dos trabalhos estes diretos serão dados a conhecer ao empregado, pelo Presidente da Comissão de Sindicância) seu exercício e a forma a não prejudicar os trabalhos apuratórios. Tal direito é assegurado aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral, pelo dispositivo constitucional (Vide art. 5º, inciso LV da Constituição Federal/88) cabendo à Administração cumpri-lo integralmente e da melhor forma possível.

2.2.6. O(s) envolvido(s) será(ão) notificado(s), individualmente, da(s) irregularidade(s) nele(s) imputada(s), para apresentação de defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias úteis (Anexo 02).

[Aqui chamamos a atenção para o conteúdo do PARECER/DEJUR/DEJOPE-152/99, que recomenda a adequação do MANCIN Mód. 7 - Capítulo 2 (Apuração de Irregularidades) à Lei 9.784/99.

A adequação, para que se realize no caso deste subitem específico requer seja observado o disposto no art. 44 da Lei 9.784/99:

"Art. 44 - Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado."

Deve-se esclarecer que o prazo de 5 dias úteis fixado pelo MANCIN não é ilegal, mas também não decorre diretamente de lei específica, tratando-se antes de norma interna da ECT. Assim, a expressão contida no final do artigo 44 "... salvo se outro prazo for legalmente fixado.", deve ser entendida como referente a outra lei (externa à ECT) que vier a ser criada e não à norma interna da Empresa. Portanto, deve-se observar o prazo de 10 dias para manifestação do empregado notificado, na forma do disposto nos artigos do Capítulo XVI da Lei 9.784/99:

"Art. 66 - Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento."

§ 1º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º - Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

[Significa que, para Sindicância Sumária e Sindicância por Comissão, não se fala mais em dias úteis, mas dias corridos. Para a Apuração Direta, modalidade mais simples de apuração de irregularidades, permanece o prazo de dois dias úteis, prorrogável até o dobro (quatro dias úteis.)

§ 3º - Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

"Art. 67 - Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem."

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. 0966

3515 - 4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL



CORREIOS

MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

Fls. 6

EMI: 02.12.97

48º RGD

VIG: 02.12.97

O notificado dará recibo na 2ª via da notificação (já anexa ao processo e havendo recusa, deverão ser arroladas duas testemunhas, que após lerem instrumento, nele aporão suas assinaturas.)

[Vide nota ao subitem 2.1.3.]

2.2.7. Apresentada a defesa com requerimento de produção de provas, devidamente motivado, ficará a critério do(s) Sindicante(s) o seu deferimento.

[O acusado pode não ficar satisfeito com a quantidade e qualidade das provas apresentadas no processo e poderá solicitar à Comissão, na peça que contém sua defesa escrita ou em requerimento à parte, que sejam produzidas outras provas, sejam realizadas perícias etc.

Neste caso, deverão ser observados os conteúdos dos artigos 40 a 43 da Lei 9.784/99, a seguir transcritos:

"Art. 40 - Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.

Art. 41 - Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local da realização.

Art. 42 - Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

§1º - Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

§2º - Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

Art. 43 - Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes."

O pedido de produção de alguma prova negado imotivadamente, pode caracterizar o cerceamento de defesa. Prevalece na Sindicância o princípio da "Verdade Real", podendo o apurador produzir ou fazer a juntada de provas de outros processos quaisquer, dando oportunidade ao acusado, se a prova for juntada após a notificação para defesa, para manifestação.]

[Ver nota ao subitem 2.2.5.]

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0967

Fls Nº

3515-4



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

Fls. 65

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

2.2.8. Após a defesa e apreciados todos os seus argumentos, será elaborado Relatório Final concluindo pela procedência ou não de responsabilidade.

[Observe-se que a palavra todos aparece em destaque na norma. Isto porque, se algum argumento da defesa, por mais simplório que seja, não for considerado pela comissão de sindicância, tal fato poderá ser entendido como cerceamento de defesa e conseqüente não-observância do Artigo 5º já referido, podendo ser causa de anulação do processo na esfera judicial. No caso da Apuração Direta, o próprio formulário SIE, já contém esta advertência. Esclarece-se que a palavra apreciados, que também aparece na norma, deve ser entendida na acepção de analisar, examinar, considerar. Faz-se este esclarecimento para que o termo não seja entendido na acepção de conceituar, julgar ou emitir opinião, pois se assim fosse, estaria em flagrante erro o sindicante, por incorrer em pré-julgamento(s). É óbvio que a conclusão pela procedência ou não de responsabilidade deverá se basear em provas, documentos, depoimentos etc. e não em juízos de valor dos sindicantes. Assim, a análise do apurador quando da elaboração do Relatório Final deve observar os termos da acusação, as alegações da defesa e, o que é mais importante e imprescindível, o CONJUNTO PROBATÓRIO constante nos autos.]

2.2.9. O(s) Sindicante(s) remeterá(ão) o processo à autoridade instauradora para julgamento.

[Ressalte-se que o sindicante deve se abster de firmar juízos de valor em seu Relatório, não dando opiniões, não indicando penalidades, mas apenas se atendo aos fatos apurados de forma clara e objetiva, para não incorrer em pré julgamento, causa, também, de controvérsia prejudicial à ECT perante a esfera judicial. Quem julga é a autoridade instauradora da comissão, à luz dos fatos apurados, do ordenamento jurídico brasileiro e de seu discernimento.]

2.2.10. O prazo para término da sindicância não deverá exceder 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento, pelo(s) Sindicante(s), do documento de sua designação.

[A prorrogação do prazo sempre poderá ser solicitada, caso as circunstâncias justifiquem tal solicitação, não havendo necessidade de se constar na norma tal concessão. Observe-se que não foi utilizada a expressão "NÃO PODERÁ", mas sim a expressão "NÃO DEVERÁ". Redigiu-se deste modo para evitar eventuais acomodações dos sindicantes. Atente-se, também, para o fato de que o pedido de prorrogação do prazo deverá ser sempre muito bem fundamentado e dirigido à autoridade instauradora em tempo hábil, a fim de que a mesma possa dispor do tempo necessário para avaliar a pertinência ou não do que foi solicitado.]

2.3. Sindicância por Comissão

2.3.1. É a forma de apuração feita por Comissão, designada por meio de Portaria.

[A Sindicância designada por meio de Portaria quase sempre ocorre quando o assunto a ser apurado é muito complexo ou os envolvidos

CPMI - CORREIOS

0968

Fls Nº

3515-4



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIG: 02.12.97

pertencem a escalões superiores, havendo a necessidade de se revestirem trabalhos de maiores formalidades e dar aos sindicantes maiores poderes.]

2.3.2. São competentes para instaurar a Comissão, o Presidente e os Diretores Regionais.

2.3.3. A Comissão deverá ser composta por, no mínimo, 03 (três) membros, dos quais u será o presidente e terá o encargo de gerir os trabalhos.

2.3.4. Os membros da Comissão, durante os trabalhos ficarão dispensados de suas atribuições diárias normais, evitando-se a ociosidade.

2.3.5. Todas as declarações prestadas à Comissão serão reduzidas a Termo.

[Quando dos depoimentos, o procurador do acusado (qualquer pessoa e o da testemunha (se a mesma quiser se fazer acompanhar de advogado, por exemplo) poderão estar presentes (com procurações - públicas ou particulares - que serão juntadas aos autos), assim como, poderá estar presente um representante sindical. Os procuradores (advogados ou não) e o representante sindical participarão como ouvintes, não podendo interferir enquanto o depoimento da testemunha estiver sendo tomado. Observe-se que a testemunha pode ser acompanhada, por exemplo, de seu advogado, mas não pode se fazer representar pelo mesmo no ato do depoimento, pois trata-se de ato personalíssimo, isto é, só pode ser realizado pela própria testemunha.]

2.3.6. Ao final de cada depoimento, todos os presentes assinarão o Termo de Declaração.

[Ao final do Termo todos os presentes deverão assiná-lo, apondo suas rubricas nas páginas intermediárias.]

2.3.7. Durante as apurações deverão ser observados pelos membros da Comissão os mesmos procedimentos previstos nos subitens 2.2.5. a 2.2.9.

2.3.8. O prazo para término da sindicância não deverá exceder 60 (sessenta) dias, contados da data de vigência da Portaria.

3. DAS ATRIBUIÇÕES DOS SINDICANTES/APURADORES

3.1. Solicitar diárias, adiantamentos, passagens ou qualquer outro meio de locomoção, quando houver necessidade de deslocamento em função dos trabalhos de apuração.

3.1.1. As solicitações de diárias deverão ser feitas de acordo com o disposto no Módulo 29 do Manual de Pessoal - MANPES.

3.2. Manter a autoridade instauradora informada do curso das apurações.

[A maneira de se manter a autoridade informada (formal ou informalmente) vai depender das solicitações da própria autoridade instauradora.]

3.3. Manter o sigilo do processo e das informações de que tem conhecimento.



[Quebra de sigilo profissional pode resultar em penalidades para quem procedeu com indiscrição. Vide art. 482 da CLT.]

3.4. Convocar, se necessário, empregado de sua confiança para os trabalhos de datilografia/digitação, sendo que o convocado deverá manter sigilo de todas as informações, sob pena de responsabilidade.

3.5. Escolher o local apropriado para os trabalhos de apuração, de preferência onde ocorreram os fatos e que seja:

- a) reservado (evitar exagero que possa tornar o local constrangedor);
- b) silencioso;
- c) amplo;
- d) arejado;
- e) bem iluminado;
- f) equipado, e
- g) seguro.

3.6. Colher as provas de forma criteriosa e detalhada, de modo a caracterizar a existência ou não de irregularidade e, se for o caso, apontar o(s) seu(s) envolvido(s).

3.7. No decorrer da apuração, o(s) Sindicantes deverá(ão) estar atento(s) à natureza e às circunstâncias que envolvem a irregularidade, de modo a fornecer elementos seguros para embasar a decisão.

4. DAS PROVAS

[Este é o item mais importante de toda a sindicância, pois seu êxito depende das provas produzidas.

Com já dito anteriormente (2.1.5., 2.2.5. e 2.2.8.), é com base no CONJUNTO PROBATÓRIO que o apurador elaborará o Relatório Final e a autoridade julgadora aplicará a pena e demais medidas.

A regra geral em direito é: "incumbe à parte a prova de suas alegações". Não basta alegar, mas tem que provar, sob pena de a alegação não ter valor ou ser mera informação.

Cabe ao apurador PROVAR os fatos alegados na acusação, ou seja, o apurador deve reunir provas que demonstrem a autoria e a culpabilidade do acusado e não a este mostrar que é inocente (princípio da inocência - inversão do ônus probatório).

Não se trata de uma única prova, mas de um CONJUNTO PROBATÓRIO, o qual, analisado, conduza a uma conclusão: o fato foi ou não praticado pelo autor e, se positivo, se há ou não culpa (sentido amplo) sua.

É este o maior problema encontrado nos processos de sindicância, qual seja, falta de provas ou provas insuficientes, não conclusivas.]

4.1. Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, são hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda a acusação ou a defesa.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0970

FIS Nº



4.2. As provas serão constituídas por documentos, levantamentos, reclamações e denúncias por escrito, termos de declaração e de acareação, confissões, descrição de ambientes e circunstâncias, relatórios de inspeção e de auditoria, balancetes, cruzamentos de caixa, perícias, exames, antecedentes funcionais ou outros documentos que os Apuradores entenderem necessários.

4.3. Para prestar declarações os empregados serão convocados, antecipadamente, por meio de CI dirigida à sua Chefia imediata, com indicação de data, hora e local.

[Caso se queira urgência, a CI pode ser encaminhada por fax, por exemplo. Se for "urgência urgentíssima", convoca-se por telefone e formaliza-se a convocação em tempo de constar nos autos. Estes detalhes, de como conduzir, na prática, uma sindicância, podem ficar no "Guia de Apuração de Irregularidades". Atente-se para o fato de que a apuração feita às pressas, pode comprometer o resultado final do trabalho. Quer-se celeridade, mas aliada à qualidade e legalidade.

Alerta-se para o constante no Capítulo IX - DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS, da Lei 9.784/99, do qual destacamos os artigos 26 e 28, sobretudo levando-se em consideração o disposto no subitem 4.3.2. deste capítulo 2, do MANCIN:

"Art. 26 - O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§1º - A intimação deverá conter:

- I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;
- II - finalidade da intimação;
- III - data, hora e local em que deve comparecer;
- IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;
- V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;
- VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis. Nº 0971

Assinatura: 4

Dec: _____

§2º - A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento. [Grifo nosso. Intimação aqui deve ser tomada por notificação, conforme MANCIN.]

§3º - A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§4º - No caso de interessados, indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§5º - As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 28 - Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades de outra natureza, de seu interesse."



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

Fls. 659

EMI: 02.12.97

48º ROD

VIG: 02.12.97

12

4.3.1. A CI de convocação será emitida em três vias, com a seguinte destinação:

- a) 1ª via, encaminhada ao órgão de lotação do empregado convocado;
- b) 2ª via, empregado convocado;
- c) 3ª via, arquivada no processo.

[Caso o empregado convocado se recuse a "dar ciente" na CI de convocação, a mesma deverá ser lida pelo Chefe Imediato, na presença de duas testemunhas e do empregado convocado. As duas testemunhas assinam as duas vias (1ª e 2ª) informando data, local e hora das assinaturas. A 2ª via, já assinada pelas testemunhas, deverá ser incluída no processo. Empregado em afastamento legal (férias, acidente do trabalho, licença médica etc.) só deve ser convidado; após o término do afastamento poderá ser convocado. Se o empregado estiver de férias e se recusar a comparecer por este motivo, o fato da recusa deverá ser mencionado na CARTA elaborada para convidá-lo, juntando-se a ela os documentos que comprovam o gozo de férias.]

4.3.1.1. A primeira via, após o ciente (data e assinatura) do empregado convocado, será devolvida e juntada ao processo (Anexo 03).

4.3.2. O não comparecimento injustificado, do empregado ensejará a aplicação de pena disciplinar.

4.4. Havendo necessidade de se convidarem terceiros, o Sindicante enviará ofício ou carta, mediante registro e com AR, podendo também incluir o serviço de Mão Própria.

4.4.1. Estes documentos serão elaborados em 2 (duas) vias, uma encaminhada ao convidado e outra juntada ao processo.

4.4.2. Após retorno, o AR será juntado ao processo (Anexo 03).

4.4.3. No caso de o convidado ser analfabeto ou estar impossibilitado de assinar o termo de declaração, a assinatura será tomada a rogo (impressão digital), na presença de duas testemunhas.

[O Termo de Declaração deverá ser lido em voz alta, e ao lado da impressão digital deverá ser identificado o dedo do qual ela foi tirada. Exemplo: se foi tirada do polegar direito deverá ser apostado PD; se foi do polegar esquerdo, PE.]

4.5. As declarações, sejam de empregados ou de terceiros, poderão ser colhidas manuscritas, datilografadas ou digitadas.

4.6. Havendo divergências entre as declarações prestadas, o(s) Sindicante(s) poderá(ão) promover a acareação entre os declarantes, reduzindo-a a termo (Anexo 06).

4.7. Havendo solicitação do declarante, poderá ser fornecida cópia dos termos de declaração ou de acareação, ficando a critério do(s) Sindicante(s) o fornecimento imediato ou somente após o final das apurações.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

0972

FIS Nº

3515 - 4

CONFERE COM O ORIGINAL
Doc:



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7

CAP: 2

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97



4.8. Os documentos apresentados devem ser, preferencialmente, em originais ou, na impossibilidade, por cópias xerográficas devidamente autenticadas em tabelionato. (cartório)

4.9. A prova dos objetos postais indevidamente retidos, cuja entrega posterior tenha sido viabilizada, será feita por meio do envelope correspondente.

[A sobrecarta deverá ser solicitada ao destinatário, pedindo ao mesmo uma declaração no próprio invólucro que teve o conteúdo retirado e, caso haja indício de violação, instruir para que o invólucro seja aberto pelo lado oposto ao lado do indício. O Usuário deverá datar e assinar o invólucro.]

4.9.1. Não sendo possível a constituição de tal prova, será feita por cópia xerográfica simples, desde que sua autenticidade venha a ser reconhecida pelo empregado responsável pela entrega, mediante declaração.

5. DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

5.1. Todos os expedientes que resultarem em sindicância sumária ou por comissão formarão um processo, recebendo capa, número e sigla do órgão processante e discriminação do respectivo assunto.

[Sugeriu-se que neste subitem constassem as peças que obrigatoriamente deveriam compor um processo de sindicância (índice, ato de designação da comissão de sindicância ou sindicante, ata de abertura, termos de declarações, documentos comprobatórios, defesa apresentada pelo sindicato ou pelo empregado envolvido ou declaração dos sindicantes referente ao direito de defesa do envolvido etc. Considerou-se este, também, um caso para o "Guia de Apuração de Irregularidades", por ser genérico, necessitar de detalhamentos que não caberiam no Capítulo 2, sob pena de torná-lo muito extenso ou rabilongo, isto é, não conter apenas normas "puras" de apuração de irregularidades. Um dos objetivos do Grupo de Trabalho era "enxugar", sem prejuízo técnico (leia-se: sem risco de nulidade do processo na esfera judicial), o quanto possível a redação das normas orientadoras das apurações de irregularidades.]

5.2. Toda documentação e declarações serão juntadas ao processo em ordem cronológica de processamento.

5.3. As folhas do processo serão numeradas sequencialmente e rubricadas pelo(s) Sindicante(s) à medida em que forem sendo juntadas ao processo.

5.4. Não deverá ser inserido despacho no verso das folhas e sim, quando sem utilização, a expressão "em branco".

5.5. A anexação de todo e qualquer documento ao processo, após a instauração da respectiva Sindicância, será efetuada por meio de termo de juntada, aposto em folha separada e imediatamente anterior, exceto os gerados pelo(s) próprio(s) Sindicante(s), como termo(s) de declaração, emissão de CIs etc. (Anexo 03).

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis Nº 0973
3515-4

CONFERIDO COM O ORIGINAL



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7

CAP: 2

Fls. 661

CORREIOS

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

5.6. Não é permitida a retirada de documentos ou folhas do processo, salvo se requisitados por autoridade policial ou judicial. Em caso de retirada, será substituída a folha ou o documento por cópia xerográfica autenticada, contendo o recibo (nome e matrícula) de quem o retirou, bem como fazendo a juntada do documento requisitório (Anexo 03).

5.7. Qualquer ocorrência importante, observada no andamento da sindicância, será relatada de forma circunstanciada (Anexo 04).

5.8. O Sindicante deverá solicitar à área de recursos humanos os antecedentes funcionais do empregado, bem como a indicação de possível estabilidade provisória.

5.9. O processo será arquivado nos seguintes prazos:

a) (um) ano, a partir da data de encerramento, quando não se confirmar a existência de irregularidade;

b) (dez) anos, quando se confirmar a existência de irregularidades, contados a partir da aplicação da penalidade.

[Se não há irregularidade, archive-se por 1 ano; se há irregularidade, archive-se por 10 anos. Se o empregado foi responsabilizado pecuniariamente houve irregularidade (ainda que não dolosa) e o processo deverá ser arquivado por 10 anos, até para que se tenha, de empregado, um histórico de suas ações, sejam elas consideradas dolosas ou culposas. Em tempo: dolosa é a ação praticada intencionalmente; culposa é a ação praticada sem intenção.]

5.10. Os processos relativos a irregularidades funcionais serão encaminhados ao DAREC/GAREC/GEREC para as providências determinadas no despacho decisório, permanecendo na própria área.

[Nunca é demais repetir que este subitem não consta do Módulo revogado e foi introduzido aqui de comum acordo com o DAREC, como forma de "desafogar" as GINSPs. Isto demonstra que a preocupação de dotar a ECT e em última instância as GINSPs, de um documento norteador das apurações de irregularidades, ao mesmo tempo compatível com a exigência dos novos tempos (Estado de Direito Democrático, avanços tecnológicos, celeridade etc.) e que fosse operacional, sempre perpassou as mentes dos integrantes do Grupo de Trabalho.

Isto posto, esclarece-se, ainda, que o processo só será encaminhado para o DAREC/GAREC/GEREC, após ter sido encerrado na esfera do DINSP/GINSP. Atente-se que o subitem se refere a um processo que já foi encaminhado ao Presidente ou Diretor Regional para julgamento e como se trata de irregularidade funcional, deverá permanecer arquivado por dez anos. O DINSP/GINSP se desincumbe de arquivar este processo por todo esse tempo. Acreditamos que esta é uma contribuição substancial do DAREC.]

5.10.1. Quando determinado o encaminhamento ao Ministério Público ou à Polícia Federal, o processo será encaminhado para a DINSP/GINSP, onde permanecerá sob sua responsabilidade.



CORREIOS

MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 2
CAP: 2 Fls. 66c

EMI: 02.12.97

45º ROD

VIG: 02.12.97

[Sobre os processos de Apuração Direta, os mesmos deverão ficar arquivados na própria área de origem, a menos que digam respeito ao subitem 5.10.

Após o parecer da ASJUR, entendemos que encaminhar o processo, tirar cópias etc., são operações. E estas operações podem ser melhor executadas por quem compõe o processo, pois, necessariamente, exigem sua manipulação.

O DINSP/GINSP não encaminha o processo finalizado ao DEJUR/ASJUR, mas à autoridade instauradora, que pode determinar (ou não) o seu encaminhamento à área jurídica. Assim, a determinação de encaminhar parte da autoridade instauradora e não da manifestação volitiva do DINSP/GINSP, sendo esta questão relevante para o caso em pauta, por se assemelhar à composição da comissão de sindicância, que é sempre uma prerrogativa da autoridade instauradora e não uma imposição do DINSP/GINSP, apenas por serem órgãos apuradores por excelência.

As circunstâncias e a natureza do que deverá ser apurado, serão relatados pelo DINSP/GINSP à autoridade competente e nortearão sua escolha dos membros da comissão: se de natureza contábil, contadores, manda a lógica e a prudência. Mas a autoridade poderá determinar apenas Inspetores (sem formação contábil), arcando, como é óbvio, com as consequências. Da mesma forma, a autoridade instauradora poderá não encaminhar o processo à área jurídica e decidir, ela mesma, sem apoio jurídico.

Assim, a relação do DINSP/GINSP não se dá diretamente com a área jurídica, mas com a autoridade instauradora. E, nesta relação, o DINSP e a GINSP são mesmo coadjuvantes. O DINSP ou a GINSP deverá executar o que for determinado no "DESPACHO" da autoridade instauradora. Se a autoridade tem poderes para determinar a composição da comissão, se pode encaminhar ou não o processo para o parecer da área jurídica (atribuições maiores, digamos assim), pode, também, determinar quem deverá tirar cópias e encaminhar o processo (atribuições menores, digamos assim), seja a que órgão for.

Isto posto, ratificamos a posição de que o DINSP e a GINSP, se forem considerados pela autoridade instauradora, os órgãos mais habilitados a manterem contato com o Ministério Público e a Polícia Federal, no caso de encaminhamento de processos, assim deverão agir, obviamente. O processo - se encaminhado pela autoridade instauradora ao DINSP/GINSP, pois, a rigor, ela pode encaminhá-lo a quem bem entender - terá seu original encaminhado e sua cópia arquivada. Este procedimento não implica que o DINSP ou a GINSP ficará responsável pelo acompanhamento do processo na esfera judicial e nem tampouco que terá de receber os processos hoje sob a guarda da ASJUR. A tarefa do DINSP/GINSP será, nesse caso, meramente operacional: 1) copiar o processo; 2) encaminhar o original, conforme solicitado no parecer da ASJUR; 3) manter cópia sob sua guarda para o caso de eventuais consultas posteriores

CPMI - CORREIOS

0975

Fls Nº

3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

Doc:



MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7
CAP: 2

Fls. 663

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

ou atendimento de novas solicitações de caráter apuratório, operacional. Obviamente, o parecer da área jurídica deverá estar referendado por "DESPACHO" da autoridade instauradora.]

5.11. Encerrado o processo de apuração de irregularidades e aplicadas as penalidades cabíveis, ficará a cargo do DINSP/GINSP, remeter cópia do processo à Polícia Federal, objetivando a instauração do competente Inquérito Policial, se for o caso.

6. DO RELATÓRIO FINAL

6.1. Encerrados os trabalhos de apuração e apreciadas as razões da defesa, será elaborado Relatório Final conclusivo, contendo todos os elementos necessários para a decisão, tais como:

- a) síntese da conclusão do Relatório Preliminar;
- b) apreciação dos argumentos da defesa e das provas produzidas;
- c) conclusão pela procedência ou não da responsabilidade, não sugerindo a penalidade a ser aplicada.

[O Sindicante/apurador deve tomar cuidado para não realizar enquadramentos legais, isto é, mencionar nos Relatórios Preliminar e Final quais artigos ou leis foram desrespeitados. Esta função é exclusiva da área jurídica, que é quem possui os profissionais habilitados (técnica e legalmente) para realizá-la.]

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Os prazos estabelecidos neste capítulo serão contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento ou ciência da notificação.

7.2. A defesa escrita poderá ser elaborada e assinada pelo acusado ou por procurador (qualquer pessoa), desde que devidamente acompanhada da respectiva procuração.

7.3. O(s) Sindicante(s), encerradas as apurações, encaminhará(ão) o processo à autoridade competente para julgamento, podendo, por meio de CI propor medidas preventivas.

7.3.1. Esta CI não será juntada ao processo.

7.4. Após o julgamento do processo e havendo débito, o empregado será notificado, para recolher a importância apurada, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas (Anexo 07).

[Notificar o empregado antes que o mesmo seja considerado responsável, NA FORMA DA LEI (ampla defesa, contraditório etc. etc. etc.) é flagrante erro técnico e pode ser causa de anulação do processo na esfera judicial. Enquanto se aguarda a conclusão e julgamento do processo, medidas preventivas podem ser tomadas, sempre sob o império da Lei, como, por exemplo, o afastamento do empregado (ainda suspeito porque não foi julgado nem considerado responsável) das funções que vinha exercendo quando, supostamente praticou um ilícito. (Só não será "suposto" após o TRANSITO



CORREIOS

MANUAL DE CONTROLE INTERNO

MÓD: 7

CAP: 2

Fls. 664

EMI: 02.12.97

48ª ROD

VIG: 02.12.97

EM JULGADO - Vide nota de rodapé n.º 4, dos "Princípios Doutrinários", pois estamos num Estado de Direito (Democrático), entendido aqui em oposição ao estado de fato. Estado de Direito é toda situação criada por ato jurídico ou em virtude de regra legal.]

7.4.1. O termo de notificação será emitido pela área de recursos humanos.

7.4.2. Não havendo o recolhimento no prazo estipulado, a área de recursos humanos emitirá Portaria de Responsabilidade ou documento equivalente.

7.4.3. Uma cópia do processo será encaminhada à área competente, para instauração de Tomada de Contas Especial.

CÓPIA

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 0977
Doc: 3515 - 4

 CORREIOS



CÓPIA

PROC.DINSP
0032/00

COMISSÃO
DE
SINDICÂNCIA
DOCUMENTOS
COLETADOS
ATÉ
10.01.2000

PASTA
1

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº **0978**

3515 - 4

Doc: _____

CONTRATO 0054/99

ECT x TECPRINT

RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS

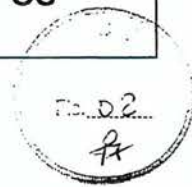
DR/GT e DR/SPM

PROC. DINSP-0032/2000

DIAGNÓSTICO

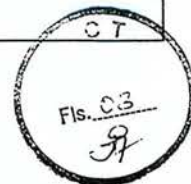
CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls. Nº	0979
3515 - 4	
Doc:	

RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99**ÍNDICE**

Introdução	1
2. Histórico	1
2.1. Antecedentes	1
2.2. Constatações Atuais	2
2.3. Providências Preliminares	2
3. Impropriedades	4
3.1. Aspectos Contratuais	4
3.2. Execução do Contrato	5
3.3. Controles Operacionais	5
3.3.1. No Complexo Operacional de Goiânia (COI/GYN)	5
3.3.2. Na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	6
3.4. Faturamento	6
4. Posicionamento da Diretoria Regional de Goiás/Tocantins	7
5. Conclusão	9
6. Recomendações.....	9
Anexos	



RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99**1. INTRODUÇÃO**

Versa o presente Relatório acerca do CONTRATO 0054/99-ECTxTECPRINT, firmado na Diretoria Regional de Goiás/Tocantins (DR/GT) em 26/10/99, entre a Regional e a TECPRINT Impressões Técnicas Ltda (**anexo 1**).

2. HISTÓRICO**2.1. Antecedentes**

- a) Em outubro/98 DR/MG informou ter detectado em diversos objetos postados pela ACF Independência, da jurisdição da DR/GT divergências nos padrões de estampagem das máquinas de franquear daquela ACF. Posteriormente, durante inspeção regular do Departamento de Inspeção Geral (DINSP) realizada na segunda quinzena de abril/99, constatou-se a fragilidade dos controles no sistema de máquinas de franquear, principalmente no tocante às trocas de estampas em operação nas ACFs. A DR/GT foi orientada a aperfeiçoar os controles sobre o sistema;
- b) também durante a inspeção regular realizada na DR/GT em abril/99, constatou-se que diversos clientes (Jorlan, Sky, Pagenet, Tigre, Bank Boston, Nestlé) estavam postando seus objetos em várias ACFs da DR/GT (Independência, Alpes, T-9, Sete-Sete, César Lattes, Anhangüera e Fama). Constatou-se, ainda, que a totalidade desses objetos estava sendo impressa pela gráfica TECPRINT, de Goiânia. Posteriormente, foi confirmado que a TECPRINT captava serviços de impressão junto a grandes clientes de outros estados, cujos objetos eram posteriormente divididos entre as sete ACFs citadas, para que fossem obliterados em máquinas de franquear;
- c) ainda em abril/99 a Região Operacional (Reop) de Uberlândia/DR/MG informou que as ACFs Independência, Sete-Sete, T-9 e Alpes estariam transportando diretamente ao Centro de Triagem (CT) de Uberlândia, com recursos próprios, os objetos postados naquelas ACFs. Posteriormente, ao se realizar inspeção extraordinária no sistema de máquinas de franquear das DRs MG, SP e GT, confirmou-se a remessa habitual de objetos pelas ACFs citadas àquela Reop desde meados de 1997;
- d) em maio/99 a DICOM encaminhou recomendações a todas as DRs acerca da abertura e manutenção de Guichês Avançados de ACFs, e sobre as implicações da manutenção desses guichês por mais de 90 dias. Houve protelação no tratamento do assunto, visto que apesar da reiteração da DICOM em jul/99, somente em dez/99 a DR informou sobre a existência de sete guichês avançados. A Regional apresentou também posicionamento favorável à manutenção dos guichês, apesar dos argumentos da DICOM que determinavam a correção da irregularidade;
- e) ainda em maio/99 a Gerência de Inspeção (Ginsp) da DR/BSB, informou sobre denúncia de fraude na postagem de 650.000 objetos do cliente CNA-Confederação Nacional da Agricultura, com possível envolvimento da ACF Rádio Center (DR/BSB), de ACFs da DR/GT e da TECPRINT. Após verificação *in loco* da postagem no Complexo Operacional (COI) de Goiânia por Inspectores do DINSP, não foi confirmada a veracidade da denúncia. No entanto, foi constatado que o contrato estipulava a modalidade a faturar e com vinculação às ACFs Independência, Alpes, César Lattes e T-9;

CONFERE COM O ORIGINALRQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS09811
Fls. nº 3515-4
Don:

RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99

- f) são conhecidas as relações comerciais entre a empresa Tecprint e as ACFs de Goiânia. O atual Diretor Presidente da TECPRINT, Cláudio Fernandes de Oliveira, já participou da direção da Febrafranco - Federação Nacional dos Franqueados dos Correios, entidade que representa as ACFs. Durante sindicância realizada em maio/97, para verificar envolvimento de ACFs com a concorrência, foi constatado, por meio de exame de documentos na Gerência de atendimento da DR/GT e na junta Comercial de Goiás que:
- o representante da ACF Independência, era o Sr. Cláudio Fernandes de Oliveira, também sócio da Tecprint e que possuía procuração com amplos poderes da proprietária da ACF T-9;
 - a titular da ACF Alpes era a irmã do representante da ACF Independência;
 - o titular da ACF César Lattes também possuía procuração com amplos poderes dos proprietários da ACF Independência.

2.2. Constatação Atual

Durante inspeção regular realizada pelo DINSP na DR/PR, no período de 25/10 a 05/11/99, foram detectados no fluxo operacional daquela Regional aproximadamente 10.000 objetos da empresa TELEPAR, postados como impressos, que apresentavam a indicação "CONTRATO ECT X TECPRINT 0054/99" e continham em seu interior, além da mensagem, um cartão telefônico de 90 créditos para uso do destinatário, em compensação ao atraso na implantação de novas linhas telefônicas por aquela concessionária de telefonia. Por suas características, tais objetos deveriam ter sido postados e tarifados como carta comercial com valor. Analogamente, em 16/11/99, a Diretoria Regional de Mato Grosso do Sul, informou ao DINSP, por meio da CI/SINS/GINSP/DR/MS-492/99 (**anexo 2**), a detecção de objetos da TELEMS postados como impressos, contendo em seu interior um cartão telefônico de 50 créditos, o que mudaria sua classificação de impresso para carta comercial e, consequentemente, caracterizaria evasão de receita. Os objetos também foram postados por meio do contrato 0054/99.

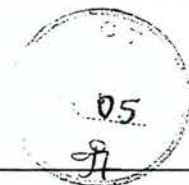
2.3. Providências Preliminares

Devido ao fato de que objetos contendo mensagem de interesse específico do destinatário ou com conteúdo representativo de valor não podem ser classificados como impressos, mas como cartas, considerando ainda que os objetos da TELEPAR e da TELEMS não apresentavam a segurança adequada ao seu conteúdo, como também pelo risco de estar ocorrendo eventual evasão de receitas, a Diretoria Comercial da ECT foi consultada pelo DINSP acerca do assunto, cuja assessoria encaminhou consulta ao Assessor Executivo da Diretoria Comercial - DICOM, em 04/11/99, posteriormente ratificada pela CI/DINSP-990350.1169/99, de 11/11/99 (**anexos 3 e 4**), relatando o ocorrido e indagando-lhe se a Área Comercial tinha conhecimento do contrato em tela e das condições em que havia sido celebrado. Tal consulta foi de imediato repassada aos Departamentos de Administração e Vendas no Atacado - DEVAT e de Administração da Rede e Vendas no Varejo - DEREV, com o intuito de se obterem melhores esclarecimentos sobre a formalização levada a efeito entre a DR/GT e a TECPRINT.

Considerando que ambos os Departamentos desconheciam a existência desse contrato, coube ao DEVAT centralizar as ações e providências pertinentes, fazendo de imediato contato telefônico com a Gerência de Vendas da DR/GT, para obter cópia do contrato 0054/99 e melhores informações sobre o assunto. Na ocasião, o Subgerente de Vendas no Atacado da

CONFERE COM O ORIGINAL

Fls. Nº 0902
3515-4
Doc.

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL****RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99**

DR/GT informou que o referido contrato não havia sido assinado por aquela área, mas se comprometia a enviá-lo de imediato, o que efetivamente ocorreu. Como resposta, a Diretoria Comercial encaminhou ao DINSP a CI/DICOM-1407/99, de 12/11/99 (**anexo 5**), onde informou que:

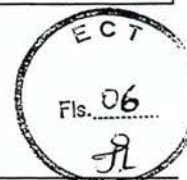
- a) contratos com previsão de faturamento anual superior a R\$ 1.000.000,00 ou quando envolvam participação de unidades operacionais de outras Diretorias Regionais devem, obrigatoriamente, ser submetidos à análise da Administração Central da ECT. Tal não ocorreu com o contrato em lide, apesar de recomendações expressas feitas anteriormente a todas as Diretorias Regionais conforme CIDICOM-0736-Circular, de 14/jun/99 (**anexo 6**), ratificada pela CI/DICOM-1309/99-circular, de 21/out/99 (**anexo 7**);
- b) as Diretorias Regionais não possuem autorização para vincular às Agências de Correios Franqueadas-ACFs contratos que envolvam franqueamento especial, como é o caso do contrato 0054/99, que vincula como unidade de postagem a ACF Alpes, de Goiânia;
- c) o contrato foi firmado sem o conhecimento da Administração Central (DICOM ou DEVAT);
- d) objetos representativos de valor, como foi o caso dos cartões telefônicos mencionados, devem ser postados sob registro e declaração de valor.

Após análise da cópia do contrato 0054/99, a DICOM depreendeu que:

- a) o contrato credenciava a ACF Alpes (**anexo 8**), localizada em Goiânia, e ainda uma unidade de tratamento da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana—DR/SPM, Centro Operacional Barra Funda (**anexo 9**), para o que a DR/GT não tinha autorização da Administração Central, além do que a DR/SPM não foi consultada previamente, não concedendo qualquer autorização formal para a postagem de objetos do contrato 054/99 naquele CO em São Paulo/SP;
- b) o modelo de contrato múltiplo utilizado teve a redação da sua cláusula quarta, que trata dos preços e reajustes, alterada no que se refere à utilização da Tarifa SEED/Correspondências, praticada desde 11/10/95 (**anexo 10**), omitindo-se a parte relativa à tarifa de correspondências, substituindo-a pela Tarifa Postal Interna (**anexo 11**), o que beneficiava sobremaneira a contratante, em função da redução dos preços a serem praticados, sem que o DEVAT houvesse sido consultado a respeito;
- c) o contrato, que deveria ter sido assinado pelo Presidente da ECT e pelo Diretor Comercial, devido às suas características, foi assinado pelo Diretor Regional da DR/GT e pelo seu Coordenador de Negócios, bem como não foi registrado e chancelado pela ASJUR/GT;
- d) apesar de os modelos de contratos de franqueamento previrem que os objetos devem conter o nome, endereço e CEP do contratante, conforme estabelece o subitem 2.8.1.1 do contrato em tela, a TECPRINT estava postando objetos de correspondência pertencentes a outros remetentes, presumindo-se daí que a sua devolução, quando fosse o caso, seria para o endereço real dos remetentes, contrariando frontalmente a cláusula contratual mencionada.

Em função dos pontos levantados, a Diretoria Comercial da ECT recomendou a formação de uma equipe composta por técnicos da Diretoria Comercial, do Departamento de Gestão

CONFERE COM O ORIGINAL

RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99

Operacional e do Departamento de Inspectoria Geral para visita técnica à Diretoria Regional de Goiás/Tocantins e verificação *in loco* dos aspectos formais e operacionais do contrato 0054/99.

A partir da análise do contrato 0054/99 e das visitas técnicas realizadas na Diretoria Regional de Goiás/Tocantins, nos dias 15 a 17/12/99 e, posteriormente, na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, nos dias 27 e 28/12/99, constataram-se as desconformidades relacionadas adiante.

3. IMPROPRIEDADES**3.1. ASPECTOS CONTRATUAIS**

- a) **Falta de avaliação prévia do contrato pela Administração Central da ECT.** Contratos com faturamento anual superior a R\$ 1.000.000,00 e que envolvam a postagem em mais de uma Regional devem ser avaliados previamente pela Administração Central. O contrato 0054/99 não foi avaliado previamente, apesar do conhecimento por parte da DR/GT de que o movimento de máquinas de franquear envolvendo a TECPRINT vinha sendo superior a R\$ 200.000,00 mensais, assim como vincula como uma das unidades de postagem o CO/Barra Funda da DR/SPM;
- b) **postagem de impressos por meio de contrato múltiplo.** O contrato-padrão do tipo múltiplo não prevê a postagem de objetos na categoria impresso. Houve solicitação da TECPRINT em 16/11/99 e posterior reiteração em 15/12/99 (**anexos 12 e 13**), para inclusão desta categoria de objetos no contrato, sendo que ocorreram diversas postagens de impressos sob esse contrato em períodos anteriores à solicitação. Ressalte-se que a DR/GT manifestou-se acerca do assunto somente em 15/12/99 (**anexo 14**);
- c) **alteração de cláusula-padrão de preço.** O modelo-padrão de contrato múltiplo da ECT institui a utilização da tarifa SEED/Correspondência, que estipula valores diferenciados para objetos destinados à área metropolitana local (R\$ 0,28) e dos destinados a outras localidades (R\$ 0,46). Na celebração do contrato 0054/99, a cláusula-padrão dos preços foi alterada, possibilitando a utilização da Tarifa SEED para entrega local (R\$ 0,28) e uso da Tarifa Postal Interna para entrega nacional (R\$ 0,31). Ressalte-se que tal alteração, se especificamente permitida, só deve ocorrer após autorização formal da Administração Central da ECT, o que não ocorreu para o contrato em análise;
- d) **postagem de objetos em desacordo com o contratado.** Todo contrato múltiplo estipula que a ECT tratará os objetos do contratante. O contrato 0054/99 foi celebrado de forma a viabilizar a atuação da TECPRINT no setor de pré-postagem. Assim, a cláusula primeira e o subitem 2.8.1.1 do contrato não vinham sendo observados, visto que os objetos postados não pertenciam ao contratante (TECPRINT) e sim a terceiros, seus clientes (Reader's Digest, UOL, Sky, Bank Boston, C&A, Teleron Celular, Nestlé, CTBC, Jorlan, Telems, Telepar etc) (**anexo 15**);
- e) **falta de análise pela Assessoria Jurídica da DR/GT.** Apesar das alterações promovidas nas cláusulas do contrato múltiplo padrão, não houve análise e a necessária chancela da nova redação pela Assessoria Jurídica da DR/GT. Ressalte-se que, em nenhum momento, a Administração Central autorizou qualquer alteração contratual;

CONFERE COM O ORIGINAL

RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99

- f) **falta de comunicação à DR/SPM.** O contrato vincula as postagens a uma unidade de Goiânia (ACF Alpes) e a outra de São Paulo (Centro Operacional Barra Funda). Apesar da vinculação de uma unidade operacional de outra Diretoria Regional, em nenhum momento houve comunicação prévia à DR/SPM, como determinam as normas da ECT, para avaliação de impacto operacional e dos custos decorrentes da operacionalização do contrato naquela Regional;
- g) **contratos múltiplos não permitem postagem de objetos em ACFs,** em contraponto ao firmado no contrato 0054/99;
- ✓ h) **pagamento de comissão a ACFs.** A comissão/remuneração é paga às ACFs Alpes, T-9 e Independência, apesar de o contrato somente prever postagem na ACF Alpes e de a preparação das expedições ser realizada, de fato, pelo próprio contratante, a TECPRINT. Além de a suposta passagem de objetos do contrato pelas ACFs não agregar valor, a divisão da postagem dos objetos entre as ACFs pode ensejar que as franqueadas vinculadas ao contrato beneficiem-se de maior margem de remuneração prevista na tabela de comissão de ACF, que prevê remuneração decrescente em função do volume postado.

3.2. EXECUÇÃO DO CONTRATO

- ✓ a) **Preparação da expedição pelo próprio contratante.** Verificou-se que a entrega dos objetos do contrato 0054/99 no COI de Goiânia é efetivamente realizada pelo próprio contratante (TECPRINT). Não há envolvimento das ACFs na expedição, apesar de os rótulos das malas e as listas que acompanham a postagem referirem-se às ACFs Alpes, T-9 e Independência;
- b) **violação do monopólio postal.** A execução da rotina afirmada no subitem 3.1, alínea d deste relatório, ou seja, o transporte de objetos postais (notadamente cartas) de terceiros, pela TECPRINT, com finalidade comercial, constitui violação do monopólio postal, conforme art. 9º da Lei 6.538/78;
- c) **entrega das expedições em desacordo com o contratado.** Os objetos entregues no Complexo Operacional de Goiânia não vêm separados em lotes de no máximo 100 unidades, amarrados e etiquetados, contrariando o que estipula o contrato. A carga é recebida em malas fechadas, indicando como origem três ACFs e contendo as mais diversas quantidades de objetos com formatos, pesos e de diferentes empresas, dificultando em muito a sua conferência e classificação.

3.3. CONTROLES OPERACIONAIS**3.3.1. No Complexo Operacional de Goiânia (COI/GYN)**

- a) **Falta de conferência de carga.** Não existe controle/confronto entre a quantidade real de objetos postados por meio do contrato 0054/99 e a quantidade informada nas listas de postagem entregues ao COI/GYN. Também não ocorre verificação e a adequada classificação dos portes dos objetos expedidos por meio de contratos e por ACFs. A falta da prática de conferência freqüente da carga acarreta grande risco de evasão de receitas;
- b) **recebimento de carga de contrato em malas fechadas.** Na DR/GT, a carga relativa ao contrato 0054/99 é recebida em malas já fechadas, rotuladas como sendo das ACFs Alpes, T-9 e Independência, diretamente para os destinos. Essa prática

CONFERE COM O ORIGINAL

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPECTORIA GERAL****RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99**

dificulta a classificação dos objetos e a aferição da carga, visto que os objetos são dos mais diversos clientes, pesos e formatos;

- c) **inexistência de discriminação da carga nas listas de postagens.** As listas de postagem que acompanham as cargas do contrato não discriminam as quantidades e modelos de objetos de cada empresa contratante da TECPRINT, identificando apenas a quantidade total de objetos, o que inviabiliza a conferência da carga correspondente (**anexo 18**);
- d) **divergências entre o postado e as informações das listas de postagem.** Face à não-conferência da carga, em 15/12/99, após aferição exaustiva realizada pela equipe do DINSP e do DEGEO, foi detectada divergência de 30.916 objetos, 24% superior ao informado pela TECPRINT nas listas de postagem. Até a presente data não houve posicionamento da DR/GT acerca do fato.

3.3.2. Na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana

- a) **Postagem em unidade não prevista.** Apesar de o contrato prever como unidade de postagem o Centro Operacional Barra Funda, em São Paulo, a postagem de objetos simples estava ocorrendo de fato no Centro de Triagem-01-São Paulo (**anexo 16**), visto que o CO trata apenas encomendas;
- b) **aceitação de postagem sem conhecimento das demais áreas.** O Centro de Triagem-01 e o Centro Operacional Barra Funda aceitaram as postagens da carga do contrato 0054/99, apesar de não haver conhecimento prévio das Gerências (Comercial, de Atendimento, Operacional e de Encomendas) da DR/SPM vinculadas à execução do contrato (**anexo 16**);
- c) **inexistência de comunicação à DR/SPM.** Não houve comunicação formal acerca da vinculação do contrato em unidades operacionais da DR/SPM. Face à inexistência de informação prévia, o contrato 0054/99 não foi adequadamente cadastrado no sistema informatizado operado pelo CO Barra Funda para a postagem de encomendas. Tratando-se de um contrato com faturamento em outra Diretoria Regional, a consolidação e atribuição das tarifas nas listas de postagem (feita automaticamente na DR/SPM) precisou ser feita manualmente após a postagem (**anexo 17**);
- d) **erro na tarifação de objetos SEDEX.** Também decorrente da falta de informação e cadastramento prévio do contrato no sistema do CO Barra Funda, parte dos 1083 Sedex postados em 10 e 14/12/99 foi tarifada a menor, tendo em vista que os preços encaminhados para faturamento o foram com base na lista de postagem fornecida pelo CO/Barra Funda (**anexo 17**), cuja principal característica, neste caso, foi aglutinar os objetos em faixas de CEP **capital x capital**, deixando de considerar o seu destino final, muitas vezes o interior de outros estados, tarifa **capital x interior**.

3.4 FATURAMENTO

- a) **Inexistência de numeração das listas de postagem (anexo 18).** As listas de postagem emitidas para o contrato 0054/99 na DR/GT não possuem numeração, impossibilitando a identificação das listas emitidas pelo cliente e eventuais extravios dos documentos que devem ser remetidos para a área de faturamento da ECT;
- b) **fragilidade no sistema de encaminhamento das listas de postagem.** Não existe na DR/GT uma sistemática única de remessa dos documentos de postagem entre as áreas

CONFERE COM O ORIGINAL

RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99

operacional e a área de faturamento, em Goiânia, ou seja, os documentos são encaminhados ora via malote de serviço comum, ora via malote expresso, ora pessoalmente entregues pelos chefes do COI/GYN, ora entregues em mãos por enviado especial. A falta de definição de um único meio de remessa culminou com o extravio de uma lista de postagem de carga postada em 15/12/99, visto que no COI/GYN foram coletadas cinco listas de postagem e na área de faturamento existiam quatro listas;

- c) **correção dos preços dos objetos postados na DR/SPM.** Os valores cobrados em São Paulo utilizando a Tabela Seed/Correspondência (R\$ 0,46) são posteriormente corrigidos pela DR/GT, com base na Tarifa Postal Interna (R\$ 0,31), em função do pactuado no contrato 0054/99.

4. POSICIONAMENTO DA DIRETORIA REGIONAL DE GOIÁS/TOCANTINS

4.1. Em 25/11/99, após questionamentos feitos pelo DINSP acerca da postagem irregular de impressos, a DR/GT elaborou documento com as seguintes informações pertinentes ao contrato (**anexo 19**):

- a) entendeu a DR/GT tratar-se de um contrato múltiplo convencional. No entanto, não há contratos similares ao em lide, onde o contratante posta não os seus, mas objetos de terceiros, seus clientes, bem como houve alteração de cláusula contratual, sem prévia consulta à Administração Central, conforme citado anteriormente;
- b) quanto à obrigatoriedade do visto da Administração Central para assinatura de contrato envolvendo mais de uma DR, a DR/GT entendeu que tal providência é desnecessária, cabendo à DR envolvida posicionar-se favoravelmente ou não. Tal argumentação pode ser refutada pelo contido na CI/DICOM-0736/99 (**anexo 6**);
- c) quanto a faturamento superior a R\$ 1.000.000,00, a Regional alega que "o cliente não apresentou essa expectativa". No entanto, o contrato abrangeria os objetos antes franqueados por meio de máquinas de franquear e cujo movimento desses mesmos clientes, captados pela TECPRINT e postados junto a diversas ACFs oscilava em torno de R\$ 200.000,00 mensais. Ressalte-se que o valor da primeira fatura, sem a inclusão dos objetos postados na DR/SPM, atingiu o montante de R\$ 247.470,96 (**anexo 22**);
- d) quanto à alteração de preços, a DR/GT adotou por analogia o contido na CI/DVAT/DEVAT-180/99 que orientava para a cobrança de objetos de correspondência pela Tarifa Postal Interna. No entanto, trata este documento de autorização específica concedida à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás;
- e) quanto à postagem de impressos, não prevista em contratos tipo múltiplo, a DR/GT entendeu ser uma solução para impedir que o franqueamento continuasse sendo efetuado com o uso de máquinas de franquear, com o intuito, segundo a DR/GT, de um melhor monitoramento pela área operacional. No entanto, contrato para a postagem de impressos com franqueamento especial só existe na modalidade Porte Pago, cuja entrega dos objetos pelo cliente deve ser obrigatoriamente em unidade própria da ECT, logo, sem vinculação a ACF. Quanto à melhoria dos controles, a visita à DR/GT demonstrou maior fragilidade do controle operacional, no CI/GYN com a adoção da postagem por meio do contrato 0054/99;

CONFERE COM O ORIGINAL

Fis. Nº

0987
3515-4
Doc:

RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/9910
91

- f) a DR/GT invoca ainda o Relatório de Inspeção Extraordinária no Sistema de Máquinas de Franquear, realizado pelo DINSP, para a criação do contrato. O Relatório, em seu subitem 3.2, no entanto, recomenda que seja consultada a Administração Central quanto à praticidade e legalidade de postagem de objetos de grandes clientes, vinculados a mais de uma ACF, consulta que não foi feita pela DR/GT. O Relatório também recomenda (subitem 3.3) a celebração de contratos entre as ACFs e cada cliente, **para postagens à vista**, objetivando racionalização de recursos de franqueamento (máquina ou selo).
- 4.2 Em 15/12/99, em resposta à reiteração da TECPRINT para inclusão da categoria impresso no contrato, apesar de informar a necessidade de autorização expressa, a DR/GT considerou razoável a inclusão tanto do serviço de impressos quanto a adoção pura e simples da tarifa postal interna para o contrato 0054/99 apesar de reconhecer que os procedimentos operacionais atualmente vigentes rezam o contrário.
- 4.3 Foi encaminhado à DR/GT, em 22/12/99, a CI/DEVAT-226/99 (**anexo 20**), recomendando o cumprimento imediato dos subitens 2.8.1.1. e 2.8.1.2 do contrato 0054/99, além das medidas de controle efetivo da carga recebida e da documentação que serve de base para o faturamento do contrato em 29/12/99 a DR/GT apresenta resposta ao DEVAT, por meio da CI/GAB/DR/GT-0156/99 (**anexo 22**) onde:
- a) apresenta a CT/GAB/DR/GT-036/99, de 28/12/99, onde informa à TECPRINT da necessidade de cessar as postagens e solicita o seu comparecimento para apresentação de propostas caso negociações em andamento da TECPRINT sejam afetadas pelo exposto;
 - b) apresenta matéria publicada em jornal de Goiânia acerca do contrato firmado entre a ECT e a TECPRINT, que seria o primeiro para a execução de impressos no item *bureau a laser*;
 - c) considera descabida a constatação pelo DEVAT de que a postagem de objetos de terceiros que não o contratante afrontam o contrato, visto que há permissão semelhante para a categoria impresso;
 - d) informa desconhecer as alterações das cláusulas e ressalta que o contrato é padronizado;
 - e) informa desconhecer proibições quanto à adoção do tipo de contrato firmado;
 - f) informa que o cliente não apresentou previsão de faturamento anual superior a R\$1.000.000,00;
 - g) interpretou que o contrato com operação em âmbito nacional, a exemplo de outros contratos convencionais, não necessitaria de autorização prévia da AC;
 - h) que o contrato encontrava-se em fase inicial de operacionalização, não havendo na DR/GT tratamento de objetos de contrato com tal magnitude e que as deficiências de controle foram corrigidas quando apontadas. Ressalte-se que o contrato já vigia há dois meses quando dessa resposta;
 - i) aguarda posicionamento do DINSP quanto aos procedimentos a serem adotados com relação à postagem irregular de impressos;

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0988
8
3515-4
Doc: 3515-4

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL****RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99**

- j) informa ter seguido à risca as orientações da DICOM e do DINSP para efetivação de contratos.

Para as alegações acima, cabem as contra-argumentações já mencionadas nas alíneas "a" a "f" do **subitem 4.1.** e os comentários feitos ao longo deste Relatório.

5. CONCLUSÃO

As constatações expostas neste relatório apontam para uma evidente fragilização das relações comerciais com parceiros e clientes e dos controles da ECT sobre o faturamento da carga postal tratada, evidenciada por:

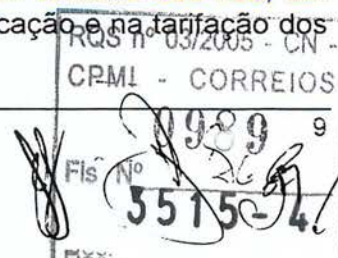
- a) descumprimento deliberado, postergação ou demora no atendimento de orientações emanadas da Administração Central, com reflexos negativos na operacionalização do contrato 0054/99. Esse contrato demonstra-se nocivo aos interesses da ECT, uma vez que permite o surgimento de intermediário na captação de clientes de serviços postais, tanto de novos clientes como os grandes clientes corporativos da Empresa – por exemplo, o Grupo Abril e a Reader's Digest (**anexo 15**) – reduzindo a lucratividade e os interesses comerciais da ECT;
- b) ausência de entrosamento técnico entre os gerentes das áreas comercial, operacional e financeira da DR/GT, demonstrado pela inexistência de ações comuns que precedessem a assinatura do contrato 0054/99 e que visassem à adequada operacionalização de um contrato a faturar, gerando sérias implicações negativas no controle do recebimento da carga e no seu posterior faturamento;
- c) aparente falta de visão quanto à operacionalização do contrato 0054/99 demonstrada pelos responsáveis pela sua elaboração, ao não terem sido orientadas as áreas de operações e de controle financeiro, bem como consultadas as áreas da DR/SPM, com vistas à viabilidade operacional antes do início da execução do referido contrato.

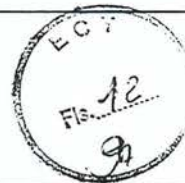
Do mero descumprimento a orientações já sedimentadas que disciplinam as relações comerciais e buscam organizar o controle financeiro, ao conformismo para com as dificuldades realmente existentes para o controle de grandes postagens, a DR/GT, ao tentar disciplinar a relação ECT/TECPRINT mediante o contrato 0054/99 - e ao executá-lo - acabou retratando uma disfunção na descentralização administrativa que lhe confere autonomia para a condução dos interesses da ECT naquela jurisdição.

6. RECOMENDAÇÕES

Diante da gravidade da situação que foi constatada, recomenda-se a adoção das seguintes providências:

1. rescisão do contrato 0054/99-ECT x TECPRINT;
2. adoção de providências, por parte da área comercial, com vistas a atender às necessidades dos clientes captados pela TECPRINT;
3. abertura de sindicância, objetivando:
 - a) levantamento dos prejuízos decorrentes da celebração do contrato 0054/99, em função das eventuais diferenças na postagem, na classificação e na tarifação dos objetos;

CONFERE COM O ORIGINAL

RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99


- b) apuração de todas as circunstâncias que envolveram a celebração do contrato 0054/99 e identificação das eventuais responsabilidades;
- c) esclarecimento das razões da vinculação das ACFs Alpes, Independência e T-9 ao contrato, quando somente a primeira está indicada como unidade de postagem do contrato em questão.

4. Ativação imediata, pela DR/GT, de mecanismos eficazes de controle no COI/GYN e na Seção de Faturamento da Gerência de Controle Financeiro (GECOF/DR/GT), no tocante às expedições e aos contratos oriundos das ACFs.

Brasília, DF, 11 de janeiro de 2000.

Equipe Técnica:


Fernando Huggler Antunes
Chefe da Divisão de Inspeção - DINSP


Marcos Rogério da Silva Fontoura
Inspetor - DINSP



Francisco Gomes da Silva
Inspetor - DINSP


Régis Luís Boscato
Inspetor - DINSP


Cristiano Ribeiro de Oliveira
Assessor da Gerência de Franchising


Paulo Henrique Garcia da Silva
Administrador Postal - DEGEO

De Acordo:


José Carlos Pereira Oviedo
Chefe do Departamento de Inspeção Geral


José Luís Borges Silveira
Departamento de Adm e Vendas no Atacado

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 0990
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

Do CHGABPR

1) Analisar os termos do diagnóstico, na íntegra, especialmente, no que respeita às recomendações nele contidas.

2) Queira providenciar Relatório/PR para submeter à deliberação da REDPR, contendo as seguintes providências imediatas a adotar:

(a) Instituição de Linhas de Sindicâncias para apuração dos fatos relatados neste processo, sobretudo ~~quanto~~ quanto às circunstâncias que envolveram a celebração do Contrato 0054/99 pela DR/GT com a TELPRINT, prejuízos e lesões materiais provocados às atividades da ECT, bem como caracterização das responsabilidades.

(b) Afastamento do Diretor Regional e dos Coordenadores Regionais de Suprimento e de Manutenção de suas respectivas funções, pelo prazo necessário à realização da sindicância e obtenção de conclusões.

(c) Centralização pela Diretoria Geral da ECT da coordenação de todas as providências e orientações técnicas quanto ao contrato 0054/99 e clientes a ele vinculados.

BSB/21 janeiro/2000

PR Cyrril



CORREIOS

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO GERAL



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99

Anexos de 1 a 22

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0991
Fls Nº
3515-4
Doc:

CORREIOS E TELÉGRAFOS

CORREIOS

DE VENDAS
DR / GT
DATA: 26/10/99
CONTRATO N.º 0054/99

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÚLTIPLO
QUE ENTRE SI FAZEM **TECPRINT IMPRESSÕES
TÉCNICAS LTDA** E A **EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS/ECT**.

Fls. 14

0054/99

n.º 33.797

n.º 33.797

n.º 33.797

n.º 33.797 - Act ALP - 1690055-9

n.º 33.797 - Act ALP - 1690055-9

A **TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA**, inscrito no CGC/MF sob o nº **00.861.883/0001-24** e Inscrição Estadual nº **10.305.311-5**, com sede na Av. Independência nº 4.533 Centro, 74045-010 GOIÂNIA-GO, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Sócio - Proprietário, **CLÁUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA**, CI nº **1.411.642 2ª Via SSP/GO**, CPF nº **323.227.631-87**, e a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969, inscrita no CGC/MF sob o nº **34.028.316/0013-47**, doravante designada simplesmente **ECT**, neste ato representada por seu Diretor Regional de GOIÁS e TOCANTINS, **NILO CÂNDIDO RAMOS**, CI nº **0866 CRA/GO**, CPF nº **461.445.877-72**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria PRT/PR-026/96, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, um **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela **ECT** à **CONTRATANTE**, dos serviços de recebimento e/ou coleta, transporte e entrega domiciliária de Correspondências, Encomendas **SEDEX NACIONAL**, **SEDEX INTERNACIONAL - EMS** e a **VENDA DE PRODUTOS**, constantes da tarifa de Produtos

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se obriga a

1. Observar as condições gerais de aceitação quanto a peso, dimensões, utilização de serviços adicionais e outras estabelecidas pela **ECT**, inclusive a padronização prevista para o endereçamento, com a utilização do Código de Endereçamento Postal - CEP com oito dígitos;

2. Utilizar embalagens adequadas ao peso, condições e natureza do conteúdo, conforme recomendações da **ECT**;

2.3. Utilizar, quando compatível com a natureza e condições do conteúdo, envelopes padronizados, de acordo com as normas da **ABNT**;

2.4. Quando da postagem, no caso de Encomenda **SEDEX INTERNACIONAL - EMS**, observar as seguintes normas quanto ao conteúdo e embalagens.

2.4.1. papéis comerciais, comunicações escritas de toda a espécie, documentos legais, documentos de compensação entre instituições financeiras, manuscritos e demais escrituras, que se acondicionados em envelope, serão classificados como **EMS-documento**;

2.4.2. objetos de valor intrínseco, acompanhados do formulário **C2/CP3**, e também papéis acondicionados em caixas, que serão classificados como **EMS-mercadoria**;

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**CORREIOS**

2.5. Atentar para o limites de peso e as restrições de conteúdo constante do verso da tarifa do serviço, fixados pela Administração Postal de destino, para cada encomenda enviada;

2.5.1 não dever ser incluídos objetos ou papéis representativos de valor ao portador, como jóias, cédulas, moedas, cheque e metais preciosos, bem como os constantes na Lista de Objetos proibidos da União Postal Universal - UPU, disponível para consulta nas Agências da ECT.

2.6. Endereçar corretamente os objetos e responsabilizar-se pelas informações prestadas quanto a seu conteúdo.

2.7. Postar os objetos em Unidades previamente acordadas com a ECT.

2.8. Apresentar no momento da postagem na Unidade da ECT ou da coleta no domicílio da CONTRATANTE, os objetos da seguinte forma.

2.8.1. CORRESPONDÊNCIAS:

2.8.1.1. constando, no mínimo, o endereço completo do destinatário, incluindo o CEP com oito dígitos, o nome e endereço da CONTRATANTE, bem como o respectivo CEP;

2.8.1.2. separados os objetos em lotes de, no máximo, 100 unidades, encabeçados, triados, amarrados e etiquetados, conforme orientação da ECT e segundo os seguintes grupos:

- objetos simples, sem Comprovante, para distribuição na Área Metropolitana;
- objetos simples, com Comprovante, para distribuição na Área Metropolitana;
- objetos simples, para distribuição fora da Área Metropolitana;
- objetos registrados, sem AR;
- objetos registrados, com AR;

2.8.1.3. utilizando, quando compatível com a natureza e condições do conteúdo, envelopes padronizados, de acordo com as normas da ABNT, contendo, no ângulo superior direito do anverso, um retângulo com as dimensões de 3,5 x 2,5 cm, onde constarão impressos os dizeres, "CONTRATO ECT X TECPRINT Nº 154/99";

2.8.1.4. fechar os objetos com cola ou adesivos permitidos pela ECT;

2.8.1.5. apresentar as correspondências acompanhadas de "LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES" ou "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS", conforme o caso, devidamente preenchidas, em 03 (três) vias, de acordo com o modelo adotado pela ECT;

2.8.1.5.1. no caso de objetos simples, devem ser preparadas "LISTAS DE POSTAGEM - SIMPLES" distintas para objetos destinados à Área Metropolitana e a outras localidades;

2.8.1.6. a CONTRATANTE poderá, ainda, utilizar os demais serviços adicionais oferecidos pela ECT para cartas (MÃO PRÓPRIA, VALOR DECLARADO etc). Nesse caso, deverá ser anotado no campo "OBSERVAÇÕES" da "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS" a utilização dos serviços adicionais que não estão indicados na mesma;

2.8.1.7. para o caso de postagens com Aviso de Recebimento ou Comprovante de Entrega, já com os AR's ou os Comprovações devidamente afixados nos objetos;

**CONFERE COM O ORIGINAL**

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**CORREIOS**

2.8.1.7.1. os objetos acompanhados de Comprovante de Entrega devem ser postados para entrega apenas na localidade de postagem e área metropolitana.

2.8.2. ENCOMENDAS:

2.8.2.1 com endereçamento completo e legível, incluindo os CEPs com oito dígitos do destinatário e da **CONTRATANTE**:

2.8.2.2. acompanhadas dos respectivos Certificados ou Listas de Postagem já preenchidos, utilizando os modelos fornecidos pela ECT ou produzidos por sua própria conta:

2.8.2.2.1. Para o caso de postagens com Aviso de Recebimento, já com os ARs devidamente preenchidos e afixados nas encomendas, observadas as restrições previstas para o SEDEX INTERNACIONAL - EMS quanto à aceitação de serviços adicionais;

2.9. Solicitar, quando for o caso, a coleta das correspondências ou das encomendas, nas condições estabelecidas pela ECT,

2.10. Apresentar, no ato da postagem de encomendas, **CARTÃO DE HABILITAÇÃO DE POSTAGEM**;

2.11. produzir, segundo modelo da ECT, se for o caso, os "INSTRUMENTOS DE HABILITAÇÃO - DESTINATÁRIO ÚNICO", para autorizar a postagem, por terceiro, de uma única encomenda SEDEX a ela destinada e, opcionalmente, a aquisição da respectiva embalagem;

2.12. Responsabilizar-se pelos "CARTÕES DE POSTAGEM - DESTINATÁRIO ÚNICO" distribuídos a terceiros, para autorização de postagem de encomendas, bem como pela aquisição das respectivas embalagens utilizadas no acondicionamento;

2.13. Restituir à ECT os "CARTÕES DE HABILITAÇÃO DE POSTAGEM", por ocasião da rescisão do Contrato ou descredenciamento de preposto;

2.13.1. em caso de perda ou extravio do "CARTÃO DE AUTORIZAÇÃO DE POSTAGEM", a **CONTRATANTE** deverá informar o fato à ECT, de imediato, por escrito;

2.14. Manter a ECT informada, através de Carta, do endereço para apresentação das faturas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ECT

A ECT se obriga a:

3.1. Fornecer à **CONTRATANTE**:

- Cartões de Autorização de Postagem
- Certificados e Listas de Postagem;
- Etiquetas SEDEX e de Etiquetas Registro.
- Avisos de Recebimento,

- modelos para confecção pela **CONTRATANTE** de "LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES", "LISTA DE POSTAGEM - REGISTRADOS" e "COMPROVANTE DE ENTREGA";

- Formulário de Vaie Postal;

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls - Nº 0994
3515 - 4
Doc

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**CORREIOS**

3.1.1. Opcionalmente, o cliente poderá produzir os formulários: Certificados/Lista de Postagem, Aviso de Recebimento - AR, Formulário de Vale Postal, e imprimir o código de barra no rótulo da embalagem da encomenda SEDEX, de acordo com a faixa numérica e o algoritmo de cálculo do dígito verificador fornecidos pela ECT:

3.2. Coletar as encomendas, quando existir viabilidade operacional, em locais e horários previamente acertados com a CONTRATANTE:

3.2.1. a coleta de correspondências será efetuada somente em conformidade com a(s) Ficha(s) Técnica(s) preparada(s) pela ECT, limitando-se cada coleta a quantidade mínima de 500 (quinhentas) unidades. A postagem inferior a esse total deverá ser entregue à ECT por conta da CONTRATANTE:

3.3. Quando for do interesse da CONTRATANTE, fornecer, gratuitamente, envelope-padrão utilizado para acondicionamento de encomenda SEDEX INTERNACIONAL - EMS.

3.4. Transportar os objetos até os locais de destino e entregá-los nos respectivos endereços.

3.4.1. para a entrega de objetos sob registro, serão efetuadas até 03 (três) tentativas, em dias úteis consecutivos:

3.4.2. os objetos serão entregues nos endereços indicados, a qualquer pessoa adulta, que se apresente para recebê-los, ou devidamente identificada, quando procurados nas Agências da ECT.

3.4.2.1. no caso de encomenda SEDEX a Cobrar ou de outros objetos endereçados a locais onde não haja distribuição domiciliar, será efetuada a entrega interna, nas Unidades da ECT

3.5. Restituir à CONTRATANTE os Avisos de Recebimento e Comprovantes de Entrega relativos aos objetos entregues e os objetos cuja entrega não tenha sido possível, indicando sempre a causa determinante da impossibilidade, na forma regulamentar:

3.6. Indenizar à CONTRATANTE, no caso de encomendas e de correspondências registradas, quando ocorrerem avarias no conteúdo, ocasionadas comprovadamente por manuseio indevido, ou extravio, por culpa exclusiva da ECT:

3.6.1. as indenizações serão feitas de acordo com as previsões constantes nas tabelas de tarifas dos respectivos serviços.

3.6.2. não haverá o pagamento de indenização se for constatada a utilização de embalagem inadequada às características do conteúdo da encomenda:

3.6.3. no caso de Valor Declarado por estimativa, a ECT se reserva o direito de comprovar o valor real do conteúdo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E REAJUSTES

4.1. Pela prestação dos serviços contratados, definidos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à ECT, por objeto postado, os preços constantes da Tarifa SEED - Entrega Local, praticados desde 11/10/95, da Tarifa Postal Interna - Entrega Nacional, Sedex, Sedex Internacional - E.M.S. e de Produtos vigentes na data da prestação dos serviços, de acordo com o peso e o destino, na modalidade de serviços utilizada, que serão apresentados de formas distintas conforme abaixo indicadas.

4.1.1. SEED: entrega de objetos, sem e com Comprovante de Entrega e Títulos de Crédito para Aceite, na localidade de postagem e respectiva área metropolitana:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0995
Fls. Nº
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**CORREIOS**

37-18

4.1.1.1. os objetos sem o Comprovante de Entrega, para a entrega em âmbito local, poderão ser postados com a utilização dos serviços adicionais de Registro, AR, MP e Valor Declarado

4.1.2. **CORRESPONDÊNCIAS:** entrega de objetos em âmbito nacional, sem comprovante de entrega

4.2. Quando da utilização dos serviços adicionais, deverão ser acrescidos aos preços estabelecidos para os objetos mencionados nos subitens 4.1.1.1. e 4.1.2. as respectivas tarifas, constantes das Tarifa Postal Interna na data da postagem.

4.2.1. os objetos sem o Comprovante de Entrega, para a entrega em âmbito nacional, poderão ser postados com a utilização dos serviços adicionais de Registro, AR, MP e Valor Declarado.

4.1.2. **ENCOMENDAS:**

2.1. encomendas SEDEX e E M S: valores previstos na tarifa SEDEX e SEDEX Internacional - E M S.

4.1.2.2. os preços relativos aos serviços adicionais de Coleta Domiciliar, Aviso de Recebimento (AR) e Mão Própria, são os definidos na Tarifa SEDEX - Remuneração pelo Serviço e Postal Internacional;

4.1.3. **PRODUTOS:** preços indicados na tarifa de Produtos da ECT, vigente na data da aquisição;

4.2. Os preços de serviços e produtos tratados por este Contrato serão reajustados nas mesmas data e segundo os mesmos índices de atualização das respectivas tarifas

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A ECT apresentará à **CONTRATANTE**, para efeito de pagamento, as faturas mensais, correspondentes aos serviços prestados, levantadas com base nos documentos de postagem e venda de produtos, cujo vencimento será o dia 14(Quatorze) do mês subsequente à prestação do serviço;

5.2. O valor da Cota Mínima Mensal de Faturamento está estabelecido no verso da tarifa SEDEX.

5.2.1. na hipótese de o valor correspondente aos serviços prestados ser inferior à cota mínima, a fatura mensal incluirá, além desse valor, um complemento para que o montante a ser pago atinja a importância citada;

5.2.2. O valor da Cota Mínima de Faturamento será revisto sempre que se mostrar insuficiente para cobrir os custos de manutenção do cadastro e de faturamento, observada a Legislação vigente.

5.3. Qualquer reclamação sobre erros de faturamento deverá ser apresentada pela **CONTRATANTE**, por escrito, e receberá o seguinte tratamento:

5.3.1. reclamação apresentada sem o pagamento, será admitida somente antes da data do vencimento:

a) se for procedente, a ECT emitirá nova fatura com o valor correto;

b) se for improcedente, à **CONTRATANTE** pagará a fatura, mais os acréscimos legais se for o caso.

5.3.2. reclamação apresentada com a fatura paga, se for procedente será efetuada a devolução compensatória na fatura seguinte, em valores atualizados.

RQS nº 03/2005 - CN -
CDM compensações
0996
Els. Nº
CONFERE COM O ORIGINAL
3515,4
Doc:

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS****CORREIOS****CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por períodos iguais e sucessivos de 01 (um) ano, caso não haja manifestação formal em contrário por uma das partes até 30 (trinta) dias antes do término da vigência do período, com prova de recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INADIMPLEMENTO

7.1. O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de qualquer das situações descritas no Art. 78, da Lei 8.666, reeditada em 06 de julho de 1994, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

7.1.1. a não regularização poderá ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do Contrato sem prejuízo de outras sanções, bem como, no caso de atraso de pagamento de faturas, a suspensão da prestação do serviço pela ECT até a sua normalização;

7.2. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pró-rata tempore" do IGP-M (FGV), ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, acrescido de multa de 2% e juros de 0,033% ao dia sobre o valor atualizado, e demais cominações legais, independentemente de notificação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

8.1.1. por interesse de qualquer uma das partes e mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, com Aviso de Recebimento;

8.1.2. por inadimplemento, conforme consta na Cláusula Sétima;

8.1.3. Na ocorrência de:

a) decretação de falência da **CONTRATANTE**;

b) dissolução da sociedade da **CONTRATANTE**;

c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATANTE**, que prejudique a execução do Contrato;

d) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

8.2. Fica assegurado à ECT o direito de recebimento do valor correspondente aos serviços prestados à **CONTRATANTE** até a data da rescisão, de acordo com as condições de pagamento estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A ECT não se responsabiliza:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

0907

Fls Nº

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**CORREIOS**

9.1.1. por valor incluído em objeto de correspondência sem declaração de valor;

9.1.2. pela demora na execução de qualquer serviço, resultante de omissão ou erro por parte do remetente.

9.1.3. por prejuízos indiretos e benefícios não realizados;

9.1.4. por objeto confiscado ou destruído por autoridade competente

9.2. A responsabilidade da ECT cessa:

9.2.1. quando o objeto tiver sido entregue no endereço do destinatário ou restituído ao remetente.

9.2.2. terminado o prazo de 03 (três) meses, para a reclamação, a contar da data prevista para entrega.

9.2.3. em caso fortuito ou de força maior.

9.3. Aos objetos de correspondência simples, postados com Comprovante de Entrega, não se conferem as características de registrados, inclusive para efeito de indenização.

9.4. Em caso de extravio de correspondências registradas, a responsabilidade da ECT está limitada aos preços postais mais o valor da indenização, fixado na Tarifa Postal Interna.

9.5. Em caso de extravio de encomendas, a responsabilidade da ECT está limitada.

9.5.1. no caso de Encomenda SEDEX

9.5.1.1. aos preços postais mais o fator seguro, equivalente a 500 (quinhentas) vezes o 1º porte de Carta Comercial, para SEDEX sem declaração de valor;

9.5.1.2. aos preços postais mais o valor declarado, se houve a declaração de valor

9.5.2. no caso de Encomenda SEDEX INTERNACIONAL - EMS:

9.5.2.1. à importância integral do Valor Declarado ou fração desta importância, equivalente aos danos causados, no caso de espoliação e avaria parcial, em US\$ (Dólar Americano), convertida em moeda nacional, na data da autorização do seu pagamento;

9.5.2.2. aos preços postais mais o fator seguro (automático), indicado na tarifa EMS para encomendas sem valor declarado, vigente na data de autorização do pagamento;

9.6. Não devem ser incluídos nos objetos postados materiais relacionados no Artigo 13 da Lei Nº 6.538, de 22/06/1978 e na Lista de Objetos Proibidos da UPU, disponível para consulta na ECT.

9.7. A ECT se reserva o direito de proceder, eventualmente, à abertura dos objetos, para fins de verificação e controle de seu conteúdo, na presença de representante legal da CONTRATANTE ou do destinatário.

9.8. A CONTRATANTE é a única responsável pelos CARTÕES DE AUTORIZAÇÃO DE POSTAGEM respondendo pelos danos causados por sua utilização indevida;

9.9. A CONTRATANTE responderá pelo cumprimento das exigências relativas à documentação fiscal, na forma da legislação vigente, bem como por todo e qualquer tributo que possa ou venha a ser exigido, decorrente do conteúdo dos objetos postados;

CONFERE COM O ORIGINAL

107

20

9

COPIA

1º porte de Carta
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 0998

3515-4

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**CORREIOS**

9.10. Este contrato poderá ser revisto total ou parcialmente, a qualquer época, mediante prévio entendimento entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da **JUSTIÇA FEDERAL DA CIDADE DE GOIÂNIA-GO.**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

GOIÂNIA-GO, 26 de 10 de 1999

Pela CONTRATANTE:

[Assinatura]
CLÁUDIO FERNANDES DE OLIVEIRA
Sócio - Proprietário

CÓPIA

Pela ECT:

[Assinatura]
NILO CÂNDIDO RAMOS
Diretor Regional DR/GT

TESTEMUNHAS.

[Assinatura]
ZILDENE M. M. C. MACEDO
CPF: 283.310.601-72

[Assinatura]
LUIS HUMBERTO DA SILVA
CPF: 087.996.441-34

[Assinatura]
Iranda L. de Moraes
Coordenadora de Negócios

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fs. Nº 0999

3515-4

Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional de Goiás e Tocantins

**FICHA TÉCNICA
ESPECIAL**

RQS nº 03/2008 - JF
CPMI - CORREIOS

CONFERE COM O ORIGINAL Nº 1000 5515-4

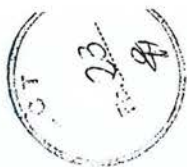
UNIDADE DE POSTAGEM: CO - BARRA FUNDA DR/SP	QUANTIDADE DE OBJETO MENSAL	CONTRATO NÚMERO 0054/99
--	-----------------------------	----------------------------

USUÁRIO					
NOME: TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA		ENDEREÇO: Av. Independência, 4533 Centro		TELEFONE: 062-219-5000	
CEP 74045-010	CIDADE GOIÂNIA	UF GO	VIGÊNCIA: 26/10/1999	CGC: 00.861.883/0001-24	

FREQUÊNCIA	HORÁRIO	ENDEREÇO DE COLETA	QUANTIDADE DE OBJETOS PREVISTOS	
			SEM COMPROVANTE	COM COMPROVANTE
SEGUNDA				
TERÇA		Obs.: O cliente efetuará a postagem		
QUARTA		dos Objetos diretamente no		
QUINTA		CO - BARRA FUNDA DR/SP.		
SEXTA				

DATA:	ASSINATURA USUÁRIO	ASSINATURA DO EMPREGADO DA ECT
-------	--------------------	--------------------------------

[Assinatura]
Coordenador de Logística



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional de Goiás e Tocantins

**FICHA TÉCNICA
ESPECIAL**

Recibo nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS

1001

Fls Nº

3515-4

Doc

CONFERE COM O ORIGINAL

FAX Nº

JAN 22, 1992 05:00 PM P 5

UNIDADE DE POSTAGEM:	QUANTIDADE DE OBJETO MENSAL	CONTRATO NÚMERO
ACF ALPES DRIVE		0054/99

NOME:		USUÁRIO	
TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA		ENDEREÇO:	
Cidade		Av. Independência, 4.533 Centro	
UF	CIDADE	UF	TELEFONE:
GO	GOIÂNIA	GO	
74345-010		VIGÊNCIA:	CGC:
		26/10/99	00.861.883/0001-24

FREQUÊNCIA	HORÁRIO	ENDEREÇO DE COLETA	QUANTIDADE DE OBJETOS PREVISTOS	
			SEM COMPROVANTE	COM COMPROVANTE
SEGUNDA				
TERÇA		De: O cliente entrega as postagens diariamente		
QUARTA		ACF ALPES DRIVE		
QUINTA				
SEXTA				

DATA:	ASSINATURA USUÁRIO	ASSINATURA DO EMPREGADO DA ECT

**DIRETORIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL
GERÊNCIA DE INSPEÇÃO****De: DIRETOR REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL****Ao: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO GERAL****CI/SINS/GINSP/DR/MS- 492/99****REFERÊNCIA: Manual de Comercialização e Atendimento.****ASSUNTO: Evasão de receita.**

Campo Grande, 16 de Novembro de 1999.

Encaminhamos, para conhecimento e apreciação desse Departamento, treze objetos classificados como **"impresso"**, tendo cada um em seu interior um cartão indutivo para ligações telefônicas com 30 créditos, postados pelo cliente TELEMS. Tais objetos foram detectados no refugio nesta DR.

O texto desses objetos é um pedido de desculpas aos clientes que aguardam a instalação da linha telefônica, ou seja, uma negociação já em andamento entre as partes, o que classifica os mesmos como **carta**, e, sendo expedido por pessoa jurídica, **carta comercial**, e, como possui um encarte com valor comercial, **carta comercial registrada com valor declarado**. A aceitação da postagem como impresso ordinário redonda em severa evasão de receita.

Conforme informações da Gerência de Vendas desta Diretoria Regional, o contrato ECT/TECPRINT - Nº 0054/99 foi firmado na DR/GT. Os objetos, amostras anexas, foram postados no CO/Barra Funda, DR/SP.

Atenciosamente,


MILTON TERUYA
Diretor Regional MS

LRF/lrf.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS1002
Fls Nº

5515-4

Doc

Aguarde sua linha
mais um momento,
por favor.



Caixa Postal 09914
70001-970 Brasília/DF

MARILUCE L URBANO DE ALMEIDA
R HERA 00303
JARDIM PORTAL CAIOBA
79096-110 CAMPO GRANDE - MS

CONFERE COM O ORIGINAL

IMPRESSO FECHADO - PODE SER ABERTO PELA ECT.

CÓPIA
AO REMETENTE

RCS nº 03/2005 - CN-
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 1003

3515-4



CONTRATO
ECT / TECPRINT

Nº 0054/99
Empres

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Fal
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Au
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Nã
<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/> Não existe o n.º Indi
<input checked="" type="checkbox"/> Informação escrita pelo ou síndico	
RE: TEG-ADO AO SERV	
EM 08/11	
CDD/EDI	



Estamos fazendo de tudo
para atender você
o mais rápido possível

26
A

Campo Grande, outubro de 1999.

Prezado(a) Cliente

Nós, da Telems, sabemos que você está aguardando a instalação da sua linha telefônica. Por isso, estamos nos esforçando ao máximo para entregar seu telefone o mais breve possível. Afinal, queremos garantir o seu direito de falar.

Desde que foi privatizada, a preocupação da Telems é oferecer a você serviços de qualidade. Reduzimos tarifas de serviços de longa distância através de um compromisso público e obtivemos um ótimo desempenho no processo de mudança do sistema DDD no país. Em um ano de atuação, nos tornamos referência de qualidade no serviço de telefonia nacional. Mesmo com a crescente demanda, diminuimos a lista de espera por uma linha telefônica. Tudo isso foi feito por um simples motivo: nosso respeito por você, cliente.

Para você comprovar a constante melhoria na qualidade de nossos serviços, estamos oferecendo um cartão telefônico como cortesia. Ande sempre com ele, use nos aparelhos públicos de qualquer local de sua cidade. Nós queremos ver você falando.

Mais uma vez, agradecemos sua confiança e sua compreensão. Aguarde notícias de novos serviços que vamos oferecer em breve. É com o orgulho de nossa terra, e a forte ligação com nosso povo, que estamos trabalhando para atender você cada vez melhor.


Alberto José Sirena
Diretor Comercial

Você sabe com quem está falando.



CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
1004
Fls Nº
3515 - 4
Doc

27
SA

Estamos fazendo de
para atender você
o mais rápido possível



IMPRESSO FECHADO - PODE SER ABERTO PELA ECT.

JARDIM PORTAL CAIOBA
79096-140 CAMPO GRANDE - MS

Caixa Postal 09914
70001-970 Brasília/DF

AO REMETENTE

CONTRATO
ECT / TECPRINT
Nº 0054/95

Aguarde sua linha
mais um momento,
por favor.



CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2000
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 1005
3515-4
Doc:

28

CIRO JITIAGO

De: CIRO JITIAGO
Enviado em: Quinta-feira, 4 de Novembro de 1999 16:39
Para: Marcos César Alves Silva
Assunto: Postagem de Objetos

Prezado Marcos,

Durante inspeção na DR/PR, aquela Regional recebeu cerca de 10.000 objetos postados através do Contrato ECT/Tecprint - 054/99 (Goiânia/GO) relativos à TCO - Tele-Centro-Oeste. Nesses objetos estão encartados 01 cartão telefônico com 90 créditos para uso em Telefones Públicos.

Dessa forma, perguntamos:

1. A DICOM tem ciência desse contrato?
2. Esses objetos estão sendo postados em que modalidade?
3. A firma possui autorização para encarte do cartão telefônico?
4. Houve alguma alteração nas condições de aceitação, visto que o Mód. 8 - Cap. 4 - item 3.1., alínea a) do MANCAT não admite como impresso qualquer papel representativo de valor?

Observamos que, além de conter valor, os objetos não estão devidamente embalados estando sujeitos a perdas durante o encaminhamento.

Outra preocupação é a possibilidade de evasão de receitas, visto que a TCO possui ramificação em diversos estados e costuma efetuar grandes postagens através das ACFs de Goiânia.

Gostaríamos de receber um posicionamento da DICOM para orientação à nossos inspetores que encontram-se em trabalho de campo.

Grato e um abraço.

Ciro Jitiako
Assessor/DINSP

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 1006

3515 - 4

Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

AO: DIRETORIA COMERCIAL

CI/DINSP-99.0350.1169/99

REF: inspeção na DR/PR

ÁREA RESERVADA AO
PROTOCOLO

Assunto: Postagem de objetos relativos ao contrato ECT/TECPRINT

Brasília(DF), 11 de novembro de 1999.

Durante inspeção na DR/PR, aquela Regional recebeu cerca de 10.000 objetos postados através do Contrato **ECT/Tecprint - 054/99** (Goiânia/GO) constando como remetente o assinante da Caixa Postal 9914 - Brasília/DF, entretanto, na parte interior do objeto consta informações relativas à TELEPAR. Nesses objetos estão encartados 01 cartão telefônico com 90 créditos para uso em **Telefones Públicos**. Feita uma verificação na AC-Central-BSB, comprovamos que o assinante da Caixa Postal 9914 é a Tele-Centro-Sul Participações.

Embora a TECPRINT possua contrato de prestação de serviço múltiplo com a ECT, foram evidenciadas as seguintes situações:

1. Os objetos postados pela TECPRINT são da Tele-Centro-Sul, caracterizando uma possível quebra de monopólio;
2. Os objetos não estão envelopados possibilitando a perda ou a subtração dos cartões neles inseridos;
3. Cada cartão possui valor aproximado de R\$5,00 (cinco reais), motivo pelo qual os objetos deveriam ter sido postados **COM VALOR DECLARADO**;

Nossa preocupação é com a evasão de receitas, a correção dos procedimentos e com a imagem institucional da Empresa.

A DR/PR está enviando cópia do citado objeto.

Atenciosamente

P/JOSÉ CARLOS PEREIRA OVIEDO
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

Amaury José Valença de Melo
Subchefe do DINSP

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1007
PIS Nº
3515-4
Doc:

CONFERE COM O ORIGINAL

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

CJ/cj (ci/tecprint)

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**De: DIRETOR COMERCIAL****AO: CHEFE DO DINSP****CI/DICOM- 1407/99****Ref.: CI/DINSP-99.0350.1169/99****ASSUNTO: OCORRÊNCIA COM POSTAGENS EM CONTRATO ECT/TECPRINT**

Brasília, 12 de novembro de 1999.

Em atenção à CI de referência, informamos a essa Chefia o seguinte:

- a) contratos com previsão de faturamento anual superior a R\$ 1.000.000,00 , como parece ser o caso do firmado com a **TECPRINT**, devem ser previamente submetidos a análise e assinatura na Administração Central, conforme **CI/DICOM-0736/99-Circular**, de 14/06/99, ratificada pela **CI/DICOM-1309/99-Circular**, de 21/10/99, ambas com cópias em anexo;
- b) as DRs não têm autorização para vincular contratos que envolvam faturamento especial às ACFs;
- c) o contrato foi firmado sem conhecimento do **DEVAT**;
- d) de acordo com o **MANCAT**, Subitem 2.2, Módulo 7, Capítulo 5, papéis representativos de valor, como nos parece ser o caso dos cartões telefônicos, deveriam ser postados sob registro e com valor declarado.

Diante das várias desconformidades relacionadas e do expressivo montante normalmente associado a postagens de companhias telefônicas, consideramos prudente proceder-se com máxima urgência a uma inspeção especial na DR/GT, com vistas a se esclarecer a propriedade ou não dos procedimentos adotados naquela regional para atendimento desse cliente.

Atenciosamente


ROBERVAL BORGES CORRÊA
Diretor Comercial

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1008
Fls Nº
3515 - 4
Data:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

DO: DIRETOR COMERCIAL

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/

CI/DICOM- 0736/99-CIRCULAR

REF:

ASSUNTO: Centralização de Contratos Corporativos

Brasília, 14 de junho de 1999

A fim de melhor acompanharmos os contratos especiais, informamos que deverão ser submetidos para análise e posterior assinatura por parte do Presidente da ECT e do Diretor Comercial, os contratos que satisfaçam pelo menos uma das condições abaixo:

- os contratos especiais, com faturamento previsto igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao ano;
- os contratos especiais cuja operação de atendimento ocorra em âmbito nacional (Ex. Liderança Capitalização, INSS, Contrato Único com Banco do Brasil etc.).

Para efeito desta centralização, são contratos especiais aqueles que diferem no objeto, no preço, ou no prazo, forma de pagamento, daqueles contratos padronizados, relativos aos serviços convencionais e formatados pela empresa.

Esta decisão é válida para os contratos com vigência a partir da data desta CI, bem como as renovações daqueles já vigentes.

Atenciosamente


ROBERVAL BORGES CORRÊA
Diretor Comercial

C/C: DEREV/DENOP/DEPRO/DEFIL

APB/mam

CONFERE COM O ORIGINAL

REC-03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

1009

Fls Nº
3515-4

Doc:

 **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS****De: DIRETOR COMERCIAL****Ao: DIRETOR REGIONAL DR/TODAS DR'S****CI/DICOM- 1309/99 - CIRCULAR****REF.:****Assunto:** Contratos para prestação de serviços especiais

Brasília, 21 de outubro de 1999

Apesar das orientações constantes no MANCAT (Módulo 8, Capítulo 2), temo constatado que algumas Diretorias Regionais vêm celebrando contratos de prestação de serviços especiais sem uma análise prévia por parte dos Departamentos da Área Comercial, ocasionando sérios transtornos à sua operacionalização em outras DRs.


A celebração de contratos especiais com atendimento, tratamento, encaminhamento e/ou entrega diferenciada, em âmbito nacional, exige uma completa avaliação dos preços, custos e atividades inerentes à sua prestação, com envolvimento de diversas áreas, não podendo assim ser decidido por uma DR isoladamente, inclusive por esta não dispor de informações quanto à realidade das demais Regionais.

Esse mesmo assunto também foi objeto da CI/DICOM-0736/99-CIRCULAR de 14 de junho de 1999, quando inclusive foi solicitado que esses contratos fossem assinados por parte do Presidente e do Diretor Comercial, permitindo assim o prévio conhecimento de ações comerciais que envolvam mais de uma DR ou que tenham valor significativo com expectativa de mais de um milhão de reais de faturamento anual.

Em face do exposto, ratificamos a obrigatoriedade de envio à AC das propostas de contratos de prestação de serviços especiais que envolvam uma ou ambas alternativas abaixo:

- a) estimativa de faturamento anual superior a R\$ 1.000.000,00, cujo contrato será assinado pelo Presidente e DICOM; e
- b) envolvimento de mais de uma DR, cuja decisão de assinatura (centralizada ou não) ficará a cargo do Departamento responsável; em qualquer das hipóteses deverá sempre haver prévia e formal aprovação da AC.

Atenciosamente,


ROBERVAL BORGES CORRÊA
Diretor Comercial**CONFERE COM O ORIGINAL**RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOSFls Nº **1010****3515-4**

Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
 Diretoria Regional de Goiás e Tocantins

**FICHA TÉCNICA
 ESPECIAL**

UNIDADE DE POSTAGEM:

ACF ALPES DRGT

QUANTIDADE DE OBJETO MENSAL

CONTRATO NÚMERO

0054/99

USUÁRIO

NOME:

TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA

ENDEREÇO:

Av. Independência, 4 533 Centro

TELEFONE:

CEP:

74345-010

CIDADE

GOIÂNIA

UF

GO

VIGÊNCIA:

26/10/99

CGC:

00.861.883/0001-24

FREQUÊNCIA

HORÁRIO

ENDEREÇO DE COLETA

QUANTIDADE DE OBJETOS PREVISTOS

SEM COMPROVANTE

COM COMPROVANTE

SEGUNDA

TERÇA

O cliente elegerá as postagens diárias

QUARTA

ACF ALPES DRGT

QUINTA

SEXTA

DATA:

ASSINATURA USUÁRIO

ASSINATURA DO EMPREGADO DA ECT

CONFERE COM O ORIGINAL

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis. Nº

1011

5515-4



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria Regional de Goiás e Tocantins

**FICHA TÉCNICA
ESPECIAL**

UNIDADE DE POSTAGEM: CO - BARRA FUNDA DR/SP	QUANTIDADE DE OBJETO MENSAL	CONTRATO NÚMERO 0054/99
---	-----------------------------	-----------------------------------

USUÁRIO					
NOME: TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA		ENDEREÇO: Av. Independência, 4.533 Centro		TELEFONE: 062-219-5000	
CEP 74045-010	CIDADE GOIÂNIA	UF GO	VIGÊNCIA: 26/10/1999	CGC: 00.861.883/0001-24	

FREQUÊNCIA	HORÁRIO	ENDEREÇO DE COLETA	QUANTIDADE DE OBJETOS PREVISTOS	
			SEM COMPROVANTE	COM COMPROVANTE
SEGUNDA				
TERÇA		Obs.: O cliente efetuará a postagem		
QUARTA		dos Objetos diretamente no		
QUINTA		CO - BARRA FUNDA DR/SP.		
SEXTA				

DATA:	ASSINATURA USUÁRIO	ASSINATURA DO EMPREGADO DA ECT
-------	--------------------	--------------------------------

CONFERE COM O ORIGINAL

RAS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis. Nº **1012**
3515-4

Doc:

Anexo 9

NOV. 22 1999 01:27PM P10

PHONE NO. : 838 7603

FICHA : 0054/99/34


 35
 77

TARIFA SEED/CORRESPONDÊNCIAS

Vigência 11/10/95

Valores em R\$

Faixas de Peso (gramas)	SEED - Entrega Local			CORRESPONDÊNCIAS
	Entrega S/CE	Entrega C/CE	Título de Crédito P/Aceite	Entrega Nacional
				S/CE
até 20 gramas	0,28	0,39	0,28	0,46
20,01 a 50,00	0,48	0,68	0,48	0,80
50,01 a 100,00	0,67	0,95	0,67	1,12
100,01 a 250,00	1,36	1,92	1,36	2,26
250,01 a 500,00	2,47	3,50	2,47	4,12

SERVIÇOS ADICIONAIS

Vigência 03/11/97

SERVIÇOS	PREÇOS
Registro	1,20
Aviso de Recebimento - AR (incluído Registro)	2,40
Mão - Própria - MP (incluído Registro)	2,70
Mão - Própria - MP (incluído Registro e AR)	3,90
Valor Declarado	1% do valor + 1,20 (Reg.)

Obs: Para a utilização dos serviços AR, MP e VD é obrigatório o Registro

COTA MÍNIMA MENSAL DE FATURAMENTO: R\$ 232,50

CONFERE COM O ORIGINAL

 RQS nº 03/2005 - CN -
 CPML - CORREIOS
 1013
 Fls Nº
 3515 - 4
 Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

TARIFAS POSTAIS E TELEGRAFICAS INTERNAS

CODIGO: 51000-
VIGENCIA: 01/12/

Valores em R\$

1. CARTA COMERCIAL, AEROGRAMA E IMPRESSO URGENTE (em gramas) BASICO C/REG. C/REG.+AR						8. IMPRESSO NORMAL (em gramas)		Valor
ate 20,00	0,31	1,51	2,71	Observacao:		ate 20,00		0,20
20,01 a 50,00	0,51	1,71	2,91	- ACIMA DE 500g		20,01 a 50,00		0,25
50,01 a 100,00	0,82	2,02	3,22	1. Para objetos com peso superior a 500g, serao aplicadas as mesmas condicoes de VALOR e PRESTACAO do SEDEX.		50,01 a 100,00		0,30
100,01 a 250,00	1,34	2,54	3,74			100,01 a 150,00		0,35
250,01 a 500,00	2,26	3,46	4,66			150,01 a 200,00		0,45
						200,01 a 250,00		0,50
						250,01 a 500,00		0,90
						500,01 a 1.000,00		1,30
						acima de 1.000,00		
						por kg ou fracao excedente		0,80
2. CARTA NAO COMERCIAL E CARTAO POSTAL (em gramas) - R\$ BASICO C/REGC/REG.- AR						9. CECOGRAMA - Isento de todos os precos postais p/Servicos Basicos e Adicionais ate o limite de 7 kg		
ate 20,00	0,22	1,42	2,62	Observacao:		10. INDENIZACAO		R\$ 2,5
20,01 a 50,00	0,36	1,56	2,76	- ACIMA DE 500g		11. MULTA POR OMISSAO DE VALOR DECLARADO		R\$ 10,0
50,01 a 100,00	0,58	1,78	2,98	1. Para objetos com peso superior a 500g, serao aplicadas as mesmas condicoes de VALOR e PRESTACAO do SEDEX.		12. SERVICOS ADICIONAIS POSTAIS		
100,01 a 250,00	0,93	2,13	3,33			Registro		1,2
250,01 a 500,00	1,58	2,78	3,98			Registro Modico		
						. livros de maneira geral e material didatico postados por Escola de Ensino por Correspondencia para seus alunos		0,60
3. VALE NACIONAL (R\$) Valor da Remessa- BASICO C/REGC/REG.- AR						Entrega ao Proprio Destinatario - Mao Propria (incluido Registro)		2,70
ate 20,00		20,00	1,00			Aviso Recebimento		1,20
20,01 a 40,00		40,00	3,00			. incluido o registro		2,40
40,01 a 80,00		80,00	5,00			. incluido o registro modico		1,80
80,01 a 100,00		100,00	6,00			. incluida a Entrega ao Proprio Destinatario - M P		3,90
acima de 100,00		100,00	7,00			Posta Restante (objetos enderecados)		0,20
4. OUTROS SERVICOS POSTAIS						Pedido Retirada/Modificacao de Endereco/Reexpedicao		
CAIXAS POSTAIS						. Via Postal		0,70
. Assinatura						. Via Telegrafica		Telegr.URG 20 palavras
- Efetuada no mes de DEZEMBRO/1999						Valor Declarado		
- Efetuada no mes de JANEIRO/20						. preco de franqueamento conforme a categoria do objeto		
. Renovacao						. registro ou registro modico, conforme o caso		
. Copia de chave						. premio de 1% sobre o valor declarado		
. Substituicao de fechadura						Valor Maximo (vale nacional, carta, impressos com valor declarado)		5.500,00
PORTE PAGO/ENVELOPE ENCOMENDA RESPOSTA/CARTA E CARTAO RESPOSTA						13. SERV. ADICIONAIS TELEG.	S/ICMS	25,00 %
Autorizacao anual ao uso desses servicos						TAXA DE ADMINISTRACAO		
. Efetuada no mes de DEZEMBRO/1999						PEDIDO DE CONFIRMACAO DE ENTREGA (PC)		
. Efetuada no mes de JANEIRO/20						COPIA DE TELEGRAMA		
IMPRESSO COM DEVOLUCAO GARANTIDA						ENTREGA DE MENSAGEM TELEX - (por mensagem)		
Autorizacao anual ao uso desses servicos						. Na unidade atendimento(ECT)		
. Efetuada no mes de DEZEMBRO/1999						. No domicilio do destinatario		
. Efetuada no mes de JANEIRO/20						INSTRUCCOES SOBRE TELEGRAMAS		0,80 1,07
ARMAZENAGEM - por kg ou fracao por dia						ENDEREÇO TELEGRAFICO REGIST.		18,00 24,00
SATE - Servico de Atualizacao de Enderecos (por endereco listado)						14. TELEGRAMA PRE-TAXADO - Consultar tabela de Produtos e Servicos.		
Carta Social (Limite maximo de peso: 10g)								
FAC - Franqueamento Autorizado de Cartas (Limite Maximo de Peso: 10g)								
5. TELEGRAMA SIMPLES								
palavras	S/ICMS	25,00 %		6. TELEGRAMA URGENTE				
ate 20	(*)	1,37	1,83	3,03	4,04			
21 - 40		2,28	3,04	5,30	7,07			
41 - 60		3,19	4,25	7,57	10,09			
61 - 80		4,10	5,47	9,84	13,12			
81 - 100		5,01	6,68	12,11	16,15			
por grupo de 20								
Palavras	0,91	1,21		2,27	3,03			
7. TELEGRAMA DE IMPRENSA: ate 20 palavras								
por grupo excedente de 20 palavras								

(*) Valor Basico



Goiânia, 16 de novembro de 1999

À
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Praça Cívica, 11 - 1º andar - Centro
Goiânia - GO
At. Sr. Irandi Lisboa de Moraes, Coordenador de Negócios

Prezado Senhor,

CÓPIA

Vimos pela presente solicitar de V. Sa. a ampliação do nosso contrato "ECT/Tecprint 054/99" para recebimento de impressos nos valores da tarifa postal interna.

Solicitamos ainda orientação ao CT Barra Funda em São Paulo, quanto à classificação tarifária correta dos nossos materiais.

Seguem em anexo cópias dos protocolos de entrega para correção.

Atenciosamente,

CONFERE COM O ORIGINAL

Claudio Fernandes de Oliveira
Diretor Presidente

MATRIZ: Av. Independência, 4.500 - Centro - Goiânia/GO - CEP: 74045-010 - Fone: 062-2141000 - FAX: 062-2141111
FILIAL: Rua Goiás S/A, Sala 430 Ed. Brasília Shopping and Towers - Brasília/DF - CEP: 70710-500 - Fone: 061-325-5113 - FAX: 061-325-5114
FILIAL: Rua Conselheiro Brás, 1.056-Ed. Moisés N. Roman - Santo André - São Paulo/SP - CEP: 09222-000 - Fone: 011-50501145 - FAX: 011-50501145

RQS nº 03/2005 - CN
CPMT = CORREIOS
1015
Fls Nº
3515-4
Doc:

38

f7



NR.PRE.15/99

Goiânia, 15 de dezembro de 1999

À
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Praça Cívica, 11 - 1º andar - Centro
Goiânia - GO
At. Sr. Irandi Lisboa de Moraes, Coordenador de Negócios


Prezado Senhor,

CÓPIA

Reiteramos o pedido de ampliação de nosso contrato "ECT/Tecprint 054/99", objeto de nossa carta datada de 16 de novembro de 1999, cópia anexa.

Dada a urgência do assunto, solicitamos a resposta impreterivelmente hoje.

Atenciosamente,


Cláudio Fernandes de Oliveira
Diretor Presidente

CONFERE COM O ORIGINAL

MATRIZ: Av. Independência, 4.503 - Centro - Goiânia/GO - CEP: 74045-010 - Fone: (062) 219-1100 - Fax: (062) 219-5113
FILIAL: SCV 20.05 B/A - Sala 400 Ed. Brasília Shopping and Towers - Brasília/DF - CEP: 70140-500 - Fone: (061) 228-6000 - Fax: (061) 228-6000
FILIAL: Rua Conselheiro Dorea, 1086 Ed. Nelson Konder - São Paulo/SP - CEP: 01022-000 - Fone: (011) 3067-7710 - Fax: (011) 3067-7711

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 1016

3515 - 4

Doc:



CT/GAB/DR/GT- 034 /99

Goiânia, 15 de dezembro 1999

Ilmo Sr.
Cláudio Fernandes de Oliveira
M.D. Diretor Presidente da TECPRINT
NESTA

Senhor Diretor,

Em atenção a correspondência de V.Sa, NR. PRE. 15/99, cumpre-nos informar o seguinte:

- A postagem de impressos por intermédio do contrato ECT/TECPRINT 054/99 foi objeto de questionamento por parte de Diretorias Regionais da ECT, porque não é um modalidade de serviço prevista no contrato tipo "múltiplo".
- Em 19 de novembro, iniciamos um processo de consulta à nossa Administração Central, no sentido de autorizarmos o uso do serviço de impressos nesse mesmo contrato.
- Entendemos o pleito de V.Sa e julgamos como razoável tanto a inclusão de impressos, quanto a adoção pura e simples da tarifa postal interna.

Esclarecemos que, entretanto, necessitamos de autorização expressa para tal, uma vez que não é previsto tal procedimento nas normativas vigentes.

Isso posto, solicitamos aguardar, dado que estaremos buscando agilizar as deliberações sobre o assunto.

Atenciosamente,

irandi Lisboa de Moraes
Coordenador de Negócios

ILM/sro

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 1017
3515 - 4
Doc:

40
97

Seleções

do Reader's Digest®

CONTRATO
ECT/TECPrint
Nº 0054 / 99

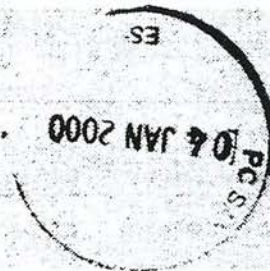
AC REMETENTE

69075-700 - MANAUS - AM

CRESPO

BC068202.DAT/24010

CÓPIA



READER'S DIGEST BRASIL LTDA
AV. PRESIDENTE VARGAS, 3131/1301
CEP:20210-030 - RIO DE JANEIRO-RJ

PARA USO DO CORREIO

- ☐ MUDOU-SE
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
☒ DESCONHECIDO

- ☐ RECUSADO
☐ AUSENTE
☐ NÃO PROCURADO
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA POR TERCEIRO

DATA

REINTEGRADO AO
SERVIÇO POSTAL
EM: 04/01/2000

04 JAN 2000

ASSINATURA E NÚMERO DO
ENTREGADOR

CONFERE COM O ORIGINAL

ESROS nº. 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis Nº 1018

3515 - 4

Doc:

PRAZER EM CONHECER

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 1019
● 3515-4
Doc:

A chegada do ano 2000, será muito especial.

A C&A quer ajudar a torná-la inesquecível.



exclusivamente para C & A. Para isso, a C & A criou um programa
para proporcionar, durante o ano 2000, uma experiência única.
Boa Sorte. Feliz Natal e Feliz Ano Novo. C & A.



CONTINUA NA PÁGINA 2

1070
1070
1070

NET



Comunicado importante

CONTRATO
ECT/TECPRINT
Nº 0054 / 99

PLANO PILOTO
70740-776 BRASÍLIA DF 18597

CONFERE COM O ORIGINAL

NET Brasília S/A
SIG Quadra 01, Lote 725
Brasília - DF 70610-400

RG 11 - INZUB - ON
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 1020

3515-1



CONFIRME COM O ORIGINAL

COMUNICADO IMPORTANTE

Caro Assinante,

A partir de 1º de janeiro de 2000, a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS incidente sobre os serviços de televisão por assinatura, inclusive os serviços de televisão via cabo, será modificada, o que resulta em uma carga tributária final de 7,50%, a qual, até 31/12/99, era de 5,00%.

Esta mudança está baseada no Ato Declaratório nº. 02, de 16/11/1999, do Secretário Executivo do Conselho Nacional da Política Fazendária - CONFAZ, publicado no Diário Oficial da União em 17/11/1999, o qual vem ratificar, em âmbito nacional, o Convênio ICMS nº. 57/99, de 22/10/1999, e que foi publicado no Diário Oficial da União em 28/10/1999.

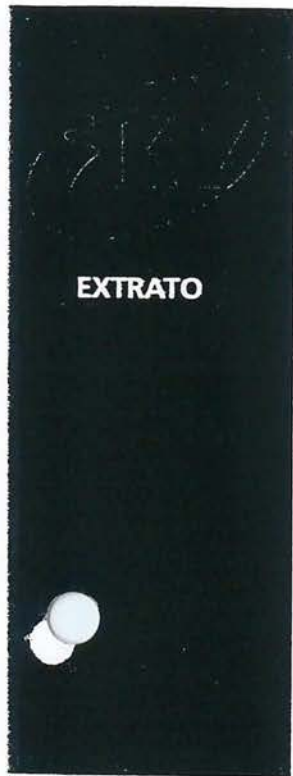
Esclarecemos que a modificação dar-se-á apenas na base de cálculo do imposto, permanecendo inalterada a alíquota de 25,00% incidente sobre os serviços de telecomunicações e de televisão por assinatura, que inclui o serviço de televisão via cabo.

Assim, os valores dos nossos serviços, prestados a partir de 01/01/2000, referentes às mensalidades do ponto principal e, se houver, do(s) ponto(s) adicional(is) e canais "à la carte" (Sexy Hot e Playboy TV) refletirão o ajuste mencionado.

Agradecemos desde já a sua atenção e estamos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas através de nossa Central de Atendimento ao Assinante - fone 343-8500.

Cordialmente,

NET em Brasília



EXTRATO

NETSAT SERV. COS. LTDA.
RUA 1307, 1309 e 1311
20251-102 P.O. Box 1307-00 RJ



CONTRATO
ECONOMIA
Nº. 0034/00

CONFIDENTE

THARA ROCCYLENE BRAGA BARBOSA

MANAUS /AM
69065010

CACHOEIRINHA

CÓPIA

NÃO EXISTE N° DIST. 110 408002308



RECEBUE

RECEBUE
RECEBUE
RECEBUE
RECEBUE
RECEBUE

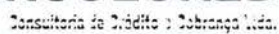
X

RECEBUE
RECEBUE
RECEBUE

1021

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI---CORREIOS
1021
Fls Nº
3515 - 4
Doc:



5759700832

BONSUCESSO
21040-170 RIO DE JANEIRO

RJ



Consulcred Consultora de Crédito e Cobrança
Rua da Quitanda, 96 - 6º andar
01012-010 - Centro - São Paulo - SP

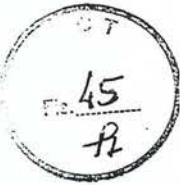
[illegible]

~~✓~~ + Ruler

94-COBR0833.REM

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 1022
3515-4
Dep:



IMPO
TE



LOCALCRED®



CONTRATO
ECT/TECPRINT
Nº 0054 / 99

IMPORTANTE

CONFIDENCIAL



29/11/1999
454

Centro
24020-050

Niteroi

RJ

VENCIMENTO: 09/09/99

IMPO

PARA USO DO CORREIO



NÃO EXISTE O Nº INDICADO



MUDOU-SE



OUTROS



RECUSADO

[Signature]

RESPONSÁVEL PELA ANOTAÇÃO

[Signature]

IMPORTANTE

IMPO

CÓPIA

RIO DE JANEIRO
R. EVARISTO DA VEIGA, 55, 8o. ANDAR
CINELANDIA
20031-040 RIO DE JANEIRO

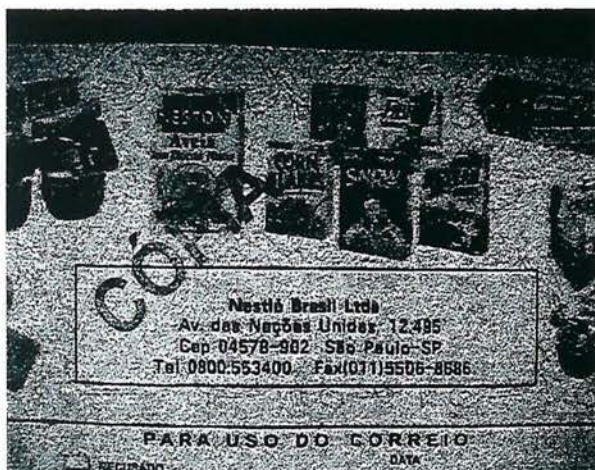
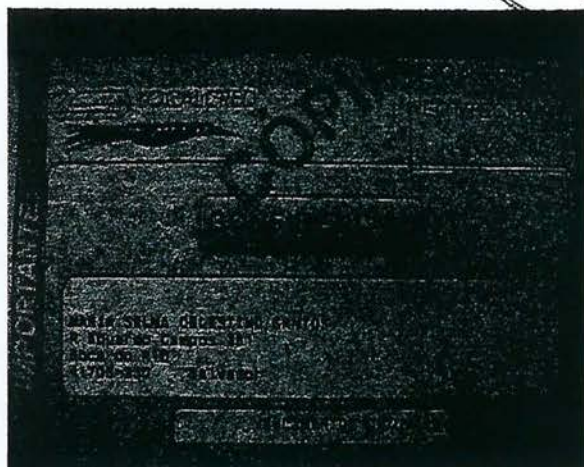
RJ

IMPORTANTE

CONFERE COM O ORIGINAL

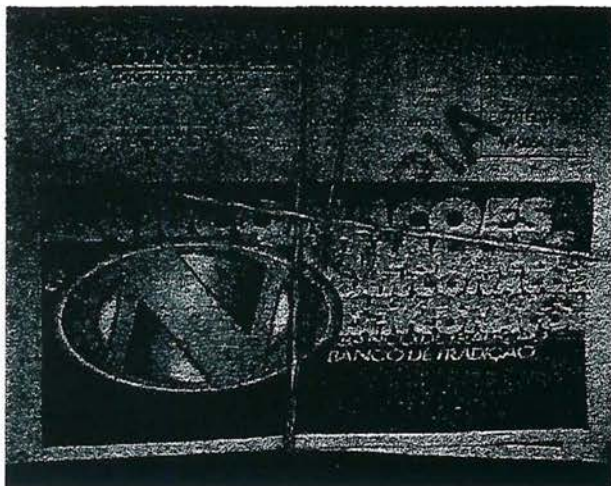
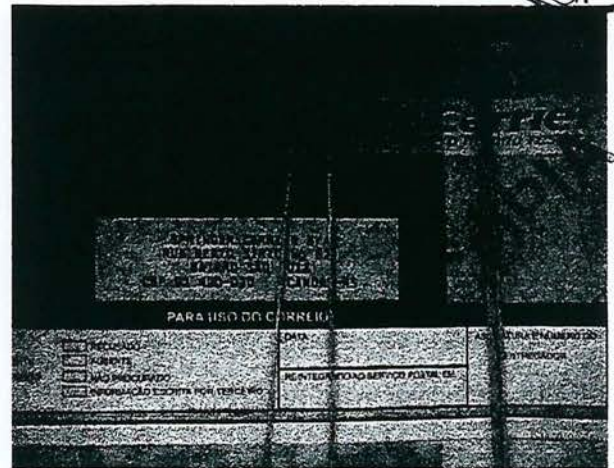
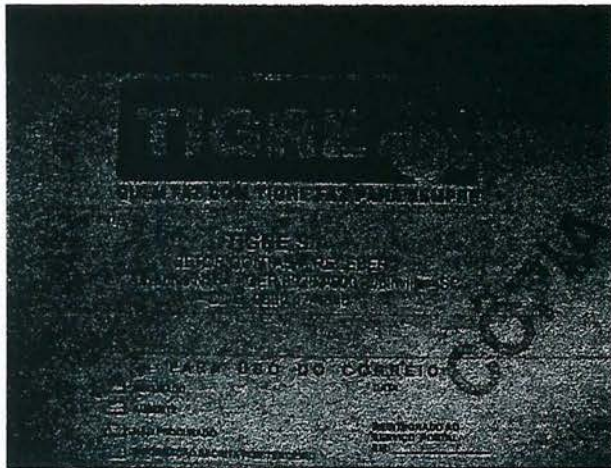
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis Nº 1023
3515-4
Doc:

46
Fls. 94



CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
Fls. Nº 1024
3515-4
Doc:



CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fis. Nº 1025
3515-4
Doc:

CT
Fls. 48



**SOLUÇÃO
PARA
SEUS
SONHOS.**

**CONTRATO
ECT/TECPRINT
Nº 0054 / 99**



40

37022-690 VARGINHA

000108

JD OLIVEIRAS
MG

29/12/99

CONSÓRCIO CONSÓRCIO CONSÓRCIO CONSÓRCIO CONSÓRCIO CONSÓRCIO

LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA
CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO
LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA
CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO
LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA
CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO
LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA
CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO	CONSÓRCIO
LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA	LUIZA

CONSÓRCIO LUIZA LTDA
RUA VOLUNTÁRIOS DA FRANCA, 1311 - CENTRO
CEP 14.400-490 - CX. POSTAL, 481
TELEFONE: PABX: (016) 711-1122
FRANCA - SP

PARA USO DO CORREIO

<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> RECUSADO	DATA
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> AUSENTE	
<input checked="" type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: 06/01/00
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA POR TERCEIRO	MG

ASSINATURA E NÚMERO DO ENTREGADOR

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
1026
Fls Nº
3515-4
Doc:

**CORREIOS**

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ÁREA RESERVADA AO
PROTOCOLO

Fls. 49

92

DE : DIRETOR REGIONAL/DR/SPM**AO : DIRETOR COMERCIAL****CI: SOPES/GEOPE/SP-4.0651/99****REF.: Contrato ECT/TECPRINT nº 0054/99****ASSUNTO:** Postagem de Correspondências.

São Paulo, 29 de dezembro de 1999.

A empresa TECPRINT mantém com a ECT o contrato de referência para postagens de objetos, sendo a ACF ALPES – DR/GT e o CO BARRA FUNDA – DR/SPM (trata exclusivamente encomendas SEDEX) as únicas Unidades autorizadas para a prestação do referido serviço.

Todavia, constatamos que o CT-01/CENTRO está aceitando que o contratante efetue postagens de correspondências, atendendo a orientação telefônica prestada pela área comercial da DR/GT.

Informamos que nem a GEOPE e nem a GECOM desta Diretoria Regional receberam orientações para inclusão da referida Unidade, bem como ressaltamos que o contrato original não foi enviado a estas áreas.

Em função do exposto, informamos que estamos suspendendo a aceitação das postagens em questão, enquanto aguardamos a definição sobre qual procedimento deverá ser adotado para a situação em tela.

Por oportuno, observamos que este assunto foi tratado anteriormente com o DENOP, que houve por bem encaminhar a CI/DENOP-1378/99, de 24/11/99 (cópia anexa), para o DINSP, responsável pelas diligências para elucidação do caso.

Atenciosamente,

EDSON COMIN
DIRETOR REGIONAL
ECT/DR/SPM

C/C - REOP-01/CENTRO/DR/SPM
DINSP
DEGEO

CONFERE COM O ORIGINAL

USN/msoc

"Cortesia e respeito ao cliente são ingredientes essenciais para atingirmos a qualidade total"

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS

Fls Nº - 1027

3515-4

Dos:

ANEXO 10

Fls. 50

#

27/12/99
17:16EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE SAO PAULO
LISTA DE POSTAGEM

SSE_GESIT

Cliente : TECPRINT IMPRESSOE TECNICAS LTDA

Folha	Unid Post	Data Post	Cod Adminis	Contrato
7501	72607009	10/12	00000000	0000005499

Sq	Encomenda	Serv	Go	C.E.P.	Peso	Serv	Adic	Valor	Produto	Qtd	Valor	
											Encomenda	
01	743783423	40703	00	20001000	00230	00	00	00000000	000000000	24046		C
02	743787663	40703	00	40001000	00230	00	00	00000000	000000000	41816-970		C
03	743782547	40703	00	20001000	00230	00	00	00000000	000000000	24026-		C
04	743787867	40703	00	40001000	00230	00	00	00000000	000000000	41816-970		C
05	743785424	40703	00	29001000	00230	00	00	00000000	000000000	29046-970		C
06	743783940	40703	00	20001000	00230	00	00	00000000	000000000	26226-000		i
07	743786481	40703	00	40001000	00230	00	00	00000000	000000000	41816-970		C
08	743786230	40703	00	40001000	00230	00	00	00000000	000000000	41816-970		C
09	743785308	69000								29146-970		C
10	743790375	37437								82320-970		C

CGC DA UNIDADE : 34028316/2944-25

INSCRICAO ESTADUAL : 112.388.853.119

AUTENTICACAO

ASS. E MATR. ECT

ASS. REMETENTE

PESQUISA FEITA NO

SRO MOSTRA QUE PARTE
DOS OBJETOS FOI PARA O
INTERIOR DE CURRIS
REGIONAIS

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 1028

3515-4

Data:

ENDEREÇO: Av. Independência, 4533, Centro
CEP: 74045-010 MUNICÍPIO: Goiânia

FONE/FAX: (62) 219-5000 - (62) 219-5113

DATA: 26/10/99

PÁGINA 02

LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES, CÓDIGO DA AGÊNCIA:
MUNICIPAL/METROPOLITANO

CARTÃO COMERCIAL TARIFA DE PESO (EM GRAMAS)		OBJETO SEM COMPROVAÇÃO		OBJETO COM COMPROVAÇÃO		PREÇO TOTAL (A + B) - C
		PREÇO UNIL (X)	QUANTIDADE (Y)	PREÇO (X . Y) = A	PREÇO (X . Y) = B	
até	20,00					
de 20,01	a 50,00					
de 50,01	a 100,00					
de 100,01	a 250,00					
de 250,01	a 500,00					
de 500,01	a 1.000,00					
de 1.000,01	a 2.000,00					
de 2.000,01	a 3.000,00					
TOTAL						

CONFERE COM O ORIGINAL

CARTÃO COMERCIAL TARIFA DE PESO (EM GRAMAS)	NACIONAL OBJETO SEM COMPROVAÇÃO			CARIMBO DATADOR UNIDADE DE POSTAGEM
	PREÇO UNITÁRIO (X)	QUANTIDADE (Y)	PREÇO (X . Y) = D	
até 20,00	0,31	18.374		CARIMBO DATADOR COI
de 20,01 a 50,00				
de 50,01 a 100,00				CARIMBO DATADOR COI
de 100,01 a 250,00				
de 250,01 a 500,00				
de 500,01 a 1.000,00				
de 1.000,01 a 2.000,00				
de 2.000,01 a 3.000,00				
TOTAL				

ROSA Nº 03/2006 - CN -
CPM - CORELIS
FIS Nº 1099
3515-4

DATA DA POSTAGEM

15/12/99

CARIMBO RESPONSÁVEL / CLIENTE

TECPRINT

IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA

CARIMBO / ASSINATURA / ECT

Miguel Luis Lobatto

Supervisor de Operações/Teca
Mat. 8.378.863-5

DESTINO: 1ª VIA - ECT (FATURAMENTO) / 2ª VIA - CLIENTE / 3ª VIA - UNIDADE DE POSTAGEM

INUTILIZAR TODOS OS ESPAÇOS NÃO PREENCHIDOS

ENDEREÇO: Av. Independência, 4533, Centro
CEP: 74045-010 MUNICÍPIO: Goiânia

TELEFAX: (62) 219-5000 - (62) 219-5113

CONVÊNIO Nº 0054/99

DATA: 16/10/99

PÁGINA: 03

LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES, CÓDIGO DA AGÊNCIA:

MUNICIPAL/METROPOLITANO

CARTA COMERCIAL
TARIFA DE PESO
(EM GRAMAS)

OBJETOS SEM COMPROVAÇÃO

PREÇO UNIT. QUANTIDADE PREÇO
(X) (Y) (X . Y) = A

OBJETOS COM COMPROVAÇÃO

PREÇO UNIT. QUANTIDADE PREÇO
(X) (Y) (X . Y) = B

PREÇO TOTAL
(A + B) = C

até	20,00
de 20,01 a	50,00
de 50,01 a	100,00
de 100,01 a	250,00
de 250,01 a	500,00
de 500,01 a	1.000,00
de 1.000,01 a	2.000,00
de 2.000,01 a	3.000,00
TOTAL	

CARTA COMERCIAL
TARIFA DE PESO
(EM GRAMAS)

PREÇO UNITÁRIO
(X)

NACIONAL
OBJETO SEM COMPROVAÇÃO

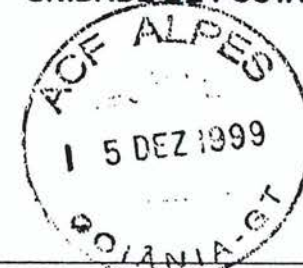
QUANTIDADE
(Y)

PREÇO
(X . Y) = D

até	20,00
de 20,01 a	50,00
de 50,01 a	100,00
de 100,01 a	250,00
de 250,01 a	500,00
de 500,01 a	1.000,00
de 1.000,01 a	2.000,00
de 2.000,01 a	3.000,00
TOTAL	

0,31	5394	
0,53	434	
1,34	04	

CARIMBO DATADOR
UNIDADE DE POSTAGEM



CARIMBO DATADOR
COI



DATA DA POSTAGEM

15/12/99

CARIMBO RESPONSÁVEL / CLIENTE

TECPRIN

CARIMBO / ASSINATURA / ECT

Super

DESTINO: 1ª VIA - ECT (FATURAMENTO) / 2ª VIA - CLIENTE / 3ª VIA - UNIDADE DE POSTAGEM

INUTILIZAR TODOS OS ESPAÇOS NÃO PREENCHIDOS

CO: Av. Independência, 4533, Centro
45-010 MUNICÍPIO: Goiânia

FONE/FAX: (62) 219-5000 - (62) 219-5113

DATA: 26/10/99

PÁGINA:

LISTA DE POSTAGEM - SIMPLES, CÓDIGO DA AGÊNCIA:

MUNICIPAL/METROPOLITANO

TA COMERCIAL
RIFA DE PESO
EM GRAMAS)

OBJETOS SEM COMPROVAÇÃO

PREÇO UNIT. (X)	QUANTIDADE (Y)	PREÇO (X . Y) = A
--------------------	-------------------	----------------------

OBJETOS COM COMPROVAÇÃO

PREÇO UNIT. (X)	QUANTIDADE (Y)	PREÇO (X . Y) = B
--------------------	-------------------	----------------------

PREÇO TOTAL
(A + B) = C

até	20,00
01 a	50,00
01 a	100,00
01 a	250,00
01 a	500,00
01 a	1.000,00
01 a	2.000,00
01 a	3.000,00
TOTAL	

CONFERE COM O ORIGINAL

CÓPIA

TA COMERCIAL
RIFA DE PESO
EM GRAMAS)

NACIONAL

OBJETO SEM COMPROVAÇÃO

PREÇO UNITÁRIO (X)	QUANTIDADE (Y)	PREÇO (X . Y) = D
-----------------------	-------------------	----------------------

até	20,00
01 a	50,00
01 a	100,00
01 a	250,00
01 a	500,00
01 a	1.000,00
01 a	2.000,00
01 a	3.000,00
TOTAL	

0:31 30.365

Doc. 3515-4

Fis. nº 1091

CPM - COREL

INOS nº 03/2005 - CN

CARIMBO DATADOR
UNIDADE DE POSTAGEM



CARIMBO DATADOR



A DA POSTAGEM

CARIMBO RESPONSÁVEL / CLIENTE

TECPRINT

IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA

CARIMBO / ASSINATURA / ECT

1ª VIA - ECT (FATURAMENTO) / 2ª VIA - CLIENTE / 3ª VIA - UNIDADE DE POSTAGEM

AR TODOS OS ESPACOS NÃO PREENCHIDOS

20215





DE: DIRETOR REGIONAL DE GOIÁS E TOCANTINS

AO: DINSP

CI: GAB/DR/GT-146/99

Ref.: CI/DINSP-990369.1233/99

PROTÓCOLO

Fls. 54

Assunto: Evasão de Receita

Goiânia-GO, 25 de novembro de 1999.

Em atenção ao expediente referenciado, informamos que tão logo fomos cientificados sobre a constatação da DR/PR, de que houvera postagem incorreta de impressão, solicitamos o encaminhamento da formalização do assunto, para apuração (em 05/11).

CÓPIA

Também a respeito do assunto, foram elaborados os documentos em anexo, cujo teor traz informações pertinentes ao contrato em questão.

Atenciosamente,

Nilo Ramos

Diretor Regional

C/C: DEVAT
GINSP
GEOPE
GEVEN
REOP-05

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMT - CORREIOS
1032
Fls. Nº
3515-4
Doc:



DE: GAB/DR/GT

AO: GERENTE DE VENDAS/DR/GT

CI/GAB/DR/GT-144/99

REF.:

PROTOCOLO

Assunto: Contrato TECPRINT x ECT

Goiânia, 19 de novembro de 1999

O Contrato com a TECPRINT, recentemente firmado, tem suscitado dúvidas por parte alguns envolvidos no processo (mormente outras DR's), em razão da superposição de uma mesma pessoa, o Sr. Cláudio Fernandes de Oliveira, que se apresenta ora como preposto de franquias em Goiânia ora como proprietário de uma espécie de "Bureau" em Goiânia, SP, BSB (a TECPRINT), ora como captador de clientes corporativos (de GO, SP, BSB, outras DR's) para postagens à vista em ACF's mesmo para celebração de contrato via DR/GT.

A própria Administração Central tem conhecimento da atuação desse empresário, seja ACF, em "Bureau" e até na FEBRAFRANCO, dado que normalmente os clientes envolvidos são corporativos e da carteira de destaque da ECT.

Para esclarecer sobre o primeiro contrato firmado com a TECPRINT, elaboramos relatório-síntese para o DR e um expediente a ser encaminhado ao DEVAT (cópia anexa).

A fim de que tenhamos a correta execução do contrato, essa GEVEN deve:

- formalizar ao cliente a proibição atual para postagem de impresso na atual modalidade de contrato;
- Solicitar proposta de celebração de contrato de impressos (suas necessidades, sugestões de operacionalização, para algo com semelhança a porte pago);
- Homologar unidades de postagem (CO e CT Barra Funda/SP), com envio de fichas técnicas;
- Verificar se ocorre alguma omissão quanto a distribuição de vias, comunicação a serem envolvidos, etc.;
- levantar tipo de objeto, quantidade e valores especificados para as postagens realizadas, para verificar a aplicação correta de tarifas e cumprimento de contrato;
- designar ACOM ou outro empregado para ser o responsável pelo andamento do Contrato;
- estabelecer contato com o cliente, a fim de haver uma reiteração FCT - Cliente Principal Clientes Contratados, para buscar o desenvolvimento das nossas ações de pós-venda.

Atenciosamente,

IRANDI LISBOA DE MORAES
COORDENADOR DE NEGÓCIOS/DR/GT

C/Anexo

C/C GINSP/GEOPE/ REOP-05 - Goiânia

ARQ/MC-02-CI/EM

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 1023
3515-4

Brasão



DE: GAB/DR/GT

AO: CHEFE DO DEVAT

CI/GAB/DR/GT-143/99

REF.: Inicial

PROTOCOLO

Assunto: Contrato TECPRINT

Goiânia, 19 de novembro de 1999

Em 26/10/99 firmamos com a TECPRINT - empresa de prestação de serviços inteligentes: laser, impressões de documentos, processamento de dados, serviços pré-postais e editora, sediada em Goiânia, com filiais em Brasília e São Paulo - de propriedade do Sr. Cláudio Fernandes de Oliveira, que recentemente participava da direção da FEBRAFRANCO, por ser em período anterior preposto de ACF's em Goiânia.

O contrato firmado é o modelo "múltiplo", com autorização de postagem em Goiânia e São Paulo.

As vinculações a franquias são aquelas já previstas, sendo o fato novo, sob discussão, ainda por decidir, a postagem em CO e CT da DR/SP, com uma vinculação a ACF de Goiânia.

Outro aspecto a ser destacado é o de adotarmos, por analogia, a orientação emanada dos DEVAT pela CI/DVAT/DEVAT-180/99, para a cobrança dos objetos de correspondência pela TPI.

Acrescente-se que, apesar de ter ocorrido, ainda que sem autorização, postagem de impressos não prevista no contrato múltiplo, não vemos impedimentos para assim autorizar, dado que patente a recomendação para se optar pela celebração de contrato com clientes corporativos, evitando-se postagem à vista (com selos ou estampa MF) em diversas ACF's, o que não permite um fidedigno monitoramento pela área operacional (Recomendação 3.4., RELATÓRIO DE INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO SISTEMA DE MÁQUINA DE FRANQUEAR, Período 13/7 a 16/8/99).

Isso posto, prezariamos de V.Sª um pronunciamento, até porque houve indagações desse Departamento a respeito do contrato, de forma a retomarmos as avaliações tanto sobre os desejos do cliente, quanto de interpretações das áreas envolvidas (nesta e em outras DR's) direta ou indiretamente, fim de bem orientarmos para a perfeita operacionalização do contrato em questão.

Acrescentamos que aguardamos as manifestações formais das DR's que nos contatarão além de esclarecimentos do cliente, para uma verificação sobre eventuais descumprimentos de cláusulas contratuais.

Atenciosamente,

IRANDI LISBOA DE MORAES
COORDENADOR DE NEGÓCIOS/DR/GT

ILM/mf

ARQ/MC-02-CI/EM

CONFERE COM O ORIGINAL



Sr Diretor Regional.

Nilo Ramos
Diretor Regional

57

Em 22/10/99, a TECPRINT - Impressões Técnicas Ltda solicitou às ACF's Alpes, T-9 e Independência, a viabilização de um contrato múltiplo, para atender seus clientes, com serviços de Correio e postagem nas referidas franquias. Ressalte-se que alguns de seus clientes de impressão (Teles) sinalizavam usar outros meios para distribuição de contas que não o Correio.

Em 25/10, as ACF's formalizaram o pleito do cliente, que tratara diretamente conosco sobre seus interesses, quando nos foi dito que os objetos de seus clientes poderiam também, e eventualmente, ser postados em São Paulo, dada a maior capacidade técnica da filial São Paulo.

Orientamos a GEVEN para a celebração do contrato, porque se configurava como um contrato múltiplo convencional. Orientamos e, pessoalmente, chegamos a indagar a DR/SP (GECOM), sobre qual seria o CO mais conveniente para as postagens. Estas, obviamente, só ocorreriam quando da definição do CO e o trâmite da necessária ficha técnica correspondente.

O cliente, com filial, além de São Paulo, também em Brasília, tinha urgência para se deslocar para São Paulo e recebeu seu contrato no dia 26/10, ficando sob a incumbência da GEVEN/GT adotar urgente as providências de praxe para contratos dessa natureza, embora considerando-se a complexidade do momento, pois praticamente todo o efetivo da Gerência - incluindo-se os detentores de função de confiança - estava operacionalizando o suporte para os contratos das Universidades Católica e Estadual de Goiás.

Enquanto a GEVEN providenciava o trâmite burocrático da celebração do contrato, o cliente (ou melhor, especificamente seus prepostos em São Paulo), intempestivamente, efetuou postagens de objetos em total desacordo com as condições contratuais, dada a apresentação de impressos oriundo de seus requisitantes de serviços de impressão e pré-postagem, com destinação a várias Unidades da Federação, as quais manifestaram-se tanto à DR/GT, quanto à AC.

Esse procedimento acarretou uma série de mal-entendidos, concretizados nas seguintes atitudes :

- GINSP/GT : Interpelação sobre o cumprimento das cláusulas contratuais, pois a DR/MG estranhara a utilização de carimbo nos objetos, ao invés de pré-impressão.

COMENTÁRIO : rotineiramente se permite isso para postagens iniciais e urgenciais.

- GEOPE/PR : retenção de objetos, pois o conteúdo não era permitido para a categoria de impressos.

COMENTÁRIO : solicitamos pessoalmente ao SUDIS/GEOPE/PR que formalizasse o assunto e nos repassasse para apuração. Os objetos seriam retornados ao tráfego.

CONFERE COM O ORIGINAL

REC
RQS nº 03/2005 - CN -
CORREIOS
1035
Fls Nº -
3515 - 4

- DEVAT/AC : solicitou cópia do contrato e questionou sobre a obrigatoriedade da centralização para a assinatura, pois envolvia mais de uma DR.

COMENTÁRIO : entendemos que autorizar postagem em outra DR é procedimento convencional.

- GECOM/GEOPE/SP : questionamentos sobre a autorização para postagem de impressos, sobre os preços praticados (SEED nacional) e sobre os modelos de formulários para faturamento, além da indefinição quanto às unidades autorizadas a receber postagens.

COMENTÁRIO : estão sendo mantidos contatos freqüentes entre DR/SP e DR/GT e o cliente, para equacionamento e solução de problemas que se apresentem;

Em síntese temos o seguinte :

- o cliente TECPRINT capta seus clientes para impressão a laser e gráfica e trabalhos de pré-postagem (dobramento, envelopamento, etiquetagem, etc).

- O cliente tem suas postagens vinculadas a ACF's de Goiânia e, com seus recursos, leva postagens para CO e CT da DR/SP, face a utilização, eventual, dos recursos de sua filial naquela cidade, independente da origem de seus objetos.

- Pela urgência requerida, as comunicações e trâmites de documentos não acompanharam a velocidade das ocorrências de postagem, gerando um hiato na comunicação entre as áreas envolvidas, com procedimentos operacionais indevidos.

Convém ser acrescentado que alguns fatos paralelos e um determinado procedimento adotado na Regional (por interpretação de orientação do DEVAT) precipitaram algumas interpretações sobre a aplicabilidade de uma forma convencional do contrato múltiplo ao cliente TECPRINT.

- INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO SISTEMA DE MÁQUINA DE FRANQUEAR (GT, MG, RJ E SP , entre 13/07 e 16/08)

a) no relatório são citadas as mesmas ACF's aqui referidas e também mencionado que elas têm relação comercial com o cliente TECPRINT.

b) Consta que ACF's do âmbito da DR/GT levam carga para postagem em unidades de postagem de outras DR's, com o franqueamento por máquinas de franquear das próprias ACF's, ensejando controles especiais por parte das unidades que recebem os objetos.

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 1026
3515 - 4
Doc:

c) Em contrapartida, é sugerida a efetivação de contratos para a postagem desses objetos, para melhor monitoramento da postagem pela área operacional.

- CI/DTRA/DEGEO - 0609/99 - CIRCULAR (03/11)

a) trata especificamente da **INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA**, abordando as questões sobre o Sistema de Máquina de Franquear

b) proíbe a entrega de objetos de correspondência, pelas ACF's, em unidades operacionais que não aquela de sua vinculação (objetos necessariamente franqueados, deduzimos).

c) permite recebimento de postagens ou cargas postais, se houver documento instrutivo da área gestora que prevê seu recebimento;

- CONTRATO DE CORRESPONDÊNCIA

Pelos estudos de reformatação do SEED, deverá ser aplicada a Tarifa Postal Interna para as remessas de objetos (correspondências) em âmbito nacional. O DEVAT permitiu (CI/DVAT/DEVAT - 180/99), a adequação imediata dos contratos de correspondências (cartas), para se praticar os preços da TPI.

CONCLUSÃO

- os preços praticados na DR/GT para os clientes captados pela TECPRINT são aqueles previstos na TPI, mas com contratos (sugestão DINSP), e idênticos àqueles praticados pelas ACF's, quando usam suas máquinas de franquear;

- a vinculação de contratos à ACF já é realidade, conforme pode se ver exemplificado na CI/ASS/GFRAN - 0319/98;

- a sistemática de se usar o CO e CT da DR/SP é como se os empregados das ACF's de Goiânia se deslocassem para SP com fitas magnéticas recebidas dos clientes, para fazer as impressões na TECPRINT filial São Paulo e , lá mesmo, porque obviamente mais econômico, principalmente para os objetos destinados àquele Estado, fizessem a preparação dos objetos e a respectiva postagem nas unidades autorizadas da ECT.

Temos, portanto, o cumprimento das normas manualizadas pela empresa, mas com a natural incorporação da visão comercial - e interpretações decorrentes - sobre todo o processo (aí entram metas regionais, nacionais, conquista e manutenção de cliente, desejos e satisfação de clientes, manutenção e aumento de receita e, óbvio,

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CI
CPMI - CORREIO

1037
Fls- Nº

3515-4

Doc:

como custo, comissionamentos aos parceiros franqueados que agem empresarialmente á busca de seu lucro).

Apresentamos em anexo as comunicações necessárias para se dirimir dúvidas que por ventura continuem a surgir.

Sugerimos o encaminhamento de cópia deste relato à GEVEN, REOP-05, GINSP e GECOF.

É o que tínhamos a relatar.

Em 18/11/99.

Atenciosamente,

IRANDI LISBOA DE MORAES

COORDENADOR DE NEGÓCIOS DR/GT
MAT.: 8.009.913-0

CÓPIA

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 1038

3515 - 4

Doc.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADM.E VENDAS NO ATACADO

AO: DIRETOR REGIONAL/GT

CI/DEVAT- 226 /99

REF.: a) CI/GABDR/GT-143/99(19/11/99)

b) CI/DICOM-1309/99-Circular e 0736/99-Circular(21/10 e14/06/99)

Assunto: Contrato 054/99-ECT/DR/GT X TECPRINT

~~CONFIDENCIAL~~

Protocolo

Brasília, 22 de dezembro de 1999.

Considerando o exposto por essa DR/GT na CI de referência "a", a avaliação da cópia do Contrato Múltiplo 054/99-ECT/DR/GT X TECPRINT remetida a este DEVAT e as verificações dos representantes do DINSP, Área Comercial e de Operações realizadas nessa DR/GT nos últimos dias 15 a 17/12/99, apresentamos o posicionamento que se segue:

NATUREZA DO CONTRATO MÚLTIPLO X OPERACIONALIZAÇÃO

A utilização de um contrato múltiplo por determinado cliente para efetuar postagem de objetos que têm como remetente outras empresas constitui um vício que afronta as disposições previstas na Cláusula Segunda- Das Obrigações da Contratante , subitens 2.8.1.1 e 2.8.2.2. do respectivo contrato, que trata de postagens efetuadas pelo contratante. Ressalte-se , que, em nenhum momento, a Administração Central autorizou qualquer mudança na redação do contrato que permitisse esse tipo de prática, apesar de já terem sido pleiteadas soluções similares por outros clientes, tampouco recebeu previamente dessa DR proposta alusiva a esse negócio, conforme orientações expressas nas CI's da referência "b". Os enormes riscos associados às demandas adicionais e onerosas de controle que um contrato desse tipo implicam para a ECT, para garantir adequado nível de segurança, encontram-se claramente expostos no Relatório do DINSP, que demonstrou a fragilidade do sistema adotado nessa Regional, vulnerável à ocorrência de vultosos prejuízos para a ECT. A prática adotada por essa Regional de permitir que a contratante efetue postagens de objetos de outras empresas nesse contrato é, portanto, contratual e operacionalmente insustentável, além de completamente fora de nossas estratégias comerciais vigentes, merecendo correção imediata e efetiva por parte dessa DR, independentemente de outras providências que venham a ser requeridas em função das constatações feitas por ocasião da visita da equipe do DINSP.

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -

CPMI - CORREIOS

Fls Nº-

1029

3515-4

Doc:

5/2

PROCESSOS DE FATURAMENTO E DE CONTROLE

Agravando a situação descrita no item anterior, foi constatada na visita do DINSP significativa vulnerabilidade dos processos de controle operacional e de gestão da informações e listagens que suportam o processo de faturamento.

CONCLUSÃO

Aguardaremos prontas e efetivas providências dessa Regional para regularização da questão elencada, as quais nos devem ser reportadas tão logo adotadas, com cópia para o DINSP.

Os demais pontos de desconformidade observados na visita do DINSP serão objeto de outros expedientes específicos.

Atenciosamente



JOSÉ LUIS BORGES SILVERA

Chefe do Departamento de Adm. e Vendas no Atacado

CÓPIA

C/C – DINSP.

CONFERE COM O ORIGINAL

RG 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 1040

3515 - 4

Doc: 2



PROTÓCOLO

DE: DIRETOR REGIONAL DE GOIÁS E TOCANTINS

AO: DEVAT

CI: GAB/DR/GT0156 /99

Ref.:

Assunto:

Goiânia-GO, 29 de dezembro de 1999

Em atenção ao expediente referenciado e em cumprimento à orientação para correção imediata e efetiva, da prática de permitir que empresa contratante efetue postagens de objetos de outras empresas nesse contrato, providenciamos a comunicação em anexo ao cliente TECPRINT.

Por se tratar de matéria alusiva ao assunto em foco, anexamos cópia de matéria publicada recentemente em jornal do Estado de Goiás.

Quanto às demais abordagens que constam no documento nos encaminhado, permitimo-nos encaminhar a V. S^a as ponderações apresentadas pela Área de Negócios da Regional, as quais refletem o sentimento deste Diretor

Atenciosamente,

Nilo Ramos
Diretor Regional

C/cópia = D/COM
sro/ D/NSP

CONFERE CO RGS 03/2005 - CN

CPML - CORREIOS

1041

Fls Nº-

3515-4

Doc

3/6



CT/GAB/DR/GT-036 /99

Goiânia, 28 de dezembro de 1999.

Ilmo Sr.
Cláudio Fernandes de Oliveira
Diretor Presidente da TECPRINT

Prezado Cliente.

Consoante a cláusula 9.10, do contrato 054/99 firmado com a TECPRINT, a qualquer época e mediante prévio entendimento entre as partes, podemos rever total ou parcialmente esse instrumento contratual.

Isso posto, e dado um entendimento nos formalizado pela nossa Administração Central, informamos que foram descumpridos os procedimentos previstos para a postagem de objetos, um vez que, contrariando o disposto no subitem 2.8.1.1, os objetos apresentados até então não trazem consignada como remetente a própria TECPRINT e sim empresas diversas, sendo que tal prática não é permitida.

Devem ser cessadas, de imediato, as postagens dessa forma e, por oportuno, solicitamos a presença de V. S^a na nossa Gerência de Vendas, para validarmos formalmente esse procedimento e ainda ouvirmos desse cliente propostas de solução, caso negociações em andamento sejam afetadas pelo que ora expusemos.

Atenciosamente,

Nilo Ramos
Diretor Regional

ILM/sro

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls - Nº 1042
3515 - 4
Doc:

GOIÂNIA, terça-feira, 21 de dezembro de 1999

O Popular

Empresas & Produtos

TECPRINT

A Tecprint-Impressões Técnicas Ltda, empresa goiana de tecnologia de ponta, acaba de fechar com a Empresas Correios e Telégrafos contrato para atendimento em todo o País. É a primeira vez que os Correios contratam empresa para a execução de impressos no item bureau a laser, especialidade da Tecprint. Isso implica melhor atendimento ao público, já que todos os impressos de boletos, extratos de cartão de crédito, carnês de IPTU e outros chegarão mais rapidamente aos clientes. A Tecprint, além de Goiás, atua também nos mercados do Distrito Federal e de São Paulo. Já presta serviços para o Tele Centro-Oeste Celular e para a CTBC.

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 1043
3515-4

Doc: 3

37
66
94

Sr Diretor,

Face teor da CI/DEVAT – 226 / 99, de 22 de dezembro de 1999, com referência “a” à CI/GABDR/GT – 143/99 de 19/11/99 e “b” aos documentos CI/DICOM – 1309/99 – Circular e 0736/99 – Circular (21/10 e 14/06/99), encaminhada sob a chancela de CONFIDENCIAL, cumpre-nos fazer os registros a seguir a esse Diretor, para efeito de documentação dos fatos e também para expormos formalmente nosso ponto de vista, uma vez que numa interpretação imediata julgamos que existem, na primeira CI citada, uma série de, senão equívocos, mas no mínimo afirmações que extrapolam a essência do que foi tratado, em duas oportunidades, nas reuniões que se realizaram no Gabinete desse Diretor, com os profissionais de três áreas da Administração Central que nos visitaram:

Para facilitar a argumentação, dividimos o texto do expediente em questão em dez tópicos, a seguir descritos :

DA POSTAGEM POR OUTROS REMETENTES

O documento registra que é um vício e que afronta cláusulas contratuais a postagem pela contratante de objetos que têm como remetente outras empresas. Ocorre que, como comentamos com o assessor da DICOM, via fone, para impresso há permissão semelhante, sem objeção expressa para outros tipos de objetos. Ainda, nos itens citados não há obrigação expressa nesse sentido e sim que deve constar no objeto o nome e endereço da contratante, o que lhe poderia ser exigido, independente de o objeto pertencer a esse ou àquele remetente.

Portanto, vemos descabidas as expressões inicialmente grifadas, pois a proibição, reiteradas vezes nos dita nas citadas reuniões, é estratégica e não expressamente formal.

MUDANÇA NA REDAÇÃO DO CONTRATO

Nem com os profissionais presentes à reunião, nem no expediente em questão, foi tratado especificamente sobre que redação do contrato que teria sido modificada. A questão tem sido, sempre, de interpretação. Portanto, desconhecemos de que redação se refere o expediente, visto que o contrato é padronizado.

SOLUÇÕES PARA OUTROS CLIENTES

Desconhecemos pleitos de outros clientes, bem como desconhecemos quaisquer orientações formais ou em seminários ou mesmo no planejamento estratégico, sobre a não adoção dessas “soluções similares para outros clientes”. A solução dada foi a adoção do contrato múltiplo que julgamos atender, convencionalmente, a necessidade do cliente, diante das informações disponíveis até o momento.

PROPOSTA PRÉVIA À AC

A orientação para se fazer proposta à AC se baseava em dois fatos :

a) contratos especiais com mais de RS 1.000.000,00/ano. O cliente não apresentou essa expectativa;

b) contrato com operação de atendimento em âmbito nacional. Contratos convencionais com postagem em outras DR's (SEDEX, RP, etc) nos levaram a interpretar da forma que o fizemos. Houvesse negativa da DR/SP, ou orientação contrária, como houvera para postagem de objetos franqueados por máquina de franquear, fariamos as indagações formais de praxe.



DOS ENORMES RISCOS E DEMANDA DE CONTROLES

O "Relatório DINSP" citado não nos foi passado e não podemos avaliar o que foi dito como "riscos claramente expostos no relatório...". Entretanto, estamos tratando de postagem de objetos simples que, a exemplo do Porte Pago, do FAC, entre outros - inclusive com citação pelo grupo de que a da DR/SP tem um modelo muito preciso para as suas postagens - pode ter perfeitamente um controle estabelecido, o que aliás deveria ser a tônica da discussão, pois é um problema operacional que é comum a várias DR's, como depreendemos da reunião, o que a princípio não afeta a relação com o cliente.

Ressaltamos que enormes riscos e demanda de controle temos mesmos é com contratos que envolvem recebimento de contas e de alguns pagamentos, dado que fatores externos dificultam as medidas adotadas pela ECT.

ESTRATÉGIAS COMERCIAIS

A correção imediata e efetiva da prática de permitir que um cliente efetue postagem de objetos de outras empresas num só contrato é determinação cristalina para a rescisão do contrato ou sua adequação para o cumprimento da orientação. A respeito redigimos a carta em anexo. Ouvimos as explicações do representante da DICOM e não só entendemos, como também concordamos com a decisão comunicada, na forma em que foi contextualizada a situação.

PROVIDÊNCIAS FACE CONSTATAÇÕES DA DINSP

Além das discussões nas reuniões, não temos mais nenhuma informação sobre alguma recomendação da DINSP.

Estamos solicitando cópia do aludido relatório.

AGRAVAMENTO DE SITUAÇÃO

"A significativa vulnerabilidade dos processos de controle operacional e da gestão das informações e listagens que suportam o processo de faturamento", constatado pela DINSP, são situações que esse próprio departamento verifica rotineiramente nas DR's, inclusive na DR/GT, pois são os sistemas vigentes. O detalhe é que certamente não havia na DR/GT o tratamento de objetos de contrato, vinculados a ACF's, nessa magnitude, e provavelmente não ocorrendo também assim em outra DR's (exceto a DR/SP que usa quantidades inimagináveis para nós de máquina de franquear em ACF's). A Regional, prontamente, corrigiu a questão, para se evitar possibilidade de evasões de receita. Vale destacar que o contrato encontrava-se em fase inicial de operacionalização, ocorrendo apenas um faturamento até então.

DEMAIS PONTOS DE DESCONFORMIDADE

Dentre os pontos de desconformidade observados e comentados, um muito importante é o que trata da revisão do faturamento, face uma postagem indevida de impressos, conforme mencionado na CI/DINSP - 99 0369.1233/99. Estamos aguardando o posicionamento do DINSP e cremos que deva ser dado mais celeridade na sua condução.

OUTROS COMENTÁRIOS

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 1045

3515-4

Doc:


68
87

A área de negócios, no tratamento macro do assunto, seguiu à risca as orientações desse Diretor e do DINSP para efetivação de contratos (vide relatório sobre MF), mas a sucessão de episódios desde a sua elaboração parece-nos que apontam para a não aceitação das nossas interpretações quanto à sua efetiva operacionalização, inclusive com manifestações formais e distantes, sem as correspondentes trocas de impressões pessoais por parte da Administração Central, seja com o GEVEN, este CONEG, ou mesmo com esse Diretor, o que demonstra uma situação de desconfiança ou desprestígio e , pior, até com a sensação de que estamos sendo - ao invés de orientados, esclarecidos e cobrados administrativamente - responsabilizados isoladamente por falhas sistêmicas da ECT.

Convém ficar registrado ainda que, ainda que tenha havido a prestação de serviço de impressos, indevidamente, no faturamento os preços cobrados foram de cartas, fato esse comunicado ao cliente.

Finalmente, aguardamos orientação desse Diretor para reconduzirmos o assunto junto ao Cliente e com a Administração Central.

Em 28/12/99


IRANDI LISBOA DE MORAES
Coordenador Regional de Negócios - DR/GT
Mat.: 8.009.913-0

CON'EG

De acordo, prosseguir

29/12/99

Paulo Rangel
Diretor Regional

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 1046
3515 - 4
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Sistema de Faturamento Regional
GECOF / DR - GT

CGC: 34.028.316/0013-47

EXTRATO DE FATUR
ECT DR GT - GO

Anexo 22

Data de Emissão: 09/12/1999

Sequência: 01

Cliente
TECPRINT IMPRESSOES TECNICAS LTDA
AV. INDEPENDENCIA 4533 - CENTRO
74045-010 GOIANIA - GO

Nº CLIENTE: 550-3
CONTRATO: 5499
Refer.: 01 à 30/11/1999
TIPO CLIENTE: MATRIZ

Data Venc.: 14/12/1999
Número da Fatura:
00.11.16.121

Via do cliente

CGC: 00.861.883/0001-24

DÉBITOS

	Valores
Valor total dos serviços utilizados no período	247.470,96
Valor de complementação financeira - Cota Mínima conforme contrato	0,00
Valor total dos serviços utilizados nos meses anteriores	0,00
Lançamento de débitos	0,00

CRÉDITOS

Restituição de complementação financeira	0,00
Lançamento de créditos	0,00
*** Crédito transferido para a próxima fatura	0,00

Total da Fatura: 247.470,96

Observações: Pagável somente nas Agências dos CORREIOS.

Relação detalhada dos valores descritos, vide anexos.

Autenticação Mecânica

VENCIMENTO DAS FATURAS PRORROGADO PARA DIA 18/12/99

Via do caixa



FICHA DE CAIXA

Cedente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS				Código do cliente: 550-3	PARTICULAR	Data de Vencimento da Fatura: 14/12/1999
Data do Documento 09/12/1999	Número do documento 00.11.16.1210	Espécie do documento FATURA		Número do contrato 5499	Nosso número ECT / DR - GT 00.11.16.1210	
Data Processamento 08/12/1999	Carteira 00-000	Aceite N	Espécie R\$	Especificação do contrato DIVERSOS	Valor do documento 247.470,96	
SACADO: TECPRINT IMPRESSOES TECNICAS LTDA 1 - Após o vencimento, incidirá correção de R\$ 84,79 ao dia mais multa de 2% além das demais sanções previstas no contrato. 2 - Pagável nas agências dos Correios até 30 dias após o vencimento. Após esse período, procurar a Gerência Financeira. 3 - Órgãos públicos, isentos somente de multa.					Descontos	
					Mora / Multa / Juros	
					Valor cobrado	

Autenticação Mecânica

Devolver à GECOF



PAGÁVEL SOMENTE NAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS

Cedente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS				Código do cliente: 550-3	PARTICULAR	Data de Vencimento da Fatura: 14/12/1999
Data do Documento 09/12/1999	Número do documento 00.11.16.1210	Espécie do documento FATURA		Número do contrato 5499	Nosso número ECT / DR - GT 00.11.16.1210	
Data Processamento 08/12/1999	Carteira 00-000	Aceite N	Espécie R\$	Especificação do contrato DIVERSOS	Valor do documento 247.470,96	
Instruções: 1 - Após o vencimento, incidirá correção de R\$ 84,79 ao dia mais multa de 2% além das demais sanções previstas no contrato. 2 - Pagável nas agências dos Correios até 30 dias após o vencimento. Após esse período, procurar a Gerência Financeira. 3 - Órgãos públicos, isentos somente de multa.					Descontos	
					Mora / Multa / Juros	
					Valor cobrado	

00090.01116 61210.141216 99900.000003 7 00024747096

Sacado
TECPRINT IMPRESSOES TECNICAS LTDA
AV. INDEPENDENCIA 4533 - CENTRO
74045-010 GOIANIA - GO

CGC: 00.861.883/0001-24

Autenticação Mecânica

CONFERE COM O ORIGINAL



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

3515-4



Sistema de Faturamento Regional

Anexo de Fatura

DIRETORIA REGIONAL - GT



Pag.: 1

08/12/1999

70

(Valores expressos em RS)

Fatura: 0011161210 Contrato: 5499

Cliente: 550

TECPRINT IMPRESSOES TECNICAS LTDA

Postagem	Descrição do serviço	Docto.	Lote	Observação	Serv. ADC.	Unidade de Postagem	Peso	Quant.	Vi. Serviço
09/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6748	6748		AR	ALPES	20	8468	22.948,2
09/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6748	6748			ALPES	50	56	28,1
09/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6748	6748			ALPES	20	171096	53.039,7
09/11/1999	SEED LOCAL COM COMPROVANTE	6748	6748			ALPES	20	47	18,3
09/11/1999	SEED LOCAL SEM COMPROVANTE	6748	6748			ALPES	50	8	3,8
09/11/1999	SEED LOCAL SEM COMPROVANTE	6748	6748			ALPES	20	590	165,2
17/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6749	6749		AR	INDEPENDENCIA	250	27	100,9
17/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6749	6749			INDEPENDENCIA	20	1845	2.785,9
17/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6749	6749		AR	INDEPENDENCIA	500	100	466,2
17/11/1999	SEED LOCAL COM COMPROVANTE	6749	6749			INDEPENDENCIA	20	95	37,2
17/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6749	6749		AR	INDEPENDENCIA	100	47	151,3
17/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6749	6749		AR	INDEPENDENCIA	50	125	363,7
17/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6749	6749		AR	INDEPENDENCIA	20	1639	4.441,8
17/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6749	6749			INDEPENDENCIA	500	34	76,3
17/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6749	6749			INDEPENDENCIA	250	41	54,9
17/11/1999	SEED - TARIFA POST	6749	6749			INDEPENDENCIA	100	182	149,2
17/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6749	6749			INDEPENDENCIA	50	8438	4.303,3
17/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6749	6749			INDEPENDENCIA	20	217282	67.357,4
24/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	7057	7057			INDEPENDENCIA	20	5785	1.793,3
24/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	7058	7058		AR	ALPES	20	244	681,2
25/11/1999	SEED LOCAL COM COMPROVANTE	6747	6747			T-9	20	431	168,0
25/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6747	6747			T-9	20	245081	75.968,9
25/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6747	6747			T-9	50	8740	4.457,4
25/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6747	6747			T-9	100	2	1,6
25/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6747	6747		AR	T-9	20	2318	6.281,7
25/11/1999	SEED - TARIFA POSTAL- GO	6747	6747			T-9	20	4	6,0
25/11/1999	SEED LOCAL SEM COMPROVANTE	6747	6747			T-9	20	5857	1.639,9

SUB-TOTAL DOS SERVIÇOS: 247.470,96

SERV. ANT.: 0,00	REST. C.F.: 0,00	CRÉDITO: 0,00	DÉBITO: 0,00	COMP. FINANCEIRA:	0,00
CRÉDITO TRANSFERIDO PARA A PROXIMA FATURA:		0,00	TOTAL GERAL DA FATURA:		247.470,96

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 1048

3515-4

Doc:

CONTRATO 0054/99

ECT x TECPRINT

RELATÓRIO SINTÉTICO

CONFERE COM O ORIGINAL

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL****RELATÓRIO SINTÉTICO
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/99**Fls. 73
81**3. CONCLUSÃO**

As constatações expostas neste relatório, extraídas do Relatório de Visitas Técnicas (Processo DINSP-0032/2000), apontam para uma evidente fragilização das relações comerciais com parceiros e clientes e dos controles da ECT sobre o faturamento da carga postal tratada, evidenciada por:

- a) descumprimento deliberado, postergação ou demora no atendimento de orientações emanadas da Administração Central, com reflexos negativos na operacionalização do contrato 0054/99. Esse contrato demonstra-se nocivo aos interesses da ECT, uma vez que permite a evasão de receitas, a remuneração indevida de ACFs e a perda dos controles operacional e financeiro pela ECT;
- b) ausência de coordenação das áreas comercial, operacional e financeira da DR/GT, demonstrada pela inexistência de ações comuns que precedessem a assinatura do contrato 0054/99 e que visassem à adequada operacionalização de um contrato a faturar, gerando sérias implicações negativas no controle do recebimento da carga e no seu posterior faturamento;

Do mero descumprimento a orientações já sedimentadas que disciplinam as relações comerciais e buscam organizar o controle financeiro, ao conformismo para com as dificuldades existentes para o controle de grandes postagens, a DR/GT, ao tentar disciplinar a relação ECT/TECPRINT mediante o contrato 0054/99 - e ao executá-lo - acabou retratando uma disfunção na descentralização administrativa que lhe confere autonomia para a condução dos interesses da ECT naquela jurisdição.

4. RECOMENDAÇÕES

Diante da gravidade da situação que foi constatada, recomenda-se a adoção das providências propostas no Relatório de Visitas Técnicas (Processo DINSP-0032/2000), quais sejam:

1. rescisão do contrato 0054/99-ECT x TECPRINT;
2. adoção de providências, por parte da área comercial, com vistas a atender às necessidades dos clientes captados pela TECPRINT;
3. abertura de sindicância, objetivando:
 - levantamento dos prejuízos decorrentes da celebração do contrato 0054/99, em função das eventuais diferenças apuradas na postagem, na classificação e na tarifação dos objetos;
 - apuração de todas as circunstâncias que envolveram a celebração do contrato 0054/99 e identificação de responsabilidades;
 - esclarecimento das razões da vinculação das ACFs Alpes, Independência e T-9 ao contrato, quando somente a primeira está indicada como unidade de postagem do contrato em questão;
4. ativação imediata, pela DR/GT, de mecanismos eficazes de controle no COI/GYN e na Seção de Faturamento da Gerência de Controle Financeiro (GECOF/DR/GT); no tocante às expedições e aos contratos oriundos das ACFs.

CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 11 de janeiro de 2000 -

CPM - CORREIOS


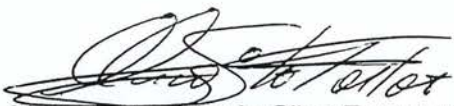
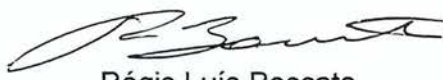

1051

Fls. No 3515-4

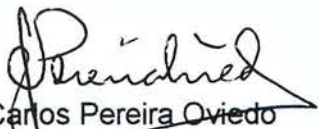
Doc:

**CORREIOS****EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL****RELATÓRIO SINTÉTICO**
Contrato DR/GT x TECPRINT - 0054/9974
8

Equipe Técnica:


Fernando Huggler Antunes
Chefe da Divisão de Inspeção - DINSP
Marcos Rogério da Silva Fontoura
Inspetor - DINSP
Francisco Gomes da Silva
Inspetor - DINSP
Régis Luís Boscato
Inspetor - DINSP
Cristiano Ribeiro de Oliveira
Assessor da Gerência de Franchising
Paulo Henrique Garcia da Silva
Administrador Postal - DEGEO

De Acordo:


José Carlos Pereira Oviedo
Chefe do Departamento de Inspeção Geral
José Luís Borges Silveira
Departamento de Adm. e Vendas no Atacado

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 1052
3515-4³
Doc:



DE: GERENTE DE VENDAS/DR/GT

AO: CHEFE DO DEVAT

CI/ /GEVEN/DR/GT - 0674/99

REF.:

75
R**Assunto: Contrato de Correspondência**

Respondida através da CI
CI/DUAT/DEVAT-180/99.
Em. 13/5/99

Goiânia, 12 de maio de 1.999

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás é um grande cliente da DR/GT. Possui uma autorização de Proposta de Prestação de Serviços (PPS), cujo faturamento mensal gira em torno de R\$34.100,00 (trinta e quatro mil e cem reais). Ocorre que a Assembléia tem interesse em transformar o contrato de PPS em contrato de correspondência.

Esta alteração traz benefícios para ambas as partes envolvidas, pois elimina a necessidade de movimentar valores (selos) por parte do cliente e ECT.

Considerando que alguns grandes clientes já foram autorizados a assinar contratos de correspondência a R\$ 0,31 (trinta e um centavos), a exemplo de órgãos de transito e justiça, solicitamos autorizar que esta GEVEN estenda tal facilidade também para a Assembléia do Estado de Goiás.

Nossa solicitação baseia-se no projeto de reformatação do SEED, que prevê esta alteração de tarifa para contratos.

Aguardamos retorno com a maior brevidade possível, para cientificarmos o cliente.

Atenciosamente,**SÉRGIO LUIZ VIAL
GERENTE DE VENDAS/DR/GT**

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2000
CPMI - CORREIO
Fls. Nº 1053
3515-4
Doc:



DE: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E VENDAS NO ATACADO
AO: GERENTE DE VENDAS DR/GT

CI/DVAT/DEVAT-0180/99

REF: CI/GEVEN/DR/GT-0674/99, de 12.05.99

Assunto: *Contrato de Correspondência*



Brasília, DF, 13 de maio de 1999

Em atenção aos termos da CI da referência, informamos que se encontram em desenvolvimento, no DEPRO, estudos para a reformatação do SEED, contemplando a adequação da tabela de preços para os objetos, quando destinados ao âmbito nacional (Correspondência).

É o consenso que, nessas situações, deveremos aplicar a Tarifa Postal Interna, a exemplo do que ocorre nas postagens à vista em ACs.

Desta forma, não vemos óbice na adequação imediata de contratos voltados à prestação dos serviços de transporte e entrega de correspondências classificadas como cartas, de modo a praticarmos os preços da Tarifa Postal Interna, nas respectivas faixas de pesos.

Atenciosamente,

JOSÉ LUÍS BORGES SILVEIRA

Chefe do Departamento de Administração e Vendas no Atacado

CONFERE COM O ORIGINAL

C/CÓPIA: DEPRO

CLDS/-
C:\CARLOS\CI_99\cidvat18099.doc

DIRETORIA COMERCIAL DA ECT - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E VENDAS NO ATACADO
Divisão de Vendas no Atacado - SBN Conjunto 3 - Bloco A - 10.º andar - Ala Norte
Telefone: (061) 317 2876 - Fax: (061) 317 2502 - e-mail: Devat@correios.com.br

RQS nº 03/2005 - CN -
1054
Fls Nº 3515 - 4
Doc:



DE: GERENTE DE VENDAS/DR/GT

AO: CHEFE DO DEVAT

CI/ /GEVEN/DR/GT - 0674/99

REF.:

**Assunto: Contrato de Correspondência**

Goiânia, 12 de maio de 1.999

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás é um grande cliente da DR/GT. Possui uma autorização de Proposta de Prestação de Serviços (PPS), cujo faturamento mensal gira em torno de R\$34.100,00 (trinta e quatro mil e cem reais). Ocorre que a Assembléia tem interesse em transformar o contrato de PPS em contrato de correspondência.

Esta alteração traz benefícios para ambas as partes envolvidas, pois elimina a necessidade de movimentar valores (selos) por parte do cliente e ECT.

Considerando que alguns grandes clientes já foram autorizados a assinar contratos de correspondência a R\$ 0,31 (trinta e um centavos), a exemplo de órgãos de transito e justiça, solicitamos autorizar que esta GEVEN estenda tal facilidade também para a Assembléia do Estado de Goiás.

Nossa solicitação baseia-se no projeto de reformatação do SEED, que prevê esta alteração de tarifa para contratos.

Aguardamos retorno com a maior brevidade possível, para cientificarmos o cliente.

Atenciosamente,**SÉRGIO LUIZ VIAL
GERENTE DE VENDAS/DR/GT**

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 1055
3515-4
Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



DO: DIRETOR COMERCIAL

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/

CI/DICOM- 0736/99-CIRCULAR

REF:

ASSUNTO: Centralização de Contratos Corporativos

Brasília, 14 de junho de 1999

A fim de melhor acompanharmos os contratos especiais, informamos que deverão ser submetidos para análise e posterior assinatura por parte do Presidente da ECT e do Diretor Comercial, os contratos que satisfaçam pelo menos uma das condições abaixo:

- os contratos especiais, com faturamento previsto igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao ano,
- os contratos especiais cuja operação de atendimento ocorra em âmbito nacional (Ex. Liderança Capitalização, INSS, Contrato Único com Banco do Brasil etc.).

Para efeito desta centralização, são contratos especiais aqueles que diferem no objeto, no preço, ou no prazo, forma de pagamento, daqueles contratos padronizados, relativos aos serviços convencionais e formatados pela empresa.

Esta decisão é válida para os contratos com vigência a partir da data desta CI, bem como as renovações daqueles já vigentes.

Atenciosamente

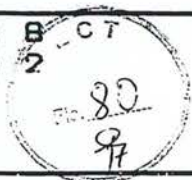

ROBERVAL BORGES CORRÊA
Diretor Comercial

C/C: DEREV/DENOP/DEPRO/DEFIL

APB/mam

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1057
Fls. Nº
3515 - 4
Doc:



MÓDULO 8 : SERVIÇOS EXECUTADOS POR FORÇA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, CONTRATOS E CONVÊNIOS

CAPÍTULO 2 : ELABORAÇÃO DE CONTRATOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIAIS

ANEXO : 1 - Guia Resumo de Serviços Especiais (modelo)

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A prestação de serviços através da celebração de contratos para prestação de serviços especiais é uma alternativa para atender à solicitação de clientes que necessitem utilizar serviços que não se enquadrem entre os que são oferecidos, convencionalmente, pela ECT.

1.1. Os contatos iniciais a serem mantidos com as pessoas interessadas devem ser direcionados, no sentido de buscar informações e efetuar o levantamento de dados que possibilitem definir o tipo do serviço por ser oferecido, verificando, em princípio, se é viável operacionalmente para a ECT a sua prestação, segundo os aspectos requeridos, observando, também, quais as vantagens advindas da celebração de contrato para prestação de serviços especiais.

1.2. E, nesse enfoque, havendo concordância entre as partes interessadas deverá ser providenciada a elaboração do contrato que atenda aos requisitos apresentados pelo cliente.

2. ESPECIFICAÇÕES CONTRATUAIS

Nesse tipo de contrato deverão constar todas as bases que forem acordadas, definindo-se as prováveis ocorrências que devem estar dispostas em forma de cláusulas contratuais. Na elaboração do contrato para prestação de serviço especial devem ser definidas as seguintes partes:

a) Preâmbulo

Deve Constar:

- identificação das partes: nome, CGC/MEFP, endereço;
- nomes e cargos dos representantes das partes e respectivas identificações;
- finalidade.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

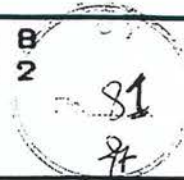
Fls Nº 1058

Doc: 3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

b) Corpo do Contrato

Devem constar as cláusulas essenciais, quais sejam: objeto, obrigações (cliente/ECT), preços e reajuste, condições de pagamento, prazo de vigência, inadimplemento, rescisão, disposi-



ções gerais e foro.

c) fechamento

Contém a fórmula padronizada de fechamento, data e assinaturas (dos contratantes e das testemunhas).

d) Anexo

Poderá ter anexo, desde que haja necessidade de relacionar informações que não constem entre as cláusulas dispostas no corpo do contrato.

2.1. Cláusulas contratuais para contrato com pessoas jurídicas

As principais cláusulas de um contrato com pessoas jurídicas são as indicadas abaixo, mas além delas e dependendo das características do contrato, outras podem ser incluídas:

2.1.1. Do objeto

Deve ser identificado neste item o tipo de serviço a ser prestado pela ECT e o âmbito da execução.

2.1.2. Das obrigações do contratante

Nesta Cláusula devem ser indicadas as obrigações do Contratante, com relação aos itens abaixo especificados e outros que se fizerem necessários em razão da natureza do serviço:

a) condições de aceitação dos objetos, conforme normas estabelecidas pela ECT quanto a peso, dimensões, volume, acondicionamento, apresentação e endereçamento;

b) identificação dos objetos, aposta no local destinado ao franqueamento, através de um retângulo de 2,5 x 3,5cm, no interior do qual estarão impressos os dizeres: **CONTRA-TO ECT/DR *...-...*...***.

* sigla da DR

** sigla do contratante;

c) documentos de postagem que acompanharão os objetos;

d) forma de apresentação dos objetos para postagem, tais como: separados por localidade de destino, CEP etc.;

e) local(is) de postagem;

2.1.3. Das Obrigações da ECT

Devem ser especificadas as obrigações da ECT, conforme a seguir indicado, e outras que se fizerem necessárias consideran-

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS

1059

Fis Nº

3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE COMERCIALIZAÇÃO
E ATENDIMENTO

Mód: 8
CAP: 2

EMI:17.10.96

VIG:27.10.95

3

do a modalidade especial do serviço.

- a) forma de execução, especificando os locais de coleta e/ou postagem;
- b) aspectos operacionais de atendimento, quanto à coleta, recebimento, prazo de entrega, retorno de comprovantes, distribuição, entrega domiciliária e devolução dos objetos cuja entrega não tenha sido possível;
- c) apresentação da fatura do CONTRATANTE para pagamento.

2.1.4. Do Preço e do Reajuste

Os preços devem ser definidos com base no porte correspondente da tarifa postal em vigor ou, em casos específicos, baseados em estudos dos custos envolvidos com a execução do serviço, seguindo os princípios estabelecidos no item 3, estabelecendo um índice de reajuste de preços.

2.1.5. Das Condições de Pagamento

Devem ser especificadas as condições e local(is) de emissão das faturas e respectivo pagamento; incluída na presente cláusula condições para reclamação no caso de haver erro no faturamento e Cota Mínima de Faturamento mensal correspondente a:

I - para contratos de prestação de Serviços Postais: 750 (setecentos e cinquenta) vezes o valor do primeiro porte da carta comercial simples fixado na Tarifa Postal Interna vigente no último dia do mês de competência do faturamento, independentemente da utilização dos serviços;

II - para contratos de prestação de Serviços Telemáticos: 150 (cento e cinquenta) vezes o valor de telegrama simples na sua tarifação mínima, fixado na Tarifa Telegráfica vigente no último dia do mês de competência do faturamento, independentemente da utilização dos serviços.

III - para contratos de prestação de Serviços Especiais: 2000 (duas mil) e 4000 (quatro mil) vezes o valor do primeiro porte da carta comercial simples fixado na Tarifa Postal Interna vigente no último dia do mês de competência do faturamento, para contratos Regionais e Nacionais respectivamente, independente da utilização dos serviços.

2.1.6. Do Prazo de Vigência

Deve ser indicado o início da prestação do serviço, o prazo de vigência do contrato, bem como possíveis prorrogações mediante termo aditivo.

CONFERE COM O ORIGINAL



Doc:

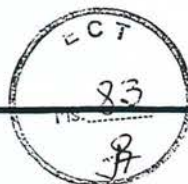


ECT

MANUAL DE COMERCIALIZAÇÃO
E ATENDIMENTO

EMI:17.10.96

VIG:27.10.95

Mód: 8
CAP: 2

3

do a modalidade especial do serviço.

- a) forma de execução, especificando os locais de coleta e/ou postagem;
- b) aspectos operacionais de atendimento, quanto à coleta, recebimento, prazo de entrega, retorno de comprovantes, distribuição, entrega domiciliária e devolução dos objetos cuja entrega não tenha sido possível;
- c) apresentação da fatura do CONTRATANTE para pagamento.

2.1.4. Do Preço e do Reajuste

Os preços devem ser definidos com base no porte correspondente da tarifa postal em vigor ou, em casos específicos, baseados em estudos dos custos envolvidos com a execução do serviço, seguindo os princípios estabelecidos no item 3, estabelecendo um índice de reajuste de preços.

2.1.5. Das Condições de Pagamento

Devem ser especificadas as condições e local(is) de emissão das faturas e respectivo pagamento; incluída na presente cláusula condições para reclamação no caso de haver erro no faturamento e Cota Mínima de Faturamento mensal correspondente a:

I - para contratos de prestação de Serviços Postais: 750 (setecentos e cinquenta) vezes o valor do primeiro porte da carta comercial simples fixado na Tarifa Postal Interna vigente no último dia do mês de competência do faturamento, independentemente da utilização dos serviços;

II - para contratos de prestação de Serviços Telemáticos: 150 (cento e cinquenta) vezes o valor de telegrama simples na sua tarifação mínima, fixado na Tarifa Telegráfica vigente no último dia do mês de competência do faturamento, independentemente da utilização dos serviços.

III - para contratos de prestação de Serviços Especiais: 2000 (duas mil) e 4000 (quatro mil) vezes o valor do primeiro porte da carta comercial simples fixado na Tarifa Postal Interna vigente no último dia do mês de competência do faturamento, para contratos Regionais e Nacionais respectivamente, independente da utilização dos serviços.

2.1.6. Do Prazo de Vigência

Deve ser indicado o início da prestação do serviço e o prazo de vigência do contrato, bem como possíveis prorrogações mediante termo aditivo.

CONFERE COM O ORIGINAL



Doc:



2.1.7. Do Inadimplemento

Caracteriza o descumprimento do contrato ou de uma de suas condições. Deve haver nesta Cláusula as condições de regularização e as consequências advindas do inadimplemento, tais como:

- a) suspensão do serviço por falta de pagamento;
- b) pagamento da atualização do valor, multa e juros de mora, na quitação de fatura após a data de vencimento. A atualização dos valores será efetuada de acordo com o índice utilizado pela ECT, escolhido entre os adotados pelo Governo Federal;
- c) suspensão do serviço pelo descumprimento das demais obrigações estabelecidas no contrato.

2.1.8. Da Rescisão

É necessário definir as condições em que o contrato poderá ser cancelado por interesse do cliente ou da ECT, sendo imprescindível a determinação do aviso prévio.

2.1.9. Das Disposições Gerais

Devem ser incluídas nesta Cláusula, condições adicionais, que não se enquadram nas Cláusulas anteriores, que têm o mesmo valor das demais.

2.1.10. Do Foro

Deve sempre ser eleito o Foro da Justiça Federal, sede da Capital do respectivo Estado, para dirimir as questões oriundas do contrato.

2.2. Cláusulas contratuais para contrato com órgãos públicos

Os contratos para prestação de serviço especial celebrados com órgãos públicos conterão as Cláusulas indicadas nos subitens 2.1.1. a 2.1.10. e mais as especificadas abaixo:

- I - dotação orçamentária;
- II - dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- III - dispensa de garantia;
- IV - validade do contrato e remessa de cópia ao de Contas respectivo, se necessário, e
- V - publicação do extrato do contrato no Diário Oficial

RQS nº 03/2005 CN
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 1062

3515-4

Doc: Tribunal

CONFERE COM O ORIGINAL



MANUAL DE COMERCIALIZAÇÃO
E ATENDIMENTO

MOD: 8
CAP: 2

EMI:01.08.95

VIG:01.08.95

da União, a cargo do contratante.

2.2.1. Na cláusula de inadimplemento, deve ser considerada a atualização monetária do valor, acrescido de multa de 10%(dez por cento) e juros de 1%(um por cento) ao mês ou fração ambos calculados sobre o valor atualizado. Estes dispositivos serão aplicados conforme indicado no subitem 2.1.7.

3. APLICAÇÃO DE PREÇOS

Os preços para os serviços/produtos, calculados para serem aplicados aos contratos para prestação de serviços especiais serão estabelecidos de conformidade com os seguintes princípios:

- a) **uniformidade** - analogia no tratamento de situações semelhantes, desde que haja viabilidade;
- b) **rentabilidade** - garantia de que os custos estão sendo cobertos mantendo-se margem razoável de lucro;
- c) **compatibilidade** - preços elaborados em consonância com a realidade do mercado de atuação da ECT, sem prejuízo do princípio de uniformidade, desde que haja flexibilidade para o atendimento das necessidades da clientela, suplantando a concorrência para o segmento não monopolizado;
- d) **atualidade** - garantia de que os preços praticados e estabelecidos em contratos para prestação de serviços especiais propiciem, ao longo da duração do contrato, o retorno econômico-financeiro para a ECT, desejado inicialmente.

4. PROCEDIMENTOS DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

4.1. Diretoria Regional

4.1.1. Verificar se a prestação do serviço é exequível operacionalmente.

4.1.2. Encaminhar ao DPRS, para análise quanto aos aspectos legais, operacionais e financeiros, nos órgãos competentes, a proposta do cliente, que não esteja enquadrada nos modelos de contrato standardizados, divulgados pelo Departamento citado, acompanhada de minuta do contrato.

4.1.3. Aprovar os objetos que deverão ser distribuídos quanto à natureza, peso, dimensões, volume, apresentação, endereçamento, caracterização de franqueamento e acondicionamento, segundo as normas regulamentares, exceto aqueles que não estiverem dentro dos padrões estabelecidos, os quais serão submetidos à apreciação do DELOG, através do DPRS.

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
OPMI - CORREIOS

Fls Nº 1003

3515-4

Doc:



MANUAL DE COMERCIALIZAÇÃO
E ATENDIMENTO

EMI:01.08.95

VIG:01.08.95

MOD: 8
CAP: 2

86
8

4.1.4. Elaborar o contrato definitivo, em 02(duas) vias, de acordo com os pareceres dos Órgãos da AC envolvidos.

4.1.4.1. Formalizar a assinatura do contrato por parte do cliente.

4.1.4.2. Providenciar a assinatura dos titulares indicados no subitem 8/1 - 3.2., deste manual, e registro no órgão Jurídico Regional.

4.1.5. Após as assinaturas e registro das vias do contrato, encaminhar a 2ª via do contrato ao cliente e arquivar a 1ª via na DR, dando ciência às áreas envolvidas na Regional e AC, observando, também, o disposto no subitem 5.3.

4.1.5.1. Quando o contrato for formalizado na própria Regional, a ASJUR manterá o controle e procederá, em seu âmbito, ao registro dos contratos, restituindo-os após o registro à GE-COM.

4.1.5.1.1. A 2ª. via do contrato será entregue ao cliente e a 1ª. arquivada na GE-COM, dando ciência às áreas envolvidas.

4.1.5.1.2. Neste caso, se o contrato estabelecer a postagem em outras Regionais, caberá à Regional que o formalizou efetuar a sua divulgação entre as demais Regionais envolvidas na postagem, utilizando-se o Guia Resumo de Serviços Especiais, conforme modelo anexo 1.

4.1.6. Exercer a supervisão e o controle das postagens e do correto recolhimento dos valores relativos ao serviço, de acordo com as orientações fixadas pelos Órgãos da AC.

4.1.7. Informar ao DPRS de imediato as rescisões para prestação de serviços especiais.

4.2. Departamento de Produtos e Serviços

4.2.1. Analisar as propostas dos clientes e minutas de contrato, remetidas pelas DRs.

4.2.2. Observar, quando da análise da minuta de contrato, o estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor e legislação vigente.

4.2.3. Submeter a minuta do contrato à apreciação dos Departamentos de Atendimento, Logística e Operações, Administração Financeira e Jurídico no que concerne às suas áreas.

4.2.4. Submeter à apreciação do DELOG os modelos dos objetos a serem postados, cuja aprovação não tenha sido possível na DR, por não se enquadrarem nas normas da ECT.



CONFERE COM O ORIGINAL



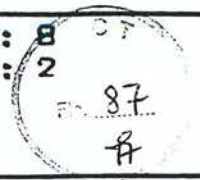
**MANUAL DE COMERCIALIZAÇÃO
E ATENDIMENTO**

EMI:01.08.95

VIG:01.08.95

MÓD: 8

CAP: 2



4.3. Departamento de Logística e Operações

4.3.1. Estabelecer os procedimentos operacionais de coleta/postagem, encaminhamento, entrega e devolução dos objetos, observadas as normas vigentes.

4.3.2. Analisar e aprovar, se for o caso, quando consultado, os objetos a serem distribuídos quanto à natureza, peso, dimensões, volume, apresentação, endereçamento, caracterização de franqueamento e acondicionamento.

4.3.3. Encaminhar, às Diretorias Regionais envolvidas no serviço, instruções concernentes aos aspectos operacionais, utilizando o GUIA RESUMO DE SERVIÇOS ESPECIAIS (Anexo 1 deste Capítulo).

4.4. Departamento de Administração Financeira

4.4.1. Analisar e aprovar as minutas enviadas, quanto aos aspectos financeiros, observadas as normas vigentes.

4.4.2. Emitir instruções às Diretorias Regionais envolvidas, concernentes aos aspectos financeiros, se necessário.

4.5. Departamento de Atendimento

4.5.1. Analisar e aprovar as minutas de contrato, quanto às atividades relacionadas com o atendimento, observadas as normas vigentes.

4.5.2. Emitir instruções às Diretorias Regionais envolvidas, referentes aos aspectos de Atendimento, se necessário.

4.6. Departamento Jurídico

4.6.1. Analisar e aprovar as minutas de contrato relativamente aos aspectos jurídicos.

4.6.2. Manter o controle e proceder em seu âmbito ao registro dos contratos, restituindo-os após o registro ao DPROS, que se encarregará da distribuição aos órgãos envolvidos.

4.7. Assessoria Jurídica

4.7.1. Analisar e aprovar as minutas de contrato relativamente aos aspectos jurídicos quando o contrato for assinado pelo Diretor Regional.

4.7.2. Manter o controle e proceder em seu âmbito ao registro dos contratos, restituindo-os após o registro à GECDOM que se encarregará da distribuição aos órgãos envolvidos.

4.8. Para os contratos que abrangem procedimentos relativos ao

RQS nº 03/2005 - CN -

CPMI - CORREIOS

1065

Fls Nº

CONFERE COM O ORIGINAL

3515-4

Doc:



MANUAL DE COMERCIALIZAÇÃO
E ATENDIMENTO

MÓD: 8
CAP: 2

EMI:01.08.95

VIG:01.08.95

88

DELOG, DEFIN, DATEN e outros será emitida apenas uma Guia de Resumo de Serviços Especiais sob a coordenação do DATEN ou DELOG, dependendo do maior envolvimento de uma destas áreas, devendo os demais órgãos repassarem ao órgão coordenador escolhido os procedimentos correspondentes.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Nos contratos para prestação de serviços especiais firmados na Administração Central, a ECT será representada pelo Presidente e Vice Presidente.

5.2. Os contratos para a prestação de serviços não convencionais e termos aditivos deverão ser emitidos em duas vias, que serão remetidas para registro do Departamento Jurídico, quando assinados na Administração Central, e da Assessoria Jurídica Regional, quando assinados na Diretoria Regional, e após devolvidas pela Área Jurídica, a 2a. via será destinada ao contratante e a 1a. à GECOM da DR correspondente.

5.3. As GECOMs deverão remeter cópias dos contratos, autenticadas pelas ASJURs, nas quantidades solicitadas pelo DPROS.

5.4. Quando for necessária a alteração, inclusão ou exclusão de qualquer item constante do contrato deverá ser emitido o Termo Aditivo correspondente, quando de seu anexo, haverá a substituição da folha respectiva, que será devidamente rubricada pelas partes. As alterações deverão ser providenciadas com antecedência de 15 (quinze) dias da data de vigência.

5.5. As possíveis dúvidas surgidas deverão ser submetidas à apreciação do Departamento de Produtos e Serviços, que ouvirá a área diretamente envolvida.

* * * * *

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 1066
3515-4

Goiânia, 22 de outubro de 1999

À
ACF Alpes
ACF T-9
ACF Independência

A/C Gerentes Comerciais

Prezados Senhores,

CÓPIA

Visando melhorarmos a qualidade operacional dos serviços postais de nossos clientes, solicitamos sua atuação junto à ECT-DR/GT para viabilização de contrato múltiplo.

Estaremos efetuando as postagens através das ACF's supramencionadas com entregas de objetos no CT/Goiânia e eventualmente no CT-Centro/SP.

Atenciosamente


Cláudio Fernandes de Oliveira
Diretor Presidente

CONFERE COM O ORIGINAL

MATRIZ: Av. Independência, 4.533 Centro Goiânia/GO CEP: 74045-010 Fone: (062) 219-5000 - FAX: (062) 219-5113
FILIAL: SCN Qd.05 BJA, Sala 430 Ed. Brasília Shopping and Towers Brasília/DF CEP: 70710-500 Fone: (061) 328-6161 - FAX: (061) 328-6369
FILIAL: Rua Conselheiro Brotero, 1.086 Ed. Moisés Kundman Santa Cecília São Paulo/SP CEP: 01232-906 Fone: (011) 3667-7725 - FAX: (011) 825-9817

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1007
Fls Nº -
3515-4
Doc:



Goiânia, 25 de outubro de 1999

À
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Praça Cívica, 11 - 1º andar - Centro
Goiânia - GO
At. Sr. Irandi Lisboa de Moraes, Coordenador de Negócios

Prezado Senhor,

CÓPIA

As ACF's Alpes, T-9 e Independência encaminham, em anexo, solicitação do cliente Tecprint Impressões Técnicas Ltda. para elaboração de contrato múltiplo.

Segue ainda em anexo documentação cadastral.

Atenciosamente,

Sumana F. de Oliveira
ACF Alpes

[Signature]
ACF T-9

[Signature]
ACF Independência

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1068
Fls Nº
3515-4
Doc:

FD-91
-R

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

PROTOCOLO FAX POST ADMINISTRATIVO

DATA

Nº DO FAX DE DESTINO

219-5113

TOTAL DE FOLHAS (INCLUSIVE ESTA)

02

RECEBENTE
L.S. ATÁRIO

NOME

TECPRINT Impressões Técnicas LTDA

A/C

William

REFERÊNCIA / ASSUNTO

REMETENTE

Nº DO FAX DE ORIGEM

(62) 226-2203

NOME E TELEFONE DE CONTATO

(62) 226-2202

NOME

CASO HAJA IRREGULARIDADE NA RECEPÇÃO DOS DOCUMENTOS, RETRANSMITIR ESTE PROTOCOLO DE ORIGEM, INFORMANDO A(S) FOLHA(S) QUE DEVERÁ(ÃO) SER REPETIDA(S):

OBSERVAÇÕES

75250431-2

FP0240 - 08

A5 = 148 x 210

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº

1069

3515-4

Doc:

→ SEX BRINSE

92
9

- entre 600 a 750 g

- 45.000 litros

Preço?

Condições?

CPMA

SIF

37 2872

Atividade Econômica - Comércio

CONFERE COM O ORIGINAL

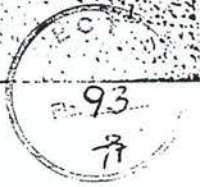
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº

1070

3515-4

Doc:



→ FAX: 60 219.5113

→ : FAX: SP _____ ?

FAX 0XX14-3660-2200

Roberto: 825-9817

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - GN -
CPMI - CORREIOS

Fis. Nº 1071
3515-4

Doc: _____



Grandi,

ma José (GEOPE(sop)/DA/SP)

Fones: OM 8387624

Laureira

7658

→ MARCO ANTONIO
GAMMUTO CR/CT

200

100, 20

200

HAVIOLTO

201

CONFERE COM O ORIGINAL

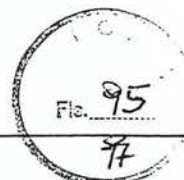
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMH - CORREIOS
1072

Fls Nº

3515-4

Doc:

LUIS HUMBERTO DA SILVA



De: GILBERTO ALVES DA SILVA
Enviado em: Terça, 26 de Outubro de 1999 16:52
Para: LUIS HUMBERTO DA SILVA
Assunto: RES: SEDEX BRINDE

Caro Humberto,

Os objetos classificados com brinde estão inseridos nos Serviços CUSTOMIZADOS SEDEX COMPACT, que atende a toda essa gama de produtos, numa faixa de até 1kg.

A minuta de Contrato está zipado abaixo. Os preços e as condições seguem via fax.
Se houver alguma dúvida, estamos à disposição para dirimi-las. Contacte-nos.

Contrato:



SEDEX CompactDisk -
Emp Fmv -

Gilberto Alves Silva
Divisão de Vendas no Atacado - DEVAT
gilbertoall@correios.com.br

— Mensagem original —

De: LUIS HUMBERTO DA SILVA
Enviada em: Terça-feira, 26 de Outubro de 1999 15:05
Para: GILBERTO ALVES DA SILVA
Assunto: SEDEX BRINDE

DIVISÃO DE VENDAS NO ATACADO A/C GILBERTO

Gilberto, conforme contato via telefone, solicitamos informações sobre o SEDEX BRINDE, como o preço ou melhor nos enviar uma tabela, condições para se firmar este contrato, minuta de contrato, todos os detalhes a respeito do serviço.

Aguardamos posicionamento de V.S^a. para que possamos passar ao cliente interessado.

Muito Obrigado, e um bom dia.

Goiânia-Go., 26/10/99

LUÍS HUMBERTO DA SILVA
ADCON/GEVEN/DR/GT
luis.humberto@correios.com.br

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1073
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

CARTA Nº 138/99.

Goiânia, 27 de Outubro de 1999.

À
GEVEN

Informamos que os objetos mencionados no contrato ECT/TECPRINT-0054/99 que eventualmente serão entregues no CT-Cental/SP, serão vinculados, exclusivamente, à ACF Alpes.

CO - Barra Funda

Atenciosamente,


Cláudio Fernandes de Oliveira

Wagner D. S. Ferreira
- Endereço
- Permuta

60161
2.10.99

CONFERE COM O ORIGINAL

C/C: Sr. Irandi

MATRIZ: Av. Independência, 4.533 Centro Goiânia/GO CEP.: 74045-010 Fone: (062) 219-5000 - FAX: (062) 219-5113
FILIAL: SCN Qd.05 BJA, Sala 430 Ed. Brasília Shopping and Towers Brasília/DF CEP: 70710-500 Fone / FAX: (061) 328-6369
FILIAL: Rua Conselheiro Brotero, 1.086 Ed. Moisés Kundman Santa Cecília São Paulo/SP CEP 01232-906 Fone: (011) 3667-7725 - FAX: (011) 825-9817

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 1074
3515-4
Doc:



CT/GEVEN/DR/GT - 0585/99

Goiânia, 27 de outubro de 1999

Fls. 97

À
TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA
Av. Independência, 4.533 Centro
GOIÂNIA-GO
74045-010

Prezado Senhor,

Referenciando o Contrato Múltiplo assinado entre a ECT e a TECPRINT com vigência a partir do dia 26/10/99, informamos que o termo constante do subitem 2.8.1.3., da Cláusula Segunda, está incorreto.

Solicitamos providenciar com urgência a correção, mencionando corretamente o termo "CONTRATO ECT/DR/GT X TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA, que deverá constar dentro do retângulo de dimensões 3,5 x 2,5 cm.


Providenciaremos a correção na minuto do Contrato e a encaminharemos para assinatura do representante legal dessa empresa.

Atenciosamente,


SERGIO LUIZ VIAL

Gerente Vendas DR/GT

Recebido em 27/10/99



LHS/lhs

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOSFls. Nº 1075
3515-4

Doc:



PROTOCOLO FAX POST ADMINISTRATIVO

DATA

Nº DO FAX DE DESTINO

219-5113

TOTAL DE FOLHAS (INCLUSIVE ESTA)

02

DESTINATÁRIO

NOME

TECPRINT Impressões Técnicas LTDA

A/C

William

REFERÊNCIA / ASSUNTO

CÓPIA

REMETENTE

Nº DO FAX DE ORIGEM

(62) 226-2203

NOME E TELEFONE DE CONTATO

(62) 226-2202

NOME

CASO HAJA IRREGULARIDADE NA RECEPÇÃO DOS DOCUMENTOS, RETRANSMITIR ESTE PROTOCOLO À ORIGEM, INFORMANDO A(S) FOLHA(S) QUE DEVERÁ(ÃO) SER REPETIDA(S):

OBSERVAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

1076

Fls Nº

3515-4

Doc:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

99

PROTOCOLO FAX POST ADMINISTRATIVO

DATA

27-10-99

DESTINATÁRIO	Nº DO FAX DE DESTINO	219-51-13		TOTAL DE FOLHAS (INCLUSIVE ESTA)	08
	NOME	Tuc. parit - Gyn			
	A / C	Placidio			
	REFERÊNCIA / ASSUNTO	Contrato Prestação de Serviços Seduc			
NTE	Nº DO FAX DE ORIGEM	226-22-03		NOME E TELEFONE DE CONTATO	226-22-02
	NOME	Luis Hummelto (Geren)			

CASO HAJA IRREGULARIDADE NA RECEPÇÃO DOS DOCUMENTOS, RETRANSMITIR ESTE PROTOCOLO À ORIGEM, INFORMANDO A(S) FOLHA(S) QUE DEVERÁ(ÃO) SER REPETIDA(S):

OBSERVAÇÕES

75250431-2

FP0240 - 08

A5 = 148 x 210 mm

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 1077

3515-4

Doc:

100

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
SEDEX, QUE ENTRE SI FAZEM [RAZAOSOCIAL]
E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS.**

O(A) _____, inscrito no CGC/MF sob o nº _____
e Inscrição Estadual nº _____, com sede
na _____, doravante designada
simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu _____,

CPF nº _____, CI nº _____, e a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS**, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do Decreto-lei nº 509, de 20
de março de 1969, inscrita no CGC/MF sob o nº **34.028.316/0013-47**, doravante designada
simplesmente **ECT**, neste ato representada por seu Gerente de Vendas de GOIÁS e
TOCANTINS, **SÉRGIO LUIZ VIAL**, CI nº **M-3.026.784 SSP/MG.**, CPF nº **554.354.246-15**,
no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria **PRT/GT-0234/99**, têm entre si,
justo e acordado e celebram, por força do presente Instrumento, um **CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela **ECT**, dos serviços de recebimento e/ou
coleta, transporte e entrega domiciliar, em âmbito nacional, nos locais onde a mesma exista e
que seja possível, de **Encomendas SEDEX modalidade Compact**, acompanhadas ou não de
Aviso de Recebimento (AR), contendo exclusivamente **[NOME PRODUTOAUTORIZADO]**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se obriga a:

2.1. observar as condições gerais de aceitação quanto ao peso máximo de 1Kg, limitado ao
volume de 3800 cm³, declaração de valor e outras estabelecidas pela **ECT**, inclusive a
padronização prevista para o endereçamento, com a utilização do Código de Endereçamento
Postal - CEP;

2.1.1. utilizar embalagens adequadas às condições e natureza do conteúdo, conforme
recomendações da **ECT**;

2.2. postar as encomendas em Unidades previamente acordadas com a **ECT**;

2.3. solicitar, quando for o caso, a coleta de encomendas, nas condições estabelecidas pela
ECT;

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls Nº - 1078 3515 - 4
Doc:

2.4. imprimir no canto superior direito de cada objeto, um retângulo com as dimensões de 3,5 x 2,5 cm, no interior do qual constarão impressos os dizeres **CONTRATO ECT/DR/[DR] x [RAZAOSOCIAL]**;

2.5. apresentar as encomendas para postagem ou coleta, acompanhadas dos respectivos Certificados ou Listas de Postagem devidamente preenchidos em 03 (três) vias, utilizando os modelos fornecidos pela ECT;

2.6. afixar na parte inferior esquerda do endereçamento das encomendas, as etiquetas SEDEX com código de barras, específica da modalidade, com ou sem a opção de valor declarado, assinalando o campo "AR", se for o caso;

2.7. opcionalmente, a **CONTRATANTE** poderá emitir Listas de Postagem SEDEX, pelo computador, em 03 (três) vias, conforme modelo adotado pela ECT, em substituição ao CERTIFICADO DE POSTAGEM ou LISTA DE POSTAGEM, preenchendo-a separadamente por localidade de destino, conforme mencionada abaixo:

GRUPO A - Encomendas destinadas à cidade de postagem;

GRUPO B - Encomendas destinadas às demais localidades do Estado;

GRUPO C - Encomendas destinadas aos Estados da Região de postagem;

GRUPO D - Encomendas destinadas aos Estados das Regiões Sul e Sudeste;

GRUPO E - Encomendas destinadas aos demais Estados;

2.8. solicitar, se necessário, a confirmação de entrega de encomenda, somente após o terceiro dia útil da data da postagem, observando os seguintes prazos de entrega:

ÂMBITO	PRAZO DE ENTREGA
LOCAL	D + 1
ESTADUAL	D + 2
CAPITAL/CAPITAL	D + 2
CAPITAL/INTERIOR	D + 3
INTERIOR/CAPITAL	D + 3
INTERIOR/INTERIOR	D + 4



2.9. restituir à ECT os CARTÕES DE POSTAGEM, por ocasião da rescisão do Contrato ou do credenciamento de preposto;

2.10. em caso de perda ou extravio do CARTÃO DE POSTAGEM, a **CONTRATANTE** deverá informar o fato à ECT, de imediato, por escrito;

2.11. manter a ECT informada, através de carta, do endereço para apresentação das faturas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ECT

A ECT se obriga a:

CONFERE COM O ORIGINAL

3.1. fornecer à **CONTRATANTE**:

- Cartão de Postagem - SEDEX;
- Certificados e Listas de Postagem;
- Etiquetas SEDEX;
- Avisos de Recebimento;

3.1.1. opcionalmente, o cliente poderá produzir os formulários: Certificados/Lista de Postagem, Aviso de Recebimento - AR, e imprimir o código de barra no rótulo da embalagem da encomenda, de acordo com a faixa numérica e o algoritmo de cálculo do dígito verificador fornecidos pela ECT;

3.2. coletar as encomendas, quando existir viabilidade operacional, em locais e horários previamente acertados com a **CONTRATANTE**;

3.3. entregar as encomendas mediante recibo;

3.3.1. para a entrega domiciliária, serão efetuadas até 03 (três) tentativas, em dias úteis consecutivos;

3.3.1.1. onde não houver condições operacionais, efetuar a entrega interna das encomendas nas Unidades da ECT;

3.3.2. as encomendas serão entregues nos endereços indicados, a qualquer pessoa adulta que se apresente para recebê-las, ou devidamente identificada, quando procuradas nas Agências da ECT;

3.4. restituir à **CONTRATANTE** os Avisos de Recebimento relativos às encomendas entregues e as encomendas cuja entrega não tenha sido possível, indicando sempre a causa determinante da impossibilidade, na forma regulamentar;

3.5. indenizar à **CONTRATANTE** quando ocorrer avarias ocasionadas comprovadamente por manuseio indevido no trajeto da encomenda, atraso na entrega, ou extravios por culpa exclusiva da ECT;

3.5.1. não haverá o pagamento de indenização se for constatada a utilização de embalagem inadequada às características do conteúdo da encomenda;

3.5.2. no caso de Valor Declarado por estimativa, a ECT se reserva o direito de comprovar o valor real do conteúdo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1. Pela prestação dos serviços contratados e definidos na Cláusula Primeira, a **CONTRATANTE** pagará à ECT, os seguintes preços, vigentes em 03/11/97;

CONFERE COM O ORIGINAL

Q5 - CN -
CPMI - CORREIOS
1080
3515 - 4
Doc:

GRUPOS	DESTINOS	Até 250,0 Gramas	De 250,1 a 500,0g	De 500,1 a 750,0g	De 750,1 a 1.000,0g
A	LOCAL	2,70	3,10	3,30	3,60
B	ESTADUAL	3,18	3,68	4,08	4,50
C	ESTADOS DA REGIÃO DE POSTAGEM	3,95	4,97	5,87	6,54
D	ESTADOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE	3,95	4,97	5,87	6,54
E	DEMAIS ESTADOS	5,18	7,86	9,54	10,83

Limite máximo permitido: [comprimento x largura x altura] = 3800 cm3

4.2. Caso seja declarado o valor da Encomenda, o ad-valorem corresponderá a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do Valor Declarado, bem como seja utilizado o AR-Aviso de Recebimento, a Coleta Domiciliária e Mão-Própria-MP, os preços referentes a estes serviços deverão ser acrescidos aos preços mencionados no subitem 4.1.;

4.2.1. Para valores declarados até R\$ 50,00 (cinquenta reais), o ad valorem já está incluído na tarifa do serviço;

4.2.2. Para objeto de valor acima de R\$ 50,00 (cinquenta reais), a declaração de valor é obrigatória, se o objeto estiver acompanhado da respectiva nota fiscal;

4.2.3. Os preços relativos aos serviços adicionais de coleta domiciliária, Aviso de Recebimento - AR, MP - Mão Própria, etc, são os definidos na Tarifa SEDEX - Remuneração pelo Serviço;

4.2.3.1. A título de cortesia, para volume de postagem/mês acima de objetos, não será cobrada a Coleta Domiciliária;

4.3. Os preços especificados nos Grupos de Tarifação A e B serão reajustados, automaticamente, pela variação do primeiro porte da coluna "ESTADUAL" - Capital/Capital, constante na Tarifa SEDEX - Remuneração pelo Serviço;

4.3.1. Os preços especificados nos Grupos de Tarifação C, D e E serão reajustados, automaticamente, pela variação do primeiro porte da coluna grupo de Estado "....., e", constante na Tarifa SEDEX - Remuneração pelo Serviço;

4.4. O critério de reajuste definido nos subitens 4.3. e 4.3.1., será aplicado anualmente, até disposição em contrário, ou de imediato se o poder executivo autorizar qualquer revisão de preços das respectivas tarifa públicas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A ECT apresentará à CONTRATANTE, para efeito de pagamento, as faturas mensais, correspondentes aos serviços prestados, levantadas com base nos documentos de postagem, cujo vencimento será o dia 14(quatorze) do mês subsequente à prestação do serviço;

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1081
Fis Nº

3515-4

5.2. O valor da Cota Mínima Mensal de Faturamento está estabelecido no verso da tarifa SEDEX;

5.2.1. Na hipótese de o valor correspondente aos serviços prestados ser inferior à cota mínima, a fatura mensal incluirá, além desse valor, um complemento para que o montante a ser pago atinja a importância citada;

5.2.2. O valor da Cota Mínima de Faturamento será revisto sempre que se mostrar insuficiente para cobrir os custos de manutenção do cadastro e de faturamento, observada a Legislação vigente;

5.2.3. A Cota Mínima de Faturamento não será cobrada se a **CONTRATANTE** for cliente de outro serviço da **ECT** que preveja a respectiva cobrança;

5.3. Qualquer reclamação sobre erros de faturamento deverá ser apresentada pela **CONTRATANTE**, por escrito, e receberá o seguinte tratamento:

5.3.1. reclamação apresentada sem o pagamento, admitida somente antes da data do vencimento:

a) se for procedente, a **ECT** emitirá nova fatura com valor correto;

b) se for improcedente, a **CONTRATANTE** pagará a fatura mais os acréscimos legais, se for o caso.

5.3.2. reclamação apresentada com a fatura paga, se for procedente, será feita a devida compensação na fatura seguinte, em valores atualizados.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por períodos iguais e sucessivos de 01 (um) ano, caso não haja manifestação formal em contrário por uma das partes até 30 (trinta) dias antes do término da vigência do período, com prova de recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INADIMPLEMENTO

7.1. O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.1.1. A não regularização poderá ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções, bem como, no caso de atraso de pagamento de faturas, a suspensão da prestação dos serviços pela **ECT**;

7.2. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pro-rata-tempore" do IGP-M (FGV), ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, acrescido de multa de 2% e juros de 0,033% ao dia sobre o valor atualizado, e demais cominações legais, independente de notificação.

CONFERE COM O ORIGINAL

PROB nº 03/2005 - CN -
CBM - CORREIOS
1082
Fls Nº :
3515 - 4
Doc:

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

8.1.1. por interesse de qualquer uma das partes e mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, com Aviso de Recebimento - "AR";

8.1.2. por inadimplimento, conforme consta na Cláusula Sétima;

8.1.3. Na ocorrência de:

a) decretação de falência da **CONTRATANTE**;

b) dissolução da sociedade da **CONTRATANTE**;

c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATANTE**, que prejudique a execução do Contrato;

d) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditiva da execução do Contrato.

8.2. Fica assegurado à **ECT** o direito de recebimento do valor correspondente aos serviços prestados à **CONTRATANTE** até a data da rescisão, de acordo com as condições de pagamento estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A **ECT** não se responsabiliza:

9.1.1. por valor incluído em encomenda sem declaração de valor;

9.1.2. pela demora na execução do serviço, resultante de omissão ou erro por parte do remetente;

9.1.3. por prejuízos indiretos e benefícios não realizados;

9.1.4. por encomenda confiscada ou destruída por autoridade competente.

9.2. A responsabilidade da **ECT** cessa:

9.2.1. quando a encomenda tiver sido entregue a quem de direito ou restituída ao remetente, mediante recibo;

9.2.2. terminado o prazo de 03 (três) meses para a reclamação, a contar da data prevista para entrega;

9.2.3. em caso fortuito ou de força maior.

9.3. Em caso de extravio, atraso na entrega, perda ou espoliação de encomendas, a responsabilidade da **ECT** está limitada:

9.3.1. aos preços postais mais o fator seguro (automático), equivalente a R\$ 50,00 (cinquenta reais), se não houve declaração de valor;

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls N° 1083

3515-4

CONFERE COM O ORIGINAL

9.3.2. aos preços postais mais a importância integral do Valor Declarado, ou fração desta importância equivalente aos danos causados, no caso de espoliações ou avarias parciais;

9.4. Não devem ser incluídos nas encomendas materiais relacionados no Artigo 13 da Lei nº 6.538 de 22/06/1978;

9.5. A ECT se reserva o direito de proceder, eventualmente, à abertura das encomendas, para fins de verificação e controle de seu conteúdo, na presença de representante legal da **CONTRATANTE** ou do destinatário;

9.6. A **CONTRATANTE** é a única responsável pelos **CARTÕES DE POSTAGEM**, respondendo pelos prejuízos causados por sua utilização indevida;

9.7. A **CONTRATANTE** responderá pelo cumprimento das exigências relativas à documentação fiscal, na forma da legislação vigente, bem como por todo e qualquer tributo que possa ou venha a ser exigido, decorrentes do conteúdo das encomendas;

9.8. Este Contrato poderá ser revisto total ou parcialmente a qualquer época, mediante prévio entendimento entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, não resolvidas administrativamente, será competente o Foro da **JUSTIÇA FEDERAL DA CIDADE DE GOIÂNIA-GO.**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

GOIÂNIA-GO, de de 1999.

Pela **CONTRATANTE**:

Pela ECT:

SÉRGIO LUIZ VIAL
Gerente de Vendas DR/GT

TESTEMUNHAS:

NOME
CPF Nº

NOME
CPF Nº

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS	
Fls Nº	1064
3515 - 4	
Doc:	

CONFERE COM O ORIGINAL

SEDEX COMPACT - PRIV

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

107

77

PROTOCOLO FAX POST ADMINISTRATIVO

DATA

28-10-99

DESTINATÁRIO	Nº DO FAX DE DESTINO	021-11-838-7402	TOTAL DE FOLHAS (INCLUSIVE ESTA)	10
	NOME	G E C O M D R / S P		
	A/C	Alexandre		
	REFERÊNCIA / ASSUNTO	Contrato Múltiplo		

REMETENTE	Nº DO FAX DE ORIGEM	021-62-226-2203	NOME E TELEFONE DE CONTATO	Luís Humberto - 226-2202
	NOME	G E V E N D R / E T		

CASO HAJA IRREGULARIDADE NA RECEPÇÃO DOS DOCUMENTOS, RETRANSMITIR ESTE PROTOCOLO À ORIGEM, INFORMANDO A(S) FOLHA(S) QUE DEVERÁ(ÃO) SER REPETIDA(S):

OBSERVAÇÕES

75250431-2

FP0240 - 08

A5 = 148 x 210 mm

EM BRANCO

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1085
Fls Nº
3515-4
Doc

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



CORREIOS

108

PROTOCOLO FAX POST ADMINISTRATIVO

DATA

28-10-99

DESTINATÁRIO	Nº DO FAX DE DESTINO	021-11-825-9817	TOTAL DE FOLHAS (INCLUSIVE ESTA)
	NOME	Tecfront SIP	
	A/C	Claudio	
	REFERÊNCIA / ASSUNTO	Contrato ECT	

REMETENTE	Nº DO FAX DE ORIGEM	021-62-226-2203	NOME E TELEFONE DE CONTATO
	NOME	SEVEN DRIGT	Huís Humberto - 226-2202

CASO HAJA IRREGULARIDADE NA RECEPÇÃO DOS DOCUMENTOS, RETRANSMITIR ESTE PROTOCOLO À ORIGEM, INFORMANDO A(S) FOLHA(S) QUE DEVERÁ(ÃO) SER REPETIDA(S):

OBSERVAÇÕES

75250431-2

FP0240 - 08

A5 = 148 x 210 mm

EM BRANCO

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1086
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

Rose

8495425 - ATRAVIADO
ZIP 5000 - TECNINT

Fls. 109
7

- + CONTRATO SOCIAL (PRIMITIVO)
- + ÚLTIMA ALTERAÇÃO
- + CNPJ (CGL)
- + INSCRIÇÃO ESTADUAL
- + CI, CPF DE OUTRA ATIVIDADE
- + DELEGACÃO

1º)

→ CONTRATO

CONFIA

2º) DEVOLUÇÃO P/ ORIGIN

3º) FICHA TÉCNICA - define o ponto de partição

4º) Ver com SP qual é o CO*

EM BRANCO

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
1087
Fls Nº
3515-4
Doc:

* Alexandre:

- Sta Cecilia
- Aflaphite

ECT
110
7

+ Cecilia Barueri - Aflaphite
CO-centro - Pça Princesa
Isabel

→ FICHA TÉCNICA

→ REMETENTE

EM ENVIADO

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1088
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

CIRO JITIAGO

De: CIRO JITIAGO
Enviado em: Quinta-feira, 4 de Novembro de 1999 16:39
Para: Marcos César Alves Silva
Assunto: Postagem de Objetos

Prezado Marcos,

Durante inspeção na DR/PR, aquela Regional recebeu cerca de 10.000 objetos postados através do Contrato ECT/Tecprint - 054/99 (Goiânia/GO) relativos à TCO - Tele-Centro-Oeste. Nesses objetos estão encartados 01 cartão telefônico com 90 créditos para uso em **Telefones Públicos**.

Dessa forma, perguntamos:

1. A DICOM tem ciência desse contrato?
2. Esses objetos estão sendo postados em que modalidade?
3. A firma possui autorização para encarte do cartão telefônico?
4. Houve alguma alteração nas condições de aceitação, visto que o Mód. 8 - Cap. 4 - item 3.1., alínea a) do MANCAT não admite como **Impresso** qualquer papel representativo de valor?

Observamos que, além de conter valor, os objetos não estão devidamente embalados estando sujeitos a perdas durante o encaminhamento.

Outra preocupação é a possibilidade de evasão de receitas, visto que a TCO possui ramificação em diversos estados e costuma efetuar grandes postagens através das ACFs de Goiânia.

Gostaríamos de receber um posicionamento da DICOM para orientação à nossos inspetores que encontram-se em trabalho de campo.

Grato e um abraço.

Ciro Jitiako
Assessor/DINSP

EM BRANCO

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
1089
Fls Nº
3515 - 4
Doc:

DE: GERENTE DE VENDAS DR/GT

AO: GERENTE DE CONTABILIDADE E CONTROLE FINANCEIRO DR/GT

CI/GEVEN/DR/GT-1677/99

REF: CI/SCRE/GECOF-0684/99

Assunto: CONTRATO ESPECIAL.

Goiânia-GO, 10 de novembro de 1999.

Anexo, encaminhamos a V.S^a 01(uma) cópia xerox do Contrato Especial Múltiplo de nº 054/99 - TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA, com vigência a partir do dia 26/10/99.

Comunicamos que este Contrato foi captado e será administrado pela ACF ALPES DR/GT.

Atendendo à CI da referência, abaixo relacionamos os dados solicitados:

- Contato: **CLÁUDIO FERNANDES**
- Telefone: **(062) 219-5000**
- e-mail:
- Fax nº:
- Código Administrativo: **99051150**
- Nº e Vigência: **054/99 - 26/10/1999**

Atenciosamente,


SERGIO LUIZ VIAL
Gerente de Vendas DR/GT

011.3660-22-00 (SP)

C/Cópia

SUTTR/COI-GYN
ACF ALPES


LHS/hs

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 1080
3515-4
Doc:



CT/GEVEN/DR/GT - 0601/99

Goiânia, 11 de novembro de 1999

À
TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA
Av. Independência, 4.533 Centro
GOIÂNIA-GO
74045-010

*Não
Enviado*

Prezado Senhor,

O Contrato firmado entre a **ECT** e a **TECPRINT**, é necessário que façamos alguns ajustes para melhor operacionalização, que passamos a discorrer abaixo:

- O endereço do remetente terá que ser da TECPRINT da origem da postagem. Exemplificando, se os objetos forem postados na DR/GT, o endereço do remetente tem que ser o da TECPRINT Goiânia, se for postado na DR/SP o endereço terá que ser o da TECPRINT São Paulo.
- Referenciando nossa CT/GEVEN/DR/GT-0585/99 de 27/10/99 a impressão ou carimbo que constaram nos objetos terá que ser "**CONTRATO ECT/DR/GT X TECPRINT IMPRESSÕES TÉCNICAS LTDA**". Para regularização do Contrato, segue anexo, 02(duas) vias da folha nº 02, onde consta no subitem 2.8.1.3 do contrato, para que o representante legal da TECPRINT, o Sr. CLÁUDIO FERNANDES, rubrique-as e nos devolva o mais rápido possível.
- Inicialmente ficou definido que a postagem dos objetos, seriam na ACF ALPES DR/GT e CO-BARRA FUNDA DR/SP, acontece que no CO-BARRA FUNDA só recebe postagem de Encomendas SEDEX e E.M.S., quanto aos objetos de correspondência terá que ser postados em uma Agencia Postal.

Para que possamos regularizar esta situação, solicitamos nos informar qual a Agencia Postal de preferência dessa empresa em São Paulo, para fazer as postagens.

- Estamos encaminhando, 03(três) jogos de Ficha Técnica, com 05(cinco) vias cada um, para que o representante legal da TECPRINT assine, as quais define como local de postagem à ACF ALPES, CO-BARRA FUNDA e a Agencia de São Paulo a ser informada.

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
1001
Fls Nº
3515-4
Doc



- Quanto a atual situação das postagens nesta Regional, recebemos reclamação de que está sendo anexado aos objetos somente duas vias das Listas de Postagem. Enviamos novos modelos das referidas listas, para que essa empresa passe adotar o encaminhamento de três vias juntamente com os objetos a serem postados no COI-GOIÂNIA, uma vez, que atualmente vem causando transtornos à administração e operacionalização do contrato.

Atenciosamente,

SÉRGIO LUIZ VIAL
Gerente Vendas DR/GT

/lhs

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº- 1002
3515-4
Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DE: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

AO: DIRETORIA COMERCIAL

CI/DINSP-99.0350.1169/99

REF: inspeção na DR/PR

Fis. 115

ÁREA RESERVADA AO
PROTOCOLO

Assunto: Postagem de objetos relativos ao contrato ECT/TECPRINT

Brasília(DF), 11 de novembro de 1999.

Durante inspeção na DR/PR, aquela Regional recebeu cerca de 10.000 objetos postados através do Contrato **ECT/Tecprint - 054/99** (Goiânia/GO) constando como remetente o assinante da Caixa Postal 9914 - Brasília/DF, entretanto, na parte interior do objeto consta informações relativas à TELEPAR. Nesses objetos estão encartados 01 cartão telefônico com 90 créditos para uso em **Telefones Públicos**. Feita uma verificação na AC-Central-BSB, comprovamos que o assinante da Caixa Postal 9914 é a Tele-Centro-Sul Participações.

Embora a TECPRINT possua contrato de prestação de serviço múltiplo com a ECT, foram evidenciadas as seguintes situações:

1. Os objetos postados pela TECPRINT são da Tele-Centro-Sul, caracterizando uma possível quebra de monopólio;
2. Os objetos não estão envelopados possibilitando a perda ou a subtração dos cartões neles inseridos;
3. Cada cartão possui valor aproximado de R\$5,00 (cinco reais), motivo pelo qual os objetos deveriam ter sido postados **COM VALOR DECLARADO**;

Nossa preocupação é com a evasão de receitas, a correção dos procedimentos e com a imagem institucional da Empresa.

A DR/PR está enviando cópia do citado objeto.

Atenciosamente

P/JOSÉ CARLOS PEREIRA OVIEDO
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL

Amaury José Valença de Melo
Subchefe do DINSP

RQS nº 03/2005 -
CPMI - CORRE
1093
Fis. Nº
3515-4
Doc.

CONFERE COM O ORIGINAL

EM SEUS PRÓXIMOS EXPEDIENTES SOBRE ESTE ASSUNTO, FAVOR
CITAR COMO REFERÊNCIA O NÚMERO DESTA DOCUMENTO

CJ/cj (ci/tecprint)

Anexo 4



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
De: DIRETOR COMERCIAL
AO: CHEFE DO DINSP
CI/DICOM- 1407/99
Ref.: CI/DINSP-99.0350.1169/99

ASSUNTO: OCORRÊNCIA COM POSTAGENS EM CONTRATO ECT/TECPRINT

Brasília, /2 de novembro de 1999.

Em atenção à CI de referência, informamos a essa Chefia o seguinte:

- a) contratos com previsão de faturamento anual superior a R\$ 1.000.000,00 , como parece ser o caso do firmado com a **TECPRINT**, devem ser previamente submetidos a análise e assinatura na Administração Central, conforme **CI/DICOM-0736/99-Circular**, de 14/06/99, ratificada pela **CI/DICOM-1309/99-Circular**, de 21/10/99, ambas com cópias em anexo;
- b) as DRs não têm autorização para vincular contratos que envolvam faturamento especial às ACFs;
- c) o contrato foi firmado sem conhecimento do **DEVAT**;
- d) de acordo com o **MANCAT**, Subitem 2.2, Módulo 7, Capítulo 5, papéis representativos de valor, como nos parece ser o caso dos cartões telefônicos, deveriam ser postados sob registro e com valor declarado.

Diante das várias desconformidades relacionadas e do expressivo montante normalmente associado a postagens de companhias telefônicas, consideramos prudente proceder-se com máxima urgência a uma inspeção especial na DR/GT, com vistas a se esclarecer a propriedade ou não dos procedimentos adotados naquela regional para atendimento desse cliente.

Atenciosamente


ROBERVAL BORGES CORRÊA
Diretor Comercial



DE	AO OUIED
<input type="checkbox"/> Distinguir <input type="checkbox"/> Responder <input type="checkbox"/> Conferir pedido <input type="checkbox"/> Arquivar <input type="checkbox"/> Informar	<input type="checkbox"/> Distinguir <input type="checkbox"/> Responder <input type="checkbox"/> Conferir pedido <input type="checkbox"/> Arquivar <input type="checkbox"/> Informar
<input type="checkbox"/> Providenciar : _____ <input type="checkbox"/> Preparar expediente a _____ <input type="checkbox"/> Anexar : _____ <input type="checkbox"/> Outros : _____	
12/11/99	CHERIA <i>[assinatura]</i>

OUIED

A solicitação da Dicom
 exceto pelo fato de ser
 proveniente do próprio Diretor,
 é descabida. A situação,
 a irregularidade, está configura-
 da, assim como tantas
 outras relacionadas com a
 atuação das ACF da DE/ET.

Cabível é a Dicom designar
 uma eq. fe para avaliar a atua-
 ção comercial regular DE e
 adotar medidas corretivas.

[assinatura]



DO: DIRETOR COMERCIAL

AO: DIRETOR REGIONAL - DR/

CI/DICOM- 0736/99-CIRCULAR

REF:

ASSUNTO: Centralização de Contratos Corporativos

Brasília, 14 de junho de 1999

A fim de melhor acompanharmos os contratos especiais, informamos que deverão ser submetidos para análise e posterior assinatura por parte do Presidente da ECT e do Diretor Comercial, os contratos que satisfaçam pelo menos uma das condições abaixo:

- os contratos especiais, com faturamento previsto igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao ano;
- os contratos especiais cuja operação de atendimento ocorra em âmbito nacional (Ex. Liderança Capitalização, INSS, Contrato Único com Banco do Brasil etc.).

Para efeito desta centralização, são contratos especiais aqueles que diferem no objeto, no preço, ou no prazo, forma de pagamento, daqueles contratos padronizados, relativos aos serviços convencionais e formatados pela empresa.

Esta decisão é válida para os contratos com vigência a partir da data desta CI, bem como as renovações daqueles já vigentes.

Atenciosamente



ROBERVAL BORGES CORRÊA
Diretor Comercial

C/C: DEREV/DENOP/DEPRO/DEFIL

APB/mam

CONFERE COM O ORIGINAL

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis. Nº 1095

3515-4

Doc:



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



De: DIRETOR COMERCIAL

Ao: DIRETOR REGIONAL DR/TODAS DR'S

CI/DICOM- 1309/99 - CIRCULAR

REF.:

Assunto: Contratos para prestação de serviços especiais

Brasília, 21 de outubro de 1999.

Apesar das orientações constantes no MANCAT (Módulo 8, Capítulo 2), temos constatado que algumas Diretorias Regionais vêm celebrando contratos de prestação de serviços especiais sem uma análise prévia por parte dos Departamentos da Área Comercial, ocasionando sérios transtornos à sua operacionalização em outras DRs.

A celebração de contratos especiais com atendimento, tratamento, encaminhamento e/ou entrega diferenciada, em âmbito nacional, exige uma completa avaliação dos preços, custos e atividades inerentes à sua prestação, com envolvimento de diversas áreas, não podendo assim ser decidido por uma DR isoladamente, inclusive por esta não dispor de informações quanto à realidade das demais Regionais.

Esse mesmo assunto também foi objeto da CI/DICOM-0736/99-CIRCULAR de 14 de junho de 1999, quando inclusive foi solicitado que esses contratos fossem assinados por parte do Presidente e do Diretor Comercial, permitindo assim o prévio conhecimento de ações comerciais que envolvam mais de uma DR ou que tenham valor significativo, com expectativa de mais de um milhão de reais de faturamento anual.

Em face do exposto, ratificamos a obrigatoriedade de envio à AC das propostas de contratos de prestação de serviços especiais que envolvam uma ou ambas alternativas abaixo:

- a) estimativa de faturamento anual superior a R\$ 1.000.000,00, cujo contrato será assinado pelo Presidente e DICOM; e
- b) envolvimento de mais de uma DR, cuja decisão de assinatura (centralizada ou não) ficará a cargo do Departamento responsável; em qualquer das hipóteses, deverá sempre haver prévia e formal aprovação da AC.

Atenciosamente,

ROBERVAL BORGES CORRÊA
Diretor Comercial



Goiânia, 16 de novembro de 1999

À
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Praça Cívica, 11 - 1º andar - Centro
Goiânia - GO
At. Sr. Irandi Lisboa de Moraes, Coordenador de Negócios

Prezado Senhor,

Vimos pela presente solicitar de V. Sa. a ampliação do nosso contrato "ECT/Tecprint 054/99" para recebimento de impressos nos valores da tarifa postal interna.

Solicitamos ainda orientação ao CT Barra Funda em São Paulo, quanto à classificação tarifária correta dos nossos materiais.

Seguem em anexo cópias dos protocolos de entrega para correção.

Atenciosamente,


Cláudio Fernandes de Oliveira
Diretor Presidente

CONFERE COM O ORIGINAL

MATRIZ: Av. Independência, 4.533 Centro Goiânia/GO CEP.: 74045-010 Fone: (062) 219-5000 - FAX: (062) 219-5113
FILIAL: SCN Qd.05 BLA, Sala 430 Ed. Brasília Shopping and Towers Brasília/DF CEP: 70710-500 Fone: (061) 328-6161 - FAX: (061) 328-6369
FILIAL: Rua Conselheiro Brotero, 1.086 Ed. Moisés Kundman Santa Cecília São Paulo/SP CEP: 01232-906 Fone: (011) 3667-7725 - FAX: (011) 825-9817

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº 1007
3515-4
Doc:

Teefprint - SP. 120
011- 825-9817
A/c Roberto

Teefprint -
GxJ
219-5113

CONFERE COM O ORIGINAL

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls Nº - 1098
3515-4
Doc:

**DIRETORIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL
GERÊNCIA DE INSPEÇÃO**Fls. 124
2**De: DIRETOR REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL****Ao: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSPETORIA GERAL****CI/SINS/GINSP/DR/MS- 492/99****REFERÊNCIA: Manual de Comercialização e Atendimento.****ASSUNTO: Evasão de receita.**

Campo Grande, 16 de Novembro de 1999.

Encaminhamos, para conhecimento e apreciação desse Departamento, treze objetos classificados como **"impresso"**, tendo cada um em seu interior um cartão indutivo para ligações telefônicas com 50 créditos, postados pelo cliente TELEMS. Tais objetos foram detectados no refugo nesta DR.

O texto desses objetos é um pedido de desculpas aos clientes que aguardam a instalação da linha telefônica, ou seja, uma negociação já em andamento entre as partes, o que classifica os mesmos como **carta**, e, sendo expedido por pessoa jurídica, **carta comercial**, e, como possui um encarte com valor comercial, **carta comercial registrada com valor declarado**. A aceitação da postagem como impresso ordinário redundaria em severa evasão de receita.

Conforme informações da Gerência de Vendas desta Diretoria Regional, o contrato ECT/TECPRINT - Nº 0054/99 foi firmado na DR/GT. Os objetos, amostras anexas, foram postados no CO/Barra Funda, DR/SP.

Atenciosamente,


MILTON TERUYA
Diretor Regional MS

LRF/lrf.

CONFERE COM O ORIGINALRQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº **1099**
3515-4
Doc:

DE	140	Regis
<input type="checkbox"/> Analisar e classificar	<input type="checkbox"/> Dactilografar	
<input type="checkbox"/> Conhecer	<input type="checkbox"/> Resp. ao inter.	
<input type="checkbox"/> Distribuir	<input type="checkbox"/> Conforme post.	
<input type="checkbox"/> Orientar autoridades	<input type="checkbox"/> Arquivar	
<input type="checkbox"/> Devolver	<input type="checkbox"/> Informar	
Propriedade: _____ Responsabilidade: _____ Assinatura: _____ Data: _____		
DATA	19/11/99	Assinatura: <i>[Signature]</i>

Fernando e Regis,

- 2) CI à OR/SPM sobre a forma de portar
- 2) Informar que o assunto encontra-se em apuração na Dicom
- 3) Consultar CI/Degeo sobre a situação de males por males de trizer e expedientes
- 4) Cópia à OR/MS
- 5) O assess. devem ser duplicados ao remetente, já que são cartas e devem ser colados - além de toda a portar - como cartas.

[Signature]
13/11

EM BRANCO

Aguarde sua linha
mais um momento,
por favor.

Fls. 122

Caixa Postal 09914
70001-970 Brasília/DF

MARILUCE L URBANO DE ALMEIDA
R HERA 00303
JARDIM PORTAL CAIOBA
79096-110 CAMPO GRANDE - MS

CÓPIA

AO REMETENTE



CONFERE COM O ORIGINAL

IMPRESSO FECHADO - PODE SER ABERTO PELA ECT.

CONTRATO
ECT / TECPRINT

Nº 0054/99

Correios e telegramas

- | | |
|---|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não há |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Não existe o n.º Indicado | |

☐ Informação escrita pelo por
ou síndico

REI: TEG: ADO AO SERVIÇO

EM 08/11/99

CDD/GDI

YES/O-SAVI

CONFERE COM O ORIGINAL

Estamos fazendo de tudo
para atender você
o mais rápido possível

Q.S. nº 005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls Nº 1100

3515-4

Campo Grande, outubro de 1999.



Prezado(a) Cliente

Nós, da Telems, sabemos que você está aguardando a instalação da sua linha telefônica. Por isso, estamos nos esforçando ao máximo para entregar seu telefone o mais breve possível. Afinal, queremos garantir o seu direito de falar.

Desde que foi privatizada, a preocupação da Telems é oferecer a você serviços de qualidade. Reduzimos tarifas de serviços de longa distância através de um compromisso público e obtivemos um ótimo desempenho no processo de mudança do sistema DDD no país. Em um ano de atuação, nos tornamos referência de qualidade no serviço de telefonia nacional. Mesmo com a crescente demanda, diminuimos a lista de espera por uma linha telefônica. Tudo isso foi feito por um simples motivo: nosso respeito por você, cliente.

Para você comprovar a constante melhoria na qualidade de nossos serviços, estamos oferecendo um cartão telefônico como cortesia. Ande sempre com ele, use nos aparelhos públicos de qualquer local de sua cidade. Nós queremos ver você falando.

Mais uma vez, agradecemos sua confiança e sua compreensão. Aguarde notícias de novos serviços que vamos oferecer em breve. É com o orgulho de nossa terra, e a forte ligação com nosso povo, que estamos trabalhando para atender você cada vez melhor.



Alberto José Sirena
Diretor Comercial

CONFERE COM O ORIGINAL

Você sabe com quem está falando. **TELEMS**



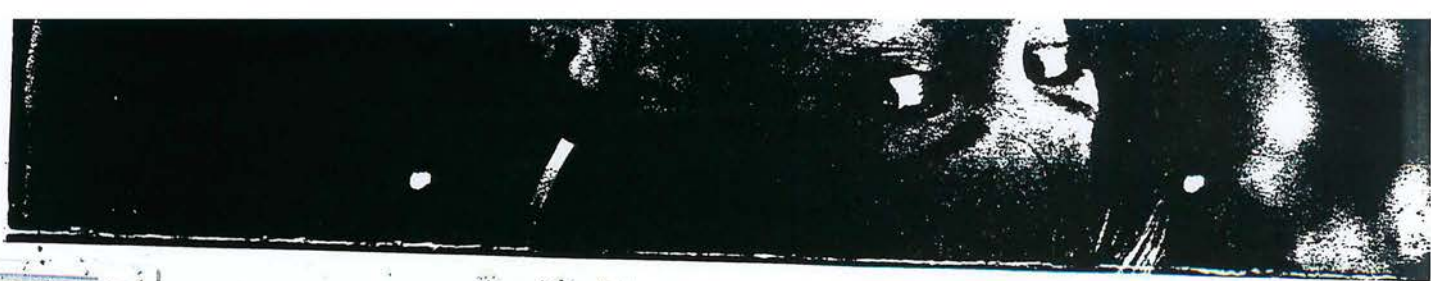
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

1101

Fls. Nº

3515 - 4

Doc:



Doc: 3515-4
Fis. Nº 1102
ROS nº 03/2005 - CN
CORREIOS

Caixa Postal 09914
70001-970 Brasília/DF

CONFERE COM O ORIGINAL

MARILUCE L URBANO DE ALMEIDA
R HERA 00303
JARDIM PORTAL CAIOBA
79096-110 CAMPO GRANDE - MS

AO REMETENTE

10 NOV 1999
9.087
Campo Grande

CONTRA
ECT / TECPR

Nº 00547

Empresa 00547

Contas e telegramas

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Não existe o n.º	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Informação escrita ou síndico	<input type="checkbox"/>

RE: TEG. AO SE
EM 08/11/99
CDD/GD.

IMPRESSO FECHADO - PODE SER ABERTO PELA ECT.



Estamos fazendo de tudo
para atender você
o mais rápido possível

48
124
CT



DE: GAB/DR/GT

PROTOCOLO

AO: CHEFE DO DEVAT

CI/GAB/DR/GT-143/99

REF.: Inicial

Assunto: Contrato TECPRINT

Goiânia, 19 de novembro de 1999

Em 26/10/99 firmamos com a TECPRINT - empresa de prestação de serviços inteligentes: laser, impressões de documentos, processamento de dados, serviços pré-postais e editora, sediada em Goiânia, com filiais em Brasília e São Paulo - de propriedade do Sr. Cláudio Fernandes de Oliveira, que recentemente participava da direção da FEBRAFRANCO, por ser em período anterior preposto de ACF em Goiânia.

O contrato firmado é o modelo "múltiplo", com autorização de postagem em Goiânia e São Paulo.

As vinculações a franquias são aquelas já previstas, sendo o fato novo, sob discussão, e ainda por decidir, a postagem em CO e CT da DR/SP, com uma vinculação a ACF de Goiânia.

Outro aspecto a ser destacado é o de adotarmos, por analogia, a orientação emanada desse DEVAT pela CI/DVAT/DEVAT-180/99, para a cobrança dos objetos de correspondência pela TPI.

Acrescente-se que, a despeito de ter ocorrido, ainda que sem autorização, postagem de impressos não prevista no contrato múltiplo, não vemos impedimentos para assim autorizar, dado que é patente a recomendação para se optar pela celebração de contrato com clientes corporativos, evitando-se postagem à vista (com selos ou estampa MF) em diversas ACF's, o que não permite um fácil monitoramento pela área operacional (Recomendação 3.4., RELATÓRIO DE INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA SISTEMA DE MÁQUINA DE FRANQUEAR, Período 13/7 a 16/8/99).

Isso posto, prezariamos de V.Sª um pronunciamento, até porque houve indagações desse Departamento a respeito do contrato, de forma a retomarmos as avaliações tanto sobre os desejos do cliente, quanto de interpretações das áreas envolvidas (nesta e em outras DR's) direta ou indiretamente, a fim de bem orientarmos para a perfeita operacionalização do contrato em questão.

Acrescentamos que aguardamos as manifestações formais das DR's que nos contataram, além de esclarecimentos do cliente, para uma verificação sobre eventuais descumprimentos de cláusulas contratuais.

Atenciosamente,

IRANDI LISBOA DE MORAES
COORDENADOR DE NEGÓCIOS/DR/GT

ILM/mf

ARQ/MC-02-CI/EM

CONFERE COM O ORIGINAL

